

REVISTA ELETRÔNICA

DOCUMENTO MONUMENTO 13

REDM

ISSN: 2176-5804 - Vol. 13 - N. 1 - Dez/2014

NDIHR

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL - NDIHR
www.ufmt.br/ndihr/revista

EXPEDIENTE

R454 Revista eletrônica Documento/Monumento [recurso eletrônico]. –

Vol. 13, n. 1 (dez 2014)- . – Cuiabá : Universidade Federal de Mato Grosso, Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, 2009- Semestral.

Modo de acesso: internet

<http://www.ufmt.br/ndihr/revista/>

ISSN 2176-5804.

1. História - Aspectos sociais. 2. Memória (História). 3. Pesquisa Histórica. I. Universidade Federal de Mato Grosso. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional.

CDU 94(81):002

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
José Henrique Paim Fernandes
Ministro da Educação

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
Reitora
Maria Lúcia Cavalli Neder
Vice-Reitor
João Carlos de Souza Maia
Pró-Reitora Administrativa
Valéria Calmon Cerisara
Pró-Reitora de Ensino de Graduação
Irene Cristina de Mello
Pró-Reitora de Assistência Estudantil
Myrian Threza de Moura Serra
Pró-Reitor de Pesquisa
Joanis Tilemahos Zervoudakis
Pró-Reitora de Planejamento
Elisabeth Aparecida F. de Mendonça
Pró-Reitora de Pós-Graduação
Leny Caselli Anzai
Pró-Reitor de Vivência Acadêmica e Social
Luís Fabrício Cirillo de Carvalho
Diretora do Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Imar Domingos Queiroz
Supervisora do NDIHR
Sibele de Moraes

REDM
REVISTA ELETRÔNICA DOCUMENTO/MONUMENTO

CONSELHO EDITORIAL

Nileide Souza Dourado (NDIHR/ICHS/UFMT)
Paulo Silva Ribeiro (NDIHR/ICHS/UFMT)
Elizabeth Madureira Siqueira (UFMT)
Fernando Tadeu de Miranda Borges (FE/UFMT)
José Serafim Bertoloto (MACP/UFMT)
Maria Adenir Peraro (ICHS/UFMT)
Otávio Canavarros (ICHS/UFMT)

CONSELHO CONSULTIVO

Ana Maria de Almeida Camargo (USP/FFLCH)
Ana Virginia Teixeira da Paz Pinheiro (BIBLIOTECA NACIONAL/RJ)
Antonio Rubial García (Universidad Nacional Autónoma de México – UNAM)
Arturo Aguilar Ochoa (Benemérita Universidad Autónoma de Puebla – BUAP/México)
Bismarck Duarte Diniz (FD/UFMT)
Cândido Moreira Rodrigues (ICHS/UFMT)
Carlos Edinei de Oliveira (UNEMAT)
Carmen Fernández-Salvador (Universidad San Francisco de Quito/Equador)
Chiara Vangelista (Università degli Studi di Genova/Itália)
Ignacio Telesca (CONICET–IIGHI/Argentina)
Isabelle Combès (Instituto Francés de Estudios Andinos/Bolívia)
Joana A. Fernandes Silva (UFG)
João Eurípedes Franklin Leal (UNIRIO)
Leny Caselli Anzai (ICHS/UFMT)
Leonice Aparecida de Fátima Alves (UFSM)
Luiza Rios Ricci Volpato (ICHS/UFMT)
Marcus Silva da Cruz (ICHS/UFMT)
Marcos Prado de Albuquerque (FD/UFMT)
Maria de Fátima Costa (ICHS/UFMT)
Mário Cezar Silva Leite (IL/UFMT)
Michèle Sato (IE/UFMT)
Nicolas Richard (Université Européenne de Bretagne, Rennes 2/França)
Pablo Diener (ICHS/UFMT)
Rafael Sagredo Baeza (Pontificia Universidad Católica de Chile)
Renilson Rosa Ribeiro (ICHS/UFMT)
Ricardo Padron (University of Virginia/EUA)
Sara Emilia Mata (CONICET-Universidad Nacional de Salta/Argentina)
Suíse Monteiro Leon Bordest (IHGMT)
Teresinha Rodrigues Prada Soares (ECCO/IL/UFMT)
Tiago C. P. dos Reis Miranda
(CIDEHUS: Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora/Portugal)
Vitale Joanoni Neto (ICHS/UFMT)
Vitor Manoel Marques da Fonseca (ARQUIVO NACIONAL/RJ)

EDITORES

Nileide Souza Dourado (NDIHR/ICHS/UFMT)
Paulo Silva Ribeiro (NDIHR/ICHS/UFMT)
Elizabeth Madureira Siqueira (UFMT)

ARTE

Terêncio Francisco de Oliveira

REVISÃO

Rosane da Silveira Tietbohl

DIAGRAMAÇÃO

Alcir Alves de Souza Júnior

CONTATO

Revista Eletrônica Documento/Monumento
Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional
Avenida Fernando Corrêa da Costa, nº.2367 – Cuiabá – MT.
Bairro: Boa Esperança
CEP: 78060-900

Tel.: (0**65) 3615-8473 / 3615-8494

E-mails:

ndihr@ufmt.br

nileide@ufmt.br

paulor@ufmt.br

O Porquê da Imagem



A Revista Eletrônica Documento Monumento (RDM), do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR - Universidade Federal de Mato Grosso - ao completar, em dezembro de 2014, 6 anos de existência, vem possibilitando acesso, saber, conhecimento e constantes reelaborações, mas, sobretudo, sedimentando a confiança e a credibilidade conquistadas pelo periódico junto aos autores, pesquisadores, leitores e avaliadores, mediante estreitas relações. A Revista é uma das testemunhas da perpetuação do NDIHR, durante 38 anos de existência, enquanto organismo e área instrumental da educação superior, numa concepção científica interdisciplinar e sistemática, capaz de fornecer subsídios a outras áreas do conhecimento, para além das Ciências Humanas. E, por constituir-se em ícone da construção e revalorização histórica do conhecimento, é homenageado com a imagem da capa desta edição - V. 13, N. 1, dez/2014, onde foram privilegiadas algumas das suas publicações, resultantes de projetos de pesquisa e de extensão que abrangem a produção de instrumentos de pesquisa, com a função de dar acesso aos acervos custodiados pelo órgão, além das publicações oriundas da produção historiográfica sobre o estado de Mato Grosso. O NDIHR - Patrimônio Cultural da Memória Histórica de Mato Grosso – foi criado pela Resolução CD. 66/1976, constituindo-se em espaço de pesquisa, ensino e extensão, buscando atender às demandas de informações e atuando no estímulo à integração com instituições congêneres (Arquivos públicos e particulares, Museus e Instituições de Pesquisa) da região, do Brasil e do exterior. Portanto, o NDIHR é uma referência para os pesquisadores em geral, uma entidade custodiadora de acervos documentais históricos, com registro no Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos, do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, sob o código de referência BR MTNDIHR, (CONARQ, 20/07/2009).

Paulo Silva Ribeiro é Especialista em Gestão Pública e Gestão Escolar pela Universidade Federal de Mato Grosso - (UFMT), graduado em História pela Universidade de Várzea Grande - (UNIVAG). Técnico-Administrativo da área técnica e cientifica do NDIHR/ICHS/UFMT e editor da Revista Eletrônica Documento/Monumento - (REDM).



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

**NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR**

EDITORIAL

O vol.13, n.1, de dezembro de 2014, da Revista Eletrônica Documento Monumento é comemorativa dos 44 anos da Universidade Federal de Mato Grosso e os 38 anos do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR, organismo vinculado ao Instituto de Ciências Humanas e Sociais – ICHS, da mesma Instituição. O NDIHR foi criado pela Resolução CD. 66/1976 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - que teve como fundamentação básica para a sua implantação o valor da historiografia enquanto área instrumental da educação superior, numa concepção científica interdisciplinar e sistemática capaz de fornecer subsídios a outras áreas do conhecimento, para além das Ciências Humanas. A Revista Eletrônica Documento/Monumento apresenta sua 2.ª edição, em dezembro de 2014, ano e mês de festejos comemorativos – **UFMT-NDIHR**, - não podendo haver melhor ocasião para dar prosseguimento ao percurso da revista. Este número reúne pesquisadores de várias instituições de ensino e pesquisa do Brasil, e onde são apresentados artigos e resenha descritiva a respeito de temáticas e abordagens diferenciadas, como o estudo de **Tiago Kramer de Oliveira** em *Cartografia e Natureza: os Mapas do Sertanismo (primeira metade do século XVIII),* no qual o autor destaca que, apesar de aparentemente rudimentar, essa cartografia tinha características próprias daquelas das conquistas europeias (especificamente portuguesas) na América. E que, essas rústicas representações revelavam indícios sobre a dinâmica da espacialização das conquistas na primeira metade do século XVIII, nos territórios de exploração de ouro e nas interligações destes com diversas regiões da América colonial. Já o artigo de **Adriano Comissoli,** em *A circulação de informações e o sistema de vigilância portuguesa da fronteira do rio da Prata (século XIX),* versa sobre o sistema de comunicação mantido pela monarquia portuguesa com a finalidade de monitorar a fronteira com os espanhóis na região platina, extremo sul da América em inícios do século XIX. São abordados os meios pelos quais a Coroa de Portugal buscava manter-se atualizada, em especial com o uso de patrulhas, batedores e espiões. Em outro artigo, *O gênero feminino na América pré-hispânica,* **Daniel Almeida de Macedo** apresenta detalhes esclarecedores sobre os papéis masculino e feminino nas culturas Mesoamericanas da pré-conquista, baseados nos relatos de informantes da elite masculina e filtrados pelos critérios eurocêntricos dos cronistas espanhóis. Revela ainda o autor que as relações de gênero na Mesoamérica pré-colombiana, não eram determinadas. Ao contrário, foi um processo dinâmico que variava através do tempo e espaço, e era continuamente negociado no cotidiano social. **Nathália da Costa Amedi**, com o artigo *A autobiografia de Garcia Neto como biografia de Mato Grosso: a divisão de Mato Grosso no discurso "Estado Solução",* analisa o livro, de autoria de José Garcia Neto - *Mato Grosso: Estado Solução* – fonte rica e até a bem pouco tempo inédita para se entender a memória que o governante desejava "enquadrar", fazendo defesa pública da sua atuação política e crença de Mato Grosso como "Estado Solução". Autobiografia, com relatos e passagens da vida pública de Garcia Neto, a obra registra, para os mato-grossenses natos e os mato-grossenses por adoção, um período político dos seus mais



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

**NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR**

conturbados: a sua divisão. **Rafael Rosa da Rocha**, no artigo *Faustino Ribeiro Júnior: Ciência, Magia e Política na Bahia do limiar do século XX,* discute as versões e controvérsias que circundaram Faustino Ribeiro, um afamado curandeiro, nascido em São Paulo, que peregrinou por vários estados brasileiros. O autor analisa os embates entre Faustino e o Inspetor Geral de Higiene da Bahia, Antônio Pacífico Pereira, que resvalaram na imagem do governador do Estado, Severino Vieira, em 1903. O artigo *História e Cinema: relatos de pesquisa, reflexões para a prática historiográfica*, de autoria de **José Luís de Oliveira e Silva**, tem duplo desafio. O primeiro é apontar algumas das possibilidades postas aos historiadores quando estes são confrontados com fontes ou objetos relacionados ao mundo das artes, em especial a do Cinema. O segundo desafio é, através de um relato pessoal, socializar experiências, discutir dificuldades e apontar soluções que só aparecem concretamente durante a pesquisa. O artigo de **Renata Carvalho Oliveira Zambom** e **José Serafim Bertoloto**, *História das Artes Plástica em Mato Grosso,* apresenta Mato Grosso da década de 1970, quando ocorreu um movimento de transformação cultural considerável e perceptível, mediante o processo de animação cultural realizado pela Universidade Federal de Mato Grosso, com a criação do Museu de Arte e de Cultura Popular, que dinamizou as artes visuais e a cultura popular. Através de um processo continuo, despertou o interesse de jovens artistas que começaram a aglutinar-se nos ateliês criados, no centro da capital e no próprio campus da UFMT. **Cilene Maria Lima Antunes Maciel** e **Lucy Ferreira Azevedo**, no artigo *O Ritual Sagrado do Cururu de Mato Grosso como Educação Patrimonial e Resistência* têm como proposta explorar, nas toadas do Cururu de Mato Grosso, gênero epidíctico, as representações cantadas pelo Cururueiro. As autoras associam o âmbito da retórica e da teoria da argumentação para demonstrar um orador político-religioso que, juntamente com sua comunidade, compõem o ritual sagrado do Cururu. Em outro artigo, **Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França** e **Vitor Sousa Cunha Nery** apresentam o texto sobre a *Instrução Pública Primária na Província do Pará na década de 1870,* que analisa estratégias de disseminação da instrução primária pública na província do Pará, na década de 1870. Argumentam que dentre as estratégias de disseminação da instrução pública primária estão: a criação de escolas primárias noturnas, instrução pública ofertada por instituições filantrópicas, no âmbito de instituições públicas, como (Exército, Marinha, Polícia e Cadeias) e pela criação de escolas primárias agrícolas. Já **Carine Jung** e **Liliam Faria Porto Borges** no *artigo Ensino médio público e classe trabalhadora: entre a ideologia e o discurso hegemônico,* apresentam dados que retratam a situação atual do Ensino Médio público no Brasil, demonstrando que esse sistema de ensino possui problemas, tornando urgente a realização de uma reforma educacional. Na sequência, procuram problematizar as reformas que têm sido propostas pelo Estado, por seguirem a lógica das próprias causas destes problemas, e, que por isso, os perpetuaram. No artigo *História das professoras migrantes na fronteira: conflitos e preconceitos*, **Maria das Graças Campos** apresenta resultados de uma pesquisa de mestrado que desenvolveu o percurso vivido por 20 professoras que atuam na Educação Básica em Campo Verde, Mato Grosso e que migraram para esse município a partir da década de 1970. A sua análise reflete a convivência na fronteira humana,



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL NDIHR

nas dimensões de poder e de sociabilidade, bem como as questões das relações étnico-raciais. **Marta Andreia Estancare Pinheiro Silva** e **Marta Maria Pontin Darsie**, no artigo *Situação de dificuldades de aprendizagem em matemática: concepções e intervenções de professores que atuam no ensino fundamental* apresentam resultados de estudos que buscaram compreender as concepções dos professores do Ensino fundamental I sobre as dificuldades de aprendizagem em Matemática e as práticas realizadas em sala de aula, numa escola estadual de Cuiabá-MT, participante do Projeto Observatório da Educação com Foco em Matemática e Iniciação às Ciências – OBEDUC. No artigo *Os direitos de crianças e adolescentes e a educação no combate à exploração sexual,* **Raquel Martins Fernandes Mota**, **Luiz Augusto Passos**, **Degmar Francisco dos Anjos** e **Epaminondas de Matos Magalhães** apresentam, na forma de ensaio, marcos históricos e políticos do desenvolvimento dos direitos das crianças, enquanto luta social, e como a compreensão dos mesmos torna a educação diferencial no combate à situação de vulnerabilidade, dentre elas a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. **Marta *Silva de Queiroz Leite*,** em seu artigo, *Expectativas, contribuições e desafios acerca da Bolsa Permanência para uma formação de qualidade* para os *estudantes da UFMT – 2011*, faz uma análise da Política de Assistência Estudantil na Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, vista como um direito estudantil no país, através do PNAES – Plano Nacional de Assistência Estudantil, aderido como Lei, pelo Decreto Presidencial nº 7.234, de 2010. Em outro artigo, *A Pantaneira-Bugre na MPB,* **Lucy Ferreira Azevedo** e **José Serafim Bertoloto** discutem, em diferentes representações, veiculadas principalmente pelos atos discursivos, ligados à produção retórica dos discursos sociais, neste trabalho, apreendidos na música produzida em Mato Grosso. Argumentam os autores que os discursos deixam conhecer as paixões pantaneiras que pensamos estar no outro, quando, na verdade, são universais. Em *A Poético-Política da Sinfonia das Buzinas de Jorge Antunes,* **Elina Padilha Fernandes** e **Terezinha Prada** apresentam a subjetividade de um momento histórico no Brasil – a Ditadura Militar – instalada a partir de um golpe militar de 1964. As autoras observam e analisam essa subjetividade pelo prisma de uma relevante obra do compositor Jorge Antunes, a *Sinfonia das Buzinas*, e por sua militância política e artística empreendida enquanto um inovador na linguagem musical. **Alain Herscovici**, com o artigo *Elementos para uma análise da Economia Imaterial. Rumo à construção de uma nova agenda de pesquisa, procura* definir as principais características do capitalismo imaterial e, diante dos limites explicativos das análises oriundas dos principais paradigmas da Ciência Econômica, propõe fornecer elementos alternativos de explicação**.** **Pâmela Rodrigues Miranda** e **Luiz Carlos dos Santos** apresentam uma resenha sobre o *ICMS Ecológico como instrumento de política ambiental para o estado de Mato Grosso.* Já o trabalho de **Michele Jackeline Andressa Rosa** e **Arturo Alejandro Zavala Zavala**, em *Análise dos efeitos da produção da lavoura de cana-de-açúcar na produção agrícola do Centro-Oeste e Sudeste do Brasil, o*bjetiva analisar os efeitos da produção da lavoura açucareira sobre a produção agrícola das regiões Centro-Oeste e Sudeste do Brasil, no período de 2001 a 2012, utilizando como instrumentos de análise o modelo de decomposição s*hift-share*, que permite decompor as fontes de

crescimento nos efeitos área, rendimento, dentre outros efeitos, a fim de encontrar os fatores responsáveis pelo crescimento ou queda da produção. A preocupação do artigo de **Suíse Leon Bordest**, *Arborização de ruas e rede de água: Relato de experiência* é a de mostrar que a arborização em vias públicas, logradouros, praças e parques das cidades modernas é uma necessidade para a vida das pessoas que nelas vivem. A autora procura refletir sobre a importância da compreensão das interações entre arborização, rede de água e calçada pública para a boa convivência entre as mesmas. Já o estudo de **Débora Moreira Mello**, *Adensamento Florestal: Uma Alternativa de Repercussão da Atratividade Turística na Ilha Bela – Mato Grosso tem* como finalidade sensibilizar a comunidade do Município de Nova Xavantina-MT, levando seus habitantes a exercer ativamente papéis fundamentais para a preservação e conservação da natureza, seja através do plantio de mudas com espécies já existentes no bioma cerrado, formando, dessa forma, a preocupação ecológica e buscando a melhoria para a qualidade de vida da geração atual e futura. Com isso, os editores da Revista Eletrônica Documento/Monumento ressaltam que a amplitude geográfica e a diversificação institucional das autorias foi fundamental no processo de construção do vol.13. n.1, de dezembro de 2014, comemorativo dos 44 anos da Universidade Federal de Mato Grosso e os 38 anos do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR.



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

**NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL NDIHR

SUMÁRIO

09 CARTOGRAFIA E NATUREZA: OS MAPAS DO SERTANISMO (PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII)
Tiago Kramer de Oliveira

23 A CIRCULAÇÃO DE INFORMAÇÕES E O SISTEMA DE VIGILÂNCIA PORTUGUESA DA FRONTEIRA DO RIO DA PRATA (SÉCULO XIX)
Adriano Comissoli

41 O GÊNERO FEMININO NA AMÉRICA PRÉ- HISPÂNICA
Daniel Almeida de Macedo

51 A AUTOBIOGRAFIA DE GARCIA NETO COMO BIOGRAFIA DE MATO GROSSO: A DIVISÃO DE MATO GROSSO NO DISCURSO "ESTADO SOLUÇÃO"
Nathália da Costa Amedi

64 FAUSTINO RIBEIRO JUNIOR: CIÊNCIA, MAGIA E POLÍTICA NA BAHIA DO LIMIAR DO SÉCULO XX
Rafael Rosa da Rocha

78 HISTÓRIA E CINEMA: RELATOS DE PESQUISA, REFLEXÕES PARA A PRÁTICA HISTORIOGRÁFICA
José Luís de Oliveira e Silva

96 HISTÓRIA DAS ARTES PLÁSTICAS EM MATO GROSSO
Renata Carvalho Oliveira Zambom
José Serafim Bertoloto

111 O RITUAL SAGRADO DO CURURU DE MATO GROSSO COMO EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E RESISTÊNCIA
Cilene Maria Lima Antunes Maciel
Lucy Ferreira Azevedo

119 INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA NA PROVÍNCIA DO PARÁ NA DÉCADA DE 1870
Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França
Vitor Sousa Cunha Nery

133 ENSINO MÉDIO PÚBLICO E CLASSE TRABALHADORA: ENTRE A IDEOLOGIA E O DISCURSO HEGEMÔNICO
Carine Jung
Liliam Faria Porto Borges

148 HISTÓRIA DAS PROFESSORAS MIGRANTES NA FRONTEIRA: CONFLITOS E PRECONCEITOS.
Maria das Graças Campos

161 SITUAÇÃO DE DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM EM MATEMÁTICA: CONCEPÇÕES E INTERVENÇÕES DE PROFESSORES QUE ATUAM NO ENSINO FUNDAMENTAL
Marta Andreia Estancare Pinheiro Silva
Marta Maria Pontin Darsie

172 OS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E A EDUCAÇÃO NO COMBATE À EXPLORAÇÃO SEXUAL
Raquel Martins Fernandes Mota
Luiz Augusto Passos
Degmar Francisco dos Anjos
Epaminondas de Matos Magalhães

185 *EXPECTATIVAS, CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS ACERCA DA BOLSA PERMANÊNCIA PARA UMA FORMAÇÃO DE QUALIDADE PARA OS ESTUDANTES DA UFMT- 2011*
Marta Silva de Queiroz Leite

194 *A PANTANEIRA-BUGRE NA MPB*
Lucy Ferreira Azevedo
José Serafim Bertoloto

202 *A POÉTICO-POLÍTICA DA SINFONIA DAS BUZINAS DE JORGE ANTUNES*
Elina Padilha Fernandes
Teresinha Prada



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL NDIHR

212 *ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE DA ECONOMIA IMATERIAL. RUMO À CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA AGENDA*
Alain Herscovici

229 *O ICMS ECOLÓGICO COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA AMBIENTAL PARA O ESTADO DE MATO GROSSO (RESENHA)*
Pâmela Rodrigues Miranda
Luiz Carlos dos Santos

241 *(IN) EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DA COTONICULTURA NA REGIÃO DE CAMPO NOVO DO PARECIS*
Alexandre Magno de Melo Faria
Álex Luna Prates

254 *ANÁLISE DOS EFEITOS DA PRODUÇÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO CENTRO-OESTE E SUDESTE DO BRASIL*
Michele Jackeline Andressa Rosa
Arturo Alejandro Zavala Zavala

272 *ARBORIZAÇÃO DE RUAS E REDE DE ÁGUA: Relato de experiência*
Suíse Monteiro Leon Bordest

281 *ADENSAMENTO FLORESTAL: UMA ALTERNAIVA DE REPERCUSSÃO DA ATRATIVIDADE TURÍSTICA NA ILHA BELA – MATO GROSSO*
Débora Moreira Mello
José Carlos Nunes



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL NDIHR

REVISTA ELETRÔNICA

REDM

DOCUMENTO MONUMENTO 13

ISSN: 2176-5804 - Vol. 13 - N. 1 - Dez/2014

NDIHR

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL - NDIHR

www.ufmt.br/ndihr/revista



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL NDIHR

CARTOGRAFIA E NATUREZA: OS MAPAS DO SERTANISMO (PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII)

Tiago Kramer de Oliveira
Doutor em História Econômica (USP)
Professor da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)
kramerhis@gmail.com

RESUMO

No contexto das conquistas portuguesas nos interiores da América, na primeira metade do século XVIII, produziu-se uma documentação cartográfica denominada por Jaime Cortesão de "cartografia sertanista". Em nossas pesquisas destacamos que, apesar de aparentemente rudimentar, essa cartografia tinha características próprias da cartografia das conquistas europeias (especificamente portuguesas) na América. Essas rústicas representações revelam indícios sobre a dinâmica da espacialização das conquistas na primeira metade do século XVIII, nos territórios de exploração de ouro e nas interligações destes com diversas regiões da América colonial. Discutiremos, em particular, como alguns mapas das conquistas sertanistas representavam as características do meio ambiente. Mais do que servir aos interesses da colonização, esses mapas serviram para construir uma tradição cartográfica e toponímica que se perpetuaria em mapas posteriores, inclusive contribuindo para romper com tradições cartográficas científicas, presentes em mapas de ilustres cartógrafos da primeira metade do século XVIII, como Jean-Baptiste B. d'Anville e Guillaume Delisle. Argumentamos que explorar a natureza desses mapas - e as representações sobre a natureza inscritos em seus rústicos traços - podem contribuir para enriquecer as interpretações sobre as conquistas portuguesas nos interiores da América.

Palavras-chave: Brasil Colonial; Cartografia Colonial; Sertanismo.

ABSTRACT

In the context of the Portuguese conquests in the hinterlands of America, in the first half of the eighteenth century, was produced a cartographic documentation called by Jaime Cortesão of *cartografiasertanista*. In our research we emphasize that despite seemingly rudimentary, this cartography expressed particular characteristics of the European conquests in America(specifically Portuguese). These rustic representations shows clues about the

dynamics of the spatialization of the gains in the first half of the eighteenth century, the territories of gold exploration and the interconnections of these with various regions of colonial America. We discuss in particular how in some maps of explorers were represented the characteristics of the environment. More than serve the interests of the colonization, these maps were used to build a cartographic and toponymic tradition that would be perpetuated in later maps, including contributing to breaking with scientific cartographic traditions present in maps produced by illustrious cartographers of the first half of the eighteenth century, as Jean -Baptiste B. d'Anville and Guillaume Delisle. We argue that explore the nature of these maps - and the representations of nature inscribed in their rusticity - can enrich the interpretations about Portuguese conquests in interiors of America.

Keywords: Colonial Brazil; Colonial Cartography; Portuguese Conquests

A discussão teórico-metodológica sobre aquilo que J. Brian Harley chamou de "natureza dos mapas" (HARLEY, 1989) é relativamente recente nas ciências humanas e mais ainda no campo historiográfico. Embora possamos encontrar reflexões significativas em autores em décadas anteriores, é fundamentalmente a partir de meados dos anos 1980 que o estatuto da cartografia passa a ser discutido em perspectiva histórica, à luz dos estudos filosóficos, linguísticos, sociológicos e antropológicos contemporâneos (EDNEY, 2005, p. 720). Estudos como os de J. B. Harley, David Woodward, J.Fels, D. Wood, M. Edney, Jeremy Crampton, Christian Jacob, entre outros, são exemplos do que se convencionou chamar de Nova História da Cartografia.

Não temos espaço para discutir em pormenores as diversas contribuições dos autores para a fundamentação teórico-metodológica que sustenta nossa análise, mas iremos sintetizar abaixo "aproximações" que utilizaremos para problematizar alguns aspectos do *Mapa da região das monções de São Paulo a Cuiabá* (Figura I), particularmente aqueles ligados ao que podemos chamar de "meio ambiente".

Partimos das seguintes premissas sobre os mapas: 1) são imagens que imprimem sentidos e movimentos[1]; 2) constroem retóricas que expressam relações de poder[2]; 3) constituem-se em elementos mediadores em relações de comunicação[3]; 4) são indícios de relações sociais que se especializam[4].

Um dos vários "mapas sertanistas" disponíveis na Biblioteca Nacional do Brasil foi denomin*ado de Mapa da região das monções de São Paulo a Cuiabá*, e tem 55 x 104 cm (Figura I). Levando em conta a forma como as redes fluviais estão representadas podemos dividir o mapa em duas metades. Na parte direita um caudaloso rio ergue-se como um galho espesso e os demais rios, como galhos menores, unem-se ao principal. Os traços demonstram que os riscos que representam os rios são mais fortes próximos ao *galho* principal e enfraquecem-se na medida em que se distanciam dele. O rio que orienta a localização dos demais é o chamado Rio Grande (que seria o equivalente ao rio Paraná[5]), ao nordeste o limite é o rio Piracicaba, ao sudeste o rio Tibagi, a sudoeste o rio "Himinhema" (Ivinhema) e a noroeste o rio "Auacuriu" (Sucuriú).

FIGURA I



Mapa da região das monções de São Paulo a Cuiabá ca.1720. Dimensão: 55x104,5cm. Direitos: Biblioteca Nacional (Brasil) Coleção: Bibliotheca Nacional Publica da Corte.

Na outra metade do mapa, do lado esquerdo, não há o equivalente a um veio principal. Há sim, uma base estreita a partir da qual se abrem os rios. A aparência não é de um tronco de árvore, mas de um arbusto, onde a partir de uma base os ramos abrem-se como em um leque. Na base, o topônimo é *Paraguay*. A base, contudo, não é ponto de convergência entre os *ramos*. As marcas da tinta demonstram que os traços que marcavam os rios eram bastante descontínuos, e tanto o início quanto o fim da maioria deles não é definido. Mesmo na convergência dos rios, logo acima da base, os traços não se unem, ou seja, não foi estabelecido um ponto de convergência a partir do qual a rede hidrográfica seria representada.

O mapa acima faz parte de um conjunto de mapas classificado por Jaime Cortesão como "mapas sertanistas". Devido à "rusticidade", o mapa foi ainda sub-classificado como "bandeirante". Para Jaime Cortesão, assim como para Sérgio Buarque de Holanda, as características desses mapas denotariam uma influência da "geografia dos índios", ou da cartografia dos "povos primitivos", sobre a cultura material dos "paulistas"[6].

Ao observar o mesmo mapa, Mario Clemente Ferreira retificou que seria obra de "um bandeirante anónimo (...) [que] traçou um esboço sem qualquer rigor científico onde representou os principais rios, indicou algumas distâncias em léguas e localizou as minas". Para Ferreira, o principal objetivo do autor foi destacar os caminhos que levavam às minas, "para isso, assinalou uma das primitivas rotas do caminho fluvial que ligava esta cidade e o porto de Araritaguaba àquela região aurífera, ou seja, o célebre percurso das monções, expedições de carácter comercial e povoador" (FERREIRA, 2007, p. 2).

Embora haja consideráveis avanços na História da Cartografia do Brasil Colonial, em relação aos mapas "sertanistas" os trabalhos mais recentes, como o de Ferreira, não fazem muito mais do que reforçar as interpretações de Jaime Cortesão e de Sergio Buarque de Holanda[7]. Uma análise fundamentada nos referenciais teórico-metodológicos brevemente descritos pode revelar características desses documentos que contradizem as definições e interpretações consagradas. Antes, contudo, de explorar o *mapa-por* dentro, exploraremos sua comunicação com outros mapas.

O *Plano Hidrográficodas bacias dos rios Paraná e Paraguai, abrangendo as regiões de São Paulo e Mato Grosso* (Figura II) é um mapa inacabado. Não apenas pelo fato da legenda do mapa estar em branco (abaixo da rosa-dos-ventos), mas ainda devido ao traçado de alguns rios não terem sido completados, algumas inscrições aparecerem duas vezes no mapa e há também muitas rasuras. Notamos ainda que, ao ser dobrado ao meio, a tinta de um lado do mapa marcou o outro, com mais densidade nos desenhos em aquarela.

As inscrições de rios, topônimos, vilas e informações sobre caminhos, são claramente feitas com base em outros mapas, particularmente o *Mapa da região das monções*... (Figura I) e a *Idea da topographiaathe as novas minas de Cujaba*[8].

Em relação ao *Mapa da região das monções*... vejamos os detalhes (Figura II). Comparando os dois mapas, parece que o autor do *Plano Hidrográfico* tinha uma tarefa relativamente fácil. Ou seja, apenas substituir sinais rústicos por inscrições mais "sofisticadas". Onde havia apenas algumas árvores desenhadas de modo bem simples, e com a indicação de ser um caminho de "matto", o autor inseriu a representação de uma floresta densa com inúmeras arvorezinhas, também feitas cada uma delas com poucos riscos, sem muito acabamento se vistas de perto, mas que à distância compõe um conjunto harmônico. Técnica infinitamente utilizada, reproduzida, por exemplo, por Diogo Soares e Domingos Capacci no conhecido conjunto de mapas *Carta da Costa do Brazil*[9].

FIGURA II



Plano hidrográfico das bacias dos rios Paraná e Paraguai, abrangendo as regiões de São Paulo e Mato Grosso, 17--. Desenho a tinta ferrogálica e aquarelado: 42,5 x 59,5cm. Coleção: Bibliotheca Nacional Publica da Corte. Acervo da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

FIGURA III





Detalhes do *Mapa da região das monções...Op. cit*. (esquerda). Detalhes do *Plano Hidrográfico. Op. cit*. (direita)

Nas indicações de vilas, substituiu-se o círculo pela representação de igrejas, como também era a regra geral[10]. O autor procurou uma padronização ortográfica, não inscrevendo ao lado dos nomes em português os nomes de origem indígena, atribuídos aos rios Pardo e Verde, por exemplo. Nos caminhos, que no *Mapa da região das monções* aparecem apenas com indicações de distância, o autor do *Plano Hidrográfico* riscou linhas tracejadas, também forma comum de representá-los.

Mas a tarefa do autor era bem mais complexa do que apenas trocar sinais. Para os *mapmakers* "sertanistas", a indicação de coordenadas geográficas, pontos cardeais, as escalas, eram características ausentes. Tal ausência, porém, não pode ser explicada apenas pela *falta*, mas pela *existência* de técnicas que permitem representar territórios, apontar distâncias, localizações, sem uma suposta precisão matemática, mas com a pretensão de fidelidade ao espaço de referência.

As *operações* que possibilitam a emergência de uma cartografia "sertanista" são bastante diversas das que estão nos manuais europeus, ou mesmo das formas eruditas não científicas. Ou seja, quando o mapa é inscrito no papel são materializadas relações sociais que possibilitaram sua produção, uma vez essas relações sendo bastante diferentes é impossível a simples *tradução* do produto final. Optar por representar uma "lógica geométrica" do espaço não estava no horizonte daqueles que confeccionavam os mapas "sertanistas". Tampouco os que utilizavam essa lógica, como os padres matemáticos e os engenheiros militares, poderiam aplicá-las a tais mapas. Estamos convencidos de que, assim como os autores dos mapas "sertanistas" não dominavam os códigos eruditos europeus, os matemáticos e engenheiros militares tinham dificuldades em decodificar a rústica cartografia. É fato que estes mapas serviram de base para a produção de mapas "científicos", mas apenas na medida em que tais mapas inseriram-se nas *operações* postas em práticas com a mobilização de saberes eruditos.

Há, contudo, um aspecto curioso na comparação entre o *Plano Hidrográfico* e o *Mapa da região das Monções*. Nenhum dos dois mapas teve título atribuído pelo próprio autor e, embora os mapas procurem representar a mesma região, na mesma escala, foram denominados de forma completamente distintas. Dosmapas "sertanistas" que pesquisamos, o único que apresenta título inscrito pelo seu autor é o *Idea da topographiaathe as novas minas de Cujaba*, que utilizava um modo de representar o espaço muito próximo do que foi adotadopelo autor do *Mapa da região das monções*. Parece que a elaboração de uma topografia, mais do que apenas representar um ou vários percursos fluviais (vários percursos terrestres também foram representados, além de vilas e povoações), era o objetivo dos *mapmakers*.

De qualquer modo, *O mapa da região das Monções* tornou-se uma espécie de mito de origem do percurso monçoeiro, que foi ressignificado ao longo do tempo e cristalizou-se no mapa *Rotas Sertanistas*, apresentado por Sergio Buarque de Holanda no livro *Monções*, de 1945 (FIGURA IV). O mapa de Holanda tornou-se referência para reproduções didáticas e para a história e a geografia do sertanismo e das monções[11].

FIGURA IV



Fonte: HOLANDA, Sérgio Buarque de Holanda. Monções. Rio de Janeiro: Casa do Estante do Brasil, 1945, p. 126. Cópia digital disponível em: < www.ufgd.edu.br/omardaniel>.

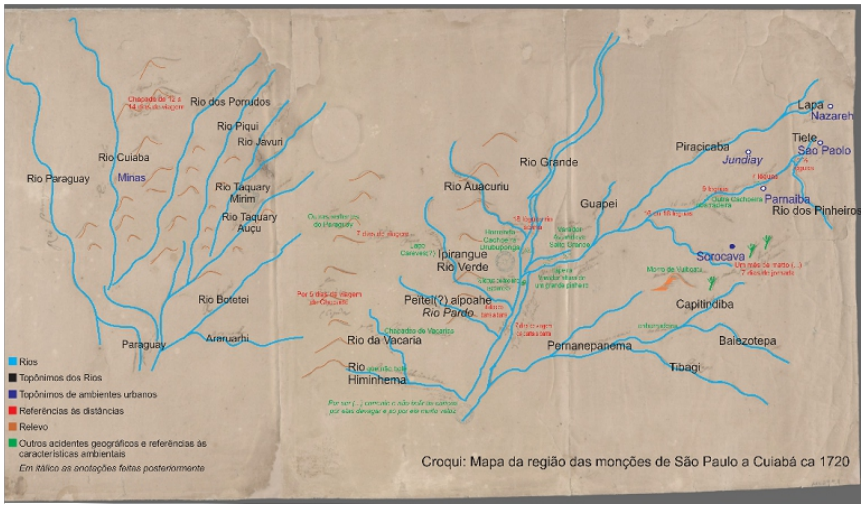
Podemos observar, contudo, que a "rota originária" apresentada por Sergio Buarque não está representada do *Mapa da região das monções*, uma vez que apenas em 1723 foi descoberto o

varadouro de Camapuã. O mapa de 1720, portanto, não poderia representar o "célebre percurso". Alguns dos traçados representados por Holanda como "caminhos das bandeiras seiscentistas para o rio Paraguai" são representados no mapa de 1720 – e pelo *Plano Hidrográfico* - como caminhos que levam às minas do Cuiabá.

Comparando o mapa de Holanda com o *Mapa das Monções* percebemos que há semelhanças que vão além dos caminhos representados. Nos dois mapas os nomes dos rios são inscritos seguindo o curso dos mesmos, e os topônimos de povoações e vilas seguem a mesma orientação, com um círculo marcando a localização. Obviamente que tal semelhança não se deve a uma aproximação entre os dois mapas, mas à filiação de ambos a padrões comuns de representação. Nenhum dos dois possui escala ou indicações de latitude e longitude. Contudo, em relação ao mapa do autor de *Monções*, o *Mapa da Região das Monções* é muito mais rico de informações e signos. Para apreender partedessa riqueza no croqui (Figura V), utilizamos cores para classificar as diferentes características do mapa e elaboramos uma legenda[12].

Em vermelho destacamos as referências às distâncias. São utilizadas duas formas distintas para medi-las: uma por meio de unidades de tempo - dias e meses - e outra por unidade de medida, a légua. A última é usada unicamente para medir distâncias no percurso fluvial, e aparece na carta apenas nos rios mais conhecidos pelos sertanistas: uma vez, medindo a confluência entre o Tietê e o Pinheiros, três vezes no rio Tietê, marcando tanto distâncias como localização de cachoeiras, e outra vez no rio Grande (atual Paraná).

FIGURA V



Croqui: Mapa da região das monções de São Paulo a Cuiabá ca 1720

Já as medições por dias estão em todo o mapa, tanto nos caminhos de terra, quanto nos percursos fluviais. Quanto aos caminhos de terra, a única representação dos mesmos é a quantidade de dias gastos para percorrê-los. Da direita para a esquerda, o primeiro caminho assinalado é o de São Paulo até as minas de Paranapanema. Há dois caminhos entre as duas metades do mapa, um acima, onde abandonando o rio Pardo persegue-se o Taquari, e outro abaixo, que do rio "Huminhema" (atual Ivinhema) alcançava o rio "Botetei" (atual Miranda).

Quanto às medições por dias nos caminhos fluviais, são duas referências claras ao longo do rio Paraná, que apontam as distâncias entre as barras dos rios Paranapanema e Tietê e entre as barras dos rios Pardo e Verde. Há ainda outro caminho ao norte das Minas de Cuiabá. A "Chapada" provavelmente faça referência ao topônimo Chapada que identificava onde hoje se localiza a Chapada dos Guimarães, uma vez que em todo o mapa apenas topônimos aparecem com início em letras maiúsculas. O caminho

cuja distância é de 12 a 14 dias é, ao que tudo indica, a distância entre as áreas de exploração aurífera e a Chapada.

O conhecimento sobre as distâncias – em dias, meses e léguas – era fundamental para o planejamento das expedições, a preparação das provisões, dos locais de pousio. Tais informações só eram possíveis a partir da vivência dos sujeitos nos espaços representados. Inscrever unidades de medida ao longo do mapa significa muito mais que simplesmente apontar distâncias. As formas de medir demonstram mais que a tentativa de percorrer caminhos com menos riscos, com mais precisão, denotam a espacialização de uma temporalidade europeia associada à conquista, e de práticas sociais que produzem o território.

Outra observação que podemos fazer em relação às distâncias, é que elas eram medidas em relação ao *tempo praticado* no espaço. Mesmo as distâncias em léguas não podem ser simplesmente convertidas em unidades de medidas atuais. As distâncias percorridas levam em conta fatores como os desvios a serem feitos, a sinuosidade dos rios, o que explica, por exemplo, as discrepâncias entre as distâncias discriminadas pelos exploradores daquelas apontadas por mapas atuais georeferenciados[13].

Tomando a primeira definição que atribuímos à cartografia - a de imagens que imprimem sentidos e movimentos – percebemos que o *Mapa das Monções* espacializa unidades de medida no papel, que são resultados de práticas anteriores de exploração do espaço e impulsionam práticas ulteriores de intensificação e de diversificação dessa exploração. Analisar, portanto, os mecanismos que possibilitam a emergência de uma cartografia "sertanista" é mergulhar no *modus operandi* das práticas econômicas e sociais que espacializaram-se permitindo a conquista dos territórios ao centro da América do Sul. A forma peculiar como o tempo espacializa-se no decorrer do processo de conquista têm relação, portanto, com o modo como as "coisas" são incorporadas enquanto "imagens".

Longe de expressar a realidade em si, o objetivo da confecção do mapa é construir um conjunto de imagens que cria uma realidade dada a ler. Como vimos em nossa segunda definição, o mapa constitui-se em uma retórica e é feito de *signos* e *desígnios* (WOOD e FELS, 1986). Iremos explorar a retórica do mapa com base em aspectos aparentemente "neutros", ligados ao que denominamos - com uma boa dose de anacronismo e na falta de termos melhores - de *relevo* e de *acidentes geográficos*.

Em marrom no croqui, estão as referências ao relevo. Os traços e localização dos mesmos respeitam o mapa original. Percebemos que na parte direita do mapa, na margem ocidental do rio Paraná até rio Tietê, não existe a preocupação em representar regiões de "chapadas". A única referência é um morro cuidadosamente representado de forma diferenciada dos demais: o morro de "Vuiticatu", referência recorrente em outras representações cartográficas, tanto "sertanistas" quanto eruditas.

Já na margem esquerda do Paraná, há vários riscos em curva que simbolizam regiões de morros e serras. Primeiramente entre os rios Pardo, Verde e "Aucariu", depois entre os caminhos de terra que ligam as duas redes fluviais, e enfim ao norte das cabeceiras dos rios Cuiabá, "Dos Porrudos" (atual São Lourenço), "Botetei" (atual Miranda) e Taquari.

Em verde, as referências às características do ambiente e acidentes geográficos. Na ligação entre o rio Tietê e o rio Paraná, há sete indicações. Cinco dizem respeito a quedas d'água, que no mapa, além da descrição, são indicadas por vários pontos próximos uns aos outros em torno ou dentro do canal do rio. Da direita para a esquerda, duas têm localização em léguas, em uma os pontos marcam a existência da cachoeira, em outra além dos pontos há a indicação de "outra cachoeira". Os relatos daqueles que integraram expedições exploratórias abordam a existência de várias quedas d'água entre Jundiaí e a barra do rio Sorocaba. Cruzando os relatos, contudo, parece ser possível identificar à quais cachoeiras o mapa faz referência. Sobre a primeira cachoeira, os relatos de Cabral Camelo e Manuel de Barros apontam:

> Partidos desta Capela (em Araritaguaba), e passadas duas voltas deste rio, se dá em uma cachoeira chamada Cangoeira (....) está se

> tomará a mão direita, e por entre uma ilha, e logo se irá passando à esquerda navegando por más correntezas, que estão aparecendo. Mas abaixo de duas voltas, e meia do rio estão outras correntezas, estas se tomaram a mão direita, e acabado o coto, que faz o rio, se passará logo à esquerda a tomar o juromerim, ou sumidouro, e tomado este se navegará a direita a embocar por um canal manso, e quieto, que logo se encontra (BARROSIN TAUNAY, 1981, 149-150). (grifos e parêntese nossos)

> Depois de passar algumas Itaypavas cheguei no quarto dia a um salto a que chamam de Jurumirim, que na língua da terra quer dizer boca pequena; e na verdade assim o é, porque o rio se mete nele e sai por um canal tão estreito, que parece um funil: este salto, que consta de várias cachoeiras e itaipavas, será de distância de meia légua: aqui se passam por terra as cargas às cabeças dos negros, e as canoas em parte vão a sirga, e em parte por terra, e por cima de inumeráveis pedras (CAMELO, 1842, p. 488). (grifos nossos)

A relação entre os relatos denominados de "sertanistas" ou "monçoeiros" e os mapas merecem estudos mais aprofundados, uma vez que há muitas referências coincidentes entre as essas tipologias documentais. Poderíamos, inclusive, questionar se os mapas não teriam sido feitos a partir dos relatos. A datação de alguns mapas e relatos foi feita unicamente a partir das informações neles contidas, sendo possível, portanto, que um mapa tenha sido feito na década de 1730, com informações de relatos de anos anteriores. Segundo Thereza M. Presotti, o roteiro de Barros teria sido escrito nos primeiros anos da década de 1720. Já o relato de Camelo é datado, pelo próprio autor, que em 1734 relatou a experiência da viagem que fez às minas de Cuiabá em 1727 e seu retorno em 1730 (PRESSOTI, 2008, p. 141; 164).

Sobre as dificuldades enfrentadas pelas expedições sertanistas há um sem número de referências. As formas de contornar as dificuldades advindas das inúmeras quedas-d'água existentes nos caminhos era referência constante. Tanto os relatos como os mapas demonstram que não era o improviso que dominava o cotidiano dessas viagens. Havia uma perspectiva dos problemas e uma prática comum para enfrentá-los. Após passar por Jurumirim, há mais uma vez várias cachoeiras até a barra com o rio Sorocaba. É a conjunção dos relatos que permite supor qual cachoeira era referida.

> Prosseguiu-se a viagem pelo Tietê, e nos dias seguintes até a Cachoeira Pirapora, onde se descarregaram as canoas e levaram com grande trabalho, passando-se as cargas às costas dos negros, Havendo-se já passado nos dois dias antecedentes algumas Cachoeiras e correntes com grande risco e trabalho, por serem cada uma delas um perigo continuado, aonde mesmo os pilotos, ou práticos perdem a cor e o ânimo por correrem ali as águas com tanta força e violência, que se não salva nada do que cai nelas, sem que se aproveite o saber nadar pelas pedras despedaçarem tudo em um instante (REBELO IN TAUNAY, 1981, p. 104).

> (...) e daí o rio manso até Piraporá (...) a cachoeira é grande, nela se descarrega as canoas, e se levam à sirga e se embicam a mão esquerda sirgando-as até se tornarem a meter no canal, e tendo o rio água à beira rio é boa sirga (BARROS IN TAUNAY, 1981, p. 150).

O primeiro excerto citado foi escrito pelo secretário do governador Rodrigo César de Meneses, Gervásio Leite Rebelo, que relatou a viagem feita pelo governador às minas do Cuiabá, realizada em 1726. Após ultrapassar as duas cachoeiras, há referência no

mapa a outros dois "saltos", já próximos à barra com o rio Paraná. Primeiro a indicação do salto chamado de "Aviandava", e outro de "Itapeira". Na viagem que empreendeu às minas de Cuiabá, em 1727, Cabral Camelo relatou sua passagem pelos varadouros que contornam ambos os saltos:

> (...) se passam com bastante risco e perigo muitas itaypavas e cachoeiras: o primeiro salto dos três que nele se topam, chamado Panhandabá, e um despenhadeiro bastante alto, nele se varam as canoas por terra pela parte direita, e com elas as cargas em distância de um quarto de légua, pouco menos. O segundo salto, a que chamam Araracanguaba, é menos alto, e se passa pelo lado esquerdo na mesma distância. O terceiro, que está perto da barra, em que entra o Tietê no Rio Grande, chama-se Itapyra: é o mais alto de todos; nele se varam por terras as canoas pela parte direita em pouco mais distância nas cachoeiras que há entre estes três saltos: umas se passam a sirga, em outras se descarrega, e a maior parte a remo (...) (CAMELO, 1842, p. 488-489).

Em "Avanhandava", segundo Barros, havia, depois de ultrapassar os maiores percalços um local de pousio. Seis dias depois Barros chega ao varadouro de "Itapeira" onde,

> logo a mão direita se descarregam as canoas e se levam as cargas às costas dos negros, passando as canoas às mãos roçando o barranco até as meterem na boca do varadouro (...) aqui há um bom areal, onde se tornam a carregar as canoas, e é excelente paragem para pousar (BARROSIN TAUNAY, 1981, p. 156).

A altura do último grande salto antes da barra do Rio Paraná, é atribuída pelo autor do mapa: "altura de um grande pinheiro". Ao entrar no Rio Grande acima há referência a "Horrenda Cachoeira de Urubuponga" e abaixo, há meia légua, o "Redemoinho Espantoso". A utilização dos adjetivos "horrenda" e "espantoso" parecem não ser escolhidas aleatoriamente. Em pelo menos outros dois mapas a cachoeira de "Urubuponga" é referenciada como "horrenda"[14]. Apesar de ficar rio Paraná acima, a cachoeira de "Urubuponga" poderia ser percurso da viagem às minas do Cuiabá. Em um roteiro intitulado *Carta escrita do Cuiabá aos novos pretendentes daquelas minas*, cujo autor é desconhecido, há referência à cachoeira:

> (...) descarreguei uma de vossas canoas e navegai para a barra deste rio para cima até entrares à direita por um emparedado de pedras; entrando navegai até veres um grande salto (...) chama-se Urubupunguá: nele se despenha, e precipita a água por mais de vinte passos com tanto estrondo que se ouve no último salto do Tietê: ide até onde puderes chegar sem risco bem provido de anzóis e linhas que vos não faltará peixe (NOTÍCIA 8ª IN TAUNAY 1981, p. 182). (grifos nossos).

Quanto ao "redemoinho espantoso", encontramo-lo em outro mapa[15], assim como no relato de Camelo e na Carta escrita do Cuiabá..., onde o adjetivo é substituído por um topônimo Jupiá[16]:

> Pelo Rio Grande abaixo se gastam quatro ou cinco dias; no segundo se passa pelo Jupiá, que é canal muito estreito cercado de pedraria, que terá pouco mais de cem palmos de largura, que o rio comumente e aonde menos um quarto; neste Jupiá se passam as canoas à cirga, presas com cordas pela proa e pela popa por medo dos redemoinhos que faz a água, em que é fácil

> submergir-se, como dizem aconteceu a toda uma tropa de sertanistas antigos (CAMELO, 1842, p. 489).
>
> (...) por aqui estão os célebres redemoinhos em que o por-lhe a proa em cima é ir ao fundo, e ocasião houve em que uma tropa toda de sertanistas antigas se soverteu. Para passares seguro tanto que avistes o rio Guacuri vindo pela parte esquerda e ver da direita duas pedras que têm a forma de ilhas, onde o rio estreita, e onde é preciso que venhais sempre chegados, e roçando as canoas com as mesmas pedras, e tanto que alargar o rio vereis logo para a parte direita os ditos redemoinhos, chamados Jupiá de que ireis já livre e navegando sempre pela parte esquerda (NOTÍCIA 8ª IN TAUNAY 1981, p. 182). (grifos nossos).

Também Barros e Rebelo narram a passagem pelo dito redemoinho. Rebelo narra que após seguir viagem pelo Rio Grande "passou com grande susto e trabalho os caldeirões e redemoinhos, que faz por entre as pedras este caudaloso rio, passando por várias ilhas, coroas e areais se foi dormir á barra do rio Apeú" (REBELO IN TAUNAY, 1981, p. 106). Barros relata que "se entra no Rio Grande, e se vai por ele abaixo, e cedo se chega a uns Redemoinhos, passando primeiro um emparedado de lajes que faz o rio (...) está depois logo uma cachoeira com seus redemoinhos, e se chama Iupiassú" (BARROS IN TAUNAY, 1981, 157).

Os obstáculos, contudo, não aparecem na retórica desta cartografia como limites impostos ao conhecimento do mundo ou à exploração, mas antes *um meio* para cumprir um desígnio. Na retórica, os signos atribuídos aos obstáculos povoam de medo às mentes dos que pretendem arriscar-se para explorar os interiores, e cobrem de glória e admiração àqueles que *venceram* tais obstáculos, assim como retifica na memória os que morreram ou sofreram muitas perdas materiais e/ou de vidas nos caminhos.

No texto da *cartografia sertanista*, a forma como as adversidades eram representadas criavam uma epopeia sem a necessidade de vangloriar feitos de heróis singulares. Os rabiscos em forma de círculos concêntricos, os pontos que simbolizavam cachoeiras imensas heroicizam coletivamente aqueles que se atreveram a passar por elas[17]. Seria a produção histórica ulterior, e não os relatos de viagem ou a cartografia, a nomear os heróis. Para os coevos eram certamente os rios, as cachoeiras, os redemoinhos, os ameríndios, as paragens, e o *sertanista* – ou os *paulistas* - no coletivo, os principais personagens da trama da exploração dos espaços.

José Jobson de Andrade Arruda a respeito do sertanismo, ainda em relação ao século XVII, afirma que,

> As expedições tornaram-se empreendimentos de vulto. Estruturadas em forma de companhias, com lugares-tenentes e capelães, contando com a participação de brancos, mamelucos, índios agregados ou aliados, transformaram-se em verdadeiras armações, porque se destinavam a obter lucros e reparti-los entre seus componentes (ARRUDA, 2011, p. 88).

Existia, portanto, uma diversificação social significativa no interior das expedições. Nas narrativas sertanistas é bastante claro que os "sertanistas" eram senhores de escravos e administradores de índios, que organizavam as expedições com uma orientação mercantil. A textualidade do mapa e dos relatos legitima o lugar social dessa elite e reivindica para a mesma a valorização de seus feitos.

No rio Verde que, segundo Barros, fazia parte do caminho percorrido às minas do Cuiabá até 1722, há referência, no fim da jornada por seu leito, à existência de um lago. Em direção noroeste ao lago há referência a "outras vertentes do Paraguay" (o que mostra que o autor do mapa tinha referência da existência de rios e córregos entre o rio Verde e o rio Taquari e "Botetei"), para finalmente chegarem ao Cuiabá. Este caminho não foi utilizado por nenhum

dos autores dos relatos que pesquisamos, já que todos tomavam o rio Pardo e dele seguiam pelo varadouro de Camapuã e depois para o rio Coxim e Taquari. No entanto, o relato de Manoel de Barros faz referência ao caminho pelo rio Verde:

> Todos os sertanistas que iam para o sertão de Cuiabá, (...), que tomavam o rio Verde, porque estes costumavam andar escoteiros pelo sertão, e sem mais provimento que o de pólvora e chumbo, e de roupa pouco mais trazem, também outros navegavam sim o rio Pardo, mas chegando as paragens de Nhanduí, Caijurú, e Capão dos Porcos, deixavam as canoas e marchavam por Cuiabá por terra, e de volta, já com seu gentio tornavam nas mesmas canoas para o rio Grande, e nunca se animaram a subir às cabeceiras do rio Pardo (...) (BARROS IN TAUNAY, 1981, p. 160). (grifos nossos).

Além de apontar o caminho pelo rio Verde, Manoel de Barros aponta o caminho que percorre parcialmente o rio Pardo, abandonando-o muito antes de atingir sua cabeceira. Há outras indicações (em verde no croqui) de outro caminho que de São Paulo percorria-se até as minas de Paranapanema e de lá até as minas do Cuiabá pelo rio Ivinhema. Os primeiros são desenhos em forma de árvore, bastante rústicos, que indicam a presença de vegetação mais espessa, seguindo a indicação de distância de "um mês de mato". Há referência também ao morro de "Voiticatu" e seguindo a jornada no rio "Capitindiba" há referência há uma "anbarradeira" (assim como no rio Tietê entre as duas cachoeiras já abordadas há referência a "inbarradeira"), que ao que tudo indica refere-se a trechos em que há risco de encalhar as canoas. No rio Ivinhema há duas anotações. Uma que se incorpora ao topônimo, "que não bole" (que não move) e uma anotação feita posteriormente: "Por ser (...) corrente e não bolir as canoas por elas devagar, e só por ela muito veloz". Não encontramos relatos do período que demonstrem tal dificuldade de navegar no rio Ivinhema, mas novamente o *Plano hidrográfico* (Figura II) demonstra que a navegação no rio Ivinhema inicia-se bem depois da barra com o "rio Grande" e é interrompida bem antes de atingir sua cabeceira.

A multiplicidade de caminhos que habita os mapas e relatos constroem um discurso sobre o espaço radicalmente diverso daquele expresso pela produção histórica sobre as ligações entre São Paulo e Cuiabá, via caminho das monções. Aliás, como vimos o percurso monçoeiro e toda a estruturação comercial e produtiva em torno do mesmo não estava no horizonte dos coevos.

Apesar de breve e pontual, a análise que desenvolvemos permite defender que a percepção da cartografia como texto (e vice-versa), permite a desconstrução de outros textos que pretenderam "aprisionar" os signos e os desígnios inerentes aos mapas em esquemas interpretativos predeterminados. Tomados como documentos históricos e problematizados a partir de procedimentos teórico-metodológicos aqui mobilizados, os mapas do sertanismo nos revelam, em seus mais despretensiosos detalhes, indícios de uma lógica de apropriação do espaço que incorpora conhecimentos indígenas, mas que impõe sobre o espaço (do papel e das terras) a temporalidade da conquista.

NOTAS

[1] Em princípio é interessante rompermos com a ideia da existência de um espaço, ou uma *matéria*, da qual o mapa faz apenas *representação*, ou converte-se apenas em *imagem* de referência a uma realidade exterior. A aproximação com algumas concepções da fenomenologia pode contribuir para tal ruptura. Henry Bergson, no clássico *Matéria e Memória,* discute as relações entre o *espírito* e a *matéria* objetivando ultrapassar a polarização existente na filosofia entre idealismo e materialismo. É preciso ater-se a um ponto central no texto de Bergson. O autor não define a matéria como uma realidade bruta e absoluta. Bergson afirma: "chamo de matéria o

conjunto de imagens, e de percepção da matéria essas mesmas imagens relacionadas à ação possível de uma certa imagem determinada, meu corpo". A imagem não é imediatamente perceptível, ou seja, há uma característica em toda a imagem que justifica que ela "não pareça em si o que é para mim". Uma imagem é "solidária à totalidade das outras imagens, continua-se nas que a seguem, assim como prolongava aquelas que a precedem"[1]. Portanto, as imagens não servem apenas e fundamentalmente para ler o mundo, mas, sobretudo, para dar movimento a ele. Produzir o mapa, portanto, não é construir uma representação (em Bergson a representação é apenas subjetiva), pois como afirma Bergson "o espírito retira da matéria as percepções que serão seu alimento, e as devolve a ela na forma de movimento, em que imprimiu sua liberdade". (BERGSON, 1999, p. 5; 15-16; 17; 33).

[2] Em um artigo muito referenciado, Denis Wood e John Fels chamaram a atenção para o mapa como uma construção textual. Fundamentados nas obras de RolandBarthes, os autores analisaram um mapa da Carolina do Norte, demonstrando os interesses que norteavam sua produção. Longe de expressar a realidade em si, o objetivo da confecção do mapa é construir um conjunto de imagens que cria uma realidade dada a ler com a finalidade de atingir determinados objetivos. Ou seja, o mapa é feito de *signos e desígnios*. (WOOD e FELS, 1986). Distanciamo-nos, portanto, da interpretação fenomenológica (levando a diante sua contribuição) para fazermos, uma segunda aproximação: os mapas constituem-se em retórica no âmbito das relações de força. Harley aprofunda-se nas implicações da definição do mapa como *texto*. Mas, diferentemente de Wood e Fels, a inspiração das formulações de Harley são os trabalhos dos filósofos Michel Foucault e Jacques Derrida. (HARLEY, 1989).

[3] Para Christian Jacob: The map is an instrument of communication; this seems to be one of its essential features. There is always an enunciator and a receiver – the informed individual who is in possession of knowledge about space, about itineraries, about the wealth of a remote country, and the user who needs this information. Communication of cartographical knowledge is ruled by a history (…) the map is never an isolated object independent of desire to communicate, of the transmission of knowledge, and of a semiotic intent in the broad sense of the term". (JACOB, 2006, p. 100-101).

[4] A cartografia, por mais que por um lado não possa ser vista como um discurso neutro e objetivo, por outro não é uma obra de ficção sobre um espaço imaginado que se torna real apenas por meio de um discurso persuasivo convincente. Neste ponto de nossa discussão é relevante a questão colocada por Jeremy Crampton: "what is the relationship between the map and the territory if it is not the territory itself and yet is of it?". Como bem aponta o autor, "this is a key component to one of the abiding questions of the twentieth century: what is the nature of language (and symbol systems in general) and how does it represent?".(CRAMPTON, 2001, p. 696). Existe, portanto, uma correspondência entre o mapa e o território por ele representado, além das que já exploramos em nossas aproximações anteriores. Pensamos em mapas como constituídos por um conjunto de imagens, com textualidade que revela uma retórica que confere autoridade sobre o espaço, e utilização como instrumento de comunicação que espacializa as relações sociais. Mas podem ainda, esses mapas, se constituir em documentação referencial sobre os territórios que representam, uma vez que mesmo de modo indireto, os mapas trazem resquícios e fragmentos de relações sociais que se espacializaram.

[5] Tal "equivalência" (como outras que estabeleceremos) embora útil para fins heurísticos é, em certa medida, relativa e anacrônica. Relativa, pois embora o rio Grande corresponda no trecho representado ao atual rio Paraná, seus traçados nem sempre são correspondentes. Anacrônico, pois o topônimo rio Grande tinha significado particular para os coevos.

[6] Aspecto que discutimos amiúde em artigo recentemente publicado (Citação suprimida para não identificação do autor).
[7] Ver ainda COSTA, 2007, p. 116.

[8] *Idea da topographiaathe as novas minas de Cujaba* 17. Dimensão: 55 x 65cm. Coleção: Bibliotheca Nacional Publica da Corte. Acervo da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

[9] Ver por exemplo *Carta 9 a.da Costa do Brazil Ao Meridiano do Rio de Janeiro Desde a Barra de Santos athe a da Marambaya*. Autores: Diogo Soares e Domingos Capacci. Data: [c. 1737]. Dimensão: 18,8 x 31,7 cm. Cartografia Manuscrita do Brasil – n. 1142. Arquivo Histórico Ultramarino – Lisboa (apud BUENO, 2009, p. 127).

[10] Aos poucos, porém, percebemos acompanhando a feitura posterior de mapas, que a representação de vilas ganha traços cada vez mais simples, convertendo-se algumas vezes em figuras geométricas com uma cruz sobre elas, assumindo posteriormente apenas uma forma geométrica, e de um círculo.

[11] Recentemente Maria do Carmo Brasil e Omar Daniel apresentaram uma versão deste mapa "atualizada por georeferenciamento". (DANIEL e BRAZIL, 2008).

[12] Claro que nossos croquis não estão livres de críticas quanto à violência aos sentidos do mapa original. Agrupamos em marrom, vermelho, verde, azul, negritamos... aspectos que para os autores dos mapas, talvez não fizesse sentido estarem juntos, *defendendo as mesmas cores*. Mas não é isso exatamente que nós historiadores fazemos com os documentos? Como afirma Michel de Certeau os trabalhos que "aceitam passivamente os objetos distribuídos pelos produtores" assumem forma "romanesca e legendária". Para Certeau, o historiador redistribui os dados para transformá-los em produtos. Os arquivos já marcam esta distribuição agrupando diferentes documentos em grupos e em séries. Ele extrai o documento de um espaço e o faz funcionar de forma diferenciada em outro lugar, para Certeau "um trabalho 'científico' é definido quando opera uma redistribuição do espaço e consiste, primordialmente, em se dar um lugar pelo 'estabelecimento das fontes' – quer dizer, por uma ação instauradora e por técnicas transformadoras". (CERTEAU, 1982, p. 80-83).

[13] Enquanto a distância estimada por georeferenciamento entre Porto Feliz e a foz do rio Tietê é de 620 quilômetros, a distância apontada por Taunay, com base nos relatos, seria de aproximadamente 1003 quilômetros. (DANIEL e BRAZIL, 2008, p. 223).

[14] *Parte do gouerno de Sam Paulo e parte dos dominios da Coroa de Espanhaca* 1740. Desenho a tinta ferrogálica: 51,5 x 71cm - Acervo da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Coleção: Bibliotheca Nacional Publica da Corte. *Plano hidrográfico das bacias dos rios Paraná e Paraguai, abrangendo as regiões de São Paulo e Mato Grosso* 17--. Desenho a tinta ferrogálica e aquarelado: 42,5 x 59,5cm. Acervo da Biblioteca Nacional (Brasil), Rio de Janeiro. Coleção: Bibliotheca Nacional Publica da Corte.

[15] Plano hidrográfico das bacias dos rios Paraná e Paraguai, abrangendo as regiões de São Paulo e Mato Grosso 17--. Desenho a tinta ferrogálica e aquarelado. Dimensão: 42,5 x 59,5cm. Acervo da Biblioteca Nacional (Brasil) Coleção: Bibliotheca Nacional Publica da Corte.

[16] Assim como aparece no mapa *Parte do gouerno de Sam Paulo e parte dos dominios da Coroa de Espanhaca* 1740. Desenho a tinta ferrogálica: 51,5 x 71cm. Rio de Janeiro: Coleção Bibliotheca Nacional Publica da Corte.

[17] Podemos, assim, filiar (guardadas as proporções devidas) a narrativa que valoriza os feitos dos sertanistas à literatura portuguesa das conquistas. Seu maior representante, Luís Vaz de Camões, ao escrever *Os Lusíadas* construiu uma narrativa que heroicizava o conquistador português em sua coletividade.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *São Paulo nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2011.

BERGSON, Henri. *Matéria e memória*. 2ª Edição. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BUENO, Beatriz P. S. "Do borrão às aguadas: os engenheiros militares e a representação da Capitania de São Paulo". *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. nº. ser. v.17. n. 2. p. 111-153 jul.-dez., 2009.

CAMELO, João A. Cabral. "Notícias práticas das minas do Cuiabá e Goyases na Capitania de São Paulo e Cuiabá, que dá ao Rev. Padre Diogo Soares, o capitão João Antônio Cabral Camelo, sobre a viagem que fez às minas do Cuiabá no anno de 1727". RIHGB, v.4 n. 13. p. 487-500, 1842, p. 488.

CERTEAU, M. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 1982.

CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Tomo II. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2009.

COSTA, Antônio Gilberto (org). "*Roteiro prático de cartografia da América Portuguesa ao Brasil Império*". Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

CRAMPTON, Jeremy W. "Maps as social constructions: power, communication and visualization". *Progress in HumanGeography* , n. 25, 691-710, 2001.

DANIEL, Omar e BRAZIL, Maria do Carmo. "Sobre a rota das monções. Nave, pp. 209-226, navegação fluvial e sociedade sob o olhar de Sérgio Buarque de Holanda" *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 169, 2008.

EDNEY, Matthew H. Putting "Cartography" into the History of Cartography: Arthur H. Robinson, David Woodward, and the Creation of a Discipline". *Cartographic Perspectives*, v. 51, pp. 711-728, 2005.

FERREIRA, Mario C. "Cartografar o sertão: a representação de Mato Grosso no século XVIII". *Anais II Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*. Lisboa, 2007.

HARLEY, John B. "Deconstructing the map". *Cartographica*.v.26, nº 2, pp. 01-20.1989.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 2ª Edição. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1975.

JACOB, Christian. The sovereign map: theoretical approaches in cartography throughout history. Tradução Tom Conley. Chicago: Universityof Chicago Press, 2006.

PRESOTI, Thereza M. B. *Na trilha das águas. Índios e natureza na conquista colonial do centro da América do Sul: sertões e minas do Cuiabá e do Mato Grosso* (século XVIII). Tese de Doutorado. Brasília: UNB, 2008.

TAUNAY, Affonso de E. *Relatos Monçoeiros*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.

WOOD, Denis and FELS, John."Designs on signs / myth and meaning in maps".*Cartographica* .v. 23 nº 3, pp 54–103, 1986.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL NDIHR

A CIRCULAÇÃO DE INFORMAÇÕES E O SISTEMA DE VIGILÂNCIA PORTUGUESA DA FRONTEIRA DO RIO DA PRATA (SÉCULO XIX)

Adriano Comissoli
Professor na Universidade de Passo Fundo-Programa de Pós-graduação em História
Doutor em História Social (UFRJ)
adrianocomissoli@hotmail.com

RESUMO

O artigo versa sobre o sistema de comunicação mantido pela monarquia portuguesa com a finalidade de monitorar a fronteira com os espanhóis na região platina, extremo sul da América em inícios do século XIX. São abordados os meios pelos quais a Coroa de Portugal buscava manter-se atualizada, em especial o uso de patrulhas, batedores e espiões. Ao considera-se a existência desses agentes como parte de um circuito de comunicação política.

Palavras-chave: comunicação política, espionagem, fronteira.

ABSTRACT

The article is about the communication system held by Portuguese Crown wich aimed to observe the border with the Spanish in the region of rio de la Plata, in America extreme south in the early nineteenth century. We discuss the way used by the Portuguese Crown to keep himself updated, in particular the use of patrols, scouts and spies. We consider the existence of such agents as part of a politic communication network.

Keywords: politic communication, espionage, borderland.

INTRODUÇÃO

> *Somente o comandante mais astuto sabe como empregar os espiões. Somente o comandante humanitário e justo sabe como empregar os espiões. Somente o comandante alerta e sutil sabe como obter informação verdadeira dos espiões.*
>
> Sun Tzu, A arte da guerra.

O presente trabalho parte da constatação da existência de espiões e de uma rede de informação articulada pelos vassalos da Coroa portuguesa e atuante junto aos e dentro dos domínios espanhóis do rio da Prata, no extremo sul da América, em início do século XIX. Tendo em vista a localização de agentes como o soldado Manuel Joaquim de Carvalho, responsável por obter e transmitir informações sobre os vizinhos platinos, a investigação se dirige a compreender o funcionamento da comunicação política lusitana, estudada em situação privilegiada tanto por tratar-se da fronteira junto aos territórios de outro reino quanto por valer-se de expedientes não oficiais, como a infiltração destes informantes em áreas hispânicas.

A fim de conduzir o estudo optamos por uma variedade de conjuntos documentais. Em primeiro lugar o fundo Autoridades Militares, depositado no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, do qual selecionamos os maços de número 1 a 33, que percorrem desde o ano de 1790 ao de 1812, quando se encerra a intervenção portuguesa sobre a Banda Oriental. Conta o projeto com a consulta à correspondência do governador da capitania do Rio Grande de São Pedro Paulo José da Silva Gama (1802-1809), publicadas em 2008 (MIRANDA, MARTINS). Posteriormente serão consultados os documentos do Arquivo Histórico Ultramarino (Portugal) constantes no Projeto Resgate Barão do Rio Branco referente à capitania do Rio Grande do Sul e à Colônia do Sacramento e rio da Prata.

É recorrente em vários autores a retomada do projeto bragantino para o rio da Prata no despontar do século XIX. Dentro desse panorama são mencionadas as iniciativas tanto da princesa do Brasil, Carlota Joaquina, quanto de Dom João e de seu secretário de Estado, Dom Rodrigo de Sousa Coutinho. Aparentemente não se furtaram de corresponder com sujeitos estrategicamente posicionados nas cidades de Montevidéu e de Buenos Aires, bem de enviar emissários com ordens secretas de, por exemplo, aliciar lideranças espanholas aos intentos portugueses.

Oliveira Lima (1996), cuja obra original data de 1908, menciona as investidas da Casa de Bragança sobre o estuário platino a partir de sua transferência para o Rio de Janeiro, inaugurando a linha de interpretação que as coloca em correspondência às tensões europeias envolvendo a Península Ibérica, a França e o Reino Unido. Para ele as intrigas platinas, como as nomeia, travaram-se como um jogo diplomático e cortesão, expressando intenções imperialistas, "pois que podemos adaptar esta denominação modernizada" (p. 196). Não descuida a multiplicidade de jogadores e interesses que se chocavam em direção à região, tampouco a erupção revolucionária portenha e seu papel no desenrolar dos eventos.

Alfredo Varela (1919) também alcunhou de intrigas os projetos esboçados sobre a região. Voltou-se especialmente para o protagonismo de Dom Rodrigo, identificando seus servidores, inclusive nominalmente. Possidônio da Costa, Carlos Francisco Guezzi, Francisco Presas, Filippe Contucci, Antonio Candido Ferreira, Pedro Antonio Alvares eram simpáticos à união dos territórios platinos debaixo da conduta de Dom João e/ou de Carlota Joaquina. Contucci – o mais mencionado destes informantes – trocou intensa correspondência com diversos dos envolvidos na disputa, sendo morador em Buenos Aires. Para a mesma cidade foi despachado Possidônio, com ordens de manter o secretário português abastecido de notícias e de advogar pelo partido lusitano. O autor mantém o enredo de ardis sustentado por Oliveira Lima, desenvolvido em ambiente de sutilezas e mexericos palacianos, embora a perspecti-

va ampla da situação europeia não seja desprezada. Esta forma de apresentação é seguida por Walter Azevedo (1946) que se interessou especificamente pela "missão secreta" do marechal Joaquim Xavier Curado à capital do vice-reino do rio da Prata.

Para Moniz Bandeira (1998) o interesse sobre o Prata coadunava a formação de um "poderoso império na América" com a ampliação das pastagens e dos rebanhos sobre controle dos proprietários do Rio Grande de São Pedro, a mais meridional das capitanias lusas. Tais considerações, embasadas em visão de longo prazo, adicionaram às intrigas diplomáticas um importante peso dos interesses imediatos dos habitantes da fronteira, até então desconsiderados ou somente secundários. "Os conflitos na Bacia do Prata, que antes espelhavam, fundamentalmente, os antagonismos no nível das metrópoles, adquiririam então uma dinâmica própria, devido a fatores econômicos e políticos gerados pelo desenvolvimento da colonização" (BANDEIRA, p. 42). A afirmação conduz invariavelmente ao trabalho de Fernando Novais (2001), que sugerira o protagonismo dos enfrentamentos americanos sobre os europeus desde a Guerra dos Sete Anos (1756-1763). Contudo, nenhum dos dois interessou-se pelas redes de comunicação que propiciaram os embates.

Recebendo quase nenhuma atenção dos autores anteriores e anexação das Missões Orientais do rio Uruguai, em 1801, tornou-se central para Fernando Camargo (2001), o qual aproximou-se bastante de Moniz Bandeira ao conectar a refrega americana com a ibérica, sem, entretanto, deixar de perceber suas vicissitudes e mesmo autonomia. De fato, o autor tem o mérito de antecipar a dinâmica própria apontada por seu antecessor. Seu livro é bastante informativo sobre os combates desenvolvidos entre 1801 e 1811, o que enriquece as considerações de Novais e de Bandeira – sumamente preocupados com o cenário internacional – sobre o aumento nas hostilidades do Novo Mundo por meio de episódios vivenciados pelos homens que efetivamente levavam a cabo os planos imperiais. O interesse de Camargo nas escaramuças liga-se diretamente ao período e à região por nós estudados, mas não se dirigiu ao mesmo objeto, o que encoraja a elucidação da logística da informação, indispensável para o sucesso das armas de Sua Majestade Fidelíssima.

Uma preocupação voltada especificamente à inteligência portuguesa no rio da Prata foi dedicada por Francisca Nogueira de Azevedo (2002) ao redigir artigo sobre o marechal Joaquim Xavier Curado, mencionado anteriormente. O material compõe o esforço da historiadora em analisar a presença e atuação da princesa Carlota Joaquina no Brasil, do qual resultou tanto um livro (AZEVEDO, 2003) quanto à publicação de cartas inéditas da politicamente ativa esposa de Dom João (AZEVEDO, 2008). As maquinações da espanhola em consonância ou não com seu marido, bem como o apoio angariado junto ao almirante inglês Sidney Smith e seus embates com Dom Rodrigo Coutinho transparecem nos três trabalhos, mas é no primeiro que se descortina ação do militar espanhol, o qual "procurava manter a Corte do Rio de Janeiro informada de tudo que acontece no Vice-Reino [do rio da Prata]" (AZEVEDO, 2002, p. 177). O aprendizado de Curado sobre a política do Prata devia-se em grande medida à sua experiência no extremo sul. Participara das operações de 1776 que culminaram na retomada da vila de Rio Grande frente aos espanhóis, além de governar a ilha de Santa Catarina entre 1800 e 1805. Dessa forma, é possível que o aprendizado de "agente secreto" deste oficial tenha se dado junto às redes de informação existentes na região de fronteira, muito antes da missão por ele desempenhada em 1808.

De fato, acreditamos contribuir ao antecipar a existência de um circuito de comunicação estabelecido pelos portugueses no extremo sul da América no intuito de vigiar e controlar a fronteira com os espanhóis. O marechal Curado, nesse panorama, terá sido um dentre vários agentes da informação, beneficiando-se do conhecimento adquirido por espias, bombeiros e vaqueanos e acumulado pelos comandantes de fronteira. Essa malha não espelha as pretensões renascidas em 1808, mas datava de décadas, resultando do longo ciclo de confrontos entre as Coroas ibéricas pela supremacia na região. Não se trata, portanto, de uma ação

pontualmente localizada, mas de um expediente administrativo constantemente utilizado. Diríamos mesmo cotidianamente utilizado, dada sua recorrência.

Algumas considerações devem ser feitas antes de analisarmos o fenômeno em si. A primeira delas diz respeito à importância estratégica do rio da Prata. Certamente, a expansão de controle territorial era econômica e politicamente interessante. Incorporando a chamada Banda Oriental (área que se aproxima da atual república do Uruguai) estendiam-se os domínios dos Bragança até o limite "natural" do estuário do Prata, ampliando a área de pastagens e os rebanhos bovinos e equinos, o que atendia aos interesses dos grandes estancieiros sul rio-grandenses. Moniz Bandeira argumenta nesse sentido no que tange ao plano econômico, mas demonstra ignorar a proeminência comercial da região, já evidenciada por Charles Boxer no clássico *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola* (1973). Tanto o comércio legal quanto o contrabando visavam abocanhar parte da riqueza peruana: a prata que dava sentido ao nome do rio. Alencastro (2000) mostrou que este comércio foi impulsionador do tráfico transatlântico de escravos, o que o leva a concluir a inserção transoceânica da região. A fundação da famosa Colônia do Sacramento (1680) não tinha outro interesse que abocanhar parte do metal que provinha das minas de Potosí (PRADO, 2002). Montevidéu igualmente crescera em projeção mercantil desde o final do XVIII, quando foi tornada a base da esquadra espanhola do Atlântico sul e porto obrigatório de entrada e saída do rio da Prata. Significa que as embarcações que dirigiam suas mercadorias a Buenos Aires tinha de inevitavelmente aportar em Montevidéu, que a partir de então "se consolidaria como o principal porto atlântico da região" (PRADO, 2010, p. 75). No início do oitocentos, a prata e o Prata eram um almejar centenário para Portugal.

O que se deve considerar é claro, é que o contexto político diferia completamente dos anteriores, dado que a dimensão atlântica era reforçada pelos circuitos mercantis, bem como pelos ventos da mudança que sopravam pelo ocidente. A guerra entre franceses e ingleses, a pressão sobre as potências ibéricas e as emancipações americanas avizinhavam um futuro de incertezas sobre a frágil autonomia portuguesa. Para João Paulo Pimenta, sempre preocupado em evitar teleologias, a política para o rio da Prata "tantas vezes referida pela historiografia como "imperialista" e "expansionista" seria, na realidade, bastante delicada e circunspecta, assentada na consciência de que a crise que afetava o Império espanhol também lhe dizia respeito" (PIMENTA, 2012, p. 42). Ou seja, na argúcia lusitana de revidar sobre a América as agressões sofridas na Europa residia igualmente um afã em garantir a própria sobrevivência do império.

> Se essa política implicava a possibilidade de intervenções diretas nos assuntos da sua vizinhança (...) o seu bom gerenciamento dependia de um acompanhamento atento, constante e minucioso dos acontecimentos da Espanha e da América. A informação se constituía numa arma fundamental. Nesse sentido, a principal fonte de informações dos estadistas portugueses seria o Correio Brasiliense, que trazia notícias, boatos, documentos e análises a respeito dos assuntos ligados ao Império Português, dentre os quais mereciam grande destaque os acontecimentos hispânicos (...). As tradicionais rotas comerciais, marítimas e terrestres, legais e ilegais, estabelecidas entre diversas regiões do Brasil e a da América espanhola – sobretudo Buenos Aires e Montevidéu – alimentavam fluxos de boatos, informações e publicações estrangeiras, também avidamente consumidas pela Corte. (IDEM, p. 42-43).

Há que se destacar que Pimenta focou a análise em periódicos e na constituição de um espaço público da política. O próprio autor ressalta que até 1810 a América espanhola era assunto restrito aos círculos estatais portugueses. Não obstante, veremos que estes estadistas estavam de posse de grande número de informações

sobre os territórios vizinhos, ao menos no que concerne à sua porção sul. Certamente havia boatos, mas o cuidado requerido aos comandantes de fronteira da capitania de São Pedro antecipava e procurava contornar esta condição.

Conhecer, mapear e analisar a rede de informação lusitana trata de abordar o que se convencionou chamar de comunicação política. Neste sentido, a definição certeira de, ainda que breve, de Fragoso e Gouvêa (2009). Segundo eles a comunicação política tinha por objetivo ligar as diferentes territorialidades da monarquia portuguesa por meio da correspondência oficial, em especial a trocada entre a Coroa e as câmaras municipais. O diálogo por meio das missivas, para os dois historiadores, terminaria por revelar a gestão do cotidiano das sociedades construídas no Atlântico sul lusitano, ou seja, a "gestão dos assuntos que diziam respeito às esferas mais amplas e gerais do império como um todo" (IDEM, p. 46). A mesma preocupação com a administração das pessoas e dos territórios componente deste construto político surge em Loureiro (2012), o qual aponta a importância da circulação de informações permutadas entre os governadores, o Conselho Ultramarino e o monarca. Contudo, deteve-se na superfície ou ainda, somente em um nível deste fenômeno muito mais abrangente, pois não foi seu intento apresentar o modo pelo qual os governadores muniam-se de notícias. Esta lacuna pretendeu preencher ao procurar seguir as informações desde sua obtenção até a administração regional e depois central.

O estudo da comunicação política, considerada visando a gestão de pessoas e recursos dos territórios sob domínio português, não deve, nem precisa, se restringir às câmaras municipais ou aos governadores das capitanias, como tem sido praticado. A documentação com a qual nos deparamos no fundo Autoridades Militares se enquadra perfeitamente nos parâmetros e objetivos deste tipo de investigação. Ela é composta por um impressionante volume de cartas, bilhetes, ofícios e outros documentos confeccionados pelos inúmeros oficiais militares das tropas regulares atuantes no Rio Grande de São Pedro. O recorte temporal do fundo inicia no ano de 1790 avançando initerruptamente até o século XX. Trata-se de um vasto e constante repositório de informações, o qual mais valioso se torna quando consideramos as feições da atividade militar até, no mínimo, o final do período imperial brasileiro, isto é, a forte presença e intervenção sobre a sociedade e a ausência de perfil profissional (ao menos aquele que nos é contemporâneo). O resultado é uma coleção de cartas que trata dos mais diferentes assuntos: movimentação e abastecimento de tropas; conflitos de terra; repressão a crimes; perseguição a infratores; fiscalização de embarcações; emissão de passaportes para viajantes; patrulhamento de fronteira e, o que nos é mais caro, coleta e repasse de informação referente à fronteira com os espanhóis. Tudo manuscrito em incontáveis correspondências.

O fato desta documentação encontrar-se sob forma epistolar dota-a de certas especificidades, conforme destaca Castillo Gómez (2002a e 2002b). Cartas são formas de comunicação, geralmente entre duas pessoas. Elas concretizam um diálogo entre ausentes e sua confecção prevê certa distância entre os participantes, tanto espacial quanto temporal, já que o percurso das mesmas afeta sua recepção. No caso dos comandantes militares de fronteiras, que frequentemente escrevem ao governador, bem como a seus subordinados, nota-se que as cartas não eram de todo particulares. Elas circulavam pelo império sendo remetidas pelo governador aos secretários de Estado como forma de atestar a veracidade das informações narradas. A fixação de informação naqueles papéis, seja oriunda de notícias comprovadas, seja de boatos e rumores, também tem um papel importante, pois implica na possibilidade de arquivamento e na constituição de uma memória e de uma governabilidade. O registro escrito permitia sua consulta inúmeras vezes, além de sacramentar um formato definitivo para a comunicação. Os relatos orais conformavam-se a uma apresentação final ao serem redigidos. A importância dessa atividade crescia desde o século XVII, de modo que a função de secretário, bem como a formação do mesmo, assumia maior destaque (CONCEIÇÃO, 2014). Neste mesmo sentido podem ser compreendi-

das as reformas postais de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, que restringiam este serviço ao monopólio da Coroa, findando com a ação de particulares que a caracterizava desde 1520, quando fora criado o correio-mor. Embora Guapindaia insista na preocupação de aumentar a arrecadação da Coroa, parece-nos igualmente relevante considerar que esta passava a ter maior controle sobre o ir e vir das notícias, em especial das emitidas por seus próprios servidores.

A etapa atual da investigação efetuou o mapeamento e triagem das cartas dos maços de números 1 a 8 (1790 a 1805) do fundo Autoridades Militares e da correspondência do governador Paulo José da Silva Gama (MIRANDA, MARTINS, 2008), esta em sua totalidade. Para nosso estudo estamos selecionando os documentos que versem mais especificamente sobre as maneiras pelas quais as notícias eram obtidas e transmitidas, com especial atenção para o uso de espiões e de batedores avançados. Surge daí um montante de 150 documentos, os quais contém número variável de cartas. Por meio delas – e das que forem futuramente agregadas – procuramos compreender o serviço de inteligência, o sistema de transmissão de informações e comunicação política portuguesa. Com este fim elaboramos um questionário apropriado. Interessa-nos avaliar tanto o conteúdo das missivas quanto o modo de transmissão utilizado para manter atualizadas as autoridades lusas: quais trajetos terrestres ou marítimos foram empregados? Quais veículos? Qual a frequência da comunicação? Quais os assuntos tratados? Como são selecionados os informantes e em que condições se estabeleciam nas cidades espanholas da bacia do Prata?

Até o presente momento temos apenas apontamentos dos assuntos mais recorrentes na correspondência localizada. Tratam de ações militares e das crescentes disputas políticas dentro de Buenos Aires e de Montevidéu. A recorrência dos primeiros é notável, em particular pelo fato da documentação englobar a guerra de 1801, que culminou na anexação dos sete povos missioneiros orientais ao rio Uruguai. Contudo, o fim oficial do conflito não assistiu ao encerramento das tensões, o que se nota nos repetidos relatórios sobre mobilizações militares dos espanhóis e sobre as necessárias providências a serem tomadas. Para estar a par de tudo o que ocorria nesta zona de fronteira os comandantes despachavam seus agentes constantemente. Antes de entrar neste assunto, entretanto, é necessária uma explicação sobre a natureza da mesma fronteira.

Zientara já destacou a polissemia do termo fronteira, o qual flutua da simples linha demarcatória ao espaço no qual as relações sociais cambiam de forma gradual, sem demarcação clara (1989). O território do extremo sul da América carrega esta multiplicidade de interpretações, não somente pelos olhares dos investigadores atuais, mas já pelo entendimento demonstrado pelos atores sociais do período. Temos a fronteira projetada pelas Coroas ibéricas, que constava em mapas e tratados diplomáticos, expressa em léguas exatas e indicada por cursos d'água e acidente geográficos. Tratava-se de uma divisão eminentemente política, pois se referia aos terrenos e povos sob controle de cada monarca: os vassalos portugueses respondiam a Sua Majestade Fidelíssima, enquanto os espanhóis o faziam à Sua Majestade Católica.

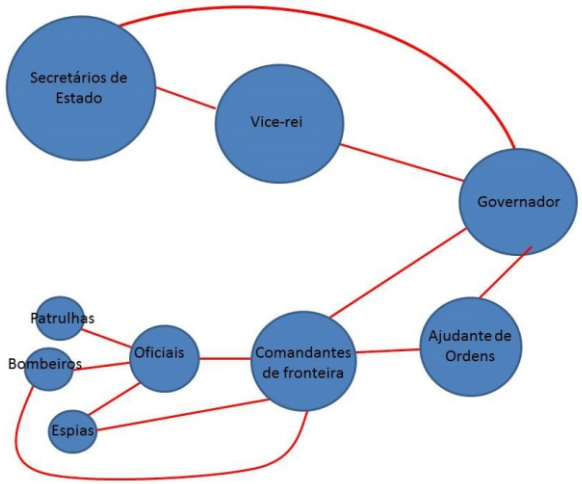
Se nos centros decisórios europeus a fronteira era uma linha em um mapa, para os habitantes da região platina era um fenômeno de contato mais do que de exclusão. Portugueses e espanhóis habitavam espaços contíguos e conviviam frequentemente, fosse por meio de ações destrutivas como a guerra e o roubo de gado, fosse por meio de comércio ou de devolução de desertores e escravos fugitivos, como frequentemente os oficiais militares praticavam. A presença lusa nas cidades hispânicas não era algo do século XIX, pois Ceballos identificou-a em Buenos Aires desde o século XVII, notando que muitos portugueses eram considerados vecinos: "habitantes com direito à participação na administração local, licenças comerciais, caça do gado selvagem, chacras e encomiendas e solares na cidade" (2008, p. 6). Prado (2009) acompanhou a passagem de comerciantes lusos da Colônia do Sacramento para a cidade de Montevidéu, a partir de 1777, percebendo sua difusão pela cidade e sua participação ativa no comércio de

longa distância.[2] Não devemos esquecer as inúmeras trocas comerciais legais ou ilegais praticadas pelos moradores locais (GIL, 2003). A fronteira era um espaço de interação.

No que tange ao entendimento dos militares a fronteira obedecia à divisão dos comandos operacionais, sendo que a capitania comportava três: Porto Alegre, Rio Grande e Rio Pardo. O primeiro situava-se na capital e estava debaixo das ordens diretas do governador, dado este ser a mais alta autoridade militar. Os dois últimos eram setores distintos, recebendo a denominação de fronteira do Rio Grande e fronteira do Rio Pardo, cada qual com seu competente comandante e sediada na povoação de mesmo nome. Rio Grande controlava a porção mais meridional dos domínios portugueses. Dividia-se em onze 1805 em distritos militares com efetivo de 403 homens, além de abrigar a Legião de Cavalaria Ligeira, força exclusiva da capitania de São Pedro. O oficial comandante desta fronteira desde 1777 era Manuel Marques de Souza. A fronteira do Rio Pardo tinha comando no quartel do prestigiado regimento de Dragões. Seu encarregado era Patrício José Correia da Câmara, cuja responsabilidade era a porção ocidental da capitania, a qual em 1801 adicionou o amplo território das Missões. A partir de então contava treze distritos, os quais em 1805 dispunham 315 defensores das tropas regulares.[3]

Os comandos das duas fronteiras meridionais foram os locais de redação da maioria das correspondências. A maior parte delas, portanto, foi redigida justamente pelos comandantes de fronteiras e direcionadas aos governadores da capitania ou aos seus ajudantes de ordens. Os dois desempenharam o papel de nodos da rede de informação portuguesa, aglutinando as notícias que lhes chegavam de diferentes vias: bilhetes e cartas de seus oficiais subordinados, relatos orais de batedores, questionamento de viajantes e informes diversos. Todos os canais eram válidos para manter-se a par do que ocorria no sul da América, no Rio de Janeiro e mesmo na Europa. O gráfico 1 mostra o a rota da comunicação e os agentes envolvidos.

Gráfico 1. Rota da comunicação política portuguesa relativa à fronteira meridional da América



Fonte: confeccionado pelo autor com base na correspondência do fundo Autoridades Militares, maços 1 a 8.

O organograma foi criado a partir das autoridades mencionadas nas cartas. De um lado nota-se o alcance de que gozavam os estadistas portugueses, já que podiam recorrer, através de uma série de intermediários, aos agentes que atuavam de forma mais imediata no teatro da fronteira platina. Justamente por este motivo mostra-se clara a importância destes coletores de notícias, pois em último grau abasteciam os centros decisórios da Coroa. Homens como Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, Visconde de Anadia, Conde da Barca, dentre outros, discutiam, planejavam e decidiam com base nas informações fornecidas por soldados, índios e desertores.

Os comandantes de fronteira valiam-se de três expedientes para informar-se do que passava na região: partidas, bombeiros e espias. As partidas eram as patrulhas quer circulavam pela área de controle português policiando-a tanto das incursões hispânicas, quanto dos crimes praticados por vassalos de qualquer Coroa. Não será raro que as mesmas patrulhas adentrassem áreas sabidamente espanholas, no intuito de certificar-se sobre reuniões de tropas ou mesmo de localizar as partidas adversárias. Não obstante, as instruções oficiais sempre preconizavam a manutenção dos frágeis tratados assinados na Europa e por mais de uma vez os comandantes assumiram a responsabilidade sobre qualquer consequência.

No ano de 1801 o comandante da fronteira do Rio Pardo, Patrício José Correia da Câmara, noticiou que após o fim da guerra de anexação do território das missões designava partidas de soldados, "que em sucessivo trânsito deviam girar pela margem do Rio Negro para evitar os roubos, e observar os movimentos dos Espanhóis, impedindo as suas entradas para os territórios aumentados nas nossas atuais possessões".[4] Informava ainda que estabelecera uma guarda na vila de Batovi, tomada na mesma guerra, de onde patrulhas saíam circulando entre os passos dos rios Ibicuí e Taquari "e todas as mais partes que por via das expressadas Partidas se pudesse com elas cobrir os mencionados territórios". Significa que as partidas e patrulhas circulavam por milhares de quilômetros quadrados em busca de sinais de movimentos ou estabelecimentos hispânicos. A vastidão do território, contudo, era contrabalançada pelo conhecimento do mesmo. Era frequente que estes grupos fossem guiados por homens experientes nos caminhos e conhecedores da região chamados vaqueanos.

A figura do vaqueano, o guia dos caminhos, é mencionada em carta de 1804 do sargento-mor Vasco Pinto Bandeira. Ao sair para a campanha a fim de buscar informações sobre uma concentração de soldados ele deparou-se com um estancieiro espanhol da costa do rio Negro, o qual dava conta do "Tenente de Blendengues Dom Inácio Muniz que se achava no Cerro Largo com um Sargento e um cabo e trinta soldados pouco mais ou menos e um vaqueano".[5] No mesmo ano o alferes Francisco Barreto Pereira Pinto saiu pela campanha com uma partida no intuito de repreender as ações de contrabandistas. Além de soldados lhe acompanhavam alguns índios missioneiros, como Eusébio e João Antônio Yaexaz, de alcunha Xará. Estes desempenhavam o papel de condutores, adiantando-se à tropa para certificar-se do que os esperava.[6]

Este papel de batedor era comumente denominado de bombeiro. O bombeiro era aquele que segue na frente de uma patrulha ou destacamento para identificar a localização do inimigo, mesmo que para cumprir seu objetivo tivesse de penetrar em territórios que respondessem ao rei de Espanha. Este batedor tinha grande utilidade na vigilância aos domínios vizinhos, sendo responsável por obter informações e as comunicar aos seus superiores, sendo mencionado em repetidas cartas.

A 10 de novembro de 1801, quando ainda se viviam as operações de guerra, o comandante Patrício José narrou ao Brigadeiro Francisco João Roscio, então governador interino, ter tido confronto com uma força espanhola de setecentos homens. Tendo impedido que a mesma cruzasse o rio Santa Maria pôs, na manhã seguinte, bombeiros em seu encalço para descobrir onde os espanhóis haviam acampado e se preparavam uma emboscada. Os batedores portugueses "seguiram-lhe o rastro", mas não avistaram o inimigo. Ao retornarem reportaram-se ao oficial, o que lhe permitiu afirmar que os espanhóis "iam com tal precipitação que iam largando várias balas pelo campo, cuido que para aliviar o peso dos carros".[7] É verdade que não dispomos do relato dos próprios bombeiros, dispondo somente da carta do comandante. Conquanto esta condição implique em um filtro do discurso ela também nos ensina algo sobre o papel dos altos oficiais, responsáveis por sintetizar e fixar a informação em papel, encaminhando-a à autoridade superior. Esta realidade permanece uma constante em nosso estudo, os bombeiros e demais informantes são acessados por meio das cartas de seus oficiais superiores.

Em 29 do mês e ano acima, Correia da Câmara informava que enviara o capitão Antônio Pinto da Fontoura com "dois subalternos e oitenta Dragões prevenido dos bombeiros competentes" a explorar a campanha. Aqui convergem os expedientes dos batedores e das patrulhas. Os primeiros, entretanto, não tinham o papel somente de guias, antes sim a partida serviria "de Proteção aos bombeiros para com melhor acerto procederem à exata investigação da situação do campo inimigo, e que se emboscando em paragem própria ao dito fim visse se surpreendia alguma Partida, ou bombeiros inimigos".[8] O estratagema ardiloso envolvia uma incursão ao território inimigo e uma tocaia, a qual visava desarticular as patrulhas e forças de reconhecimento espanholas. O realce dos bombeiros, explicitamente mencionados a parte dos soldados comuns, sugere que embora mais de oitenta homens seguissem na diligência apenas alguns eram considerados aptos a agir como sentinelas avançadas. A expressão "prevenido de bombeiros competentes" denota preparo cuidadoso da expedição, bem como a ideia de que nem todos os sujeitos estavam aptos a efetuar a observação do terreno.

A partida portuguesa tinha dois objetivos declarados. O primeiro, resguardar e proteger seus bombeiros para que avaliassem a situação da campanha a fim de atualizar o comando. A segunda missão era confrontar as partidas inimigas e/ou seus bombeiros, de modo a neutralizar os esforços espanhóis. É possível concluir, com esta passagem, que o expediente de vigilância era utilizado tanto por portugueses quanto por espanhóis e que era de tal forma útil que não somente se deveriam proteger os seus batedores como anular os do antagonista. Cabia aos vigias adiantados definir o melhor local para emboscar os adversários, uma decisão que afetava o sucesso da missão. A guerra era também um jogo de informações: se um dos lados pudesse saber mais sobre o inimigo do que este sabia sobre si, então estaria em vantagem tática.

A correspondência deixa claro que ambos os lados temiam novas agressões, visto que o desenlace de 1801 (acertado pelo Tratado de Badajoz) não resolveu em definitivo as disputas territoriais. Possivelmente, a diminuição da intensidade nos confrontos se deva ao aumento dos mesmos na Europa, o que levou os soberanos ibéricos e seus secretários de estado a concentrar sua atenção e esforços no Velho Mundo. Na América do Sul, entrementes, os experientes comandantes de fronteira mantinham-se vigilantes sobre seus vizinhos. Esta realidade valendo para ambas as direções.

O temor não era restrito aos vassalos de Dom João, como se nota da carta do sargento-mor Vasco Pinto Bandeira. Acercando-se das notícias sobre um ajuntamento de homens o ele atingiu "a certeza de se estarem ajuntando todos os Milicianos e gaúchos, ainda mesmo alguns inválidos para o Cerro Largo".[9] Analisando as circunstâncias Vasco foi se cercando de todos os dados que tinha a seu dispor, inclusive a comunicação direta com o comandante da povoação espanhola: "É verdade que o Comandante do Cerro Largo me diz debaixo de amizade que as coisas estão algum tanto barulhadas porém que, contudo, não se põem a ver coisa que nos incomode ainda que eles dizem que os Portugueses para aquele lado estão muito bravos e que lhe tomaram mais de duzentos léguas de campo e que estabeleceram duas guardas e já tem 28 estancieiros". Por conseguinte, os espanhóis, pressionados pela França por um endurecimento de suas relações com Portugal e tendo amargado uma derrota no extremo meridional americano também tinham seus motivos para recear os confinantes.

Quanto aos esforços de arregimentar gente eles foram levados a termo ao longo de 1804 e 1805 culminando em uma expedição de grande volume destinada ao combate aos índios charruas e minuanos, então aliados aos portugueses. Esta manobra contornava o equilíbrio tênue da balança europeia sem, contudo, deixar de aguilhoar os rivais na região platina. É fato que os vassalos de Sua Majestade Católica era prejudicados pelos indígenas, que atacavam suas estâncias e roubavam-lhes o gado, mas persegui-los e destruí-los possuía o bônus de afetar os reforços de Portugal. Por este motivo a resposta do governador do Rio Grande, Silva Gama, tenha sido redigida como bastante rigor.

> Jamais a diferença de religião produziu direito para se atacar a qualquer nação, e repugna as Leis da razão e do Direito Natural que se conspire a extinguí-la e aniquilá-la meramente pelo frívolo pretexto de não gozarem de representação política entre as mais nações, daqui se segue que seria vergonhoso e até um crime aos olhos do Soberano e do mundo inteiro que no meio da mais amigável correspondência e boa fé se desse a aleivosamente auxílios para o destroço geral de indivíduos que continuamente nos estão prestando bons ofícios; semelhante procedimento se contraporia à conservação desta mesma Fronteira, pois sendo máxima constante das Potências secundárias ganharem aliados com que na Balança do Poder equilibrem as Nações de primeira ordem, na extinção total dos Índios não faríamos mais que aplainar esses fracos estorvos que mediam entre nós, e um confinante altivo e poderoso que pela sua posição geográfica há de ser necessariamente em todos os tempos nosso inimigo natural na América, e na Europa. [10]

A carta dirigia-se a Paulo José da Silva Gama, comandante de Rio Pardo e responsável pelo controle da maior parte do território da capitania. De fato, a missiva respondia, com sagaz retórica e brutal honestidade, às consultas outrora efetuadas pelo mesmo oficial. Sendo convidado pelos espanhóis a tomar arte nos ataques aos indígenas o governador refutou a proposta, condenando o ataque. Esta carta orientava a resposta que Patrício dirigiu a resposta posteriormente encaminhada ao tenente espanhol Francisco Xavier Vianna, responsável pela partida. Em paralelo, é bom ressaltar, diversos oficiais portugueses recolhiam e repassavam informações sobre as forças de Vianna, permitindo ao governador estar a par do que se devia praticar. Dessa forma, enquanto Patrício redigia sua negativa definitiva também despachava ordens aos seus comandados para prepararem-se para possível ataque, mandando convocar os milicianos para reforçar as guardas. Portanto, a carta do governador é somente um ponto dentro de uma linha composta por idas e vindas de mensagens. A resposta oficial de Portugal anuncia suas desconfianças frente aos vizinhos – considerados inimigos naturais – bem como atesta os temores daquela conjuntura ao mencionar a "máxima constante das Potências secundárias ganharem aliados com que na Balança do Poder equilibrem as Nações de primeira ordem". Esta posição, não obstante, era lastreada tanto por certezas quanto por rumores trazidos por agentes atuantes junto aos espanhóis.

De fato, em correspondência entre o comandante Patrício José Correia da Câmara e o governador interino Francisco João Roscio, em abril de 1802, o primeiro lembrava as recomendações recebidas do Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara. Recordava o alerta para "não desprezar todos os meios de poder adquirir quaisquer notícias da parte dos Espanhóis para com elas se combinar a seriedade dos acontecimentos, e cujas notícias ou verdadeiras ou ainda adulteradas deviam seguir à sua Presença".[11] Ou seja, os comandantes deviam reunir o máximo de informações possíveis, mas cabia ao governador separar o joio do trigo e decidir sobre quais dados seriam tomadas as decisões. Os comandantes, entretanto, não se furtavam a emitir suas opiniões sobre o grau de confiabilidade do que chegava até eles. Assim, na carta mencionada, Patrício José afirmava estar de posse de "amiudadas notícias de estarem na Praça de Montevidéu respeitáveis corpos de Tropa exercitando-se (...) e que ali se ouve uma geral voz de que se pretendem apossar de toda a conquista ocupada pelas Armas Portuguesas" durante os eventos do ano anterior. Diante de tal prognóstico deveriam ser mobilizadas as tropas de Milícias e reforçadas as guardas da fronteira.

Ainda sobre o uso de informações duvidosas temos as considerações de 1804 de Joaquim Félix da Fonseca. Atento ao movimento dos confinantes o oficial procurava contrastar as notícias que chegavam. "Parecem incombináveis as referidas notícias com o

estado de tranquilidade, e inalteração da Fronteira oposta, e com a franqueza, e aparências de boa fé, que por fim tem mostrado o dito Comandante Geral".[12] A despeito da calmaria ponderava ser prudente dar crédito às informações que lhe eram ofertadas, ainda que não dispusessem de maiores detalhes. "Porém apesar desta incoerência, acho que não devem desprezar-se as ditas notícias, nem tão pouco a voz vaga e quase geral de que as intenções dos Espanhóis são de reconquistar estes Povos, no caso de lhe não serem restituídos, cujos desejos ao menos não se pode duvidar".

As amiudadas notícias do comandante Patrício José Correia da Câmara sobre a cidade Montevidéu podem ter sido obtidas por meio da última forma que identificamos para tomar conhecimento da situação vigente nos domínios hispano-americanos. Utilizavam-se espias, palavra contemporânea para espião. De fato, é esta a definição do termo no dicionário de Raphael Bluteau (1728): "O que anda desconhecido entre os inimigos, para descobrir os seus intentos, & para dar aviso aos seus". Estes sujeitos circulavam tanto pelos áreas de campanha quanto pelas cidades, havendo reiteradas menções a obterem novidades a partir de Montevidéu. O governador Silva Gama afirmava de sua posse ao Visconde de Anadia, secretário de Estado português, estar suficientemente atento sobre os exercícios e manobras dos espanhóis por meio das "notícias que me trouxerem os espias que tenho no campo espanhol e mesmo em Montevidéu" (MIRANDA, MARTINS, 2008, p. 30), informantes estrategicamente posicionados. O governador, que tomara posse a não mais de vinte dias, explicava que havia sido instruído pelo brigadeiro Francisco João Roscio, que não apenas governava interinamente, como vivia a algumas décadas na capitania, conhecendo bem a rede de comunicação. O mesmo brigadeiro havia inteirado o governador do reforço de várias guardas e da mobilização de milicianos, o que Gama julgou precipitado visto que "as nossas espias não davam notícias de que se pudesse desconfiar". A prudência e as decisões acertadas repousavam sobre a atualização do que se passava na região.

A recorrência às menções a vigias avançados e espiões revelam que os portugueses estavam bastante preocupados com o reinício das hostilidades, seguindo de perto e com o mínimo atraso possível as iniciativas espanholas. A mencionada concentração de soldados pelos espanhóis em 1804 requereu a prontidão dos agentes portugueses. No dia 6 de dezembro o sargento-mor Vasco Pinto Bandeira conta que se encontrava pronto a despachar uma patrulha para apurar o assunto quando chegou "o nosso Muniz a dizer-me que o Tenente-Coronel [espanhol] já saiu e traz oito peças de Artilharia cujo calibre ignora; e que isto soube por carta que veio no Correio".[13] A ignorância sobre o destino da partida espanhola punha os oficiais em polvorosa. O mencionado Muniz tinha por nome completo José Francisco Muniz e tornou a aparecer em outras correspondências de Pinto Bandeira, mostrando-se um *ralais* frequente do circuito de vigilância. A confiança de Vasco sobre o mesmo o levou a alarmar-se: "Estas invariáveis notícias me fazem cada vez estar mais cuidadoso e inquieto, e principalmente sendo ditas por este que sempre me tem falado a verdade. Agora mesmo o despacho a ir encontrar essa gente e com a sua visita certificar-se do que trazem e o nº da gente". O "nosso Muniz" era uma fonte confiável por sempre falar a verdade, o que indica que agia como olheiro com frequência. As notícias seriam críveis, mas requeriam maiores mais detalhes e o informante fora enviado a apura-los até por que "O homem que mandei a Montevidéu até agora não aparece pode ser ter lhe acontecido alguma coisa que o embaraçasse a voltar, e por esse motivo não tenha vindo com a notícia como esperava". Finalmente, Vasco solicitou ao comandante Marques de Souza passagem à povoação espanhola de Serro Largo para "certificar-me da verdade destas notícias, e ainda até ontem fui convidado pelo Comandante para que lá fosse". Se de um lado, como vimos acima, os oficiais estavam encarregados de enviar todas as notícias possíveis – quer confirmadas, quer duvidosas – de outro não deixavam de realizar as investigações para acurar seus reportes.

Manuel Marques de Souza, comandante da fronteira do Rio Grande e superior direto de Vasco Pinto Bandeira, juntou as várias notícias, repassando-as ao governador. A mobilização espanhola

terminou por ser uma expedição punitiva aos índios charrua e minuano, a fim de coibir o roubo de gado. Contudo, seu volume fez as forças portuguesas se colocarem em prontidão, o que demonstra que cada ação na fronteira era acompanhada de reação tão rápida quanto possível. Estas percepções colocam matizes mais vivos à ideia de paz tensa vivida no território do sul da América no período. Quantos aos comandantes e outros oficiais eles tinham por incumbência uma tarefa tão importante quanto o combate efetivo: a redação de cartas que permitiam a administração e vigilância sobre a região de fronteira. Coletando e repassando informes abasteciam, por meio do fluxo de correspondências do "império de papel" (HESPANHA, 1994) as altas esferas em Lisboa.

Algumas missivas permitem inferir sobre o perfil dos espiões utilizados, o que nos leva a realizar considerações sobre seu recrutamento. A 6 de junho de 1803 o comandante Marques de Souza respondia ao governador Silva Gama: "Em conformidade das Ordens que tive de V. Exa. estabeleci e mandei para Montevidéu um sujeito de confidência para observar os movimentos militares que fizerem os nossos confinantes sobre esta Fronteira".[14] Nota-se logo que o envio de um homem de confiança não era atitude isolada do comandante, antes obedecia a determinações do governador seu superior. Tratava-se de uma política oficial, ainda que dissimulada da Coroa. Continuando, Marques de Souza avisava que o enviado temia ser preso em vista "do grande crime, que lhe poderia resultar", o que implica que sua ação era ofensiva aos interesses espanhóis e por isso mesmo deveria ser sigilosa. Tendo permanecido em Montevidéu entre fevereiro e junho o "sujeito de confidência" não trouxe quaisquer novas relevantes, "talvez por ser Inverno", concluía o comandante, dado que implica que a sazonalidade da movimentação de tropas acompanhava as condições climáticas. A carta revela que o informante apenas aceitou a incumbência mediante pagamento de 32 mil réis mensais, os quais Marques de Souza pagou do próprio bolso, talvez por se tratar de despesa extraordinária não prevista pela Fazenda Real. Por fim, esperava ordens do governador "se devo ou não continuar a mandar este ou outro Homem de confidência para Montevidéu observar, no tempo próprio aqueles ditos movimentos".

Tal passagem mostra que a presença dos informantes luso-brasileiros em Montevidéu e Buenos Aires era recorrente, não sendo fruto de conjunturas específicas. Esta realidade não deve, contudo, nos causar espanto, dado que o fenômeno de fronteira no sul da América, não criava um afastamento radical entre os vassalos das duas Coroas. Portugueses e espanhóis estavam em constante convivência, fosse por meio de ações destrutivas como a guerra e o roubo de gado, fosse por meio de comércio ou de trocas de criminosos e escravos fugitivos, como frequentemente os oficiais militares praticavam. Sendo Montevidéu o porto de entrada para o vice-reino do rio da Prata e contando uma ampla comunidade mercantil portuguesa à entrada de mais um, contando com os papéis necessários, não geraria particular atenção. E em meio a este fluxo ordinário encontravam-se alguns com instruções de coletar informações e repassá-las discretamente às autoridades em Rio Grande e Porto Alegre. Se considerarmos que neste caso o espião não é mencionado como soldado ou miliciano podemos aventar a hipótese de fazer parte do corpo civil da sociedade. Talvez se tratasse de um comerciante que ao dirigir-se a Montevidéu para tratar de assuntos particulares fosse instruído a manter olhos e ouvidos abertos ao que transcorria na cidade.

A movimentação inglesa e seus interesses no estuário platino também foram contemplados pelos vigias lusitanos. Os ingleses, já presentes comercialmente desde fins do século XVIII, se manifestaram militarmente em 1806 e 1807, avançando sobre Buenos Aires e Montevidéu, os portos marítimos da região. As invasões foram bastante mal recebidas pelas autoridades portuguesas, em especial por que o secretário de Estado Dom Rodrigo de Souza Coutinho, e igualmente pela Coroa britânica, que levou à corte marcial o comodoro Home Poppham (GALLO, 2002).

As notícias da primeira tentativa inglesa, em 1806, logo alcançaram os portugueses. Antes que a investida da Inglaterra se provas-

se de curta duração ela foi imediatamente interpretada como nociva às pretensões de Portugal. Por meio da *Memória sobre a Capitania do Rio Grande do Sul ou Influência da conquista de Buenos Aires pelos ingleses* o Desembargador Luís Beltrão de Gouveia de Almeida anunciava já em setembro de 1806 que "a Capitania do Rio Grande, mudando de vizinhos, mudou de inimigos" (2009). Não percebia vantagem alguma na substituição do controle espanhol do estuário pelo inglês, demonstrando que na prática aliança anglo-portuguesa carregava-se de elementos bastante nocivos ao reino ibérico. Enumerava ameaças aos territórios americanos dos Bragança como a "propagação geral de doutrinas subversivas e desorganizadoras da atual ordem", notadamente o protestantismo religioso e o modelo de um governo "misto", isto é, no qual o monarca era limitado pelo parlamento. O maior prejuízo, contudo, era comercial. Admitindo a existência de um intenso fluxo de transações entre as possessões lusas e as hispânicas, que incluíam "o comércio clandestino tolerado, pois de qualquer forma vantajoso", Almeida alertava que a presença inglesa e sua independência quanto aos produtos brasileiros terminaria por encerrar a entrada da prata potosina no Brasil. Suas advertências mencionavam questões militares e a proteção de pontos estratégicos como a Ilha de Santa Catarina, tudo motivado pela preocupação em ter como vizinho no extremo meridional "uma nação que tem uma Marinha invencível que estimará cortar o nexo que une as Colônias à Metrópole para fazer ela só o comércio marítimo do mundo".[15]

Quando da segunda incursão inglesa, direcionada primeiramente Montevidéu, o comandante Manuel Marques de Souza, inteirou-se da situação em sete dias, pois na noite do 9 de fevereiro de 1807 "chegou dos domínios de Espanha o Furriel de Milícias José Gomes que eu ali conservava, a fim de trazer-me a notícia decisiva da sorte da Praça de Montevidéu" (MIRANDA, MARTINS, 2008: 115). No dia 10 Marques de Souza recebeu "outra igual notícia da Guarda do Serrito concordando com a primeira, portanto estou persuadido serem verdadeiras". Incredulidades e certezas misturavam-se nos informes, obrigando o comandante a emitir pareceres sobre cada trecho: "dizem também que durou perto de três horas o toque de degolar, que uma rua ficava como juncada de corpos. Pode ser que não seja tanto, porém penso não haver dúvida de estar tomado por assalto a contemplada praça". Após os relatos de 9 e 10 de fevereiro Marques de Souza redigiu no dia 11 carta ao governador da capitania, que por sua vez escreveu a 15 do mesmo mês Visconde de Anadia, então secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Galgando as distâncias espaciais de Montevidéu a Porto Alegre o circuito informativo avançava pelas hierarquias política da monarquia, indo de um oficial menor explicitamente encarregado dessa função até o governador da capitania fronteiriça em cerca de treze dias. Silva Gama considerava um intervalo curto, "motivo de não poder ainda remeter uma exposição circunstanciada em todos os seus detalhes daquele sucesso". Eram as primeiras notícias, enviadas tão rápido quanto possível, mas a serem complementadas por outras.

Doze dias após a correspondência ao secretário de Estado, isto é, em 27 de fevereiro, o governador enviava "a participação oficial (...) em que se mostra mais circunstanciadamente à conquista da Praça de Montevidéu", com menção ao número de mortos e prisioneiros, bem como ao "estado atual das duas nações, nesta parte da América". Ao final prometia mais novidades conforme fosse apuradas. A nova carta novamente anexava notícias encaminhadas por Manuel Marques de Souza, de novo com intervalo de quatro dias. As diferenças entre as datas nos dão uma noção sobre tempos de viagem, de conferência das informações e de redação de cartas, o que desenha um panorama cronológico do circuito comunicação portuguesa.

A fim de complementar as considerações sobre deslocamento contamos com dados sobre os trajetos marítimos.[16] Entre a cidade do Rio de Janeiro e a vila de Rio Grande a duração das viagens oscila bastante, mas se feitas em embarcações pequenas e velozes como bergantins, a distância era transposta em cerca de sete dias. Obviamente imprevistos e condições climáticas desfavoráveis

afetavam a velocidade do transporte. Entre Rio Grande e Porto Alegre, a capital da capitania de São Pedro, a diferença entre a data de redação das cartas e aquela na qual se redigia a resposta demonstra que se levava dois dias de uma a outra localidade. A distância era normalmente percorrida por barco através da lagoa dos Patos. Esta opção, contudo, revela uma dificuldade particular, pois a Coroa portuguesa não contava com embarcações específicas para seus correios, não obstante as reformas postais do final do XVIII e o estabelecimento de paquetes entre Lisboa e o Brasil. No extremo sul dependia-se dos barcos particulares que por ali navegavam. Por tal motivo, não raro o comandante queixava-se da falta de transporte para a remessa dos correios, um fator que atrasava a comunicação entre os dois pontos.

A utilização do serviço de particulares esbarrava também em dificuldades extraordinárias. Os capitães das embarcações eram diretamente responsáveis pelo transporte de todo o tipo de correspondência entre o centro e a periferia da América lusa, tendo de obedecer a uma burocracia de registro, que visava manter o controle sobre as idas e vindas de cartas. Tais cuidados levaram o governador Paulo José da Silva Gama suspeitar de uma sabotagem no envio de uma remessa do Rio de Janeiro para Porto Alegre. Devido ao atraso provocado por uma tormenta, a qual desmantelara a embarcação que carregava cartas do secretário Dom Rodrigo de Souza Coutinho a um marechal do exército português, ao vice-rei do rio da Prata e ao governador de Buenos Aires, Silva Gama solicitou ao governador da ilha de Santa Catarina que providenciasse o envio de outra forma, "considerando que talvez envolvessem assuntos que não pudessem sofrer delongas" (MIRANDA, MARTINS, 2008, p. 143). Contudo, as cartas não foram localizadas, o que forçou ao administrador da ilha investigar o primeiro barco que as carregara até ali. "Tendo o dito governador motivos para reiterar as diligências, fora achar os mencionados ofícios já abertos e escondidos; pelo que como o dono ou caixa do referido bergantim José Rodrigues Nunes, passando-se no mar para outro bergantim, entrou neste porto, aceleradamente procurou transitar-se logo para Montevidéu, e se faz suspeito" (IDEM).

O governador Silva Gama escreveu igualmente ao vice-rei de Buenos Aires e ao governador de Montevidéu, solicitando que prendessem e remetessem o suspeito José Rodrigues Nunes "a fim de igualmente o enviar perante Sua Alteza Real, a responder pela sua conduta; ficando Vossa Senhoria na certeza de que saberei corresponder com igual exatidão em requisições de semelhante natureza" (IDEM, p. 144). Não sabemos o desfecho do episódio, nem mesmo se José Rodrigues era culpado ou porque teria aberto os ofícios e os deixado para trás, mas podemos aprender algo sobre o circuito de comunicação lusitano. Primeiramente, que a dependência dos serviços de terceiros criava uma vulnerabilidade, quando menos um transtorno. Segundo, a utilização dos subterfúgios de espionagem não eliminava a diplomacia, visto que essa se alicerçava em compromissos entre as Coroas que visavam a manutenção da paz, não importava o quão tensa esta fosse.

Há outras indicações sobre o tipo de pessoas que desempenhavam o serviço de espionagem. Uma carta do governador Dom Diogo de Souza (1809-1814) ao secretário de Estado Dom Rodrigo de Souza Coutinho, datada de 1810 discute as pretensões da princesa Carlota Joaquina sobre as possessões hispânicas do Prata. Dom Diogo afiançava que o panorama era particularmente propício, pois a cidade de Montevidéu estava desguarnecida de defensores. Esboçava um plano que consistia no envio da princesa ao Rio Grande de São Pedro sob a justificativa de cuidar de sua saúde. Juntamente se remeteriam três mil soldados e cem mil cruzados para as despesas, de forma a "ficar a Princeza Nosa Senhora em situasão de poder sem sair dos Dominios de seu Espozo reclamar os seus direitos", pois disporia "alem do tom legal, o vigor enérgico que só se sustenta com a superioridade de um Exercito, pronto a obrar". Finalizava afirmando que quanto aos preparativos militares "já estamos neles envolvidos" (RAPERS, 1923, p. 16).

A convicção de sucesso por parte de Dom Diogo provinha dos relatos enviados por Felipe Contucci, um comerciante partidário da princesa, mas também por um soldado "destinado a Montevideo com mascara de Comerciante Volante para semelhantes

correspondências" (IDEM). Estes enviavam cartas acompanhadas de periódicos de Buenos Aires e Montevidéu, os quais expunham a divisão de opinião nestas cidades. Segundo o soldado Manuel Joaquim de Carvalho (que surge também em outras correspondências), a província do Paraguai contestava a autoridade de Buenos Aires, declarando sua autonomia frente ao vice-rei. Um exército fora mobilizado para sufocar a rebeldia paraguaia, retirando quinhentos soldados de Montevidéu. Outros trezentos saíram para a Colônia do Sacramento, deixando a cidade precariamente defendida. Faltando soldados nas fortalezas de Maldonado, Santa Teresa e Cerro Largo, dificilmente a Banda Oriental resistiria ao assalto militar de uma força bem equipada. Notícias espantosas também foram mencionadas, referentes aos ânimos políticos em Buenos Aires, como o fato de haverem sido enforcadas vinte e oito pessoas, dentre eles todos os membros do cabildo. A capital do vice-reino e o porto de Montevidéu encontravam-se em franca oposição quanto às suas posições políticas de manter-se ou não ligados à Espanha.

Contudo, o que pretendemos destacar é o uso do soldado disfarçado de comerciante. Como afirmamos anteriormente, a entrada e saída de um homem de negócios das praças espanholas dificilmente seria notada como extraordinária a que permitia às autoridades portuguesas utilizarem este subterfúgio. O embuste era especificamente destinado a "semelhantes correspondências", ou seja, o dissimulado soldado tinha por missão expressa acompanhar a evolução dos eventos em Montevidéu, relatando-os tão rápido quanto possível aos seus superiores. Neste caso particular, o aumento da turbulência política na região exigia uma vigilância atenta, pois da mesma dependia a estratégia a ser adotada pelo príncipe regente Dom João.

Outra indicação do uso recorrente, mas sob disfarce, de informantes encontra-se na pessoa de Manuel Maria Ricaldes Marques. Este era um advogado atuante em Porto Alegre, o qual ao requerer um hábito da Ordem de Cristo em 1818 afirmou que o merecia devido aos extraordinários serviços que prestara à Sua Majestade Fidelíssima. Segundo seu relato, ele fora "encarregado da perigosíssima e importante diligência de explorar, na próxima passada campanha, os movimentos do exército inimigo donde depende, em grande parte da Glória das Armas de V. Alteza Real; fazendo o suplicante toda a referida diligência a sua custa".[17] Pela data acreditamos que a mencionada campanha fosse a invasão à Banda Oriental em 1816, a qual culminou em sua anexação formal em 1821 e na vitória momentânea das pretensões bragantinas.

É interessante notar que dessa vez o espião era um advogado, não um soldado, o que reforça a hipótese do recrutamento do corpo civil para tais empreitadas. É possível que os governadores e os comandantes de fronteira incumbissem comerciantes reais – e não somente soldados disfarçados de comerciantes – de extrair e repassar informações. Não parece despropositado supor que mercadores que solicitassem passaportes para se dirigir a Buenos Aires e Montevidéu fossem sondados e encarregados de prestar serviço ao seu monarca. No mínimo deveriam ser instruídos a manterem-se alertas para qualquer evento digno de nota, tal como a concentração de tropas em determinado sítio ou o teor das conversas cotidianas nos espaços públicos e dos editoriais das gazetas platinas. Essas afirmações se encontram, até o momento, no campo das possibilidades, mas esperamos obter dados que ilustrem mais sobre o recrutamento dos informantes e sobre as qualidades que se esperava dos mesmos.

É tempo de concluirmos. Como se percebe pela recorrência os espias, bombeiros e partidas portuguesas formavam um circuito permanente comunicação, destinado a vigiar a fronteira e atualizar-se sobre as iniciativas espanholas. Embora realizadas cotidianamente e pequenas proporções – em nenhum momento estamos falando de informações realmente secretas – as notícias obtidas alimentavam as autoridades superiores para tomar as medidas necessárias e decisões de grande escopo. Oriundas de indígenas, de soldados, de homens de confidência anônimos ou mesmo de vozes vagas as novidades atingiam comandantes, governadores, secretários e, por meio destes, o príncipe regente. De tal forma, os

batedores e espiões formavam apenas os capilares de uma trama que se ramificava pela monarquia portuguesa. Informação significava controle, um elemento indispensável para o governo das gentes e dos territórios. A informação conectava a monarquia pluricontinental.

Na condição de trabalho em progresso esta investigação não dispõe tanto de resultados, mas de indicações sobre o sistema de coleta e transmissão de informações. De fato, estamos prontos para lidar com o fato de que a própria natureza discreta dessa atividade nos impeça de obter dados massivos. Muitas perguntas mantem-se em aberto, em especial no que respeita ao recrutamento dos informantes e espiões portugueses. Por outro lado, seria no mínimo ingênuo de nossa parte acreditar que os hispano-americanos não se valiam de mecanismos idênticos para manter seus vizinhos sob vigilância e já contamos indicações disto. De toda a forma, nosso trabalho de desmascarar e expor os operadores luso-brasileiros da informação prossegue certo de que em breve um panorama mais completo será oferecido.

NOTAS

[1] Esta investigação contou com auxílio da FAPERGS.

[2] Neste ano a assinatura do tratado de Santo Ildefonso transferiu o controle da Colônia do Sacramento em definitivo à Cora espanhola.

[3] Os dados sobre os efetivos militares constam de Ofício de Dom Diogo de Sousa ao visconde de Anadia, 11 de outubro de 1807, Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Lisboa, Documentos manuscritos avulsos referentes à capitania do Rio Grande do Sul, cx. 12 doc 746. CD-ROM do Projeto Resgate Barão do Rio Branco.

[4] Carta de Patrício José Correia da Câmara a Francisco João Roscio, 1° de feveireiro de 1802 (AHRS-AM), maço3, doc. 14.

[5] Carta de Vasco Pinto Bandeira a Manuel Marques de Souza, 6 de dezembro de 1804 (AHRS-AM), maço 7, doc. 130.

[6] Declaração que tomo por Ordem do Sargento-Mor Comandante dos Sete Povos Orientais do Uruguai José de Saldanha, 19 de novembro de 1804 (AHRS-AM), maço 7, doc 31D.

[7] Carta de Patrício José Correia da Câmara a Francisco João Roscio, 10 de novembro de 1801, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, fundo Autoridades Militares (AHRS-AM), maço 1, doc. 57.

[8] Carta de Patrício José Correia da Câmara a Francisco João Roscio, 29 de novembro de 1801, AHRS-AM), maço 1, doc. 60.

[9] Carta de Vasco Pinto Bandeira a Manuel Marques de Souza, 18 de fevereiro de 1805 (AHRS-AM), maço 8, doc.127.

[10] Carta de Paulo José da Silva Gama a Patrício José Correia da Câmara, 13 de dezembro de 1805 (AHRS-AM), maço 8, doc. 50C.

[11] Carta de Patrício José Correia da Câmara a Francisco João Roscio, 27 de abril de 1802 (AHRS-AM), maço 3, doc. 35.

[12]Carta de Joaquim Félix da Fonseca a José Inácio da Silva, 1° de dezembro de 1804(AHRS-AM) maço 4, doc. 13.

[13] Carta de Vasco Pinto Bandeira a Manuel Marques de Souza, 6 de dezembro de 1804 (AHRS-AM), maço 7, doc. 130.

[14] Carta de Manuel Marques de Souza a Paulo José da Silva Gama, 18 de fevereiro de 1803 (AHRS-AM), maço 4, doc. 37.

[15]Agradeço a Fábio Kühn por me repassar este interessante e ainda pouco conhecido documento.

[16] Agradeço a Gabriel Berute por ceder seus dados sobre a duração das viagens marítimas de vários portos até o de Rio Grande.

[17] Documentos biográficos, Manuel Maria Ricaldes Marques (BNRJ-Manuscritos), C 957, 10.

REFERÊNCIAS

AHRS-AM. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, fundo Autoridades Militares.

ALENCASTRO, Luiz Felipe (2000). *O trato dos viventes*: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras.

ALMEIDA, Luís Beltrão de Gouveia de (2009), Memória sobre a Capitania do Rio Grande do Sul ou Influência da conquista de Buenos Aires pelos ingleses em toda a América e meios de prevenir seus efeitos, 1806, *Oficina do Inconfidência: revista de trabalho*: Museu da Inconfidência, pp. 149-177.

ANRJ. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

AZEVEDO, Francisca Nogueira de (coord.) (2008). *Carlota Joaquina*: cartas inéditas. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.

AZEVEDO, Francisca Nogueira de (2002). "*Dom Joaquim Xavier Curado e a política bragantina para as províncias platinas (1800-1808)*", Topoi, v.3/ n. 5 (Rio de Janeiro): 161-183.

AZEVEDO, Francisca Nogueira de (2003). *Carlota Joaquina na corte do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

AZEVEDO, Walter Alexander (1946). *A missão secreta do marechal Curado ao rio da Prata (1808-1809)*, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, jul-set (Rio de Janeiro): 173-206.

BANDEIRA, Moniz (1998). *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata*: Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à Guerra da Tríplice Aliança. Rio de Janeiro/Brasília: Revan/Editora da Universidade de Brasília.

BNRJ-Manuscritos. *Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, seção de manuscritos.

BOXER, Charles R (1973). *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*. São Paulo: Ed. Nacional, Ed. da Universidade de São Paulo.

CAMARGO, Fernando (2001). *O malón de 1801*: a Guerra das laranjas e suas implicações na América Meridional, Passo Fundo, Clio Livros.

CEBALLOS, Rodrigo (2008). "*Uma Buenos Aires Lusitana:* A Presença Portuguesa no rio da Prata (Séc. XVII)", Mneme Revista de Humanidades, 9/24 (Caicó): versão online consultada em agosto, 2014: http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais/st_suma_pg/st11.html].

CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da (2014). *A formação dos secretários na arte de escrever cartas*: um manual português no século XVIII. V Encontro Internacional de História Colonial: Cultura, Escravidão e Poder na Expansão Ultramarina (séculos XVI ao XIX). Maceió: EDUFAL.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (2009). "*Monarquia pluricontinental e repúblicas*: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII", Tempo, 14/27 (Niterói): 36-50.

GALLO, Klaus (2002). *Great Britain and Argentina*. From invasion to recognition, 1806-26.. Palgrave Macmillan.

GÓMEZ, Antonio Castillo (2002a). "*Como o polvo e o camaleão se transformam*". Modelos e práticas epistolares na Espanha Moderna, in BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos; MIGNOT, Ana Chrystina Venancio (Orgs.). Destino das letras: história, educação e escrita epistolar. Passo Fundo: UPF.

GÓMEZ, Antonio Castillo (2002b). "*Entre la necessidad y el placer*. La formación de uma nueva sociedad del escrito (SS. XII-XV)", in. GÓMEZ, Antonio Castillo (coord.) *Historia de la cultura escrita*. Del Próximo Oriente Antiguo a la sociedad informatizada. Gijón: Ediciones Trea.

GUAPINDAIA, Mayra (2013). "D. Rodrigo de Souza Coutinho: pensamento ilustrado e a reforma dos Correios nos setecentos", Postais: Revista do Museu Nacional dos Correios, 1 (Brasília): 75-99.

LIMA, Oliveira (1996). *Dom João VI no Brasil.* Rio de Janeiro: Topbooks.

LOUREIRO, Marcello José Gomes (2012). *A gestão do labirinto*: circulação de informações no Império Ultramarino Português, formação de interesses e construção da política lusa para o Prata (1640-1705). Rio de Janeiro: Apicuri.

MIRANDA, Márcia Eckert & MARTINS, Liana Bach (coord), (2008). *Capitania de São Pedro do Rio Grande*: correspondência do Governador Paulo José da Silva Gama 1808. Porto Alegre: CORAG.

NOVAIS, Fernando (2001). *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Editora Hucitec.

PIMENTA, João Paulo (2012). *Tempos e espaços das independências*: a inserção do Brasil no mundo ocidental (c.1780-c. 1830). São Paulo: Universidade de São Paulo/Tese de Livre Docência.

PRADO, Fabrício Pereira (2002). *A Colônia do Sacramento*: o extremo sul da América portuguesa no século XVIII. Porto Alegre, F. P. Prado.

PRADO, Fabrício Pereira (2009). *In the shadows of Empire*: Trans-Imperial Networks and Colonial Identity in Bourbon Rio de la Plata (c. 1750 – c.1813). Atlanta: Ph. D. dissertation-Emory University.

PRADO, Fabrício Pereira (2010). "A presença luso-brasileira no Rio da Prata e o período cisplatino", Eduardo Santos Neumann, Luiz Alberto Grijó. *Continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil,* Rio de Janeiro, Apicuri.

RAPERS (1923). *Revista do Archivo Publico do Rio Grande do Sul*, n. 11, Porto Alegre, set..

VARELA, Alfredo (1919). *Duas grandes intrigas*: mysterios internacionais atinentes ao Brazil, Argentina, Uruguay e Paraguay. Porto: Renascença Portuguesa.

ZIENTARA, Benedikt (1989). *Fronteira*, in. Enciclopedia Einaudi. Vol. 14. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL NDIHR

O GÊNERO FEMININO NA AMÉRICA PRÉ-HISPÂNICA

Daniel Almeida de Macedo
Doutorando em História Social
Departamento de História – Universidade de São Paulo
danielmacedo@usp.br

RESUMO

Evidências sobre gênero em sociedades pré-colombianas estão disponíveis a partir de diferentes fontes, porém com distintas vantagens e desvantagens. Fontes etnohistóricas proporcionam detalhes esclarecedores sobre os papéis masculino e feminino nas culturas Mesoamericanas pré-conquista, baseadas nos relatos de informantes da elite masculina e filtrados pelos critérios eurocêntricos dos cronistas espanhóis. Os códices pré-colombianos, livros nativos ilustrados deixados pelos Astecas, são igualmente importantes para se compreender o cotidiano destas civilizações, no entanto impõem certas dificuldades de interpretação. As relações de gênero na Mesoamérica pré-colombiana, de qualquer forma, não eram determinadas. Ao contrário, foi um processo dinâmico que variava através do tempo e espaço, e eram continuamente negociadas no cotidiano social. Como tal, a questão de gênero tem se constituído em um campo fértil para pesquisas com implicações significativas para a compreensão do passado e do presente.

Palavras-chave: Sociedade mesoamérica pré-columbiana, etnohistória, função do gênero.

ABSTRACT

Evidence for pre-Columbian gender is available from several different sources, but with distinct advantages and disadvantages. Ethnohistoric sources provide vivid details of male and female roles in pre-conquest Mesoamerican cultures, based on the accounts of elite male informants and filtered through the Eurocentric gender bias of the Spanish chroniclers. Pre-Columbian codexes, native pictorial books left by the Aztecs, are equally important historic source to understand everyday life of these societies, but impose some interpretational challenges. Gender relations in pre-Columbian Mesoamerica, nevertheless, were not determined. Rather, they were dynamic process that varied through time and space, and were continuously negotiated in social practice. As such, gender

has became a rich filed of investigation with significant implications for historic understanding of the past and present.

Keywords: Pre-Columbian mesoamerican society, etnohistory, gender roles.

INTRODUÇÃO

Na região que hoje se estende desde o centro de Honduras e noroeste da Costa Rica alcançando o México, abrangendo cerca de 906.000 km, floresceram civilizações que partilhavam entre si um conjunto de características peculiares que as tornavam uma grande família cultural e histórica. Esse conjunto de civilizações foi definido pelo antropólogo e filósofo alemão Paul Kirchhoff, em 1943, de povos da mesoamérica (DOS SANTOS apud KIRCHHOFF: 1967). O conceito impulsionou o estudo e a classificação etnográfica dos habitantes da região mexicana e centroamericana. Segundo Kirchhoff, a despeito das particularidades que diferenciavam os vários povos mesoamericanos, práticas como o cultivo do milho como base da alimentação, a autoflagelação, a construção de pirâmides escalonadas e a utilização de um preciso calendário baseado em dois ciclos, dentre outras características culturais, eram comuns a estes povos. Com o desenvolvimento de estudos e pesquisas, outros aspectos foram sendo paulatinamente associados ao pensamento da civilização mesoamericana.

Atualmente, especialistas acreditam que os povos mesoamericanos compartilhavam concepções espaciais que davam forma a um complexo, porém coerente, sistema cosmográfico. A distinção entre Topan (sobre nós), Tlapan (no solo) e Mictlan (região dos mortos), bem como a divisão desses segmentos em dimensões menores, representa um dos principais fundamentos da cosmografia mesoamericana. A dimensão horizontal do espaço dividia-se em quatro rumos ou regiões e a vertical em estratos, sendo que treze seriam os pisos "Sobre Nós" e nove os da "Região dos Mortos". Esses âmbitos cercariam por todos os lados a porção central, onde, portanto, os quatro rumos, os céus e os inframundos se encontrariam e transmitiriam suas influências e virtudes. Nesses âmbitos, as pessoas, os animais, as deidades, os astros, as plantas, os mortos e todos os outros entes, visíveis ou invisíveis, incluindo as mulheres, estariam distribuídos e em constante movimento e interação.

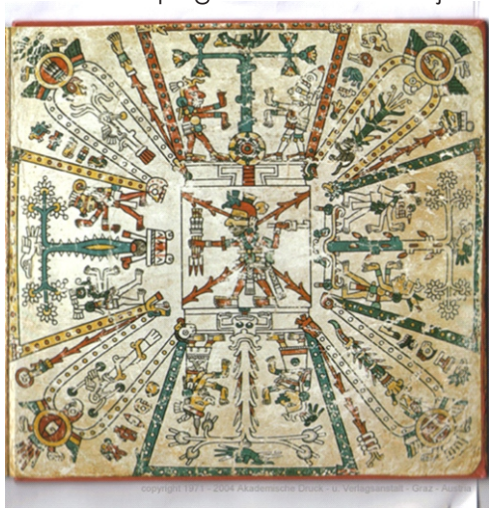
A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NA COSMOGONIA MESOAMERICANA

Os povos mesoamericanos registraram um pouco de sua vida cotidiana em seus códices e assim torna-se possível conhecer um pouco sobre as concepções do imaginário coletivo destas civilizações. Estes códices, que combinavam glifos logográficos, fonéticos e ideográficos com representações artísticas, foram produzidos por mais de dois mil anos na região da Mesoamérica. Estes escritos pictoglíficos eram feitos sobre diversos suportes, como cerâmica, pedra, madeira, ossos, tecido, couro animal e papel, feito da casca de árvores como a figueira ou da fibra de plantas. Os códices se destinavam a vários propósitos, como descrever sua concepção de tempo e espaço, a história grupal, as cerimônias, os conflitos, as conquistas e proezas das elites dirigentes e suas linhagens e a fundações de cidades. Os códices produzidos sobre tecido, couro ou papel, em geral, eram enrolados como pergaminhos ou dobrados como biombos. Eram chamados de amoxtli na língua nahuatl, termo que significa papéis colados ou adereçados e que no século XVI foi traduzido como livro pelos castelhanos (DOS SANTOS apud PORTILLA: 1997 p. 21). O número total de códices mesoamericanos é desconhecido, pois apenas parte deles encontra-se relacionada em levantamentos, nos quais constam cerca de uma dúzia de manuscritos pré-hispânicos e mais de cinco centenas de coloniais. O entendimento de grande parte dos glifos e elementos figurativos que compõem as páginas desses códices, por sua vez, ainda estão sujeito a grandes polêmicas desafios de interpretação. O principal deles diz respeito aos limites entre os glifos e os elementos figurativos, isto é, o sistema mixteco-nahua pode ser

considerado uma escrita ou os elementos contidos neles são estritamente fonéticos?

A primeira página do famoso Códice Féjerváry-Mayer (ver figura – 1), manuscrito pré-hispânico conservado no Museu Público Livre de Liverpool, Inglaterra, ilustra o conjunto pictoglífico dos entes e elementos associados às cinco regiões, isto é, a horizontal que se dividia em quatro rumos, acrescida da vertical, ao centro. Essa página conserva, assim, uma imagem cósmica e de calendário que interconecta o espaço e o tempo através de um esquema que ordena sequencialmente os 20 signos do dia, os 9 "Senhores da Noite", e 8 árvores e aves cósmicas. Com efeito, as concepções mesoamericanas relacionadas ao calendário eram intrinsecamente vinculadas às concepções do espaço; unidas, essas representações temporais e espaciais formavam um conjunto de ideias à que se convencionou denominar "cronotopo mesoamericano".

Figura 1 – Primeira página do Códice Féjerváry Mayer



Fonte: Códice Féjerváry Mayer. Museu Público Livre de Liverpool, Inglaterra.

Ainda na página inicial do Códice Féjerváry-Mayer observa-se o glifo do Sol – formado por círculos concêntricos e por pontas de seta centrífuga - na base da árvore que se encontra sob o portal trapezoidal que ocupa a parte superior do documento. Esta região do Mundo denominava-se Tonatiuhichan, ou seja, a "Morada do Sol". A região do poente era chamada de Tonatiuh Icalaquian, "Lugar Onde o Sol se Mete", e Tonatiuh Iaquian, Lugar da Morte do Sol. Para essa região iriam as mulheres mortas no primeiro parto, as quais tinham por missão transportar o Sol desde o zênite até o ocaso. Por isso, essa região também era chamada de Cihuatlampa ou Lugar das Mulheres. Depois deste processo o Sol seria levado pelos mortos comuns, que habitavam o Mictlan, em seu percurso noturno (DOS SANTOS: 2009, p. 238). As deidades mais frequentemente relacionadas com o MicItlan eram Mictlantecuhtli e Mictecacihuatl, ou, respectivamente, "Senhor e Senhora da Região dos Mortos". Estes formavam um casal que presidiria e habitaria o piso mais profundo e que pode ser associado ao casal Hunahpú e Ixbalanqué da tradição maia-quiché, duas importantes personagens da cosmogonia narrada o no manuscrito Pop vuh (MÉXICO: FCE, 1996), relevante registro documental que aborda questões sobre a criação do mundo, dos homens e animais, segundo tradição daquela civilização.

As deidades mesoamericanas retratadas nos códices pré-hispânicos eram fruto de um longo desenvolvimento histórico-cultural e integravam o mundo em que foram elaborados. Suas características e significados se relacionam diretamente a situações concretas experimentadas pelos nativos, e, em grande medida era a expressão metafísica da realidade que viviam. A gravidez, um evento que era muito significativo para os Astecas e Maias, sustenta este postulado. Pode se observar, nas páginas dos códices pictoglíficos, que a mulher mesoamericana surge associada, especialmente, à condição de genitora. Neste sentido, as cavernas no interior da Terra e a água, inscritas nos códices, representavam úteros que geravam povos e deuses. "Chicomoztoc", Lugar das Sete Cavernas, consiste em desses grandes úteros terrosos, caracteristicamente úmidos e quentes em seu interior como um útero humano.

Figura 2 – Ilustração de Chicomoztoc, Lugar das Sete Cavernas



Fonte: Manuscrito História Tolteca-Chichimeca. Biblioteca Nacional da França, Paris.

"Chicomoztoc" teria originado ou sido rota necessária dos povos Nahuas que eventualmente se estabeleceriam no Vale do México. O nascimento de "Centeotl", ou O Milho Sagrado, a partir das relações sexuais entre "Xochiquetzal e Piltzintecuhtli" no interior de uma gruta é outro célebre episódio que apresenta a relação entre caverna e útero, entre o real e o imaginário (DOS SANTOS: 2009, p. 245).

O gênero de fato representou uma dos mais importantes princípios organizacionais da sociedade mesoamericana. Na obra Archaeology of Ancient Mexico and Central America, an Encyclopedia, Susan Toby Evans afirma que "as identidades do gênero masculino e feminino eram reconhecidas desde o nascimento, e a educação era devotada a preparar a criança para assumir, segundo o sexo, um papel específico na fase adulta". Por meio de métodos arqueológicos expandiu-se a compreensão do estilo de vida pré-colombiano, incluindo as atividades domésticas, rituais, sistemas mortuários e artes em sua expressão pública e privada. Em alguns contextos, os resultados das pesquisas realizadas sobre vestígios e restos materiais dos povos que habitaram a mesoamérica, revelam uma perspectiva ligeiramente mais democrática nas atividades de homens e mulheres. Adereços e penteados indicavam claramente as distinções de gênero. Atividades diárias tais como a caça, preparação de comida, engajamento em conflitos, cuidados com a prole e produção de tecidos eram características que definiam a divisão do trabalho segundo critérios de gênero (EVANS: 2001, p. 288). Neste sentido, a oposição entre o homem guerreiro e a mulher genitora forma a estrutura do imaginário coletivo mesoamericano, aspecto esse que era definido tendo em vista que a profissão masculina mais importante era o guerreiro, e a mulher tinha o papel de trazer à vida esses novos combatentes. O cordão umbilical, aliás, tinha um grande valor simbólico nesse conjunto de representações. Os meninos tinham seus cordões guardados até que se tornassem adultos, depois do qual eram enterrados em um campo de batalha, cercado de um ritual que simbolizava que aquele era o local natural onde deveriam estabelecer uma profunda ligação. As meninas, por sua vez, tinham o cordão umbilical enterrado ao lado do fogão, já que nestas civilizações elas eram destinadas a realizar trabalho doméstico por toda a vida.

Elementos interessantes sobre o conceito de lugares femininos na Mesoamérica são encontrados na região sudeste do estado de Tlaxcala no Platô Central do México. Em uma paisagem emoldurada pelos majestosos vulcões Popocatepetl, Iztaccíhuatl e La Malinche, se encontra o monte Xochitécatl, um antigo vulcão que tem em seu topo um centro de cerimônias pré-hispânico. A maior e mais imponente edificação em Xochitécatl é a Pirâmide das Flores,

localizada na porção leste do centro de cerimônias, com uma base retangular quase tão grande quanto a Pirâmide da Lua em Teotihuacan e a pirâmide denominada Tepalcayo 1 no Povoado de Totimehuacan.

Figura 3 – Foto de das ruínas arqueológicas de Xochitécatl, Tlaxcala, México.



Fonte: George and Eve De Lange, Cidade do México.

No curso do Projeto Arqueológico Xochitécatl, do Instituto Nacional de Antropologia e História da Universidade Nacional do México, UNAN, México, D.F, (PUCHE: 2001, p. 255) foram encontrados em Xochitécatl inúmeros vestígios em cerâmica e representações em pedra indicando a presença de elementos femininos em seu discurso cultural. A mais completa sequência de materiais culturais coletados foram oriundos da Pirâmide das Flores e instigaram a equipe de arqueologistas a estudar em profundidade as representações de mulheres, suas associações e contextos em profundidade. Com base nos dados coletados, Marie Carmen Serra Puche constata que este foi um centro de cerimônias que ao final do Período Formativo (400 AC até 100 DC) e durante a segunda ocupação no Período Epiclássico (650 AC até 850 DC) foi destinado ao culto feminino. Imagens de deusas, legisladoras femininas e mulheres em várias fases do ciclo de vida, assim como símbolos da fertilidade feminina e evidências de rituais cósmicos, emergiram durante a execução do Projeto Arqueológico Xochitécatl, cujos resultados foram publicados pela Dumbarton Oaks Research and Library Collection, Washinghton, 2001. A descoberta mais importante consistiu em mais de trinta e duas sepulturas, a maioria de mulheres e crianças, acompanhadas de oferendas e várias esculturas em pedra. A descoberta indica a realização de cultos femininos em associação com fertilidade, porém a pesquisa não possibilitou a determinação da data ou época do ano em que os rituais e cerimônias aconteciam, ou para qual deidade, poder natural ou momento do ciclo de vida era oferecido. Quem realizava estas cerimônias? Sacerdotes, sacerdotisas ou ambos? É possível afirmar, no entanto, que a localização geográfica de Xochitécatl indica que este era um centro de grande importância. As observações do Projeto Arqueológico Xochitécatl, em seu conjunto, revelam um sítio onde cerimônias eram realizadas nas quais a mulher tinha uma importância fundamental, onde crianças eram sacrificadas e onde outros rituais, como banhos, eram realizados. Todos estes fatores indicam que cerimônias eram dedicadas à Mãe Terra, personificada pelo vulcão feminino.

Outra hipótese ainda aberta para debate é se haveria um governo composto de mulheres, talvez um matriarcado, tendo em vista a presença de muitas mulheres entre as figuras e esculturas em pedra. As mulheres eram representadas sentadas em tronos, empunhando escudos e cetros, o que é comumente associado a deusas em manuscritos e pinturas. Porque não considerar a possibilidade de uma líder mulher, uma "Amazona", ou uma sacerdotisa? Por enquanto, o Projeto Arqueológico Xochitécatl reconhece e admite, apenas, os enormes desafios que representam identificar, através de dados arqueológicos e sua subsequente interpretação, a posição e o papel da mulher que viveu em Xochitécatl.

Com efeito, grande parte dos estudos sobre as relações de gênero na Mesoamérica realizados até o momento se dividem em duas posições teóricas distintas: aqueles que enfatizam a hierarquia de gênero, e aqueles que reconhecem a complementaridade nas identidades masculina e feminina. A complementaridade implica que homens e mulheres faziam parte de uma estrutura dualista que permeou a ideologia mesoamericana. Susan Kellog identifica neste modelo uma "equivalência estrutural" de gênero que é encontrada em parentesco, herança e religião (KELLOG: 1988 p. 668). Como exemplo a autora cita que a mulher que gerasse um filho era exaltada como guerreira, enquanto a mulher que falecesse ao dar a luz se uniria aos guerreiros que, mortos em batalha, acompanhariam o sol em sua jornada diária pelo céu.

Provavelmente, ambos os sistemas de relações de gênero – hierárquico e estrutural - existiram simultaneamente e eram adotados caso a caso, dependendo do contexto cultural específico, principalmente entre os astecas. Mesmo havendo abundância de informações etnohistóricas dessa civilização que permita algumas constatações, seria enganoso generalizar tais resultados para outras culturas mesoamericanas. Ao passo em que as fontes etnohistróricas forem avaliadas criticamente, e as pesquisas arqueológicas se concentrarem no estudo de gênero em distintos contextos culturais, a compreensão sobre as relações de gênero de povos da mesoamérica se tornará cada vez mais complexa e informativa (EVANS: 2001, p. 289). O desafio enfrentado pela arqueologia e pela história dos gêneros, todavia, seguirá sendo superar o androcentrismo inerente no pensamento ocidental, e assim empreender a reconstrução do passado mesoamericano.

RECRIAÇÕES ETNOHISTÓRICAS DA MULHER PELOS CRONISTAS ESPANHÓIS

Os conquistadores espanhóis e padres jesuítas, em seu contato com os povos mesoamericanos, coletaram e registraram suas impressões. Ao lado dos códices pré-hispânicos, estas são importantes fontes históricas para se compreender mais sobre aquelas civilizações. Os cronistas que estiveram presentes na conquista, e que mantiveram os primeiros contatos com as civilizações mesoamericanas, também relatam sua percepção sobre o gênero feminino na cultura daquele povo.

Na sociedade asteca o patriarcado reinante impedia as mulheres de terem papel político e de educarem os filhos após a morte dos maridos, pois o falecimento do esposo as tornava incapazes de juridicamente. Ademais, às mulheres mesoamericanas se lhes exigia pudor, castidade, e, particularmente em relação às mulheres casadas, honestidade e recato, em razão dos maridos não serem menos ciumentos que os espanhóis. As principais obrigações recomendadas às mulheres seriam assim: em primeiro lugar culto aos deuses; a segunda obrigação era a boa guarda e honestidade pessoais; e, finalmente, o amor e a reverência ao serviço dos maridos, conforme informa o frade dominicano e cronista Bartolomé de Las Casas, que participou da segunda viagem de Cristóvão Colombo (SALOMÃO apud SÉJOURNÉ: 1972, p. 145-146).

Fontes etnohistóricas trazem um olhar pessoal dos primeiros contatos com a cultura indígena, todavia, conceitos eurocêntricos frequentemente ofuscam a percepção sobre as atividades que as mulheres exerciam nesta sociedade. Como exemplo, Susan T. Evans cita que Bernardino de Sahagún, frade franciscano e missionário espanhol autor de valiosíssimas obras sobre a história do México pré-hispânico, menciona que a mulher não vendia coisas no mercado público, porém, ilustrações e pinturas – de autoria dos próprios autóctones- as mostram claramente vendendo bens de consumo nesses locais. A razão para distorções como esta residiria no fato de que os cronistas espanhóis frequentemente usavam homens da elite como coletores de informações e posteriormente filtravam estas informações através de suas próprias convicções, crenças e preconceitos. Consequentemente, registros históricos das funções, atividades, afazeres e dinâmica da vida de mulheres na sociedade mesoamericana estão fragmentadas, e podem bem ser caracterizadas em certos casos, mais como prescrições de um comporta-

mento socialmente adequado para mulheres do que como descrições de sua rotina diária.

Registros de cronistas sobre gêneros alternativos ou ambíguos são ainda mais problemáticos. Descrições de hermafroditas e outros grupos que apresentavam comportamentos sociais inaceitáveis surgem no Códice Florentino, conjunto de 12 livros criados sob a supervisão de Bernardino de Sahagún entre 1540 e 1585, aproximadamente. Passagens relativas aos "sodomitas" são realizadas nas crônicas, mas sempre em um sentido condenatório e sem especificações sobre a qual tipo de conduta se referia. Anões e hermafroditas eram considerados sexualmente ambivalentes, tais como crianças, e assim eram favorecidos pela nobreza como servos e mensageiros sacrificiais dos deuses. Padres espanhóis também prestavam atenção especial para a "ahuianime" (mulher do prazer), que era interpretada como prostituta, mas sem reconhecimento de sua afiliação com o culto à Mãe Deus (EVANS: 2001, p. 288). Em contraste com os registros coloniais, os textos pré-hispânicos são livres das considerações ocidentais preconceituosas, todavia, eram frequentemente criados como propaganda destinada a legitimar as tradições e preservar as linhagens da elite. Os homens predominavam na maioria dos contextos como legisladores, sacerdotes, divindades e guerreiros. As mulheres, quando aparecem nestas funções, desempenham um papel acessório, sugerindo, segundo Susan Evans, que ao menos estruturalmente, havia um sentido de complementaridade no status da mulher. Excepcionalmente, cidades como Palenque e Tikal admitiam que as mulheres da nobreza ocupassem papéis governantes, caso a linha de descendência masculina fosse interrompida. Para compor grandes redes de parentesco vinculadas a todas as regiões do mundo maia, as jovens de linhagem nobre eram negociadas ou trocadas por mulheres de outras cidades.

O argumento segundo o qual os homens desfrutavam uma posição dominante em relação à mulher - dentro de espécie de hierarquia definida pelo gênero - encontra respaldo em registros históricos dos astecas no México Central. Na obra "História Verdadera de la Conquista de la Nueva España" de autoria de Bernal Diaz de Castilho, é destacada a diferença de gênero asteca quando o cronista escreve que "as palavras eram para as mulheres e as armas, para os homens" (Ibiden, p. 154). Montandon, citada por Salomão, ao analisar o masculino e o feminino na sociedade mesoamericana, argumenta que era inequívoca a imagem de subordinação feminina, seja nas camadas altas, seja nas populares.

> É possível que se encontrassem mulheres desempenhando atividades públicas ou de liderança, mas a constatação é de que sua condição geral era de submissão aos maridos, já que os pais tinham o costume de proferir discursos às filhas a respeito da obrigação de sacrificarem-se pelo casamento, pelo marido, pela família, ressaltando, ainda, que, de qualquer modo, seria uma vida triste e difícil (MONTANDON: 2007).

Menciona a autora que outro exemplo da condição feminina de subserviência era a grande quantidade de mulheres presenteadas ao implacável conquistador Hernán Cortés pelo seu opositor, o cacique maya Tabasco, após ser derrotado, e que tais mulheres seriam destinadas a servir e cozinhar para o infante espanhol.

CONCLUSÃO

Seja por meio dos Códices pré-hispânicos ou através dos relatos dos cronistas da conquista hispânica, um pouco sobre a vida e o papel da mulher nas sociedades mesoamericanas nos é contado. Estas valiosas fontes históricas possibilitam vislumbrar o cotidiano das mulheres que faziam parte das civilizações mesoamericanas. Ambas as fontes, no entanto, estão permeadas por crenças religiosas, convicções políticas e concepções do imaginário coletivo daqueles que as produziram, exigindo para a operação historiográfica uma cuidadosa articulação entre o natural e o cultural.

Evidências sobre as relações de gênero na América pré-columbiana estão disponíveis através de diversos formatos, porém, cada qual com suas vantagens e desvantagens. As narrativas dos conquistadores espanhóis fornecem detalhes sobre os papéis masculino e feminino na sociedade asteca. Contudo, há elementos que indicam que em certos casos tais relatos, construídos por integrantes da elite masculina, eram filtrados em conceitos eurocêntricos de gênero. O subjetivismo presente nas fontes, repletas de julgamentos de valores, reflete a dificuldade dos autores em entender os nativos em sua alteridade. A pesquisa arqueológica, por sua vez, pode produzir um panorama mais amplo das relações de gênero em um extenso leque de contextos culturais, com o benefício de se acrescentar uma perspectiva diacrônica que possibilita a interpretação de gênero como uma, dentre várias identidades sociais (EVANS: 2001, p. 291). Porém, mesmo a perspectiva arqueológica mostra-se mais produtiva quando combinada com analogias etnohistóricas e etnográficas, onde os contrastes entre os modelos etnohistóricos e as evidências arqueológicas expõem a dinâmica da relação de gêneros.

Entre os estudiosos do assunto, se observa duas abordagens definidas sobre relações de gênero na mesoamérica. A primeira refere-se à hierarquia de gênero, baseada no patriarcado reinante à época. Outra corrente propugna uma complementaridade nas identidades masculina e feminina; mas é interessante notar que ambas as posições não se excluem mutuamente. Montandom (2007) reconhece a imagem de subordinação feminina na sociedade mesoamericana, no entanto enfatiza que o espaço para a possível igualdade entre o homem e a mulher dar-se-ia na guerra, havendo representações iconográficas de mulheres de atitudes guerreiras ou de liderança; ressalta ainda que nos códices existiam representações femininas de participação em batalhas. Eis aí uma forte demonstração da importância destes registros pictoglíficos para a compreensão do papel da mulher nestas civilizações.

Na cosmogonia mesoamericana revelada pelos códices, por exemplo, é significativa a representação de um casal como sendo as deidades que habitavam as profundezas do Mictlan. O casal Mictlantecuhtli e Mictecacihuatl, ou, respectivamente, "Senhor e Senhora da Região dos Mortos" presidiria o piso mais profundo. Ambos representam o conjunto de forças materializadas que regiam a Região dos Mortos na tradição maia-quiché. Assim, a representação da força governante do Mictlan, que na cosmogonia mesoamericana ocupa importância central, coube não apenas a uma deidade humana masculina, como se poderia esperar de uma sociedade patriarcalista, mas sim a um casal. A figuração singular de um homem, assim, não bastaria para presidir o inframundo, sendo necessário o aporte da mulher, que com suas qualidades ínsitas e exclusivas, ampliaria a capacidade de condução, a estabilidade e a força da "Região dos Mortos". Naturalmente, estas são apenas cogitações que não podem ser comprovadas, mas apenas inferidas a partir dos diversos caminhos interpretativos que o cotejo de fontes históricas revela ao pesquisador.

Reputa-se igualmente significativa a missão outorgada às mulheres mortas no primeiro parto, a quem caberia transportar o Sol desde o zênite até o ocaso - Tonatiuh Icalaquian e Tonatiuh Iaquian - . Essa nobre tarefa fora designada às mulheres talvez em razão dos atributos que reconhecidamente teriam perante a sociedade e seus líderes, especialmente relacionados à sua condição de genitora. Ou ainda, poderia se indagar se esse não seria um recurso utilizado pelos próprios líderes daquela civilização para incentivar as mulheres em sua árdua função de reprodutora, e assim as convencer de que mesmo a dolorosa morte da parturiente, frequente em razão de hemorragias e infecções pós-parto, seria recompensada por uma missão de grande importância no cronotopo mesoamericano.

Seja qual for o motivo de se representar a mulher morta no primeiro parto como responsável pela relevante incumbência de transportar o Sol, é ela, e não o homem ou outra deidade, quem está retratada nesta missão, o que sugere que o gênero feminino não era considerado um ente desprovido de propósito na cosmogonia daqueles povos.

Mesmo considerando que a sociedade mesoamericana era superestruturada e caracterizada por distinções hierárquicas primordiais, em que "o futuro do indivíduo é determinado pelo passado coletivo" (Tudorov: 2003, p. 95), a mulher tinha um papel fundamental nessa sociedade. A relevante missão das mulheres, mortas no primeiro parto, de transportar o Sol desde o zênite até o ocaso – "Cihuatlampa" – que pode ser observada na representação contida no Códice Féjerváry-Mayer, associada à ilustração das sete cavernas de "Chicomoztoc", contida no manuscrito História Tolteca-Chichimeca, do século 16, indicam que a gravidez era um elemento importante no imaginário dos povos mesoamericanos. A mulher, principal responsável pela continuidade da vida, tinha na procriação o acontecimento máximo de sua existência, fato pelo qual era reconhecida pela sociedade. Este aspecto singular revela relações de poder, etnia e gênero que estão expressas ainda hoje em nossa sociedade. Entender o outro é um processo muito difícil e a América antiga é um território repleto de diversidades que merecem ser estudadas para ampliarmos nossa visão sobre o ser humano.

Ademais, o estudo das relações de gênero dentre os povos da mesoamérica tem se tornado um campo promissor de pesquisas com relevantes implicações para a compreensão histórica e antropológica do passado e do presente. As relações de gênero na mesoamérica, no entanto, são ambíguas e representam um processo dinâmico que varia através do tempo e do espaço. Tanto os registros históricos realizados pelos povos autóctones nos códices pré-hispânicos sobre a vida da mulher mesoamericana, como os relatos dos cronistas e conquistadores espanhóis, estarão sempre permeados de concepções do imaginário, crenças religiosas e convicções políticas, assim não parece haver espaço para uma abordagem que se pretenda isenta. O olhar sobre as relações de gênero na mesoamérica está condicionado a um quadro de referências sócio-culturais e a influências variadas que de acordo com os interesses do observador definirá o que pode vir a ser feito e o que não é permitido ser realizado.

No capítulo referente à Operação Historiográfica, na obra "A Escrita da História" do historiador francês Michel de Certeau, o autor argumenta que a História seria ao mesmo tempo uma disciplina, uma prática e uma escrita (CERTEAU, 1982, p.66). Em linhas gerais caberia a pratica do historiador a articulação entre o natural e o cultural e a seleção de suas fontes com as quais ele pretende trabalhar. Contudo, é importante pensar que o próprio recorte da documentação está sujeito às ações do lugar social onde o indivíduo está inserido (CERTEAU, 1982, p. 81-2). Através destes apontamentos Certeau nos deixa claro sobre o peso que a instituição e o lugar social dos indivíduos possuem sobre a construção do discurso do historiador.

REFERÊNCIAS

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

DOS SANTOS, Eduardo Natalino. **Deuses do México Indígena. Estudo comparativo entre narrativas espanholas e nativas**. Editora Palas Athena. São Paulo, 2002.

DOS SANTOS, Eduardo Natalino. **Tempo, espaço e passado na mesoamérica. O calendário, a cosmografia e a cosmogonia nos códices e textos nahuas**. São Paulo, 2009.

DOS SANTOS, Eduardo Natalino. **Além do eterno retorno: uma introdução às concepções de tempos dos indígenas da Mesoamérica**. Revista USP, São Paulo, nº 81, p. 82-93, março/maio 2009.

EVANS, Susan Toby. WEBSTER, David L. **Archaeology of Ancient Mexico and Central America. An Encyclopedia.** Garland Publishing, Inc. New York & London. 2001.

LINARES, Federico Navarrete. **La conquista europea y el régimen colonial**. Em História Antigua de México. Volúmen III: El horizonte Posclásico. México, 2001.

PUCHE, Mari Carmen Serra. **The concept o Feminine Places in Mesoamerica: The case of Xochitécatl, Tlaxcala, Mexico**. Em: Gender in Pre-Hispanic America. Dumbarton Oaks Research Library and Collection. Washington, D.C. 2001.

SALOMÃO, Daniele. **A cultura mesoamericana no período da conquista do México.** Revista Tessituras, nº 04, janeiro 2012.

TODOROV, Tzvetan. **Conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LEÓN PORTILLA, Miguel. **El destino de la palabra: de la oralidad y los códices mesoamericanos a la escritura alfabética**. México: El Colégio Nacional & Fondo de Cultura Económica, 1997, p. 21.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL NDIHR

A AUTOBIOGRAFIA DE GARCIA NETO COMO BIOGRAFIA DE MATO GROSSO: A DIVISÃO DE MATO GROSSO NO DISCURSO "ESTADO SOLUÇÃO"

Nathália da Costa Amedi
Mestre em História pelo PPGHIS/UFMT
Professora da Rede Pública de ensino do Estado de Mato Grosso (SEDUC-MT)
nathaliadacostaamedi@yahoo.com.br

RESUMO

Esse artigo é parte da dissertação *A invenção da capital eterna: discursos sensíveis sobre a modernização de Cuiabá no período pós-divisão do Estado de Mato Grosso (1977-1985)*. Pretende-se analisar uma fonte inédita[1], o livro, *Mato Grosso: Estado Solução* by José Garcia Neto. Durante o processo de divisão uma das dúvidas que pairava era se Garcia Neto sabia ou não da decisão de Ernesto Geisel de dividir o Estado, na medida em que este era o governador do Estado de Mato Grosso à época. A historiografia da divisão, apesar da negativa de Garcia Neto, ficou marcada por relatos de que seria quase impossível o governador não ter conhecimento da decisão do presidente Geisel em dividir o Estado de Mato Grosso. A divisão do Estado de Mato Grosso ocorreu com a assinatura pelo Presidente Ernesto Geisel, da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977 – que anunciava a criação do Estado de Mato Grosso do Sul a partir do desmembramento do estado de Mato grosso, definida como capital a cidade de Campo Grande. Divisão esta que ocorreu sem consulta popular ou plebiscito. A autobiografia de Garcia Neto é uma fonte rica para se entender a memória que Garcia Neto desejava "enquadrar", fazendo sua defesa pública da sua atuação política e da sua crença no Mato Grosso como "Estado Solução".

Palavras-chave: José Garcia Neto (1922-2009). Biografia. Memória. Política. Cuiabá – MT.

ABSTRACT

This article is part of the dissertation *The invention of eternal capital: sensitive discourse on modernization Cuiabá after the division of the State of Mato Grosso (1977-1985)*. We intend to analyze an unpublished source, the

book, *Mato Grosso: State Solution*, by José Garcia Neto. During the division of the doubts that lingered was whether or not he knew Garcia Neto Ernesto Geisel's decision to divide the state, to the extent that this was the governor of Mato Grosso at the time. The historiography of the division, despite the denial Garcia Neto, was marked by reports that the governor would be almost impossible to be unaware of the decision of President Geisel in dividing the state of Mato Grosso. The division of the State of Mato Grosso occurred with the signing by President Ernesto Geisel, the Supplementary Law No. 31 of October 11, 1977 - announcing the creation of the state of Mato Grosso do Sul from the dismemberment of the state of Mato Grosso thick, defined as the capital city of Campo Grande. Division that this occurred without referendum or popular consultation. The autobiography Garcia Neto is a rich source for understanding the memory Garcia Neto wanted to "frame", making his public defense of his political activities and his belief in Mato Grosso as "State Solution".

Keywords: José Garcia Neto (1922-2009). Biography. Memory. Politics. Cuiabá - MT.

José Garcia Neto[2] é uma personagem marcante desta história que culminou com a divisão do Estado de Mato Grosso. Em seu livro, *Mato Grosso: Estado Solução*, que não deixa de ser uma autobiografia, ele relatou passagens da sua vida pública para "deixar registrado, para os mato-grossenses natos e os mato-grossenses por adoção, um período político dos mais conturbados do Estado de Mato Grosso: a sua divisão" (GARCIA NETO, 2014, sem página).

Não há dúvidas que a divisão marcou a carreira política de Garcia Neto. Não é atoa que depois da divisão, ao deixar o cargo para disputar as eleições como senador, ainda por duas vezes, ele não foi eleito, abandonando assim a carreira política. Este livro não deixa de ser uma resposta também à acusação de que ele tinha conhecimento da decisão de Geisel ao tomar posse como governador em 15 de março de 1975, indicado pelo seu partido Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

A autobiografia de Garcia Neto é uma fonte rica para se entender a memória que Garcia Neto desejava "enquadrar" (POLLAK, 1989, p. 10)[3], fazendo sua defesa pública da sua atuação política e da sua crença no Mato Grosso como "Estado Solução".

Durante o processo de divisão uma das dúvidas que pairava era se Garcia Neto sabia ou não da decisão de Geisel de dividir o Estado. Segundo Marisa Bittar, a indicação de Garcia Neto[4] por Geisel para o governo do Estado de Mato Grosso se respaldava no fato de que ele havia sido informado, quando da fusão Guanabara-Rio de Janeiro, que o próximo redesenho geopolítico nacional seria a divisão de Mato Grosso e que sendo da base governista e tendo concordado com o processo semelhante (à fusão) sem consulta popular não se oporia à divisão (BITTAR, 2009, p. 319).

A historiografia da divisão, apesar da negativa de Garcia Neto (NEVES, 2001, p. 155)[5], ficou marcada por relatos de que seria quase impossível o governador não ter conhecimento da decisão do presidente Geisel em dividir o Estado de Mato Grosso.

O ex-governador tentou demonstrar em sua autobiografia que sempre enxergou Mato Grosso em sua integridade, desde a sua primeira eleição como vice-governador pela União Democrática Nacional (UDN), em 1960. Pelas potencialidades econômicas do estado, suas riquezas e recursos naturais, Mato Grosso se tornaria em pouco tempo um grande Estado e a solução para os grandes problemas do país.

O que nos interessa nessa fonte, portanto é a memória construída por Garcia Neto sobre a divisão. Uma autobiografia que tem como título *Mato Grosso: Estado Solução*, não deixa de biografar o Estado de Mato Grosso também demonstrando a sua visão, pensamentos e projetos sobre o estado. E sua autobiografia seria a biografia do próprio Mato Grosso contemporâneo. Nesse livro, o ex-governador deseja escrever a síntese de uma vida, a trajetória de sua história e do próprio Estado se congregam em uma única

trajetória, criando aquilo que Pierre Bourdieu denominou de "ilusão biográfica" (BOURDIEU, in: AMADO; FERREIRA, 2006, p. 185).[6]



Foto oficial – José Garcia Neto, governador de Mato Grosso (1975-1978).
Fonte: SECOM/MT

A começar pela documentação utilizada. O autor apresentou vários documentos oficiais e pronunciamentos feitos por ele na Câmara Federal em defesa de Mato Grosso, da necessidade da construção de estradas federais no Estado, o investimento no setor energético, em usinas hidrelétricas e em linhas de transmissão, assim como a sua luta pela criação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) com sede em Cuiabá. Ao mesclar a sua fala com documentos pessoais, o autor foi construindo também a sua defesa demonstrando que ele sempre lutou por Mato Grosso em sua integridade. Havia a preocupação de comprovar com as fontes a sua própria fala como em um processo de defesa de sua memória/legado político. A sua autobiografia seria, fazendo uso das palavras de Leonor Arfuch, "um espaço intermediário" entre o ex-governador e o seu público – no caso o povo de Mato Grosso. Nessa busca de uma biografia convincente esse mesmo espaço pode resultar na "mediação entre público e privado" ou na "indecibilidade" (ARFUCH, 2010, p. 28).

Para além das questões relacionadas à divisão, percebemos, através do seu relato e das correspondências pessoais a sua rede de relações com "personagens ilustres" da memória mato-grossense, como D. Aquino Correa e o Marechal Cândido Rondon. Personagens a quem Garcia Neto parecia nutrir um grande apreço. Figuras ilustres "inquestionáveis" quanto a sua importância histórica para Mato Grosso e sua capital. Atrelar sua memória com esse panteão de heróis da história de Mato Grosso era uma forma de se legitimar como alguém que comungaria de um compromisso com a integridade do Estado.



Em Brasília, no dia 11 de outubro de 1977, presidente Ernesto Geisel assina a Lei Complementar da divisão de Mato Grosso.
Fonte: ARCA

Ao relatar a sua relação com esses homens ilustres do passado percebemos a estratégia de Garcia Neto em demonstrar que desfrutava do convívio de pessoa importantes na política e na sociedade mato-grossense e cuiabana. Ele podia sim dizer que era um deles e que fazia parte de um grupo tradicional, ou melhor, de uma história comum. A escolha dos documentos que comprovariam essa relação de amizade e de sentimento de pertencimento ao Mato Grosso poderia ser o caminho para o seu reconhecimento como liderança política para além do fardo da divisão. Essa seleção

do que lembrar ou esquecer não era neutra, tinha um compromisso. Segundo Philippe Artières,

> [...] fazemos triagens nos nossos papéis: guardamos alguns, jogamos fora outros; damos arrumações quando nos mudamos, antes de sairmos de férias. E quando não o fazemos, outros se encarregam de limpar as gavetas por nós. Essas triagens são guiadas por intenções sucessivas e às vezes contraditórias.
> (...) Arquivar a própria vida é se pôr no espelho, é contrapor à imagem social a imagem íntima de si próprio, e nesse sentido o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência (ARTIÈRES, 1998, p. 10-11).

Em suas primeiras páginas, ele citou uma conversa que teve com o presidente Ernesto Geisel, em quatro de abril de 1975, quando foi escolhido pelo seu partido ARENA de forma indireta para ser o govenador do Estado de Mato Grosso, diante dos boatos que surgiram à época a respeito da intenção dele em dividir o estado.

> - [...] importante Excelência, é que eu saiba o que realmente existe sobre a divisão de Mato Grosso.
> Olhando-me diretamente nos olhos, como era de seu costume ao falar, respondeu-me:
> - Governador, ainda não pensei sobre esse assunto. E se um dia for pensar, o senhor será o primeiro, a saber.
> Diante dessa incisiva resposta, saí de Planalto com a certeza de que iria governar Mato Grosso uno, integral.
> Criei então uma frase [slogan] que, pela sua veracidade, marcou o meu governo: Mato Grosso – Estado Solução (GARCIA NETO, 2014, p. 22).

Em outro momento, Garcia Neto explicou o slogan, que criou ainda como candidato a vice-governador, em 1960 junto com Fernando Correa da Costa quando ele ao percorrer o Estado em busca de votos pode ampliar seus conhecimentos sobre Mato Grosso e suas potencialidades. De 1975 a 1978, ele governou o Mato Grosso sob este slogan – Mato Grosso, o "Estado Solução"

> Solução, sim, para os grandes problemas do país: Amazônia com suas grandes riquezas há vários séculos servindo à cobiça internacional; com rarefeita população e as áreas superpovoadas do Nordeste, sofrendo os efeitos da seca, e a região sul do país com as devastadoras geadas, além do grande numero de minifúndios que se tornaram economicamente inviável pelo crescimento das famílias, que neles se instalaram.
> Sem dúvida, as terras de Mato Grosso seriam as mais indicadas para a solução desses problemas (GARCIA NETO, 2014, p. 136).

Que ironia do destino. Aquele que defendia Mato Grosso como "Estado Solução" seria o "governador da divisão" do Estado. Uma contradição com certeza que marcou a atuação política de Garcia Neto em Mato Grosso, por mais que ele tentasse em diversas situações justificar que não sabia da divisão.

O livro se desenvolve com o relato de como se deu a sua vinda para Cuiabá com 22 anos, em 1945, ainda como engenheiro. Em seguida, dedicou-se a falar da sua atuação política como o primeiro prefeito eleito por Cuiabá em 1955, como vice-governador em 1960 e da atuação na Câmara Federal por duas vezes (1967-1970 e 1971-1974).

Nesse sentido, Garcia Neto explicou os motivos que o levaram a aceitar ser eleito por via indireta para governador de Mato Grosso, em 1974:

> Por que aceitei ser eleito, por via indireta, se sempre fui contra essa forma de escolha?

> É necessário notar que as regras eram essas, e a "política é a arte do possível". Não poderia negar-me a governar um Estado cujo povo me recebera com tanto carinho e onde, por votação direta, em quatro eleições anteriores, fui eleito prefeito da capital, vice-governador do Estado, e, por duas legislaturas, o mais votado como deputado federal (GARCIA NETO, 2014, p. 187).

Ao tomar posse, Garcia Neto optou por escolher tanto políticos do norte como do sul do Estado para compor o seu governo.

> Não discriminei o sul do Estado na composição do meu governo. Pelo contrário, montei uma administração estadual com lideranças tanto do sul quanto do norte, na concepção que tinha de um Estado uno indivisível e com representantes políticos dos antigos partidos: UDN, PSD e PTB (GARCIA NETO, 2014, p. 204).

Segundo o ex-governador, as obras do seu governo (ARAÚJO, 2011, p.160)[7] foram dirigidas tanto para o norte como para o sul, haja vista a pavimentação de estradas, de saneamento, de educação, de saúde, o que ele comprovaria por meio de documentos anexado ao livro (GARCIA NETO, 2014, p. 121)[8]. Mesmo assim as campanhas pró-divisão do Estado não pararam, lideradas pela Liga Sul-mato-grossense, que há várias décadas presidia o movimento. O fantasma da divisão do Estado atormentava a vida dos governadores a cada eleição.

As obrigações do Estado estavam sendo cumpridas, sob a sua ótica. Os salários dos funcionários majorados anualmente. A distribuição equitativa dos recursos para todas as regiões, mas a campanha pró-divisão continuava.

> A imprensa de São Paulo e do Rio de Janeiro sustentava, em várias reportagens e artigos, a necessidade da divisão de Mato Grosso. [...]
> Nunca Mato Grosso estivera nas manchetes da grande imprensa nacional. Críticas injustas tentavam atingir a pessoa do governador, que, com serenidade, continuava na sua missão de governar para todo o Estado, combatendo veementemente as ideias divisionista.
> Que interesses estariam por trás de tudo isso? (GARCIA NETO, 2014, p. 225).[9]

Interessante perceber como Garcia Neto pretendeu demonstrar que governou para todo o Estado, de norte a sul de leste a oeste, com representantes do sul e do norte compondo o seu *staff*. Ele observava que a campanha pró-divisão ocorreu por outros motivos que não estavam diretamente relacionados com a atuação dele enquanto governador, que "governou para todo o Mato Grosso". O "governador da divisão" reivindicava sua identidade como "antidividisionista".

Garcia Neto, contrariando as afirmações recorrentes na esfera política, procurou também desmistificar a "assertiva que foi maldosamente inventada" de que Mato Grosso cresceu por causa da divisão. De acordo com o ex-governador, na geada de 1976, que atingiu boa parte das plantações do sul do país e o incentivo dos programas de desenvolvimento dos cerrados (POLOCENTRO) e da Amazônia (POLOAMAZÔNIA), de autoria do governo federal, boa parte dos produtores do sul do país rumaram para o norte de Mato Grosso, comprando terras, gados, plantando arroz, soja, milho, cana e criando cidades.

> Afirmo que Mato Grosso cresceu pela migração dos irmãos do sul, pela forma de como eles foram recebidos pelos nortistas de Mato Grosso, cuja expressão maior é, sem dúvida, a hospitalidade com que todos recebem as pessoas que chegam a Cuiabá e a outras cidades do Estado. Por isso mesmo, quem aqui chega não quer voltar, pois sempre é recebido como um irmão,

> que não nos visitava há muito tempo (GARCIA NETO, 2014, p. 273).

Importante essa citação porque marca a posição de Garcia Neto sobre a divisão. Para ele, o desenvolvimento de Mato Grosso não estaria relacionado à divisão, mas sim, ao incentivo à migração (GARCIA NETO, 2014, p. 273)[10] para Mato Grosso e, também, a algo que é marcante na identidade cuiabana que é a hospitalidade. Ou seja, o migrante era "sempre" bem recebido e tratado como um "irmão". O crescimento de Mato Grosso ocorreu, nas suas palavras, não pela divisão, mas pela vinda dos migrantes do sul e pelo "acolhimento" do cuiabano e do nortista que os fizeram ficar e não voltar para sua região de origem. Aqui se vislumbra a repetição da ideia de Mato Grosso como celeiro do Brasil, resultado da mão laboriosa e empreendedora do migrante, o bandeirante moderno (cf. GUIMARÃES NETO, 2002).

Quanto à dificuldade de governar Mato Grosso pela sua grande extensão territorial, teceu os seguintes comentários:

> Sempre tive a certeza de que o argumento da grande extensão territorial do Estado não dificultaria o seu pleno desenvolvimento, pois pelos modernos meios de comunicação, que já chegavam ao Estado, não seria difícil governá-lo.
> O mundo ficou pequeno, e o Estado de Mato Grosso também, pelo progresso das comunicações, que no meu governo alcançou todas as regiões sem nenhuma discriminação (GARCIA NETO, 2014, p. 273).

Em abril de 1977, Garcia Neto foi chamado para conversar com o presidente Geisel, dois anos após a primeira audiência dele com o general, já como governador de Mato Grosso. Ele relatou que a

> Sua convocação, naquela data, me indicava a importância do assunto.
> Depois do cumprimento de praxe, olhando-me diretamente, como sempre fizera, e sem preâmbulos disse-me:
> *- Governador, vou começar a pensar sobre a divisão de Mato Grosso.*
> *- Presidente, gostaria de relatar as razões por que defendo a unidade do Estado.*
> O presidente ouviu em silêncio o meu relato, e sem nenhum comentário prolongou o seu silêncio, que ficou com um peso pairando no ar.
> Voltei a falar:
> *- Sr. Presidente, peço permissão para trazer os meus argumentos por escrito.*
> *- Sem dúvida, governador, pode trazê-los. Não demore.*
> Ao sair da audiência senti um aperto no peito.
> Aquele "não demore", do presidente, me fez sentir que eu estava perdendo a batalha.
> Desci pelo elevador. Atravessei a Praça dos Três Poderes.
> Eram 18 horas. Um vento frio soprava em direção ao Oeste (GARCIA NETO, 2014, p 277).

Se Garcia Neto sabia ou não que o presidente Geisel ia dividir o Estado quando tomou posse em 1975, não se sabe. O fato de ele dizer que não sabia não muda o cenário. O que é importante é a forma como ele elaborou a narrativa em sua defesa. A memória política da divisão é o que interessa.

Apesar de não ser o nosso foco, talvez seja interessante questionar: o que levou Garcia Neto a aceitar a ser governador de Mato Grosso, (na possibilidade dele saber das intenções de Geisel em dividir o Estado)? Quais ganhos políticos ele obteria? Por que um político tão proeminente no Estado e com tantas vitórias eleitorais e políticas aceitaria a ser o "governador da divisão"?

Algo não se encaixa diante da acusação que ele sabia. Se ele tinha conhecimento prévio que a divisão iria ser feita em seu governo, não seria um suicídio político? A não ser que Garcia

tentasse se projetar como uma figura "heróica" nesse contexto, lutando para que Mato Grosso não fosse dividido, aumentando ainda mais a sua popularidade e seu poder político. Se a divisão não fosse adiante talvez isso aconteceria. O que não ocorreu.

Com a experiência política de Garcia Neto, sua atuação juntamente com vários políticos mato-grossenses em eleições e várias legislaturas não dá pra crer que ele foi tão ingênuo a ponto de não saber da divisão. É difícil crer nisso.

Numa entrevista para Onofre Ribeiro, no jornal *A Gazeta*, em 1993, ao ser questionado se o processo da divisão já estava em andamento quando ele assumiu, ele diz: "[...] Ele [Ernesto Geisel] me disse que ia pensar a respeito. Mas eu acho que já tinha pensado quando me disse isso" (GARCIA NETO, 2014, p. 362).

Enfim, o que sabemos é que as perdas políticas para ele foram muitos grandes, nas duas eleições para o senado que ele concorreu, após a divisão, ele perdeu, findando assim a sua carreira política. O que teríamos a partir daí seria um homem profundamente ressentido com forma como a sua obra fora arranhada com a sina da divisão. Não seria um sentimento de inferioridade, mas também "do amor-próprio ferido, experiência de negação de si e da autoestima", conforme descreveu Pierre Ansart (ANSART, in: BRESCIANI; NAXARA, 2004, p. 22).

Após a reunião com Geisel, Garcia Neto retornou a Cuiabá.

> Continuei a rebater em entrevistas e discursos os argumentos daqueles que se declaravam favoráveis à divisão, muitas vezes usando argumentos aéticos e procurando ferir a honra do governador do Estado.
> Foram dois anos de campanha que enfrentei de peito aberto.
> Reuni-me com as lideranças políticas do Estado, e com meus auxiliares diretos, escrevendo uma mensagem, na qual incluía os meus argumentos desfavoráveis à divisão.
> Como governador de todo o Mato Grosso, e não só de uma de suas partes, tive o cuidado de reunir-me com os dirigentes da Liga-Sul-mato-grossense, em Campo Grande, relatando os meus argumentos contrários à divisão. Solicitei que relacionassem os seus argumentos, que levaria também ao presidente da República, a fim de que ele tivesse uma visão global do problema.
> No dia 27 de abril de 1977 [...] entreguei a minha exposição de motivos que incluía a mensagem [...] da Liga sul-matogrossense (GARCIA NETO, 2014, p. 278).

Na sua "Exposição de Motivos"[11], o governador Garcia Neto assim se expressou em um dos seus 13 pontos:

> 1 – Abstraindo-me de nossa realidade histórica, desejo, contudo, certo da compreensão de Vossa Excelência, aberto por temperamento à controvérsia, ressaltar, por dever de justiça, a quota de sacrifício de um povo que, durante mais de dois séculos, sustentou, nessas alturas, a bandeira da soberania nacional e aspira, por isso, um tratamento condizente com o que assegura o testemunho da História (GARCIA NETO, 2014, p. 279).

Percebemos nesse primeiro motivo, a evocação do mato-grossense como sentinela dessa região de fronteira, e defensor da soberania nacional. Ou seja, ele "resgata aqui a história mato-grossense" para pedir um tratamento condizente com os deveres que este cumpriu com a nação.

Garcia Neto observava que as dimensões de Mato Grosso já não seriam um problema como no passado, pois o Estado estaria à época integrado pelos meios modernos de transporte e comunicação.

> 4 – Mato Grosso, a despeito de suas dimensões, que muitos consideravam no passado, o seu grande infortúnio, é hoje um Estado consolidado e satisfatoriamente integrado pelos meios modernos de transporte e comunicação, mantendo o governo sob o seu efetivo controle as instituições econômicas, sociais e políticas. Suas receitas correntes são maiores que despesas correntes, o que não ocorre com algumas Unidades da Federação (GARCIA NETO, 2014, p. 280).

Garcia Neto fazia uma observação sobre o lugar de Mato Grosso naquele momento como um polo integrador da Amazônia Ocidental e o caminho natural de correntes de povoamento que vinham para ocupar o "imenso vazio" dessa região, sendo Cuiabá a base para essa integração.

> 6 – Na atual conjuntura nacional, foi reservada a Mato Grosso uma grande responsabilidade: a integração da Amazônia ocidental, como caminho natural das grandes correntes de povoamento, que já demandam o imenso vazio para o qual o mundo, sujeito às pressões demográficas, volta as suas vistas. E Cuiabá, a bicentenária capital, é a base econômica e cultural para essa integração. A divisão do estado, com o consequente enfraquecimento de sua capital, iria atrasar o processo de integração dessa rica e cobiçada região. Já o general Golbery de Couto e Silva, em sua obra "Geopolítica do Brasil", de profunda repercussão nos meios culturais, sociais e políticos do país, dizia, a propósito, com sua visão premonitória: Cuiabá, no próprio paralelo de equipotencial das atrações do Norte e do Sul, está fadada a ser o grande centro de articulação de toda a área, cujo potencial, base de circunvalação fronteiriça, de Porto Velho a Campo Grande e Ponta Porã, acabará se tornando uma realidade concreta na soldadura mais avançada entre o Brasil amazônico e o Brasil platino (GARCIA NETO, 2014, p. 280).

Enfim, todos os argumentos do governador não foram suficientes para evitar a divisão. Cerca de um mês depois que Garcia Neto conversou com o presidente Geisel, ele foi chamado novamente ao Palácio do Planalto. Assim se expressou o presidente Geisel ao representante de Mato Grosso:

> *Li com atenção a sua mensagem, contrária à divisão de Mato Grosso, mas há um ponto que eu quero realçar para sua compreensão.*
> *Mato Grosso tem grandes potencialidades, como nenhum outro Estado tem. Quando Mato Grosso atingir o desenvolvimento de um São Paulo, isso poderá afetar o equilíbrio da federação brasileira.*
> Não concordei com esse argumento, pois conhecia, de muito, o espírito patriótico do povo mato-grossense. Mas era uma decisão do Chefe da Nação.
> Senti que havia perdido a batalha. Restavam-me duas opções: abandonar o campo ou integrar-me à solução irrevogável do presidente, para conseguir os recursos necessários ao desenvolvimento de Mato Grosso remanescente.
> Optei pela segunda alternativa (GARCIA NETO, 2014, p. 283).

Ao sair da reunião com o presidente, Garcia Neto deu uma entrevista aos jornalistas "quando disse que era contra a divisão do Estado até 10 minutos atrás", mas que apesar de ser contra a divisão, iria fazer como governador e homem de confiança do Presidente da República tudo fazer para que a criação do novo Estado se fizesse na maior harmonia entre os mato-grossenses (GARCIA NETO,

2014, p. 285). Essa foi a frase que lhe renderia dores de cabeça e a acusação de traidor da unidade do Estado.

Podemos afirmar que foi uma infeliz entrevista de Garcia Neto após ser informado da divisão. Um prato cheio para os seus adversários. Onde um repórter ao perguntar se ele tinha vestido a camisa do Presidente, ele afirma "É, vesti a camisa do Presidente. [...] "Hoje eu estou de acordo com o presidente, de 15 minutos pra cá, precisamente. Tenho, naturalmente, meu ponto de vista pessoal" (GARCIA NETO, 2014, p. 285).

Muito se comentou se Garcia Neto deveria ou não ter deixado o cargo de governador quando informado que seria feita a divisão de Mato Grosso. Os argumentos do ex-governador, que o levaram a continuar, foram legítimos para cuidar dos interesses dos dois Estados. Se ele tivesse renunciado não haveria críticas? Provavelmente seria acusado de covarde por não ter defendido os interesses de Mato Grosso.

No livro *Cuiabá de hoje*, João Moreira de Barros faria uma defesa da posição do governador, lembrando que era uma decisão irrevogável do presidente Geisel mesmo diante dos mais fortes argumentos contrários à divisão do Estado:

> Não se pode inculcar ao ex-governador Garcia Neto qualquer tibieza na defesa do Estado. Contra a determinação do Presidente Geisel nada podia fazer. É, portanto, pueril, quando não maldosa, a crítica de alguns nortistas no sentido de que Garcia Neto deveria renunciar ao seu mandato em sinal de protesto contra a divisão. Fez bem em não renunciar. Primeiro, de nada adiantaria o seu protesto ou sacrifício – Geisel estava determinado; segundo, mais certo seria continuar à testa do Governo e pleitear a inclusão no Projeto das providências que viessem atender melhor às nossas necessidades. Por isso mesmo agiu bem o Governador Garcia Neto em "vestir a camisa do time de Geisel", como ele falava (BARROS, 1984, p. 117).

Garcia Neto ainda fez sugestões ao anteprojeto da divisão do Estado, com a ajuda do presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), Mauro José Pereira.[12] Segundo Garcia Neto, o anteprojeto continha absurdos como convocação de juízes de outros Estados para ocuparem cadeiras nos Tribunais de Justiça, além de não especificar recursos para despesas de custeio da antiga e da nova unidade da federação.

Em um ofício encaminhado para o presidente Geisel, foram feitas as sugestões do governo de Mato Grosso ao anteprojeto, contidas em 37 emendas. Assim escreveu ao presidente:

> O projeto, na sua essência, não corresponde às intenções de Vossa Excelência, que se decidiu pelo desmembramento do grande Estado do Centro-Oeste objetivando, sobretudo incrementar o desenvolvimento dessa importante região do território brasileiro, notadamente a do norte de Mato Grosso. [...]
> A ficar como está o projeto, o governo de Mato Grosso, em janeiro de 1979, não contará com recursos sequer para as despesas de custeio do Estado. A isso acrescendo-se que não foram previstos recursos para atendimento dos cargos da administração indireta, provenientes de amortizações de dívidas que, em 1979, se elevarão a mais de 400 milhões de cruzeiros (GARCIA NETO, 2014, p. 289-290).

Algumas considerações feitas por Garcia Neto ao pós-divisão do Estado, como os transtornos na economia dos dois Estados, eram previsíveis. Apesar dos recursos federais, as receitas não foram suficientes para atender, em dia, ao pagamento do funcionalismo público das duas unidades federativas. Em Mato Grosso essa situação permaneceu até 1998, e em Mato Grosso do Sul até 2002.

Para as obras de infraestrutura, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul tiveram que recorrer a empréstimos externos, com autoriza-

ção do governo federal, cujo pagamento não conseguiu efetuar, tendo o Tesouro Federal que assumir os pagamentos, com débitos feitos mensalmente, aos dois Estados, parte importante do Fundo de Participação dos Estados (FPE). A dívida do Estado de Mato Grosso, em 2003, com o Tesouro Federal era de cinco bilhões de reais e a do Mato Grosso do Sul chegava a seis bilhões de reais (GARCIA NETO, 2014, p. 295).

Esses dados foram expostos por Garcia Neto para compor o debate em torno de novas divisões territoriais no país. O tamanho da dívida dos dois Estados poderia servir de advertência a projetos em discussão atualmente. Garcia Neto anexou ao final do livro tabelas que comprovavam que novas divisões territoriais iriam enfraquecer economicamente todas as regiões que compõem o Estado de Mato Grosso. Era o seu recado para os movimentos divisionistas do norte do Estado.

Uma informação importante destacada por Garcia Neto foi o livro de memórias de presidente Geisel, escrito por Maria Celina Araújo e Celso Castro, ou melhor, um silêncio. Segundo o ex-governador, não houve nenhuma referência sobre a sua decisão de dividir o Estado de Mato Grosso em suas memórias. Ele falou da fusão do Estado da Guanabara com o Rio de Janeiro, realizado no seu governo, criticou a criação de Roraima, Rondônia, Amapá e Tocantins e não fez nenhuma referência à divisão de Mato Grosso e à criação do Estado de Mato Grosso do Sul. Na guerra das narrativas, silêncios e lembranças são sempre estratégias para a construção de uma determinada forma de ver, compreender e sentir o passado. Neste caso, o silêncio sobre a divisão de Mato Grosso por parte de Geisel alimentaria o ressentimento de Garcia Neto, ou melhor, o desejo de se libertar de uma sina – ser o "governador da divisão".

Em uma das partes do livro, Geisel demonstrava preocupação com a possibilidade de desmembramento de áreas do país para a formação de Estados independentes da federação brasileira, mas calava-se em relação ao Mato Grosso.

> Outra função do Exército que se verifica na prática, embora não esteja escrito em lugar algum, é a de instrumento de coesão nacional. O Exército serve para assegurar a integridade da Nação. Num regime federativo, como nós temos, a tendência dos Estados é ter cada vez mais autonomia. Eles gostam da União, do governo federal para sugar recursos, mas, afora isso, querem ter o máximo de autonomia, quase independência. Ainda recentemente o Paraná e o Rio Grande do Sul quiseram separar-se da União e fazer a República dos Pampas (GARCIA NETO, 2014, p. 297).

Diante disso Garcia Neto perguntaria: Seria essa a principal razão da divisão do Estado de Mato Grosso? Ou seja, o medo de que Mato grosso se tornasse independente?

E repetia as palavras de Geisel ao comunicá-lo que havia resolvido dividir o Estado de Mato Grosso: "Mato Grosso tem grandes potencialidades, como nenhum outro Estado tem. Quando Mato Grosso atingir o desenvolvimento de um São Paulo, isso poderá afetar o equilíbrio da Federação brasileira" (GARCIA NETO, 2014, p. 297).

As justificativas de Garcia Neto, em sua autobiografia, não lançam nada de novo sobre o episódio da divisão do Estado. O seu "pecado" talvez não foi ter sonhado com Mato Grosso em sua integridade, mas acreditar, no contexto político em que vivia o país, que o cargo que ele ocupava era maior do que as disputas que podiam levar até a divisão do Estado. A divisão não sairia sem ele ser consultado e que ele seria o primeiro a ser informado da divisão, se assim decidisse Ernesto Geisel, não significava que pudesse impedir o processo. Provavelmente nem ele mesmo acreditava nisso e a sua insistência o fez perder a medida da atuação política pelo político.

No episódio da divisão, o sul mostrou a sua força política para além do seu poder econômico dentro do Estado. Fatores de segurança nacional, geopolíticos e econômicos foram importantes

nesse momento para realizar a chamada "modernização conservadora" proposta pelo governo militar, mas o peso político do sul foi maior nesse momento. O sul tinha a faca e o queijo na mão e souberam cortar.

NOTAS

[1] Gostaria de deixar registrado meu agradecimento à Maria Teresa Carrión Carracedo, da Editora Entrelinhas, e à família de Garcia Neto, na pessoa da senhora Maria Lygia, por me facultar o acesso ao livro inédito *Mato Grosso: Estado Solução*, do ex-governador. Esta foi uma fonte de valor inestimável para minha pesquisa orientada pelo Prof. Dr. Fernando Tadeu de Miranda Borges. A história de Garcia Neto se confunde com a história de Cuiabá e Mato Grosso, especialmente em um momento tão sensível e emblemático como foi a divisão do Estado de Mato Grosso.

[2] José Garcia Neto nasceu em 1922, em Rosário Catete, Sergipe. Foi o primeiro prefeito eleito de Cuiabá, em 1955. Em 1960, elegeu-se vice-governador de Mato Grosso pela UDN. Como deputado federal por Mato Grosso foi eleito como o mais votado em duas legislaturas (1967-1970 e 1971-1974). Faleceu em 2009, trinta anos depois da consumação da divisão do Estado.

[3] Para Michael Pollak (1989, p. 10), enquadramento de memória seria "uma chave para estudar, de cima para baixo, como as memórias são construídas".

[4] Garcia Neto, em 1974, era vice-líder do governo na Câmara dos Deputados quando foi escolhido governador de Mato Grosso pela ARENA.

[5] Garcia Neto negou que tinha informações sobre a divisão quando da sua escolha para ser governador: "Então, não tem fundamento aquela ideia de que a divisão aconteceria e, por isso, a sua escolha teria sido planejada para que o MT remanescente permanecesse com o governador do norte? Não! Isso meus adversários é que inventaram, isso de que eu fui comunicado. Nunca, nunca houve isso. Pelo contrário. O Geisel está vivo ainda..." (GARCIA NETO, 2014, p. 380).

[6] Para Pierre Bourdieu, "produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum de existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar. Seria uma história desprovida de significação" (BOURDIEU, in: AMADO; FERREIRA, 2006, p. 185).

[7] O governador Garcia Neto realizou obras importantes em Cuiabá, como a Estação Rodoviária, o anel viário (Avenida Miguel Sutil) e a inauguração definitiva do Estádio Governador José Fragelli (Verdão). Também a criação de fundações, como a PROSOL (assistência social) e a de Bem-Estar do Menor (FABEMAT). O maior destaque foi para a criação de oito distritos industriais (Cuiabá, Rondonópolis, Barra do Garças, Cáceres, Campo Grande, Corumbá, Dourados e Três Lagoas) e de fortes investimentos na área de energia (em particular linhas de transmissão e subestação) e transportes, com o apoio dos recursos dos programas federais de desenvolvimento, como POLOCENTRO (cerrado), POLOAMAZÔNIA, PRODEPAN (Pantanal) e PRODEGRAN (Grande Dourados). Ocorreu uma dedicação na montagem da padronização de agroindustrialização, vigente em Mato Grosso desde então, com ênfase na área agrícola (mecanização, crédito, assistência e extensão rural), acompanhando de crescimento nominal da despesa nesta função em cerca de 10 vezes.

[8] São justamente essas acusações que faziam os adversários políticos de Garcia Neto de que ele tinha conhecimento da divisão e por isso montou um governo tanto com políticos do norte como do sul e fez

vários investimentos nas duas regiões, principalmente em Cuiabá na tentativa de "travar" o processo de divisão. Sobre a divisão Mauro Cid disse que as obras feitas por Fragelli e Garcia Neto em Cuiabá foram uma compensação para minimizar a rejeição à divisão e preparar a região norte para o período posterior. "Foi a grande troca. Ter a tranquilidade de consolidar Cuiabá como capital, que seria. E deixa a marca dele aqui. Para que o projeto maior, que era a divisão, não fosse contestado" (GARCIA NETO, 2014, p. 121).

[9] O governo Garcia Neto foi apelidado pela oposição de "Oligarcia". Saiu até uma matéria na *Revista Veja* narrando as questões de nepotismo no governo dele, apresentando um diagrama, em formato de árvore, contendo mais de 20 pessoas próximos dele e de sua esposa em posições importantes no Estado e na Prefeitura de Cuiabá. A nomeação do seu genro Manoel Antônio Rodrigues Palma para a Prefeitura de Cuiabá despertou a fúria da oposição. Carlos Bezerra foi processado por Garcia Neto por suas declarações na tribuna da Assembleia Legislativa, em nome da liderança do MDB. Com a renúncia de Garcia Neto para disputar as eleições para o senado, em agosto de 1978, Carlos Bezerra se pronunciou assim: "Mato Grosso se sentiu aliviado, pois assistiu a três anos e meio de um trágico Governo, totalmente inoperante, um governo que restaurou em Mato Grosso a política do ódio, da perseguição e do compadresco, de um governo que não se preocupou com a coisa pública, se preocupou sim, em apenas arrumar e acertar a vida dos seus correligionários políticos, aumentando violentamente o número de funcionários públicos do Estado, com nomeações totalmente ilegais e inconstitucionais (ARAÚJO, 2011, p. 161). Em seu livro, Garcia Neto esclarecia os motivos que o levaram a nomear seu genro para a Prefeitura. "Eu sabia que meus adversários iam criticar a minha escolha, mas eu tive a coragem de nomear o meu genro para que ele pudesse, provindo de uma tradicional família cuiabana e conhecendo os anseios de sua cidade, realizar uma grande obra pela capital mato-grossense. [...] que deram a Cuiabá um grande impulso para a sua modernização" (GARCIA NETO, 2014, p. 205).

[10] Garcia Neto chega a citar o caso do projeto de colonização de Juína, iniciado em 1976, ocupando cerca de 400.000 hectares em terras do município de Aripuanã, elaborado pela Comissão de Desenvolvimento de Mato Grosso (CODEMAT) e pela Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO). "O estado vendeu esses lotes [de terras], a preços módicos, para quem comprovasse tradição nos trabalhos da agropecuária".

[11] **Exposição de motivos do governador Garcia Neto ao presidente Geisel contra a ideia de divisão do Estado**. 27 de abril de 1977. Esta exposição faz parte de um documento encadernado, intitulado "A divisão de Mato Grosso – exposição de Motivos apresentada ao Exmo. Sr. Presidente da República Ernesto Geisel, pelo governador de Mato Grosso José Garcia Neto". O documento está composto pelos seguintes anexos: 1. Relação de projetos prioritários de implantação e pavimentação de rodovias e energia elétrica; 2. Estudo da Secretaria de Planejamento do Estado sobre a situação administrativa e financeira, repercussões econômicas e sociais da divisão do Estado, aspectos gerais de infraestrutura socioeconômica e demanda de investimentos, e súmula histórica do Estado; 3. Memorial da Liga Sul-Matogrossense.

[12] Mauro José Pereira foi desembargador do TJMT e professor do curso de Direito da UFMT. Ocupou o cargo de presidente do TJMT entre 1977 e 1979, durante o processo de divisão do Estado de Mato Grosso.

FONTES

Exposição de motivos do governador Garcia Neto ao presidente Geisel contra a ideia de divisão do Estado, 27 de abril de 1977. In. A divisão de Mato Grosso – exposição de Motivos apresentada ao

Exmo. Sr. Presidente da República Ernesto Geisel, pelo governador de Mato Grosso José Garcia Neto.

GARCIA NETO, José. **Mato Grosso:** Estado Solução. Cuiabá: Entrelinhas, 2014.

REFERÊNCIAS

ANSART, P. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, M. S. M.; NAXARA, M. (Orgs.). **Memória e (res) sentimento:** indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. UNICAMP, 2004, p. 15-36.

ARAÚJO, V. C. **Paz sob fogo cerrado (1945-2002).** Cuiabá: EdUFMT, 2011.

ARFUCH, L. **O espaço biográfico:** dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.

ARTIÈRES, P. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 21, p. 9-18, 1998.

BARROS, J. M. **Cuiabá de hoje.** Cuiabá: IHGMT, 1984.

BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul, a construção de um estado:** regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso, vol. 1, Campo Grande: Ed. UFMS, 2009.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. m. (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, p. 183-191.

GUIMARÃES NETO, R. B. **A Lenda do Ouro Verde:** política de colonização no Brasil contemporâneo. Cuiabá: UNICEN; UNESCO, 2002.

NEVES, M. M. R. N. **Relatos Políticos:** (entrevista: memória divisionista – MT). Rio de Janeiro: Mariela Editora, 2001.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL NDIHR

FAUSTINO RIBEIRO JUNIOR: CIÊNCIA, MAGIA E POLÍTICA NA BAHIA DO LIMIAR DO SÉCULO XX

Rafael Rosa da Rocha
Mestrando em História Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)
xrr.rocha@gmail.com

RESUMO

O trabalho tem por objetivo discutir as versões e controvérsias que circundaram Faustino Ribeiro, um afamado curandeiro nascido em São Paulo, que peregrinou por vários estados brasileiros. Analisamos os embates entre Faustino e o Inspetor Geral de Higiene da Bahia, Antônio Pacífico Pereira, que resvalaram na imagem do governador do Estado, Severino Vieira, em 1903. Para esse fim, lançamos mão de alguns periódicos que circulavam na época, tais quais: *Diário de Notícias, Jornal de Notícias, A Bahia* e *Correio do Brasil*.

Palavras-chave: Curandeiro, Faustino Ribeiro, Política.

ABSTRACT

The paper aims to discuss the versions and controversies that have surrounded Faustino Ribeiro, a renowned healer born in São Paulo, who sojourned for several Brazilian states. We analyze the clashes between Faustino and the Inspector General of Hygiene from Bahia, Antonio Pereira Pacifico, that slithered on the image of the state governor, Severino Vieira in 1903. To this end, we employ some journals that circulated at the time, such that: *Diário de Notícias, Jornal de Notícias, A Bahia and Correio do Brasil*.

Keywords: Healer – Faustino Ribeiro – Politic.

FAUSTINO RIBEIRO JUNIOR

Faustino Ribeiro Junior nasceu no Estado de São Paulo no ano de 1870. Na década de 1890, atuava como funcionário público – inspetor escolar – e professor formado pela Escola Normal Superior de São Paulo. Na última década do século XIX, entretanto, o então inspetor passou a executar "curas miraculosas" apenas com o uso das mãos. (GAZETA MÉDICA DA BAHIA, 1903, p. 193).



Biblioteca Nacional. *O Malho*. Rio de Janeiro, nº 163, 28 out 1905. p. 43.

Em 1901, Faustino começou a ser perseguido pelo Juizado Municipal de Campinas, por exercer a medicina ilegalmente. A partir de então iniciou sua peregrinação por outros estados do país, executando seus processos de cura. (GAZETA MÉDICA DA BAHIA, 1903, p. 194.) Após as andanças em São Paulo, Professor Faustino, como ficou conhecido, seguiu para o Rio de Janeiro para dar suas consultas "miraculosas". Após ter passado pela capital, onde transitava simultaneamente entre Minas e São Paulo, Faustino seguiu rumo para a Bahia, onde entra em confronto com a Inspeção Municipal de Higiene. (GAZETA MÉDICA DA BAHIA, 1903, p. 194.)

O contexto pós-abolição no início da República relegou às populações negras um lugar social, aquém daquele proposto pelo regime republicano. A negação da cidadania, o restrito acesso ao mercado de trabalho foi constituído e se materializou através da racialização das relações sociais.[1] Foi justamente nesse contexto que Faustino Ribeiro Junior (1870-19?) chegou à Bahia em 1903, desembarcando do paquete *Belgrano* em oito de julho. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1903, p. 1.) Os viajantes que chegavam à Bahia, assim como Faustino, naquele período, se deparavam com uma deslumbrante vista enquanto aportavam. A falha geográfica que delineava a costa soteropolitana e os limites entre a parte alta e a parte baixa da cidade se destacavam. É bem provável que Faustino Ribeiro Junior tenha se encantado, do paquete, com esta vista que, se de longe, delineava a beleza da praia de Salvador, por outro maquiava um contraste com cenas insalubres.

A população de Salvador vivia assolada pelas memórias das epidemias de cólera em 1855 (DAVID, 1996.) e de gripe em 1890 (RODRIGUES, 1891 apud SOUZA, 2009.) e 1895 (BRITO, 1895 apud SOUZA, 2009.), que reordenaram as relações sociais e alteraram alguns hábitos e costumes. Quando ocorriam epidemias, o medo do contágio e da morte poderiam desestruturar costumes e modificar ou intensificar alguns hábitos. Entretanto, para, além disso, a mudança do regime político no Brasil, de Monarquia para República, pouco alterou a qualidade sanitária de vida da cidade do Salvador. (UZEDA, 1992.) Casas amontoadas, cortiços, asilos, internatos, ruelas apertadas e mal ventiladas faziam parte do cenário. Salvador da primeira década do século XX apresentava um espaço constante-

mente insalubre, comportando poucas moradias com qualidades sanitárias. (GAZETA MÉDICA DA BAHIA, 1903, p. 193-194.)

A prática curativa de Faustino era a imposição das mãos. Ela era praticada pelos gregos de quatro séculos antes de Cristo utilizando-a com intenção de cura. (GERBER, 1995, p. 33-37.) As inscrições bíblicas, por seu turno, trazem referências a duas maneiras as quais as mãos eram empregadas nos rituais sagrados. No Antigo Testamento, a imposição das mãos era uma prática comum em cerimoniais, usada na transmissão do pecado do ofertante para um animal que logo era morto em sacrifício expiatório.[2] Já no Novo Testamento, essa prática era executada para conferir o Espírito Santo a um apóstolo.[3] Poderia, também, ser usadas em orações para conceder curas e milagres. Essas práticas tiveram diversos usos e significados durante o passar dos tempos. Os reis santificados que possuíam poderes "milagrosos" perduraram e reelaboraram muitas vezes as práticas de imposições das mãos entre os séculos XI e XIX, segundo o estudo de História das Mentalidades de Marc Bloch. (BLOCH, 1993.) Nele, o rei conduzia suas mãos às partes adoecidas dos tuberculosos e, logo após o toque, fazia o sinal da cruz.[4]

Franz Anton Mesmer (1734-1815) – filósofo, teólogo e médico –, começou a tratar dos influxos dos planetas, sob a influência dos estudos de Isaac Newton, sobre o corpo humano. Mesmer, no final do século XVIII levantou a hipótese de que durante a imposição das mãos havia uma troca de energia vital tênue de natureza magnética entre curador e paciente. (MESMER, 1779.) Depois de tentar apresentar seu método na Universidade de Medicina de Paris no início dos anos 1780, conhecido como *magnetismo animal* comparativamente à medicina tradicional, suas proposições foram rejeitadas com desprezo. (MESMER, 1826.) Talvez porque representasse um retorno à Renascença dos séculos XIV e XVI, em detrimento dos prognósticos científicos arrolados durante a Idade Moderna e seus avanços científicos, sobretudo através das contribuições de Carlos Lineu e do Racionalismo.

Faustino por muitas vezes foi enquadrado como "teósofo", "discípulo de Mesmer" e "taumaturgo feiticeiro", todos, esses por seu turno, enquadrados no charlatanismo. Esse enquadramento, muito embora tenha sido criado nos idos da primeira metade do século XIX, permaneceu vivo durante todo o período do século dezenove e boa parte do século XX. Essa categoria, apesar de no cenário baiano enquadrar negros africanizados e sua tradição, não tardou em elencar Faustino como um de seus, não obstante ser branco e letrado e alegasse desconhecer o proceder de sua "cura milagrosa", mas que atribuía aos "dons que Deus" colocou em suas mãos, o qual dizia ignorar.

A imposição das mãos praticada por Faustino, ao que parece reflexo das reverberações do mesmerismo no Brasil nas décadas de 1840 se enlaça com o Espiritismo Kardecista que chega ao país, segundo Giumbelli, nos anos 1860. Os kardecistas se apropriaram do mesmerismo para explicar as manifestações de entidades espirituais sobre a consciência. Adré Moriel assevera que, Hippolyte Leon Denizard Rivail (1804-1869), conhecido como Allan Kardec, reconheceu que se interessou pelo magnetismo desde os anos de 1820. Segundo Moriel, citando Kardec, o magnetismo preparou o caminho do Espiritismo e o seu progresso se deu, "incontestavelmente", devido à vulgarização dos conhecimentos sobre o mesmerismo. (MORIEL, 1986, p. 47.) É essa perspectiva que vai orientar os argumentos contrários à prática de Faustino, acerca da superstição das pessoas que recorrem a sua cura.

CIÊNCIA, MAGIA E A ARTE DA POLÍTICA: EMBATES ENTRE FAUSTINO E PACÍFICO PEREIRA

> Está nos abismando a credulidade com que o povo da Bahia tem corrido à casa do Sr. professor Faustino, à Rua da Lama, um curandeiro ou um sugestionador que aqui chegou de São Paulo.Diariamente um número infinito de pessoas vai à Rua da Lama, onde espera encontrar a cura para suas enfermidades.É um caso para que chamamos com muito interesse, a atenção e a solicitude do Sr. Dr. Pacifico Pereira, inspetor geral

> de higiene, a cujo cargo está a fiscalização de semelhante fato.(A BAHIA, 1903, p. 1.)

No dia 29 de julho de 1903, o periódico A Bahia alertou em suas páginas sobre a recorrência do público crédulo à casa do Professor Faustino, onde buscava a cura para os mais diversos males. Discurso semelhante ao dos demais periódicos do período e mais especificamente ao do *Diário de Notícias*, como vimos na seção anterior. A credulidade do povo, mais uma vez, encabeçou os discursos jornalísticos. Entretanto, o alvo, nesse período, ainda não era a crença, mas o curandeiro ou os curandeiros e as práticas que inculcavam no povo, que já seria sensível, a tais práticas. Nesse sentido, recomenda ao Inspetor Geral de Higiene, o renomado médico Antônio Pacífico Pereira, que tomasse as devidas providências.

Alguns dias depois, no ímpeto de conhecerem o curador, foram à casa de Faustino com o objetivo de, com observação própria, poderem falar aos leitores do "seu poder sugestivo". Segundo a notícia,

> Ele referiu-se ao bom acolhimento que o povo, em massa, lhe tem proporcionado, procurando-o todas as horas, com a mesma ansiedade e sempre com grande número. Relatou-nos, calmamente, diversos acontecimentos de sua vida aqui na Bahia as simpatias de que está gozando. Desta forma, voltamos convencidos de que as providências que possam ser tomadas pelo poder público, não devem ser violentas e com exagero que se anuncia. **Se há conveniência na intervenção do poder público, no que cremos**, essa deve ser feita refletida e bem pensadamente, porque os fatos podem dar lugar a acontecimentos outros inesperados. A prudência, de acordo com o fiel cumprimento dos dispositivos de lei que se possam aplicar ao caso, não deve ser desprezada, e queremos crer que o poder público tomará as providências que forem precisas sem **exorbitar ou errar**, não dando lugar a que se sucedem cenas virgulares de parte a parte. (A BAHIA, 1903. p. 1.)

Nesta visita, além de levantarem informações que julgavam importantes aos seus leitores, o periódico trouxe à tona, também, uma tensão embrionária em torno da popularidade de Faustino e seu contraponto à imagem do poder público. Em outras palavras, alfinetar diretamente a imagem do Inspetor Geral de Higiene e indiretamente atingir o Governador Severino Vieira. Isso porque, o posicionamento político de *A Bahia* era de oposição. Mais uma vez, na política personalista e unipartidária, tinha como um desgastador de sua imagem um jornal que acreditava haver conveniência do poder público em relação a Faustino. Entretanto, muito embora fosse perceptível a atuação de jornais no combate às práticas políticas do governo, não temos dados que demonstrem a eficácia de tal prática opositiva.

Ademais, o periódico de alguma maneira exige um cuidado na intervenção que deve ser feita para os fatos não saírem do controle, com providências precisas sem exorbitâncias nem erros. Longe de parecer um apreço do jornal à figura de Faustino, de sua popularidade, essa perspectiva parece muito mais uma abordagem legalista de freios e contrapesos dentro do judiciário da época, que buscava o equilíbrio no julgamento do curador. Isso sem deixar de lado as intenções acusativas em relação à Inspeção de Higiene, com a aparente anuência do governo. Nesse sentido, ainda construindo as bases dos argumentos com os quais questionaria o trabalho da Higiene Pública, o periódico finaliza as reflexões sobre a visita a Faustino da seguinte maneira: "aguardaremos os fatos, principalmente porque o Sr. Dr. inspetor de higiene [Pacífico Pereira] já iniciou as suas providências, sobre as quais, por enquanto nos mantemos silenciosos." (A BAHIA, 1903. p. 1.)

Antônio Pacífico Pereira[5] era um renomado médico dentro da Faculdade de Medicina da Bahia. Um dos raros cientistas com

longa trajetória nos saberes médicos, foi redator e diretor da *Gazeta Médica da Bahia* nos idos de 1868 e posteriormente membro da Inspeção de Higiene Pública em vários níveis. Nesse sentido, os embates entre Pacífico e Faustino figuram um discurso de proteção pujante e violação, respectivamente, dos saberes médicos que proporcionam a leitura das concepções de crença e cura na Bahia republicana do limiar do século XX. (GAZETA MÉDICA DA BAHIA, 1922.) Talvez pelo renome e pela trajetória do Inspetor, *A Bahia* não tenha precipitado seu comentário acerca do médico.

O renome e o prestígio que eram conferidos aos juízes da época, entretanto, não foram bastante para impedir a nota de *A Bahia* acerca do Dr. Vicente Candido Ferreira Tourinho, pois no dia 24 de setembro o periódico deu nota nas manchetes de denúncia sobre sua retirada do cargo por ser amigo de Faustino. De acordo com o articulista, o "juiz de direito da referida circunscrição, Dr. Vicente Candido Ferreira Tourinho, julgou-se impedido para tomar conhecimento dessa denúncia, alegando ser amigo do professor Faustino." (A BAHIA, 1903, p. 1.) Não é possível saber a relação de amizade que Faustino Ribeiro detinha no seu ciclo social em Salvador, tampouco do julgamento do Juiz Vicente Tourinho, pois nossas fontes não permitem. Todavia, é possível perceber que jogo de forças em torno do "Doutor Bota-mão" se adensava, tomando proporções que extrapolavam a alçada da Inspeção de Higiene e, de alguma maneira, do Judiciário.

Nas páginas do *A Bahia*, aparece um crítico, sob o codinome *Gandier*, para fazer o papel não de acusador de um periódico, mas sim para acusar o próprio governador por receber Faustino, o "doutor Bota-mão", no Palácio da Vitória. Segundo o autor, por trás de seu pseudônimo, nada "temos a ver com a velha fórmula, que é a fé que cura; e os doentes que se julgam curados pelo professor, o foram por se mesmos, por auto sugestão, o que nos importa é o procedimento de nossas autoridades sanitárias, a revalidação de seus preceitos ou a derrocada de seu prestigio." (GANDIER, 1903, p. 1.) O que estava em jogo era o conflito entre a postura do Inspetor Geral de Higiene, Antonio Pacífico Pereira e o governador do estado, Severino Vieira. Foi nessa perspectiva que *Gandier* produziu seu texto, afirmando que:

> A princípio tentou-se, sob a égide do Dr. Inspetor de Higiene, coibir estas práticas de magia com a vigência do código penal. Foi até um arruído que ia fazendo do curandeiro, uma vítima para o aumento do proselitismo. O feitiço ia se virando contra o feiticeiro, e ao mesmo tempo em que se anunciava a querela por crime de injúria contra o Dr. Inspetor de Higiene, houve quem afirmasse em grande número no sexo frágil, a inocuidade das mãos do curandeiro em relação às laminas afiadas de perigosos bisturis. Agora, porém, o curandeiro penetra os umbrais do palácio da Vitória, encontra o próprio governador do Estado entre seus clientes, dóceis, eivados do mesmo fanatismo por seu estranho poder. É o próprio governador quem lhe vem suplicar o misericordioso milagre da cura para sobrinhos, queridos e afagados, tarados da surdo-mudez congênita. (GANDIER, 1903, p. 1.)

Dito de outro modo, todo o trabalho e esforço de Pacífico Pereira pela eliminação das práticas de magia que iam de encontro ao que se encarava como "modernidade" tinham sido minados, visto que o curandeiro foi se tornando vítima. Acreditamos que os termos de *Gandier* façam referência ao *Jornal de Notícias* e à mobilização discursiva que ele fez para defender Faustino, aumentando o proselitismo e dando fôlego às crenças de algumas pessoas da época. O feitiço ia se virando contra o feiticeiro, sobretudo porque o Professor Faustino estreitava, segundo *Gandier*, as relações com o governador que figurava agora entre um dos seus clientes: dócil, fanático. Duas características significativas para definir os crédulos do período. O fanático é aquele estado psicológico de fervor excessivo e persistente, e era frequentemente associado a natureza religiosa, tal qual Antonio Conselheiro. A docilidade

deriva da mansidão e daqueles que assimilam muito bem uma orientação ou obedecem sem opor resistência.

Sem economizar nas palavras, o autor, por trás do pseudônimo, continua a desferir seus golpes contra o governador, agora na tentativa de reverenciar o trabalho do Inspetor que de alguma maneira estava sendo desfeito pelo "fanatismo" de Severino Vieira. Talvez, por mirar alguns indícios desta relação, ou até por ter algum tipo de proximidade com Antonio Pacífico Pereira, o periódico tenha se furtado de emitir uma opinião acerca do trabalho do Inspetor de Higiene no dia 6 de agosto na chamada *O Professor Faustino uma visita* (A BAHIA, 1903, p. 1.), muito embora o texto não contenha assinatura de *Gandier*, nem outra qualquer. Assim, oportunamente, aquele era o momento para referenciar o trabalho do grande médico da faculdade de medicina. Segundo o autor,

> Nada, portanto, mais crucial e consentâneo que nossa primeira autoridade venha dar público testemunho de nosso fetichismo; é mesmo uma das feições estereotipadas da astrologia. [...]...Mas, como procederá agora o Dr. Inspetor de Higiene, delegado de confiança do governo do Estado, desde que o cenário do Bota-mão é nos salões do governador?...Cada um aceita a medicina a seu talante, e onde falham as drogas, muitas vezes vencem as ervas, lá isto é verdade.
>
> Mas certamente que isto não poderá servir de escusas à proclamada hombridade do Dr. Inspetor de Higiene que viu no curandeiro um perigo e um embuste, passível das infrações legais, e simultaneamente por ele ameaçado de processo crime. Di-lo-á sua consciência, di-lo-ão seus nobres colegas, os foros de ciências, os fulgores do ensino, as suas vastas pesquisas de sábio e as intermináveis páginas de profilaxia bubônica ou amarelil, pela campanha porfiada pelas pulgas, muriçocas, contra os ratos e mosquitos, que diante do novo prestígio celebra o renome do curandeiro, só lhe cabe imediato dever pelo abandono da Inspetoria de Higiene. (GANDIER, 1903, p. 1.)

É bom lembrar que os serviços de desinfecção e pesquisas bacteriológicas[6] implantados durante a administração de Luiz Viana, foram ampliados durante o governo de Severino Vieira, mesmo com as finanças do Estado abatidas por uma crise financeira. (ARAGÃO, 1923.) Nesses termos, é possível que a mácula que se intenta deixar na figura do governador tenha sido muito mais fruto de uma estratégia política do *Jornal*, não obstante o discurso civilizador que repudiava as práticas "bárbaras", do que uma tentativa moralizadora e civilizacional, haja vista que as eleições se aproximavam em 15 de novembro de 1903.

A figura do governador estava agora na linha de frente. Era o testemunho vivo e em alta patente do "fetichismo baiano". Era ao mesmo tempo o contraponto completo, nos discurso de *Gandier*, a Pacífico Pereira, delegado de confiança do governo para a Inspetoria de Higiene. Assim, diante do "embate" em que o inspetor viu seu trabalho desacreditado pelo representante máximo do Estado, diante de seus nobres colegas de ciência, deveria imediatamente abandonar a Inspetoria de Higiene. Mas cabe uma questão importante: Severino Vieira era o "testemunho de nosso fetichismo", por ter, supostamente, recorrido aos serviços curativos de Faustino?

Ainda no encalço do governador, o *Correio do Brasil*, em 14 de outubro, questionou em suas páginas a "longa conferência" que Faustino teve com o "Dr. Governador do Estado" (CORREIO DO BRASIL, 1903, p. 1.) Dois dias depois, com a manchete PERIGO, o Correio reiterou seu questionamento afirmando que não havia como não se espantar com a visita do "criminoso curandeiro" para "o primeiro magistrado estadual, o Dr. Governador, com quem longamente conferenciou; qual o assunto dessa conferência? Que pato [sic] foi firmado entre os dois? Eis o que não sabemos." (CORREIO DO BRASIL, 1903, p. 2.) Foi a partir desse questionamento

retórico acusativo empregado no texto que o periódico sugeriu que o estreitamento da relação de Faustino com Severino Vieira estava trazendo perigo para o bem estar social dos baianos, sobretudo porque não sabiam qual pacto "foi firmado entre os dois" nem o conteúdo da reunião de ambos. Além do anunciado poder de cura, entre os possíveis poderes do "bota-mão" poderia constar algum tipo de benção ou sortilégio que Vieira levasse às suas contendas políticas – algo que para os editores do jornal, poderia ser o maior dos perigos. É possível, assim, que o Correio do Brasil estivesse mirando as eleições em 15 de novembro e um lugar na política personalística e de acomodação da Bahia no período.

Cabe aqui uma reflexão, portanto, acerca da "política de acomodação". Em *Os Partidos Políticos na Bahia da Primeira República*, Consuelo Novais Sampaio tece uma nova perspectiva que enfatiza a trajetória dos partidos políticos e não a atuação de suas lideranças. Ela argumenta que diferentemente do que aconteceu na região sudeste, onde predominou o ideal republicano, na Bahia o liberalismo e o conservadorismo monárquico prevaleceram dando manutenção à ordem oligárquica. (SAMPAIO, 1978.) De acordo com a autora, a política de acomodação era marcada pela "fluidez de comportamento, mudanças de crenças e/ou opiniões, fraudes eleitorais, personalismo do poder", de modo que não resultava, na maioria das vezes, de uma deliberação de boa vontade dos que a ela se conformavam. (SAMPAIO, 1978, p. 21.) Nesses termos, quando as circunstâncias se apresentavam favoráveis para os partidos que não estavam no poder, as lideranças se "rearticulavam, elaboravam acordos e arranjos, de modo a evitar que fossem excluídas do poder." (SAMPAIO, 1978, p. 20.)

A primeira questão que nos preocupa é: como é possível lidar com os partidos políticos sem levar em consideração suas lideranças e seus integrantes e a importância destes para o funcionamento de tais partidos? Nesses termos, não seria o ex-governador Luiz Vianna (1896-1900) que, após as eleições de 1900, com sua imagem já fragilizada pela "guerra no comércio", quando viajou à Europa caiu no ostracismo político retornando alguns anos mais tarde (ARAGÃO, 1923, p. 126; 127; 143.), já um contraponto ou exceção a essa política? Em outras palavras, aqueles que não estavam dentro da máquina política, por interesse em fazer parte dela ou não, voluntária ou involuntariamente, não estavam ressignificando a política num fluxo e refluxo constantes, tais quais os personagens pseudônomicos dos periódicos *A Bahia e Correio do Brasil*?

As investidas de *A Bahia e Correio do Brasil*, de alguma maneira servem para, pelo menos, relativizar os argumentos da autora de que na realidade política baiana a oposição era "apenas simbólica ou quase inexistente". Segundo Sampaio, a "oposição verdadeira quase não podia existir, em consequência da falsidade eleitoral e da hipertrofia da autoridade do Poder Executivo, mais precisamente, do Governador do Estado e, sobretudo, do Presidente da República." (SAMPAIO, 1978, p. 21) Faustino, nesses termos, funcionou, voluntária ou involuntariamente, como uma peça no jogo político local, onde a oposição que não era representada através de partidos usou-o como artifício para fustigar o governador Severino Vieira, no alvorecer das eleições governamentais de 1903.

Entretanto, é preciso entender a obra de Consuelo Novais Sampaio[7] em seu contexto de produção. Segundo Paulo Santos Silva, na década de 1970, a História Política ganhou novos enfoques e recuperou-se "a temática dos partidos e das instituições políticas para ampliá-la com a inclusão de abordagens que buscaram considerar as experiências das organizações dos trabalhadores e suas tensões de classe nos espaços do jogo oligárquico." (SILVA, 2011, p. 91.) Nesses termos, enquanto Consuelo Sampaio produzia sua pesquisa, no contexto da Ditadura Civil-Militar, o acirramento das disputas ideológicas materializadas no bipartidarismo e nas tensões políticas proporcionadas pelo regime, provavelmente contribuíram para que a autora lançasse suas questões acerca dos partidos no início da República, sobretudo porque os historiadores escrevem a partir de demandas do presente.

Alguns dias antes era o *Correio do Brasil* que havia destilado sua indignação contra, a princípio, como as leis eram encaradas no Brasil. Segundo o articulista era o país dos "papelórios" onde tudo se fazia no papel e "as medidas mais enérgicas e mais extraordinárias

[eram] tomadas no que se escreve. Quando é chegada a hora da execução, quando é ocasião oportuna para fazê-las entrar em vigor quem as encontra mais? Ficaram no papel..." (CORREIO DO BRASIL, 1903, p. 1.) Essa era a abertura do texto que visava, sobremaneira, criticar a atuação da inspeção de higiene, diferentemente, de *Gandier* em A Bahia. Sob o título Flauteando, em letras garrafais, tem entre suas significações "vadiar", "iludir com subterfúgios" ou "faltar a compromisso" salienta bem as características no texto atribuídas a Faustino e de alguma maneira ao Inspetor de higiene. De acordo com a notícia, o órgão sanitário só percebeu o que "a Bahia inteira já tinha, havia muito, visto" quando um "considerado órgão da imprensa baiana" lhe chamou a atenção. (CORREIO DO BRASIL, 1903, p. 1.) Após isto, segundo o articulista,

> Nomeada uma comissão medica, reconheceu que os fatos alegados pelo curandeiro, apenas sendo curadas no decanto consultório mesmeriano aquelas pessoas cujas moléstias eram possíveis de serem debeladas pela sugestão, chamando ainda a atenção para o perigo que havia na promiscuidade de moléstias ali existentes, e pedindo que providências fossem tomadas a fim de ser impedido aquele vergonhoso espetáculo. Esse relatório foi apresentado as autoridades competentes, acompanhado de um luminoso parecer assinado pelo Dr. Inspetor de Higiene e abundando nas mesmas ideias de seus subordinados. Foi proibida a continuação da estada do consultório aberto a concorrência pública, a pretender processar o Dr. Inspetor de Higiene, o que parece-nos ser vezo atual de todos aqueles que ouvem verdades um tanto amargas, continuou por muito tempo a receber doentes em sua casa à Vitória, como sabemos por doente que lá esteve, e até os seus últimos dias de estada entre nos continuou a visitar a carro todos aqueles que tinham os necessários meios para convenientemente gozarem dessa regalia. E o que faz a repartição sanitária? Por ventura tomou as medidas que devia tomar? (CORREIO DO BRASIL, 1903, p. 1).

Questionamentos puramente retóricos, pois já se "sabia" da permissividade segundo a qual o inspetor Antonio Pacífico Pereira estava tratando os flauteios de Faustino, crítica que se expandia da Bahia para o cenário nacional e internacional, já que o Brasil era um país do papelório tal qual a França. Dois dados importantes que advinham da França são importantes nas informações dadas pelo articulista do *Correio do Brasil*, mais especificamente duas palavras, implícitas no texto, que não se sinonimizam no processo curativo do professor: mesmerismo e autossugestão.

Franz Anton Mesmer[8], filósofo, teólogo e médico, como vimos, estudou a influência dos influxos dos planetas sobre o corpo humano. Ele, no final do século XVIII, levantou a hipótese de que durante a imposição das mãos havia uma troca de energia vital tênue de natureza magnética entre curador e paciente, conhecida como *magnetismo animal*. (MESMER, 1779.) Ao longo do século XIX, essa prática ficou conhecida como mesmerismo e ganhou diversas partes do mundo. A auto-sugestão, por seu turno, deriva dos estudos de Emile Coué (1857-1926). Ele foi um psicólogo e farmacêutico francês que introduziu um método de psicoterapia, cura e auto-aperfeiçoamento baseado na auto-sugestão. Coué percebeu que medicamentos dados com autossugestões positivas funcionavam melhor que remédios isoladamente. Nesses termos, acreditava que cada pessoa tinha a solução para o seu próprio problema, mas que precisavam de uma indução para tal. (COUÉ, 2014.)

Distantes temporalmente um do outro, são elementos que também se distanciam em sua aplicabilidade. Poder-se-ia dizer que a imposição das mãos seria o indutor da autossugestão, mas nas concepções de Coué, deveriam ser tratadas paralelamente com medicação. Entretanto, a imposição das mãos não poderia ser considerada de tal modo, pois a autossugestão do psicólogo francês é discursiva, à base do relaxamento. Dito de outro modo,

uma técnica psicológica, a qual era preconceituosamente concebida como superstição. Talvez, advenha daí, indiretamente, a noção do *Jornal de Notícias* e *Gandier* que sugerem que o *Diário de Notícias* e, sobretudo, inspetor de higiene ao invés de reprimir as práticas curativas do Professor, estudasse-as. Nas palavras de *Epaminondas* e *Os cegos que pedem paz*, respectivamente,

> As curas sucedem-se diariamente, e ao em vez de atacar apaixonadamente o Diário [de Notícias] nada perderia se visse a maneira por que o referido professor pratica as curas e sindicasse dos doentes o que sentiam quando lá entraram pela primeira vez, o que sentem no momento da ação curativa e como se achavam depois.
> Ninguém se arrepende de proceder com critério e reflexão. (EPAMINONDAS, 1903, p. 2.)
> Qual o agente curativo?...
> Compete á ciência investigar, descobrir, conhecer, explicar.
> Mas a ciência não investiga, aquieta-se; não descobre, imobiliza-se; não conhece, ignora; não explica, deleta.
> O que é que cura no magnetismo, ou na hipnose?
> O que é a força sugestiva e que agente a produz?
> Sabe-o a ciência?...
> Si sabe, porque não aplica seus métodos de indução e dedução, para explicar os fenômenos que vê, que apalpa, que se reproduzem e se generalizam, a despeito de todas as denuncias e inquirições?
> Porque não desce do pedestal do seu orgulho para ir ao encontro desses fenômenos e surpreender as causas que os determinam?
> Porque não se despe de sua vaidade para confessar que o que sabe não explica o que vê, e que, além do que vê, há ainda muito para ver? (JORNAL DE NOTÍCIAS, 1903, p. 2).

A própria ciência, nesses termos, estaria em falha dupla por não buscar esclarecer ou entender os métodos curativos de Faustino e, por conseguinte demandar processo contra ele. A crítica ao fazer científico da época é bem pertinente, visto que abre espaço para debater como a ciência estava e/ou está a serviço dos grupos abastados, fazendo distinção de classes. Faustino pertencia aos grupos de elite, o que lhe conferia apoio dos mais diversos segmentos sociais, inclusive de alguns integrantes do *Jornal de Notícias*. Entretanto, isso não o fez ficar imune do aparato jurídico e da verve discursiva de alguns jornais da imprensa baiana alinhada a campanha higienista que mirava o saneamento dos espaços e dos costumes.

Como o prócere da ciência na Bahia, Pacífico Pereira, não atendeu à demanda que estava explicita no Jornal, d'*Os Cegos que pedem luz*, de investigar os procedimentos curativos de Faustino e não atuou de maneira adequada no que diz respeito a represália as atividades de Faustino. O *Correio do Brasil* continuou a destilar seus argumentos contra os "flauteios" de Faustino.

> Ela devia [a inspetoria de higiene], desde que o fato era público e notório, desde que todos o viam chamar a atenção do professor, adverti-lo, fazer testemunhar devidamente o fato, coisa, aliás, facílima, e depois, caso não entrasse nas regras de correção o teimoso curandeiro, cuja ousadia chegará a ponto de escrever e publicar artigos insultuosos ao Dr. Chefe da repartição sanitária, processá-lo convenientemente, fazendo-lhe aplicar as penas exaradas no $ 1 do art. 48 do regulamento respectivo e impedindo-o por qualquer forma de exercera profissão médica, requerendo mesmo em casos de necessidade o auxilio das competentes autoridades policiais.

> Não foi o que se fez: o curandeiro continuou a exercer suas pretensas curas e, portanto, desde esse momento começou a fazer um verdadeiro flauteio à nossa repartição sanitária.
> [...] "O professor permanecerá nesta capital até o fim do mês, não reabrindo, porém, o seu gabinete, por motivo de descanso!".
> Mas, afinal de contas, o professor Faustino esta flauteando a repartição de higiene, nem outra significação podem ter as palavras que acima transcrevemos; presta-nos bem atenção: ele não reabre o seu gabinete, não é em atenção às ordens da inspetoria de Higiene, não em obediência às mesmas, não é porque receie a aplicação das penalidades da lei, mas simplesmente por motivo de descanso! A nosso ver, isso é o maior insulto que poderia dirigir indispensável força moral de que se deve cercar uma repartição de tão súbito valor: uma declaração dessa espécie, a qual não foi contestada por pessoa alguma, já é reincidência de culpa, merecendo, portanto, as penalidades máximas.
> No entanto, a repartição competente não fez o devido reparo nisso, não procurou fazer se aquela afirmação partia do próprio professor. Aliás, a pena aplicável aos casos de reincidência já deveria ter sido importada ao corajoso curandeiro, desde que do alto da imprensa foi feita a confissão de que pelo centro exerceu ele ilegalmente a medicina, apesar da expressa proibição da lei e da repartição de higiene. Mas não, de boa vontade esta se deixando esta última flautear, desprezadas as suas determinações, servindo de risonha as suas ordens! Já é muita paciência, na verdade! (CORREIO DO BRASIL, 1903, p. 1).

Já que Faustino atuava escancaradamente era dever do Inspetor autuar o curador, fazendo-o testemunhar devidamente o fato e, caso não cumprisse as regras, deveria ser circunscrito pela lei e se preciso fosse, tratado como caso de polícia. Segundo Sidney Chalhoub, a explicação para essa forma de lidar com a diversidade urbana residia na leitura de que havia classes perigosas. Em específico, no caso do "Doutor bota-mão", na influência e mobilização que *Doutor* exercia sobre elas. Ademais, residia, também, na ideia de que a "cidade pode ser gerida unicamente por critérios técnicos e científicos" (CHALHOUB, 1990, p. 4-5).

Nesses termos, diante de serviços de higiene precários e muito embora reformados no início do governo de Severino Vieira em 1901, ainda incipientes, restava como alternativa para disciplinar a "raça bárbara" – ou seja, as pessoas que se mobilizavam em torno de Faustino, sobretudo os negros – a presença da polícia como única e mais concreta ação do Estado junto ao povo. O que não aconteceu com Faustino Ribeiro, pois além do prestígio midiático – negativa e positivamente –, financeiro e da também relação com o governador, seu processo curativo era informado pelo espiritismo de bases europeias. Entretanto, escapar da repressão policial, não significava estar isento das prescrições das leis, nem da mira do *Correio do Brasil* que instigava a inspeção de higiene como se ela fosse a própria lei. O tom do Correio em *Flauteando* era completamente prescritivo, a priori, pois Faustino continuou Flauteando "à nossa repartição sanitária" ao passo que a mesma "se deixou ludibriar, com muita paciência". (CORREIO DO BRASIL, 1903, p. 1).

O articulista do *Correio do Brasil*, na tentativa de instigar ainda mais a querela entre ambos, citou a ousadia do curandeiro ao publicar "artigo insultoso" a Pacífico Pereira. Parece que as farpas discursivas soltadas pelos periódicos *A Bahia* e *Correio do Brasil* funcionaram, pois Faustino se pronunciou, mesmo tendo silenciado durante muito tempo a contra-gosto dos amigos, no *Jornal de Notícias*. Nas letras do Professor,

> Continuando a perseguição odiosa e sistemática

> contra mim, a pretexto de um delito que não existe, de um fato que já está julgado, e cônscio de que não estou infringindo a lei, ao contrário, apoiado por essa constituição, que nunca passou de letra morta, protesto energicamente contra o procedimento do sr. inspetor geral de higiene, que sumariamente, sem forma de processo, proibiu-me de se visitado pelas pessoas de minha amizade, de sair à rua, impondo-me, por ultimo a uma multa iníqua, absurda, vexatória e irrisória.
> Trata-se de uma perseguição adrede combinada, e nada mais; de mais uma manifestação do *regimem da força*, que em nosso país tem desconhecido todos os direitos, mantendo o povo num verdadeiro estado de escravidão e de miséria.
> Não posso submeter a minha liberdade, e, portanto, a minha honra aos caprichos malévolos de autoridades prepotentes.
> Custe o que custar, dê no que der, aconteça o que acontecer, hei de continuar a praticar os atos lícitos que tenho praticado, muito embora seja arrastado ao martírio. (JORNAL DE NOTÍCIAS, 1903, p. 2.)

Faustino agora se colocava diante de Pacífico Pereira, o que para o articulista do *Correio do Brasil* era insultuoso. Parecia ser nada mais nada menos do que as incitações "odiosas" de *A Bahia*, do próprio *Correio* e de alguma maneira, do *Diário de Notícias*. O professor julgava-se consciente de que não infringia a lei, se referindo implicitamente à Constituição que confusamente divergia do Código Penal, dando margem a sua indignação contra a perseguição "odiosa e sistêmica". Indignado e talvez tecendo uma estratégia diante do que começava se materializar a sua frente – processo crime –, argumentou que não podia submeter sua liberdade e honra aos "caprichos malévolos de autoridades prepotentes", haja vista que eram perseguições intencionalmente combinadas, e nada mais. Não se sabe ao certo a quem ou o que Faustino se referia sobre a combinação de sua perseguição. Talvez as articulações políticas objetivadas pelos periódicos, já citados, na iminência do pleito eleitoral, e daí uma articulação involuntária entre os periódicos e a inspeção de higiene, instigada por eles.

O fato é que Faustino não ficou só no plano discursivo. Ofendido e indignado e talvez compelido pelas incitações do *Correio* e d'*A Bahia*, o "Fausto", de acordo com o articulista do *Diário de Notícias,* no dia 2 de setembro, "julgando-se injuriado pelo sr. dr. Antonio Pacífico Pereira, inspetor geral de higiene desta capital, apresentou [...] queixa por escrito contra este perante o dr. Cassiano Lopes, afim de ter lugar o respectivo processo." (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1903, p. 1.) O processo iniciado por Faustino contra o inspetor era o de injúria. No cenário de disputas que figurava, o professor, de alguma maneira, lançou mão de mais uma arma – os meios jurídicos, dentre sua rede de relações, seu prestígio social e a imprensa –, para se manter exercendo suas atividades. Assim, ao se colocar na ofensiva, Faustino demonstrou que também poderia atuar no campo escolhido por seus adversários, primeiro recorrendo aos jornais e depois buscando a Justiça.

Na realidade, instigando a querela entre Faustino e Pacífico – afirmando que a repartição de higiene tinha que agir o quanto antes, a fim de impedir que o curador continuasse atentando contra a saúde, sugerindo que o professor era uma ameaça iminente sobre os soteropolitanos (CORREIO DO BRASIL, 1903, p. 2.) – parece que o *Correio* estava ignorando o "devido processo legal", cujo mote, para ser considerado válido, seria seguir todas as etapas previstas em lei, o que já vinha sendo feito, mesmo que da forma morosa como se desenrolavam os processos judiciais no período.

No dia 3 de agosto o Secretário de Segurança Pública se dispôs a proibir as práticas de cura de Faustino. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1903, p. 5.) No dia 7 do mesmo mês Pacífico Pereira intimou o curador a não continuar a "dar consultas a doentes". (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1903, p. 1.) No início do mês seguinte Faustino foi intimado pelo Dr. Casseano Lopes, em segredo de justiça, à pedido do promotor Dr. Mello Mattos, a fim de saber quem era o autor do artigo

publicado no *Jornal de Notícias,* intitulado *O professor Faustino e a lei*. (A BAHIA, 1903, p. 1.) No dia 11 de novembro, iniciou a formação de culpa, quando as provas já haviam sido coletadas para caracterizar a autoria e materialidade de um crime. É após a formação de culpa que o Juiz dá a sentença. (A BAHIA, 1903, p. 1.) Em suma, enquanto em outubro o *Correio do Brasil* instigava a querela entre Faustino e Pacífico, atribuindo a este a lentidão das atividades de justiça, o processo já corria na justiça. Ora, Pacífico muito pouco tinha a ver com o judiciário.

Enfim, num cenário onde o exercício ilegal da medicina, materializado, sobretudo nas práticas de cura alternativas, Faustino Ribeiro Junior, mais do que um personagem controverso pelo prestígio que tinha em sua rede de relações serviu involuntariamente ao jogo político local ocupando páginas de periódicos de oposição, dentre eles o *Diário de Notícias, A Bahia* e o *Correio do Brasil*. Esses jornais constituíram, no plano em que imperava o unipartidarismo, uma das únicas, senão a única maneira de fazer oposição política, vez que não estavam sobre as asas dos severinistas. As querelas discursivas protagonizadas pelo *Jornal de Notícias* de um lado e *A Bahia* e *Correio do Brasil,* foram fundamentais para chegarmos a essas considerações.

NOTAS

[1] Sobre as relações de trabalho no pós-abolição ver: SANTOS, Lucimar Felisberto dos. *A Negação da Herança Social*: africanos e crioulos no âmbito de uma economia em expansão. 2013. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, 2013. Sobre as relações raciais em Salvador ver: ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O jogo da dissimulação*: abolição e cidadania negra no Brasil. Cia das Letras, 2009.

[2] Sobre a imposição das mãos no Antigo Testamento ver na Bíblia: Levitico 16, versículos 21 e 22.

[3] Sobre a imposição das mãos no Novo Testamento ver na Bíblia: Atos 8, versículos 17, 18 e 19.

[4] De acordo com Bloch, o surgimento dos reis taumaturgos foi fruto da mentalidade das pessoas da Idade Média, pois elas tinham uma imagem muito material da religião, em outras palavras, viam-na de maneira muito"terra-a-terra", onde os dois universos "penetravam-se mutuamente." Nas palavras do autor, "facilmente se atribuía poder curativo a tudo o que [...] participasse de uma consagração. A hóstia, o vinho da comunhão [...], os próprios dedos do padre foram também remédios." Na realidade, para o autor, tudo que se dizia sagrado tinha capacidade de cura. Outro fator de suma importância era a "santidade dos monarcas". Para as pessoas da época, ela tinha origem na predestinação familiar. Portanto, "os reis estavam duplamente designados ao papel de benfeitores taumaturgos: primeiro, pelo caráter sagrado que lhes era inerente; depois, mais particularmente, por uma das fontes de onde emanava esse caráter, [o rito religioso, a unção]." BLOCH, Marc. *Op. Cit*.

[5] O Dr. Antonio Pacífico Pereira nasceu na Capital da então Província da Bahia a 5 de Junho de 1846 e era filho do industrial Victorino José Pereira e D. Carolina Maria Franco Pereira. Matriculou-se na Faculdade de Medicina , em Março de 1862, tendo feito um curso que ficou tradicional naquele estabelecimento de ensino superior. Por aprovação unânime da Congregação da mesma Faculdade foi laureado com menção honrosa na "Memória Histórica da Academia da Bahia. Recebeu o grau de Doutor em Medicina em Novembro de 1867, tendo sua tese versado sobre - "Diagnóstico diferencial das paralisias e seu tratamento."". Sobre a biografia de Pacífico Pereira ver: PROF. PACÍFICO Pereira: notas biográficas. *Gazeta Médica da Bahia*. Salvador, v. 53, nº 5, nov. 1922.

[6] Sobre o desenvolvimento da bacteriologia no Brasil ver: BENCHIMOL, Jaime L. Domingos José Freire e os primórdios da bacteriologia no Brasil. História, Ciência, Saúde - Manguinhos, Rio de

Janeiro, v. 3, n. 1, mar-jun. 1995, p. 67-98.

[7] Segundo Paulo Santos Silva, a partir dos anos 1970, "a história política ganhou impulso com os trabalhos de Consuelo Novais Sampaio dedicados às instituições legislativas e aos partidos. [...] Com minuciosas e criteriosas pesquisas, reconstituiu e analisou o Poder Legislativo e os partidos políticos durante a Primeira República. Em sua abordagem do legislativo estadual e da composição dos partidos, relacionou estruturas e conjunturas, atenta ao papel mediador dos indivíduos na condução das instituições nas quais tentavam imprimir suas marcas pessoais, conforme os valores oligárquicos, à época, dominantes. Em suas abordagens, a reconstituição factual associou-se ao exercício de análise do aparato institucional, onde se materializava o jogo político das elites oligárquicas da Bahia. Ao tratar da dinâmica política no âmbito das instâncias legislativas, com explícita interlocução com a Ciência Política, Consuelo Novais Sampaio não descuidou dos fatores econômicos subjacentes ao processo político-partidário. Em sua obra, a história contemporânea entrava em foco de análise. A historiadora chamava a atenção para questões do presente ao discutir instituições da República que, nos anos 1970, se encontravam em estado de amesquinhamento pela ausência de condições de funcionamento pleno em função da ditadura em vigor. A articulação que desenvolveu entre passado e presente aproximava-se de tendências que recolocavam a História Política em novas bases. SILVA, Paulo Santos. Historiografia Baiana nos últimos cinqüenta anos. Em: GLEZER, Raquel (Org.). *Do passado para o futuro*: Edição comemorativa dos 50 anos da ANPUH. São Paulo: Contexto, 2011. p. 92.

[8] O austríaco Franz Mesmer chegou em Paris por volta de 1778 com o objetivo de apresentar a Academia de Ciências um novo tratamento de moléstias. Mesmer afirmava que todas as doenças eram resultado da má circulação de um fino fluído que envolvia os corpos humanos. Chamado de fluído "mesmérico" apresentava-se de maneira um tanto mística, mas também científica, segundo Mesmer. O tratamento tinha por objetivo atingir a harmonia entre homens e coisas. Os tratamentos das doenças valiam-se de luzes, cubas 'mesmeristas', eletricidade, magnetismo e uma atmosfera sufocante, que provavelmente causavam as constantes crises epiléticas que acometiam os pacientes, geralmente mulheres. Sobre a atuação de Mesmer na França e sua influência no combate ao Regime ver: DARNTON, Robert. *O lado oculto da Revolução*: Mesmer e o final do Iluminismo na França. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

REFERÊNCIAS

A BAHIA. Salvador, 24 set. 1903.

ANTES providenciar. *A Bahia*. Salvador, 29 jul. 1903.

ARAGÃO, Antonio Ferrão Moniz de. *A Bahia e os seus Governadores na República*. Salvador: Fundação Pedro Calmon, UEFS Editora, [1923] 2010.

BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos*: o caráter sobrenatural do Poder Régio, França e Inglaterra. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CHALHOUB, Sidney. *Revista trabalhadores*: Classes perigosas. Campinas: Associação Cultural do Arquivo Edgard Leuenroth. SMCSP. n. 6, 1990.

CRUZ, Christiane. *A gripe espanhola na Bahia*: saúde, política e medicina em tempos de epidemia. Rio de Janeiro: Fio Cruz; Salvador: Edufba, 2009.

DARNTON, Robert. *O lado oculto da Revolução*: Mesmer e o final do Iluminismo na França. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

DAVID, Onildo Reis. *O inimigo invisível*: epidemia na Bahia no século

XIX. Salvador: EDUFBA, 1996.

EPAMINONDAS. Professor Faustino. *Jornal de Notícias*. Salvador, 11 ago. 1903.

ÉMILE Coué: *Father of Applied Conditioning*. Disponível em: http://emilecoue.wwwhubs.com/. Acesso em: 17/05/2014.

FLAUTENANDO. *Correio do Brasil*, Salvador, 14 out. 1903.

GANDIER. Professor Faustino e a Inspetoria de Higiene. *A Bahia*. Salvador, 19 out. 1903.

GERBER, Richard. *Medicina Vibracional*. São Paulo: Cultrix, 1995.

LIBERDADE profissional em Medicina: O caso do curandeiro Faustino Ribeiro. *Gazeta Médica da Bahia*, Salvador, nov. 1903.

MESMER, Franz Anton. Memoire de F. A. Mesmer. Disponível em: http://www.pnl-nlp.org/download/mesmer/. Acesso em 21/06/2013.

MESMER, Franz Anton. *Propositions Concerning Animal Magnetism*. Disponível em: < http://web.archive.org>. Acesso em: 22/06/2013.

MOREIL, André. *Vida e obra de Allan Kardec*. São Paulo, EDICEL, 1986.

OS CEGOS que pedem paz. O professor Faustino e a lei. *Jornal de Notícias*. Salvador, 17 ago. 1903.

O PROFESSOR Faustino uma visita. *A Bahia*. Salvador, 6 ago. 1903.

PERIGO. *Correio do Brasil*. Salvador, 16 out. 1903.
PROCESSO. *A Bahia*. Salvador, 12 nov. 1903.

PROFESSOR Faustino Ribeiro. *A Bahia*. Salvador, 3 set. 1903.

PROFESSOR Faustino. *Diário de Notícias*. Salvador, 2 set. 1903.

PROFESSOR Faustino. *Diário de Notícias*. Salvador, 8 ago. 1903.

PROFESSOR Faustino. *Jornal de Notícias*. Salvador, 29 ago. 1903.

PROF. PACÍFICO Pereira: notas biográficas. *Gazeta Médica da Bahia*. Salvador, v. 53, nº 5, nov. 1922.

SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República*: uma política de acomodação. Salvador: Estudos Baianos, 1978.

SILVA, Paulo Santos. Historiografia Baiana nos últimos cinqüenta anos. Em: GLEZER, Raquel (Org.). *Do passado para o futuro*: Edição comemorativa dos 50 anos da ANPUH. São Paulo: Contexto, 2011.

ULTIMA HORA. *Diário de Notícias*. Salvador, 3 ago. 1903.

UZEDA, J. A. *A morte vigiada*: a cidade do Salvador e a prática da medicina urbana (1890-1930). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador. 1992.

PROFESSOR Faustino. *Diário de Notícias*. Salvador, 8 jul. 1903.



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

HISTÓRIA E CINEMA: RELATOS DE PESQUISA, REFLEXÕES PARA A PRÁTICA HISTORIOGRÁFICA

José Luís de Oliveira e Silva
Doutor em História
Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí-IFPI
jlclio@yahoo.com.br

RESUMO

O artigo que agora apresento tem duplo desafio. O primeiro é apontar algumas das possibilidades postas aos historiadores quando estes são confrontados com fontes ou objetos relacionados ao mundo das artes, em especial com o mundo do Cinema. O segundo desafio é, através de um relato pessoal, socializar experiências, discutir dificuldades e apontar soluções que só aparecem concretamente durante uma pesquisa. Este artigo não foi pensado sob a ilusória pretensão de solucionar todas as aporias surgidas da relação entre a historiografia e o universo cinematográfico; estas serão tantas quanto forem às pesquisas que enveredarem por esse caminho. O que o leitor encontrará é um relato do modo como resolvi questões de ordem conceitual e metodológica que foram surgindo durante a minha prática como pesquisador e que, acredito, podem ajudar a outros historiadores a redirecionar, ampliar ou simplesmente manter os caminhos que traçaram inicialmente para as suas práticas.

Palavras-chave: História. Historiografia. Cinema.

ABSTRACT

The article I present now has a dual challenge. The first one is to point out some of the possibilities made available to historians when they face sources or objects related to the art world, especially with the world of cinema. Through a personal story, the second challenge intends to socialize experiences, discuss problems and identify solutions that appear only during a particular research. This article was not thought under the specious claim of solving all the doubts that could arise from the relationship between historiography and the movie universe; the doubts will arise as much as researches follow that path. What the reader will find is a story of how I solved conceptual and methodological issues that emerged in my practice as a researcher and that, I believe, can help other historians

to redirect, extend or simply keep the paths that initially paved to their practices.

Keywords: History. Historiography. Cinema.

HISTÓRIA E CINEMA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO DE UM OBJETO

Esse artigo é substrato de Tese de Doutorado na qual me ocupei das relações entre História e Cinema e que teve como mote o filme *Cipriano* (Douglas Machado, 2001), considerado o primeiro longa-metragem piauiense. Durante a pesquisa, mais do que simplesmente descrever o processo de criação do filme, verticalizou-se as análises de um conjunto amplo e diversificado de fontes: matérias publicadas em jornais e revistas, programas de rádio e TV, material de divulgação, encartes de festivais de Cinema e o próprio filme objeto da pesquisa. A partir desse exercício historiográfico se (re) construiu o que nomeei de *Evento Cipriano*, ou seja, o universo discursivo formado pelo filme, pelas narrativas carregadas de expectativas em relação ao que se acreditou como sendo o cerne da memória e da identidade do ser piauiense – e que muitos achavam que deveriam ser visíveis no filme –, e pelas diversas formas de se apropriar da obra e dos seus significados motivado por interesses pessoais e de determinados grupos que são revelados com um olhar mais atento sobre o farto material jornalístico e publicitário a que eu tive acesso.

Embora o lançamento de *Cipriano* só tenha ocorrido em 2001, à imprensa piauiense passa a noticiar e agenciar expectativas a seu respeito desde 1997, e estende seus comentários até, pelo menos 2003, quando ocorre a sua estreia no Canal Brasil. Dessa forma, as fontes trabalhadas e as discussões levantadas na pesquisa teve como recorte temporal o intervalo que se estende de 1997 a 2003. As datas revelam pouco, ou quase nada, do quão fértil em termos de disputas ideológicas foram esses anos que marcaram o final do século XX e o início do XXI. Em nível nacional, houve uma política de celebração dos 500 anos do descobrimento do Brasil que, por sua vez, fez surgir discursos e iniciativas de valorização da memória e da identidade nacional. Por outro lado, também em nível nacional, a partir de meados da década de 1990, houve uma grande euforia no que concerne às possibilidades da produção cinematográfica brasileira.

No Piauí, os anos entre 1997 e 2003 não se mostraram menos férteis em expectativas e discussões. Primeiramente, os setores responsáveis pelo financiamento e divulgação dos bens culturais no estado, tanto da iniciativa pública quanto privada, cuidaram de acompanhar a valorização da memória e da identidade nacional, com o diferencial de buscarem, no interior desses discursos da nação, marcar as particularidades da memória e da identidade do Piauí, do seu povo e da sua cultura. Em segundo lugar, constata-se no Piauí o surgimento de uma situação bem particular: ao mesmo tempo em que a década de 1990 marcou a criação de novos e o fortalecimento de antigos conglomerados de comunicação no estado – estes sempre preocupados em exaltar as belezas naturais, as potenciadades econômicas e as riquezas culturais do lugar –, a população e o poder público local passam a se ressentir, com mais frequência, das imagens negativas sempre vinculadas ao estado e ao seu povo pela imprensa nacional.

É em meio a essa atmosfera fecunda quanto às questões de ordem cultural e identitária, dentro e fora do Piauí, que surge *Cipriano* e um vasto campo de discursos que tentou divulgá-lo como uma produção cultural, com a capacidade e o mérito de capturar o que se acreditava constituir a essência da alma piauiense e que, por isso, deveria ser apoiado pelo poder público e, literalmente, adotado por todo cidadão como um projeto representativo e valorativo de toda uma comunidade. O filme *Cipriano*, ou a simples possibilidade da sua realização, acabou por se tornar objeto de disputas e, sobretudo, munição para denunciar, atacar ou valorizar os mais

variados aspéctos da cultura local.

Diante dessas questões, quero transformar esse texto em um relato de minha experiência enquanto historiador que se dedicou à problemática da relação História-Cinema, numa reflexão não necessariamente sobre os resultados, mas sobre os percursos da pesquisa. Acredito ser interessante iniciar este relato por uma experiência vivida por mim em 2012, quando da apresentação de um artigo durante um Congresso de Pesquisadores em Goiânia. Após a apresentação, um colega historiador, também em processo de doutoramento, questionou a validade da minha pesquisa, vez que, na visão dele, eu estaria "tentando problematizar algo que não existia e sendo iludido por um falso objeto, já que a maioria das fontes jornalísticas que eu apresentava dizia respeito a uma época onde o filme sequer existia, e até a possibilidade da sua finalização era ainda uma grande incógnita". Para esse colega, "se não houvesse filme, não haveria como problematizar *Cipriano*"; logo, a minha visão estava comprometida, pois eu "estaria analisando o conteúdo dessas fontes após ter a certeza de que o filme fora finalizado".

Já na ocasião, a provocação me possibilitou expor o que considero um dos pontos mais motivadores da pesquisa: a construção do objeto. Não é a materialidade do filme, a certeza da sua finalização ou a história narrada em *Cipriano* que determinam a existência do meu objeto; na verdade, os discursos de expectativas em relação à confecção do que poderia ser o primeiro longa-metragem genuinamente piauiense e o próprio desejo de ver certas imagens e situações nas telas de cinema já foram encaradas na minha prática como sendo objetos dignos de serem problematizados por meio de uma *operação historiográfica*[2]. E, pelo menos em um ponto, o colega tinha razão: eu, de fato, analisei os discursos jornalísticos acerca das expectativas de finalização de *Cipriano* em uma época em que já se tinha a certeza de que o filme, finalmente, havia ficado pronto, o que, antes de comprometer a análise de tais discursos, me fez ter a preocupação de focar a atenção nas expectativas construídas por eles.

Desse modo, a materialidade do objeto da pesquisa ultrapassa o próprio filme e, em certo nível, independe dele, haja vista que os discursos endereçados ou aparentemente surgidos de *Cipriano* – discursos das mais variadas ordens e sobre os mais diversos interesses –, quase sempre mantiveram um grau de independência em relação ao que o enredo do filme autorizaria falar. Em muitos casos, o filme e os discursos a ele relacionados pareciam manter uma distância intransponível. Em outras palavras, o que transformo em objeto a ser problematizado na pesquisa é o *Evento Cipriano*, é a experiência cinematográfica mais do que a fílmica. É importante ressaltar que, quando me posiciono quanto ao termo *Cinema*, tenho em perspectiva a proposta de Jean-Claude Bernardet, para quem o termo não se confunde e nem se resume ao próprio filme, mas, ao contrário, se aplica a todo o universo que o circunda e que faz parte das engrenagens de seu funcionamento.

Bernardet estrutura uma visão do Cinema que se revelou fundamental ao desenvolvimento da minha prática de pesquisa, no sentido de possibilitar uma análise estruturante dos diversos mecanismos que envolvem a produção, distribuição, expectativa e consumo de um filme. Ao mesmo tempo em que o teórico ressalta a importância do pesquisador não perder a narrativa fílmica de foco, faz um convite para que ele passe a entender a dinâmica maior à qual o seu objeto está relacionado. Para Bernardet:

> Tudo isto constitui um complexo ritual a que chamamos de cinema e que envolve mil e um elementos diferentes, a começar pelo seu gosto para esse tipo de espetáculo, a publicidade, pessoas e firmas estrangeiras e nacionais que fazem e investem dinheiro em filmes, firmas distribuidoras que encaminham os filmes para os donos das salas e, finalmente, estes, os exibidores, que os projetam para os espectadores que pagaram para sentar numa poltrona e ficar olhando as imagens na tela. Envolve também a censura, processos de adaptação do filme a espectadores que não falam a língua original. (BERNARDET, 2004, p. 9)

Todavia, a pesquisa não esteve preocupada apenas com *Cipriano* ou mesmo com a cultura piauiense; afinal, o leitor não necessariamente deve nutrir interesse sobre um filme específico ou pela cultura de um estado em particular para endossar a sua leitura. A preocupação esteve primeiramente direcionada para as possibilidades de compreensão da relação entre a historiografia e o Cinema. Minha intenção foi fazer da escrita um exercício teórico-metodológico constante que, ao mesmo tempo em que pudesse contribuir com a minha formação e amadurecimento acadêmico, pudesse servir como primeiro passo para novos pesquisadores dispostos a enveredar pela temática.

Nesse sentido, não me preocupei em encaixar as discussões arroladas no interior de obras ou conjuntos de obras, de autores ou escolas historiográficas, filosóficas e cinematográficas; ao contrário, procurei me policiar no sentido de manter a direção que me parece mais coerente, qual seja a partir das fontes e das possibilidades de discussões que elas autorizariam fazer para, a partir das necessidades surgidas com a prática cotidiana, construir o arcabouço metodológico e conceitual da pesquisa.

A NARRATIVA FÍLMICA COMO DOCUMENTO À PRÁTICA HISTORIOGRÁFICA

A incorporação do Cinema como fonte e objeto de uma reflexão possível ao ofício do historiador é relativamente nova, datando mais precisamente da década de 1960, com o trabalho pioneiro do historiador francês Marc Ferro. Observa-se que o adentrar da historiografia por esse campo não aconteceu por simples acaso; na verdade, os historiadores, acompanhando antropólogos e historiadores da arte, passam a reconhecer a *visualidade* como uma dimensão importante da cultura. A noção de *visualidade* é marcada por uma diferença singular em relação à de fonte visual. Enquanto a segunda está relacionada à materialidade do documento (é o artefato artístico tomado em sua dimensão física), a primeira está relacionada às formas de ver o documento (ler e atribuir significados aos artefatos). Logo, subentende-se que a *visualidade* estaria carregada de historicidade, o que garante a mutabilidade das formas de apropriação e interpretação das *fontes visuais* (MENESES, 2003).

Agrega-se o fato de que na década de 1960 ocorre a ampliação e o amadurecimento da noção de *documento histórico*, o que possibilitou maior aproximação dos historiadores em relação às fontes ditas visuais. Da ampliação do campo documental ao reconhecimento das produções visuais, em especial a cinematográfica, como documento disponível à prática dos historiadores, houve um aumento significativo de pesquisadores que se dedicaram a essa reflexão, culminando com a possibilidade atual de se conceder legitimidade à existência de uma *História Visual*. A ideia do que viria ser uma *História Visual* ganha repercussão no Brasil, sobretudo, com as pesquisas de Ulpiano de Meneses. Em um de seus artigos, o historiador defende que:

> [...] a História Visual [...] não se trata de mais uma migalha [...], como diria François Dosse, na atomização pela qual a disciplina vem passando, mas simplesmente de um campo de operação de grande valor estratégico para o conhecimento histórico da sociedade, na sua organização, funcionamento e transformação. Nessa perspectiva, também não tenho a pretensão de definir epistemologicamente o que seja História Visual – sobretudo porque não identifico especificidade epistemológica suficiente [...]. Assim, conviria incorporar a visualidade como dimensão possível de ser explorada em qualquer dos segmentos correntes da História. (MENESES, 2005, p. 33)

No caso da relação História-Cinema, é importante delimitar três questões preliminares: primeiro, o filme não traz em si o *status* de "fonte histórica", pois, como toda fonte, a fílmica só se configura como tal a partir do momento em que o historiador transforma algo, que tem uma função para a qual foi produzida, em outra coisa, que

passa a ser significada de forma diferente, a partir dos resultados alcançados por uma *operação historiográfica*. A segunda questão é o reconhecimento de que a prática hermenêutica com a fonte fílmica encontra limites nem sempre precisos: na tentativa de fazer o filme "falar" e, desse modo, marcar "um lugar científico" para a sua escrita, o historiador acaba extraindo "o documento de seu contexto histórico" (CERTEAU, 1994, p. 81), fazendo com que fiquem silenciadas experiências e expectativas que o ajudariam a compreender a complexidade e a dimensão de seu objeto. Por último, passado o momento inicial de incorporação e amadurecimento da crítica cinematográfica ao campo de pesquisa dos historiadores, acredito ter chegado a hora de relativizarmos a centralidade teórico-metodológica do próprio conceito de *visualidade*, conferindo atenção a outras linguagens e suportes que fazem parte do processo de construção e significação de um filme.

Minha prática mostrou que os significados atribuídos e agenciados em torno de um filme não se limitam ao conteúdo das suas imagens; daí a ideia de *visualidade* – embora ainda bastante útil – não abarcar e responder a toda sorte de problemáticas suscitadas por uma *operação historiográfica* que esteja voltada para uma produção cinematográfica. Essa afirmação, embora óbvia, parece não fazer parte das práticas historiográficas de muitos profissionais que de algum modo têm suas pesquisas relacionadas com o universo do Cinema, o que justifica quase que um *fetichismo* destes em relação à análise e discussão de imagens, deixando de lado, ou em segundo plano, outras linguagens e suportes relacionados ao filme.

Assim, o primeiro desafio suscitado pelo universo fílmico ao trabalho do historiador está localizado no interior da possibilidade de verticalizar a análise histórica da fonte até o limite do possível, no qual esse limite é entendido como sendo as próprias limitações hermenêuticas inerentes ao seu *metier*, acrescidas das possibilidades de interpretação autorizadas pelo filme e o universo que o circunda. Desse modo, suscito uma reflexão sobre algumas questões retóricas que me acompanharam no decorrer da pesquisa: é coerente creditar a uma produção artística[3] a possibilidade de se transformar numa espécie de porta entreaberta para uma temporalidade com a qual ela estaria relacionada? Que relações podem existir entre uma obra e a temporalidade da sua produção, ou mesmo dos lugares psicológico, social e geográfico ocupados pelos responsáveis por sua criação? Qual a possibilidade de lançar um olhar sobre a arte para, a partir dela, encontrar outro universo que não o construído por sua própria linguagem? Como proceder à leitura histórica de uma produção artística se a cada dia o leitor torna-se *outro* e, consequentemente, constrói outro olhar a partir de novas experiências?

Dada a profundidade desses questionamentos, não deverá ser surpresa se ao fim desse texto alguns deles permanecerem sem resposta. Entretanto, com a advertência de que não se deve fazer indagações que não possam ser respondidas, fica a questão: por que fazê-las? Acredito que a consciência da profundidade e da complexidade que recobre a problemática de uma pesquisa é tão importante quanto o conhecimento de suas possíveis respostas. Acredito, ainda, que não haja uma resposta pronta para a maioria destes questionamentos e que a mais factível, e provavelmente a única forma de respondê-los, é no interior do próprio exercício de tratar a fonte e problematizar o objeto. Esses questionamentos também me foram úteis por possibilitar enveredar por caminhos que considero atraentes e necessários, quais sejam, refletir sobre a complexidade e possibilidades da relação História-Cinema, numa perspectiva que tome a produção fílmica para além da "teoria do reflexo" (ENCICLOPÉDIA EINAUDI, 1994, p. 178) que a enxerga como sendo um simples indício representacional capaz de refletir uma determinada realidade histórica.

HISTÓRIA E CINEMA: ULTRAPASSANDO AS NOÇÕES DE REALIDADE E FICÇÃO

Ao iniciar uma reflexão sobre Cipriano, parti da ideia de que o filme constrói um mundo que lhe é próprio e, como tal, pode ser sintomático quanto às experiências e expectativas dos homens em relação ao seu próprio tempo, não estando submisso a uma relação

de causa e efeito que o aprisionaria aos "contextos" de sua produção. Colocando de outro modo: parti do princípio de que as narrativas, ficcionais ou não, mantêm uma relação tempo-espacial com o lugar de onde são pensadas e para os quais são endereçadas e que, por isso, guardam relações com as subjetividades que povoam uma dada realidade histórico-cultural. Isso significa dizer que a pesquisa enveredou por uma investigação não apenas do "contexto" que envolveu o momento de produção do filme tomado como referência, mas, também, pelo entendimento da sua linguagem e dos discursos e expectativas por ele agenciadas, como sendo experiências históricas carregadas de significados.

Em sintonia com o objetivo geral da pesquisa, tive como fonte primeira do trabalho, evidentemente, o filme em análise, incluindo, ainda, seu roteiro, notas de filmagem, marcas de decupagem e todo o universo criado em torno da sua produção e consumo (material de publicidade, reportagens e textos jornalísticos). Ressalte-se que, embora eu tenha feito, em nome do aprofundamento do tema proposto, a opção de verticalizar a discussão sobre um único filme, fora estabelecidos diálogos com outras produções cinematográficas – piauienses ou não – ao passo e ao nível que a pesquisa exija e permita. O propósito foi tentar escapar da armadilha que vê as estruturas político-sociais de uma época como os únicos elementos explicativos que podem descortinar sentidos pretensamente escondidos na narrativa fílmica.

Ulpiano de Meneses, por acreditar que as práticas atuais dos historiadores ainda estão próximas daquelas que procuram inicialmente ligar as imagens a um passado do qual elas seriam filhas, e por isso teriam informações a prestar, chama a atenção para duas posições diante delas e que, sutil e ironicamente, são responsáveis por excluí-las da dinâmica cultural e mesmo da história:

> A primeira procura ultrapassar tanto o horizonte da pura visualidade quanto as implicações da singularidade na criação artística, buscando significações antropológicas, geográficas e históricas para padrões de imagem [...]. A segunda tem marca documental e classificatória. Partindo da imagem medieval, depois concentrando-se na renascentista, esforça-se por estabelecer parâmetros e métodos para decodificar os sentidos originais da imagem (Iconografia), culminando com sua inserção numa "visão de mundo" de que ela seria sintoma (Iconologia). (MENESES, 2003, p. 13-14)

Como é possível observar, essas práticas acabam por subtrair a historicidade da fonte imagética sob dois aspectos sutis, ao ponto de serem quase imperceptíveis: primeiro, assumindo essa posição, a arte só pode falar da história na medida em que ela é deslocada para fora desta, ou seja, mais do que uma coparticipe, ela seria um produto da história. Segundo, a arte em geral só poderia falar de uma temporalidade passada, caso seus significados permanecessem presos a ela, pois não faria sentido atribuir a um artefato o *status* de porta-voz de uma época, se as informações por ele disponibilizadas não reportarem à temporalidade à qual estaria ligado e que move a curiosidade de quem o toma como fonte.

Ciente dessas armadilhas, a análise fílmica por mim desenvolvida percorreu dois caminhos complementares, visando "revelar tanto a estrutura interna da obra, como as suas relações externas" e, a partir dessas estruturas, entender como o filme se relaciona "com a realidade histórica e social em que se move e da ficção não necessariamente verossímil, não raro tecida de violações das normas que ele estabelece e prefigura" (ENCICLOPÉDIA EINAUDI, 1994, p. 192). O passo inicial foi compreender os possíveis níveis de intercruzamento entre a obra e o contexto com o qual está entrelaçada: se as produções culturais ganham significados específicos a partir de seus contextos de produção e consumo, a atenção sobre as condições que circundam o filme (local e época de produção, meio cultural, equipe produtora, patrocinadores, público-alvo, expectativa gera-

da através da imprensa) serviu como um dos pontos de ancoragem para o seu estudo. Essa contextualização não implicou o propósito de encontrar uma relação direta e hierarquizada de causa e efeito entre o filme e o momento histórico de sua produção, pois se acredita que a relação que o filme mantém com a sociedade é uma relação de mediação, em que um exerce influência e se deixa influenciar pelo outro.

O passo seguinte, com vista a direcionar o trato com a fonte, foi destacar os mecanismos de funcionamento do "mundo da obra", ou seja, os modos como a ficção extrapola os aspectos da temporalidade vivida, habilitando-se a "detectar, na forma das variações imaginativas, as potencialidades não efetuadas" (RICOEUR, 2007, p. 275) de um tempo histórico. Esse encaminhamento justificou a atenção dispensada aos mecanismos com os quais o filme constrói seus significados (gênero narrativo[4], personagens, locações, iluminação, fotografia, material sonoro, silêncios, imagens[5]), invertendo o padrão de verdade para chegar, não a personagens reais que marcaram um lugar na história e que se poderiam fazer presentes no filme, mas aos que foram possíveis, porém não realizados, e que podem ser tomados como indícios dos mecanismos por meio dos quais uma sociedade constrói imagens para se reconhecer e identificar o outro.

Nessa direção, um caminho é apontado por Gisela Pankow, ao buscar na literatura e no cinema objetos de reflexão de sua prática psicanalítica. Recorrendo metodologicamente a Freud, Pankow se apropria dessas linguagens como sinal para "a fala que abre a existência e que dá sentido à vida humana", ou seja, a princípio, ela não está preocupada com a veracidade ou a realidade factual dos eventos e cenas narradas; trata-se, na verdade, de tomar as personagens e narrativas e "abri-las para a sua verdade existencial e simbolizante" (PANKOW, 1988, p. 9). A experiência de Pankow serviu como exercício para uma compreensão histórica que escape de critérios comumente utilizados para pôr em campos estanques e conflituosos *a ficção e a realidade, a mentira e a verdade, o histórico e o não histórico*.

A capacidade da ficção de não apenas criar contextos imaginativos, mas, através da própria tessitura da sua intriga, construir sentidos articuladores da experiência temporal dos sujeitos, está relacionada ao que Paul Ricoeur chamou de "imaginação produtora". Frente à impossibilidade da existência de uma fenomenologia pura do tempo que possa captá-lo em sua essência, cabe à narrativa ficcional o papel de (re) figurar a experiência temporal do homem, dando visibilidade e solução a aporias impossíveis de serem resolvidas em outros gêneros narrativos:

> [...] a maneira única como a história responde às aporias da fenomenologia do tempo consiste na elaboração de um terceiro-tempo – tempo propriamente histórico –, que faz a mediação entre o tempo vivido e o tempo cósmico. Para demonstrar a tese, recorreremos aos procedimentos de conexão, tomados da própria prática historiadora, que garantem a reinscrição do tempo vivido no tempo cósmico: calendário, sequência das gerações, arquivos, documentos, rastros. A reinscrição do tempo vivido no tempo cósmico realizada pela história, responde, da parte da ficção, uma solução oposta das mesmas aporias da fenomenologia do tempo, a saber, as variações imaginativas que a ficção opera sobre os temas maiores dessa fenomenologia. (RICOEUR, 1997, p. 174)

Ou ainda:

> Se é verdade que uma das funções da ficção [...] é libertar retrospectivamente certas possibilidades não efetuadas do passado histórico, é graças ao seu passado quase histórico que a própria ficção pode exercer retrospectivamente a sua função libertadora. O quase-passado da ficção torna-se assim o detector dos possíveis ocultos no passado efetivo. O que "teria podido

> acontecer" [...] recobre ao mesmo tempo as potencialidades do passado real e os possíveis "irreais" da pura ficção. Essa afinidade profunda entre o verossímil de pura ficção e as potencialidades não efetuadas do passado histórico talvez explique, por sua vez, por que a libertação da ficção das coerções da história – coerções resumidas na prova documentária – não constitui [...] a última palavra acerca da liberdade da ficção. (RICOEUR, 1997, p. 331)

Colocando a questão de outra forma, a minha pratica de pesquisa caminhou no sentido de entender o que existiria entre a atividade de narrar uma história – aceita ou não como ficcional – e o caráter temporal da experiência humana, uma relação que não é apenas acidental ou casual. Desse modo, as hipóteses e análises estabelecidas não se detiveram apenas em questões que oscilam entre o "meio", a "vida" e a "obra" do diretor e da equipe envolvida; ao contrário, a atenção recaiu sobre os artifícios narrativos do filme e as suas experiências de leituras realizadas sobre ele para tirar parte de minhas conclusões.

HISTÓRIA E CINEMA: UMA QUESTÃO DE LINGUAGEM

O trabalho que elege o Cinema como temática exige o reconhecimento da existência e das singularidades da linguagem cinematográfica, bem como as possibilidades metodológicas de pensá-la historicamente. Embora hoje pareça um lugar comum, nem sempre foi fácil aceitar o cinema como uma produção artística, dotada de linguagem própria – nesse sentido, um bom exemplo são os irmãos Lumière, que duvidavam quanto à possibilidade do seu invento prosperar, por acreditarem que o seu único atrativo seria a sensação de espanto entre aqueles que adentrassem pela primeira vez uma sala de projeção (BERNARDET, 2004).

Na tentativa de problematizar a nova experiência possibilitada pelo cinematógrafo, entre os pioneiros, o propósito centrava-se na necessidade de demarcar as singularidades entre o cinema, a literatura, a fotografia e, principalmente, o teatro. Os partidários de tal delimitação de fronteiras sustentavam suas concepções reiterando a "linguagem pelas imagens" como a responsável por transformar o cinema numa sétima arte totalmente autônoma em relação às demais. Assim, a imagem foi concebida como o meio universal que permitiria "contornar o obstáculo da diversidade das línguas nacionais" (AUMONT, 1995, p. 159). Posteriormente, sobretudo com os russos nas primeiras décadas do século XX, passou-se a dar atenção ao papel ativo da montagem para a constituição de sentidos na narrativa cinematográfica, tendo início à defesa da ideia de que a montagem subverteria o "universo real das imagens captadas", criando outro universo com significados não necessariamente semelhantes aos do mundo real. É a partir dessa percepção que se pôde falar da construção e existência de um "espaço fílmico",[6] transformando o mundo visível em signo semântico, que faria do cinema algo além de uma simples "fotografia viva".

Essa constatação, embora primária, acentua duas implicações que se contrapõem às práticas mais comuns entre historiadores que de algum modo tomam o Cinema como objeto de suas pesquisas: primeiro, retira, sobretudo do gênero documental, a aceitação da sua fidedignidade devido à pretensa capacidade de capturar o "real acontecido", passando-se a reconhecer que os modos de "capturar" e "apresentar" o real são fundamentais para os sentidos que este pode assumir junto aos espectadores – vale ressaltar que o filme *Cipriano*, em algumas de suas passagens, tece um interessante e intencional diálogo com o gênero documental, e essa faceta documental tornou-se um dos pontos de ancoragem mais valorizados pela imprensa e a intelectualidade local. Segundo, leva a pensar não apenas o sentido aparente das imagens e outros recursos narrativos, mas as próprias escolhas, cortes e "colagens" como formas de marcar um lugar nada imparcial e que denuncia as relações de poder que atravessam todo o filme.

Nos Estados Unidos, simultaneamente aos russos, cineastas como Griffith, Welles e Chaplin reconheceram e fizeram do cinema

uma arte com experiência visual e sonora[7] próprias, não se submetendo às regras das artes antecessoras (GAY, 2009, p. 355). Finalmente, houve o entendimento de que a linguagem cinematográfica é composta por elementos que lhe são específicos (imagens em movimento; processo de montagem; técnicas diversas de filmagem) e elementos não específicos da sua técnica e que já estavam presentes em outras formas narrativas (sons, linguagem corporal, letreiros).

Além disso, foram reconhecidos quatro princípios que marcariam singularmente a linguagem cinematográfica: a existência de uma distância variável entre o espectador e a cena representada, distância que não seria apenas física, ou seja, da tela, no que se refere aos olhos, mas temporal e espacial das imagens em relação ao espectador; a "imagem total" da cena seria dividida em planos de detalhes (decupagem); a existência da preocupação com a variação de enquadramento no decorrer de uma mesma cena (ângulo, perspectiva); e, por último, a utilização da própria montagem como garantia de inserção dos planos de detalhes em uma sequência ordenada (AUMONT, 1995, p. 163).

Essa posição, no que diz respeito à complexidade da linguagem cinematográfica, foi o que permitiu aos diretores anteriormente citados serem os primeiros a conscientemente utilizarem, para fins dramáticos, as técnicas do close, da montagem paralela e do movimento da câmera. Essa utilização das técnicas de filmar e narrar para a construção/projeção de sentimentos ajuda a entender o porquê de um estudo, que tome como suporte o texto fílmico, não poder prescindir da leitura de seus mecanismos e estratégias narrativas. Questões como estética e técnicas cinematográficas, embora, em princípio, não façam parte da zona de conhecimento e interesse dos historiadores, devem estar presentes entre aqueles que enveredarem pela relação História-Cinema.

Ressalta-se que esse desenvolvimento nas formas de utilização das técnicas de filmagem com vistas a construir sentidos para a narrativa só foi possível quando o olhar e a sensibilidade do espectador já estavam educados para entender os jogos de temporalidade e simultaneidade na narrativa cinematográfica; disso se pode concluir que as técnicas e o próprio olhar, ou o advento de uma cultura visual, são frutos de possibilidades históricas de existência e por isso são, também, perpassados por historicidade.

Embora, como aponta Lynn Hunt, "uma nova geração de historiadores da cultura" (HUNT, 2001, p. 19) use técnicas e abordagens próximas daquelas utilizadas por produtores e estudiosos de narrativas ficcionais, um problema parece ainda não estar suficientemente resolvido para esses profissionais: a relação entre a *narrativa* e seu *contexto*. Em outras palavras, trata-se do problema de saber o que estaria dentro e o que estaria *fora* do discurso significante e que deve ser levado em consideração para sua problematização histórica. Uma alternativa a esse problema é indicada por Dominick LaCapra em sua tentativa de entender o *entrelaçamento* entre a linguagem e o mundo que ela/nela habita.

Para LaCapra, o principal problema observável no trato dos historiadores com os textos utilizados como fontes para seus estudos é o predomínio de uma concepção documental que costuma estruturar tal relação. Em oposição a essa concepção documental, o teórico propõe outra que toma o texto a partir de uma perspectiva que leve em consideração o respeito à sua condição enquanto obra, pensando-o como "ser-obra" que não se liga mecanicamente a uma realidade histórico-social. LaCapra resume a diferença ente as duas perspectivas:

> [o caráter] documentário situa o texto em termos de dimensões factuais e literais que implicam numa referência a uma realidade empírica e transmite informações sobre ela, [enquanto que] o "ser-obra" complementa a realidade empírica com acréscimos e roubos. Implica por outro lado dimensões do texto não redutíveis ao documentário, que incluem de maneira preponderante os papéis de compromisso, interpretação e imagi-

> nação. O "ser-obra" é crítico e transformador, porque desconstrói e reconstrói o dado, trazendo ao mundo algo que não existia antes. (LACAPRA, 1998, p. 245-246)

Seguindo essa linha de raciocínio, o autor lamenta a leitura reduzida de obras ficcionais no fazer historiográfico. Essa argumentação sugere que se deve explorar não apenas os fatos narrados e que guardam relação representacional com uma realidade vivida, mas, também, a própria linguagem como constitutiva e constituída de temporalidade. Para LaCapra, são essas questões que marcam as diferenças entre as posturas documentarista e do ser obra, implica afirmar que não existe um contexto histórico deslocado e exterior ao texto que sirva para explicá-lo, dar-lhe sentido pleno. Isso porque em cada texto se encontram "um conjunto de contextos interatuantes cujas relações mútuas são variáveis e problemáticas" (LACAPRA, 1998, p. 252), o que coloca sob questionamento os critérios de interpretação comumente utilizados pelos historiadores.

As reflexões de LaCapra acerca das formas narrativas enquanto categorias histórico-sociais, guardadas as divergências entre posturas, podem ser reforçadas com outras elaboradas por Paul Ricoeur. Localizadas em meio a um debate mais amplo entre a Teoria da História e a Narratologia contemporânea, as questões assinaladas por Ricoeur vão de encontro à possibilidade estrutural de pensar o discurso de forma autossuficiente, ou seja, para o hermeneuta, a dimensão referencial do discurso põe em relevo o aspecto comunicativo próprio das práticas linguísticas, o que desautoriza pensar a linguagem apenas por prerrogativas meramente sintáticas.

Desse modo, sou levado inicialmente a duas constatações: primeiro, se a linguagem é uma categoria histórica e, consequentemente, atravessada por temporalidades, a compreensão de qualquer realidade passa, necessariamente, por uma análise atenta das formas narrativas sob as quais essa linguagem se organiza. Segundo, se a produção de obras ficcionais é perpassada por marcas de historicidade, subentende-se que o ato da sua leitura também o seja. É assim que Ricoeur pode falar de uma "experiência estética da leitura" (RICOEUR, 1999, p. 19), marcada por lugares e expectativas que devem ser levados em consideração no momento da interpretação de um texto, seja ele ficcional ou não. Em estudo mais amplo, Ricoeur expõe a questão:

> [...] a função poética da linguagem não se limita à celebração da linguagem por si mesma, às expensas da função referencial, tal como predomina na linguagem descritiva. Sustentei que a suspensão da função referencial direta e descritiva é só o avesso, ou a condição negativa, de uma função referencial mais dissimulada do discurso, que é de certo modo liberada pela suspensão do valor descritivo dos enunciados. É assim que o discurso poético traz à linguagem aspectos, qualidades, valores da realidade, que não têm acesso à linguagem diretamente descritiva e que só podem ser ditos em favor do jogo complexo entre a enunciação metafórica e a transgressão regrada das significações usuais de nossas palavras. (RICOEUR, 1994, p. 11)

Dessa passagem, algumas considerações úteis à minha problemática foram formuladas – sobretudo do ponto de vista metodológico e sobre as formas de se apropriar da narrativa fílmica: primeiro, que a linguagem não é um efeito direto do que poderíamos designar como realidade, já que ela é um dos seus elementos constitutivos. Em outro nível, numa dada configuração, as experiências com a linguagem podem funcionar como suporte para a compreensão das formas como o ser humano se põe no mundo e se constitui como ser histórico-temporal. Segundo, que o discurso ficcional, ao findar com uma descrição objetiva da realidade, libera outras funções referenciais da linguagem. Essas novas funções são responsáveis por captar minúcias da experiência temporal dos sujeitos sociais, inacessível de forma direta em outros tipos de discur-

so. Esses pormenores podem ser entendidos como sendo o que chamamos genericamente de subjetividades ou sensibilidades históricas, ou seja, algo tão imbricado na experiência temporal do ser humano que não seria perceptível de forma direta e objetiva.

Ora, se o filme é o meu suporte para uma reflexão mais ampla, e tenho convicção de que ele se constitui em sua própria linguagem, o meu olhar deve ser voltado, também, para os elementos que o compõem e significam. Nesse sentido, Michel Haar é paradigmático:

> Toda obra de arte apresenta uma coesão, uma unidade orgânica tão poderosa, que ela remete mais a si mesma que a qualquer outro ente no mundo. Toda obra digna desse nome retira-se do mundo, reflete-se em si mesma e, no entanto, mesmo estando voltada sobre si mesma, como que mostra um mundo, faz ver de modo novo nosso universo cotidiano. A obra de arte não é, em princípio, esta capacidade que todos lhe reconhecem de imediato, de remeter a outra coisa além de si mesma, a um outro mundo, real ou imaginário [...]. Através do material e dos meios específicos de cada arte, a obra simboliza e sugere um conjunto articulado que possui sua própria afetividade, seu próprio sentido do que é próximo ou distante, verdadeiro ou falso, eventualmente bem ou mal, e que se integra, expressamente ou não, em uma determinada época histórica. (HAAR, 2000, p. 6-7)

Afirmar que a arte apresenta-se como uma unidade orgânica e que por isso remete tanto a si mesma quanto a outro ente no mundo, não é o mesmo que afirmar o postulado, ainda caro a alguns pesquisadores, de que a arte só tem sentido em si mesma e que por isso estaria invalidado qualquer exercício que busque entendê-la em suas interconexões com o âmbito social e histórico. A ideia é pensar a arte a partir de um posicionamento que não rejeite seus próprios códigos e que, ao mesmo tempo, não a tome como um reflexo direto e coerente de determinada temporalidade. Só a partir de uma perspectiva não casuística frente à arte torna-se possível considerar que ela se integra a uma experiência histórica, sobretudo, por sua ação com e na linguagem.

É interessante observar como o próprio Haar exercita seu pensamento na leitura do quadro *O Café* (Van Gogh, 1888). Há uma descrição minuciosa e sistemática das cores, personagens, luzes, sombras, perspectivas. A leitura é um exercício atento à linguagem da obra para dela construir uma interpretação possível na qual o autor conclui: "não se trata de um mundo fictício, 'criado' pela obra, e sim que é por ela [...] é a expressão artística de um mundo histórico [...]" (HAAR, 2000, p. 6-7). Vale notar que na análise as expressões: *revelado, tornado presente, adensado e intensificado* não estão justapostas apenas com vista a um efeito retórico; elas cumprem a função de fazer perceber que o quadro se posiciona numa tênue fronteira entre o mundo que ele mesmo constrói e um *outro* que extrapola a sua narrativa.

O FILME E SUAS TEMPORALIDADES, QUESTÕES PARA OS HISTORIADORES

O caminho até aqui trilhado levará, inevitavelmente, a uma questão fulcral quanto à possibilidade de incorporação do Cinema como uma reflexão factível ao ofício do historiador: a relação entre uma obra e o seu tempo. Embora seja uma questão de primeira ordem, essa relação, por ser quase sempre aceita como evidente – basta lembrar, a título de exemplo, o clichê repetido à exaustão, "a arte é filha de seu tempo" –, acaba por não ser problematizada adequadamente. Para pensar tal relação, tomo de início a categórica afirmação de Perniola: "O que parece irremediavelmente comprometido é a ligação entre arte e história, isto é, a própria possibilidade de prosseguir nesse caminho [...] que privilegia a consideração histórica da arte" (PERNIOLA, 2009, p. 117-118). Para o filósofo, as formas artísticas do século XX conseguiram se emancipar

tanto da vontade de exprimir seu próprio tempo, quanto da vontade de antecipar um tempo futuro, ou seja, a ligação entre a forma artística e tempo histórico-social teria sido rompida. Contudo, essa quebra da ligação entre a arte e seu tempo, defendida por Perniola, não se confunde com a insustentável idealização de uma forma artística desconectada das experiências temporais, mas:

> [...] num tempo que contém todas as artes e de uma arte dona de todos os tempos, uma contração de todos os tempos num único tempo que possui todas as formas, e uma mistura de todas as formas, nenhuma das quais tem ainda a intenção de impor sua própria unicidade em nome da necessidade histórica ou da lógica das alternâncias sazonais. (PERNIOLA, 2009, p. 117)

Para além de uma simples ou insustentável provocação, o que o autor faz é uma dura crítica a uma perspectiva de História da Arte – muito comum, também, entre historiadores de outros campos – que busca aprisionar o seu objeto no interior de uma linha evolutiva de intenções e orientações que se desencadeariam por meio de uma força determinista maior. Mais que isso, Perniola escamoteia uma concepção de tempo linear que, embora criticada há décadas pelos historiadores, ainda permeia parte significativa dos trabalhos nesse campo. O autor parece chamar a atenção para o fato de que a produção artística dialoga com durações temporais múltiplas e cruzadas e que as tentativas de rotular essa produção como espelhos, com a capacidade de refletir uma época, estão atreladas a concepções reducionistas.

A partir desse raciocínio, pode-se concluir que, ao se falar em produções cinematográficas, o mais correto seria pensá-las em termos de temporalidades, haja vista que cada uma delas estaria no limiar de três experiências com o tempo: a construída e figurada no interior de seu próprio espaço narrativo, a que se refere às relações de poder que marcam o momento de sua produção e, por último, a que se relaciona com a temporalidade do momento de seu consumo e significação. Georges Didi-Huberman (2008, p. 39)chega mesmo a falar em termos de uma relação anacrônica motivada por um "tempo impuro", uma "montagem de tempos heterogêneos que formam anacronismos", quando o historiador passa a ter como problemática ou objeto de investigação as fonte imagéticas.

Essa mudança de posicionamento frente à produção cinematográfica leva à aceitação de que esta é atravessada por múltiplas temporalidades e, consequentemente, não faria mais sentido atribuir-lhe o estatuto de porta-voz de uma época. Essa perspectiva não anula a possibilidade de pensá-la historicamente; o que ela anula é a postura infértil que toma uma obra, um artista ou um "movimento" como sintetizadores de uma duração histórica. A própria ideia de movimento artístico ou, especificamente, cinematográfico, faz parte das tentativas de se criar uma linha evolutiva em que se possa organizar e explicar, através de pretensas características compartilhadas, produções com técnicas, temáticas, abordagens e fins diferentes e, muitas vezes, até contraditórias.

Se fosse possível, sem anacronismos, trazer Foucault para a discussão, ver-se-ia que a tentativa de engavetar filmes sob a chancela de movimentos cinematográficos faz parte de uma relação que "assegura uma função classificatória" e que "permite reagrupar um certo número de textos, delimitá-los, deles excluir alguns, opô-los a outros", indicando "que se estabelece entre eles uma relação de homogeneidade ou de filiação, ou de autenticação de uns pelos outros, ou de explicação recíproca, ou de utilização concomitante" e, desse modo, "todas as diferenças devendo ser reduzidas pelos princípios da evolução, da maturação ou da influência" (FOUCAULT, 2006, p. 273-278).

De forma pragmática, equivale dizer que a problematização histórica do filme *Cipriano* não procurou dar conta de explicar a cultura piauiense, a história ou as disputas políticas do século, ou mesmo da década em que foi produzido. Uma reflexão desse tipo poderá tão somente – e isso já seria suficiente – jogar luz sobre

fragmentos de temporalidades e subjetividades que ajudam a compor uma imbricada relação de práticas, imagens e apropriações discursivas, responsável por construir um paradigma que se pretende sintetizador da identidade e da cultura piauiense.

LER E PÔR DO AVESSO: POR UMA ABORDAGEM TEXTUAL DO FILME

A concepção do cinema como linguagem implica outro desafio, este sim, mais complexo, que é também aceitar a sua capacidade de construir e, como tal, poder ser lido como texto. Aqui cabe uma definição pontual do que estou considerando como texto: uma unidade de discurso significante e que não se define por seu tamanho ou mesmo pela materialidade do seu suporte (pode ser escrito, oral, imagético) e sim em relação a uma unidade de sentido que o significa num determinado contexto (CHARAUDEAU, 2008, p. 466). Por outro lado, a aceitação do texto como uma unidade de discurso está relacionada com a aceitação de que este tem seu sentido construído no momento de sua leitura.

A apropriação do filme como um texto pode ajudar os historiadores a se relacionarem de forma mais clara com o referencial teórico que, geralmente, estrutura suas pesquisas: embora autores como Paul Ricoeur, Roger Chartier, Hayden White, Michel de Certeau e Robert Jauss sejam referência fundamental na maioria dos trabalhos historiográficos dedicados à relação História-Cinema, parece-me não ter havido uma preocupação – ainda que na forma de consciência da questão – com o fato de esses autores terem se dedicado quase que exclusivamente a estudos de narrativas não cinematográficas. Por ser um dos teóricos mais caros ao meu trabalho, abro mais um parêntese para pensar minhas práticas à luz do referencial de P. Ricoeur, em especial da forma como sua discussão acerca das narrativas de ficção – mesmo que o autor esteja pensando na literatura – pode ser "transposto" para a perspectiva cinematográfica.

Ricoeur esclarece, e nesse ponto vislumbro um link para minha proposta de trabalho com o filme, que o termo "narrativa de ficção" é utilizado para distinguir esse tipo narrativo do historiográfico, ou seja, o termo está relacionado às:

> Criações [...] que ignoram a ambição, características da narrativa histórica, de construir uma narrativa verdadeira [...]. O que a narrativa histórica e a narrativa de ficção têm em comum é dependerem das mesmas operações configurantes [...]. Em compensação, o que as opõe não diz respeito à atividade estruturante investida nas estruturas narrativas enquanto tais, mas sim à retenção à verdade pela qual se define a terceira relação mimética. (RICOEUR, 1995, p. 10)

O importante é que a concepção do que vem a ser um texto, quando estendida ao cinema, instiga uma forma de pensar o filme como sendo uma obra inacabada, o que implica tomá-lo como discurso aberto em significados, pelo fato destes serem (re) construídos durante a leitura do espectador-leitor:

> Uma das principais consequências dessa concepção é a postulação da equivalência entre escrita e leitura, o próprio comentário se torna um texto. O sujeito da análise já não é exterior à linguagem que descreve, ele também está na linguagem. Já não existe discurso "sobre" a obra, mas a produção de um outro texto, de estatuto equivalente, "que entra na proliferação indiferenciada do inter-texto". (AUMONT, 1995, p. 208)

Para um trabalho historiográfico com o filme, essa posição significa assumir três posturas que, embora aparentemente opostas, devem convergir, buscando uma leitura mais coerente:

1°. uma análise textual do filme, que o considere como um discurso significante, terá de se voltar, também, para as suas formas de significação – sons, falas, silêncios, técnicas de filmagem, figurino.

Isso implicará diretamente numa mudança de postura da maioria daqueles que o tomarem como objeto/fonte de suas pesquisas;

2º. uma análise textual do filme deve considerar os seus modos de endereçamento, ou seja, as expectativas e códigos socioculturais que envolvem sua equipe produtora e seus potenciais consumidores. Está fadada ao fracasso uma postura que venha a determinar um único sentido possível a um filme, pois se o sentido de uma produção depende da leitura de seus espectadores, essas leituras são devedoras das posições e horizontes deles;

3º. a aceitação de que as leituras realizadas por especialistas de campos diversos do conhecimento acerca de temáticas abordadas em um filme não têm a obrigação de ir ao encontro da sua ideia aparente; ora, se o filme não traz um sentido oculto que só necessita ser desvendado e se cada comentário é um novo texto acerca daquele que serviu como perspectiva inicial, pode-se concluir que um filme é bem mais útil ao ofício do historiador quando, ao invés de tentar explicar de forma acabada algumas questões, ele abre a possibilidade de problematizar imaginativamente o que LaCapra (1998, p. 247) chamou de "possibilidades não realizadas" da história.

A compreensão sobre essas questões forçou progressivamente uma guinada nos estudos que concernem à História e ao Cinema. Tal guinada teve início no âmbito dos estudos da cultura visual e da própria historiografia, quando essa passou a ter "como objeto de estudo as formas de produção de sentido" (KNAUSS, 2006, p. 100) em certos contextos culturais. Essa nova abordagem da narrativa cinematográfica feita pela historiografia tem como novidade a possibilidade de mudança no foco da análise, que passa a considerar a "imagem visual como elemento dos processos de produção de sentido em contextos culturais" (KNAUSS, 2006, p. 106). Observa-se que a proposta não é mais pensar a imagem como a cópia de determinada realidade ou detentora de significado imanente, mas buscar nelas os mecanismos responsáveis por construir sentidos socialmente localizáveis.

De forma resumida, poderiam ser enumeradas três posturas mais comuns assumidas por historiadores quando o assunto é a utilização do Cinema como fonte/objeto da História; são elas: a que se aproxima dos positivistas; aquela dos adeptos das propostas defendidas pelo francês Marc Ferro e, por último, a daqueles que deram evidência e ampliaram as ideias de Pierre Sorlin (RAMOS, 2002). Passo agora a um breve resumo do que propõe cada uma dessas perspectivas.

Para Alcides Freire Ramos, os historiadores que assumem posições positivistas – acrescento que esses historiadores não necessariamente comungam com a concepção metódica da história; entretanto, assumem-na quando refletem sobre Cinema – se colocam frente aos filmes a partir de dois pressupostos: a valorização da técnica pretensamente objetiva da película, que apresentaria uma "expressão muito próxima da realidade" (RAMOS, 2002, p. 19) e a preocupação com a veracidade e a coerência do conteúdo apresentado na narrativa. Para esses historiadores, não existiria uma "linguagem cinematográfica", no sentido literal da expressão, isso porque a técnica de filmagem estaria isenta da subjetividade de seus realizadores. Sob essa perspectiva, o trabalho do historiador, além de se limitar aos filmes ditos históricos – os ficcionais forneceriam poucas informações (modo de vida, vestimenta, língua e cenas do cotidiano de uma época) – teria a preocupação de comprovar a veracidade e, principalmente, a coerência de seus discursos, comparando as suas informações com outras encontradas em documentos tradicionais e, portanto, abalizadas.

Uma primeira alternativa a essa perspectiva foi possibilitada por M. Ferro, ainda na década de 1960. Para Ramos, a postura de Marc Ferro não estaria tão distante dos positivistas em, pelo menos, um ponto: ambos buscam a "objetividade a partir da valoração da autenticidade dos planos fílmicos não submetidos à montagem cinematográfica, feitos por meios técnicos e neutros daquilo que se apresenta como realidade diante das câmeras" (RAMOS, 2002, p. 24). Isso justifica o porquê da preocupação do historiador cercar, essencialmente, as imagens e não outros artifícios de significação no filme. Ferro buscou fazer o que ele chamou de "contra-análise da

sociedade" (FERRO, 1976), ou seja, a crítica possibilitada à história oficial mediante registros das imagens capturadas involuntariamente (os transeuntes ao fundo das imagens, as manifestações populares, atentados contra membros do governo, ações da polícia), que denunciariam as relações de poder no seu interior:

> [...] a realidade não se comunica diretamente. Os escritores, eles próprios, são perfeitamente mestres das palavras, da língua? Por que seria diferente com o homem da câmera, que, além do mais, filma involuntariamente muitos aspectos da realidade? Esse traço é evidente para as imagens de atualidades: a câmera deve filmar a chegada do rei Alexandre, registra, além disso, o gesto do assassino, o comportamento da polícia, o do público; porém o documento tem uma riqueza e significações que, no momento, não são percebidas. O que é patente para os "documentos" para os filmes de atualidades não é menos verdadeiro para a ficção. Demais, a parte inesperada, involuntária, pode também ser grande nesse caso. (FERRO, 1976, p. 204)

A terceira postura é aquela que se aproxima do pensamento de P. Sorlin. A obra de Sorlin nasce da crítica feita por ele à Sociologia Histórica, da forma como foi explicitada por Kracauer, autor de *De Caligari a Hitler*, para quem os filmes *refletiriam*, em sentido determinista, a mentalidade de uma nação. Ao estudar o cinema expressionista alemão durante a República de Weimar, Kracauer afirma ter encontrado o que ele chamou de prefigurações do pensamento nazista nas obras que antecedem o próprio nazismo como acontecimento histórico. Para Sorlin, essa ideia é discutível em pelo menos dois aspectos: a globalidade excessivamente generalizante das afirmações e o fato de os resultados aparecerem *a priori* da pesquisa.

Sorlin propõe, a partir dos limites da tese de Kracauer, um estudo que parta do próprio filme, no sentido de não submetê-lo a uma posição hierarquicamente dependente de uma determinação histórica. Nessa análise, pelo menos um aspecto, acredito, deve ser observado com mais atenção: a validade do filme está na recorrência do tema tratado, o que leva a problematização a incidir sobre os porquês de se recorrer a uma temática em detrimento de outras. Isso, no caso específico de minha pesquisa, significou que um dos motes para a reflexão foi indagar o porquê de, entre várias possibilidades de locação, o sertão parecer sempre atualizado na produção cinematográfica brasileira e, em particular, na piauiense, quando a temática envolve "imagens de origem".

Em razão disso, o que propus foi uma forma de trabalho que tomou o filme para além do seu entendimento como um simples documento. Mas o que seria trabalhar o filme além da concepção de documento? Seria a recusa da ideia do documento como um passaporte para um "real acontecido", o que levaria à prática empobrecida de classificar o filme sob os critérios de veracidade a qual critiquei anteriormente. Nesse sentido, acompanho a crítica de Ulpiano a trabalhos cujo "objetivo prioritário [...] é iluminar as imagens com informação histórica externa a elas, e não produzir conhecimento histórico novo a partir dessas mesmas fontes visuais" (MENESES, 2003, p. 20) e que, consequentemente, nega o valor cognitivo da fonte, atribuindo-lhe apenas uma função ilustrativa capaz de reproduzir ou representar uma realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final da minha prática, pude aprender duas lições, uma relacionada ao filme, objeto da pesquisa, a outra relacionada às possibilidades da *operação historiográfica* que, de alguma forma, se relaciona com o fazer cinematográfico. Essas duas lições só puderam ser aprendidas por mim em conjunto, uma não fazendo sentido sem a outra: os significados possíveis para o filme *Cipriano* não podem ser construídos/compreendidos a partir de um ponto fixo que exclua os demais (não é só olhar para o filme ou, em sentido oposto, mirar apenas as críticas tecidas a seu respeito). *Cipriano*,

como Cinema, é intertexto, pois, ao mesmo tempo em que mantém suas particularidades, só pode ser significado no cruzamento de outras superfícies textuais. Ademais, *Cipriano* é composto simultaneamente pela sua narrativa, pelo seu material de divulgação, pela crítica positiva ou negativa do jornal e pela expectativa que se formou sobre ele. O filme e o trabalho da equipe de produção liderada por Douglas Machado só fazem algum sentido em meio a tudo isso.

No compasso dessa primeira lição, pude aprender mais uma: qualquer operação historiográfica que tenha como objeto, problemática e/ou fonte um filme ou um conjunto de filmes deve estar atenta para o verdadeiro significado da terminologia *Cinema*. Como já explicitei no texto, tomei o *Cinema* em minha prática a partir de um entendimento muito mais amplo e complexo do que apenas confundi-lo com seu produto imediato, o filme. Na pesquisa, cada problemática levantada, cada hipótese sugerida, cada tentativa de me aproximar de *Cipriano* esteve embasada nesse entendimento do *Cinema* como um evento amplo e formado por vários suportes e categorias de discursos. Qualquer iniciativa de pensá-lo de forma diferente comprometeria substancialmente a abordagem da problemática, do objeto e das fontes desta pesquisa.

NOTAS

[1] Esse texto é uma adaptação de parte das discussões tratadas na introdução da Tese defendida em 2013 no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás-UFG com o título *Discursos de Memória, Expectativa e Identidade: o fazer cinematográfico de Cipriano e o agenciamento das imagens do sertão na cultura piauiense (1997-2003)*. A pesquisa teve a orientação da Profª. Drª Libertad Borges Bittencourt e contou com o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES.

[2] Por operação historiográfica, entende-se a relação estabelecida entre o lugar assumido por quem constrói os enunciados, os procedimentos de sua pesquisa e a materialização dessa relação com a produção de um texto que dê conta dos passos e resultados da própria pesquisa (CERTEAU, 2006, p. 66).

[3] Embora cresça em proporções espantosas, os estudos de História-Cinema ainda carecem de bibliografias que tratem de questões preliminares como, por exemplo, a possibilidade de se atribuir um estatuto artístico ao Cinema e, sobretudo, as implicações de ordem metodológica geradas quando da percepção – ou não – do Cinema como uma expressão artística. Para evitar atropelos conceituais, esclareço que a aceitação do cinema como produção artística está relacionada a uma vertente teórica que o percebe como um sistema que desenvolve formas narrativas próprias e que não busca reproduzir fielmente o real, logo, se aproximando conceitualmente do que se define como arte (AUMONT, 2003. p. 289).

[4] A atenção à estrutura narrativa do filme não significa a celebração da linguagem em si mesma, pois, na narrativa do filme, ganham vida aspectos e valores da realidade, aos quais não poderíamos ter acesso fora do jogo metafórico da arte. Além do mais, como ensina Hayden White, a escolha de um gênero narrativo (tragédia, comédia, drama), a fim de estruturar uma trama, não é uma simples opção estética: desempenha, na prática, papel central frente às imagens e ao tipo de significado que se busca construir. Portanto, essa atenção para os modos narrativos deve ter papel central nas preocupações dos historiadores, vez que, quando se faz uma opção por um gênero, está se fazendo, na verdade, uma opção por um tipo específico de compreensão que se quer estabelecer. Por exemplo, ao se fazer uma leitura, mesmo que superficial, dos dois gêneros narrativos que mais estão presentes em filmes que abordam, em algum nível, o universo sertanejo – a tragédia e a comédia –, evidencia-se que as formas mais comuns de se construir e significar imageticamente o "lugar" sertão na cinematografia

brasileira varia entre a hostilidade e o pitoresco (WHITE, 2001).

[5] Frequentemente, refiro-me aos mecanismos narrativos do filme usando genericamente o termo *imagem*; com isso, não perco de vista o fato de que o filme vai muito além de suas imagens. Ao fazer referências constantes às imagens, seguindo historiadores e pesquisadores de outras áreas, assumo um amplo entendimento da imagem para além de seu suporte pictórico. Desse modo, pode-se falar de imagens sonoras, auditivas, táteis, verbais ou mesmo mentais (SANTAELLA, 192, p. 36-51).

[6] A noção de construção de um "espaço fílmico" através da prática de montagem é elaborada e problematizada por Pudovkin. Segundo o teórico, "a operação de montagem garante a inserção dos planos de detalhes em uma sequência ordenada, na qual não apenas cenas inteiras se sucedem, mas também tomadas dos detalhes mais mínimos de uma mesma cena. A cena no seu conjunto é resultado disso, como se os elementos de um mosaico temporal fossem justapostos no tempo [...]. Pelo agrupamento de pedaços separados, o diretor constrói um espaço fílmico ideal que é inteiramente criação sua. Ele une e solda elementos separados que talvez tenham sido registrados por ele em diferentes pontos do espaço real, de modo a criar um espaço fílmico" (PUDOVKIN apud AUMONT, 1995, p. 164).

[7]Como lembra Márcia Carvalho, "o cinema nunca foi 'não-sonoro', o cinema foi mudo, isto é, literalmente privado de palavra [sua oralidade]. Por isso, o cinema não se tornou sonoro e sim se tornou falado. Desde os primeiros filmes, sempre existiu a presença de intervenções sonoras, seja ao vivo com o uso de acompanhamento musical realizado por um pianista, um improvisador ou, às vezes, por uma pequena orquestra; ou na forma gravada, com a junção do fonógrafo com o cinematógrafo. Assim, a estrutura e o sentido do filme, desde o advento do cinema 'falado' são construídos através das duas bandas da película: a sonora e a visual" (CARVALHO, 2002, p. 2).

REFERÊNCIAS

AUMONT, Jacques e MARIE, Michel. *Dicionário teórico e crítico de cinema*. Campinas, SP: Papirus, 2003.

AUMONT, Jacques. *A estética do filme*. Campinas, SP: Papirus 1995.

BERNARDET, Jean-Claude. *O que é cinema*? São Paulo: Brasiliense, 2004.

CARVALHO, Márcia. A trilha sonora do cinema: proposta para um "ouvir" analítico. *Revista Caligrama*. São Paulo: USP, v. 3, nº 1, jun-abr. 2002, p. 2. Disponível em: <http:www.eca.usp.br/caligrama>. Acesso 29 jul. 2011.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. *A invenção do cotidiano*: artes do fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHARAUDEAU, Patrick e MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2008.

DIDI-HUBERMAN, George. *Ante el tiempo*: história del arte y anacronismo de las imágenes. Buenos Aires: Adriana Hidalgo, 2008.

ENCICLOPÉDIA EINAUDI. Imprensa Nacional – Casa da Moeda: 1994.. v. 31, Verbete: Imagem.

FERRO, Marc. O filme: uma contra-análise da sociedade? In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. *História:* novos objetos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* In: _____. *Estética*: literatura e pintura, música e cinema. Organização de textos: Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

GAY, Peter. *Modernismo*. O fascínio da heresia: de Baudelaire a Beckett e mais um pouco. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

HAAR, Michel. *A obra de arte*: ensaios sobre a ontologia das obras. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

HUNT, Lynn. História, cultura e texto. In: _____. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual. In: *ArtCultura,* Uberlândia-MG, v. 8, n. 12, 2006.

LACAPRA, Dominick. Repensar la historia intelectual y leer textos. In: PALTI, Elías José. *Giro linguístico e história intelectual*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1998.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Rumo a uma "História Visual". In: MARTINS, José de Souza.

ECKERT Cornélia. NOVAES, Sylvia Caiuby (org.). *O imaginário e o poético nas Ciências Sociais*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

_____. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, nº 45, 2003.
PANKOW, Gisela. *O homem e seu espaço vivido*: análises literárias. Campinas, SP: Papirus, 1988.

PERNIOLA, Mario. *Enigmas:* egípcio, barroco e neobarroco na sociedade e na arte. Chapecó, SC: Argos, 2009.

RAMOS, Alcides Freire. *Canibalismo dos fracos*: cinema e história do Brasil. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: UNICAMP, 2007.

_____. *História y narratividad*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1999.

_____. *Tempo e narrativa*. Tomo I. Campinas, SP: Papirus, 1994.

_____. *Tempo e narrativa*. Tomo II. 1995.

_____. *Tempo e narrativa*. Tomo III. Campinas, SP: Papirus, 1997.

SANTAELLA, Maria Lúcia. Palavra, imagem e enigmas. *Revista USP*, p. 36-51, 1992.

WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. In:_____. *Trópicos do discurso*: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: EDUSP, 2001.

CIPRIANO. Direção e Roteiro: Douglas Machado. Trilha sonora: Peter Lloyd. Fotografia: Mattias Högberg. Arte e Figurino: Áureo Tupinambá. Edição: Mauro Adamczyk. Elenco: Chiquim Pereira, Vilma Alcântara, Fernando Freitas, Dona Rosa, Dona Maria, Dona Cotinha, Jorge Sankler, Jorge Carvalho e Tarcisio Prado. Brasil, 2001. DVD (70min.)



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

**NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR**

HISTÓRIA DAS ARTES PLÁSTICA EM MATO GROSSO

Renata Carvalho Oliveira Zambom
Professora da Universidade de Várzea Grande – UNIVAG-MT,
graduada em Artes Visuais pelo Centro Universitário de Maringá.
Mestre em Estudos de Cultura Contemporânea pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT

José Serafim Bertoloto
Doutor em Comunicação e Semiótica-PUC São Paulo;
Professor da Universidade de Cuiabá - UNIC.
Professor orientador no programa de Mestrado em Estudo de Cultura Contemporânea ECCO/UFMT
Artista Plástico – artes visuais, cultura popular, semiótica da arte e do design em Mato Grosso
serafim.bertoloto@gmail.com

RESUMO

Mato Grosso da década de 70 passa por uma transformação cultural considerável e perceptível, o processo de animação cultural realizado pela Universidade Federal de Mato Grosso, culmina na criação do Museu de Arte e de Cultura Popular, que na figura de Aline Figueiredo, Humberto Espíndola e Terezinha Arruda, dinamizam as artes visuais e a cultura popular, viabilizando a presença em Cuiabá de artistas renomados para expor, dar oficinas e palestras. Um processo continuo que desperta o interesse de jovens que começam a aglutinar nos ateliês criados, um no centro da capital e outro posteriormente no próprio campus da UFMT. Os jovens artistas oriundos desses ateliês é que passarão a configurar a segunda geração de artistas de Mato Grosso na contemporaneidade, criando um repertório visual da região que irá fomentando ainda mais o processo de animação já implantado, e influenciando assim as gerações futuras. A vinda de sulista para Mato Grosso, com a divisão territorial em 1977, ajuda e definir as características peculiares da cultura popular e das artes plásticas do estado. Vários projetos serão desenvolvidos a fim de dar visibilidade dessa produção tanto dentro como fora do estado. O próprio Espíndola com seus trabalhos irá levar a bovinocultura de Mato Grosso em Salões em nível nacional e internacional, sendo uma referência das artes do Centro-Oeste na contemporaneidade.

Palavras-chave: História das artes, arte visuais, Mato Grosso, animação cultural, cultura popular, arte contemporânea.

ABSTRACT

In the 70`s decade Mato Grosso goes through a considerable and a noticeable transformation, the process of cultural animation did by the Federal University of Mato Grosso, culminate in the foundation of the Museum of Art and Pop Culture, that in the figure of Aline Figueiredo, Humberto Espíndola and Terezinha Arruda, stramline the visual arts and the pop culture, enabling the presence of renowned artist in Cuiabá to expose, give workshops and lectures. One continuous process that arouses the interest of young that starts to coalesce in the created studios, on in the center of the capital and later other in the campus of university. The young artist from these studios is the ones that in the contemporaneity will configure the second generation of artists of Mato Grosso, creating one visual imagery of the region that will foster further the animation process already deployed, and influencing future generations. The arrival of southern in Mato Grosso, with the territorial division in 1997, helps define the peculiar characteristics of the pop culture and the plastic arts of the state. Various projects will be developed in order to give visibility of these production both inside and outside the state. The own Espíndola with his Works will lead the cattle culture of Mato Grosso in halls at national and international level, being one of the reference of the contemporaneity of the Midwest arts.

Keywords: History of Arts, visual arts, Mato Grosso, cultural animation, pop culture, contemporary art.

O povoamento da região de Mato Grosso se inicia no ano de 1719. Motivado, em princípio, pelo interesse na captura de índios para substituição da mão de obra escrava e a busca pelo ouro, que no século XVIII era de aluvião, o processo de povoamento do estado passa ao longo de sua história por diversos fluxos migratórios.

No início do século XX, um grande fluxo migratório foi inaugurado fomentado pelo segundo ciclo do ouro. Aqui, diferentemente de outras regiões do país, o ciclo do ouro teve caráter totalmente extrativista; tudo que foi extraído acabou levado para outras regiões do país e pouco ou quase nada desta riqueza constitui hoje a memória deste tempo.

> Aqui, o ouro nos descobre devassando e nos povoa explorando. Apesar de farto, mas infelizmente fácil, por isso mesmo, breve foi o faiscar mato-grossense. Esgotados os veios auríferos, a massa flutuante e aventureira abandona a região, rapidamente do mesmo modo que chegara, obrigando-a a um penoso isolamento (FIGUEIREDO, 1990, p. 13).

Na década de 1940 a motivação foi político-econômica fomentada pela marcha para o Oeste durante o governo de Getúlio Vargas. Na década de 1960, foi a construção de Brasília, idealizando um processo de interiorização no país, que despertou o interesse e a migração para esta região. Neste período, a plástica mato-grossense já apresentava sua força expressiva. Nos fins da década de 1970, com a divisão territorial do estado, ocorre outro grande fluxo migratório para Cuiabá e interior com a vinda de sulistas, em geral, impulsionado pela busca por terras para lavoura. Cuiabá ainda hoje é foco de movimentos migratórios menos concentrados.

Considerando seus antecedentes históricos artísticos, o estado contou com a presença de desenhistas, cartógrafos e cientistas interessados em sua rica e abundante fauna e flora ainda no séc. XVIII. Na terceira década do século XIX, recebeu desenhistas de renome como os franceses Hercules Florence e Aimé Adrien Taunay, ambos participantes da expedição de G. I de Langsdorff. O registro da instalação do primeiro ateliê comercial da cidade de Cuiabá se dá pelo pintor espanhol José Maria Hidalgo, que realiza retratos importantes e reproduções. Na segunda metade do século XIX e início do século XX, a sociedade mato-grossense nutriu especial apreço pela música e pelo teatro, o que não se dava em relação

às artes plásticas, por certo, motivada por uma carência de antecedentes históricos (o que não ocorrera com as outras linguagens artísticas citadas, que mostram seu desenvolvimento desde o início do século XIX). Data de 1935 a realização da primeira exposição coletiva de artes plásticas realizada no Centro-Oeste, em Cuiabá, na casa Barão de Melgaço organizada por Jorge Bodstein, engenheiro de origem alemã, que lecionou em seu ateliê aulas de pintura em Cuiabá. Em 1937, o professor Boldstein realiza um segundo salão. Percebe-se um período de "apagamento" nas manifestações em artes plásticas por um longo período. A agitação no campo das artes visuais no estado encontra fôlego em Campo Grande – o estado ainda era unificado –, na década de 60, com a criação da AMA[1], assunto que retomaremos logo adiante.

As modificações que chegam juntamente com os novos moradores influenciam o pensamento e a organização do povo cuiabano. Um exemplo disto ocorre na década de 70, com a criação dos CTGs – Centro de Tradição Gaúcha. Diante da organização, do fortalecimento e do estabelecimento de uma cultura "estrangeira", a população se organiza a fim de estabelecer a cultura local e, no final da década de 80 e início da década de 90, é criado o Muxirum Cuiabano[2], uma organização que tinha como objetivos dar visibilidade a uma identidade, exaltar a cultura cuiabana e dar força as suas manifestações culturais. Tal mudança no contexto sociocultural interfere fortemente no modo de viver e no modo de se representar culturalmente, pois, até o século XIX a vida cultural da cidade, com apresentações de teatro, música e dança, era voltada mais para a elite, com isso a população ribeirinha e de zonas rurais desenvolveram formas próprias de divertimento.

Neste contexto de fluxos migratórios e de inserção de uma cultura estrangeira ao meio, percebe-se a movimentação dos moradores – sendo estes de "chapa e cruz"[3] ou "pau rodado"[4] que escolheram o estado de Mato Grosso e mais especificamente, neste caso, a cidade de Cuiabá como sua cidade de coração – em direção à valorização e estabelecimento de uma cultura local forte. Neste sentido, ações de iniciativas variadas provocaram determinada agitação, de modo a proporcionar visibilidade à cultura local.

As manifestações da cultura local – antes quase anônimas e restritas à população ribeirinha e às festas de santos – adquirem visibilidade através da criação do festival de Siriri e Cururu no ano de 2001[5]. Esta maior visibilidade, atribuída às manifestações da cultura local, modifica sensivelmente as relações sociais. A cerâmica produzida na comunidade ribeirinha de São Gonçalo Beira Rio, por exemplo, toma corpo no cenário regional e movimenta o imaginário das pessoas – moradores e visitantes – juntamente com o percurso realizado por outras manifestações da cultura cuiabana. A vida simples cotidiana, festas, danças, músicas, santos e padroeiros que povoam o imaginário do artista ribeirinho ultrapassam as margens dos rios chegando à mídia, às festas da cidade, aos trabalhos publicitários, aos bancos da Universidade, aos demais moradores da cidade e aos turistas.



Figura 4 - Cerâmica produzida em São Gonçalo Beira Rio – Cuiabá – MT
Foto: Renata C. O. Zambom.

Os esforços, a fim de promover a cultura local, iniciam-se ainda na década de 70, período muito anterior ao da instituição do Festival do Siriri e Cururu. Existia na cidade de Cuiabá, no início dos anos 70, um movimento para a criação do Museu de Arte e de Cultura Popular, o MACP[6], sendo assim, aqui, no interior do Brasil, em pleno governo militar e no exato momento do processo de interiorização do país, nasce, em Janeiro de 1974, o MACP – Museu de Arte e de Cultura Popular.

Concomitante ao projeto para criação do museu e às estratégias para levantamento dos recursos para sua construção, foi desenvolvido o projeto CIAP[7](Centro de Informações de Artes Plásticas), que teve como objetivo realizar uma sondagem da produção cultural da cidade. As pesquisas de campo realizadas pelo CIAP resultariam na produção de ensaios e no levantamento de pontos básicos para reflexão sobre a arte e a cultura popular cuiabana. A ideia chave deste projeto era ser capaz de trazer a tona uma política de animação cultural que proporcionasse o diálogo entre a tradição e o contemporâneo.

A presença dos pesquisadores do projeto CIAP nas comunidades ribeirinhas da cidade de Cuiabá – Engordador, Pai André, Praia Grande e São Gonçalo-evidenciava a importância cultural destas produções para a região. Dentre as propostas do projeto – que contava com a realização de entrevistas a artesãos e grupos folclóricos – buscou-se também incentivar a continuidade da produção cerâmica artesanal e das demais manifestações culturais da região. Para tanto, realizaram uma seleção de peças de diversas regiões ribeirinhas de Cuiabá, que se configuravam em centros de produção cerâmica artesanal, as peças selecionadas comporiam o acervo da mostra inaugural do MACP.

> Realizaram-se, neste período, gravações de entrevistas e documentação fotográfica com artesão, grupos folclóricos, registros de festas e outras manifestações de folguedos populares nos municípios de Cuiabá, Várzea Grande, Santo Antônio de Leverger e Poconé, numa tentativa de revigorar costumes, crenças e valores regionais expressos no fazer e no dizer do povo. Revelam-se neste trabalho importantes valores na área da arte popular (ARRUDA apud FIGUEIREDO & ESPÍNDOLA, 2010, p. 242).

O nome pensado para o museu, nas palavras de Terezinha Arruda (2010), explicita a ideologia presente em meio a este movimento de animação cultural proposto para a cidade de Cuiabá.

> ... Museu de Arte e de Cultura Popular. Na conjunção aditiva e + de, preposição que une, está a sementeira que fez a diferença na história da animação em Mato Grosso. Museu de Arte - arte, aqui, enquanto universal, contemporânea, intermídia, transgressora e ressignificadora, a vir de fora para aqui dentro se deglutir; e de Cultura Popular - enquanto conhecimento adquirido da expressão local, para se conhecer e assim ampliar o diálogo expressivo de dentro para fora (ARRUDA apud FIGUEIREDO & ESPÍNDOLA, 2010, p. 241).

A mostra inaugural aconteceu em março de 1974. Posteriormente, o acervo foi apresentado e comercializado em outros salões, onde a renda obtida foi utilizada para amparar os ceramistas na reconstrução de seus fornos destruídos em uma grande enchente no mesmo ano. Estas ações se mostraram capazes de recuperar o fôlego dos moradores de regiões que passaram a renovar sua produção cultural. Novamente, a comunidade se identifica com sua produção, e a cidade percebe no barro moldado, nas festas e na dança, a potência dos traços de sua história passada e de seu tempo presente. As imagens presentes no cotidiano da população ribeirinha passam a portar as características que dizem respeito à cidade, sua tradição e seu tempo presente.

O MACP contou com sede própria somente a partir do ano de 1990; de seu nascimento em 1974 até 1990 suas atividades ocuparam os mais variados e improvisados espaços dentro do campus da Universidade Federal de Mato Grosso-UFMT, sem nunca abandonar o caráter dinâmico idealizado em sua criação, na qual se propôs a atuar nos campos da arte contemporânea, popular e da produção da cultura local.

A postura da instituição em proporcionar o suporte necessário ao desenvolvimento artístico da região afirmava um papel que ela própria atribuiu-se, o de investir no ambicioso projeto cultural que pretendia representar plasticamente a realidade sociocultural de Mato Grosso. A produção de uma realidade regional se apresentava como uma necessidade para marcar uma diferença em relação às outras regiões do país (GUIMARÃES, 2007, p. 90). O projeto expansionista do governo federal, a fim de preencher o vazio demográfico no extremo Oeste do Brasil, tinha como força executora a figura da universidade, que atuava também na produção de discursos para contestação da hegemonia cultural do *eixo Rio-São Paulo* e, desse modo, buscava descentralizar a produção, fomentando na região o desenvolvimento de uma arte de caráter local, planejada e executada com base no fazer popular, na tradição e na cultura cuiabana.

Esta era a proposta lançada por Aline Figueiredo, responsável pela administração do setor de cultura da universidade, tendo ainda como objetivo integrar a arte produzida aqui no circuito cultural artístico nacional. A ideia era ultrapassar, superar, o discurso de isolamento que acompanha a história desta região. Este mesmo isolamento que, segundo aponta Guimarães (2007), por muitos anos "tem sido referido como causa de todo os males", por outro lado, também apresenta a potência motivadora de promover avanços e conquistas. Neste sentido, a estratégia política pensada pela universidade na figura de seu reitor Gabriel Novis Neves era de agir de modo a transformar "o que era até então negativo (local isolado, desconhecido) em positivo (o isolamento como responsável pela autenticidade da cultura regional). (Guimarães, 2007, p. 89).

> Essa estratégia própria, construída a partir do incentivo aos artistas para o reconhecimento, a aceitação e a representação de sua rica etnia, de sua cultura circundante e popular, resultaria não apenas num modelo oficial de representar essa realidade, num modelo de artista, idealizado, almejado, mas também na definição rígida de uma função social para o artista regional. Enfim, a Universidade Federal afirmava-se em Cuiabá, como uma agencia de cultura, atuando como promotora e produtora de bens artísticos culturais seja através do Museu Rondon (1971) seja do MACP (1974), ao mesmo tempo em que se firmava como responsável pela crítica artístico-cultural (GUIMARÃES, 2007, p. 90),

O trajeto para a concepção de todo repertório imagético regional que se deu a partir da década de 70 em Mato Grosso, tem sua origem um pouco antes, quando a agitação ainda acontecia em Campo Grande[8] na década de 60.

> No período de 1966 a 1972, Humberto Espíndola (artista plástico), Aline Figueiredo e a artista plástica Adelaide Vieira organizaram um projeto de animação cultural nas artes plásticas dessa cidade, que resultou num movimento artístico de alcance considerável no Estado, atraindo atenção e, principalmente, o respaldo de críticos e artistas de renome nacional ... (Guimarães, 2007, p. 93).

Com essas ações, o grupo consegue abrir um canal de diálogo dos artistas com um júri especializado – que prestigiou a "Primeira exposição de pinturas dos Artistas Mato-grossenses", que ocorreu em Campo Grande em 1966[9]. Em seguida, 1967, o grupo cria a Associação Mato-grossense de Arte (AMA),[10] para que fosse possível continuar a desenvolver este trabalho buscando estimular e

divulgar a produção artística de Mato Grosso. A AMA, além de trabalhar para ser um polo gerador de arte, ao estimular a produção, também se configurava pela missão de formação de público, com o objetivo de consolidar uma relação do público com os objetos artísticos produzidos. Buscava também constituir um grupo de artistas que tivesse sua produção relacionada a seu meio circundante e que trouxesse à tona elementos de sua terra, de sua realidade.

No período de produção que se segue após as ações e interferências pensadas pela AMA para o desenvolvimento da representação pictórica no estado, percebe-se uma mudança de direcionamento dos olhares e interesses dos artistas que não buscam as temáticas mais tradicionais de representação – como cenas de paisagens e naturezas-mortas – e voltam-se para o desenvolvimento de temáticas que dialogam com mais proximidade com as tendências nacionais. Recursos como a utilização de imagens ditas de segunda geração "ready-made de imagens" (como fotografias, imagens produzidas e disponibilizadas ao longo dos tempos pelos meios de comunicação), são amplamente difundidos e utilizados entre estes artistas. Esta prática aparece presente nas atividades desenvolvidas no Ateliê Livre da Fundação Cultural em Cuiabá.[11]

Nos recursos estéticos utilizados por essa geração de artistas, fruto das ações e intervenções idealizada pelos fundadores da AMA, sobretudo na figura de Aline Figueiredo, verificamos a tendência à citação, muito utilizada no cenário artístico nacional nessa época – estratégia *pop* brasileira[12] -, e que no caso mato-grossense se articulava a um engajamento, que visava enaltecer o compromisso assumido com o regional, que de maneira mais abrangente demonstrava seu compromisso político, com vistas a compensar a desigualdade vivida pela região devido seu afastamento geográfico dos grandes centros do país e fazer da prática artística pictórica um modo de afirmar-se no campo nacional pelo regional. A grande concentração econômica e populacional na região sudeste, sobretudo o "eixo Rio-Paulo", favoreceu a formação de manifestações culturais que se vêm isoladas na vasta extensão territorial. Deste modo, tais produções encontram-se em situação de isolamento, onde não se integram num cenário cultural nacional.

> Estamos geograficamente muito distantes dos grandes centros do país e, na tentativa de superar os entraves que esse distanciamento proporciona, tem residido a motivação de nosso trabalho. Descentralizar, portanto, a cultura, não permitir que ela se concentre comodamente como se fosse um privilégio das metrópoles, descentralizar o circuito da arte e fazer Mato Grosso participar dele e, através de sua participação, criar oportunidades para o aparecimento de novas oportunidades culturais, tem sido preocupação constante do MACP, ao situar-se diante da problemática da arte brasileira (FIGUEIREDO & ESPÍNDOLA, 2010, p. 33).

O projeto é ambicioso, pois promover a integração destas manifestações culturais no âmbito da arte nacional requer estabelecer uma rede de contatos e interesses muito bem sustentada. A motivação para os trabalhos aqui citados, se desenrolam neste sentido, e o MACP insistiu na arte contemporânea como forma de ampliar o repertório e a mentalidade dos produtores da região. Foram apresentadas inúmeras exposições, individuais e coletivas de artistas de diversas linguagens e regiões, incluindo artistas do dito "eixo", a fim de ampliar ainda mais o intercâmbio de ideias para fomento da produção local.

O discurso, porém, demonstrava-se, em partes, contraditório. Ao assumir uma postura contra a desigualdade promovida na valorização das atividades do eixo Rio-São Paulo em detrimento daquelas produzidas em outras regiões, neste caso, especificamente no Centro Oeste, as atividades que se desenvolveram neste sentido, em prol da notação da Região Centro Oeste no cenário nacional, trazia em si contradições. Na prática, as ações apresentavam de modo estreito a figura de toda a região Centro Oeste restrita

a representar-se primeiramente por Campo Grande e, após a divisão do estado, por Cuiabá.

> Porém, é preciso destacar que, embora reivindicassem uma valorização do amplo espaço definido como região Centro-Oeste (espaço político-administrativo), a construção da ideia da região (espaço sociocultural) acabou sendo engolida por uma estereotipia do discurso regionalista inscrita no movimento artístico que ora resumia a região Centro-Oeste ao estado de Mato Grosso, ora restringia as duas cidades e suas áreas de influência ou, posteriormente (após a divisão do estado), às duas capitais: Campo Grande - MS e Cuiabá - MT (GUIMARÃES, 2007, p. 98).

Na década de 70, Aline Figueiredo e Humberto Espíndola firmam aliança com a Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, tendo em vista o deslocamento do núcleo de produtor de arte da cidade de Campo Grande para a cidade de Cuiabá. Esta aliança, pretendendo dar continuidade às ações até então desenvolvidas pela AMA, alia-se a outras esferas institucionais – estado e município – e visam dar andamento a uma política de animação cultural no campo das artes plásticas em Cuiabá.

> É impossível dissociar a produção artística ocorrida na cidade de Cuiabá das relações que se constituíram entre os artistas (e suas obras) e as instituições Federal, Estadual e Municipal atuantes política e economicamente sobre a cultura. Estrategicamente, arte e poder público sempre andaram juntos por aqui. Em se tratando de política oficial de cultura, a produção artística Cuiabá e mato-grossense contou com o apoio conjunto de instituições (criadas a partir da década de 70) que, apesar das ações isoladas, produzem discursos sobre a arte e a cultura regionais que acabarão favorecendo certa afinação entre essas ações, permitindo-nos falar em uma política oficial (GUIMARÃES, 2007, p. 110).

A universidade, na figura do MACP, tinha como papel fornecer todo aparato físico e intelectual para o desenvolvimento do artista e da arte mato-grossense, estas ações, ainda dentro de uma perspectiva mercadológica que permeava a política cultural nacional na década de 70, agiram em torno de temáticas variadas, como a arte e a cultura popular mato-grossense, o indigenismo, o Centro Oeste, tendo em vista questões relativas à arte brasileira na atualidade. Neste sentido, a força em promover todo este aparato para a produção artística da região se deu primeiramente com o ateliê da Fundação Cultural de Mato Grosso (1975)[13], vinculado e assessorado pelo MACP, e, em 1981, pelo ateliê do próprio MACP. É válido destacar a premissa maior da política de atuação destes ateliês de estarem voltados e abertos a toda comunidade, indiscriminadamente, incluindo aqueles que não estavam inseridos no espaço universitário como servidores, docentes ou discentes. O Ateliê, pensado como um espaço democrático que se amplia para além dos bancos acadêmicos, buscou abraçar, apoiar, orientar e valorizar o esforço criativo dessas pessoas, além de oferecer conhecimento sobre os aparatos técnicos formais da linguagem artística, incentivar os futuros artistas a conduzir seus trabalhos a partir de uma pesquisa de seu universo pessoal à procura de modos interpretativos do meio em que se inseriam. Esta geração tem como ponto comum em seus trabalhos o popular, e procurou contribuir para a visualidade brasileira; para tanto, buscavam referencias em sua identidade ligada a seu meio, situando-se no mundo.

> Em 1981, o Museu de Arte e de Cultura Popular instala no campus o seu próprio Ateliê. Mais livre do que muitos e democrático como poucos, o Ateliê universitário recebe uma garotada morena e descalça que atraída pela abertura, exerci-

> ta a criatividade, é reunida em exposições e participa de salões nacionais, através do respaldo da Casa (FIGUEIREDO, 1990, p. 35).

Como resultado dos esforços, com a finalidade de estabelecer e constituir uma plástica representativa artística e cultural da região notou, neste ponto, o sucesso desta empreita e podemos elencar alguns dos artistas que – ainda em meados da década de 70 – se destacaram e que constituem hoje a chamada segunda geração[14] de pintores de Mato Grosso: Adir Sodré, Alcides Pereira da Silva, Benedito Nunes, Gervane de Paula, Marcio Aurélio e Nilson Pimenta, dentre outros.

A geração de artistas atuantes na década de 80 surgiu, em sua maioria, das atividades e ações que se iniciaram na década de 70. Muitos deles, alunos, frequentadores do ateliê livre, construíram seu repertório artístico e sua carreira através das estratégias ali pensadas e desenvolvidas. Porém, devemos destacar que os artistas atuantes da chamada segunda geração fundamentavam sua prática em uma visão diversa daquela que norteou a concepção da arte da primeira geração. Já não havia mais a urgência em agir para a construção de um movimento artístico regional, agora, o pensamento e a estratégia, de certo modo, orientavam a produção dos artistas da década de 80.

O estado de Mato Grosso sentia na pele as consequências de seu desenvolvimento desordenado. Fazia-se necessário pensar e agir de modo eficiente para se alcançar os objetivos de trazer melhorias a toda população nos problemas urbanos como, por exemplo, estratégias de otimização da utilização dos espaços públicos, dentre outros. Os artistas se preocupavam em percorrer o mesmo caminho que a iniciativa pública traçava neste período, pois sua produção relaciona-se intimamente com seu lócus. Neste sentido, a ideia que regia o pensamento neste momento, o processo de organização da cidade, expandiu-se para o campo da produção artística.

> ... a partir da década de 80, preocupados em socializar o acesso à arte da sua grande fonte inspiradora, os povos, inauguram uma nova cultura visual, espalhando sua pintura nos muros, paredes, vitrines e lugares públicos da cidade (GUIMARÃES, 2007, p. 140-141).

Na década de 80, a cidade de Cuiabá empenhava-se em aumentar seu reconhecimento e sua receita como polo turístico ecológico e cultural e, para tanto, se desenvolvia uma política cultural a favor de uma democratização do acesso à arte e de educação visual. A linguagem eleita para espalhar esse discurso de formação de uma identidade, de descoberta de Cuiabá, foi à linguagem visual. Desse modo, a estratégia adotada foi a disseminação de pinturas por todos os cantos da cidade. Esta proposta envolvera iniciativas de órgãos oficiais e algumas privadas. Aos poucos, através destas iniciativas, ideias como ecologia, artes, folclore, turismo e história se materializaram, a cidade se coloria e revelava as imagens escolhidas para compor esta almejada identidade visual.

No sentido de democratizar e promover o acesso e a educação visual a todos a cidade foi tomando ares de um grande museu a céu aberto, "A socialização da cultura e da arte (eruditas) e a retribuição ao povo pela própria inspiração da arte foi o discurso que justificou a pintura pública instaurada em Cuiabá nesta década..." (GUIMARÃES, 2007, p.141). Viadutos, postes, praças, ônibus, outdoors, laterais de prédios se recobriram de frutas, peixes, danças, músicas e outros ícones de referência à vida cotidiana e à cultura cuiabana.

A primeira iniciativa, no sentido de adotar a pintura nas ruas de Cuiabá como atitude de afirmação de toda uma cultura regional, partiu, em 1983, de um grupo de artistas compostos por Gervane de Paula, Adir Sodré, Dalva de Barros, Maty Vitart, Bene Fonteles, Regina Penna e Regina Ramos. Estes artistas realizaram uma série de pinturas pelas ruas da cidade.

> Todavia, o movimento não nasce do nada. A proposta dos artistas cuiabanos em aproximar a

> arte do povo articulava-se ao movimento da arte nacional que no início da década de 80 promovia a veiculação de trabalhos- de artistas plásticos, poetas e cartunistas de vários Estados – em vias públicas, exibindo variadas tendências que iam dos figurativos aos abstratos, desenhos de humor, poemas visuais e arte Xerox etc. (GUIMARÃES, 2007, p. 144).

Neste período outras iniciativas aconteceram como a exposição itinerante "Cuiabá: um grande ateliê", que contou com aproximadamente 50 artistas. Sua abertura aconteceu no terminal rodoviário da cidade e previu percorrer todo o estado. A arte, então, neste sentido se encontrava rodeada questões ideológicas e mercadológicas de difusão e formação de público (apreciadores e consumidores). Também se encontrava envolvida e comprometida, em sua composição, com questões pertinentes ao universo cotidiano e popular, porque, de certo, avançou no sentido de formar uma identidade para seu lócus. Eventos como "Arte na Praça"[15] e "Arte na Vitrine"[16] demonstravam a intenção derivada da necessidade de educar, informar e possibilitar ao público local condições de apreciar e consumir a arte aqui produzida. Neste sentido, as obras estavam repletas de elementos plásticos comuns, assim, a vida do homem do campo, o pantaneiro e os elementos da fauna e flora pantaneira se fizeram presentes. O cotidiano na cidade, denúncias e críticas sociais, a vida do ribeirinho, as cores fortes e marcantes da natureza regional compuseram a paleta destes artistas.

Em 1989, com o "Projeto Van Gogh", novamente de iniciativa de um grupo de artistas cuiabanos, o muro de arrimo construído na Avenida Miguel Sutil foi "tomado pelas imagens do pantanal, sua flora e fauna, do rio Cuiabá e de costumes do povo cuiabano, através dos pincéis, tintas e traços de Adir Sodré, Maty Vitart, Carlos Lopes, Jonas Barros, Aleixo Cortez, Alcides Pereira dos Santos e dos artistas coordenadores do projeto Gervane de Paula, Regina Penna e Dalva de Barros" (GUIMARÃES, 2007, p. 153).



Figura 5 - Vista da pintura do mural de arrimo, localizado na Avenida Miguel Sutil em Cuiabá-MT –revitalizado tendo em vista a temática da Copa do Mundo de 2014.
Imagem disponível em: http://transitocuiaba.blogspot.com.br
Acesso em: 30 Jan. 2013.

Toda essa agitação cultural, que tem como centro a inquietação dos artistas, encontra amparo nas vertentes artísticas de toda uma época e se relaciona com questões relevantes da política nacional de um país que passou por um intenso processo de redemocratização, após o período de ditadura militar. Deste modo, tratando de sua própria história, daquilo que, inevitavelmente, o constitui, os artistas aderiram a temáticas variadas, por vezes levantando bandeiras como de crítica ou denúncia social ou da ecologia (dentre outras possibilidades) e buscavam fortemente se posicionarem enquanto parte de um país soberano, procurando criar e fortalecer sua identidade local no cenário nacional.

A regionalidade imprime fortemente na arte cuiabana e mato-grossense sua marca; cenas caboclas, pantaneiras, da vida da roça presentes nos trabalhos de Nilson Pimenta; os pintados, pacus e piraputangas, assim como os rios e cachoeiras que, de diferentes modos, povoam os trabalhos de Júlio Cesar e Jonas Barros; os bichos da região presentes nas esculturas de Roberto Almeida e João Sebastião; as cenas da cidade e paisagens do cerrado de Benedito Nunes; as árvores, frutos e flores nativas que colorem a paleta de Carlos Lopes; a crítica social, o imaginário popular, o exótico e erótico presentes nos trabalhos de Gervane de Paula e Adir Sodré; os índios de Irigaray: a Bovinocultura de Espíndola; e a mata densa de Miguel Penha, dentre outros, são exemplos da força da terra que conforma o repertório destes artistas. Mas esta arte não trata de maneira estreita apenas destes temas. Fazendo uso das palavras de Aline Figueiredo (1990), podemos dizer que arte aqui é mato, pois, "sabe-se que na locução popular brasileira, 'ser mato' é existir em abundância", e, por isso mesmo, ao se referir à essa fartura, nela cabem outras coisas além de tuiuiús, mangas e cajus. É esta abundância criativa que percebemos ao olhar com certa atenção algumas das novas características que o fazer artístico do mato-grossense vem adquirindo há alguns anos.



Figura 6 – Nilson Pimenta. Garimpo, acrílica sobre tela, 86 x 110



Figura 7 – Adir Sodré. São Benedito. Acrílica s/ papel – 30 X 20

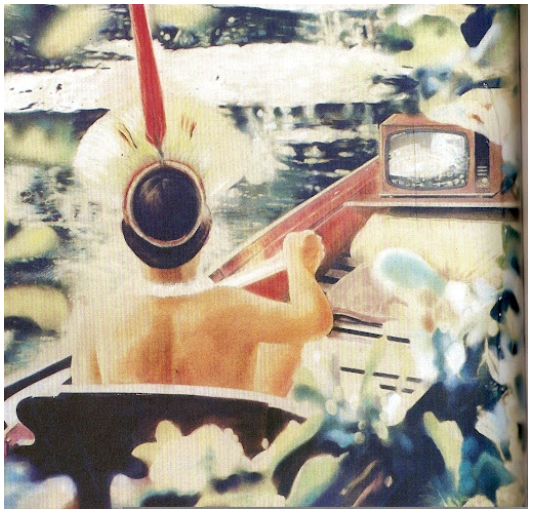


Figura 8 – Clóvis Irigaray. Xinguana, 1976. Pastel s/ papel, 68 x 73.

Se podemos citar artistas como Joseph Beuys, Kurt Schwitters e Marcel Duchamp como precursores de diferentes rumos nas artes no cenário mundial, por que não, ao pensar a arte mato de Mato Grosso e seus precursores na utilização de materiais 'estranhos' à paleta usual dos artistas mato-grossenses, se referir ao nome de Humberto Espíndola? amplamente citado, revisto e reverenciado como ícone da arte mato-grossense e representante desta arte e desta classe no cenário nacional (e internacional), sua poética, denominada *Bovinocultura*, projetou-o como o primeiro artista do Centro- Oeste a obter destaque no cenário da arte contemporânea nacionalmente; Humberto Espíndola figurou, ainda na década de 70, em exposições que apresentou trabalhos de grande qualidade, nos quais telas e tintas compartilhavam espaço e importância com colagens e ousadas instalações, fazendo uso de materiais pouquíssimos usuais como medalhas de premiações de animais, arame farpado, chifres, terra, couro de boi com marcas de propriedade. Os materiais de uso na pecuária configuraram a sua obra como parte do universo poético do artista. Espíndola esteve engajado plástica e politicamente nos problemas e no fazer artístico mato-grossense, pois, além de artista, atuava como animador cultural, fomentando a produção artística na região e também ao contribuir para a criação do MACP – Museu de Arte e de Cultura Popular da UFMT. A poética inquieta e inovadora de Espínola, pode ser notada na afirmação de Figueiredo a respeito das inúmeras experimentações realizadas pelo artista.

> Utilizando os mais variados materiais para satisfazer as necessidades de sua pesquisa artística, passou do óleo sobre a tela à tela de arame, e desta ao arame farpado, ao ferro, à faca e à marca. Da paisagem do curral, ao chifre, ao couro, à moeda. Da roseta à rosa. Do quadro de parede ao objeto e ao ambiental ... (Figueiredo, 1979, p. 191).



Figura 9 – Humberto Espíndola
Detalhe ambiente montado na XI Bienal de Arte de São Paulo em 1971[17]

Este trânsito, pelos materiais realizados por Espíndola, apresenta um artista que se mostra inteiramente envolvido em um processo de criação que transita em torno de outros universos que não somente particulares. Espíndola demonstra uma sincronia entre seu universo poético e as atuais tendências da arte contemporânea no cenário nacional. Espíndola realiza assim, conexões capazes de frutificarem inovações na arte produzida no Mato Grosso como as que acabamos de apresentar.

> Espíndola, influenciado pelas tendências de desmaterialização da arte, as quais ganhariam força no país, na década de 70, começou a experimentar outros suportes, passando do quadro de parede ao objeto (pintura sobre telas

de arame, couro e madeira) e a produção ambiental (instalações reunindo crachás, chifres de boi, palha de arroz, ferro, tecido e tinta). (GUIMARÃES, 2007, p. 103).



Figura 10 – Humberto Espíndola
Da série Confinamentos de 1972[18]

Deste modo, apresenta e representa para o estado a iniciativa do novo nas artes, que ultrapassa as amarras de uma produção de caráter regionalista ou ingênuo. Propõe o avanço a territórios e limites outros, ampliando o universo do artista que comunga com o regional e com o global. No encalço de Espíndola (e de outras referências no campo das artes em geral), vão outros artistas, que passam a perceber a riqueza de materiais para compor sua poética. Os objetos que cercam e que constituem as imagens que habitam o corpo destes artistas, encontram forma expressa nas obras por eles produzidas.

Sendo assim, no capítulo seguinte, abordamos as conexões que são realizadas entre artista, materiais, seu tempo e o meio como elementos constituintes de uma intrincada rede de criação que compõe a poética dos artistas em Mato Grosso.

NOTAS

[1] AMA – Associação Mato-grossense de Artes, fundada em 1967 em Campo Grande.

[2] O modo de vida ribeirinho ou do morador da zona rural se transforma em um movimento e, posteriormente, em associação que recebe o nome de *Muxirum Cuiabano*. Muxirum significa mutirão ou trabalho comunitário, termo este que reflete apropriadamente as relações estabelecidas nas comunidades em questão. Foi declaro em 1991, pelo então deputado Wilson Santos, como de utilidade pública. O Muxirum – Associação Cuiabana de Cultura – sendo uma sociedade civil, sem fins lucrativos mereceu do poder Público estadual todas as prerrogativas de sua condição de utilidade pública.

[3] "... cuiabano legítimo que nasceu, vive, e pretende morrer em terra natal..." (ALMEIDA, in ALMEIDA E COX, 2005, p. 24, grifo do autor).

[4] Termo utilizado para definir os migrantes em Cuiabá. Define os cuiabanos não natos.

[5] A primeira realização deste evento, de dança e música regionais, se deu no ano de 2002.

[6] Museu de Arte e de Cultura Popular; nome criado em 1974 para o museu da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT.

[7] Centro de Informações de Artes plásticas - CIAP – projeto compilado pelos pesquisadores Humberto Espíndola, Terezinha Arruda e Aline Figueiredo.

[8] A cidade de Campo Grande pertenceu ao estado de Mato Grosso até 1977, quando então passa a ser capital do novo estado de Mato Grosso do Sul.

[9] Participaram desta mostra os artistas mato-grossenses: Adelaide Vieira, Aline Figueiredo, Antônio Burgos, Cícero Tenório, Clara Noemi Machado, Dalva Maria de Barros, Felix Rautenberg, Ferenc Weisz, Flávio Taveira, Humberto Espíndola, Ignez Maria Correa da Costa, João Pedro de Arruda, Jorapimo, Miguel Catan, Miguel Peres, Reginaldo Araújo e Sila Passareli e, ainda, Aldemir Martins e João Parisi Filho.

[10] Criada em 1967. Dentre várias iniciativas, o grupo inaugura um espaço dedicado às artes plásticas como o objetivo de promover uma relação entre o público e as artes plásticas desenvolvendo assim um gosto pela apreciação estética voltado para temáticas regionais, o espaço foi nomeado de Galeria de Arte do Diário da Serra.

[11] O ateliê livre constitui ponto forte da Fundação Cultural de Mato Grosso, onde, supervisionado pela pintora Dalva de Barros, obteve excelentes resultados notados nos artistas que se formaram neste ambiente descompromissado com escolas e estilos.

[12] Termo utilizado in Guimarães, 2007, p. 114.

[13] A fundação Cultural foi criada em 1975 pelo Governador José Garcia Neto e contou com assessoria do MACP até o ano de 1979.

[14] Como artista da chamada "primeira geração" podemos destacar Humberto Espíndola, Dalva de Barros, João Sebastião da Costa e Clóvis Irigaray.

[15] Arte na Praça se trata de um projeto apresentado pelo artista Adir Sodré à Fundação Cultura. O projeto de Sodré fez da Praça da República (local central de grande fluxo de pessoas na cidade de Cuiabá) um grande espaço de pintura onde eram disponibilizados materiais para que as pessoas experimentassem e aproximassem do universo da pintura.

[16] Arte na Vitrine foi o projeto apresentado por Bené Fonteles, Adir Sodré, Gervane de Paula e Dalva de Barros à iniciativa privada (Livraria Rodarte) em 1984. A ideia era sair do espaço tradicional de exposição e alcançar outro provável público consumidor destas obras. Em 1966 Dalva de Barros idealizara um projeto semelhante quando expôs seus trabalhos em uma loja de tecidos na cidade de Cuiabá.

[17] Imagem disponível em: poemasdetwitter.blogspot.com - Acesso em: 29 Jan. 2013.

[18] Disponível em: carlossenapassos.blogspot.com.br - Acesso em: 29 Jan. 2013.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Trad. Vinicius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009.

ARCHER, Michael. **Arte contemporânea**: uma história concisa. Trad. Alexandre Krug, Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BARROCO, Sonia Mari Shima. **Psicologia educacional e Arte**: uma leitura histórico cultural da figura humana. Maringá: Eduem, 20007.

BELTING, Hans. **Antropologia de laimagen**. Trad.Vélez Espinosa, Gonzalo María. Madrid: Katz Editores, 2007.

BERTOLOTO, José Serafim. **Iconografia das águas**: o rio e suas imagens. Cuiabá: Carlini&Caniato: Cathedral Publicações, 2006.

BUENO, Silveira. **Minidicionário da Lingua Portuguesa**. São Paulo: FTD, 1988.

CALABRESE, Omar. **A idade neobarroca**. Trad. Carmem de Carvalho e Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1998.

CANTON, Katia. **Do moderno ao contemporâneo**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009. Coleção temas da arte contemporânea.

_____. **Novíssima Arte Brasileira um guia de tendências.** São Paulo: Editora Iluminuras, 2001.

CAMPOS, Haroldo de. **A arte no horizonte do provável e outros ensaios.** 3ª Ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.

COSTA, Cristina. **Questões de Arte**: o belo, a percepção estética e o fazer artístico. 2ª Ed. São Paulo: Editora Moderna, 2004.

CAUQUELIN, Anne. **Frequentar os incorporais**: contribuição a uma teoria da arte contemporânea. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. Arte contemporânea: uma **introdução**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **O que vemos, o que nos olha**. São Paulo: Ed. 34, 1998.

DUARTE, Paulo Sergio. A**rte brasileira contemporânea um prelúdio**. Ipis gráfica e Editora AS, 2008.

ECO, Umberto. **Obra aberta**. Forma e indeterminação nas poéticas contemporâneas. 9ª Ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005.

FARIAS, Agnaldo. **Arte Brasileira hoje**. São Paulo: Publifolha, 2002. Folha explica.

FIGUEIREDO, A. **Arte aqui é mato**. Cuiabá: Edições UFMT/MACP, 1990.

_____. **Artes plásticas no Centro-Oeste**. Cuiabá: Edições UFMT/MACP, 1979.

_____. **Dalva de Barros**: garimpos da memória. Cuiabá: Entrelinhas, 2001.

FIGUEIREDO, A. ESPÍNDOLA, H. Org. **MACP**: [animação cultura e inventário do acervo do Museu de Arte e Cultura Popular da UFMT] – Cuiabá, MT: Entrelinhas, 2010.

FISCHER, Ernest. A necessidade da Arte. Tradução Leandro Konder. 9ª. Ed.- Rio de Janeiro: LTC, 2007

FLUSSER, Vilém. **Ficções Filosóficas**. São Paulo: EDUSP, 1998.

FONSECA, João D. Uma introdução às idéias de Maturana e Varella. Create Space.1998.

GUIMARÃES, Suzana Cristina Souza. **Arte na rua**: o imperativo da natureza. Cuiabá: EdUFMT, 2007.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

KANDINSKY, Wassily. **Do espiritual na arte e na pintura em particular**. Tradução: Álvaro Cabral. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

PAREYSON, Luigi. **Os problemas da estética**. 3ª Ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1997.

PONTUAL, Roberto. Brasil, via Mato Grosso. In: WLADEPINO (Coord.) **Panorama das artes plásticas em Mato Grosso**. Cuiabá: Edições

UFMT/SEC, 1975.

QUESTÕES preliminares sobre aspectos do vazio na arte contemporânea. Publicações Iara. Por Adriana Honorato Gonçalves, Jan. 2012. Disponível em: <http://publicacoesiara.com.br/2012/01/questoes-preliminares-sobre-aspectos-do-vazio-na-arte-contemporanea/>. Acesso em: 20 Jul. 2012.

ROMANCINI, Sônia Regina. Entre o barro e o siriri: um estudo sobre o papel da mulher na cultura popular de São Gonçalo Beira Rio em Cuiabá-MT. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 7 – GÊNERO E PRECONCEITOS, 2006, Florianópolis. Anais Seminário Internacional Fazendo Gênero. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006.

_____. Multiculturalidade e Gênero: um estudo sobre a cultura popular na baixada cuiabana. In: **IX Colóquio Internacional de Geocrítica**, Porto Alegre, 2007.

RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 26. ed. Petrópolis: Vozes, SANTOS. Ed. Boaventura de Souza, 1999.

SALLES, Cecília Almeida. **Redes da criação**: construção da obra de arte. 2ªed. Vinhedo. Ed Horizonte, 2008.

----------. **Arquivos de criação**; arte e curadoria. Vinhedo. Ed Horizonte, 2010.

----------. **Gesto Inacabado**: processo de criação artística. 2ª Ed. São Paulo: Annablume, 2004.

----------. **Crítica Genética**: fundamentos dos estudos genéticos dos processos de criação artística. 3ª Ed. São Paulo: Educ, 2008.

SCHIMIDT, Cristina. Org.(2006). **Folkcomunicação na arena global:** avanços teóricos e metodológicos. São Paulo: Ductor.

VINHOSA, Luciano. **Obra de arte e experiência estética**: arte contemporânea em questões. Rio de Janeiro: Apicuri: 2011.



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

**NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR**

O RITUAL SAGRADO DO CURURU DE MATO GROSSO COMO EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E RESISTÊNCIA

Cilene Maria Lima Antunes Maciel
Doutora em Educação, Universidade Autônoma de Barcelona-ES
Professora da Universidade de Cuiabá- UNIC
cilenel@terra.com.br

Lucy Ferreira Azevedo
Doutora em Língua Portuguesa, PUC-SP
Professora da Universidade de Cuiabá- UNIC
lucy_azevedo@terra.com.br

RESUMO

Este estudo tem como proposta explorar, nas toadas do Cururu de Mato Grosso, gênero epidíctico, as representações cantadas pelo Cururueiro. Associa o âmbito da retórica e da teoria da argumentação para demonstrar um orador político-religioso que, juntamente com sua comunidade, compõem o ritual sagrado do Cururu. Movimento tão importante para a cultura local que mobilizou a Secretaria Municipal de Educação de Cuiabá com a finalidade de constituir grupos de jovens cururueiros e, assim, guardar uma das mais importantes marcas identitárias da região.

Palavras-chave: Cultura. Cururu. Nova Retórica.

ABSTRACT

This study proposal to explore, in tunes of Mato Grosso cane toads, genus epidíctico, sung by Cururueiro representations. Associates the scope of rhetoric and argumentation theory to demonstrate a political-religious orator who, along with their community, make up the sacred ritual of the Cururu. Movement is so important for local culture that mobilized the Municipal Secretary of Education of Cuiabá with the purpose to establish cururueiros youth groups and thus save one of the most important marks of identity of the region.

Keywords: Culture. Cururu. New Rhetoric.

INTRODUÇÃO

O Cururueiro de Mato Grosso é aquele que canta e se faz intercalar na roda do cururu. Faz trovas em louvor aos seus santos. Faz uso da língua/linguagem regionais com as marcas de sua cultura. Empenha-se para consolidar sua crença religiosa e assume sua cultura para proferir um discurso particular, porque também improvisa par influenciar um auditório através da música, do verso e do espetáculo multicodificado em que nem tudo é explicado. Ele apresenta expressões gráficas, musicais, cromáticas em encontro interativo entre iguais pela religião e pela fé com o propósito de vivenciar o que o cerca, divulgar o conhecimento de si mesmo e do mundo. Nas cantorias, faz surgir figuras/personagens que assumem diferentes representações sociais.

O Cururu é um ritual religioso-profano, de origem muito discutida, que faz parte do folclore de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, mas é originário de São Paulo. Os índios Bororos são também apontados como provável origem do Cururu, pois fazem uma roda – o Bacururu – onde dançam e cantam. Outra provável via seria a herança dos jesuítas para efeitos catequéticos.

Também no Cururu de Mato Grosso, que é um momento vivido por homens – os cururueiros – há danças e cantorias em que eles improvisam versos cujo conteúdo são os fatos bíblicos, vidas dos santos. Parte do patrimônio imaterial do Estado, é realizado pelos mais velhos e já existe a preocupação de que os jovens nas escolas não percam suas referências mais autênticas.

Em pesquisa bibliográfica, este estudo da posição do cururueiro frente a sua comunidade - região Centro Oeste - foi desenvolvido com o objetivo de apresentar a relação do cururueiro com a sua comunidade , um enunciador que, por meio de cantorias, expõe a sua paixão pela religião , o catolicismo, bem como na tentativa de caracterizá-lo como representação política e/ou religiosa, discurso visto sob a perspectiva interacional – troca entre o líder e a comunidade ; e institucional, uma vez que ele repassa uma crença. E, por fim, o estudo dos tópicos da cantoria.

As considerações aqui discutidas terão como arcabouço teórico os seguintes autores e obras: Aristóteles (1979; 2000), "Retórica"; Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002), no "Tratado de Argumentação"; e Landowski (1985), em "Ele, nós e eu: regimes de visibilidade", nas reflexões sobre a alternância hierárquica nos papéis dos envolvidos no Cururu. Material que auxiliou as pesquisadoras no entendimento do Cururueiro no desenvolvimento da dupla figura de enunciador: o cidadão prestigiado na comunidade e também aquele que dança, canta e toca a viola de cocho (o papel incorporado/corporeidade). Homem que tudo pode, pois é fortificado pela fé e, a partir daí, pode reverter posições sociais nas trocas de novas relações.

O CURURU

É um mundo fechado. Seus signos só são decifráveis pelo grupo.Os homens utilizam-se de histórias para decifrar os mistérios da religião, "sugerir o implícito através do explícito [...] conseguir atribuir razões para o seu dizer [...] (MEYER, 1991, p.22).

A estrutura do Cururu é de trova: música, poesia, acompanhadas de instrumentos musicais: o ganzá, a viola de cocho e o mocho frente ao altar da igreja ou de determinada casa. A Viola de Cocho é típica da região pantaneira, sendo o instrumento base do cururu. É esculpida artesanalmente em madeira inteiriça, antes colada com o bulbo da orquídea *Catasetum*, chamada popularmente de Sumaré, também conhecida de Banana de Cola; o Ganzá é o outro instrumento utilizado e facilmente tocado pelos meninos, conhecido como reco-reco e o terceiro instrumento é o mocho ou tamboril, banco de madeira com assento de couro cru. Sua batida é essencial para os ritmos. Todo este aparato forma uma procissão para acompanhar o grupo de homens que cantam as festas de padroeiros e, entre os mais queridos, estão os santos São Benedito, o Divino Espírito Santo, Nossa Senhora do Carmo, São Gonçalo, entre outros.

As mulheres assistem aos festejos sem participarem das cantorias que têm como sede uma casa onde serão feitas as orações e de onde será a partida da procissão para a igreja. Os donos da casa são chamados de festeiros. Resumindo, todos cantam as suas paixões, como uma verdadeira paideia: atingem os sentidos e a imaginação, partem do concreto, do particular em oposição ao universal e abstrato da lógica (BACON *apud* AZEVEDO, 2008).

Para a relização das festas, as irmandades se organizam a partir da convivência que estabelecem nas igrejas católicas. São formados diversos comitês e, meses antes, começam a "tirar"- expressão regional para "pedir" - esmolas com a bandeira. Algumas devotas saem com a bandeira e podem acompanhá-la descalças, em função de determinada promessa, trajeto musicado por um acordeão que toca o hino do santo. Quando vão às fazendas, são acompanhados de um tropeiro armado com fuzil para espantar os animais. O fazendeiro, ao recebê-los, pede que passem por toda a casa, para benzê-la de todos os males. Promessas são feitas e, por fim, há a doação de suínos, bezerros, etc. Os cururueiros bebem aguardente com jatobá para limpar a garganta.

Arrecadada ajuda necessária, o rito sagrado do cururu pode ser realizado. É constituído de partes distintas que envolvem o cerimonial: o Erguimento do Mastro, as Saudações, o Convite para a Procissão, a Colocação da Bandeira, o Beijo na Bandeira, o Erguimento do Mastro, a Luminação, o Retirar do Mastro, o Fechar a Cova do Mastro, o Apagar das Luzes.

Ainda nos tempos de hoje, em que as festas folclóricas vão se transformando, grupos resistentes na região e estudos tentam registrar os fatos que representam a alma popular, suas paixões mais genuínas. No entanto, a representação do papel assumido pelo cururueiro merece uma reflexão, pois, na cantoria dos religiosos, há uma alternância de poder interessante entre as autoridades locais oficialmente constituídas e a autoridade que é assumida pelas pessoas no ritual que, embora de origem humilde, passam a exercer o poder de mando - poder que lhes é permitido pela divindade.

Na mesma cerimônia, homens politicamente prestigiados em sua comunidade portam capas (vermelhas, por exemplo), assumindo posição, às vezes, subalternas com vestimentas singelas que fazem destoar a posição normalmente assumida na comunidade como político/autoridade e aquela de participante da cerimônia diante de Deus. Postura essa que, entretanto, no cotidiano, não comunga com as necessidades dos simples, pois a submissão dos políticos locais é apenas uma participação simbólica, bem diferente da situação daqueles em situação pós-eleições, depois de atingirem seus cargos eletivos. No Brasil, repetidamente, o político tem feito um trabalho nem sempre na direção das reais necessidades daqueles a quem servem, mas, no momento do cururu, o "homem público" faz uma representação bem diferente. Este é, no Brasil, um eterno conflito que, a partir de práticas discursivas públicas e de suas experiências comuns, identifica-se por crenças genéricas e interesses específicos. Infelizmente, sem o comprometimento do discurso com o vivido.

O CURURUEIRO: UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE IDENTIDADE

Para a compreensão mais cuidadosa do cururueiro, este estudo busca algumas considerações de Canclini (1998) e Castell (1999) sobre identidade. Cuidadosa, porque identidade cultural é uma discussão ainda em ebulição, tendo em vista o movimento das comunicações, provocado pela globalização e pelos estudos sociais em relação às interferências nos acontecimentos fundantes de cada comunidade.

Canclini (1998) diz que é uma ilusão o crédito de identidades a-históricas e mergulhadas em suas próprias crenças. É deste ponto, então, que este artigo vê a luta tão intensa da Secretaria Municipal de Educação, de Cuiabá, por buscar manter a tradição do Cururu.

Castells (1999, p. 22) diferencia identidade de papel social, demonstrando que o papel social é de segunda ordem, porque,

segundo ele, o papel social depende de acordos com a comunidade no ato de influenciar indivíduos e instituições. Continua afirmando que as identidades são essencialmente fontes de significados para os próprios atores na relação de poder: "identidade legitimadora", de caráter essencialista imposta pelas instituições e "identidade de resistência" daqueles que procuram manter sua cultura com a ilusão de impermeabilidade e, por fim, "identidade de projeto", uma projeção construtivista entre as pessoas de certo grupo.

Com esta base, entende-se o cururueiro, na expressão de seu discurso, como portador de uma identidade legitimadora que tem como respaldo a igreja católica. Ele é, antes de tudo, um cristão. Religioso que se liga ao divino por meio dos instrumentos da roda de cururueiros – instrumentos musicais que são o seu portal. A viola de cocho, inclusive, durante a cerimônia, não pode ser deixada sobre uma mesa ou cadeira. Ela fica sempre encostada ao peito, ao coração, tamanha é a estima de seu dono.

Na complexidade que representa a análise da participação do cururueiro na celebração dos santos, vê-se a riqueza do ritual, porque, nos parâmetros dispostos por Castells, entre identidade e papel social, o cururueiro situa-se nos dois polos, pois ao mesmo tempo que sua fé significa para ele , este também precisa do acordo entre seus pares na roda de cururu e de seu próprio discurso, para se legitimar. Necessita, portanto, do aceite do grupo. Acredita-se que o papel social, portanto, tem um caráter que não exclui o entendimento de identidade, mesmo porque um discurso e a constituição de um eu dependem sempre do acordo com o auditório.

Configuram-se, além disso, dois papéis do cururueiro, ou seja, "dupla figura do enunciador – aquele de um caráter e de uma corporalidade" (MAINGUENEAU, 1984, p.100)

O CURURUEIRO

Refletir sobre o homem, dentro deste contexto, tem total relação com e como ele canta/apregoa sua crença e o que o motiva a fazê-lo - a paixão (pathos) - para persuadir, conforme o sentido desenvolvido por Pascal, em Perelman e Tyteca (2002), que representa adesão total do corpo, da imaginação, do sentimento, tudo o que não se relaciona à razão. Os versos persuadem pelo belo e pelo afeto. Perelman e Tyteca (2002,p.57) afirmam: "Na epidíctica, o orador se faz educador" que produz sentido a partir de um lugar social. Na posição de líder religioso, situado no tempo que comemora o santo no lugar sagrado - a casa, o terreiro e a igreja – o cururueiro educa para conservar os seus tesouros e conservar a sua fé, uma vez que, com a modernidade dos meios de comunicação, a sociedade de Estado de Mato Grosso vai assumindo os eventos nacionais veiculados pelos meios midiáticos e vai perdendo sua memória mais tocante.

O cururueiro é, pois, um religioso prestigiado na região, do qual as ações recebem toda a credibilidade, o que pode ser explicado por Van Dijk (1943) que afirma ser o conhecimento resultado de uma postura de avaliação que resulta de uma opinião pessoal. Envolvimento total entre todos, quando os participantes juntam a credibilidade do retor a seu discurso com peso religioso à cenografia do momento. Há um diálogo, uma troca de conhecimento. Interação que acontece entre um auditório que, nesta situação, é particular, porém transfigura-se em universal, porque a religião dá a todos o mesmo direito de comungar a mesma crença. Aqui, a fé católica.

O discurso religioso, em alguns momentos, mescla-se ao político e surge a figura de um orador que passa por vários prismas e dá a entender a abrangência do discurso: no discurso político, um enunciador coletivo, um eu socializado. No Cururu, não há um "nós" que traduz um "eu" mais os outros, porém existe a postura de liderança do Cururueiro reforçada pelos vocativos que dirige a algumas pessoas que integram o seu auditório. Ainda conforme Landowski (1985), aparece um eu interiorizado que, neste trabalho, é o religioso que crê. O retor, tomado pela crença em seus versos improvisados ou não, trafega entre um sujeito público que vai se alternar com um sujeito privado.

A TOADA DO CURURU

O *corpus* selecionado para análise foi o Cururu da festa de Nossa Senhora do Carmo da localidade do Taquaral – Cáceres-MT, material colhido por Aroldo Arruda em sua dissertação de mestrado (2007) "O rito sagrado do cururu em Mato Grosso-dimensão educativa", para a aquisição do título de mestre na Universidade de Cuiabá, UNIC.

A dissertação esclarece que, na cantoria da festa de Nossa Senhora do Carmo, os versos expressam a fé do homem que se apresenta em vários papéis, principalmente no imbricamento político/religioso.

Documenta que o ritual do Cururu é constituído de fases, o que reforça a argumentação. Aristóteles (2000) chamou as etapas de lugares-comuns ou Tópicos e representam mais poder na argumentação.

AS FASES

a.Começa com a roda de cururueiros, quando há o Levantamento do Mastro. Objeto sagrado, pois representa Jesus e está em posição primeira na ordem do louvor e é importante documentar que a ordem na argumentação pode demonstrar um critério de importância, daí Jesus estar em primeiro lugar no culto católico.

Embora o Cururueiro possa improvisar seus versos, a reza já tem um formato e ele assume um "nós" coletivo através de um eu particular/individual e coletivo (LANDOWSKI, 1985). Ele já pressupõe a importância do auditório: "É assim que nos une."; nos versos: "Para mim catá meu verso/Eu ainda tenho por costume/Em louvor da gloriosa/É assim que nos une". Na sala onde está o altar da Santa, o Cururueiro utiliza um argumento de autoridade, pois traz a lembrança da igreja para reforço de seu dizer. Agora existe um eu que é coletivo e institucional:"que nos deu a santa igreja"/obrigação de um bom cristão", em "Vamos cantá a doutrina/Que nos deu a santa igreja/Como primeiro sinal/Bendito louvado seja./Obrigação de um bom crisão /É entrar pela porta adentro/Oferecer suas doutrinas/Ao santíssimo sacramento". Porque a crença vem da igreja, novamente está implícito o eu coletivo e institucional:"...bendito/ ...bom cristão",em "Bendito louvado seja/Para todo bom cristão/Santíssimo sacramento/Da puríssima conceição". O trovador apresenta , ao mesmo tempo, um eu particular, pois externa seu sentimento em relação à doutrina e outro institucional, porque recupera os dogmas da igreja católica:"...doutrina bendita/...sem mácula/Sem pecado original", em "Esta doutrina bendita/O que vem significar/Está no mundo sem mácula/em pecado original". Continua institucional no momento em que fala de doutrina e depois se submete a Jesus, um eu particular: "...assim seja.../ ...segunda doutrina/...amém Jesus", em "Esta segunda doutrina/eu sinal da cruz/Deus desde este primeiro instante/Para sempre amém Jesus". A casa que recebe a todos assiste a um líder de comunidade que dita o que deve ser feito, o que se pode fazer, o que é de direito:"...vou cantar/Qual é o primeiro dever", em "Agora eu vou cantar/Qual é o primeiro dever/De saudar qualquer igreja/Direito no seu poder".

Ele assume um sujeito particular, improvisa, mas, no entanto, está sugerindo o que todos devem fazer, segundo a igreja - postura de um eu institucional, em: "Primeiro saúdo o pai/Como primeiro sagrado/Para depois saudar o filho/Como segundo amado./Depois o espírito santo/Dentro de um significado/Porque recebeu anúncio/Naquela igreja encantado".

Incorpora a grande autoridade de vetar a participação: "e quem não conhecer/ Não pode beijar ajoelhado/ Fica na direita encostada."

a. Saem, então, para a igreja e são convocados para o Início da Procissão. A subversão hierárquica é autorizada pela fé. A Juíza deve carregar a santa; o Alferes, a bandeira; o Capitão, conduzir o capitãozinho; a Rainha, segurar a coroa; e o Rei para levantar a palma. Participantes que vivenciam figuras de um Brasil antigo,

colonial, mas que em seus cotidianos na cidade exercem papéis de destaque na comunidade. Disputam as posições de forma delicada, mas disputam. Querem ser a Rainha, a Juíza, os destaques da procissão. Há um misto de fé e projeção social.

b. Todas as pessoas – homens e mulheres - acendem suas velas. É a "luminação". A presença do fogo, elementos da ordem material, é mais uma forma de ligação entre o divino e o homem.

c. Continuando a cerimônia, todo enfeitado de fitas, o Mastro é trazido para o meio do cortejo. É chamado o Alferes para colocar a Bandeira no Mastro. Um Cururueiro particular dá ordens a um Alferes. Utiliza-se, inclusive, do verbo no imperativo"Coloca sua bandeira". Alferes que poderá ser, na sua realidade pessoal, o prefeito, o delegado, uma autoridade do lugar. Prossegue o cururueiro impondo-se sobre a Rainha: "Coloca sua coroa", em "Eu canto este verso/Porque a hora soa/Eu falo para a Rainha/Coloca sua coroa".

d. Começa a cerimônia de Beijar a Bandeira. O religioso pede licença a Nossa Senhora - personifica-a na imagem retratada na bandeira - o que é bem aceito por todos, uma vez que o retor tem o mesmo grupo de referência que aceita o concreto pelo subjetivo. Submete-se:" Dá licença nossa senhora/Pra eu me ajoelhá".Subordinado à fé, o retor mobiliza valores abstratos e concretos, partindo da crença de que a divindade é pai de todos os homens - um valor concreto para chegar à igualdade entre todos - valor abstrato. A submissão à bandeira exemplifica a força da hierarquia da argumentação que se apoia, primeiramente, na coisa/objeto (bandeira) para atingir a divindade/fé (abstrato), porque, no caso do ritual do Cururu, o objeto traz a força do sagrado. Interessante é a observação de certa subversão àquela argumentação da Retórica em que os valores concretos apresentam menos importância que os subjetivos, porque a bandeira é tão importante, diante de sua representatividade, quanto a fé. Os violeiros, então, aproximam-se e beijam a bandeira.

Em seguida, a Juíza acende três vejas ao pé do grupo. O espaço entre o mastro e a igreja, agora, é terra santa: "Dá licença mastro bento/Prá eu segui a procissão"[...]

Depois de paradas regulares, voltam à sala inicial.

Os cururueiros dão uma volta na casa até chegarem à sala. Apagam-se as velas.

Antes, porém, de apagarem as velas,cantam na ucharia – despensa da casa real que era muito bem provida , uma comparação com o lugar da fazenda que armazena produtos com fartura. Lá, recebem bebida.

e. E, em seguida, acontece a Descida do Mastro no fim da festa, quando um companheiro chama a Juíza e o grupo canta para as mulheres presentes: "Eu quero cantá meu verso/No meio da irmandade/Eu chamo as senhorita/Venha pegá a santidade".

Acendem novamente as velas e dirigem-se ao Alferes e ao Capitão: "Se o Alferes, o Capitão/Escuta o meu falá/Vão pegá seu cavacate/Pro mastro bento cavucá".

Quando o mastro se inclina, outro cantor começa a destituí-lo do sagrado. Retira-lhe as insignias. O mastro volta a ser madeira comum, vai para o plano do profano - do uso comum a todos, da ordem de todas as coisas.

Como um eu hierarquicamente superior, o Cururueiro, no plano religioso, dá ordem aos demais e quase não se utiliza de adjetivos, como se as posições hierárquicas, constituídas de substantivos, já o fizessem (rainha, coroa, etc).

Não sendo mais sagrado, o Mastro é guardado, em "Eu quero cantá meu verso/Escuta presta atenção/Falo Capitão do mastro/Vai guardá o seu varão".

f. Fecham a Cova do Mastro.

A cova do mastro é qualificada como sagrada, uma vez que leva o nome de "sepulcro", lembrando o lugar onde o corpo de Jesus foi colocado, em "Eu quero cantá meu verso/Eu canto meu verso curto/Seo Alferes,Seo Capitão/Venha tampá este sepulcro".

A Juíza, em seguida, acende três velas e o cortejo volta à igreja. Apagam-se todas as velas e só ficam acesas as da igreja e a cerimônia que se inicia na igreja, encerra-se nela.

CURURU E A FORÇA EDUCATIVA

A força do movimento dos cururueiros motivou a Prefeitura de Cuiabá a vivenciá-lo nas escolas, porque são muitas as ligações entre as crianças e os trovadores, pois a cultura do Cururu é uma manifestação típica do Estado em que se fazem presentes ainda as danças e as cantorias - louvor aos santos de devoção, citando passagens da Bíblia, saudando pessoas da comunidade ou fazendo referência a acontecimentos políticos e ao amor.

Na perspectiva de vivenciar um valor tão significativo, a rede pública municipal de Cuiabá tenta desenvolver, nas aulas de Educação Física e em projetos dentro das Escolas Municipais de Educação Básica, as tradições mato-grossenses.

Os grupos utilizando-se de vestimentas típicas e instrumentos básicos e trazem a vivência da tradição à capital, retratando a fé e a alegria nas festas de santos, assim como em eventos de datas comemorativas com apresentações em praças da cidade, entre escolas e até em competições públicas.

As escolas já participaram inclusive dos festivais de Cururu e Siriri. O primeiro festival de Cururu e Siriri foi criado em 2002 e já completou 12 anos. No referido festival, participam diversos municípios de Mato Grosso, divididos entre idosos, adultos e crianças. Os meninos formam grupos mirins, o que revela uma política educacional e cultural que deu certo, uma vez que se constitui em atividade praticada no Contra Turno (turno contrário ao das aulas – um reforço cultural à formação regular dos alunos) e tem frequência garantida, como está exemplificado na figura:



Figura 1:Alunos da rede Municipal de Cuiabá

Tendo em vista esta grande aceitação, foi criada a Lein° 2.963, de 27 de fevereiro de 1992, para incentivar os grupos folclóricos infantis de Cururu e Siriri em todas as escolas municipais de Cuiabá. Lei que representou um interesse em cultivar as tradições locais e, em 2004, em reforço a isso, a Viola de Cocho, instrumento do ritual, ganhou o status de símbolo oficial da "**Cultura Cuiabana".**

Com esta força, o desenvolvimento das atividades de danças e cantorias foram facilitadas pela imersão na cultura regional. Os estudantes tiveram acesso ao ganzá e mocho, instrumentos fáceis e mais tocados pelos meninos. Quanto aos versos, muitos o fazem pela facilidade da rima e da poesia: "O cururu é pra cantá; /O cururu é pra dançá,/E agora vamos falá/Da linda Cuiabá". (estrofe da composição "Avoa, Avoa Tuiuiú")

A memória social, então, num movimento dinâmico e altamente retórico, numa terra tão musical quanto é a brasileira e,

especialmente, a mato-grossense, vai se fortalecendo na comunhão entre o velho e o novo.

No paradoxo novo e antigo, no rito sagrado do Cururu, os versos cantados do Cururueiro concretizam e expõem sentimentos de uma comunidade que tem fé e a crença legitima posições sociais que passam a migrar na escala social a partir do discurso e o mesmo discurso revela a alternância de poder por meio do um caráter que ora assume um eu que lidera, ora submete-se.

O contato com o divino acontece com música e verso- a toada - cujo auditório interage com um líder que em determinado momento é o porta-voz da igreja e também, tocado por seus sentimentos mais íntimos, pelo seu eu mais profundo que aflora com o improviso.

Observa-se, diante da força da tradição do cururu mato-grossense, como não é diferente em outras regiões do país, que questões culturais são utilizadas para perpetuar lideranças políticas que se utiliza dos costumes populares para a própria promoção, deixando, na maioria das vezes, às margens, o real representante da força cultural – o cururueiro – que, muitas vezes, não consegue ultrapassar os portais do ideal para o real . Sua visibilidade é apenas no tempo das festas.

O rito sagrado do Cururu envolve uma comunidade que, assim como todas as outras, apresenta uma célula política que não só pela crença, mas também pelo aproveitamento eleitoreiro, participa e se destaca nas diferentes funções nos tópicos que envolvem a toada.

O Cururueiro, nesta composição, consegue subverter o vivido, dá ordens e submete, ao contrário do que, na maioria das vezes, vivencia na vida da sociedade em sentido amplo. Ele ainda não conseguiu fazer a subversão na vida real, mas o faz pelo ritual.

Fica registrada, no entanto, no ritual sagrado do Cururu, a figura do Cururueiro que, assumindo a voz de comando, talvez mostre a possibilidade, na exemplificação, de fazer o Brasil olhar para si mesmo e para as suas legitimidades ou talvez de a fé ser uma das possíveis fórmulas para a resistência contra as injustiças.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. São Paulo:Edições Ouro, 1979.

ARISTÓTELES.*Retórica das paixões*. SãoPaulo:Martins Fontes, 2000.

ARRUDA, A.*O rito sagrado do cururu em Mato Grosso-Dimensão educativa*. Dissertação apresentada à banca do Mestrado em Educação, da Universidade de Cuiabá, 2007, Cuiabá-MT.

AZEVEDO, L.F.*Paixões em Manuel de Barros:* a importância de ser pantaneiro. Cuiabá:Carlini&Caniato,2008.

CANCLINI, N.G.*Culturas híbridas:* estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 1998, 392p.

CASTELLS, M.*A era da informação*:economia, sociedade e cultura. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LANDOWSKI, E. Ele, nós e eu: regimes de visibilidade. *Revista de Comunicação e Linguagem*, n.2, p.145-150, 1985.

MAINGUENEAU, D.*Genèses Du discours*. Liège: Mardaga, 1984.

MEYER, M. *O filósofo e as paixões:* esboço de uma história da natureza humana. Porto:EdiçõesAsa,1991.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L.*Tratado da Argumentação*:a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes,2002.

VAN DIJK, Teun. *Cognição, discurso e interação*. São Paulo: Contexto,1943.



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

**NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR**

INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA NA PROVÍNCIA DO PARÁ NA DÉCADA DE 1870

Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França
Professora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em
Educação da Universidade do Estado do Pará (UEPA),
Membro do Grupo de Pesquisa História da Educação na Amazônia (GHEDA)
socorroavelino@hotmail.com

Vitor Sousa Cunha Nery
Mestre em Educação (PPGED-UEPA),
Professor da Universidade do Estado do Amapá (UEAP),
Membro do Grupo de Pesquisa História da Educação na Amazônia (GHEDA)
e do Grupo de Estudos, Pesquisas e Práticas em Educação na Amazônia Amapaense (GEPEA).
vitorcunhanery@yahoo.com.br

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar estratégias de disseminação da instrução primária pública na província do Pará, na década de 1870. Metodologicamente, este estudo se apoia numa pesquisa documental extensa e cuidadosa, que inclui relatórios e ofícios de presidentes da província do Pará; relatórios de diretores da instrução pública; legislações educacionais e regulamentos das escolas primárias da província do Pará, além de jornais locais. Essas fontes foram pesquisadas na Biblioteca Pública do Pará Arthur Viana, Arquivo Público do Estado do Pará, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e na Biblioteca Nacional. Para compreendermos as estratégias de disseminação da instrução primária na província do Pará, na década de 1870, nos fundamentamos em teóricos da "história cultural". Dentre as estratégias de disseminação da instrução pública primária estão: a criação de escolas primárias noturnas, instrução pública ofertada por instituições filantrópicas, ofertadas no âmbito de instituições públicas como (Exército, Marinha, Polícia e Cadeias) e criação de escolas primárias agrícolas. A instrução primária na província do Pará estabeleceu-se na década de 1870, sobre bases socio-político e culturais que acompanhavam o projeto moderno de construção do Estado-Nação, nesse sentido o governo provincial priorizou a instrução pública elementar enquanto política de governo. Observa-se, neste período, a emergência de iniciativas no sentido da expansão da educação popular sem a província paraense ter as condições necessárias de funciona-

mento e manutenção das escolas primárias. Entende-se que este estudo contribui para a escrita da história da educação na Amazônia, trazendo para discussão a instrução primária na província do Pará na segunda metade do século XIX. Este estudo fomentará outras pesquisas acerca da história da educação na Amazônia, sobre outros níveis de ensino, bem como outros períodos da instrução na província do Pará.

Palavras-chave: Instrução Primária. Província do Pará. Século XIX.

ABSTRACT

This article aims to analyze strategies of dissemination of public primary education in the province of Pará in the 1870s. Methodologically this study relies on a careful and extensive documentary research, including reports and letters of presidents of the province of Pará; reports of directors of public instruction; educational laws and regulations of primary schools in the province of Pará and local newspapers. These sources were surveyed in the Public Library of Pará Arthur Viana, Public Archives of the State of Pará, the Brazilian Geographic and Historical Institute and the National Library. To understand the strategies of dissemination of primary education in the province of Pará, in the 1870s, we base ourselves in theorists of "cultural history". Among the strategies for dissemination of the primary public education are: creating night-time primary schools, public education offered by charities, offered within public institutions such as (Army, Navy, Police and Chains) and creation of agricultural primary schools. Primary education in the province of Pará settled in the 1870s on socio-political and cultural bases that accompanied the construction of the modern "State-Nation", in this sense the provincial government has prioritized basic government policy as public education. It is observed in this period the emergence of initiatives towards the expansion of popular education without the Para province have the necessary operating conditions and maintenance of primary schools. We believe that this study contributes to the writing of the history of education in the Amazon, bringing into question the primary education in the province of Pará in the second half of the nineteenth century. We believe that this study will stimulate further research on the history of education in the Amazon, on the other levels of education, as well as other periods of instruction in the province of Pará.

Keywords: Primary Education. Province of Pará. Nineteenth century.

INTRODUÇÃO

O século XIX é considerado, por muitos estudiosos da história da educação, como o "século da instrução primária", no mundo e no Brasil. Isso nos motiva a tematizar no presente artigo a história da expansão da instrução pública primária na província do Pará na segunda metade do século XIX, mais especificamente na década de 1870.

A escolha por esse período se deve ao fato de a província do Pará estar inserida no movimento nacional e internacional de disseminação da instrução pública entre as classes populares, ocasião em que a quantidade de escolas e de alunos passou a ser considerado um importante indicador de progresso e de civilização de uma nação.

O artigo tem por objetivo analisar as estratégias de disseminação da instrução pública primária na província do Pará, na década de 1870, apoiando-se metodologicamente em extensa e cuidadosa pesquisa documental que inclui relatórios e ofícios de presidentes da província do Pará; relatórios de diretores da instrução pública; legislações educacionais e regulamentos de escolas primárias da província do Pará, além de jornais locais.

Essas fontes foram pesquisadas na Biblioteca Pública do Pará Arthur Viana, Arquivo Público do Estado do Pará, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e na Biblioteca Nacional.

Os documentos "oficiais", como relatórios de presidentes da província do Pará e de diretores da instrução pública, se mostraram

relevantes fontes para essa pesquisa, pois por meio deles foi possível fazer o mapeamento geográfico e estatístico da instrução pública na província do Pará, na década privilegiada. Para Gatti Júnior e Araújo (2002), esses documentos, além de permitirem perceber a "fala" oficial e autorizada, serviram igualmente comparar e relacionar, no corpo dos relatórios, a instrução pública com as demais esferas do poder público provincial, por exemplo, a saúde, o comércio, a infraestrutura, dentre outras.

As legislações educacionais e os regulamentos escolares também foram utilizados na pesquisa. Segundo Faria Filho (1998), esses documentos, reconhecidos como práticas sociais e produzidos pelos sujeitos históricos, remeterem a diversos aspectos da vida social e revelam seus interesses e desejos, configurando-se enquanto espaços, objeto e objetivo de lutas políticas.

Os jornais locais permitiram descortinar um novo mundo, mais rico em detalhes e mais dinâmico no âmbito das relações sociais. De acordo com Nóvoa (1997) os jornais não apenas servem para fornecer a memória dos percursos educacionais, mas, sobretudo, permitem compreender que não há nenhum determinismo na evolução dos sistemas educativos, das ideias pedagógicas ou das práticas escolares, uma vez que tudo é produto de uma construção social.

Para compreender o processo de organização e expansão da instrução primária na província do Pará na década de 1870, foi realizada a fundamentação em teóricos da "História Cultural" que, segundo Chartier (2002 p.16), tem por "[...] principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler".

O autor esclarece também que:

> As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem impor uma autoridade à custa de outros, pois elas menosprezadas a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas [...]. As lutas de representação tem tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio (Idem p. 17).

A história cultural é o resultado de um diálogo que se estabeleceu, desde os anos de 1960, entre a sociologia, a antropologia e a história. Nessa abordagem, a cultura é entendida como:

> Uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica, ou seja, admite-se que os sentidos conferidos às palavras, às coisas, às ações e aos atores sociais se apresentam de forma cifrada, portanto, já é um significado e uma apreciação valorativa (PESAVENTO, 2008, p.15).

A história cultural também estuda quem produz a cultura, como os intelectuais, artistas, políticos etc., ou seja, as "mentalidades" são de grande utilidade para compreender as atitudes de homens e mulheres "perante a morte, a família, a sexualidade, o poder, a religião, a educação, entre outros". E, se ela alcançou todo esse espaço, foi somente porque "garantiu o elo entre as representações e as práticas, entre o individual e o coletivo, oferecendo a cada uma das histórias especializadas seu alcance geral" (PESAVENTO, 2008, p.186).

Essa nova forma de escrever a história da educação, "[...] tem possibilitado olhar a educação escolar no Império de um ponto de vista enriquecido [...]" (HILSDORF, 2003, p.41). As pesquisas sobre a instrução primária no período imperial têm trazido à luz vários aspectos que até então estavam na penumbra, na invisibilidade, permitindo traçar um novo "quadro geral" da instrução pública primária no Brasil no século XIX e no caso desse estudo também na Amazônia paraense.

ESTRATÉGIAS DE DISSEMINAÇÃO DA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA

Na década de 1870, os governantes da província do Pará, empregaram em seus discursos os termos disseminar, difundir, propagar e estender a instrução pública a todos: às "classes populares", às "massas" e às "mais longínquas localidades".

Com base no conceito de Chartier (1998), é possível observar que as representações do mundo social são expressas nos discursos políticos contidos na documentação oficial: legislações, relatórios, e ofícios de dirigentes locais.

Esses discursos estiveram presentes na legislação e nas práticas educacionais dos presidentes da província do Pará. E o jornal "*Província do Pará*" do ano de 1876, expressou a aspiração das autoridades da província no referido período, imbuídos do desejo de estender a instrução popular aos mais longínquos lugares.

> [...] Queremos a instrucção primaria derramada por todos os ângulos, por todas as cidades, por todas as villas, aldêas, freguezias, povoações da província. Onde houver um fôlego humano para quem o alphabeto for um phantasma, um enigma indecifrável, ahi queremos um professor. Porque só assim attingiremos o pé de nação civilisada, porque emfim só a luz da instrucção pode libertar o povo brasileiro da ignorância em que se debate [...] (PROVINCIA DO PARÁ, 1876 p. 3).

Esta representação da instrução como uma fórmula de transformação do homem vem ao encontro do pensamento que circulava pelo território brasileiro, o qual percebia a escolarização da população, sobretudo a das camadas mais pobres, como um imperativo para o desenvolvimento do Estado nacional e da civilidade.

Esse anseio trazia consigo o desafio das enormes distâncias que separavam as povoações da província do Pará, tanto que o acesso a muitas localidades só era possível por meio dos rios.

Segundo Rizzini (2004), a população da província do Pará vivia dispersa pelo vasto território, dedicava-se às atividades extrativas e à pequena agricultura, em sítios afastados dos núcleos populacionais, o que constituía enorme desafio à difusão da instrução primária. Tal argumento foi explorado exaustivamente pelos presidentes da província do Pará em seus relatórios.

Nas décadas de 1860 e 1870, houve, por parte do governo provincial paraense, intensa mobilização em prol da instrução pública primária, especialmente a partir de 1875, quando os relatórios provinciais registraram significativo aumento no número de escolas e de alunos matriculados, conforme podemos observar no Quadro 1.

QUADRO 1 - Número de escolas primárias públicas e alunos na província do Pará (1840-1880).

ESCOLAS					ALUNOS		
Ano	Masculinas	Femininas	Mistas	Total	Meninos	Meninas	Total
1840	36	1	-	37	738	25	763
1850	38	4	-	42	1.158	134	1.292
1860	62	14	-	76	3.036	560	3.596
1870	80	27	-	107	3.778	882	4.660
1872	92	72	-	164	-	1.012	5.592
1875	-	-	-	226	4.580	-	10.576
1880	174	71	5	250	-	-	12.102

Fonte: Pará (1840-1880).

Os dados escolares divulgados pela diretoria de instrução pública da província do Pará basearam-se em mapas enviados

pelos professores públicos. Mas esses mapas eram considerados, quase unanimemente, como irreais, pois muitas vezes os professores anotavam o número de alunos matriculados, mas não os que efetivamente frequentavam as aulas.

As documentações oficiais da província do Pará anunciavam o firme propósito de disseminar a educação e a instrução pelo interior amazônico e estender o seu alcance às mais diversas categorias sociais da população mais pobre.

Apesar de não citar aqui todas as estatísticas sobre a instrução primária paraense, considera-se relevante mencionar a importância que os números da educação escolar assumem para o governo provincial naquele período. Eles exibem, de um lado, a valorização dada por determinada administração à educação de seus governados e, por outro, expõem as dificuldades enfrentadas para investir em uma das áreas em que os discursos eram mais exaltados: da educação e da instrução popular.

Dentre as estratégias de disseminação da instrução pública primária na província do Pará na década de 1870 estão: a criação de escolas primárias noturnas, instrução primária ofertada por instituições filantrópicas e também no âmbito de instituições públicas, como (Exército, Marinha, Polícia e Cadeias) e criação de escolas primárias agrícolas.

ESCOLAS PRIMÁRIAS NOTURNAS

No início dos anos 1870, o governo paraense instaurou uma política visando estender o benefício da instrução primária aos adultos de classes pobres, principalmente os "operários", por meio da regulamentação e criação de escolas noturnas na capital e nas cidades do interior.

O presidente do Pará, Abel Graça, percebeu nessas escolas "um elemento de prosperidade" em toda parte onde existiam, uma vez empolgado com a frequência dos alunos aos cursos primários noturnos, apesar de sua criação recente. Trabalhadores que durante o dia tiravam a sua subsistência, à noite podiam "cultivar a inteligência que na infância ficou abandonada" (PARÁ, 1872 p. 10).

Em 1871, foram nomeados oito professores públicos para reger escolas noturnas nas cidades paraenses, sendo a de Belém contava com 339 alunos, contando as escolas públicas e particulares. O presidente assegurou ter aberto as escolas aos escravos, desejando incluir a Província na obra patriótica da emancipação do elemento servil (PARÁ, 1872, p. 12).

De acordo com Rizzini (2004) a argumentação vai ao encontro às discussões das décadas de 1870 e 1880 a respeito da necessidade do poder público e de outros setores da sociedade preparar os escravos para a inserção gradual na sociedade brasileira, prevendo-se a sua emancipação futura. O presidente da província do Pará Abel Graça justificou a iniciativa alegando que "fora do estado da servidão e entrando para a sociedade livre o homem liberto deve levar algumas luzes, alguns rudimentos de moral e bons costumes, para lhes servir de guia" (PARÁ, 1872 p. 11).

Perseguindo o objetivo do "derramamento da instrução por todas as classes sociais", o Pará possuía, em 1873, 16 escolas noturnas para adultos, sendo oito públicas e oito particulares. As públicas contavam com 150 alunos, estando duas escolas instaladas na capital e as demais, uma em cada cidade do interior. As escolas primárias particulares atendiam a 325 alunos livres, sendo uma delas era especialmente destinada a escravos, contando com 55 alunos (PARÁ, 1872).

Segundo o relatório do presidente da província Pedro Vicente de Azevedo, em 1875, as escolas noturnas públicas, em número de sete, instruíam 192 adultos. Já a iniciativa particular estava reduzida a cinco escolas, com 83 alunos e não havia mais referência à escola para escravos (PARÁ, 1875, p. 18).

Até o final do Império foram mantidas oito escolas noturnas públicas nas cidades paraenses e manteve-se a proibição da alfabetização de escravos pelo poder público. Diante disso, os dados da frequência diária das escolas públicas paraenses, assinalam que as escolas noturnas não atingiram o desenvolvimento

esperado, aparentemente por falta de procura por parte dos alunos.

Também não há qualquer referência a estudantes escravos nas escolas públicas e quanto à escola particular para escravos acima citada, apenas é dito que pertencia ao colégio particular de Santa Maria de Belém.

O Almanaque Administrativo Mercantil e Industrial (1871 p. 87) informou que a referida escola foi fundada em 1871 pelo padre Felix Valente de Leão, apoiado por três cidadãos que se prestaram a lecionar gratuitamente, sendo que um deles custeava as aulas, compostas pelo programa básico de leitura, escrita e as quatro operações aritméticas (PARÁ, 1873, p. 14).

No Brasil Império, os primeiros apontamentos sobre o ensino noturno para adultos foram denominados educação ou instrução popular. Paiva (1987, p. 54) afirma que por volta de 1870 houve um surto de progresso na economia brasileira, com consequências sobre sua organização social e a introdução de ideias liberais; ocasião em que apareceram também os primeiros pronunciamentos em favor da educação popular.

Não se tratava, entretanto, de um movimento, mas de pronunciamentos isolados de indivíduos interessados no problema. Um exemplo é o parecer do projeto de Rui Barbosa de 1882, considerado o primeiro diagnóstico da educação popular no país. Nesse período da história da educação brasileira, Paiva (1987) trata a educação de adultos como parte da educação popular.

Além disso, as principais ideias referentes à educação popular no Império foram veiculadas nos debates dos projetos de reforma do ensino no Município da Côrte apresentados à Assembleia Legislativa, concentraram-se na busca de uma estratégia por meio da qual o Governo Central pudesse auxiliar as províncias na difusão da instrução popular, na impossibilidade de modificar o preceito constitucional que descentralizava o ensino elementar. Outra discussão mais antiga referia-se ao ensino obrigatório.

> Com relação à educação dos adultos, ela se desenvolve – de forma precária e irregular – a partir de 1870, quando quase todas as províncias criam escolas noturnas. A criação de tais escolas, entretanto, estava (com algumas exceções) ligada à valorização da educação em si mesma, sem considerar o seu aspecto instrumental e sem adequação às reais necessidades de ensino para a faixa da população à qual eram destinadas. (PAIVA, 1987, p. 75)

Assim, as observações de Paiva (1987) esclarecem alguns aspectos relativos à criação das aulas noturnas nas províncias e os primeiros debates sobre a educação de adultos.

INSTRUÇÃO PRIMÁRIA OFERTADA POR INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICAS

A província do Pará também contou com a presença de atuantes associações, como por exemplo: a Associação Philantrópica de Emancipação de Escravos (1871), a Associação Promotora da Instrução Pública (1874), a Associação Protetora da Infância desvalida (1872). Esta última, em 6 de janeiro de 1872, informava à população, através do jornal "O Liberal do Pará", que estava "aberta à matrícula dos meninos pobres que se quiserem inscrever na escola de instrução primária", garantindo que a eles seria oferecido o material necessário para a utilização nas aulas.

"No final do Século XIX, de acordo com Schueler (2000 p.21), muitas foram as vozes que proclamaram a necessidade de educar as crianças ditas pobres e abandonadas, os órfãos, os menores "vagabundos" e os "ingênuos".

As instituições filantrópicas surgiram nas três últimas décadas do século XIX, e apresentaram grande significado político e social durante os Oitocentos, pois tiveram uma atuação de grande importância ao assumirem a responsabilidade por diversas iniciativas de assistência social.

A principal diferença das instituições de ensino filantrópicas para as outras, era que elas ofereceriam um serviço a mais: a formação profissional, que, segundo Arantes (2009), grande parte dos estabelecimentos destinados a acolher crianças "órfãs", "necessitadas", "desvalidas" ou "viciosas" dispunha a oferecer algum tipo de ensino manual, prático ou profissionalizante.

Na década de 1870, três instituições filantrópicas foram criadas na província do Pará, a saber: Asylo Nossa Senhora do Carmo (1871), Instituto Paraense de Educandos Artífices (1872) e Asylo Santo Antonio (1878).

Para Bezerra Neto (1998 p.89), o surgimento de todas essas instituições representava "a materialização dos anseios de vários grupos sociais que vivenciavam as transformações ocorridas na sociedade paraense, a partir das últimas décadas do século XIX, embalados na crença do progresso social e moral dos povos".

O objetivo das instituições filantrópicas era formar o cidadão útil à pátria, mas também principalmente, formar sujeitos capazes de realizar em uma ocupação útil. Isso, no plano político, impediria o surgimento dos pensamentos considerados subversivos e revolucionários, especialmente no que diz respeito às propostas de mudanças no sistema de governo, além do que direcionaria as preocupações populares aos assuntos ligados às "fontes do trabalho agrícola, industrial e comercial, que melhor bem-estar podem propiciar" (ARANTES, 2009, p.195).

Bezerra Neto (1996) afirma que no interior da sociedade da borracha, a criação de institutos de ensino profissionalizante na província paraense, como por exemplo, o Instituto de Educandos Artífices (1872), inseria-se no contexto de desenvolvimento fabril da cidade de Belém, mesmo que de forma incipiente, capacitando apenas mão de obra para as diversas atividades econômicas urbanas.

De acordo com Rizzini (2004), as instituições filantrópicas que ofertavam instrução primária e também um ensino profissionalizante tinham uma participação na produção, atendendo principalmente às necessidades da máquina governamental e reforçando a tentativa de instalação da modernidade almejada na época.

"ESCOLAS PRIMÁRIAS ESPECIAIS" EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

Dentro da política de extensão da instrução às outras classes, o presidente da província do Pará, Pedro Vicente de Azevedo, criou "escolas primárias especiais" em instituições públicas, a exemplo dos corpos de polícia, para a instrução de guardas. Em inícios de 1874, cerca de 80 praças estudavam na escola do corpo de polícia do Pará (PARÁ, 1874, p. 18).

No ano seguinte, são citadas no relatório provincial cinco escolas primárias, voltadas para a instrução do pessoal dos Arsenais de Marinha, com 129 alunos, sendo que dos corpos dos exércitos, totalizavam 99 alunos, e na cadeia pública da capital, frequentavam 25.

A prática de direcionar crianças a partir dos sete anos de idade e expostas ao trabalho, aos Arsenais da Marinha tornou-se comum no século XIX, sobretudo, como parte da preocupação dos governos e das instituições filantrópicas de encontrar um destino para esses garotos que possuíam diferentes histórias de abandono (VENÂNCIO, 2000, p. 196).

As instituições militares além de cumprirem o papel no recebimento de meninos órfãos, enjeitados e crianças pobres, também funcionaram como seleiro na formação de futuros operários e militares que se tornaram úteis a si e à nação.

Manter essas crianças em estabelecimentos militares era uma forma de colocá-las sob a "vigilância e controle de um Estado que começava a se organizar, sobretudo na organização e controle da população, retirando das cidades doentes, mendigos e vadios" (DONZELOT, 2001, p, 16).

Em 1874 também foi ofertada instrução primária no âmbito da Cadeia Pública de Belém, segundo o Regulamento de 1874, na escola primária da Cadeia de São José, só era permitida a matrícula de presos livres de doenças contagiosas. O ensino era diário, forneci-

do todo o material e compêndios aos alunos, e os presos mais adiantados receberiam como prêmio a dispensa dos serviços a que estavam obrigados (PARÁ, 1874).

Quanto à estrutura do presídio, não era a das melhores para receber o ensino primário. Segundo Maroja (2002), a iluminação era precária, tanto que em 1873, registrou-se um pequeno incêndio proveniente do gás da iluminação e o desabamento de uma das abóbodas[1], além de constantes goteiras no período de chuvas, traziam inúmeras doenças aos presos. Em 31 de julho de 1872, foram instaladas oficinas e uma escola para dar instruções aos presos. Mais tarde, em 1897, esses já qualificados, prestavam serviços nas obras públicas.

A Cadeia Pública funcionava em 1767, ocupando determinada área do edifício que fora convento dos religiosos da Piedade e continuou ali estabelecido quando este se tornou quartel da companhia de esquadrão de cavalaria.

A expansão urbana após 1808 transformaria a rotina das casas penais nas capitais do Brasil, visto que os escravos transformados em prisioneiros eram amplamente utilizados nas obras públicas. As poucas ações humanitárias nas cadeias públicas eram desenvolvidas em princípio por irmandades religiosas, a exemplo da Santa Casa de Misericórdia de Belém, uma das mais importantes e que tinha, entre outros objetivos, o de preservar a mão de obra dos presos que eram utilizados nas obras públicas.

Em virtude das más condições em que o prédio se encontrava o presidente da província, Manuel Veloso, ordenou que os presos fossem transferidos para a Cadeia de São José. Em registro destaca-se que o primeiro preso foi o escravo Inácio, encarcerado em 12 de janeiro de 1858, em segundo foi o escravo José da Silva em 21 de janeiro e em terceiro os escravos Antônio José e Josefa, depois outros escravos foram presos nas dependências da Cadeia Pública de São José.

Essa Cadeia comportava 150 presos, sendo que na década de 1860, foram presos somente 80 pessoas, e nas décadas seguintes esse número foi aumentando e os infratores eram provenientes de várias localidades da Província, desde então a população detenta ficou mais heterogênea, dividindo-se entre homens livres brasileiros, escravos e estrangeiros. Em 31 de julho de 1872, foram instaladas oficinas e uma escola para dar instruções aos presos, mais tarde, em 1897, os já qualificados, prestavam serviços às obras públicas.

ESCOLA PRIMÁRIA AGRÍCOLA

Outra estratégia, adotada pelo governo provincial para disseminar a instrução pública, foi a criação de escolas primárias agrícolas, no âmbito das colônias agrícolas da província, registrada no Relatório do presidente Ângelo Thomaz do Amaral, datado de 1861.

As colônias agrícolas na província do Pará tinham o propósito, entre outros, o de abrigar os imigrantes estrangeiros e as populações que estavam dispersas no interior da província; o que constituiu a superação de um dos principais problemas quanto à expansão da instrução pública aos mais longínquos lugares da Amazônia.

Uma das criadas foi a Escola Rural D. Pedro II, em 1861, que tinha como objetivo desenvolver a lavoura de cana de açúcar e a pecuária, conforme o regimento da mesma. A escola funcionava na "Fazenda provincial Pinheiro", situada na confluência do rio Maguary com o Guajará, em um lugar aprazível e saudável, nas proximidades de Belém (PARÁ, 1861, p.13).

De acordo com Nunes (2011, p. 372) a educação agrícola materializada na implantação da Escola Rural D, Pedro II, que objetivava assegurar valores associados à ideia de prosperidade, progresso e civilização fizessem parte dos interesses dos grupos sociais da Amazônia.

Segundo o regimento da "Escola Rural D. Pedro II" era ministrado o ensino primário, além das práticas agrícolas, ensinando tanto na teoria como na prática, destinando-se a formar trabalhadores, operários, feitores e administradores para trabalhar nos estabelecimentos rurais. Tinham acesso a esse ensino, de preferência órfãos desvalidos, filhos de ex-escravos, índios e colonos de

poucas posses, tanto no sistema de internato como externado, enfim, acolhiam todas as pessoas que quisessem se instruir nessa modalidade educativa (PARÁ, 1861 p. 13).

A escola rural se afirmaria como espaço de combate àquilo que se convencionou chamar de "vida ambulante" dos povos amazônicos, numa referência aos constantes deslocamentos das populações pelo interior da floresta (NUNES, 2011, p. 372).

Nessa mesma região, onde estava situada a Escola Rural D. Pedro II, em 1875, foi fundada a colônia de Benevides. Nessa área permaneceram imigrantes de diversas nacionalidades, como: franceses, italianos espanhóis, belgas, suíços, portugueses e brasileiros, particularmente nordestinos. Não se sabe ao certo o número de indivíduos que teriam ingressado na colônia de Benevides.

De acordo com Muniz (1916) haviam entrado nessa colônia 364 pessoas, mas apenas 117 teriam permanecido no núcleo. Bulamarqui (1984) afirma que 179 teriam se deslocado para a referida colônia, porém, restado somente 32. Mais tarde, a colônia de Benevides assumiu um caráter misto, recebendo um número considerável de nordestinos, particularmente cearenses.

Segundo o relatório do presidente da província, José Coelho de Gama e Abreu, foram implantadas também algumas escolas primárias na colônia agrícola de Benevides, distante alguns quilômetros de Belém. A diretoria do mesmo estabelecimento, nos primeiros meses de 1879, esclarecia em ofício enviado a diretoria de instrução pública, em 2 de agosto de 1880, que ali funcionava uma escola para crianças do sexo feminino, duas do sexo masculino e uma noturna, que atendiam alguns colonos que tivessem interesse em aprender as primeiras letras (PARÁ, 1880, p.1).

A princípio, a implantação de uma instituição pública de instrução primária agrícola em Benevides, tinha como objetivo, atender a imigração europeia. Porém os primeiros imigrantes estrangeiros que chegaram a colônia de Benevides, segundo o Relatório do presidente da província Domingos José da Cunha Junior, revelou considerável contraste em relação às imagens difundidas no Brasil, que associavam imigrante, principalmente europeu, como capaz de "preparar e cultivar as terras", elevando as profissões agrícolas na província do Pará, visto que o chegados à Colônia Benevides não se mostraram preparados para tanto (PARÁ, 1873 p. 25).

Com a chegada de várias famílias de migrantes nordestinos e a existência de muitas crianças, foi criada a primeira escola primária da colônia agrícola de Benevides, segundo o jornal "*O Liberal do Pará*" de 6 de abril de 1879, a citada escola estava sob a direção da professora Filomena Rodrigues da Silva, que cuidava da educação das meninas; as duas do sexo masculino sob os cuidados do padre Lyra e do professor José Valhão de Vasconcelos. A escola que funcionava à noite, estava sob a guarda do professor Antonio Duarte Balby (LIBERAL DO PARÁ, 1879, p.01).

O ensino da leitura e escrita, associado aos valores religiosos constituía a base de ensinamento nessas escolas; situação que pode ser evidenciada pela apresentação do nível de conhecimento dos alunos avaliada pelo padre Lyra, além da presença do pároco como um dos professores. De acordo com os dados da administração da colônia, dos 161 alunos matriculados de 1° de agosto a 6 de setembro de 1878, e que estavam sob os cuidados do padre Lyra, esse fazia questão de destacar que: "143 começavam a ler o "a-b-c", sendo que13 balbuciavam as primeiras sílabas, 3 já soletravam nomes, e outros 3 possuíam princípios de leitura" (O LIBERAL, 1879, p. 01).

Essas escolas dedicavam-se ao ensinamento da leitura, escrita, quatro operações aritméticas, noções práticas do sistema métrico, doutrina cristã e da religião do Estado, e costura para as meninas. No caso de ensinamentos mais adiantados como a gramática portuguesa, caligrafia, desenho linear, aritmética avançada, elementos de geometria, de geografia e de história. Eram ministrados somente nas escolas públicas da capital ou nas sedes dos municípios mais populosos. Caso houvesse interesse de continuar os estudos era necessário que os filhos dos colonos se deslocassem para essas localidades; o que quase sempre não acorria (O LIBERAL, 1879, p. 1).

A criação de escolas na Colônia Benevides estava circunscrita a um contexto marcado por discursos que tinham como propostas a disseminação da instrução pública a todos os habitantes da província. De acordo com as autoridades provinciais o desafio era a expansão das escolas aos lugares distantes e pouco povoados.

Dir-se-ia que o conceito de ensino pensado pelas autoridades locais remetia ao surgimento de um espaço educacional articulado aos interesses do Estado. No entanto, há de se considerar as resistências, conflitos e diversidades de práticas pedagógicas que caracterizaram a implantação e implementação da forma moderna de educação pensada para o país.

As escolas públicas primárias, responsáveis pelo ensino das primeiras letras, eram quase sempre isoladas; ou seja, cada escola tinha um professor que regia uma aula, atendendo a alunos de várias idades, entre 6 e 15 anos.

No caso de escolas com grande número de crianças, estas podiam ter o auxilio de um professor adjunto, o que não resolvia o problema do ensino simultâneo, visto que crianças de diferentes faixas etárias e adiantamentos frequentavam o mesmo espaço, conforme ofício da diretoria de instrução pública publicado no jornal "O Liberal do Pará" em 1879, endereçado ao Delegado Literário do Núcleo Colonial de Benevides.

> Ao delegado literário do Núcleo Colonial de Nossa Senhora do Carmo de Benevides, informe qual a frequência da escola regida pelo professor interino José Valião de Oliveira, e se o mesmo carece de um adjunto, enviando-me um mapa dos alunos matriculados na referida escola (O LIBERAL DO PARÁ, 1879 p.1).

A casa utilizada como escola era alugada pelo professor ou professora, que neste mesmo espaço morava com a família, reservando um dos cômodos para a função pública; o que não deixava de se constituir em edifícios improvisados. A escolha da casa cabia ao mestre; o que levava os visitadores das escolas, responsáveis pela fiscalização destes estabelecimentos, à denúncia de que, em geral, as residências eram acanhadas, anti-higiênicas e sem ventilação.

No interior, faltavam habitações apropriadas, levando, em alguns casos, à instalação de escolas em verdadeiras palhoças. A falta de utensílios, mobílias e livros faziam com que os professores a utilizassem o que tinham à mão e ao que estavam habituados. Os meios disciplinares, quase sempre, extrapolavam o permitido por lei, fazendo com que as crianças aprendessem sob o jugo do "terror do mestre", como diziam alguns visitadores. No caso específico da Colônia Benevides as escolas funcionavam em prédios improvisados, sendo que nas proximidade da Igreja de Nossa Senhora do Carmo e outra nos fundos da diretoria do núcleo. Essas duas escolas atendiam até 50 crianças, cada uma (O LIBERAL, 1879, p. 1).

As dificuldades de se implantar um ensino regular na província do Pará, que garantisse a permanência dos educandos nas escolas públicas resultavam de duas situações: de um lado não havia ações do poder público para criar espaços condizentes e capazes de atender os educandos, por outro havia uma resistência dos colonos em encaminhar os filhos para os improvisados estabelecimentos de ensino.

Nesse caso, o diretor de instrução pública do Pará em 1877, Joaquim Pedro Corrêa de Freitas, lamentava que em boa parte das escolas fossem pouco frequentadas devido ao período de colheita da borracha, quando os povoados eram abandonados por muitos de seus habitantes (PARÁ, 1877, p. 41).

Os estudos sobre a instrução nas diversas localidades do Pará, incluindo as escolas implantadas nos núcleos coloniais, reforça a ideia de que a atividade extrativa seria o grande obstáculo para o desenvolvimento do ensino.

Sobre essa questão, Joaquim Pedro Corrêa de Freitas, identificou que nos locais "em que são mais disseminadas a população, menos frequentadas são as escolas"; outra observação é quanto aos lugares em que a população "entrega-se à extração da

borracha"; as escolas, em certa época do ano, "ficam quase despovoadas", ao passo que as escolas implantadas em localidades que vivem da lavoura e da pesca, "estas têm grande número de alunos matriculados, e a frequência nos diversos meses do ano é quase sempre a mesma" (PARÁ, 1877, p. 41).

Nesse aspecto, de acordo com o relatório do presidente, Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides, a lavoura deveria ser responsável pela mudança de hábitos dos colonos na província do Pará; uma vez que, através da agricultura, eles deixariam a "vida errante" em que estavam habituados (PARÁ, 1876, p. 6).

Pensava-se que agricultura seria um importante elemento de garantia de fixação do colono em determinada área, ao contrário do extrativismo, não vai exigindo constantes deslocamentos das populações pelo interior da província. Mas, na Colônia Benevides a agricultura teve outro efeito, quando relacionada à criação de espaços de instrução pública primária, como por exemplo, a pouca presença de crianças frequentando o núcleo colonial.

O que para os professores poderia ser uma opção dos pais, segundo o auto de inquérito da polícia de 13 de junho de 1879, no caso da cearense Maria Francisca do Espírito Santo, de 44 anos e moradora de Benevides desde 1878, tratava-se da necessidade de mais braços para o trabalho no roçado. Afinal os seus três filhos ajudavam nas atividades de capina e plantio; uma vez que o auxílio necessário, pois era preciso abreviar o quanto antes o trabalho de cultivo, uma vez que, os colonos recém chegados a Benevides se estenderia apenas por seis meses (AUTO DE INQUERITO, 1879, p. 01).

Considerando o período de limpeza dos terrenos (final de agosto, setembro e outubro), o de plantio (início de novembro e dezembro) e primeira capina (final de janeiro e início de fevereiro), observa-se que são os meses de novembro, dezembro e fevereiro em que se atinge menor frequência nas escolas primárias. No caso da turma do professor Antonio Balbi, que tinha cerca de 119 alunos matriculados, menos da metade, 53, frequentava a escola no período de cultivo nos lotes; o que comprova a situação de que muitos colonos, a exemplo da cearense Maria Francisca do Espírito Santo, que aproveitava o trabalho dos filhos para adiantar os serviços de plantio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A instrução primária na província do Pará estabeleceu-se na década de 1870, sobre bases sociopolíticas e culturais que acompanhavam o projeto moderno de construção do Estado-Nação. Nesse sentido, o governo provincial priorizou a instrução pública elementar enquanto política de governo. Observa-se, neste período, a emergência de iniciativas no sentido da expansão da educação popular, sem a província paraense ter as condições para funcionamento e manutenção das escolas primárias.

A escolarização primária tinha como sustentáculo o ensinar a ler, escrever, contar, crer. O papel de instruir quase sempre se confundia com a própria ação de educar, uma vez que a escola era vista como locus privilegiado para a inculcação de valores considerados fundamentais para sociedade paraense.

Nesse sentido, entendemos que a instrução primária pública na província do Pará, na segunda metade do século XIX, por meio da cultura escolar, buscou imprimir na mentalidade da época e no cotidiano dos sujeitos, práticas, condutas e comportamentos, visando, de alguma forma, o seu desenvolvimento.

Em todo o Império brasileiro, as províncias lutavam por firmar o seu modelo escolar e fomentar entre a população a aceitação da educação oferecida pelo Estado. No Pará, a interiorização da escola pública se tornou uma meta dos governos, sobretudo, a partir da década de 1870. O crescimento do número de escolas masculinas e femininas foi notório na região, nas capitais e nas cidades, vilas e povoados do interior. Em se tratando de uma extensa área geográfica, que ocupava cerca da metade do território brasileiro e possuía baixíssima densidade populacional, o esforço de disseminar a instrução popular foi digno de nota.

A disseminação da instrução pública primária foi marcada por diversos obstáculos, exaustivamente descritos pelas autoridades paraenses, uma vez que a população do interior da província não necessariamente rejeitou o esforço educacional dos governos. Pais de famílias e demais moradores dos povoados, absorveram a escola como um projeto para seus filhos, cobrando dos poderes públicos tudo o que entendiam ser necessário para o pleno funcionamento dos estabelecimentos escolares.

Uma das preocupações das famílias que enviaram seus filhos às escolas primárias paraenses era o aproveitamento dos alunos, a moralidade, a probidade dos mestres e, principalmente, o alto custo na sessão de crianças para que, durante anos, passassem parte do dia nas escolas, pois essas famílias precisavam do trabalho delas para ajudar no sustento da casa.

Uma estratégia adotada pelo governo para que fosse alcançado o objetivo da expansão da instrução pública primária se assentou no princípio da obrigatoriedade escolar, como forma de coagir os pais a matricular seus filhos nas escolas primárias públicas, mas essa estratégia teve o seu reverso, porque os pais acabaram impondo ao governo provincial formas diferenciadas de funcionamento e difusão das escolas primárias.

A distribuição das escolas primárias, em grande parte, foi determinada pelo poder político-eleitoral, contudo, a pressão dos moradores exerceu papel primordial para instalação de escolas primárias em algumas localidades, pois as famílias exigiam e denunciavam o descaso do governo com a sua população.

Com isso, foram instaladas escolas primárias em algumas localidades do interior onde tinham cerca de 10 ou 15 crianças para estudar. Embora fosse uma instituição do Estado, não ignorou as demandas e necessidades dos pais, correspondendo, por exemplo, a necessidade de mobilidade acarretada pelas atividades laborais extrativistas, de muitos casos em que escolas eram transferidas de local em determinado período do ano.

O ensino obrigatório era uma questão altamente polêmica em todo o Império, visto a dificuldade de implantação devido à dispersão da população, à insuficiência de escolas e às dificuldades de transporte. A penalidade da multa imposta aos pais ou tutores que deixassem as crianças entre 6 e 14 anos sem receber instrução primária nas escolas públicas ou particulares, ou em suas próprias casas, era condenada por muitos no período.

Temia-se que a medida ocasionasse efeito contrário, fazendo com que os mais pobres e os índios intensificassem o nomadismo, de forma a fugir das punições. Até o final do século XIX, a imprensa paraense discutiu o tema, revelando que inexistia unanimidade quanto à validade e aplicabilidade da norma.

Outro obstáculo enfrentado pela instrução primária na província do Pará era a falta de comunicação entre as diversas unidades de ensino, o que gerou problemas administrativos, na medida em que as escolas eram isoladas e distintas uma das outras, e consumiam maior parte dos recursos existentes. Embora destoassem quanto ao espaço que ocupavam, unificava-se num outro elemento material, que indicava a criação de um ambiente mais estruturado, isto é na legislação.

Entendemos que este estudo contribui para a escrita da história da educação na Amazônia, trazendo para discussão a instrução primária na província do Pará, na segunda metade do século XIX. Servirá ele para fomentar novas pesquisas acerca da história da educação na Amazônia, não só primários, mas de outros níveis de ensino, bem como investigações em outros cronológicos.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Rostos de crianças no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (org). **A Arte de governar crianças:** a história das políticas sociais, da legislação e da infância no Brasil. 2 ed. ver - São Paulo: Cortez, 2009, p. 181-182.

BEZERRA NETO, José Maia. As luzes da instrução: o Asylo de Santo Antonio em Belém do Pará (1870-1912). In: ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth (Org). **A Escrita da história.** Belém: NAEA/UFPA, 1998, p.89.

_____.**As oficinas do trabalho:** representações sociais, institutos e ensino artístico no Pará (1830/1888). Revista Ver Educação. Belém: Centro de Educação/UFPA. Vol.1, n.1, pag., 41-70, jan/jun. 1996.

BULAMARQUI, Ruth. **Transformações demográficas numa economia extrativa:** Pará 1872-1920. Dissertação (Mestrado em História) - da Universidade do Paraná. Curitiba, 1984.

CHARTIER, Roger. **História Cultural:** entre práticas e representações. Lisboa, Difel/Rio de Janeiro, Bertrand Brasil. 1988.

_____. O mundo como representação. In: _____. **À beira da falésia:** a história entre incertezas e inquietude. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: EdUFRGS, 2002, p. 61-80.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das Famílias.** 3 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. In: VIDAL, Diana Gonçalves; GONDRA, José; Gonçalves, FARIA FILHO, Luciano Mendes de. DUARTE, Regina Horta (Org). **Educação, Modernidade e Civilização:** fontes e perspectivas de analise para a história da educação oitocentista. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

GATTI JUNIOR, Décio ARAÚJO, José Carlos Souza. **Novos temas em história da educação brasileira.** Campinas: Autores Associados, 2002.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da educação brasileira:** leituras. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

MAROJA, Ana Paula. **O espaço São José (Belém-Pa)**: libertos dos grilhões da lei e presos às imagens do tempo. Belém, Universidade da Amazônia, 2002.

MUNIZ, Palma. **Estado do Grão-Pará:** imigração e colonização. História e Estatística 1616-1916. Belém: Imprensa Official do Estado do Pará, 1916.

NÓVOA, Antônio. A Imprensa de Educação e Ensino: concepção e organização do repertório Português. In: CATANI, D. B.; BASTOS, M. H. C. (Org). **Educação em Revista**: a imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escritura, 1997.

NUNES, Francivaldo Alves. **Sob o signo do moderno cultivo**: Estado imperial e agricultura na Amazônia. Tese (Doutorado em História Social Contemporânea) Universidade Federal Fluminense, 2011.

O LIBERAL DO PARÁ. Instrução Primária. Belém, 16 de março de 1874.

O LIBERAL DO PARÁ. Instrução Primária. Belém, 29 de agosto de 1879.

O LIBERAL DO PARÁ. Instrução Primária. Belém, 30 de agosto de 1879.

PAIVA, V. P. **Educação popular e educação de adultos.** 4. ed. São Paulo: Loyola, 1987.

PARÁ. Relatório dirigido a Assembleia Legislativa do Pará na segunda sessão da décima segunda Legislatura pelo Exmo. Sr. Dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque, presidente da mesma província, em 17 de agosto de 1861. Typ. Diário do Gram-Pará, 1861. Disponivel em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/para>. Acesso em: 16 jun. 2014.

_____. Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial na primeira sessão da décima oitava legislatura em 15 de fevereiro de 1872, pelo presidente da província Dr. Abel Graça. Pará, Typ. Diário

do Gram-Pará, 1872.
Disponivel em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/para>. Acesso em: 16 jun. 2014.

_____. Falla com que o Excl. Sr. Dr. João Capistrano bandeira de Mello Filho, abriu a segunda sessão da vigésima legislatura da Assembleia Legislativa da Província do Pará, em 15 de fevereiro de 1877. Pará, Typ. do Livro do Commercio, 1877. Disponivel em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/para>. Acesso em: 16 jun. 2014.

_____. Relatório dirigido a Assembleia Legislativa do Pará na segunda sessão da vigésima segunda legislatura em 15 de fevereiro de 1881 pelo Exmo. Sr. Dr. José Coelho da Gama e Abreu. Pará Typ. Diário de Noticias do Costa & Campbell, 1881. Disponivel em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/para>. Acesso em: 16 jun. 2014.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural.** 2 ed. 2 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PROVÍNCIA DO PARÁ. Instrução Primária. Belém, 10 de agosto de 1876.

RIZZINI, Irma. **O cidadão polido e o selvagem bruto:** a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial, Rio de Janeiro: Tese de Doutorado, UFRJ/IFCS/PPGHIS, 2004.

SCHUELER, Alessandra F. Martinez. Os jesuítas e a educação das crianças: séculos XVI ao XVIII. In: RIZZINI, Irma (Org.). **Crianças desvalidas, indígenas e negras no Brasil**: cenas da colônia, do império e da república. Rio de Janeiro: USU / Universitária, 2000, p. 17-44.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Os aprendizes de guerra. In: **História das crianças no Brasil**. DEL PRIORE, Mary. São Paulo: Contexto, 2000, p. 196-200.



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

**NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR**

ENSINO MÉDIO PÚBLICO E CLASSE TRABALHADORA: ENTRE A IDEOLOGIA E O DISCURSO HEGEMÔNICO

Carine Jung
PPGE/ UNIOESTE
Licenciada em Filosofia
Docente do Ensino Médio Público
Rua Universitária 1916, Jd. Universitário – Cascavel, PR
(45) 3220 3060
carineane@hotmail.com

Liliam Faria Porto Borges
PPGE/UNIOESTE
Doutora em Educação
Docente e Pesquisadora do GPPS/Unioeste
Rua Universitária 1916, Jd. Universitário – Cascavel, PR
(45) 3220 3060
liliam.borges@unioeste.br

RESUMO

O presente artigo pretende apresentar, na primeira parte do texto, dados que retratam a situação atual do Ensino Médio público no Brasil, como um reflexo de que o sistema de ensino no país possui problemas, tornando urgente a realização de uma reforma educacional. Na sequencia pretende problematizar as reformas que tem sido propostas pelo Estado, por seguirem a lógica das próprias causas destes problemas e, que por isso, os perpetuariam. Da mesma forma, a análise dos discursos hegemônicos sobre o não cumprimento da função social, que tem sido atribuído à escola, revela o quanto estes discursos estão fundamentados em pressupostos equivocados, na medida em que são uma inversão idealista, por tomarem o que é decorrência por origem. Quando a ideologia hegemônica acusa o Ensino Médio público, direcionado para a classe trabalhadora de "fracasso", "inadequação", "não cumprimento de sua função social", afirma que a escola enquanto parte da totalidade possui problemas, o que é inegável através da análise dos dados apresentados pelo próprio Estado brasileiro, porém, desvinculada a parte do todo, a escola deixa de ser compreendida como decorrência da totalidade e é tomada como determinante desta.

Palavras-chave: Ensino Médio Público; Política Educacional Brasileira; Modo de Produção Capitalista.

ABSTRACT

The present article intends to show, in its first part, data portraying the present high school situation at the public educational system in Brazil as a reflex that such system has problems, making it urgent an educational reform. After that it intends to analyse the reforms proposed by the government because they follow the logics that causes the problems we are showing, so they tend to perpetuate. The same way, the hegemonic speech analysis about the social disfunction attributed to school, reveals how much these speeches are based on wrong assumptions, because they are an idealistic inversion by taking what occured by origin. When the hegemonic ideology accuses the public high school directed to the working class of "failure", "inadequate", "not accomplishing its social function" it affirms that the school while part of its totality has problems, what is undeniable through data analysis presented by the same brazilian government, however, dettached the part from its totality, the school becomes uncommitted as a result from the totality and it determines it.

Key words: Public High School; Brazilian Educational Policy; Capitalism Production Way.

> A consciência nunca pode ser outra coisa senão o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo real de vida. Se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo, como numa câmara escura, este fenômeno resulta do seu processo histórico de vida, da mesma forma como a inversão dos objetos na retina resulta de seu processo de vida imediatamente física.
>
> MARX, 2007, p. 94

O ENSINO MÉDIO NO BRASIL E A CLASSE TRABALHADORA

De acordo com o Censo da Educação básica referente ao ano de 2012, foi realizado um total de 8.376.852 matrículas no Ensino Médio durante este período no Brasil, caracterizando uma redução de 0, 3% em relação ao ano de 2011. Considerando somente as matrículas realizadas no Ensino Médio, nas modalidades de educação profissional concomitante e subsequente, o número de matrículas chegou a 1.362.200 e apresentou contrariamente ao número total de matrículas no país, uma taxa de crescimento de 7, 1% em relação ao ano de 2011[1] (INEP, 2013, p. 24).

Os dados acima apontados indicam o aumento da procura pelos cursos técnicos e profissionalizantes, mas também indicam a queda na busca pela escolarização de nível médio no país. Contraditoriamente, os dados da edição de 2012 da Pesquisa nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) revelam que entre os jovens de 15 a 17 anos, que constituem a população em idade escolar para cursar o Ensino Médio, o percentual de indivíduos que frequentavam a escola aumentou de 83,7% em 2011, para 84,2% em 2012. (IBGE, 2013, p 20).

Esta contradição pode ser facilmente compreendida quando nos atentamos para a taxa de escolarização líquida da população brasileira entre 15 e 17 anos, ou seja, quando observamos o percentual da população entre 15 e 17 anos matriculada no nível adequado à sua faixa etária, neste caso, o Ensino Médio. De acordo com estudos recentes, a taxa de escolarização líquida no Brasil gira em torno de 50%, existindo mais de 5 milhões de jovens que deveriam estar cursando o Ensino Médio, mas não estão matriculados neste nível de ensino (IBGE, 2013, p. 40). Dessa forma, podemos concluir que mesmo que 84,2 % dos jovens entre 15 e 17 anos estejam frequentando a escola, a metade deste percentual não está matriculado no Ensino Médio. Ainda é importante acrescentar a este quadro que, aproximadamente 31, 9%, destes 50 % não estão matriculados no Ensino Médio por que não conseguiram concluir os anos finais da etapa de ensino anterior. (IBGE, 2010, p. 11).

Enquanto muitos jovens se encontram em situação de distorção idade/série no Ensino Fundamental, não conseguindo avançar para o Ensino Médio, outros encontram dificuldade em concluir os anos finais da Educação Básica no país. O Censo Escolar 2012 mostra que 2,6 milhões dos estudantes matriculados nas três séries do Ensino Médio estão dois ou mais anos acima da idade considerada ideal para cursar esta etapa, cerca 31, 1 % (INEP, 2013, p. 17). Os dados da mesma pesquisa também demonstraram que a desigualdade da inclusão dos estudantes na etapa educacional correta aumenta conforme a condição socioeconômica e regional. Nesse sentido, foi constatado que o índice de distorção idade/série é mais elevado entre os estudantes de 15 a 17 anos pertencentes às famílias mais pobres da população brasileira (INEP, 2013, p. 17).

Os índices de distorção idade/série, ou o atraso escolar provocado por muitas reprovações, estão relacionados com a ocorrência de outros indicativos negativos sobre a educação no país: o abandono e a evasão escolar. No ano de 2012 cerca de 10, 4 % dos jovens que cursavam o Ensino Médio abandonaram a escola (INEP, 2013, p. 24). Os números do abandono se apresentam maiores entre os alunos de baixa renda e nos estados do Norte do país, onde em alguns casos, os números podem chegar a mais de 60%. O Estado do Paraná, situado entre os mais ricos do país possui uma média de 45% de abandono, enquanto o Estado de Rondônia possui a maior porcentagem de desistência do país: 68% (IBGE, 2010, p. 21).

A maior parte dos estudantes que abandonaram o Ensino Médio em 2012 frequentavam a escola pública, representando um total de 760 mil estudantes. As escolas públicas são as instituições escolares que recebem o maior número de matrículas no Ensino Médio, concentrando 88% das matrículas neste nível de ensino, enquanto apenas 12% das matrículas são efetivadas na rede privada de ensino (INEP, 2013, p. 14). Consequentemente a escola pública também é aquela que atende, em sua maioria, os indivíduos que se situam entre as camadas menos favorecidas da estratificação social. Os dados apresentados rapidamente até este momento representam, mesmo que de forma sucinta o quadro pouco animador do Ensino Médio no país. Porém, estes dados também revelam a situação desastrosa em que se encontra a educação dos jovens brasileiros em idade entre 15 e 17 anos e pertencentes às famílias da classe trabalhadora: praticamente 20 % não estão matriculados da escola; entre aqueles que estão vinculados à escola, a metade não está frequentando o Ensino Médio, no nível escolar adequado à sua faixa etária, enquanto em algumas regiões mais da metade daqueles que estão matriculados no Ensino Médio acabam por abandonar a escola antes de concluírem seus estudos.

A Pesquisa "*Motivos da Evasão Escolar*", realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ) no ano de 2009, buscou desvendar o que estaria por trás do fenômeno de abandono da escola, principalmente por parte daqueles que dependem do ensino público. Esta pesquisa revelou que 40% dos jovens de 15 a 17 anos e que se evadem da escola, deixam de estudar por que consideram a escola desinteressante (FGV, 2009, p. 5). A necessidade de trabalhar é apontada como o segundo motivo pelo qual os jovens evadem, com 27% das respostas. A dificuldade de acesso à escola aparece com 10, 9% e em torno de 21, 7% alegaram outros motivos (FGV, 2009, p. 5). De acordo com o coordenador da pesquisa, Marcelo Neri (IPEA) em entrevista ao programa Jornal e educação em 20/04/2009: "[...] O que a pesquisa está mostrando é que não basta garantir o acesso ou criar programas de transferência de renda para assegurar que esse jovem permaneça na escola, é preciso torná-la mais atrativa, interessante e cativante [...]". Nesse mesmo sentido, em notícia vinculada pelo jornal "O Globo" em 31/07/2013 e intitulada: "*Para especialistas, o Ensino Médio está distante da vida dos jovens*", a jornalista Clarice Spitz escreve o seguinte:

> "[...] Um programa curricular rígido, pouco atraente e desatualizado. Para especialistas, boa parte dos problemas do Ensino Médio brasileiro-indicador que mais contribui para frear o desen-

> volvimento humano em grande parte dos municípios do país – pode ser explicada pela falta de qualidade na educação e da distância do ensino em relação à qualidade vivida pelos jovens [...]".“[...] Mesmo entre os especialistas que veem avanços na educação nas últimas décadas, como Sergei Soares, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), ao altos índices de repetência ainda mostram um quadro incômodo: “No fundo, há aulas chatas, com pouca aplicabilidade, e a adolescência é uma idade chata- afirma [...]" (SPITZ, 2013).

Em sua maioria, os discursos produzidos pela sociedade contemporânea e que pretendem justificar os altos índices de evasão e abandono nas séries do Ensino Médio nas escolas públicas brasileiras, parecem possuir o mesmo teor: a constatação por parte dos jovens e da sociedade de que a escola é desinteressante; a necessidade de que a escola se torne "*mais atrativa, interessante e cativante*"; a "*distância do ensino em relação à qualidade vivida pelos jovens*" e a falta de "*aplicabilidade*" dos conhecimentos transmitidos pela escola. Tais afirmações constatadas através de pesquisas pelos institutos como FGV e IPEA e, reiteradas pela mídia e a sociedade em geral, nos remetem aos seguintes questionamentos: estariam a escola pública e o Ensino Médio, organizados por meio de um modelo que pretende atender a um aluno ideal ou "abstrato", já que privilegia ensinar conhecimentos que estão desvinculados da realidade dos alunos aos quais se dirige? Ou ainda: a escola pública não tem cumprido sua função social por que não tem se adequado à demanda exigida pela sua clientela, ou seja, a classe trabalhadora?

ENSINO MÉDIO E CLASSE TRABALHADORA NO MUNICÍPIO DE TOLEDO

Com o intuito de evidenciar elementos constitutivos da realidade educacional brasileira e que possam contribuir com a reflexão acerca desta totalidade, pretendemos nesse momento relatar o caso de uma instituição de ensino pública específica, sua relação com a classe trabalhadora e os discursos produzidos pelo meio social na qual está inserida. Dessa forma, esta segunda parte do texto pretende expressar a situação do Ensino Médio público dirigido à classe trabalhadora no município de Toledo-PR, na perspectiva de seu alunado, familiares e profissionais da educação, a partir dos discursos que constituem sua identidade.

O Colégio Estadual Senador Attílio Fontana – Ensino Fundamental, Médio e Profissionalizante – CESAF, está entre as 29 instituições públicas estaduais que promovem a formação escolar de Ensino Médio no município de Toledo-PR. Esta instituição escolar foi criada em 1982 no Bairro Vila Pioneiro, com o objetivo de atender às necessidades educacionais de crianças e jovens que precisavam se deslocar para outros bairros para estudar, ou para escolas distantes de suas casas, já que estes residiam em um conjunto habitacional construído próximo à indústria frigorífica Sadia S. A (PPP, 2013, p.08). Atualmente, a escola continua a absorver os filhos dos trabalhadores da empresa Sadia S. A. A grande maioria dos alunos da escola possui familiares que trabalham, ou já trabalharam na referida empresa frigorífica e, que hoje recebe a denominação de BR FOODS. Da mesma forma, grande contingente de jovens que estudam, ou já concluíram seus estudos na instituição, acabam por fazer parte da massa de 7 mil e 300 trabalhadores que estão empregados na empresa atualmente.

No ano letivo de 2013 o CESAF possui o total de 987 alunos matriculados e divididos entre o Ensino Fundamental, Médio e Profissionalizante. Estão matriculados no Ensino Fundamental cerca de 557 alunos; no Ensino Médio Regular estão matriculados 259 alunos; no Ensino Técnico Profissionalizante Integrado ao Ensino Médio existem 81 alunos matriculados e no Ensino Técnico Profissionalizante Subsequente foram realizadas 56 matrículas (PPP, 2013, p. 21). O CESAF é a escola estadual que possui o maior número de turmas atendidas no período matutino no município de Toledo, ao todo são 21 turmas e que possuem em média 30 alunos que frequen-

tam as aulas, o que vem ocorrendo desde a época de sua fundação, porém, somente 05 destas turmas correspondem ao Ensino Médio. O Ensino Médio matutino no CESAF possui 183 alunos matriculados, enquanto no período noturno o número é de 157 estudantes (PPP, 2013, p. 21).

O Projeto Político Pedagógico (PPP) mais antigo encontrado na instituição data do ano de 1999 e nos apresenta dados muito diferentes relacionados ao Ensino Médio: na época haviam 821 alunos matriculados somente no Ensino Médio na instituição (PPP, 1999 p. 8), número que vem caindo ano a ano. Neste período os alunos estavam divididos em turmas e turnos da seguinte forma: 136 alunos matriculados no Ensino Médio matutino; 685 alunos matriculados no Ensino Médio (incluindo os cursos técnicos de nível Médio) noturno (PPP, 1999, p. 8 e 9). Além da queda no número de matriculas realizadas no Ensino Médio, percebemos significativo aumento nas taxas de abandono escolar e distorção idade/série. A taxa de abandono escolar já chegou a 27, 1% no Ensino Médio e a taxa de distorção idade/série, considerada um agravante para a ocorrência do abandono escolar gira atualmente em torno de 55, 40%, uma taxa muito elevada quando agregamos a esta informação o fato de que 65,9% dos alunos que cursam as séries do Ensino Médio obtêm a aprovação através do Conselho de Classe (PPP, 2013 p. 45).

Os dados apresentados demonstraram que o CESAF se configura como um referencial educacional importante para a comunidade na qual está inserido; a grande maioria das crianças e jovens filhos da classe trabalhadora e que residem em seu entorno recorrem a esta instituição ao buscarem uma formação escolar. Porém, mesmo que a maioria destes jovens tenha estudado na instituição durante o Ensino Fundamental, a busca pelo Ensino Médio tem sido reduzida. Além disso, dentre aqueles que se matriculam na instituição muitos acabam por não concluírem seus estudos, ou se evadem, ou contribuem para aumentar os índices de reprovação e distorção atribuídos à instituição. Quando indagados sobre esta situação, tanto os alunos que frequentam o Ensino Médio no período noturno, quanto os que freqüentam as aulas no período matutino apresentam justificativas muito semelhantes para explicar os índices de evasão e distorção idade/série.
Entre as justificativas proferidas pelos alunos e ex-alunos do CESAF acerca do abandono e dos índices de distorção na instituição, a principal justificativa está relacionada ao o fato de estarem inseridos no mundo do trabalho, o que prejudicaria sua frequência às aulas, pois não estariam mais conseguindo adequar os horários das aulas com os horários de trabalho, por isso, ou abandonam a escola ou acabam por não acompanhar um número mínimo de aulas o que pode acarretar em mais de uma reprovação. Também é destaque em seus depoimentos o argumento de que não conseguem perceber uma aproximação dos conteúdos que são ensinados na escola e a realidade aluno/trabalhador em que estão imersos. Por este motivo, muitos alegam considerar a escola desinteressante e pouco atrativa, não contribuindo com o ensino de conhecimentos práticos e imediatos dos quais necessitam para conquistar postos de trabalho.

Professores e funcionários da instituição confirmam em seus discursos o evidente desinteresse por parte dos alunos no envolvimento com as atividades escolares. Em sua maioria, os professores denunciam a apatia e o descaso dos estudantes do Ensino Médio com os conteúdos ministrados nas aulas, acrescentando que frequentemente são questionados sobre a aplicabilidade na vida cotidiana dos conteúdos escolares que buscam ministrar. Com o intuito de amenizar esta situação, e diminuir os índices de evasão escolar, alguns professores e membros da equipe pedagógica relatam que quando consideram conveniente, criam atividades e projetos que pretendem a aproximação entre a escola e a realidade dos alunos.[3]

Tais afirmações sintetizam os depoimentos colhidos em meio à comunidade escolar do CESAF e nos remetem aos seguintes questionamentos: estariam o CESAF e o Ensino Médio que tem ofertado, organizados por meio de um modelo que pretende atender a um aluno ideal ou "abstrato", já que tem privilegiado

ensinar conhecimentos desvinculados da realidade dos alunos aos quais se dirige? Ou ainda: o CESAF não tem cumprido sua função social e se tornou obsoleto por que não tem se adequado à demanda exigida pela sua clientela, ou seja, a classe trabalhadora que reside no bairro Vila Pioneiro em Toledo?

ENSINO MÉDIO PÚBLICO E CLASSE TRABALHADORA: ENTRE A IDEOLOGIA E O DISCURSO HEGEMÔNICO

Os discursos apresentados por este artigo até o presente momento e que se dirigem, segundo o economista e ministro da Educação Aloízio Mercadante em entrevista à *Folha*, a um dos principais "desafios"[4] da Educação Básica no Brasil: o Ensino Médio, evidenciam pontos comuns quando tratam da evasão escolar e das justificativas para a ocorrência deste fenômeno. Os discursos proferidos em nível nacional e mesmo aqueles que se referem à situação local, nos parecem apontar uma insatisfação geral quanto à formação que o Ensino Médio público tem dirigido à sua clientela, atrelada à constatação que esta formação seria inadequada para o período histórico e a sociedade em que vivemos, ou seja, ideal e distante da realidade em que vivem os jovens brasileiros e, que seguindo este raciocínio é possível concluir que a escola pública estaria muito aquém de cumprir a sua função social. O próprio ministro Mercadante deixou oficialmente claro que o "*Mec quer tornar o Ensino Médio mais atrativo*"[5] e que defende a revisão curricular deste nível de ensino, pois o "*Currículo do Ensino Médio é grande demais*"[6], já devendo sofrer alterações para o ano letivo de 2014.

Partiremos agora para a realização de uma análise em separado das principais questões que citamos fazer parte dos discursos hegemônicos sobre o Ensino Médio e a escola pública em nosso país. Iniciaremos com a afirmação de que a escola, sua organização e os conteúdos por ela ensinados se encontram distantes da realidade dos alunos aos quais se dirigem: alunos que, em sua maioria, são oriundos da classe trabalhadora.[7]

Ao realizar uma análise acerca do distanciamento entre duas realidades, neste caso - a escola e seus alunos - não nos parece difícil concluir, e é justamente esta a análise realizada pelo senso comum, que a escola deveria ser reorganizada para que pudesse fazer parte da realidade de seus alunos, isto é, que a organização do trabalho escolar deveria tomar como ponto de partida a realidade de seus alunos. Qual seria a realidade dos alunos que frequentam a escola pública? De acordo com estes discursos, esta realidade seria aquela que possuem os alunos que advém das classes menos favorecidas economicamente na sociedade. O aluno deve ser, neste tipo de análise, situado historicamente. A pesquisadora Lígia Klein, nos adverte que esta compreensão de homem historicamente situado a partir do meio que lhe é imediato é uma compreensão reducionista da questão:

> "[...] Embora as expressões "aluno da classe trabalhadora", "aluno das classes populares", possam, à primeira vista, sugerir uma definição do sujeito a partir das determinações de classe, o que se deduz das detalhações posteriores a essas expressões é uma definição do sujeito a partir das condições de vida imediata, ou seja, as condições locais de vida. Nesse sentido, situar historicamente se reduz a "situar o indivíduo numa dada comunidade": a favela, a roça. Essa compreensão tem derivado da ideia de que a apreensão do sujeito é tanto mais concreta e, portanto, histórica, quanto mais intenso o esforço de descrever minuciosamente as especificidades do seu ambiente imediato: o lugar onde vive, com quem vive, os usos e costumes de sua gente, e assim por diante. Não é exagero afirmar que, em alguns casos, o nível de exigência dessa contextualização é tal que se procura, por exemplo, determinar se a roça de localiza no Paraná ou no Nordeste, se a favela é a do Capanema, em Curitiba, ou da Rocinha, no Rio de Janeiro [...]" (KLEIN,2008, p. 41- 42).

O aluno oriundo da classe trabalhadora e suas necessidades educacionais não podem ser deduzidas apenas e de forma imediata do meio social em que vivem, nos lembra a pesquisadora. Não podemos considerar que apreendemos a identidade dos alunos procedentes das famílias da classe trabalhadora por que os tomamos a partir da realidade do bairro onde vivem e da fábrica onde trabalham, analogamente, não podemos compreender a escola pública destinada à classe trabalhadora a partir dos alunos que a ela frequentam. Portanto, percursos analíticos como estes nos conduzem a análises que acabam por abstrair todo o conjunto de relações sociais que determinam a existência do objeto pesquisado, no caso, o ensino que é viabilizado através da escola pública para a classe trabalhadora. Ainda nas palavras de Klein:

> "[...] A dificuldade de apreensão de qualquer dado da realidade humana não está em se pesquisar um fato particular, mas na tentativa de explicá-lo apenas pelas relações internas a esse mesmo universo particular. A dificuldade resulta do fato de, nessa análise, se abstrair o conjunto das relações efetivamente constituidoras dos próprios elementos pesquisados e que, embora possam manifestar-se no interior desse campo restrito, não têm nele a sua origem [...]" (KLEIN, 2008, p. 49).

Da mesma forma, ainda podemos considerar reducionista a perspectiva que busca afirmar que, como a escola estaria organizada para um aluno ideal, não aquele que frequenta a escola pública, mas um aluno pertencente à outra classe mais favorecida economicamente, esta escola e os conteúdos que ensina não seriam de interesse dos alunos da classe trabalhadora. Essa afirmação acaba por demonstrar que existe a necessidade de um sistema dual de ensino. Ora, se a escola a qual a classe trabalhadora frequenta está organizada para a burguesia, o que não lhe interessa enquanto classe, o mais óbvio seria concluir que devem existir dois tipos de escola: uma organizada tendo em vista os alunos oriundos das classes dominantes e outra somente para aqueles que são originários da classe trabalhadora. Nesse contexto, não nos restaria dúvida de que a escola se constitui somente enquanto um instrumento de reprodução de indivíduos para determinadas classes sociais.

Portanto, em um sistema dual de ensino, os conteúdos ensinados para as classes que frequentam cada modelo de escola deveriam ser selecionados conforme a "realidade" dos indivíduos que compõem estas classes. Ainda, para que estes conteúdos se tornem "significativos" para os alunos deveriam partir de "sua realidade". Entendemos que esta referência à "realidade do aluno" é tida como sinônimo de cotidianidade, pois tal crítica direcionada ao Ensino Médio e a escola pública parte do pressuposto de que a escola será tão melhor, quanto mais próxima estiver da vida cotidiana de seus alunos. O cotidiano em que vivem os alunos não pode ser ignorado, mas a função social que a escola visa cumprir em seu cotidiano, na leitura de uma pedagogia histórica e crítica, deve ultrapassar esses limites:

> "[...] Em suma, pela mediação da escola, acontece a passagem do saber espontâneo ao saber sistematizado, da cultura popular a cultura erudita. Cumpre assinalar, também aqui, que se trata de um movimento dialético, isto é, a ação escolar permite que se acrescentem novas determinações que enriquecem as anteriores e estas, portanto, de forma alguma são excluídas [...]" (SAVIANI, 2003, p. 21).

A escola, na perspectiva da pedagogia histórico-crítica, deve trabalhar com o conhecimento científico, não apenas com o que pode ser aplicado imediatamente ao cotidiano do aluno, acrescentando que, a maior parte do conteúdo científico aprendido na escola não será aplicado pelo estudante em seu cotidiano. Tal indicação não significa menosprezar o saber que o aluno já

possui ou a cultura popular, mas auxiliar o aluno, através do ensino dos conteúdos científicos mais desenvolvidos a superar concepções de mundo apenas baseadas na aparência dos fenômenos sociais e naturais, ou seja, como já mencionamos imediatistas da realidade. O professor Newton Duarte, em estudos publicados como resultado das pesquisas que realiza na obra do psicólogo russo Vygotsky, sobre o desenvolvimento da personalidade e da concepção de mundo dos adolescentes, reafirma o papel central da escola para possibilitar a apropriação do conhecimento mais profundo da realidade objetiva pelos alunos:

> "[...] Nessa concepção vigotskiana do desenvolvimento da personalidade por meio do conhecimento mais profundo da realidade objetiva (incluídas nestas ações realizadas pelos seres humanos e pelo próprio indivíduo em desenvolvimento) evidencia-se a importância da educação escolar, da transmissão do saber objetivo pelo trabalho educativo na escola. Ao conseguir que indivíduo se aproprie desse saber, convertendo-o em "órgão da sua individualidade" (segundo uma expressão de Marx), o trabalho educativo possibilitará ao indivíduo ir além dos conceitos cotidianos, superá-los, os quais serão incorporados pelos conceitos científicos. Dessa forma o indivíduo poderá conhecer de forma mais concreta, pela mediação das abstrações, a realidade da qual ele é parte [...]" (DUARTE, 2008, p. 82).

O aluno somente conseguirá realizar o salto de uma visão superficial da realidade para compreender sua complexidade e compreender-se enquanto parte dessa realidade se partir das formas mais desenvolvidas de conhecimento, contrariamente ao que tem sido declarado nas críticas ao ensino veiculado pelas escolas públicas, quando se afirma que o que a classe trabalhadora realmente necessita é a aprendizagem de conteúdos que abordem sua realidade imediata ou que possam ser úteis à realidade imediata dos alunos. Tais posicionamentos também criticam a defesa de que existem saberes mais desenvolvidos e que possuem validade universal para o gênero humano, devendo ser transmitidos pela escola. O conhecimento universal é aquele que expressa as leis que regem determinados fenômenos (SAVIANI, 2003, p. 64) cuja validade é universal, é conhecimento objetivo. E é a apropriação das produções culturais humanas, das objetivações produzidas ao longo da história da humanidade que permitem a humanização dos indivíduos e o desenvolvimento de sua individualidade (DUARTE, 2011, p 138).

Consideramos necessário acrescentar à discussão que estamos realizando sobre "a realidade do aluno" como ponto de partida da organização do trabalho escolar a seguinte questão: existe um conjunto de realidades? Pois, se a escola deve estar organizada partindo da realidade do aluno da classe trabalhadora, mas tem tomado como ponto de partida a realidade dos alunos pertencentes à classe burguesa, esta situação não excluiria a possibilidade de existência de ainda muitas outras realidades, pois as especificidades da classe trabalhadora que vive na Vila Pioneiro em Toledo e em outras regiões do país não podem ser consideradas idênticas. Todavia, expressões como: "*partir da realidade do aluno*" ou "*o Ensino Médio está distante da vida dos jovens*" nos remetem a existência de uma pluralidade de realidades. E a realidade estaria então, fragmentada em muitas partes, e estas partes corresponderiam ao mesmo número possível de ambientes diversos em que o gênero humano habita:

> "[...] E fragmentada não por que considera partes ou elementos simples dessa realidade, mas por que os toma (partes ou elementos) em si mesmos. Fragmentada por que pretende apreender o aluno a partir de sua comunidade, mas faz dessa comunidade uma ilha, isolada de todo o corpo de relações em que se organiza a existência humana. Assim, ilhada do todo, não

> apenas deixa de apreender a realidade da comunidade, como também não apreende a realidade do aluno, dado que ambos só adquirem realidade num contexto muito mais universal [...]" (KLEIN, 2008, p. 56).

Considerar os ambientes e as diferenças existentes entre alunos que pertencem a classes sociais distintas como realidades em si mesmas, mais uma vez realizando uma análise que isola o objeto de pesquisa do restante das relações em que se organiza a existência humana, acaba por afastar o pesquisador do conhecimento concreto da realidade. E o aluno que frequenta uma escola organizada a partir destes pressupostos, também se distancia ainda mais do conhecimento da realidade concreta da qual ele faz parte. Ou seja, não existem inúmeras "realidades", mesmo a única realidade existente não está fragmentada em vários outras que subsistem por si mesmas, ou que existem como um fim em si próprias. Consideramos aqui de grande importância, para que possamos esclarecer melhor esta questão, trazer à tona e explicitar o método de análise marxiano, mesmo que ele já esteja presente implicitamente na redação deste artigo.

Partindo das colocações feitas por Marx em *O Método da Economia Política*, onde o autor aborda questões fundamentais para a compreensão do método histórico e dialético que propõe para o conhecimento da realidade, entendemos que a realidade é um todo social e histórico, complexo e contraditório, e que somente poderá ser conhecido através do seguinte processo: primeiramente, por meio da abstração de suas partes, a análise de suas articulações e leis internas e, posteriormente, pela reconstrução deste todo concreto pelo pensamento. Essa explicação sobre o método é exemplificada quando Marx discorre sobre o caminho trilhado pelos economistas clássicos, o qual, segundo o pesquisador não seria o mais "correto" para explicar a economia política. Os economistas clássicos teriam iniciado suas investigações pelo todo vivo; a população, descobrindo alguns elementos gerais abstratos, a partir dos quais construíram dedutivamente seu sistema econômico, porém, eles permaneceram neste ponto, não realizaram o movimento de reconstrução do todo concreto pelo pensamento:

> "[...] Assim, se começássemos pela população, teríamos uma representação caótica do todo, e através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto idealizado passaríamos a abstrações cada vez mais tênues até atingirmos determinações as mais simples. Chegados a esse ponto, teríamos que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas desta vez não como uma representação caótica do todo, porém, com uma rica totalidade de determinações e relações diversas [...]" (MARX, 1999, p. 30).

Assim como a análise realizada pelos economistas clássicos, nos parece que as críticas dirigidas à escola pública e ao ensino que veicula, e que afirmam que a escola não considera a "realidade do aluno", também não partem de uma análise que compreende a realidade como uma "rica totalidade de determinações e relações diversas". Estas críticas partem de uma representação caótica do todo, dissecando suas partes constitutivas, neste caso, as particularidades da "realidade" do ambiente em que vive cada classe social, porém, a partir deste ponto consideram a análise da realidade por encerrada. Em outras palavras, partem da síntese que se apresenta ao pensamento, neste caso, dos problemas relacionados à escola pública, como a evasão no Ensino Médio e acreditam que possam compreender a origem destes problemas se iniciarem uma investigação que permita o conhecimento de alguns de seus elementos gerais abstratos, como a situação de pobreza em que vivem estes alunos. Estas análises fragmentam o todo em inúmeras partes e buscam a compreensão das próprias partes apenas através de um conhecimento abstrato e lógico. O conhecimento abstrato é

insuficiente para revelar a verdadeira natureza do objeto analisado, pois é apenas conhecimento das partes, dos fenômenos isolados, é apenas um meio pelo qual chegamos ao conhecimento (MARX, 1999, p. 39). O todo concreto é que se configura como objetivo do conhecimento:

> "[...] O concreto é concreto por que é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como om processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja om ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação [...]" (MARX, 1999, p. 39-40).

O concreto "*aparece no pensamento como um processo de síntese*", pois o concreto é conceito, aquele que é reconstruído pelo pensamento. Por isso, continuamos a afirmar que compreender a escola pública e o ensino que dirige para a classe trabalhadora não será possível se, apenas realizado um processo de crítica que abstrai a escola, o ensino e a classe trabalhadora da totalidade da sociedade capitalista, tomando-os como partes em si da realidade sem a realização do movimento do retorno, imprescindível ao método dialético, explicitando suas leis internas e suas articulações na estrutura do todo. Será esse o fio condutor que guiará a análise da segunda questão que citamos neste artigo e que acreditamos estar presente nos discursos hegemônicos sobre o Ensino Médio e a escola pública em nosso país, formulamos este questionamento por meio da seguinte pergunta: a escola pública não tem cumprido sua função social já que não tem se adequado à demanda exigida pela sua clientela, ou seja, a classe trabalhadora?

Para iniciar uma discussão sobre a realização ou não da função social da escola pública na contemporaneidade e, se optamos por uma análise realizada por meio do método histórico e dialético, partiremos do entendimento de que não poderemos compreender o todo sem as suas partes e, da mesma forma, não poderemos compreender as partes sem que estas estejam articuladas com o todo. Nesse sentido, acreditamos que os discursos advindos da sociedade em geral e que apontam o "fracasso" do Ensino Médio vinculado à escola pública no Brasil, desconsideram que somente poderemos compreender a realidade nacional se realizarmos uma análise que considere suas múltiplas relações e determinações. Ao afirmarem que a escola não tem formado os trabalhadores satisfatoriamente, uma vez que não tem proporcionado o ensino de conhecimentos que lhes serão úteis em sua vida cotidiana e para a sua inserção e permanência no mundo do trabalho, os discursos hegemônicos acabam por concluir que a escola que temos é desinteressante para a classe trabalhadora e que ela não tem cumprido a função que lhe tem sido atribuída pela sociedade contemporânea. Mas, onde estaria a origem deste discurso? Como foi produzida esta consciência que desconsidera uma análise da realidade nacional articulada com a totalidade, ou seja, a sociedade capitalista?

Os discursos hegemônicos sobre a realidade educacional nacional tem origem no pensamento liberal nacional, que por sua vez, surge como influência da ideologia liberal indissociável do modo de produção capitalista. A ausência de uma visão global e integrada da história do capitalismo no Brasil (XAVIER, 1990, p. 23) acaba por gerar tais discursos que afirmam o não cumprimento da função social da escola. Para compreender a realidade nacional, é necessário compreender a história do capitalismo no Brasil (XAVIER, 1990, p.15), as peculiaridades inerentes à sua consolidação em terras brasileiras e ao mesmo tempo sua articulação com o processo de acumulação capitalista mundial, o que perpassa pela compreensão da constituição do pensamento liberal brasileiro:

> "[...] Qualquer tentativa de compreensão da realidade nacional, assim como das formas de pensamento que nela se produziram para reforçar ou para contestar as suas estruturas, implica necessariamente a reconstituição da

> história do capitalismo no Brasil, assim como da constituição do liberalismo nacional, ou do liberalismo enquanto ideologia nacional. O ideário liberal nacional refletiu e contribuiu para a constituição do capitalismo brasileiro. Considerá-lo como simples resultado de assimilação ou transplante cultural significa ignorar a indissociabilidade entre liberalismo e modo de produção capitalista [...]" (XAVIER, 1990, p. 15).

A ideologia liberal nacional foi o resultado de um processo de rearticulação da matriz ideológica liberal que penetrou no Brasil a partir do processo de industrialização verificado nas décadas de 20 e 30 do século XX, com as relações capitalistas de produção. É importante ressaltar que durante este período, o capitalismo era dominante em escala mundial, exigindo a submissão do desenvolvimento da economia nacional às demandas da reprodução do capital em escala mundial. Dessa forma, o Brasil transitou tardiamente ao capitalismo, fato que resultou em um processo que assumiu características diversas daquelas verificadas em sociedades que representam o centro hegemônico do capitalismo internacional. A ausência de uma revolução burguesa no Brasil é, sem dúvidas, uma destas principais características, se configurando também em um importante pressuposto para a localização da origem dos discursos hegemônicos sobre a realidade educacional brasileira atual. A implantação do capitalismo no Brasil não foi o desdobramento de uma revolução, muito menos foi direcionado pela classe burguesa por meio de um embate ideológico:

> "[...] O aburguesamento da classe senhorial brasileira, dado o modo como se impuseram as relações de tipo capitalista no país, dispensou um embate político-ideológico (típico do capitalismo que se implantou pela via revolucionária) que exigisse um arcabouço ideológico sofisticado e consistente (como aquele elaborado na luta contra o Antigo Regime). Daí a "fragilidade" peculiar do liberalismo que respaldou o movimento pela emancipação política e a construção do Estado Nacional, preservando e reforçando as formas de dominação do capital definidas pela clássica divisão internacional do trabalho. A fase de consolidação e expansão das relações capitalistas no país, que exigiu maior elaboração e sistematização do liberalismo nacional no estádio final de transição para a fase industrial, não foi marcado por confrontos entre estas e a classe trabalhadora. Isso dispensou a incorporação ideológica de parcela significativa das reinvindicações populares presentes no discurso liberal nacional apenas em certos momentos decisivos da transição [...]" (XAVIER, 1990. p. 16).

A burguesia no Brasil não se constitui enquanto classe revolucionária, mas surge de um "aburguesamento da classe senhorial", ou seja, é a camada social que no avanço das relações capitalistas no Brasil, através de formas particulares de dominação do capital, constitui-se em classe dominante (XAVIER, 1990, p. 17). Por isso, sua relação com as demais classes é diversa daquela que existiu entre a burguesia revolucionária europeia e as demais classes com quais formulou alianças ou empreendeu confrontos. A nascente burguesia brasileira não necessitou compor alianças com a classe trabalhadora para empreender uma revolução, nesse sentido, também não precisou incorporar as reinvindicações populares a seu discurso ou construir uma ideologia comum, o fez somente nos momentos em que considerou conveniente para a manutenção de seus próprios privilégios. As classes dominantes nacionais não assumem o papel de romper com as estruturas existentes no período pré-capitalista, por outro lado, apoiam a subordinação econômica do país e das outras camadas sociais. A burguesia nacional:

> "[...] não surgiu de um processo de aburguesa-

> mento nascido da luta contra o antigo sistema mas da negação do jugo colonial. Uma vez abolido este jugo, a antiga estrutura e todos os seus privilégios permaneceram e foram reforçados para solidificar a posição da oligarquia, que então se constituía [...]". "[...] Nesse processo, as outras camadas pouco contaram e, sem compartilhar de quaisquer privilégios limitaram-se a funcionar como massa de manobra [...]" (XAVIER, 1990, p. 53).

Podemos situar a origem dos discursos hegemônicos e de cunho liberal acerca da realidade nacional e, consequentemente sobre a escola, parte integrante desta realidade, no processo de transmutação da oligarquia rural brasileira em burguesia nacional e na ausência de um projeto conjunto desta com as demais classes. Nesse sentido, a reinvindicação pela expansão da educação escolar no Brasil em fase de consolidação, assim como outras transformações sociais ocorridas em terras brasileiras e, a partir deste momento histórico, resultaram dos interesses da elite nacional em articulação com os interesses do capitalismo em escala mundial. Estes interesses visavam a manutenção da concentração de riqueza e poder nas mãos desta elite, mas ao mesmo tempo, como tipicamente ocorre no países caracterizados pelo capitalismo tardio, também visavam assegurar a dependência das relações internas de produção capitalistas no país em relação ao sistema de acumulação mundial.

Os discursos oriundos da ideologia hegemônica no Brasil, ao se referirem à escola pública ocultam o fato de que o progresso econômico e desenvolvimento social não necessitam coexistir em países caracterizados pelo modo de produção capitalista. O Brasil atualmente é classificado como a 7ª economia mundial, embora faça parte do grupo de países com o pior rendimento do Programa de Avaliação Internacional de Alunos (PISA), classificado em 53º em 2009. Por isso, a hipótese de que a escola pública não estaria cumprindo a função que lhe tem sido atribuída no momento histórico atual, partindo do pressuposto articulado pelo discurso hegemônico nos parece equivocada. A peculiaridade da ordem capitalista brasileira e suas consequências ideológicas e educacionais evidenciam que historicamente tem ocorrido uma adequação da escola ao sistema vigente revelando as limitadas funções que a escola foi solicitada a assumir em diferentes momentos:

> "[...] Afirma ainda a extrema adequação entre os avanços do sistema de produção e os rumos tomados pela política educacional, afastando definitivamente a hipótese de uma "defasagem" que teria inviabilizado a integração da escola ao progresso nacional. Se a cristalização do descompasso entre a produção cultural do país e as exigências tecnológicas do avanço econômico o condenou à dependência, à perfeita adequação do sistema educacional às exigências do avanço econômico logrado permitiu as acomodações políticas e sociais necessárias à consolidação da ordem instaurada [...]" (XAVIER, 1990, p. 152).

As relações de produção capitalistas afetam também a produção cultural nas formações sociais em que atuam, isto é, não geram influência apenas no progresso econômico de uma nação, afetam inclusive o seu desenvolvimento social e cultural. Encontramos aí, o ponto chave da análise que nos propomos a realizar sobre a origem dos discursos produzidos em relação à escola e sua função social na atualidade: desde a penetração das relações capitalistas de produção os interesses da elite nacional em articulação com o sistema de acumulação mundial continuam hegemônicos, consequentemente os discursos que são produzidos acerca do sistema educacional brasileiro sofrem a influência da ideologia liberal inerente a estes interesses hegemônicos. Portanto, a função atribuída à escola pela sociedade é atravessada por esta ideologia dominante, representando em última instância, os interesses da elite hegemônica. A própria classe trabalhadora, que se utiliza de um

discurso muito próximo daquele proferido pela burguesia, mesmo reivindicando reformas educacionais que acredita atender aos seus interesses de classe, em última instância, reproduz a ideologia que é dominante. De acordo com MARX, as ideias da classe dominante são em cada época:

> "[...] as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios de produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação [...]" (MARX, 2007, p. 47).

Em uma formação social cindida em classes as ideias hegemônicas representam as relações materiais dominantes, nesse sentido, quando a sociedade em geral e a própria classe trabalhadora afirmam que a escola pública e o Ensino Médio tem se tornado cada vez mais desinteressante para a classe trabalhadora e, inclusive para as elites, por que não tem proporcionado uma formação adequada aos trabalhadores na contemporaneidade, estes discursos estão, em última instância, reproduzindo a ideologia das classes que detém os meios de produção. As reformas e políticas educacionais direcionadas à escola pública e a reformulação do Ensino Médio no país na atualidade seguem esta mesma orientação. Programas, como o recente "Ensino Médio Inovador"[8] , são criados com a promessa de que, se realizadas determinadas reformas na escola e no sistema de ensino do país, atendendo às reinvindicações da própria clientela escolar da escola pública e da sociedade em geral, crescerão as possibilidades de ascensão social dos filhos da classe trabalhadora egressos desta escola "inovadora", ocorrendo um grande salto no desenvolvimento econômico do país. Porém, a escola vai se encontrar sempre em situação de "defasagem" em relação ao mundo produtivo devido a sua lógica de mediação e não de determinação (BORGES, 2009, p. 173) e, afirmar o contrário é uma inversão idealista:

> "[...] que faz da escola motor da transformação nas relações de produção da vida material, e não resultado dessas relações. A crença na escola, como o espaço da construção de um mundo melhor, ou da melhoria deste mesmo mundo, inverte a história e desconsidera as relações sociais de produção como o espaço da determinação [...]" (BORGES, 2009, p. 32).

Os dados apresentados na primeira parte do texto e que retratam a situação atual do Ensino Médio público no Brasil são um reflexo de que o sistema de ensino no país possui problemas, tornando urgente a realização de uma reforma educacional. Porém, as reformas que tem sido propostas pelo Estado seguem a lógica das próprias causas destes problemas e, por isso, os perpetuam. Da mesma forma, a análise dos discursos hegemônicos sobre o não cumprimento da função social que tem sido atribuída à escola, apresentou que estes discursos estão fundamentados em pressupostos equivocados, isto é, em uma "inversão idealista de tomar o que é decorrência por origem" (BORGES, 2009, p. 33). De acordo com pensamento de Marx e Engels, contrariamente, o ponto de partida para a transformação efetiva do mundo não está na atividade isolada da consciência, mas nas condições materiais dos indivíduos, onde os indivíduos formam a sua consciência, a sua visão de mundo. Como eles afirmam:

> "[...] A consciência nunca pode ser outra coisa senão o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo real de vida. Se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo, como numa câmara escura, este fenômeno resulta do seu processo histórico de vida, da mesma forma como a inversão dos objetos na retina resulta de seu processo de vida imediatamente físico [...]" (MARX, 2007, p. 94).

Marx e Engels entendem aqui a ideologia como a consciência invertida, a consciência fracionada do mundo, tal como ocorre na inversão das imagens em uma câmara escura, ou seja, a totalidade das formas de consciência social a qual inverte a relação entre ela e as contraditórias condições de produção da existência, tomando a si mesma como condição geradora do mundo. Quando a ideologia hegemônica acusa o Ensino Médio Público, direcionado para a classe trabalhadora de "fracasso", "inadequação", "não cumprimento de sua função social" afirma que a escola enquanto parte da totalidade possui problemas, o que é inegável através da análise dos dados apresentados pelo próprio Estado brasileiro. Porém, o capitalista desvincula a parte do todo estrategicamente, obviamente a educação enquanto parte da totalidade capitalista possui problemas, só que estes problemas estão postos justamente por que ela é parte desta totalidade e não o contrário.

NOTAS

[1] Este indicativo inclui as matrículas realizadas no Ensino Médio integrado à educação profissional. (INEP, 2013, p. 24).

[3] As seguintes atividades estão listadas no PPP da escola: " [...] Festa Junina; Garoto e garota CESAF; Feira do Administrador; Halloween [...]" (PPP 2012, p. 169).

[4] De acordo com entrevista concedida ao programa "Poder e Política" conduzido pelo jornalista Fernando Rodrigues e pertencente a UOL e Folha, o ministro da Educação, Aloizio Mercadante afirma que: "O ensino médio, para nós hoje, é o maior desafio". A gravação ocorreu em 10 de junho de 2013 no estúdio do Grupo Folha em Brasília. Disponível em: < http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/07/11/leia-a-transcricao-da-entrevista-de-aloizio-mercadante-a> Acesso em: 10/11/2013.

[5] Discurso proferido pelo ministro da Educação, Aloízio Mercadante em audiência pública realizada no dia 21/08/2013. Disponível em: < http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/EDUCACAO-E-CULTURA/449973-MERCADANTE-MEC-QUER-TORNAR-O-ENSINO-MEDIO-MAIS-ATRATIVO.html> Acesso em: 10/11/2013.

[6] Discurso proferido pelo ministro da Educação, Aloízio Mercadante no evento "SalaMundo 2013"promovidompelo grupo Positivo em Curitiba, no dia 07/08/2013. Disponível em: < http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.php?id=88620> Acesso em: 10/11/2013.

[7] Sabemos que estes discursos sobre o distanciamento entre a realidade vivida pelos alunos e os conteúdos ministrados pela escola também são dirigidos ao ensino ministrado pelas escolas privadas em nosso país. Porém, decidimos por realizar um recorte temático e privilegiar apenas o ensino ministrado pelas escolas públicas devido aos limites que nos são impostos pelos artigos acadêmicos.

[8] O Programa Ensino Médio Inovador – ProEMI, Instituído pela Portaria número 971, de 9 de outubro de 2009, integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, como estratégia do Governo Federal para induzir a reestruturação dos currículos do Ensino Médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13439> Acesso em: 05/11/2013.

REFERÊNCIAS

ANJ. Desinteresse é o maior motivo da evasão escolar dos jovens. Programa Jornal e Educação. Brasil: Associação Nacional de Jornais, 2009. Disponível em: <http://www.anj.org.br/jornaleeducacao/noticias/pesquisa-da-fgv-mostra-causas-da evasão-escolar-no-pais > Acesso em: 28/10/2013.

COLÉGIO ESTADUAL SENADOR ATTÍLIO FONTANA. Projeto Político Pedagógico – PPP. 1999.

_____. Projeto Político Pedagógico – PPP. 2013.

DUARTE, Newton. Sociedade do Conhecimento ou sociedade das ilusões?: quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

_____. Vitgotski e o "aprender a aprender": crítica às apropriações neoliberais e pós- modernas da teoria vigotskiana. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

FGV. O tempo de permanência na escola e as Motivações dos sem escola. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/ IBR, CPS, 2009. Disponível em: < http://www.cps.fgv.br/cps/tpemotivos/ > Acesso em: 21/10/2013.

IBGE. Pesquisa Nacional por amostragem de domicílios (Pnad): 2012. Brasil: Instituto brasileiro de geografia e estatística, 2013. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2012/default.shtm> Acesso em: 21/10/2013.

IBGE. Pesquisa Nacional por amostragem de domicílios (Pnad): 2009. Brasil: Instituto brasileiro de geografia e estatística, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/default.shtm> Acesso em: 21/10/2013.

INEP. Censo da educação básica: 2012 – resumo técnico. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013. Disponível em: < inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2012.pdf> Acesso em: 21/10/2013.

KLEIN, Ligia Regina. Alfabetização: quem tem medo de ensinar? Campo Grande: Cortez, 2008.

MARX, Karl. A ideologia alemã: crítica mais recente da filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo, SP: Boitempo editorial, 2007.

_____. Para a crítica da economia política. In: Coleção "Os Pensadores", São Paulo: Nova Cultural, 1999.

SAVIANI, Demerval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

SPITZ, Clarice. Para especialistas, Ensino Médio está distante da vida dos jovens. O Globo, Rio de Janeiro, 31 jul. 2013. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=19189 > Acesso em: 22/10/2013.

XAVIER, Maria E. S. P. Capitalismo e escola no Brasil: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961). Campinas, SP: Papirus, 1990.



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

**NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR**

HISTÓRIA DAS PROFESSORAS MIGRANTES NA FRONTEIRA: CONFLITOS E PRECONCEITOS

Maria das Graças Campos
Professora mestre na Universidade de Cuiabá- UNIC
mdgcampos@uol.com.br

RESUMO

Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa de mestrado, que desenvolveu um estudo do percurso vivido por professoras migrantes. Na investigação foram entrevistadas 20 professoras efetivas que atuam na Educação Básica em Campo Verde, Mato Grosso e que migraram para esse município a partir da década de 1970. A análise reflete a convivência na fronteira humana, nas dimensões de poder, e de sociabilidade, bem como as questões das relações étnico-raciais. Enquanto estratégia metodológica adotou-se a História Oral, que permitiu a obtenção de fontes para uma leitura do passado e compreensão de como elas experimentaram e interpretaram acontecimentos, situações e modos de vida diante do grupo ou da sociedade em geral para a qual estavam migrando. Nesse espaço geográfico e de sociabilidade, também considerado fronteira humana, são reproduzidas formas de convivências pacíficas e solidárias, mas ainda são lugares segregadores, onde há estereótipos, preconceitos e discriminação.

Palavras-chave: Professoras migrantes, na fronteira de segregação social.

ABSTRACT

This paper presents results of a research masters, who developed a study of the route experienced by migrant teachers. In the investigation 20 effective teachers who work in Primary Education in Campo Verde Mato Grosso and who migrated to this city from the 1970s were interviewed. Analysis reflects the coexistence boundary in the human dimensions of power, and sociability, as well as issues of ethnic and racial relations. While methodological strategy adopted the Oral History, which allowed obtaining supplies for a reading of the past and understanding how they experienced and interpreted events, situations and lifestyles before the group or society in general which were migrating to. In this geographic space and sociability, also considered human frontier, peaceful forms of solidarity and conviviality are reproduced, but are still segregating places where stereotypes, prejudice and discrimination.

Keywords: Teaching migrants on the border of social segregation.

INTRODUÇÃO

Este trabalho de pesquisa insere-se no campo dos estudos do fenômeno migratório, objetivando compreender a vida de professoras provenientes de outros estados que atuam em escolas públicas do município de Campo Verde, no interior do estado de Mato Grosso (MT). Considera-se que os resultados desta pesquisa poderão subsidiar leituras e reflexões a respeito dos elementos impulsionadores do processo migratório vivenciado por essas educadoras.

Nesse contexto, três perguntas nortearam a investigação: Por que migrou? Como foi o encontro na fronteira? Por que se tornou professora? Assim, foi possível fazer leitura reflexiva do processo de ocupação do município.

O estudo em pauta pretende fazer um recorte da pesquisa, privilegiando os aspectos relevantes das relações interpessoais, mais especificamente, procurando compreender como se dá o encontro com o outro: seja no ambiente social, de trabalho ou nas relações de convivência escolar.

Considerando, ainda, que o estado de Mato Grosso vem recebendo nas últimas décadas um contingente significativo de migrantes, acreditamos que em Campo Verde encontramos campo fértil para refletir também a respeito da segregação social, tentando estudar como se dá o processo de aceitação e/ou exclusão das pessoas que para lá se dirigem, dispostas a ampliar suas possibilidades de vida e de opção de trabalho.

Para melhor compreensão de como se dá a convivência das professoras migrantes nessa nova sociedade, propomos nesta investigação uma reflexão sobre como foram construídos conceitos e opiniões, bem como preservados seus valores, apesar das diferenças e contradições inerentes ao encontro com o outro - nesse caso, o diferente "é sempre o outro, isto é: a criança, o idoso, o índio, o estrangeiro, ou qualquer outra pessoa ou grupo cuja característica difere do meu grupo de pertencimento" (SECCHI 2004. p. 10-16).

Nesta perspectiva, também apresento para discussão os estereótipos, preconceitos raciais, sociais étnicos e outros tipos de discriminação aflorados no processo de sociabilidade entre migrantes e moradores antigos estabelecidos na localidade.

Os estudos desenvolvidos adotam enquanto estratégia metodológica a técnica que compõem a abordagem via história oral, no sentido de dar voz às professoras entrevistadas. Compreendendo os seguintes descritos: histórias de vida, memórias, lembranças, depoimentos orais e narrativas.

Nessa direção, apresenta-se nesta pesquisa a proposta de utilizar, simultaneamente, fontes documentais e a técnica de história oral, para compor um cabedal de informações que possibilitem a aproximação dos fatos vivenciados pelos sujeitos da pesquisa, com o processo histórico.

Quanto a esse processo, Thompson (1992) percebeu a riqueza cultural da memória dos sujeitos anônimos, quando utilizou os instrumentos de entrevistas nos moldes sociológicos. Thompson sabe ouvir as pessoas – característica fundamental do historiador oral – e tem o ideal de contribuir com seu trabalho na elaboração de uma memória mais democrática do passado.

A importância de se analisar processos pessoais e informais não previstos em documentos oficiais é também enfatizada por Müller (1999), ao justificar as estratégias metodológicas adotadas em seu trabalho de pesquisa com professoras primárias, quando explica que um documento oficial, de Estado, nem sempre reflete o processo histórico da forma como ocorreu ou, pelo menos, reflete apenas a intenção daqueles grupos que em um determinado momento histórico estavam no poder.

Os relatos das pessoas em pesquisa nos permitem compreender a singularidade na convivência social. Ouvindo a história de vida, poderemos encontrar a versão da história que não foi narrada pelos meios oficiais. Daí a possibilidade fascinante de descobertas, pois a história oral:

> Nos dá a chance, ou ilusão, de surpreendermos, um pouco que seja, a impossibilidade de assistir a

> um filme do passado. Quando isso acontece, é porque nela encontramos a vivacidade do passado, a possibilidade de revivê-lo pela experiência do entrevistado. Não é à toa que a isso muitos dão o nome de história (ou memória) viva (Alberti, 2004. p. 14).

CONTEXTO ESPAÇO E SUAS FORMAS DE OCUPAÇÃO

De acordo com Martins (1991) repercutem no processo de colonização em Mato Grosso três fases impulsionadoras da migração no país. A primeira, denominada Marcha para o Oeste, foi criada em 1938 pelo governo de Getúlio Vargas, que organizou um plano para que as pessoas migrassem para o centro-oeste do Brasil, onde havia muitas terras desocupadas, visando à ocupação e o desenvolvimento do interior do Brasil. Já na década de 1940, amplia-se o processo de ocupação de grande parte das terras de Mato Grosso, mais especificamente na região dos rios das Mortes e Araguaia. Configurava-se, assim, o início da ocupação da Amazônia Legal.

Contudo, SCHUSSLER (2007) explica que esses espaços considerados vazios já se encontravam, em sua maioria, ocupados por inúmeras tribos indígenas. Mesmo assim, a Região Centro-Oeste, sobretudo Mato Grosso, foi explorada e uma imensa área ocupada por povos de diferentes etnias.

Desta forma Martins (1991) salienta que a região amazônica não era nenhum deserto a ser ocupado e que esta ocupação se deu nos moldes falhos que cumpriram percursos conforme critérios e circunstâncias postos para o período em que esta ocupação aconteceu. Tais circunstancias, ocasionaram o que o autor chama de invasão e não de ocupação.

Diante deste contexto, a ideia de fronteira transcende os limites geográficos, as paisagens, as formas de exploração e manutenção das áreas ocupadas e os movimentos históricos, econômicos e sociais influenciam de maneira significativa o rumo das movimentações humanas ocorridas nessas frentes. Acerca do conceito de fronteira, assim se expressa Martins (1997, p. 13):

> Ela é fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E, sobretudo, fronteira do humano. Neste sentido, a fronteira tem caráter litúrgico sacrifical, porque nela o outro é desgarrado, para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora.

A segunda fase da migração na região amazônica é identificada por Martins (1991) nos anos de 1950, no governo de Juscelino Kubitschek, com a abertura da Rodovia Belém-Brasília e a construção da nova capital federal, Brasília, ocasionando a ocupação de terras e a fundação de cidades ao longo das rodovias em Goiás e no Pará.

A terceira fase é protagonizada pelos governos militares pós-1964 para pôr fim à recessão econômica que se instalara no país. A partir de 1967 o Governo Federal realizou um amplo programa de abertura, concedendo inúmeras vantagens fiscais a grandes empresários e grupos econômicos nacionais e internacionais que quisessem investir novos capitais nos empreendimentos que viessem a se instalar na Região Amazônica.

Guimarães Neto (2006) afirma que mais de 100 municípios de Mato Grosso que surgiram nas últimas décadas podem ser analisados como parte da estratégia política dos governos militares de controle dos conflitos agrários nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste.

Segundo essa autora, as medidas apresentadas em discurso oficial como de distribuição racional da população do país e ocupação dos espaços considerados vazios da Amazônia impediram o livre acesso – ou acesso regulado – de trabalhadores sem terra e pequenos proprietários às terras devolutas do Estado:

> As medidas governamentais que estimularam a ocupação dirigida na Amazônia, em parceria com a iniciativa privada, foram implementadas no âmbito dos Planos Nacionais que reestruturaram novas práticas de domínio político para o território nacional. Os polos de desenvolvimentos econômicos, as políticas de incentivos fiscais e a implementação de grandes eixos rodoviários na região Amazônica encontram-se entre as estratégias mais importantes para a exploração econômica dos novos espaços (GUIMARÃES NETO, 2006.p.5).

Constata-se, assim, que (i) políticas e propagandas governamentais com vistas à ocupação e à expansão de fronteiras nos campos das atividades extrativistas e agropecuárias, (ii) a construção de Brasília e (iii) a abertura de rodovias, contribuíram para que significativa quantidade de migrantes de várias partes do país se deslocasse para o centro-oeste.

REFLEXOS DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO NA VIDA DOS PRIMEIROS HABITANTES

Todos estes fatores de ocupação, também interferiram no processo de extermínio e expulsão dos primeiros habitantes da região sudeste do estado de Mato Grosso. Nos estudos de (BORDIGNON e SILVA, 1987) consta que foram os Bororo – Boé, como se autodenominavam –, pertencentes à família linguística do tronco Macro-Jê. Esses povos destacam-se dentre os indígenas das terras baixas sul-americanas pelos crescentes estudos etnológicos, sobretudo nos aspectos da cultura e da organização social, com pouca ênfase na demografia. Os bororos também ficaram conhecidos como índios coroados, graças ao corte de cabelo que lembrava uma coroa.

A região do atual município de Campo Verde sofreu intensa movimentação a partir do século XVII, quando aventureiros e sertanistas cruzam seu território à procura do lendário ouro das Minas dos Martírios. Segundo Ferreira, os bororos tornavam difícil a passagem pela região, que também era a rota de quem saía de São Paulo, Minas Gerais ou Goiás com destino a Mato Grosso.

Antes do contato com não índios, os bororos ocupavam um território de aproximadamente 400 mil quilômetros quadrados compreendido entre Bolívia (a oeste), rio Araguaia (ao leste), rio das Mortes (ao norte) e rio Taquari (ao sul) (BORDIGNON e SILVA, 1987).

De acordo com esses autores, até as últimas décadas do século XIX a população dos bororos em Mato Grosso era de 10 mil índios. Durante pelo menos um século, os bororos orientais foram citados nos relatórios dos presidentes da então província de Cuiabá como "bárbaros de vida errante" e "indomáveis". Eles eram considerados uma ameaça constante à ocupação do território circunvizinho a Cuiabá, impedindo a ligação entre Mato Grosso e Goiás.

Inúmeras expedições de extermínio foram organizadas, com a finalidade de punir os bororos orientais por defenderem seu território. Essas bandeiras, que sempre provocavam revide, capturavam mulheres e crianças que eram distribuídas entre as famílias cuiabanas:

> Acaba ella (sic) [a bandeira] de regressar, trazendo 14 índios que foram apreendidos, sendo três índias adultas, cinco menores do sexo masculino e seis do feminino; em consequência disso, tratei lº. de mandá-los vestir, brindá-los com canquilharias, e dar-lhes o cotidiano sustento [...] e foram distribuídos em casa de famílias que melhor tratamento e educação possam dar-lhes (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO, 1856, p. 74 apud BORDIGNON e SILVA, 1987, p. 56.

Perseguidos por forças militares e paramilitares, a história desses povos configura uma resistência tenaz ao avanço das frentes de expansão (pastoris, extrativistas e agrícolas) (BORDIGNON e SILVA, 1987). Nesse processo, os índios bororos orientais foram quase

que totalmente dizimados por frequentes caravanas de migrantes que buscavam acesso à região, além dos diversos conflitos com aventureiros e fazendeiros da região que queriam ampliar suas terras.

A situação agravou-se de tal sorte que se instalaram, em número reduzido, na aldeia do Mururé Sangradouro, no município de General Carneiro (FERREIRA, 1993). Dos 10 mil índios que ocupavam a região, restavam 629 em 1979. Entretanto, dados da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) apontam que, em 2006, houve aumento da população para 1.300, embora atualmente residam em aldeias com área cerca de 300 vezes menor que o território tradicional.

Já os povos que vivem nas aldeias Garças e Merure, a leste de Mato Grosso, encontram-se praticamente em extinção. Estudos recentes alertam para o forte processo de aculturação que os indígenas vêm sofrendo. Observa-se que nessas aldeias as moradias dos bororos são organizadas em arruamento com alvenaria e contam com energia elétrica e água encanada. Tal forma de construção das moradias fere literalmente a tradição da circularidade dos povos bororos, fundamental para o cultivo de seus ritos e, principalmente, no culto a seus mortos.

O município de Campo Verde repercutiu este processo quando foi loteado às margens da BR-70. Esta rodovia que foi construída para fazer a ligação entre Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais, contraditoriamente, separa os moradores das cidades, que vivem separados no convívio social em três formas de ocupação, organizadas abaixo e acima da BR-70.

Neste trabalho, tomo o conceito de "ilha" simbolicamente para melhor analisar as interações e as contradições que fazem parte da vida das professoras migrantes e como elas se mobilizam nesse espaço de segregação e exclusão:

> A Ilha, lugar a que se chega apenas depois de uma navegação ou de um voo, é um símbolo por excelência de um centro espiritual primordial. A ilha é assim um mundo em miniatura. A análise moderna pôs especialmente em relevo um dos traços essenciais da ilha: a ilha evoca refúgio. (CHEVALIER e GHEERBRANT, 2003, p. 501).

Assim como a cidade se encontra dividida em três setores, ou conjunto de bairros, que se apresentam tais quais "ilhas", do mesmo modo foram demarcadas as análises neste trabalho, na tentativa de buscar sustentação e nortear as reflexões e interpretações das histórias de vida das professoras migrantes. Para esses três blocos de habitações distintos, adotei o nome-fantasia "Ilha", assim constituídos: Ilha I: Campo Real; Ilha II: São Lourenço; Ilha III: Recanto do Bosque.

Para melhor compreensão das implicações criadas por tal divisão, torna-se necessária uma breve leitura do processo de ocupação urbana da cidade (Figura 2)

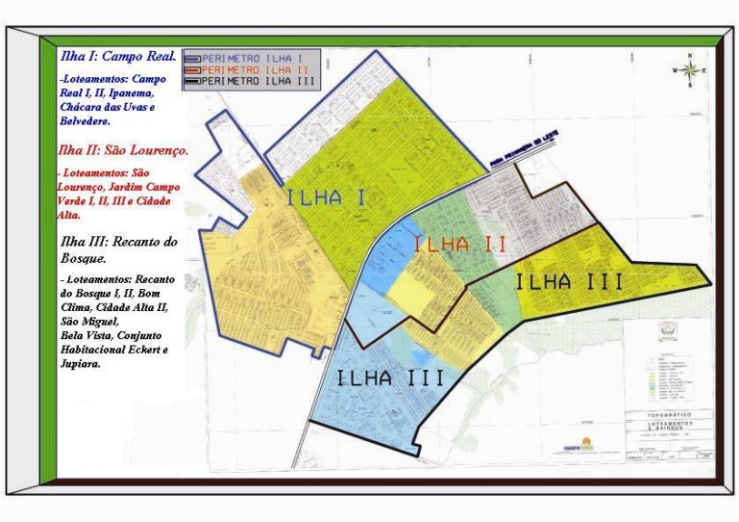


Figura 2 – Demarcação Simbólica do Espaço Compreendido pelas Ilhas em Campo Verde (MT).

Os pioneiros ocuparam a parte hoje considerada nobre da cidade, nesta pesquisa denominada Ilha I: Campo Real, onde foram erguidas, do ponto de vista arquitetônico, as melhores casas e mansões. Aos poucos se mudam para lá pessoas que gozam de excelentes condições financeiras. No decorrer do processo de ocupação, quem não possuía dinheiro ou boa posição social, não conseguia se instalar na Ilha I: Campo Real, pois o preço dos lotes na área era muito alto, fugindo ao padrão do grupo social.

A instalação do Parque Industrial da cidade fez com que, concomitantemente, fossem construídos conjuntos habitacionais para as pessoas de baixa renda que chegavam à região para trabalhar na indústria e em outras frentes de serviço, como comércio, construções etc. É nessa área, aqui denominada Ilha III: Recanto do Bosque, que residem os mais humildes, os trabalhadores braçais. As suas residências foram instaladas em um processo organizado e planejado pelo poder público que evitava, assim, o surgimento de acampamentos e outras formas espontâneas de ocupação urbana.

Na etapa de convivência e diálogo com os moradores, e ainda observando a localidade busquei desvendar as situações objetivas nas quais foram instaladas as pessoas no espaço urbano do município, como foram construídas as interações e a convivência e quais as alternativas de sobrevivência, adotadas pelas professoras entrevistadas. A esse respeito, assim se posiciona Bourdieu (2007, p. 160):

> O lugar pode ser definido absolutamente como o ponto do espaço físico onde um agente ou coisa se encontra situado, tem lugar, existe. Quer dizer, seja como localização, seja sob um ponto de vista relacional, como posição, como graduação em uma ordem. [...] esta posição pode ser definida ainda na dimensão da extensão, na superfície, no volume, que uma pessoa ou coisa ocupa no espaço físico.

Por perceber que a diferença entre o tempo e espaço de moradia das professoras migrantes e o dos demais habitantes no município repercutia nas relações sociais refletindo acerca da forma de organização da cidade e das relações de poder existentes, reporto-me à pesquisa desenvolvida pelo sociólogo inglês Norbert Elias e o professor John L. Scotson, publicada sob o título "Os Estabelecidos e os Outsiders" (1990).

Resultado de aproximadamente três anos de trabalho de campo em Winston Parva, nome fictício para uma cidadezinha do interior da Inglaterra, esses estudos se constituem em um valioso instrumental para a abordagem sociológica de questões de grande atualidade, como a violência, a discriminação e a exclusão social. Embora inicialmente fosse direcionada por Scotson (professor de uma escola em Winston Parva) para compreensão da delinquência juvenil, com a orientação de Norbert Elias a pesquisa foi ampliada para análise sociológica a partir de fontes documentais, entrevistas e, principalmente, de observação.

Conforme trechos da apresentação à edição brasileira feita por Federico Neiburg intitulada "A sociologia das relações de poder de Norbert Elias" (apud ELIAS e SCOTSON, 1990), o tratamento dessas fontes possibilitou aos pesquisadores realizar estudos do ponto de vista sociológico e das posições que compõem a figuração social, bem como compreender a natureza dos laços de interdependência que unem, separam e hierarquizam indivíduos e grupos sociais.

Na obra, os moradores de Winston Parva se dividiam entre os que se reconheciam como estabelecidos (*established*) na localidade – contavam já três gerações de ascendentes e acreditavam ser detentores de direitos especiais – e aqueles que haviam chegado à região em uma fase mais recente da industrialização (*outsiders*). Mesmo após diversos anos, esse grupo continuava sendo visto e tratado pelos primeiros – os "da terra" – como estrangeiro e intruso.

Com os estudos em Winston Parva, podemos compreender que os "estabelecidos" fincavam a distinção e o poder, a princípio, pela antiguidade, estigmatizando, de maneira geral, os *outsiders* como pessoas de menor valor humano. Conforme argumentam Elias e Scotson (1990, p. 19), "[...] considerava-se que lhes faltava a

virtude humana superior – o carisma grupal destino – que o grupo dominante atribuía a si mesmo".

Embora considerando que há uma distinção profunda entre Campo Verde e a pequena cidade do interior da Inglaterra, são coincidentes alguns aspectos, principalmente no que tange à divisão das moradias em três espaços e à visível distinção e hierarquização que são estabelecidas na ocupação do espaço e no convívio entre os moradores.

Por analogia, servem de referência os estudos de Bourdieu (2007) sobre as distinções sociais e o campo hierárquico dentro de um panorama de bairros franceses em sua obra "A Miséria do Mundo". Mesmo em situações tão distintas e em outro contexto histórico, Pierre Bourdieu vem subsidiar nossas reflexões, se concebermos que o espaço é condicionado pela hierarquização social.

Esse processo pode ser observado na configuração urbana de Campo Verde. Existe na cidade uma parte da estrutura considerada melhor instalada (acima da BR-070) e outra que se divide em dois blocos de bairros, vista por seus moradores como menos prestigiada – a parte de baixo da cidade, tal qual relata esta professora migrante de Ilha III: Recanto do Bosque:

> Quando já havia passado no concurso, cheguei, fui comprar um eletrodoméstico na loja lá em cima [refere-se a Campo Real]. Mesmo tendo o nome limpo no comércio, me olhavam com desconfiança. Parece que não queriam vender para mim. Pediram três referências locais. Imagine se iria conseguir? Estava chegando ao local. Quanto argumentei nos meus direitos de consumidora, eles diziam: "Você não é daqui e não conhece as regras". Se você não tiver estrutura emocional, você fica rebaixada. Cai. Se dá mal em Campo Verde (Professora Ab).

Nesse sentido, Bourdieu (2007, p. 160) explica a forma como se exprime a posição social no espaço em que estão situadas as pessoas e como estas se apropriam desses espaços em relação às posições ocupadas no campo material e simbólico, dando o tom das relações de poder e hierarquia:

> Na medida em que as coisas são apropriadas pelos agentes, portanto constituídas como propriedades, estão situadas num lugar do espaço social que se pode caracterizar por sua posição relativa pela relação com outros lugares (acima, abaixo, entre, etc.) e pela distância que o separa deles. Como o espaço físico é definido pela exterioridade mútua das partes, o espaço social é definido pela exclusão mútua (ou a distinção) [...] A estrutura do espaço social se manifesta, assim, nos contextos mais diversos sob forma de oposição espacial, o espaço habitado (ou apropriado) funcionando como uma espécie de simbolização espontânea do espaço social. Não há espaço em uma sociedade hierarquizada que não seja hierarquizado.

Bourdieu afirma ainda que o espaço de direito ou apropriado é uma das formas por excelência de ostentação do poder. Daí observar-se em Campo Verde certa arrogância e preponderância dos moradores da Ilha I: Campo Real sobre os demais habitantes da cidade.

Essa organização hierarquizada é criticada pelos moradores residentes em outros bairros da cidade, que comparam o tipo de espaço a eles destinado, considerado inferior em termos de localização e extensão dos terrenos. Tal situação é explicada por uma professora migrante:

> Ninguém que vinha de fora com pouco dinheiro morava no Campo Real; o lote lá era muito caro. O mercado imobiliário aqui é muito oportunista. E todo mundo fica elogiando os que lotearam. Eles exploram as pessoas. Para os pobres ficam os

> terrenos deste tamanhinho, ruas estreitas, terreno bem pequenino. O fulano de tal vai lotear e não faz planejamento, não tem escoamento (Professora Opq).

A professora (Opq) declara que somente as vias principais são asfaltadas. Mesmo em lugares que foram planejados, avenidas e demais terrenos não são nivelados e ficam expostos a enxurradas e erosões. Ela acrescenta: "Esse pessoal que loteia a cidade ganha muito dinheiro e vive dizendo que são benfeitores do povo".

O ENCONTRO COM O OUTRO: O DIFERENTE

Na perspectiva da convivência, não são raras as manifestações de rejeição e estranhamento dos moradores já estabelecidos, com as professoras migrantes de Campo Verde. O estranhamento revela o desprestígio dos novos moradores frente aos antigos, uma vez que na Ilha I: Campo Real as estruturas e os serviços são melhores e bem estruturados.

> Quando eu cheguei, tive um impacto muito grande. Colocavam a gente em uma espécie de uma ilha... Não sei explicar bem. Minha família tinha condições de comprar um terreno na Vila Real, mas não quiseram vender para mim. Disseram que meu marido era funcionário e eu, professora, e que nós não tínhamos condições de comprar o terreno. Tive que comprar dois terrenos aqui (Professora Vcd).

Ao definir a localização do terreno com a expressão "aqui", a professora está se referindo à parte considerada inferior pelos moradores da cidade, aquela em que os lotes são pequenos. Em seu depoimento, constata-se que não era somente o fator social ou econômico que poderia estar em jogo quanto à sua aceitação na localidade:

> Senti muito preconceito com o pessoal daqui. Todo mundo pensava que eu era cuiabana por causa do meu jeito, da minha cor. Meio índia. Sou paranaense, mas a minha mãe é descendente direta dos índios pataxós.

A professora (Vcd) acrescenta que, antes de morar em Campo Verde, sua família residira em Cuiabá, onde se familiarizara rapidamente, considerando o povo cuiabano hospitaleiro: "Me considero uma cuiabana. Eles diziam assim aqui em Campo Verde: 'Isto é coisa de cuiabano'. Não gostava, mas ficava calada. Eu amo Cuiabá. Adoro Mato Grosso".

Para Albuquerque Júnior (2007), existe o preconceito quanto à origem geográfica, podendo ser identificado como aquele que marca alguém pelo simples fato de pertencer a um território ou advir de um lugar, uma província, uma vila, uma cidade, um estado, um país, um continente. Na concepção do autor, pode ser considerado pelas pessoas, quase sempre mais poderosas, como sendo inferior, rústico, bárbaro, selvagem, atrasado, menos civilizado, ou habitado por um povo cruel, feio, ignorante, racial ou culturalmente inferior:

> Estes preconceitos quase sempre estão ligados e representam desníveis e disputas de poder e nascem de diferenças e competições no campo econômico, no campo político, no campo cultural, no campo militar e no campo dos costumes e das ideias (ALBUQUERQUE Jr., 2007, p. 11).

Na fala da professora entrevistada, percebemos a conotação de preconceito racial por sua origem indígena – ela é considerada diferente com relação à aparência e ao padrão estético das populações sulistas residentes na cidade:

> As pessoas nos questionam o que você é de onde você é. Todo mundo que chega, eles parecem que têm medo que você... Eu cheguei aqui em

> Campo Verde e conheci o povo daqui. Achei diferente do povo cuiabano, que nos recebeu superbem, sem aquele medo que o sulista tinha da gente (Professora Vcd).

Tanto nesse relato quanto no de outras entrevistadas, percebe-se certa intimidação e estigmatização por parte dos descendentes sulistas com relação a mato-grossenses, nordestinos e outros grupos não originários do sul do país.

Essa lógica excludente é observada também no campo do trabalho, do linguajar, nas normas estabelecidas para o cumprimento das tarefas, no ritmo de desempenho etc.:

> As pessoas têm hábito de referir-se aos outros como pertencentes a outro grupo, porque a cor da pele e a sua origem são diferentes... Para mostrar superioridade, o povo sulista achou uma forma de se distinguir, considerou-se mais trabalhador do que o povo mato-grossense. Nomeou-se como quem traz desenvolvimento e progresso. Os grupos afrodescendentes, ainda hoje, sofrem o processo discriminatório (SCHUSSLER, 2007, p. 137).

As professoras que não têm ascendência europeia revelam que são negligenciadas em suas oportunidades de acesso dentro da comunidade. Esse fator não está somente condicionado à questão da origem social e econômica, mas também à cor da pele.

As professoras migrantes revelam que lhes é negada a opção de participar, sem restrições, das atividades do cotidiano escolar, como se elas tivessem que passar por um crivo para ter direito ao acesso e à convivência harmônica no mesmo espaço. Predominam, no local, ideias preconcebidas, ainda que não haja conhecimento da pessoa. Albuquerque Júnior (2007, p. 10) nos esclarece a esse respeito:

> O preconceito, como a própria palavra deixa entrever, é um conceito prévio, um conceito sobre algo ou alguém que se estabelece antes que qualquer relação de conhecimento ou de análise se estabeleça. É um conceito apressado, uma opinião, uma descrição, uma explicação, uma caracterização, que vem antes de qualquer esforço verdadeiro de entender o outro, o diferente, o estrangeiro, o estranho, em sua diferença e alteridade.

Em Campo Verde, do ponto de vista da predisposição negativa, o fenômeno do preconceito racial também se faz presente, como relatam as professoras migrantes (Ptj) e (Pnp):

> Um dia desses, um aluno meu olhou para um aluno negro e disse: "Olha, professora, foi aquele negrinho que pegou a minha borracha". Eu corrigi. Depois, no outro dia, a mãe veio falar que foi o negrinho que pegou a borracha do filho. Notei que vem de casa. Esta questão tem que ser trabalhada com os pais. E com as crianças deve ser trabalhado desde a Educação Infantil, quando começam apreender conceitos, hábitos e outras habilidades.
>
> A questão do preconceito tem que ser trabalhada na escola e na família. Começa pelos pais. Observo que quando alguém procura uma responsável na escola, logo se dirige a um funcionário branco. Parece que não admitem que possa existir uma dirigente escolar negra. Um dia desses, o rapaz que entrega iogurte entregou para a funcionária do apoio e a coordenadora estava logo ali. As pessoas não imaginam que uma negra esteja à frente de um trabalho. Acompanho vários exemplos assim na escola e na cidade.

Jaccoud e Beghin (2002) enfatizam que a exclusão socioeconômica a que está submetida à população negra produz perversas consequências que acentuam as desigualdades raciais. Uma delas seria naturalizar a participação diferenciada de brancos e negros nos vários espaços da vida social, reforçando a estigmatização sofrida pelos negros, inibindo e impedindo o usufruto da cidadania pelos afrodescendentes. Por outro lado, esse processo de exclusão fortalece as características hierárquicas e autoritárias da sociedade brasileira.

Afirmam, ainda, que esse processo de exclusão e desigualdade está diretamente relacionado ao fenômeno da discriminação racial, quando historicamente os indivíduos vêm sofrendo discriminação em razão de sua cor. Esse é um processo que opera nas diferentes esferas da vida social, como educação e mercado de trabalho. A desigualdade racial emerge, assim, como fruto de um processo complexo, no qual se pode identificar a ação de diferentes fenômenos: o racismo, o preconceito racial e a discriminação racial.

Sintetizando esses esforços conceituais e visando subsidiar a reflexão sobre políticas afirmativas, Jaccoud e Beghin (2002, p. 39) adotam as seguintes definições:

> Considera-se racismo uma ideologia que apregoa a existência de hierarquia entre grupos raciais. Preconceito racial será entendido como toda predisposição negativa em face de um indivíduo, grupos ou instituição assentada em generalizações estigmatizantes sobre a raça a que é identificado.

Essas autoras conceituam discriminação racial como toda e qualquer distinção, exclusão ou preferência racial que tenha por efeito anular a igualdade de oportunidade e tratamento entre os indivíduos ou grupos.

Em seus estudos, Müller (2005, p. 8) nos apresenta as seguintes definições a respeito do conceito de racismo e de preconceito:

> Racismo e preconceito são modos negativos de ver pessoas ou grupos que possuem características físicas diferentes daquelas dos que se considerem "maiores", "superiores", aí entram como características que marcam: a "cor" da pele, o tipo de cabelo, etc. O racismo e o preconceito não são explicáveis, muitas vezes o racista ou o preconceituoso conhece muito pouco as pessoas ou grupos de quem tem ojeriza. [...] Já a discriminação é uma ação, uma atitude ou manifestação contra uma pessoa ou grupo de pessoas em razão de sua raça ou cor. A discriminação acontece quando o racista externaliza seu racismo ou age de alguma forma que prejudica uma pessoa ou grupo.

Outro fato que chama a atenção de quem convive na cidade de Campo Verde é que os moradores estabelecidos há mais tempo no local também impõem normas e regras aos recém-chegados.

A entrevistada (Zab) relata as sensações do primeiro contato com os colegas logo ao chegar à cidade: "Era um pessoal que tinha aquela postura, aquele linguajar. Pensei até em desistir. Senti um linguajar bem puxado pelos sulistas". Esses estereótipos, alimentados pela linguagem, encontram ressonância na conceituação de Costa (2007, p. 29):

> A linguagem humana é o principal marcador de distanciamento dos seres humanos e de outros seres. Sua abrangência extrapola os limites do dito e do escrito, para tingir os âmbitos do som e em suas formas mais diversas, dos sentimentos, das configurações de sistemas e de muitas outras infinitas formas.

Percebe-se, ainda, na relação das professoras com os dirigentes escolares locais, a questão da rigidez e da pressão para o

cumprimento das normas, mesmo em situação que foge ao controle pessoal, no caso de saúde, por exemplo:

> Quando cheguei aqui, a minha filha adoeceu de bronquite. Muitas vezes ficava no hospital. Passava noites no hospital. Se eu atrasasse dois minutinhos, um pouquinho, a diretora vinha me chamar a atenção. Ficava lá no portão me esperando, para me chamar minha atenção. Eu chorava muito. Eu esta sozinha com meus filhos. Senti que os outros professores daqui eram diferentes, me senti um pouco discriminada. Eu me sentia menosprezada (Professora Zab).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Campo Verde pode ser considerada a terra dos povos Bororo, expulsos de seu território, e hoje vivendo um processo de aculturação na reserva de Mururé Sangradouro, gerenciada pela Missão Salesiana. Sacrificados para dar lugar ao avanço do tão famigerado 'progresso' – que traz consigo suas máquinas, seus conceitos e práticas predatórias de lidar com a terra e com os recursos naturais –, a voz desses povos ainda ressoa nas narrativas das professoras, revelando-nos que, para eles, restam apenas os estereótipos e versões preconceituosas:

> Até hoje se vê muita crítica em relação ao índio. Eles aqui acham que os índios querem muita terra, que são preguiçosos, que não trabalham bem. Acham que a área dos índios é muito extensa (Professora KI).

Confirma-se, assim, a ausência de conhecimento quanto à verdadeira relação do índio com a terra e sua forma de cultivá-la unicamente para sua sobrevivência, o que nos faz estender o olhar para as regiões de fronteira, onde os conflitos do passado e os em curso no presente estão intimamente ligados à ocupação do espaço físico.

A existência na cidade de um grupo de educadores que residem há mais tempo no local e a precariedade das agências públicas em normatizar e oferecer referências para o bom desempenho dos profissionais da Educação fazem com que grupos estabelecidos e que se apresentam como os que reúnem maiores competências na área, acabem impondo regras e normas e até intimidem as professoras recém-chegadas ao município.

Elias e Scotson (2000) argumentam que a cumplicidade e os laços mútuos resultantes de processos grupais passam como invisíveis aos recém-chegados, que, de início, percebem os antigos residentes como pessoas iguais a eles e nunca entendendo muito bem as razões de sua exclusão e estigmatização.

Em Campo Verde, há distinção entre antigos e novos moradores. As barreiras humanas também existem, já que são demarcados lugares e posições superiores e inferiores e as pessoas que ali chegam são consideradas "eles", como se não fizessem parte do lugar.

Com relação à pergunta – Como foi o encontro na fronteira? –, para as professoras migrantes de Ilha I: Campo Real, os problemas enfrentados por elas, bem como por seus familiares, na chegada a Campo Verde, foram de ordem infraestrutural local, como ausência de asfalto e de água encanada, estradas, escolas e hospitais. Algumas sofreram bastante com o isolamento e a falta de comunicação.

Já para as professoras de Ilha II: São Lourenço, os problemas se relacionaram à questão da sociabilidade e da convivência humana, quando eram moradoras de Ilha I: Campo Real. Diante da impossibilidade de uma convivência saudável e igualitária no espaço inicialmente ocupado, decidiram pela reconversão profissional, rompendo com padrões e normas estigmatizantes e segregadoras com os quais se depararam em Ilha I: Campo Real.

Entretanto, pelo que observamos pela análise dos relatos, quem sofreu com posturas preconceituosas e ausência de interlocu-

ção, que impediam a inserção social na cidade, foram as professoras de Ilha III: Recanto do Bosque . Elas relatam que foram submetidas a crivos e seleções internas nas escolas em que atuam, mesmo sendo concursadas. Sofreram pressão, preconceito e discriminação, tanto na cidade quanto no ambiente escolar. As docentes migrantes argumentam que vêm superando essas barreiras pela competência demonstrada no trabalho educativo.

Do conjunto de relatos, é possível observar que no ambiente educativo são reproduzidas distinções entre os professores. Continuamente, é relatado que há certa imposição de normas, assim como sugestão de atividades, por parte dos educadores de Ilha I: Campo Real. Esse conjunto de normas poderia representar a referência imposta para os professores das escolas situadas nos bairros intermediários ou periféricos. Por exemplo, Escola Estadual Sabina é considerada uma instituição da elite.

Em síntese, seria pertinente ressaltar o entendimento de Fonseca (1997), quando afirma que, no Brasil, as pesquisas e os estudos sobre os professores são incipientes. Observa-se que estão muitas vezes focados em áreas específicas e categorias da atuação docente, necessitando estudar a vida dos professores e as suas interações no cotidiano escolar. Tais iniciativas poderiam melhorar a compreensão dos fenômenos educativos e levar ao questionamento do currículo, de suas invisibilidades e, às vezes, de suas verticalidades.

Estudar percursos de professores poderia colaborar ainda, para refletir posições hierarquizadas fortalecidas pela organização escolar, alimentando as relações de poder eivadas de idiossincrasias que, na concepção de Bordignom e Gracindo (2008), dizem respeito à maneira peculiar, singular, própria de cada um ver, sentir e interpretar os fatos e o mundo.

REFERÊNCIAS

ALBERT, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALBURQUERQUE Jr., Durval Muniz de. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar**: as fronteiras da discórdia. São Paulo: Cortez, 2007. 135p. (Coleção Preconceitos, 3).

BORDIGNON, Genuíno; GRACINDO, Regina Vinhares. Gestão da educação: o município e a escola. In: FERREIRA, Nayra Syria Carapeto; AQUIAR, Márcia Angela da S. (Orgs.). **Gestão da educação**: impasses, perspectivas e compromissos. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 147-176.

BORDIGNON, Mário; SILVA, Fernandes A. Joana. **Dossiê índios em Mato Grosso**. Operação Anchieta -OPAN Conselho Indigenista Missionário – CIMI/MT: Cuiabá, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Introdução, seleção e organização de Sergio Miceli. Vários tradutores. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de uma teoria da prática.** In: Ortiz, R. (Org.) **Pierre Bourdieu**: sociologia. São Paulo: Ática, 1983. p. 46-81.

BOURDIEU, Pierre. Escritos de educação. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio Mendes (Orgs.). **Escritos de educação**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. (Ciências Sociais da Educação).

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. 18. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. 18. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003. P. 501.

COSTA, Candida Soares da. **O negro no livro didático de língua portuguesa**: imagens e percepções de alunos e professores. Cuiabá: UFMT/IE, 2007. (Coleção Educação e Relações Raciais, 3). P. 29.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. 224 p.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2

FERREIRA, João Carlos Vicente. **Mato Grosso e seus municípios**. Cuiabá: Secretaria de Estado de Cultura, 1993.

FONSECA, Selva Guimarães. **Ser professor no Brasil**: história oral de vida. Campinas: Papirus, 1997.

GUIMARÃES NETO, R. B. **A cidade simbólica**: inscrições no tempo e espaço. Cuiabá: EDUFMT, 2006.

JACCOUD, Luciana de Barros; BEGHIN, Nathalie. **Desigualdades raciais no Brasil**: um balanço da intervenção governamental. Brasília: IPEA, 2002.

JOANONE NETO, Vitale. **Fronteira da crença**: ocupação do norte de Mato Grosso após 1970. Cuiabá: Carlini & Caniato Editoria / EDUFMT, 2007.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais /Guazzeli & Cia. Ltda., 1975.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues (Org.). **Cadernos NEPRE**, v. 1, n. 1, jan.-jun. 2005. Cuiabá: EDUFMT, 2005.

SCHUSSLER, Dolores. **Migrantes camponesas e professoras primárias**: trajetórias de vida entre o espaço privado e o espaço público. 2007. 151 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá: EDUFMT, 2007.

SECCHI, Darci. **Lidando com as diferenças no quotidiano das escolas e das políticas públicas brasileiras**. In: SECCHI, Darci (Org.). Trabalhando as diferenças na educação básica. Lei 10.639/2003. Documenta/NEPRE, Cuiabá, 2004. p. 10-16.

Saúde Pública - Demographic profile of Boróro Indians from Mato Grosso State, Brazil, 1993-1996. Fundação Nacional de Saúde Disponível: http://www.funasa.gov.br, acesso em 11 de dezembro 2009.

THOMPSON, Paul. **Experimentos com histórias de vida**: Itália-Brasil. São Paulo: Vértece, 1988.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

**NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR**

SITUAÇÃO DE DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM EM MATEMÁTICA: CONCEPÇÕES E INTERVENÇÕES DE PROFESSORES QUE ATUAM NO ENSINO FUNDAMENTAL

Marta Andreia Estancare Pinheiro Silva
Universidade Federal de Mato Grosso-UFMT
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação-UFMT
Marta.estancare@hotmail.com

Marta Maria Pontin Darsie
Universidade Federal de Mato Grosso-UFMT
Professora do Instituto de Educação-IE
Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP)
marponda@uol.com.br

RESUMO

O artigo apresenta os resultados de um estudo que buscou compreender as concepções de professores do Ensino fundamental I, sobre as dificuldades de aprendizagem em matemática e as práticas realizadas em sala de aula, para amenizar tal problemática, tendo como contexto uma escola estadual de Cuiabá-MT, participante do Projeto Observatório da Educação com Foco em Matemática e Iniciação às Ciências – OBEDUC. Optamos pela abordagem metodológica qualitativa e cunho interpretativo, e como instrumentos o questionário de caracterização da escola e dos professores, e entrevista estruturada. A pesquisa apontou que os professores compreendem o ensino da matemática como um instrumento indispensável para o dia-dia de seus educandos, justificando sua relevância na inserção no meio em que vivem. Assinalam, como conteúdo de difícil aprendizagem, a resolução de problemas e as quatro operações. Para superar tal problemática, revelam que desenvolvem estratégias, como o uso de jogos, ensino individualizado e atividades complementares. O resultado expõe à urgência de se discutir as dificuldades de aprendizagem e as práticas pedagógicas, que visam à melhoria do processo ensino e aprendiza-

gem da matemática, nos cursos de formação inicial e continuada de professores, priorizando uma educação com qualidade e como direito de todos.

Palavras-chave: Dificuldade de Aprendizagem. Matemática. Ensino Fundamental.

RESUMEN

El artículo presenta los resultados de un estudio que buscó comprender las concepciones de profesores del nivel elemental I, acerca de las dificultades de aprendizaje en Matemáticas y las prácticas realizadas en clase, para disminuir tal situación. Esta investigación fue realizada en una escuela estatal de Cuiabá- MT, que participa del proyecto Observatorio de la Educación con énfasis en Matemáticas e Iniciación a las Ciencias - OBEDUC. Decidimos por el abordaje metodológico cualitativo y cuño interpretativo y como instrumentos, utilizamos el cuestionario de caracterización de la escuela y de los profesores y la encuesta estructurada. La pesquisa destacó que los profesores comprenden que la enseñanza de las Matemáticas es un instrumento indispensable en el cotidiano de sus educandos, justificando su importancia en la inserción en el medio donde viven. Señalan como contenido de difícil aprendizaje, la resolución de problemas y las cuatro operaciones. Para solucionar este problema, los profesores desarrollan estrategias, como el uso de juegos, la enseñanza individualizada y la aplicación de actividades complementares. El resultado los expone a la urgencia de la discusión acerca de las dificultades de aprendizaje y las prácticas pedagógicas, que buscan mejorar el proceso de enseñanza de las Matemáticas en los cursos de formación inicial y continuada de los profesores, priorizando una educación con calidad y como derecho de todos.

Palabras-clave: Dificultades de aprendizaje, Matemáticas, Enseñanza elemental.

INTRODUÇÃO

A Matemática está presente na vida do homem desde os tempos mais remotos e vem sendo inclusa ao longo do caminho da humanidade, interagindo com as transformações que ocorreram e que continuam incidindo na sociedade e no próprio homem.

No contexto social, a Matemática comporta um amplo campo de relações, regularidades e coerências que despertam a curiosidade e a capacidade de generalizar, projetar, prever e abstrair, favorecendo a estruturação do pensamento e o desenvolvimento do raciocínio lógico. Ela faz parte da vida de todos, nas experiências mais simples como o contar, comprar e operar sobre quantidades como agricultura e pesca.

As crianças, mesmo antes de entrarem na escola, estão imersas em um mundo permeado e dependente da matemática. Ao observá-las em seus momentos de brincadeiras, percebemos que realizam contagens, comparação de quantidades, apresentam noções de espaço, direção, tempo, adição, subtração promove resolução de problemas, contribuindo diretamente para a construção do conhecimento matemático.

No entanto, no ambiente escolar, essas potencialidades matemáticas nem sempre são exploradas de forma significativa, ocasionando, conforme aponta as pesquisas, em uma disciplina de difícil aprendizagem, com baixos índices de proficiência nas avaliações institucionais, corroborando com o estigma de vilã e privilégio para aqueles que já nascem com o dom para cálculos. (FONSECA 2014).

Tal problemática incide a necessidade de questionar e repensar os métodos e instrumentos de ensino da disciplina, para se produzir um conhecimento significativo, que vá além dos conteúdos, de fórmulas e regras matemáticas, que abarque metodologias diversificadas, despertando a criatividade e desenvolvendo no aluno, competências de produção e argumentação diante de resolução de problemas do seu dia-dia.

Nessa perspectiva, a pesquisa apresenta algumas contribuições quanto ao nosso posicionamento diante das Dificuldades de Aprendizagem em Matemática (DAM), bem como, a concepção de quatro professores do Ensino Fundamental I, quanto ao ensino da Matemática, às causas das dificuldades de seus alunos, os conteúdos matemáticos que apresentam mais dificuldades e os procedimentos de intervenção, desenvolvidos com os alunos em situação de dificuldade de aprendizagem da matemática.

SITUAÇÃO DE DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM EM MATEMÁTICA

Os estudos desenvolvidos pelo grupo de Pesquisa em Educação em Ciências e Matemática (GRUPEM), da Universidade Federal de Mato Grosso, tem apontado que a maioria dos professores, que atuam no ensino fundamental I, alegam que um número expressivo de seus alunos apresentam Dificuldades de Aprendizagem em Matemática. COSTA (2013), FONSECA (2014), SILVA (2013).

O fato solicita a continuação das pesquisas, buscando analisar e compreender as concepções dos professores sobre as DAM e os fatores que influenciam essas dificuldades no contexto escolar, visando contribuir para a melhoria da qualidade do ensino-aprendizagem da matemática no Ensino Fundamental.

Pesquisar a respeito da temática não é tarefa fácil, visto que, ao revisarmos a literatura, constatamos que a "dificuldade de aprendizagem" é definida por diferentes enfoques, podendo variar de país para país, bem como de autor para autor, alternando de terminologia como: distúrbios, déficits, desordens, incapacidades discentes, fracasso escolar, entre outras rotulações empregadas tanto por especialistas da área da saúde como por especialistas da área da educação para justificar problemas no rendimento escolar.

De acordo com Fonseca (2014) no início do século XX, o assunto era abordado sob influência da área médica, amparada nas causas orgânicas e psicológicas. Na década de 30, houve uma mudança de conceito, baseado na psicanálise, que buscava compreender suas causas investigando a vida do aluno e seu ambiente familiar. A partir dos anos 60, a explicação para a não aprendizagem era vista pelo aspecto médico, psicológico, fonoaudiólogo e neuropsiquiátrico, introduzindo o uso de medicamentos na tentativa de amenizar o problema. Nos anos de 1970, as explicações estavam vinculadas a área da sociologia, considerando o nível sociocultural dos alunos, para elucidar a aprendizagem ou não.

Atualmente, o problema da não aprendizagem, é explicado pela influência de diversos aspectos: enfoque orgânico, enfoque psicológico, fatores ambientais e na [...] "perspectiva multidimensional e interdisciplinar, quando se discute aspectos concernentes às aprendizagens e ao fracasso escolar" (FONSECA, 2014, p.21).

Entretanto em todas as abordagens os autores concordam que a dificuldade de aprendizagem ocorre quando o aluno não consegue acompanhar o ritmo normal de aprendizagem comparada com o restante da turma na qual está matriculado.

Dentro dessa complexidade de conceituar o objeto de investigação, nos propomos a compreendê-lo dentro do campo pedagógico, entendendo a dificuldade de aprendizagem escolar conforme defende Chabanne (2006, p.15) afirmando que a "criança está momentaneamente com dificuldade em determinada área do aprendizado, em determinado contexto". Ao defender essa ideia e dizer que o aluno está com dificuldades, ao contrário de se afirmar que ele tem dificuldades em determinada área do conhecimento, o autor afirma que os alunos não possuem dificuldades em si, mas dificuldade para se atingir determinados objetivos traçados pelo professor, que não podem ser vistas como patologias, e que podem ser superadas, conforme acentua:

> A dificuldade escolar não deve ser considerada como um problema definitivo: é um momento da experiência, ou do trabalho escolar, que visa ao sucesso. [...] todo exercício apresenta dificuldades, ou seja, sempre há um momento em que o

> aluno é posto à prova quanto à sua memória, sua inteligência, sua capacidade de interpretar um enunciado, de buscar soluções, de procurar novos caminhos e avaliar a eficácia de alguns deles, ou seja, de conviver com as dificuldades relativas e necessárias para alcançar o estágio definitivo: o sucesso (CHABANNE, 2006, p.16 e 17).

Nessa perspectiva, compreendemos a dificuldade apresentada pelo aluno, não de maneira reducionista, mas a consideramos como uma "parada" momentânea em sua aprendizagem, sendo multifatorial, causadas por agentes emocionais; motivacionais; falta de preparo dos professores em seus cursos de licenciatura em Pedagogia; e seu desconhecimento sobre a psicologia cognitiva, que estuda os processos envolvidos na construção do conhecimento.

Tal definição remete a não responsabilizar somente o aluno pelos seus insucessos no processo de aprendizagem, mas considerar a possível associação de causas como: currículos inadequados, sistema de avaliação, método e uso de material didático desatualizado e desprovido de significado, relação com o professor, bem como salas de aula com grande número de alunos, diferenças culturais, sociais e econômicas.

Dessa forma, ao abordar também os problemas voltados ao ambiente escolar e as práticas pedagógicas, a equipe escolar, estará repensando sua organização, de modo a oferecer oportunidades apropriadas aos seus aprendizes, que provoquem aprendizagem significativa e que possam contribuir para minimizar as frustações dos mesmos e a superação das dificuldades apresentadas no decorrer do processo de aprendizagem.

O PAPEL DO PROFESSOR NO ENSINO DA MATEMÁTICA

É comum nas falas dos professores que seus alunos na sala de aula apresentam muitas dúvidas e aversão em ampliar vários conceitos matemáticos e enorme contestação para aprendê-los (COSTA, 2012). Buscamos nesse estudo, compreender o que está incidindo com os alunos no contexto escolar, visto que o cenário aponta para o desencantamento da matemática construída fora dos muros da escola.

Identificar as causas que levam os alunos a perder o interesse pela disciplina, gerando uma barreira no ensino da matemática, é de suma urgência, pois para o seu ensino, é fundamental a participação ativa do aluno. Nesse viés, o professor desempenha um papel essencial nesse processo, ao auxiliar seus alunos a ter afeição com a matemática por meio de atividades diversificadas que estimulem e despertem seu interesse por esses saberes, abarcando suas experiências vividas e seus conhecimentos prévios.

Para tal, o ensino da Matemática não pode resumir-se na mera transmissão de informações dos conteúdos sem a menor relação com a realidade do aluno. Diante disso, D'Ambrosio, menciona que o ensino dos conteúdos matemáticos deve integrar com outras áreas do conhecimento, explicitando "para que sirvam, onde serão usados e como serão usados" (1976, p.35).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais da Matemática definem muito bem o importante papel da disciplina nos anos iniciais do Ensino Fundamental, destacando que:

> A Matemática comporta um amplo campo de relações, regularidades e coerências que despertam a curiosidade e instigam a capacidade de generalizar, projetar, prever e abstrair, favorecendo a estruturação do pensamento e o desenvolvimento do raciocínio lógico. Faz parte da vida de todas as pessoas nas experiências mais simples como contar, comparar e operar sobre quantidades. Nos cálculos relativos a salários, pagamentos e consumo, na organização de atividades como agricultura e pesca, a Matemática se apresenta como um conhecimento de muita aplicabilidade. Também é um instrumental importante para diferentes áreas do

> conhecimento, por ser utilizada em estudos tanto ligados às ciências da natureza como às ciências sociais e por estar presente na composição musical, na coreografia, na arte e nos esportes (PCNs, 1998, p.29).

Destarte, a proposta de trabalho com a matemática deve encorajar a exploração de uma grande variedade de ideias matemáticas, incorporar contextos do mundo real da criança, de forma que essa possa desenvolver com prazer e curiosidade, a matemática, adquirindo diferentes formas de perceber a realidade.

A compreensão do professor sobre os processos de aprendizagem de seus alunos é outro fator fundamental, pois, muitas vezes ao desconhecer como os processos cognitivos se desenvolvem, organizam atividades com conteúdos inadequados a condição da criança. Para Costa:

> A criança apresenta dificuldade para desenvolver determinadas atividades ora porque o conteúdo está além de suas condições (psicológicas, biológicas, emocionais, culturais), ora pela instrução ser inadequada. Quando a criança tem acesso a outro tipo de organização do ensino, rapidamente avança em suas aprendizagens (COSTA, 2013 p.48).

Assim, o professor não deve desconsiderar em seu planejamento as condições cognitivas da criança. A atividade deve ser organizada e orientada abarcando total significado para as mesmas. A metodologia adotada deve ser capaz de propiciar a aprendizagem e suscitar reflexão e participação ativa dos seus alunos.

Tais procedimentos solicitam do professor além do domínio dos conteúdos, a compreensão dos passos dos processos cognitivos envolvidos na construção do conhecimento, para dar significado e compreender as estratégias utilizadas por seu aluno nas situações problemas envolvendo os conceitos matemáticos.

Dentro de uma pedagogia guiada na epistemologia Genética, o professor desempenha o papel de problematizador, organizando as interações do aluno com o meio e com seus colegas, problematizando as situações de modo que, o próprio aluno construa o conhecimento sobre o conteúdo abordado.

ENSINO/APRENDIZAGEM NA CONCEPÇÃO CONSTRUTIVISTA/INTERACIONISTA

Assumir a abordagem da Psicogenética de Piaget é conceber a aprendizagem como uma construção e como resultado da interação entre o sujeito e o objeto de conhecimento, que advém não pela força da bagagem hereditária e nem pela influência do meio físico ou social, mas sim pelo resultado de interação entre esses dois fatores, tendo a criança como o sujeito da aprendizagem (BECKER, 2003).

Essa posição implica considerar a criança como construtora ativa e não receptora passiva de conhecimento, pois na sua interação sobre o objeto ela age e sofre ação desse, produzindo sua capacidade de conhecer e ao mesmo tempo construindo seu próprio conhecimento. Nessa perspectiva, a aprendizagem é um processo contínuo de construção de estruturas variáveis, que tem início quando nascemos e só finaliza em nossa fase adulta. Tais estruturas são maneiras de organização das atividades mentais que envolvem aspectos intelectuais e afetivos, tanto na dimensão individual como social (GOULART, 2011).

Jean Piaget (1896- 1980), epistemólogo suíço, dedicou parte de seus estudos a ilustrar a sucessão dessas estruturas cognitivas. Iniciou seus estudos a partir dos conhecimentos menos estruturados (como os reflexos de sucção), aos mais estruturados (como as operações lógicas), classificando em quatro estágios o desenvolvimento cognitivo do ser humano, considerando a passagem de um estágio para o outro como um processo dependente da maturação do sujeito e de sua interação com o mundo no qual está inserido. Os estágios definidos por Piaget são:

Tabela 1: Estágios de Desenvolvimento

ESTËGIOS	FAIXA ETÁRIA APROXIMADA	CAPACIDADES
Sensório Motor	Até 2 anos	Conhecimentos do mundo baseado nos sentidos e habilidades motoras. No final do estágio, emprega representações mentais.
Pré-Operacional	De 2 a 7 anos	Uso de símbolos, palavras, números, para representar aspectos do mundo. Relaciona-se apenas por meio de sua perspectiva individual. O mundo é fruto de sua percepção imediata.
Operações Concretas	De 7 a 12 anos	Aplicação de operações lógicas a experiências centradas no aqui e agora. Início da verificação das operações mentais, revertendo-as e atendendo a mais de um aspecto.
Operações Formais	A partir dos 12 anos	Pensamento abstrato, especulações sobre situações hipotéticas, raciocínio dedutivo. Planejamento, imaginação.

Fonte: Adaptado de Ferracioli, L. - Revista Brasileira Pedagogia, Brasília, Jan./abr. 1999.

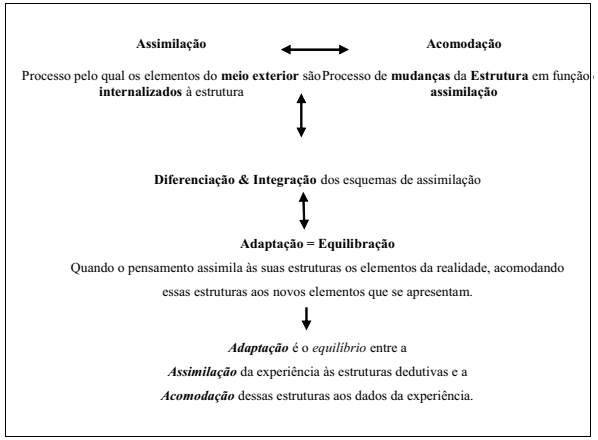
Na abordagem defendida por Piaget, denominada também de construtivista/interacionista, o desenvolvimento cognitivo da criança, é caracterizado por estruturas específicas que se sucedem com uma organização cada vez mais elaborada, podendo ser comparado a construção de um grande edifício, que fica mais sólido a medida que se adiciona algo. Esse processo, Piaget nomeou de equilibração. O conhecimento, dessa forma, avança conforme as estruturas cognitivas se tornam mais equilibradas, o que ocorre por meio de trocas que o organismo estabelece com o meio físico e social, sendo a equilibração o processo central e fundamental na construção do conhecimento. Darsie afirma que para Piaget, em sua teoria da equilibração:

> O sistema cognitivo de todo indivíduo funciona por meio de um processo de adaptação, o qual utiliza dois elementos fundamentais para a construção do conhecimento: a assimilação e a acomodação O sujeito age sobre o objeto assimilando-o ou incorporando o objeto de conhecimento a seus esquemas disponíveis, esta ação assimiladora transforma o objeto. Quando o objeto a ser assimilado resiste aos instrumentos de assimilação, o sujeito reage modificando ou construindo novos instrumentos. Estas transformações dos instrumentos de assimilação constituem a ação acomodadora (DARSIE, 1999, p. 14-15).

Diante do exposto, podemos inferir que o equilíbrio seria o motor do desenvolvimento cognitivo e que o conhecimento se produz através de processos de assimilação e acomodação, e que estes provocam construções totalmente novas, embora partindo de situações já existentes, mas em um patamar intelectual inferior.

Na tabela abaixo apresentamos um resumo esquemático, onde se pode visualizar, como Piaget definiu o processo de desenvolvimento cognitivo.

Tabela 2: Processo de Desenvolvimento Cognitivo



Fonte: Ferracioli, L. - Revista Brasileira Pedagogia, Brasília, v. 80, n. 194, p. 5-18, jan./abr. 1999.

Observa-se, por meio do resumo acima, que só há acomodação quando há assimilação, pois a acomodação é a reestruturação da assimilação. Assim, segundo Moreira (1985) somente ocorre à aquisição de conhecimento se houver acomodação, ou seja, quando há a reestruturação da estrutura cognitiva.

Essas implicações ao serem transportadas para o ensino denota gerar desequilíbrio na mente dos alunos, para que possam buscar o reequilíbrio, propiciando a aprendizagem. Nesse enfoque, o professor enquanto problematizador tem a função de organizar situações que acionassem esse mecanismo que motiva a aprendizagem de seus alunos.

Para tal, tanto a escola como os professores, não podem estar alheios aos estudos da Psicogenética de Piaget, sobre o desenvolvimento cognitivo da criança, o que facilitaria o trabalho de ambas. Ao terem claro essa concepção de conhecimento, teriam condições de ofertar desafios à criança, respeito o estágio na qual se encontram, a fim de provocar o desencadeamento do processo de construção de conhecimento, além de proporcionar o desenvolvimento de sua criatividade em oposição a mera receptividade passiva.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Para o desenvolvimento da pesquisa optamos pela abordagem qualitativa e cunho interpretativo, uma vez que nossa pesquisa busca compreender e analisar o fenômeno que envolve depoimentos de professores acerca das relações que eles estabelecem entre a concepção das dificuldades de aprendizagem e o processo de ensino da Matemática.

Nossa pesquisa assenta-se nas características apontadas por Bogdan e Biklen (1994), por realizar-se no ambiente natural dos sujeitos, sendo o investigador o instrumento principal de coleta de dados, interessando mais no processo do que no produto, por não havermos traçado hipóteses iniciais que desejamos comprovar, por estabelecermos nossa análise de dados de forma indutiva e estarmos focados nos significados que os sujeitos atribuem às suas ações práticas pedagógicas.

Assim, nossa pesquisa se realizou em uma Escola Estadual da cidade de Cuiabá-MT, que oferta o Ensino Fundamental I, participante do Projeto Observatório da Educação com Foco em Matemática e Iniciação as Ciências. Os sujeitos serão professores de Matemática que atuam no terceiro ano do Ensino Médio.

Para a produção dos dados, contamos com a participação de quatro professores, que responderam um questionário de caracterização e concederam uma entrevista semiestruturada, contendo 14 questões discursivas. Os professores têm em média 40 anos de idade, possuem formação acadêmica em Pedagogia, sendo que dois atuam há mais de 20 anos, enquanto que, os outros, há menos de 12 anos. Somente um deles possui especialização em Educação, acerca de 8 anos. A jornada de trabalho de ambos os professores é de 20h/aula. Não exercem outra profissão além de professores. Todos compõem o quadro dos funcionários efetivos.

A escola na qual a pesquisa foi desenvolvida atende o ensino fundamental I, bem como o ensino fundamental II, nos turnos matutino e vespertino. Possui 25 professores efetivos, estão matriculados no período letivo de 2014, 310 alunos. A média de alunos matriculados por turma é de 23. A estrutura física da escola conta com 14 salas de aula, possui biblioteca, sala de informática, quadra de esportes e materiais de multimídia.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta pesquisa tínhamos como objetivo identificar e analisar quais são as concepções de professores que atuam no Ensino Fundamental sobre o ensino da matemática, as dificuldades de aprendizagem e as práticas desenvolvidas para a superação das mesmas. Assim, os dados coletados serão apresentados abarcando esses três blocos temáticos.

O ENSINO DA MATEMÁTICA E SUA RELEVÂNCIA NO CONTEXTO DO ENSINO FUNDAMENTAL I

Ao realizarmos a entrevista procuramos compreender a concepção de Matemática e a opinião dos professores sobre a importância desse ensino no Ensino Fundamental I. Assim, ao perguntarmos "*O que é matemática para você e qual a sua opinião sobre ensinar matemática*?", os professores responderam conforme quadro 1, a seguir:

Quadro I- Noções de matemática x Ensino da matemática

Professores	O que é matemática para você?	Qual a sua opinião sobre ensinar matemática?
A	*É uma ciência exata que nos permite calcular e resolver situações problemas do cotidiano.*	*É muito importante porque ela faz parte do dia-dia da nossa vivencia.*
B	*É a ciência que estimula o raciocínio lógico, onde estuda as quantidades, medidas, etc.*	*É uma ferramenta essencial em muitas áreas de conhecimento, é importante para o cotidiano.*
C	*É uma linguagem que estuda todo o universo humano e raciocinar dos princípios numéricos e é também uma ciência que estuda os números exatos e seus valores ao todo.*	*É necessária para que se possa introduzir aos nossos alunos conceitos de raciocínio lógico, capacidade de abstrair e sendo assim, o professor é um elemento mediador no processo de construção do conhecimento no cotidiano.*
D	*É exata, é raciocínio lógico, estuda as quantidades.*	*É importante porque ajuda a resolver problemas no dia a dia, não só na escola.*

Fonte: Pesquisa do próprio autor.

]

Diante das respostas podemos inferir que os professores concebem a matemática de duas formas distintas. Uma, de maneira restrita; como a ciência da quantidade e dos cálculos e outra; como algo muito próximo da realidade dos alunos, destacando a necessidade de se trabalhar os conteúdos como uma ferramenta para o cotidiano, pois acreditam que a matemática é indispensável em nossas vidas.

A primeira compreensão demonstra características pitagóricas, muito difundida ainda no meio educacional. Nessa forma de conceber a matemática é necessário somente saber contar e fazer cálculos para entender como funciona a realidade. (BARALDI 1999).

Na segunda, a matemática é concebida como um corpo de conhecimento capaz de contribuir na formação do cidadão, relacionada com as necessidades diária dos alunos. Para Schliemann In Carraher et all (1988), o trabalho com a Matemática, no processo ensino-aprendizagem, deve considerar as situações reais, ligadas às experiências do aluno, para que esse consiga relacionar os conhecimentos assimilados na escola com as atividades do cotidiano, atrelando as situações novas às já estudadas.

CONCEPÇÕES SOBRE AS SITUAÇÕES DE DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM EM MATEMÁTICA E A PRÁTICA PEDAGÓGICA COM VISTAS A SUA SUPERAÇÃO.

É comum os professores dizerem que grande parte de seus alunos apresentam dificuldade em aprender matemática. Na entrevista, buscamos verificar quais conteúdos os alunos apresentam mais dificuldades no processo de aprendizagem. Sendo assim os professores apontaram: divisão com números decimais, resolução de problemas, as quatro operações, principalmente a multiplicação.

Agranionih & Dorneles (2004) destacam a importância de se refletir sobre as dificuldades apresentadas nos primeiros estágios das operações básicas, visto que estas podem proceder em problemas futuros, atrelados tanto com aspectos cognitivos quanto com a motivação, interferindo no desempenho das atividades matemáticas e causando desmotivação ou até mesmo desinteresse pela disciplina.

Outro ponto a considerar é que a compreensão das quatro operações exige o domínio das propriedades do sistema de numeração decimal. Kamii (1996) pondera que há um descompasso entre o tempo em que esses algoritmos são ensinados na escola e o tempo próprio de cada criança para a compreensão dos mesmos.

Infere-se, portanto, que as dificuldades podem ser devidas as possibilidades de pensamento nos diferentes estágios de desenvolvimento cognitivo, das estruturas lógico-matemáticas. O que implica na importância dos professores compreenderem o que é cognitivamente possível ou não de se realizar em cada fase de desenvolvimento.

No que tange ao procedimento adotado pelo professor diante dos alunos que apresentam dificuldades em aprender matemática, foi possível identificar que:

Quadro II- Sugestões para superação da dificuldade.

Professores	O que pode ser feito para ajudar os alunos a superar essas dificuldades?
A	*Trabalhando com salas menos lotadas e com material adequado, como material dourado.*
B	*Fazer com que eles tenham interesse, tenham vontade de aprender, com aulas atrativas, interessantes, com jogos.*
C	*Eu trabalho com os alunos individualmente, quando percebo que tem dificuldade, uso estratégias diferentes para cada um, uso vídeos também.*
D	*Acho que usando jogos, porque eles gostam. Uso e realmente vejo bons resultados.*

Fonte: Pesquisa do próprio autor.

Diante das respostas apresentadas na tabela acima, constatamos que os professores desempenham diferentes práticas com o intuito de auxiliar seus alunos a superarem as dificuldades de aprendizagem em matemática. O professor "C", diz realizar atendimento individual com seus alunos, o que vai de encontro com Storti (2010, p. 15), quando afirma que o "ensino individualizado, após a aula valoriza o ser único e singular que é o aluno, tornando possível um espaço de desenvolvimento da criatividade, de acordo com as diferenças e particularidades".

Os professores "B" e "D" relataram que usam jogos em suas aulas, como recurso metodológico para amenizar as dificuldades de aprendizagem em matemática. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (1998):

> Os jogos constituem uma forma interessante de propor problemas, pois permitem que estes sejam apresentados de modo atrativo e favorecem a criatividade na elaboração de estratégias de resolução e busca de soluções. Propiciam a simulação de situações- problema que exigem soluções vivas e imediatas, o que estimula o planejamento das ações; possibilitam a construção de uma atitude positiva perante os erros, uma vez que as situações sucedem-se rapidamente e podem ser corrigidas de forma natural, no decorrer da ação, sem deixar marcas negativas. (BRASIL, 1998, p. 46)

Percebemos assim, que os professores desenvolvem sua prática de acordo com os documentos oficiais, que indicam o uso dos jogos como um dos recursos para o ensino da matemática na sala de aula, servindo como instrumento para a construção de estratégias de resolução de problemas e como opção para a preparação de estratégias didáticas que propiciem a otimização do processo de ensino-aprendizagem de Matemática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As dificuldades de aprendizagem em Matemática podem ocorrer por diversos fatores, sejam eles afetivos, cognitivos ou pela prática educacional inadequada vivenciada em sala de aula. É importante que prática de ensino esteja adequada com a realidade do aluno e que busque alternativas que possibilite a aprendizagem e a formação do cidadão de forma íntegra e participativa.

Hoje, entendemos que o ato de ensinar não consiste apenas em transmitir informações ao aluno e sim, principalmente em ajudá-lo a transformar o saber elaborando suas próprias ideias. Mesmo em meio a tantas mudanças no processo, muitos professores mantêm uma mesma postura em sala de aula. Mudam o discurso, porém a prática pedagógica continua a mesma.

Para que haja mudanças significativas na aprendizagem dos alunos, o professor deve conhecer melhor esse aluno, escutá-lo atentamente, compreender seus pontos de vista, suas dificuldades e optar pela melhor estratégia de aprendizagem para ajudá-lo a avançar.

Os conteúdos matemáticos para a maioria dos alunos são sempre difíceis de assimilar, porém alguns professores buscam caminhos que permitam maior aproximação do aluno com a disciplina, facilitando o processo de aprendizagem. Desse modo, encorajando seus alunos na aquisição de autoconfiança, autonomia e consequentemente, o raciocínio matemático com sucesso, superando o estigma da dificuldade de aprendizagem, percorrendo o caminho contrário que conduz a grande parte dos alunos a repulsa pela matemática.

REFERÊNCIAS

AGRANIONIH, N. T.; DORNELES, B. V. **Memorização, Memória e Aprendizagem Matemática**. Revista Perspectiva, Erechim, v. 28, n.103, p. 59-72, set. 2004.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:** Matemática, v.3. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BECKER, Fernando. **A Origem do conhecimento e aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Mediação, 2003.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação Qualitativa em Educação:** uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

CARRAHER, T. N; CARRAHER, D. W; SCHLIENANN, A. D. (org.) **Na vida dez, na escola zero**. São Paulo: Cortez, 1988.

CHABANNE, Jean Luc. **Dificuldade de aprendizagem:** um enfoque inovador do ensino escolar. Traduzido por Regina Rodrigues. São Paulo: Ática, 2006.

COSTA, Janíbia F. **Concepções e práticas de professores em relação às dificuldades de aprendizagem em matemática dos alunos dos 4º anos do ensino fundamental**. Cuiabá, MT: Janíbia Fernanda da Costa, 2013. Dissertação de mestrado.

D'AMBROSIO, Ubiratan. **O ensino de ciências e matemática na América Latina**. Campinas: Papirus, 1976.

DARSIE, Marta. M. P. **Perspectivas Epistemológicas e suas Implicações no Processo de Ensino e Aprendizagem**. UNIciências, Cuiabá, UNIC, v3, p.8-21. 1999.

FERRACIOLI, Laércio. **Aprendizagem, desenvolvimento e conhecimento na obra de Jean Piaget: uma análise do processo de ensino-aprendizagem em Ciências**. Revista Brasileira Pedagogia, Brasília, v. 80, n. 194, p. 5-18, jan./abr. 1999.

FONSECA, Lilian Leandro da; MARTINEZ, Michelle C.P.T; PAMA, Rute Cristina Domingos da. **Dificuldades de aprendizagem em Matemática: Concepções de professores que atuam no 1°ciclo do Ensino Fundamental**. Disponível em: <http://www.sbem.esquio.Kinghost.net/anais/XIENEM/comunicações_6.html> Acesso em: 6 mai. 2014.

FONSECA, Lilian Leandro Da. **Diagnóstico e encaminhamento dados por professores a alunos em situação de dificuldade de aprendizagem em matemática**. Cuiabá, MT: Lilian Leandro da Fonseca, 2014. Dissertação de mestrado.

GOULART, Iris B. **Piaget: experiências básicas para a utilização pelo professor**. 27ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

KAMII, Constance. **Aritmética: novas perspectivas: implicações da teoria de Piaget**. Campinas: Papirus, 1996.

SARAVALI, Eliane G; GUIMARÃES, Karina P. **Dificuldades de Aprendizagem e conhecimento: um olhar à luz da teoria piagetiana**. Olhar de Professor, ponta Grosso, 2007.

SILVA; Maria do socorro Lucínio da. **Concepções e práticas de professores do Ensino Fundamental sobre o ensino de fração:** um estudo em escolas de Cuiabá. Cuiabá, MT: Maria do Socorro Lucínio da Cruz Silva, 2013. Dissertação de mestrado.

STORTI, Tiago P. **O ensino individualizado: a educação matemática na relação aluno-professor.** 2010. Dissertação Mestrado. Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

**NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR**

OS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E A EDUCAÇÃO NO COMBATE À EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL

Raquel Martins Fernandes Mota
Professora do IFMT - Campus Cuiabá Bela Vista,
Doutora em Educação
raquel.fernandes@blv.ifmt.edu.br

Luiz Augusto Passos
Professor da UFMT, Instituto de Educação; Doutor em Educação
passospassos@gmail.com

Degmar Francisco dos Anjos
Professor do IFMT; Doutor em Psicologia Social
degmar.anjos@ifmt.edu.br

Epaminondas de Matos Magalhães
Professor do IFMT - Campus Pontes e Lacerda;
Mestre em Estudos da Linguagem epa.magalhaes@hotmail.com

RESUMO

No presente texto, apresentamos na forma de ensaio, marcos históricos e políticos sobre o desenvolvimento dos direitos das crianças, enquanto uma luta social, e como a compreensão dos mesmos torna a educação diferencial no combate a situação de vulnerabilidade, dentre elas a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes. Como metodologia de pesquisa foi utilizada a pesquisa bibliográfica, com aporte teórico em Merleau-Ponty. Considera-se que o direito, principalmente no Brasil, tem permitido entender a criança e o adolescente como um sujeito de direitos em fase de desenvolvimento, que necessita de cuidados e quem tem direito a uma educação emancipatória.

Palavras-chave: Educação. Direitos. Violência.

ABSTRACT

In this paper, we present in the form of an essay, historical and political frameworks for the development of children's rights as a social struggle, and as the understanding of them makes a difference in fighting education vulnerable, among them the Commercial Sexual Exploitation Children and Adolescents. As a research methodology literature, with theoretical background in Merleau-Ponty was used. It is considered that the right, especially in Brazil, has allowed to understand the child and adolescent as a subject of rights in development, it needs care and who is entitled to an emancipatory education.

Keywords: Education. Rights. Violence.

INTRODUÇÃO

Apresentamos marcos históricos e políticos referentes à questão dos direitos das crianças e dos adolescentes e como os mesmos contribuem para uma educação emancipatória, que tem a percepção da criança e do adolescente como sujeito de direitos. Para elaboração deste texto foram consultados alguns artigos, teses e documentos do Governo Federal, tais como: Cruz; Silva (2010); Marques (2012); Faleiros; Faleiros (2008); Guia de Referência para o Diálogo com a Mídia Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (ANDI, 2008); Melo; Francischini (2010); Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil (2002); Barros (2005), Silva (2012).

Objetivamos com este trabalho contribuir para com os educadores que lutam por perspectivas melhores na educação de crianças e adolescentes, de modo a entender a estrutura social em que nos encontramos e os direitos já adquiridos por estes sujeitos.

A interlocução com grupos de pesquisa também contribuiu para a construção da identidade do tema e para o andamento da pesquisa. Dentre eles, o Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais e Educação (GPMSE/UFMT), o Grupo de Pesquisa em Filosofia do IFMT (GPFIF/IFMT) que tem como objetivo estudar a sociedade contemporânea à luz de referencial teórico-metodológico de filósofos diversos e o Núcleo de Estudos em políticas públicas, educação, promoção à saúde e direitos humanos do IFMT.

MARCOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS

Em 1890, o Código Penal trazia as primeiras considerações jurídicas acerca da criança e adolescente como objeto do Estado, e então percebido como delinquente, noção que perpassa o século XX.

> Em 1902, o Congresso Nacional discutia a implantação de uma política chamada de "assistência e proteção aos menores abandonados e delinquentes". Em 1903, foi criada a Escola Correcional 15 de Novembro. Em 1923, foi autorizada a criação do Juizado de Menores, e, em 1924, foram criados o Conselho de Assistência e Proteção aos Menores e o Abrigo de Menores. Em 1927, toda essa legislação é consolidada no primeiro Código de Menores (FALEIROS; FALEIROS, 2008).

Em 12 de outubro de 1927, surge o Código de menores, no Brasil, pelo decreto 17.943-A que consolidou as leis relativas a menores, sendo o primeiro da América Latina. Cria-se a figura do juiz de menor; a criança e o adolescente continuam vistos como "objeto de estado", tratados da mesma forma que o adulto; reforçando a idéia que o menor infrator deveria ser tratado com internação. No código de Menores fica estabelecida a diferença entre "abandonados" e "vadios"; entre 14 e 18 anos, eram avaliados em processo

penal especial; o juiz definia se eles tinham uma "boa ou má conduta" e buscava uma regeneração através da disciplina, sendo que dependendo da infração, os maiores de 16 e menores de 18 poderiam até ir para uma prisão de adultos, em lugares separados destes. O código tratava também de higiene da infância e estabelecia a *vigilância pública* sobre a infância (*idem ibid*., 2008).

O Código Penal, em 1940, trouxe à criança e ao adolescente um novo tratamento jurídico, mas só diz que é responsabilizada por crimes aos 18 anos. Não avança em relação ao Código de menores, pois este não é percebido como sujeito de direitos e deveria ser internado, em caso de delito. A agressão física à criança segue o previsto no artigo 129 que prevê como crimes as lesões corporais dolosas e culposas.

Em 1941, foi criado um Serviço Nacional de Assistência aos Menores, o SAM, vinculado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, para extirpar a ameaça dos meninos "perigosos e suspeitos", que funcionava como uma penitenciária para menores.

No contexto mundial surgem declarações que confrontam as leis brasileiras. Em 1924, a Declaração de Genebra sobre os Direitos da Criança e do Adolescente denota, em âmbito internacional, a necessidade de cuidados especiais com as crianças. A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, trouxe como resultado o processo histórico de reconhecimento dos direitos fundamentais, que tem sua fundamentação nas concepções jusnaturalistas e resulta de luta histórico-social. Segundo Terra (2001, p. 144) a Constituição Federal Brasileira de 1988, posteriormente reconhece estes direitos em um "caráter materialmente aberto dos direitos fundamentais" que se encontram no texto.

A Declaração Universal dos Direitos da Criança, criada em 20 de novembro de 1959, sob influencia das duas declarações anteriores, parte dos pressupostos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, no entanto, inclui condições especiais considerando a imaturidade física e mental e a necessidade de cuidados por parte da criança. Enuncia um padrão a ser aspirado em termos de direitos e liberdades. Traz o conceito de que a criança necessita de um meio de desenvolvimento normal, tanto em nível espiritual quanto material. Esta Declaração é fiscalizada pela UNICEF, tem o objetivo de integrar as crianças na sociedade e zelar pelo seu convívio e interação social, cultural e até financeiro conforme o caso, dando-lhes condições de sobrevivência até a sua adolescência.

Em 1969 ocorreu o Pacto de São José da Costa Rica, ocasião em que o Brasil incorporou o pacto à legislação interna, onde se previa a responsabilidade frente à criança e determinou aos países envolvidos o uso interno dos princípios da Convenção, que determinavam sobre a proteção à família e os direitos da criança.

O Brasil respondeu tardiamente aos apelos internacionais. Com a extinção do SAM, no início de 1964, foi criada a Funabem – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, independente do Ministério da Justiça. Com autonomia e propósitos próprios, tais como evitar a internação de menores. A Funabem estabeleceu um sistema de combate à marginalidade, fazendo convênios com entidades privadas, estados e alguns municípios, – em Mato Grosso ela assume este papel como FEBEMAT. Contudo, estas entidades visavam mais as internações e a "distribuição de per capita" (valor pago por pessoa atendida). Esta medida criava mais problemas do que soluções, devido à situações de isolamento, aos maus tratos, à aprendizagem de condutas contrárias à lei; pois as instituições visavam o número de atendidos e não a qualidade do atendimento.

Em 1979, criou-se um novo Código de Menores, que estabelece a teoria da "situação irregular"; nesta, as crianças e adolescentes tidos como criminosos estão em uma situação irregular e precisam ser internados. O novo Código abandona as antigas terminologias que designavam o menor infrator, tais como: exposto, abandonado, delinquente, transviado, infrator, vadio, libertino. As crianças e adolescentes em situação irregular eram as que foram privadas de condições mínimas de sobrevivência ou que viviam em ambiente pouco propício ao seu desenvolvimento ou autoras de infrações. O

juiz, pelo Código, tinha o poder de decidir quais eram os interesses do menor nessa situação. O poder do juiz era tal que agia sobre os destinos da criança e do adolescente fundamentalmente decidindo as questões relacionadas à sua internação, colocação ou adoção.

Na década de 1980, em oposição às doutrinas da "situação irregular", desenvolveram-se concepções e movimentos que apontavam a criança e o adolescente como sujeito de direitos, de acordo com a "doutrina da proteção integral", em primeiro lugar, pela própria Organização das Nações Unidas (ONU); em segundo lugar, através dos juristas e dos movimentos sociais brasileiros, com a mobilização da sociedade e de alguns setores do Estado, inclusive setores da própria Funabem. Essas mobilizações levaram à Assembléia Constituinte de 1987 uma proposta que considerava a criança e o adolescente como sujeito de direitos. Nos anos das décadas de 1980 e 1990, observou-se o resultado de anos de luta dos movimentos sociais, através de leis e mudanças institucionais, significando um avanço em termos de direitos humanos na sociedade brasileira. Em 1985 pela primeira vez fala-se em protagonismo juvenil; onde há a atuação de adolescentes e jovens, através de uma participação construtiva, na discussão das propostas; desta forma se reconhece crianças e adolescentes como sujeitos participativos, contudo os documentos não acompanham esta mentalidade.

As contradições da legislação internacional e a interna só terminaram em 1988. Devido à mudança de estado; a Constituição de 1988 revogou a constituição anterior. No artigo 227 sob o princípio da prioridade absoluta, a criança e o adolescente não devem ser tratados como objeto. O cuidado em relação ao menor passa a ser dever do Estado, da família e da sociedade simultaneamente e em corresponsabilidade compartilhada. Ocorre a constitucionalização dos direitos da criança e do adolescente.

Na Constituição Federal de 1988, o art. 227 diz a respeito dos direitos das crianças e adolescentes:

> É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A constituição revoga o Código de Menores, mas não produz uma legislação apropriada em relação às crianças e adolescentes. Situação que levou a uma mobilização da sociedade civil em prol do cumprimento do artigo 227.

Vale ressaltar neste período a mobilização em Cuiabá do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), onde com a participação dos meninos e meninas se discutiam propostas e manifestavam em prol da regulamentação do artigo 227 da Constituição Federal através da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Em Cuiabá a discussão principal era sobre o trabalho infantil. Nas diversas regiões do Brasil havia discussões e mobilizações em prol dos direitos das crianças e adolescentes, contando com a participação do movimento MNMMR.

A Convenção sobre os Direitos da Criança, aprovada em 20 de novembro de 1989, organizada pela ONU, teve como principais princípios o direito à vida, à liberdade; as obrigações dos pais, da sociedade e do Estado em relação à criança e adolescente; a proteção dos menores contra as agressões, exploração e violência sexual. Um marco internacional na concepção de proteção social à infância e adolescência, pois gerou o documento de representatividade no que concerne aos direitos humanos para a infância e juventude na história mundial. É o mais completo tratado internacional sobre os direitos da criança, colocando-a, ao longo de seus 54 artigos, em posição de absoluta prioridade na formulação de políticas sociais e na destinação de recursos públicos.

Foi ratificada pelo Brasil em 24 de setembro de 1990 e constituiu um dos alicerces que consubstanciou a doutrina de Proteção Integral e um marco para a formulação jurídica e para a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente, que se tornou uma referência de política de proteção social e legislação para os países da América Latina e Caribe.

Em 1990, com a Lei 8069/90, foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente com o objetivo de trazer a proteção integral dos mesmos.

> Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

A consolidação jurídica deste movimento paradigmático da mudança de postura em relação à criança e adolescente se dá com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a partir do qual as crianças e os adolescentes gozam de todos os direitos universais; elas não são mais um objeto, mas um sujeito. Reconhece não só seus deveres como antes, mas também seus direitos.

Segundo Terra (2001), o Estado deve cumprir sua obrigação de garantir um desenvolvimento sadio à infância e adolescência, conforme a Constituição. Contudo, não interessa para o processo de globalização um Estado forte e promotor de igualdade social.

O ECA cria um impasse visto que as medidas sócio-educativas e a internação são a última opção. O menor está em fase de desenvolvimento e não pode ser internado. O ECA criou a idéia da política de atendimento com o apoio de vários profissionais, psicólogos, assistentes sociais.

Rodrigues (2006, p. 11) chama o Brasil de "país esquizofrênico", alegando que precisamos de uma mudança nas estruturas social, jurídica e pública do Estado; e não apenas acreditar que apenas uma mudança na lei resolverá o problema social. Para o autor, não se tem uma família estruturada, não se tem uma sociedade organizada e nem o Estado organizado; apenas a lei não garante a solução. Segundo Rodrigues, as pessoas que defendem a criminalização do menor infrator, defendendo a menoridade penal, a condenam duas vezes; pois eles já são penalizadas por não terem condições econômicas e sociais de se desenvolverem. O ECA transfere a responsabilidade para a sociedade, sendo que o Estado deveria no mínimo garantir as condições de sobrevivência. O ECA, por ser uma legislação complexa sobre crianças e adolescentes, funcionaria muito bem em outro contexto social, em que o Estado realmente garantisse o mínimo de direitos.

O COMBATE À EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL

Este processo histórico faz com que o olhar sobre a criança e o adolescente marginalizados se torne diferenciado e contribui para novos cuidados em relação a crianças e adolescentes vítimas de violência.

> ... na Constituição Federal, no ECA e na Normativa Internacional adota como referencial a teoria dos direitos humanos universais e dos direitos peculiares da infância e da juventude, como sujeitos em desenvolvimento e objetos da proteção integral. Todas as formas de violência são violação de direitos humanos e transgressão, portanto, são crimes.
> O paradigma jurídico, que tem por base a teoria penal brasileira atual, considera os crimes sexuais como crimes contra os costumes e não crimes contra a pessoa, ou seja, a violência sexual não é considerada uma violação de direitos humanos individuais, mas transgressões aos costumes sexuais coletivos. (FALEIROS, 2012, p. 04).

Segundo o autor ocorre uma incompatibilidade da base paradigmática do Direito Penal Brasileiro, com a doutrina da Proteção Integral instituída na Constituição Brasileira de 1988 e no ECA/90. O que torna difícil a responsabilização do autor de crime de abuso sexual.

O enfrentamento da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes (ESCCA) tornou-se alvo de atenção pública recentemente, quando em 1993, houve a conclusão da CPI da Prostituição Infantil. Anteriormente à CPI – Prostituição Infanto-juvenil tendia-se a classificar a ação de prostituição como voluntária, ocultando as violações que a criança ou adolescente sofreram. Com a CPI e os Congressos Mundiais sobre "Exploração Sexual infanto-juvenil" passa-se a pressupor que há a ação ou omissão de um adulto sobre o adolescente prostituído.

Internacionalmente a atenção à ESCCA é tema recente. Na tentativa de combater o turismo sexual na Tailândia, formou-se um movimento que engendrou a criação do ECPAT (*End Child Prostitution and Trafficking*) no início da década de 90.

Em 1996 aconteceu o 1º Congresso Mundial Contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças em Estocolmo, na Suécia. Esse congresso contou com a participação de 122 países. O 2º ocorreu em Yokohama, no Japão, em 2001. Este Congresso consolidou as parcerias e reforçou o comprometimento global pela proteção de crianças e adolescentes contra a exploração sexual, aumentando para 161 o número dos países comprometidos com a Agenda para a Ação de Estocolmo.

O III Congresso Mundial de enfrentamento à Exploração Sexual ocorreu no Brasil, em 2008, sediado no Rio de Janeiro. O tema de abertura do Congresso foi a Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente e a sua Proteção contra a Exploração Sexual – Por uma Visão Sistêmica. O evento contou com a presença de 192 países. Neste congresso ficou definido que exploração sexual comercial de crianças e adolescentes inclui quatro ações: prostituição infanto-juvenil; turismo sexual; pornografia e tráfico de crianças e adolescentes com fins sexuais. A prostituição infantil "consiste no uso de uma criança em atividades sexuais em troca de remuneração ou outras formas de consideração" (ECPAT, 2002); o turismo sexual "é a exploração sexual de crianças por pessoas que visitam outros países, geralmente países em desenvolvimento, para ter atos sexuais com crianças" (ECPAT, 2002); tráfico de crianças com fins sexuais "é a promoção da saída ou entrada de crianças e adolescentes do território nacional para fins de prostituição" (Código Penal art. 231, ECA art. 83, 84, 85, 251) e a pornografia infantil:

> trata-se da representação por qualquer meio (fotos, vídeos, revistas, espetáculos, literatura, cinema, publicidade, internet, etc.) de crianças ou adolescentes dedicadas a situações sexuais explícitas, simuladas ou reais, ou a representação das partes genitais destes com a finalidade de oferecer gratificações sexuais ao usuário/consumidor destes materiais (ECPAT, 2002).

Após estes debates a ESCCA foi estabelecida como violação dos direitos humanos e crime contra a humanidade. As propostas do congresso favoreceram contextos interdisciplinares, comprometendo os países participantes na elaboração de Planos Nacionais.

No evento se observou a proposição de descentralização dos Planos Nacionais, destacando a necessidade de estabelecimento de parcerias com a Cooperação Internacional com os governos locais, para dar sustentabilidade às ações e coibir a ESCCA. O Brasil apresentou os resultados de acordos estabelecidos no I Congresso Mundial e das ações desenvolvidas de forma articulada entre a sociedade civil e o poder público, dentre elas a elaboração e publicação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-juvenil.

Em 1997 é disponibilizado no Brasil um número de telefone gratuito para denúncia de turismo sexual no Brasil, coordenado pela ABRAPIA. Em 2000 é aprovada lei 9970/00, que institui o dia 18 de maio como dia nacional de luta pelo fim da violência sexual contra

criança e adolescente. Seguindo a determinação do Plano, o Governo Federal lança em 2001 o programa Sentinela em prol da erradicação da violência sexual em várias cidades do país.

Em 2002, foi desenvolvido o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, que teve por objetivo estabelecer um conjunto de ações articuladas que permitam a intervenção técnica, política e financeira para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Os Projetos Sentinelas foram implantados a partir de 2002. É um Programa de Combate ao Abuso Sexual e Comercial de Crianças e Adolescentes. O programa atua nos eixos de prevenção e de atendimento, promove campanhas de informação, mobilização e sensibilização da comunidade. O programa é um conjunto de ações sociais especializadas e multiprofissionais que atende crianças, adolescentes e famílias envolvidas com a violência sexual. Tem como objetivo construir redes de atenção para garantir os direitos fundamentais dos mesmos e buscar o fortalecimento de sua autoestima e o restabelecimento à convivência familiar e comunitária que seja digna da vida. Visa o resgate e a garantia dos direitos como o acesso aos serviços de assistência social; saúde; educação; justiça e segurança; esporte, lazer e cultura e entre outros. Desempenhou funções que ajudam a extinguir atos de violência, proteger, dar assistência e trabalhar na recuperação das vítimas de todo o país. Em 2003, houve a Implantação do Comitê Nacional. O projeto prevê a criação de um Sistema Nacional de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos, com ações integradas entre Governo Federal, Estados e Municípios.

Em 2003, houve a criação do Programa de Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual (PESTRAF), que investigou a prática da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no país.

O Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-juvenil no Território Brasileiro (PAIR) foi criado em outubro de 2002, a partir de uma iniciativa conjunta do Governo Brasileiro e da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) visando à coordenação e execução das ações previstas no programa, compreendendo inicialmente os municípios de Pacaraima (RR), Manaus (AM), Rio Branco (AC), Corumbá (MS), Feira de Santana (BA) e Campina Grande (PB). Em fevereiro de 2003, foram retomadas as ações decorrentes do protocolo assinado, tendo sido estabelecido um Grupo de Gestores para a operacionalização do programa, sendo que as ações interministeriais que atuam envolveram 14 ministérios.

Em 2005, ocorreu a aprovação de mudança no Código Penal, objeto da Lei nº 11.106/05, com a alteração no art. 231, e o acréscimo do art. 231-A. O crime "tráfico de mulheres" passou a ser "tráfico de pessoas"; pelo art. 231-A, foi inserido o tipo penal "tráfico interno". Com estas alterações, o tráfico de pessoas no Brasil compreende dois delitos: o "tráfico internacional de pessoas" (art. 231) e o "tráfico interno de pessoas" (art. 231-A).

No ano de 2006 foi desenvolvido um trabalho de extensão da Universidade Federal de Roraima sobre a Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes (SIEMS; PIMENTEL; 2006). Tendo como alvo o Município de Pacaraima, em Boa Vista através da solicitação da OIT/USAID em parceria com a Fundação Ajuri de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Roraima. Iniciativas como estas foram realizadas em vários locais do Brasil e grupos de pesquisa e de extensão foram constituídos para discussão direta ou indireta do problema da ESCCA. Citamos alguns grupos: - Laboratório de Análise e Prevenção da Violência (LAPREV) UFSCAR, site www.laprev.ufscar.br. - Caminhos- UFMS, cuja meta consiste em "Mobilizar a sociedade e dar visibilidade ao fenômeno da violência sexual praticada contra crianças e adolescentes, a partir de métodos e meios de que dispõe a comunicação, provocar reflexões e discussões sobre o assunto são os objetivos do Projeto Caminhos. br." (www.caminhos.ufms.br). - Setor de Estudos e Pesquisas sobre Crianças e Adolescentes (SEPAC) UFPB, www.ppgssufpb.com.br. Na mesma universidade o grupo de pesquisa: Núcleo de Pesquisa sobre o Desenvolvimento da Infância e Adolescência em Situação de

Risco Pessoal e Social, com a linha de pesquisa Violência e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes, coordenado pela professora Drª. Maria de Fátima Pereira Alberto. - Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente da PUC/SP (NCA- PUC –SP), www.pucsp.br/nca/index.html; coordenadora: Myrian Veras Baptista. - TSI (Turismo Sustentável e Infância) - UNB, www.cet.unb.br/turismoeinfancia/portal/. Em 2010, após algumas reuniões iniciais, surgiu o projeto Invisível ESCCA de um grupo de pesquisadores do GPMSE, que tem sua origem na necessidade de contribuir de forma científica com o estudo desta realidade e com discussões que dêem visibilidade às ações de enfrentamento da problemática. Ao constituir o projeto de pesquisa o grupo envolveu-se com o estudo das informações disponíveis sobre o assunto e em conhecer as redes socioassistenciais em Cuiabá. Realizou-se em 2010 (06 e 07 de dezembro) um Fórum (1° Fórum sobre Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes) com o objetivo de congregar atores da rede de proteção e conhecer as atividades de vários segmentos sociais, institucionais ou não, do poder público, iniciativas privadas, bem como religiosas e/ou de movimentos sociais. Atualmente o projeto Invisível ESCCA está em andamento e procura desenvolver intercâmbios com outros grupos de pesquisa no Brasil sobre o tema (escca/luizaugustopassos.com.br).

Em Cuiabá, a Prefeitura conta com projetos que auxiliam na prevenção à ESCCA: os projetos Siminina, Cantinho do Pirlimpimpim e o Tocando com bolinhas.

Em maio de 2010, ocorreu o Encontro Estadual de Enfrentamento à violência e exploração sexual contra crianças e adolescentes em Mato Grosso, promovido pelo Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Em Cuiabá, podemos citar algumas instituições que auxiliam no combate a ESCCA, em 1997 surge o Projeto Nossa Casa, entidade beneficente que abriga e promove crianças e adolescentes, do sexo masculino, na faixa etária de 12 a 17 anos, que estejam em situação de risco pessoal ou social. Casa de Retaguarda é uma instituição da rede de proteção a crianças e adolescentes do sexo feminino, contra todo o tipo de violação dos seus direitos, acolhe meninas na faixa etária de 7 a 17 anos, que estejam em situação de risco sociais, gestantes ou não que residem no município de Cuiabá. Em 2005, o CREAS foi implantando em Cuiabá por meio do programa Sentinela que era coordenado pela Secretaria de Estado de Assistência Social- SEAS, e tinha por finalidade atender crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Recebia financiamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome e da Prefeitura Municipal de Cuiabá através da Secretaria Municipal de Bem-Estar Social, hoje Secretaria Municipal Assistência Social e Desenvolvimento Humano (SMASDH) (ASSUNÇÃO, 2011).

Ressaltamos algumas iniciativas de vários segmentos sociais, tais como, o Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Estado de Mato Grosso (em andamento desde 2011) e o Projeto de Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Turismo (envolvendo várias secretarias do Estado iniciado em dezembro de 2010).

Ocorreu entre 18 a 20 de abril 2011, o Seminário Nacional de Enfrentamento e Sensibilização a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Federais, um seminário organizado pela polícia rodoviária federal, implementando estratégias de erradicação da ESCCA, juntamente com outras atividades de conscientização e formação de agentes de prevenção e erradicação. Atividades na OAB, dentre outros órgãos públicos. A estas ações específicas soma-se o trabalho de casas de acolhimento, Conselhos Tutelares, Creas, dentre outros.

Em 2012, em Cuiabá houve a retirada de crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidade; e ações como o "Faça Bonito" - Secretaria de Assistência Social e Desenvolvimento Humano (SMASDH), ocorrido no dia 18 de maio, no auditório da Polícia Rodoviária Federal (PRF), Dia Nacional de Combate a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Vale comentar que há várias iniciativas em setores religiosos, a partir das pastorais eclesiais e sociais da Igreja Católica, de Igrejas

protestantes, de grupos espíritas e de espiritualidades inspiradas nas tradições orientais. Nesta pesquisa, estudamos o Programa Meninas dos Olhos de Deus, que possui Casas de acolhimento a crianças vítimas de violência sexual ou submetidas à exploração ou em situação de risco, em diversas regiões do Brasil e em Cuiabá está em fase de implantação (www.mobilizacaomundial.com.br). O movimento *Meninas dos Olhos de Deus* surgiu por iniciativa de missionários brasileiros que se sensibilizaram com a causa (ESCCA) na Índia e no Nepal, sendo que posteriormente é que foi iniciado o trabalho no Brasil.

INFÂNCIA ROUBADA E A EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA

Percebemos ao longo do processo histórico descrito, que houve avanços em relação à questão da ESCCA, em prol do enfrentamento da problemática. A compreensão que se tem da infância e adolescência alterou-se e permitiu uma ampliação da concepção da infância em direção a uma compreensão de 'criança sociológica' (SARMENTO, 2008), que se constitui como sujeito. Considera-se o período do Código do Menor como uma compreensão da 'criança pré-sociológica', e no contexto do ECA, a criança já é vista em desenvolvimento. Segundo Sarmento (2008), a concepção que temos de infância foi construída historicamente com imagens sociais da infância, que ocultavam a realidade dos mundos sociais e culturais da criança; apesar de esclarecerem os produtores destas imagens. As imagens da criança no período considerado como 'criança pré-sociológica' trazem uma concepção de criança como uma entidade singular abstrata (2008, p. 29), tais como, criança má, criança inocente, criança imanente, dentre outras. Paralelamente a estas imagens, a infância foi definida pela sua negatividade, como idade da não-fala, idade da não-razão, idade do não-trabalho.

> [...] os processos de qualificação da infância por negação constituem, efectivamente, um ato simbólico de expressão de adulcentrismo e a projeção ideológica sobre a infância de concepções ideológicas essencialistas sobre a condição humana [...] A infância é, simultaneamente, uma categoria social, do tipo geracional, e um grupo social de sujeitos ativos, que interpretam e agem no mundo (SARMENTO, 2008, pp. 35-36).

Segundo o autor, considerar as crianças como sujeitos ativos, significa que as crianças não deveriam estar excluídas dos direitos políticos expressos. "A invisibilidade tem uma extensão correspondente na ausência da consideração dos impactos das decisões políticas sobre as diferentes gerações" (*idem ibid*., p. 38). Sendo as crianças que mais sofrem com os problemas sociais. O autor propõe a redefinição da cidadania da infância. Os fatores históricos que apresentamos; tais como a Convenção dos Direitos da Criança, de 1989; apontam para ampliação da compreensão jurídica e social da infância; apesar de estar em construção. A construção das imagens sociais da infância ao longo da história resulta de concepções epistemológicas que pensam a infância como uma fase de incompletude e imperfeição, sem perceber as crianças como sujeitos do conhecimento. As compreensões epistemológicas atuais têm avançado na perspectiva de escuta da voz das crianças, um possível esclarecimento, se avançarem na via da alteridade e não apenas ser 'o outro da voz dos adultos' (*idem ibid*., p. 38). Na mesma direção apontam os estudos a partir de Merleau-Ponty sobre a infância, em que a criança seria descentrada do mundo do adulto e de suas teorias do desenvolvimento: "Neste sentido a fenomenologia da criança é feita de um trabalho antropológico bastante cuidadoso, denso, significativo. É preciso focar na criança mesma, descentrando o olhar adulto e seus contextos teóricos." (MACHADO, 2011, p. 16). O que permite repensar sua dimensão social, a partir do contexto próprio à criança mesma, considerando-a como uma 'criança mundocentrada', com suas próprias inserções criança/tempo, criança/outro, criança/mundo; pensando-a não

mais a partir do adulto; ambos estão mergulhados no mundo, as apreensões dele é que são diferentes. Estas considerações epistemológicas têm seus desdobramentos sociais e até jurídicos.

Segundo Di Clemente (2011), quando Merleau-Ponty demonstra que por traz da pessoa há o ser de toda pessoa, num movimento de resistência, que lhe agrega o *princípio de autodeterminação e autodiferenciação*; esta perspectiva abre para um discurso sobre os direitos que confronta a injustiça. Este princípio está na condição originária da pessoa, neste caso, a criança, enquanto pessoa tem um valor moral; que não depende do que ela faz. A 'autodeterminação' não necessariamente seria um subjetivismo ou individualismo/relativismo, mas "uma 'consciência de si' como 'consciência de um mundo diferenciado'". Praticar a justiça não seria elevar-se a uma ordem objetiva, mas a expressão originária da alteridade em seu instante pré-reflexivo.

> Assim, é sempre a partir de uma condição originária na qual eu estou preso, é sempre a partir de uma correspondente 'dimensão' ou 'generalidade' (ambiental e intersubjetiva, natural e cultural, biográfica e sócio-histórica, a saber, corpóreo e carnal) praticada, 'vivida' (não deliberada egologicamente, nem dada no exterior), que eu posso me reconhecer tanto titular de valores e direitos quanto destinatário de regras e deveres (DI CLEMENTE, 2011, p. 138).

A compreensão dos direitos humanos, bem como de cidadania é ampliada para além de uma racionalidade que a constitui de modo abstrato. Nesta mesma direção, propõe Pereira (2012) a partir da ética da alteridade, na perspectiva de abandonar a noção oriunda do papel do direito, em que se pensa que o formaliza está resolvido. Para o autor é preciso uma crítica radical, visto que, quando num determinado grupo uma norma não é aplicada, é devido à existência de outra mais forte; não adianta uma afirmação de direitos humanos, que no âmbito internacional se constitui em uma vigência sem significado. Segundo ele seria preciso:

> Uma racionalidade onde o outro seja reconhecido pela concretude de sua singularidade, e não pela idéia de cidadania, pois no momento em que inventamos a idéia de 'cidadão' imediatamente inventamos também a figura do 'não-cidadão'. Pensando dessa forma podemos ver que o conceito de cidadania é excludente (PEREIRA, 2012, p. 76).

Nesta proposta, que parte da concretude da alteridade, o autor posiciona-se contra a racionalidade ocidental, que pela 'vontade conceituante' pretende que o rosto do outro possa ser conceituado por quem observa; assume a "total impossibilidade de reduzir o outro ao poder conceituante do mesmo." (idem ibid., p. 74). Onde pensar dignidade ou direitos humanos precisa se radicar na vivência e não na abstração.

> Deve-se reestruturar este fundamento para que se possa voltar a falar em dignidade de forma consistente, ou seja, uma dignidade humana ancorada na idéia de paz, que adentre de fato na crise de sentido que a humanidade atravessa, pois só adentrando na crise é que se pode sair dela e transformá-la em crítica, remontando as palavras de Ricardo Timm de Souza. Uma dignidade que comporte o não-ser, o nada, o impuro, o sem pátria ... o diferente – e um pensamento dos direitos humanos que tenha como ponto de partida a concretude da alteridade; antes mesmo da abstração comum atribuída a ideia de dignidade humana *(idem ibid.*, p. 76).

Segundo Rezende (1990), a educação como aprendizagem da cultura mostra a produção própria de sentido da existência. A

educação deve propiciá-lo entendendo que reflete a maneira de ser dos homens e permite a personificação dos sujeitos. Nestes termos, a práxis transformadora estaria no fato de instaurar o lugar do não-lugar, aquilo que falta à educação para alcançar a plenitude de sentido (*idem ibid*., p. 80); com o que está fora, ou tem sido deixado de fora; permitindo a construção do sentido pelos sujeitos que a compõem.

> Neste sentido, a questão social, a divisão de classes, a opressão, a dominação, não são problemas abstratos, mas desafios à nossa capacidade individual e coletiva de dar respostas às outras pessoas. Nossa vida tem não apenas o sentido que os outros lhe dão, mas aquele que nós próprios lhe damos ou deixamos de dar (idem ibid., p. 95).

Sendo assim, a luta pelos direitos das crianças e adolescentes, bem como a busca de vários segmentos sociais em relação ao combate da ESCCA, produz uma *práxis transformadora*, que não se delimita numa única dimensão por estar repleta de sentidos e diversos significados. "Há na educação uma dimensão ético-existencial. À busca da compreensão do sentido, corresponde o desejo de melhores respostas." *(idem ibid*., p. 85) Em que "A conscientização visada pela educação é ao mesmo tempo pessoal, política, cultural e histórica" *(idem ibid*., p. 84).

Transforma-se o que, quem, de onde para onde; para alguns conscientizar é uma forma de esclarecimento. Mas quem pode dizer o que esclarece e o que obscurece na conscientização, trata-se de algo conceitual ou pode ser vivencial ou ambos. Do ponto de vista antropológico não dá para falar em transformação da realidade da ESCCA se não considerarmos o enraizamento cultural, para divisar na cultura a naturalização da violência e mesmo se há transformação desta situação.

No entanto, quem está dentro e quem está fora; quem é emancipado e quem precisa de emancipação; só se sabe quem vive. Não podemos assumir o posto de emancipador, esclarecido pelas luzes do saber. Somente a pessoa tem o direito de saber de onde quer partir e para onde quer ir. A educação pode fluir do amor à vida. Estimular a pessoa a resgatar o sentido de ser pessoa é uma tarefa possível ao educador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De um modo geral, podemos perceber que a concepção de infância teve uma potencialização e conscientização, que permitiu entender a infância e a adolescência como fases em desenvolvimento, sem abortar os processos que as constitui que são fundamentais para o desenvolvimento humano. Nos dias atuais, percebemos que as iniciativas de garantir direitos e condições sociais às crianças e adolescentes, têm possibilitado um viver melhor. Lutas iniciadas na década de 80 pelos movimentos sociais redundaram em conquistas, leis e institucionalização de uma rede social de proteção à criança em estado de vulnerabilidade. As organizações não-governamentais cresceram em número e em atuação. O país cresceu economicamente e o acesso aos bens de consumo e à informação e à escolarização ampliou-se. No entanto, a entrada no novo século não erradicou os problemas sociais relativos à infância e adolescência. A institucionalização de valores permitiu o resgate dos direitos humanos em certa forma e o início de uma práxis transformadora. Vivências precisam ainda ser geradas para dar à criança e ao adolescente o seu lugar e que ela seja compreendida e se compreenda como sujeito de direitos e autora de sua história. Este é o papel da educação do novo milênio com bases na dignidade construída a partir de cada história e não em um direito abstrato e distante.

REFERÊNCIAS

ÁRIES, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. 2ª ed. Rio de Janeiro – RJ: Ed. Afiliada, 1981.

ASSUNÇÃO, Admilson Mário de. *Narrativas Silenciadas*. Dissertação (Mestrado em Educação). Orientador: Dr Luiz Augusto Passos. Cuiabá: Instituto de Educação, UFMT, 2011.

BARROS, Nivia Valença. *Violência intrafamiliar contra criança e adolescente. Trajetória histórica, políticas sociais, práticas e proteção social*. Tese (Doutorado). Orientadora: Drª Maria Euchares de Senna Motta. – Rio de Janeiro: PUC-Rio, Departamento de Psicologia, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto por Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei Federal 8069 de 13/07/1990.

COMITÊ NACIONAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - http://www.comitenacional.org.br/. Acesso em: 29/06/2010.

CRUZ; SILVA. A exploração sexual infantil como uma das piores formas de trabalho. *XI JORNADA DO TRABALHO Trabalho e as Escalas da Práxis Emancipatórias: autonomia de classe frente à territorialização do capital.* 12 a 15 de outubro de 2010, UFPB – João Pessoa: Centro de Estudos de Geografia do Trabalho, 2010.

DI CLEMENTE, Fábio. Corpo e conhecimento em Merleau-Ponty. *Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis*, vol. 05, n 02 p. 1-46, jul./dez. 2008.

DI CLEMENTE, Fábio. *Curso de Pós-Graduação UFMT – GPMSE* (Grupo de Estudos, Educação & Merleau-Ponty – Gempo). Cuiabá: UFMT, 2011.

DI CLEMENTE, Fábio. Um convite à radicalidade. *IHU ON-LINE. Revista do Instituto Humanitas Unisinos*. São Leopoldo/RS: Unisinos. 378. Ano XI. 31.10.2011. ISSN 1981-8769; pp. 31-38.

FALEIROS, Eva T. Silveira. Conceituação e Categorização da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. portal.mj.gov.br/sedh/ct/seminario.../conceituacao_categorizacao.pp. Acesso em: 03/04/2012.

FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva Silveira. *Escola que Protege*: Enfrentando a violência contra crianças e adolescentes. 2 ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.

FÓRUM de Enfrentamento à Violência http://www.republicaeditorial.com.br/?p=1071. Acesso em: 29/06/2010.

GUIA de referência para o diálogo com a mídia enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. ANDI, São Paulo: 2008.

MACHADO, Marina Marcondes.A Fenomenologia da infância e a criança mundocentrada. *IHU ON-LINE. Revista do Instituto Humanitas Unisinos*. São Leopoldo/RS: Unisinos. 378. Ano XI. 31.10.2011. ISSN 1981-8769; pp. 15-17.

MELO; FRANCISCHINI. Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes: um ensaio conceitual. *Temas em Psicologia* - 2010, Vol. 18, no 1, 153 – 165, 2010.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. 4 ed. Trad.: Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

O'SULLIVAN, Edmund. *Aprendizagem Transformadora* – uma visão educacional para o século XXI. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2004.

PASSOS, L. A. *Currículo, Tempo e Cultura*. Tese (Doutorado em Educação). Orientador Dr Alípio Márcio Dias Casali. São Paulo: PUC-SP, 2003.

_____. Fenomenologia. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (orgs.) *Dicionário Paulo Freire*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

PEREIRA, Gustavo Oliveira de Lima. Apátrias e refugiados. Os direitos humanos a partir da ética da alteridade. *IHU ON-LINE. Revista do Instituto Humanitas Unisinos*. São Leopoldo/RS: Unisinos. 401. Ano XII. 03.09.2012. ISSN 1981-8769; pp. 71-76.

PLANO NACIONAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL. 3 ed. Brasília: SEDH/DCA, 2002. (Série Subsídios, 5).

REZENDE, Antonio Muniz de. *Concepção fenomenológica da educação*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1990.

RODRIGUES, Saulo Tarso. *A Globalização Contra-Hegemônica e a Problemática Contemporânea dos Direitos Humanos.* Tese (Doutorado em Sociologia). Orientador Prof. Dr. Boaventura de Sousa Santos. Portugal: Centro de Estudos Sociais Faculdade de Economia Universidade de Coimbra, 2006.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Visibilidade social e estudo da infância. In: VASCONCELLOS; SARMENTO (orgs). *Infância (in)* visível. 1ª reimpressão. Araquara, SP: Junqueira&Marin, 2008.

SILVA, Josiane Tomaz da. *O Sentido da Educação para Adolescentes em Conflito com a Lei.* Dissertação (Mestrado em Educação). Orientação Dra. Maria da Anunciação P. B. Neta. Cuiabá/MT: IE/UFMT, 2012.

TERRA, Eugênio Couto. *A Idade Penal Mínima como cláusula pétrea e a proteção do Estado Democrático de Direito contra o retrocesso social*. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas). Orientador Prof. Dr. Lenio Luiz Streck. São Leopoldo/RS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2001.



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

EXPECTATIVAS, CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS ACERCA DA BOLSA PERMANÊNCIA PARA UMA FORMAÇÃO DE QUALIDADE PARA OS ESTUDANTES DA UFMT- 2011

Marta Silva de Queiroz Leite
Assistente Social, graduada pela Universidade Federal de Mato Grosso.
Técnica em Serviço Social do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) - Município de Campo Novo do Parecis -MT.
martasleite@live.com

RESUMO

O presente artigo apresenta uma análise da Política de Assistência Estudantil na Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. Tal Política, vista como um direito estudantil no país, através do PNAES – Plano Nacional de Assistência Estudantil, aderido como Lei, pelo Decreto Presidencial nº 7.234 de 2010. A Assistência estudantil na UFMT é composta pela Bolsa Permanência, Casa do Estudante Universitário – CEU, pelo Auxílio Alimentação, Auxílio Moradia e Auxílio Evento. A Bolsa Permanência é apresentada como modalidade da Assistência Estudantil que almeja numa perspectiva de equidade, assegurar a permanência a estudantes com dificuldades socioeconômicas na universidade. Apresentar-se-ão os desafios, as percepções para uma educação equânime e qualilitativa, sob a ótica dos usuários da Bolsa Permanência do ano de 2011.

Palavras-chave: Assistência estudantil. Políticas públicas. Bolsa- Permanência

ABSTRACT

The presente article induct on analysis of Politic of Student Assistance at Federal University of Mato Grosso. Of such Politic, perceived as right studant in the country through PNAES - National Plans of Student Assistance adhered as Law, by Presidential Enactment 7.234 of 2010. The Student Assistance of UFMT is composed of Scolarship Permanence, Academically Student House-CEU, Meals Allowance, Housing Allowance and Assistance Event. The Scholar-

ship Permanence is presented as modality of Studant Assistance that wish in terms of equity, ensuring the permanence of students with socioeconomic difficulties at university. That will show the challenges, the contributions to an education equitable an qualitative, beneath the optics users of scholarship Permanence of the year 2011.

Keywords: Student Assistance. Public Politic. Scholarship Permanence.

INTRODUÇÃO

O presente estudo analisa as expectativas, percepções e contribuições para uma formação de qualidade, atribuídos a Bolsa Permanência por acadêmicos beneficiados no período de 2011, na UFMT. O estudo busca identificar a origem dos estudantes que obtiveram acesso à Bolsa Permanência na UFMT. Desse modo, identifica e analisa em que medida a Bolsa Permanência contribui para minorar a desigualdade socioeconômica e cultural dos acadêmicos bolsistas.

Estudos produzidos pelo FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis - revelam a crescente necessidade de implementação de políticas públicas que permitam a permanência de estudantes de baixa renda nas Instituições Federais de Ensino Superior – IFES com qualidade e igualdade de condições.

No caso da UFMT, essa parcela de estudantes de baixa renda tem crescido nas últimas décadas, devido à criação de Programas de Ação Afirmativa na universidade destinados a estudantes egressos de escola pública e estudantes negros.

No âmbito da Universidade Federal de Mato Grosso, a Política de Assistência Estudantil foi regulamentada recentemente pela Resolução CONSUNI nº. 09/2008, que de acordo com seus critérios de manutenção, preconiza que os bolsistas desenvolvam doze horas de atividade no campus, nas áreas de Ensino-Pesquisa-Extensão. Através dos resultados, pretendemos contribuir com estratégias de avanços e melhorias, a partir da discussão e problematização da Assistência Estudantil na UFMT.

METODOLOGIA

No que tange à pesquisa, de um total de 93 bolsistas do Programa de Assistência Estudantil da UFMT de 2011, treze responderam o questionário semiestruturado. Sobre as expectativas acerca da Bolsa Permanência, utilizamos também um segundo grupo: doze bolsistas sujeitos de um Projeto de Intervenção realizado em 2012/1.

No presente estudo, adotamos como referencial teórico-crítico-dialético o Marxismo. Primordialmente, porque, à luz de Minayo (2011, p. 24), "o Marxismo enquanto abordagem considera a historicidade dos processos sociais e dos conceitos, as condições socioeconômicas dos fenômenos sociais e as contradições sociais".

O estudo buscou compreender de que modo a contrapartida pela via da inserção em atividades acadêmicas – Ensino-Pesquisa-Extensão – propicia uma formação de qualidade, identificando e problematizando aspectos que podem expressá-la: histórico-escolar; inserção em projetos de pesquisa e/ou extensão e atividades acadêmicas orientadas por professores.

Entendemos que um Programa de Assistência Estudantil, que vislumbre ser um importante instrumento de inclusão e cidadania para o desenvolvimento da educação no Brasil, para que alcance este objetivo, precisa ser discutido e aberto para seus usuários, para que se possam fortalecer os movimentos de luta pela sua ampliação e expansão.

DESENVOLVIMENTO

Enfatizamos nosso posicionamento em defesa da Assistência Estudantil a partir da materialização de direitos, através do "espraiamento" da Política Pública que a sustenta: o Plano Nacional de

Assistência Estudantil – PNAES, que possibilita aos estudantes assistidos em todo o país, o caminho para cidadania, onde passam a não depender do "mundo-do-trabalho", para obterem acesso e permanência qualificada no Ensino superior "gratuito e de qualidade".

Educação esta, que não deve servir aos interesses do capital, mas ao atendimento das necessidades humanas e sociais da população, se posicionando na contramão dos interesses capitalistas, pautados pela desigualdade, individualismo, lucro e competição, para vir a contribuir com a emancipação social (MÉSZÁROS, 2008).

Na contra mão do ideário neoliberal, para que se alcance a criação de uma alternativa de rompimento com a lógica desumanizadora do capital, ressaltamos a necessidade de investimentos voltados a uma educação pública e de qualidade, para que assim, se possa preservar o direito ao ensino superior em todo país.

Notou-se que os surgimentos das primeiras iniciativas de Assistência Estudantil nas universidades brasileiras ocorreram nos anos de 1930, período do governo ditatorial de Getúlio Vargas (LIMA, 2002, CAMPOS, 2012).

Contudo, foi a partir da Constituição Federal brasileira de 1988, em seu art.205\206, que a educação foi atribuída como dever do Estado, e acompanhou os princípios de igualdade de condições de acesso, e permanência na escola. A Assistência estudantil no âmbito da universidade, para Campos (2012), pôde ser evidenciada antes da C.F.\1988, quando vinculada ao cunho assistencialista e, posteriormente, após sua implementação, associada à perspectiva de direito.

A Assistência Estudantil intenta propiciar a inclusão e permanência do acadêmico, reduzindo as desigualdades sociais advindas do sistema capitalista excludente, em que o ideário neoliberal propaga cada vez mais o individualismo e a auto-responsabilização dos cidadãos pelas suas condições de vida e sobrevivência.

Na Universidade Federal de Mato Grosso, a origem da Assistência estudantil remonta aos anos de 1970 (CAMPOS 2012, p.13), contudo, a Política de Assistência Estudantil foi regulamentada na UFMT em 2008, numa perspectiva de Direito, associada à intenção de propiciar uma formação acadêmica ampla e de qualidade ao alunado, conforme a Resolução nº 09 de 21/08/2008, colocando o Ensino superior como uma política de Estado.

A Assistência Estudantil passou por um longo período de tensões e pressões, até assumir a conotação de Política pública. Tendo este transitado da conotação em que assumia uma postura "de ajuda aos alunos carentes", para assumir a configuração de Política de Estado, como um direito estudantil, em períodos recentes (CAMPOS, 2012).

Segundo Mészáros (2008), uma educação de qualidade, para ser considerada como tal, precisará ser uma "educação libertadora", com a função de transformar o trabalhador em um agente político, que pensa, age e usa a palavra como arma para "transformar o mundo" (Idem, p.11). Nesse sentido, ressaltamos que a educação verdadeiramente emancipatória, deve buscar uma mudança radical do atual modelo econômico e político. E neste caso, devemos lutar para assegurar os direitos, conquistados legalmente.

A ausência de recursos na Política de Assistência Estudantil, sob a nossa ótica, constitui-se fator impactante, dificultando o trabalho do profissional em Serviço Social, que devido à ausência de recursos, se vê impedido de viabilizar os direitos a todos aqueles acadêmicos que estão em situação de vulnerabilidade social.

Um dos pontos cruciais para o sucesso da administração da Política de Assistência Estudantil e sua gestão, como vimos, é a disponibilidade de recursos financeiros (CAMPOS, 2012, p.103). Assim, o Programa de Assistência Estudantil da UFMT precisa avançar para atender a demanda crescente por Assistência estudantil, impulsionada atualmente pelo SISU, REUNI e pelas Políticas Afirmativas.

Sobre o perfil dos bolsistas permanência - 2011, verificou-se que 69% são jovens, de até vinte e quatro anos, a maioria do sexo

feminino (77%).Todos os Bolsistas que entrevistamos se declararem solteiros. Essa tendência vem acompanhada do fato de que, em sua maioria, são muito jovens. Cerca de 92% não possuem filhos e a maioria (61%) são provenientes de MT.

Do total dos Bolsistas entrevistados, 61% concluíram todo o Ensino fundamental em escolas públicas. E quanto ao Ensino médio, o percentual chegou a 77% oriundos de escolas públicas. Do total de bolsistas entrevistados 92%, auferiam, no máximo, até três salários mínimos, o que, neste caso, denota um público majoritariamente oriundo "das camadas populares". Sobre o Ensino superior, 77% possuem integrantes em seu grupo familiar que cursam, ou já cursaram uma formação de nível superior.

As expectativas dos bolsistas-permanência - 2011 estão ligadas à aquisição de conhecimentos na graduação, a partir do desejo de crescimento em sua formação acadêmica e profissional. As expectativas variam desde o ingresso em Projetos de Pesquisa, Ensino e Extensão na Universidade, subsídio financeiro para despesas acadêmicas, até a participação em aulas de Inglês. Contudo, alguns bolsistas evidenciaram sentirem-se limitados ou presos à carga horária das atividades realizadas pela Bolsa, quando poderiam estar participando de outros eventos dentro da própria universidade. Em ambas as pesquisas, os bolsistas do curso de química (calouros e veteranos), percebem na Bolsa Permanência uma oportunidade de ingresso em Laboratórios, onde "a prática" seria pré-requisito para a aquisição de conhecimentos e o passo inicial para conseguirem um bom emprego futuramente. Nas duas pesquisas, os estudantes, sobretudo dos cursos de períodos integrais, relataram dificuldades para conciliar os estudos com as atividades da Bolsa.

Os calouros Permanência 2012/1, em alguns casos a visualizaram associada a um "trabalho", ou até mesmo a trabalhos voluntários ou administrativos, onde o termo "pressão" define bem a exigência de não reprovação durante o semestre (LEITE, 2012, pp.22/26). A maioria dos bolsistas (85%), afirmaram estar satisfeitos acerca das atividades desenvolvidas, enquanto 15% revelaram-se muito satisfeitos.

Esclarecemos que o fato de a maioria dos estudantes relatarem satisfação acerca das atividades, não deve ser visto "isoladamente", pois, devemos considerar que o crescimento intelectual oportunizado durante a graduação, se mescla a diversos fatores que seguem através das atividades da Bolsa Permanência, somando-se às disciplinas cursadas na graduação, e também a partir da vivência do estágio curricular, englobando também o aprendizado adquirido através dos professores e buscas individuais.

Contudo, a pesquisa de campo revelou que muitas das expectativas dos bolsistas-permanência, ainda não foram contempladas, devido a uma série de fatores, que vão desde a infraestrutura necessária, como a presença de laboratórios e campos de estágio. Em certos casos, alguns bolsistas, relataram que até gostariam de desenvolver projetos na universidade, contudo, fatores como o excesso de viagens para aulas de campo, ou até mesmo, devido ao fato estudarem em período integral, dificultam o ingresso nos projetos, em relação ao seu desempenho, e quanto às atividades da bolsa. Alguns relataram que gostariam que fosse viabilizado o intercâmbio acadêmico e cultural para todos os cursos na universidade.

Sobre utilização dos serviços, ou Programa de apoio ao Ensino, por parte dos Bolsistas Permanência – 2011, 54% dos estudantes entrevistados afirmaram utilizar, ou já ter utilizado, os serviços ou Programa de apoio ao ensino, enquanto que 46% afirmaram nunca haver utilizado os referidos serviços ou Programa. Deste modo, no caso do segundo grupo, sugerimos algumas hipóteses apreendidas nas conversas com os bolsistas, acerca da pouca utilização do referido Programa: o reduzido número de vagas com isenção de custos para os bolsistas e, no caso dos estudantes de cursos integrais, a indisponibilidade de tempo para o desenvolvimento dos cursos oferecidos pelos Programas, especialmente os cursos de línguas estrangeiras.

Verificamos na pesquisa, que um percentual de 84% dos bolsistas entrevistados já estiveram, ou estão, ligados a Projetos nas áreas de Ensino, Pesquisa, Extensão na Universidade, durante o

tempo em que estão na situação de bolsista. Esta informação sinalizou que a Bolsa Permanência tem obtido êxito e propiciado aos estudantes a inserção nos referidos projetos. Contudo, 69% dos entrevistados evidenciaram nunca haverem participado de Evento Científico/Seminário, como autor ou co-autor de algum trabalho, durante o tempo em que estão na situação de bolsista.

Sobre os aspectos da bolsa a melhorar na UFMT, a partir da ótica dos bolsistas-permanência, verificamos que alguns aspectos já haviam sido sinalizados, timidamente, em questões anteriores, dentre eles a modificação da contrapartida de doze horas (que para eles deveria ser facultativo) porque sobrecarrega o estudante devido às disciplinas, estágio obrigatório e atividades exigidas na graduação e pesquisa (36%). Expressaram também, descontentamento com o critério de seleção para ingresso no Programa de bolsas e com valor da bolsa e a sua quantidade, para eles insuficiente, com percentual de 15%.

Os bolsistas sugeriram um incremento diário, na quantia de passagens de ônibus, haja vista que o estudante-pesquisador precisa se deslocar em diferentes horários para a realização de atividades ligadas à universidade. Entre outras questões, sinalizaram também, que não deveria ser exigido do estudante-bolsista, a atribuição de limpar e organizar o local onde desenvolviam a pesquisa e, finalmente, requerem uma avaliação mais criteriosa quanto ao alunado que não consegue ingressar no Programa de Assistência Estudantil.

Apoiamo-nos em Waiselfisz (1993), para sugerir a necessidade de utilização de outras variáveis relacionadas à escola, ao professor e ao aluno, para a avaliação do desempenho acadêmico dos estudantes. Entre elas, a localização da universidade, sua infra-estrutura, o projeto pedagógico, do professor, os métodos utilizados em sala de aula e, até mesmo, a relação professor x aluno. Finalmente, em relação ao aluno, questões como repetência e contexto familiar, entre outros, que podem influenciar diretamente no desempenho escolar dos estudantes.

Desse modo, verificamos que existem diversos fatores influenciadores do desempenho acadêmico escolar, que vão para além do histórico escolar e da possibilidade de possuir a Bolsa Permanência ou quaisquer outras bolsas na universidade que deveriam ser considerados na avaliação do desempenho acadêmico do alunado, o que inclusive, pode sinalizar mudanças na gestão do Ensino superior da IFES.

Verificamos que 54% dos bolsistas afirmaram que o valor da bolsa é suficiente e indispensável a sua permanência na universidade, enquanto que 46% apontaram que o valor os auxilia em alguma medida. Observamos que os dados sinalizam que os estudantes ficaram divididos, ainda que a maioria tenha relatado que o valor da bolsa era suficiente.

Sobre aspectos da assistência estudantil a melhorar na UFMT na ótica dos bolsistas permanência- 2011, verificamos que em primeiro lugar ficou a questão da viabilização de recursos para livros e xérox (23%). Alguns chegaram a sugerir uma bolsa especificamente para custear tais despesas, já que os recursos da bolsa que recebem se mesclam para custear as mais variadas despesas. Em seguida, apontaram melhorias no Restaurante Universitário-RU e na Casa dos Estudantes-CEU, com índices de 16% .

Outros itens a melhorar na Assistência Estudantil também foram apontados pelos bolsistas, tais como: a questão dos projetos vinculados ao Instituto de Linguagens; artes visuais, audiovisual, dança e música (14%). Nessa questão, alguns se demonstraram muito surpresos, escrevendo ao lado do item a palavra (informação), alegando não terem conhecimento do referido projeto. De forma análoga, ocorreu com o item de esportes (14%), e a questão da Saúde (6%). Esses dois itens deixaram alguns bolsistas extremamente surpresos, onde nos relataram que o fato de que tais itens compunham a Assistência Estudantil, também fora uma informação nova para eles.

A questão da Inclusão digital (6%), como os outros itens em menor proporção, também deixou alguns surpresos. A parceria com Instituto Linguagens foi apontada (6%) devido ao fato de que são disponibilizadas geralmente poucas vagas. Em suma, não sabemos explicar o porquê de, mesmo com um período relativamente

significativo na situação de bolsistas, alguns desconhecerem, os projetos vinculados a CAS. Sugerimos nessa questão, que haja um reforço na publicização do Programa de Bolsa e Auxílios junto ao alunado, inclusive quanto às parcerias feitas pela Assistência Estudantil na UFMT.

Sobre os aspectos a serem melhorados na Assistência Estudantil, ressaltamos que a nossa pesquisa foi realizada ao final de 2012, contudo no início do mês de março 2013, foi realizado o I Fórum de Assistência Estudantil na UFMT, que contou com a participação da Reitoria e das Pró-Reitorias e representantes dos DCEs dos quatro campi da UFMT, em que foi elaborado o plano de trabalho da Assistência Estudantil para 2013. O Fórum foi um espaço importante, onde os estudantes puderam sugerir aspectos que precisam ser melhor trabalhados na Assistência Estudantil.

Os estudantes apresentaram sete itens como reivindicações: a- não reduzir as vagas nas CEUs; b- construção imediata de novas CEUs; c- abertura imediata da terceira ilha do RU; d- manutenção do RU a R$ 1 real e com caráter público; e- abertura do RU nos finais de semana e feriados; f- Aumento do valor do auxílio moradia; g-aumento do valor da bolsa permanência (UFMT, 2013, pp.1-4).

A Comissão de Negociação da Administração da UFMT elaborou uma carta em resposta aos estudantes, onde se comprometeu no documento a manter no Restaurante Universitário, duas refeições diárias, com o valor da refeição a R$ 1,00 real (UFMT, 2013, p.1) A referida Comissão ainda ressaltou um aumento no valor do Auxílio Moradia para 2013 de R$ 400,00, sendo R$ 360,00 de auxílio moradia e R$ 40,00 de adicional alimentação e, este último, também pago aos moradores das casas estudantis. Além do aumento no valor do auxílio moradia, houve aumento também no valor da Bolsa Permanência de R$ 360,00 para R$ 400,00, e do Auxílio Alimentação de R$ 80,00 para valor de R$ 100,00 (UFMT, 2013, p.2).

Entendemos que o referido fórum, foi essencial na conquista das reivindicações estudantis citadas acima. Os estudantes enquanto coletividade organizada, buscando a ampliação da Política nos campi universitários e, deste modo, interferindo enquanto sujeitos políticos coletivos, a partir da busca da afirmação e atendimento de suas necessidades sócio-econômicas e direitos estudantis, visando assim, a melhoria geral da qualidade de vida estudantil. Ressaltamos finalmente, a importância da Política de Assistência Estudantil, enquanto política pública específica, atuante na concretização de direitos estudantis e inclusão social, que visa à permanência e à uma educação pública equânime e de qualidade, voltada às camadas populares e impulsionadora da emancipação social, como deve ser a própria educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizamos ressaltando que a Bolsa Permanência, revelou-se como uma das dimensões da vida cotidiana dos bolsistas, já que possuem outras atribuições cotidianas e que uma formação de qualidade se constrói a partir de várias dimensões, como a garantia de uma boa infra-estrutura nas salas de aula e laboratórios. Faz se também a partir da relação professor x aluno, no aprendizado em sala e a partir de buscas individuais dos estudantes, assim como da sua participação em Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão na universidade, associada à inserção em cursos de línguas estrangeiras, contribuindo para a construção de uma formação acadêmica de qualidade.

Observamos no caso da Bolsa Permanência, que seria atribuir-lhe uma contribuição "excessiva e desmedida", caso a analisássemos de forma isolada da "totalidade" da vida estudantil. Entendemos que a Bolsa Permanência, não pode ser responsabilizada, sozinha, pelo desempenho dos bolsistas, mas constui-se fator relevante, impulsionador e viabilizador de uma educação de qualidade.

Assim sugerimos que uma educação superior de qualidade constrói-se com a Bolsa Permanência, mas caminha para além desta, se expressando na "totalidade" da vida acadêmica e social

do estudante-bolsista, sobretudo, dos estudantes das camadas populares, que precisam ter suas condições sócio-econômicas garantidas para que consigam chegar com êxito à conclusão de sua formação acadêmica.

Ressaltamos finalmente, a importância da Política de Assistência estudantil, enquanto Política pública específica, atuante na concretização de direitos estudantis e da inclusão social e, vale ressaltar, que isso implica num comportamento ativo da sociedade, ao exigir do Estado o acesso à permanência, uma educação pública equânime e de qualidade que, em suma, estejam imbuídos do desejo de construção de uma universidade mais justa e inclusiva, voltada as camadas populares, e impulsionadora da emancipação social, como deve ser a própria educação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **O Serviço Social na Educação**. Revista inscrita Nº 06. Brasília: CFESS, 2000.

_____._____. **Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação.** Brasília: CFESS, 2011. Disponível em: www.cfess.or/br/arquivos/subsídios_serviço-social-na-educação.pdf. Acesso em: 20/ 06/2012.

ARAÚJO, Josimeire Omena de. **O elo assistência e educação: análise assistência/desempenho no Programa Residência Universitária Alagoana**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003.

ALVES, Elaine Jesus. **Avaliação do Programa Bolsa Permanência na Universidade Federal do Tocantins, Campus de Palmas** / por Elaine Jesus Alves. – 2010.196f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Pró- Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Curso de Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza (CE), 05/10/2011. Acesso em: 20/ 06/2012.

CAMPOS, Denise Pereira de Araújo. **Do imediatismo a construção de uma nova prática**: as demandas e os desafios apresentados a CARE. (Monografia) Cuiabá: UFMT-2009.

_____. **Assistência estudantil na UFMT: trajetória e desafios**. Cuiabá: (s.n.), 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Política Social.

COSTA, S. G. **A equidade na educação superior: uma análise das políticas de assistência estudantil. 2010.** Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/27499>. Acesso em: 20/ 06/2012.

ENCE. XXXIV Encontro Nacional da Casa de Estudantes - ENCE/ 2010, Cuiabá/MT. **Dispõe sobre diversas reivindicações estudantis**. Disponível em: *http*://xa.yimg.com/.../SENCE+XXXIV+ENCE+2010+(Cuiabá+MT) +Doc. >. *Acesso em: 20/ 06/2012.*

LIMA, C. P. N. **A arte da participação e a participação pela arte: uma experiência nas Casas de Estudantes Universitárias da UFPE**. Serviço Social em Revista. v. 5, n 1. Jul/Dez de 2002. Disponível em: <http://ssrevista.uel.br> Acesso em Acesso em 27/03/2012.

LEITE, M. S. Q, 2012. **Política de assistência Estudantil na UFMT: Expectativas e percepções para uma educação equânime e de qualidade na ótica dos Calouros Permanência 2012/1. (**Artigo 43p).

_____. 2013. **As implicações da Bolsa Permanência para uma formação da qualidade para os estudantes da UFMT.** (TCC 109p).

MINAYO, Maria Cecília de SOUZA (org.), DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu. **Pesquisa social**, **Teoria Método e Criatividade**. 30. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.108 p.

MESZÁROS, Istvan. **A educação para além do capital**.Trad. TAVARES, I. .2.ed.São Paulo: Boitempo, 2008. 124 p.

ROJAS COUTO, B**. O direito e a Assistência Social na sociedade brasileira: Uma equação possível.** São Paulo: Cortez, 2004.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho Científico**. 1ª reimpressão. São Paulo: Cortez, 2008. 304 p.

ZAGO, N. **Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares**. In: Revista Brasileira de Educação. São Paulo: ANPED, v.11, n.32, maio/ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em 27/03/2012.

WAITZ, Inês Regina; ARANTES, M.P.C. **Políticas públicas para o ensino superior: o processo de democratização do acesso**. In: anuário de produção acadêmica docente, v. 3, n. 5 (2009).Disponível em: http:// sare.anhanguera.com**.** Acesso em 27/03/2012.

WAISELFISZ, Jacobo . **Sistemas de Avaliação Escolar e Política Pública**. Revista Ensaio n.1, São Paulo: 1993. Disponível:http://educa.fcc.org.br/cielo php? script =sc_pdf. Acesso em 27/03/2012

DOCUMENTOS OFICIAIS

BRASIL. CONSTITUIÇÃO (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em cinco de Outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n.\92 a 42\2003 e pelas emendas Constitucionais de Revisão n.1 a6\94. -Brasília: Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.

_____. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. **Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm>. Acesso em 27/01/2013.

_____. Decreto nº 69.927, de 13 de janeiro de 1972. **Institui, em caráter nacional, o Programa "Bolsa de Trabalho**. In: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Brasília, 1972. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br> Acesso em 27/01/2013.

_____. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br>. Acesso em 27/01/2013.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação naciona**l. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br>. Acesso em 27/01/2013.

_____. Portaria normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007. **Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil.** Disponível in: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 14 fev. Acesso em 27/01/2013.

_____.PORTARIA Nº 001/2012. **Dispõe Sobre o Programa de Acolhimento Imediato destinado aos estudantes baixa renda da UFMT.** Disponível in: http://www.ufmt.br. Acesso em 27/03/2012.

_____.PORTARIA GR- Nº 631/ 2010. **Dispõe sobre as normas para a execução do Auxílio Moradia na UFMT**. Disponível em: <http\\www.ufmt.br>. Acesso em 27/03/2012.

UFMT. Notícias: UFMT entrega resposta às reivindicações dos estudantes Assistência Estudantil. **Informações disponíveis em : <http://www.ufmt.br/ufmt/site/index<.** Acesso em 20/03/2013.

_____.**Perfil socioeconômico e Cultural das Estudantes de Graduação das Universidades Federais de Brasileiras.** Fórum Nacional de Pró-Reitores assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE). Brasília- 2011.

_____.Decreto Nº 7.234, De 19 De Julho De 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 27/03/2012.

_____. **Decreto n° 7.416, de 30 de dezembro de 2010.** Regulamenta os arts. 10 e 12 da Lei n° 12.155, de 23 de dezembro de 2009, que tratam da concessão de bolsas para desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 20/ 06/2012.

_____.Plano Nacional Assistência Estudantil- **PNAES,** 2007\2008. Diretório Nacional. Portal MEC- **Dados, Recursos PNAES.** Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br>. Acesso em 27/03/2012.

_____.RESOLUÇÃO CONSUNI, Nº. 04, de 18 de Abril de 2007. **Dispõe sobre a execução do Programa de Auxílio alimentação.** In: Resolução CONSEPE. Cuiabá, 2007. Disponível em: <http://www.ufmt.br>. Acesso em 27/03/2012.

_____.RESOLUÇÃO CONSUNI, Nº. 05, de 04 de Maio de 2005. **Dispõe sobre a aprovação das normas para execução da Bolsa Permanência**. In: Resolução CONSEPE. Cuiabá, 2005. Disponível em: <http://www.ufmt.br>. Acesso em 27/03/2012.

_____.RESOLUÇÃO CONSUNI Nº. 06, de 04 de maio de 2005. **Dispõe sobre o Regimento Geral da moradia estudantil da UFMT**. In Resolução CONSUNI. Cuiabá, 2005. Disponível em: <http://ww.ufmt.br>. Acesso em 27/03/2012.

_____.RESOLUÇÃO CONSUNI, Nº 09, de 21 de Agosto de 2008. **Dispõe sobre a aprovação da Política de Assistência Estudantil na UFMT.** In Resolução CONSUNI. Cuiabá, 2008. Disponível em: <http:\\www.ufmt.br>. Acesso em 20/03/2012.

_____.RESOLUÇÃO CONSUNI, Nº. 11, de 09 de Junho de 2005. **Dispõe sobre alteração na Resolução CONSUNI n.05, de 04 de Maio de 2005 que aprovou as normas para execução da Bolsa Permanência**. in Resolução CONSUNI.Cuiabá, 2005. Disponível em: <http://www.ufmt.br>. Acesso em 27/03/2012.

_____.RESOLUÇÃO CONSEPE Nº. 51 Concessão de Auxílio 14 Maio de 2007. **Dispõe aos discentes com trabalhos Científicos, artísticos, culturais e participação em eventos estudantis da UFMT**. In: Resolução CONSEPE. Cuiabá, 2007. Disponível em: <http://www.ufmt.br>. Acesso em 27/03/2012.



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

**NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR**

A PANTANEIRA-BUGRE NA MPB

Lucy Ferreira Azevedo
Doutora em Língua Portuguesa, PUC-SP
Professora da Universidade de Cuiabá- UNIC
lucy_azevedo@terra.com.br

José Serafim Bertoloto
Doutor em Comunicação e Semiótica-PUC São Paulo;
Professor da Universidade de Cuiabá - UNIC.
Professor orientador no programa de Mestrado em
Estudo de Cultura Contemporânea ECCO/UFMT
Artista Plástico – artes visuais, cultura popular,
semiótica da arte e do design em Mato Grosso
serafim.bertoloto@gmail.com

RESUMO

Cotidianamente modificamos o mundo e valemo-nos da linguagem para lermos e imprimirmos novos valores e ações na percepção da realidade, na forma de sentirmos nosso entorno. Diferentes representações, veiculadas principalmente pelos nossos atos discursivos, ligam-se à produção retórica dos discursos sociais que, neste trabalho, serão apreendidos na música produzida em Mato Grosso. Discursos que nos deixam conhecer as paixões pantaneiras que pensamos estarem no outro, quando, na verdade, são universais. A música pantaneira, como qualquer outra, apresenta movimentos passionais com marcas identitárias – projeções culturais singulares – que, veiculados para apreciação popular, ajudam a promover outras opiniões, mudanças de costumes, novos modos de vida. Pela análise da Nova Retórica, as letras de músicas e o *ethos* da mulher pantaneira serão interpretados em sua força constitutiva do discurso identitário consolidado, como um recorte de uma reflexão mais ampla sobre memória discursiva e doutrina doethos: o *ethosenthousiastikón*, ligado aos efeitos da música sobre o comportamento humano, sobre como esta força é capaz levar o ser humano a uma supra realidade.

Palavras-chave: Mulher, Ethos, Música Pantaneira.

ABSTRACT

Routinely we modify the world and we make use of language to read and print new values and actions in the perception of reality, as we feel our surroundings.Differentrepresentations, conveyedmostlyby ourspeech acts, bind to therhetoricalproduction of socialdiscourses that, in this work, will be seizedonmusic producedin MatoGrosso. Speechesthat let usknow thePantanalpassions thatwe thinkarein the other, when in fact, they are universal. The Pantanalmusic,like any other, presentspassionatemovementswithidentifying marks-unique culturalprojections- whichairedforpopular appreciation,help promoteotheropinions, changes in customs, new ways of life. By analyzing theNew Rhetoric, thelyricsand theethosof the Pantanalwomanshall be interpretedin itsconstitutive forceof consolidatedidentity discourse, as afragment of awiderdiscursivereflection onmemory anddoctrine ofethos: theethosenthousiastikón bind onthe effects ofmusicon human behavior, about howthis forceis able to take thehuman beingto an abovereality.

Keywords: Woman, Ethos, Pantanal Music

A Mulher pantaneira é cantada por compositores que utilizam a poesia como argumento e, como seres retóricos, veem de forma especial um agir diante da vida, uma outra realidade plena de sentimentos e valores. Assim pela força discursiva e por uma série de outras razões, transformam identidades sociais, instauram novas representações sobre o ser e o estar no mundo. Realizam, portanto, uma relação direta entre os atos discursivos que flagram novas representações e a produção retórica dos discursos sociais. É desse modo que as paixões, no contexto da retórica, aparecem nas músicas que cantam a mulher pantaneira.

Sendo a música um discurso social de grande influência, pois nenhum texto é neutro, diferentes aspectos políticos e passionais das letras ajudam a formar opiniões, transformam valores, constroem, podem se infiltrar nos grupos por meio dos espaços midiáticos.

Este trajeto, estudar a mulher pantaneira objetiva refletir sobre o perfil traçado pelos músicos/poetas, em seu discurso poético; intercruzar *ethos, pathos e logos*, pela análise da Nova Retórica e considerar a cultura do Pantanal como fator constitutivo de um discurso identitário.

Para delinear o ethos da mulher pantaneira, utilizando a Música Popular Brasileira, é bom aguçar os ouvidos desde o Paraguai, atravessar a fronteira, passar para Mato Grosso do Sul – pantanal de maior extensão- e chegar a Mato Grosso.

É espantosa a riqueza cultural das populações representadas pela música. Diferentes manifestações, como dança, artes plásticas, culinária, também apresentam marcas identitárias variadas e híbridas e são observadas no percurso do chaco ao vale do Rio Cuiabá à baixada cuiabana. Conforme Canclini (2000: 28), assim ocorre em todo o continente: "América Latina, como uma articulação mais complexa de tradições e modernidades (diversas, desiguais), um continente heterogêneo formado por países onde, em cada um, coexistem múltiplas lógicas de desenvolvimento".

Aproveitando o eco de tanta diversidade para estudar a pantaneira, a Nova Retórica oportuniza um foco bem marcante- lua cheia brotando do rio: *Ethos, logos e pathos*. Barilli (1985, p.34) explica que são as três bases da Retórica. Concentra toda a responsabilidade do discurso no *pathos*, em que o orador deve ser um portador como "[...] um raio que tudo arranca" (op. cit., p. 3). Assim, a paixão possui a sua própria racionalidade, constituída pela arquitetura da técnica do poeta - *logos* - que representa um apoio- neste trabalho a letra da música sobre a mulher do Pantanal- ao momento maior que seria a plenitude da alma, a paixão. *Ethos* é a imagem de si (caráter) que o orador constrói através de seus recursos argumentativos.

No primeiro porto, Aquidauana, ou talvez no rumo de Corumbá, na chalana que parece dormir nas águas do rio, está a

cuñataí– a moça bonita. Esta guarânia paraguaia ainda é muito executada pelos cantores das casas noturnas, bares, churrascarias mais populares tanto em Mato Grosso do Sul quanto em Mato Grosso. A guarânia parece ser um traço definidor da alma musical do povo mestiço do pantanal, aliando o sentimento de melancolia à paisagem sem horizontes que se esvai em grandes espelhos de céu e água em espanhol, português e guarani.

Recuerdos de Ypacarai
Zulema de Mirkin y Demetrio Ortiz(1948)

"Una noche tíbia nos conocimos
Junto al lago azul de Ypacarai
Tu cantabas triste por el camino
Viejas melodias en guarani
Y con el embrusco de tus canciones
Iba renasciendo tu amor en mi
Y en la noche hermosa de plenilúnio
De tu blancas manos senti el calor
Que con sus carícias me dio el amor
Donde estas ahora cuñataí
Que tu suave canto no llega a mi
Donde estas ahora
Mi ser te adora con frenesi
Todo te recuerda mi dulce amor
Junto al lago azul de Ypacarai
Vulve para siempre
Me amor te chama, cuñataí[…]"

Afrodite inspira *acuñataí* que, refletida na voz do poeta, seduz com muitos recursos: música suave, mãos cálidas e brancas, carícias, sexo, a negação do sexo pela ausência e a cumplicidade da natureza. A moça bonita provoca a paixão, deixando o poeta em desequilíbrio – "Mi ser te adora con frenesi". A marca forte da mulher pantaneira/paraguaia é um excelente demonstrativo da presença Guarani no Paraguai – inclusive, como idioma, tem o prestígio do espanhol entre a população. É a língua afetiva, falada na intimidade das famílias. O termo em guarani é um recurso argumentativo que os significistas holandeses chamam de "família de palavras", pois, conforme Perelman&Tyteca (2002, p. 170), são palavras que formam um sistema de interação com o contexto e que poderiam, por isso, ser integrado por línguas diferentes.

Em resumo, as raízes da pantaneira: *ethos* sensual e forte; *pathos* que passa pelo sensitivo, o "amor popular ou pandêmio" (Aristóteles apud Perelman&Tyteca, 2002) e o *logos* que, como húmus, fortalece os argumentos que são "artefatos culturais" (GEERTZ,1999) de sua região.

Na comunhão das três bases, tem-se a primeira pantaneira como sedutora, ativa e que não sofre com o afastamento. Segundo Aristóteles (*apud* Cardoso et al.,1987), o ethos que age é superior, porque encerra em si mesmo um poder-operar; diferentemente do paciente que tem como principal característica um "poder tornar-se". Um move, o outro é mutável. Ao contrário do que se diz da fragilidade da mulher, a *cuñataí* abandona o seu homem. Isso está pressuposto em "vuelve para siempre". A expressão é uma marca de que ela já o fizera outras vezes.

Toda a força da guarani tem a maior expressão construída na gradação dos aspectos verbais, forma que demonstra o amor que cresce com a saudade- "Tu cantabas triste por elcamino/Ibarenasciendo tu amor en mi/Vuelve para siempre/Me amor te chama, cuñataí ". Outro argumento muito forte é o uso do guarani, traço identitário da mulher.

A segunda índia – aqui em duas versões, ambas ameríndias - aparece como agente, porque subjuga o amante, deixa-o dependente. O que conduz a uma reflexão antropológica sobre "natureza humana" ou "determinismo cultural" (GEERTZ ,1989) que a conduzem a uma decisão que equivale ao mesmo patamar masculino. O universo masculino do pantaneiro deveria impor a postura de submissão e aceitação da índia, no entanto, na versão em língua portuguesa, ela vive o amor "pandêmio", porque é dessa forma que

mulheres pantaneiras aprenderam a seduzir. Perguntar-se-ia se o que a faz Afrodite está em sua "natureza humana", como pele morena, cabelos compridos, lábios rosados, boca pequena, a metáfora da flor, ou essa aceitação é histórica, tendo em vista que o homem pantaneiro sempre vai embora? (Temos aqui a relação do homem vaqueiro que sempre viajou para buscar gado em outro rincões, o Pantaneiro também se ausenta de casa por dias, fica o saudosismo do lar ou até mesmo das tabernas (cabarés) de beira de estrada onde por ventura já se aportaram). A cuñataí poderá também ser uma amante recôndita.

Índia José Asunción - português(s/data)	**Índia** espanhol (s/data)
Índia seus cabelos nos ombros caídos Negros como a noite que não tem luar Seus lábios de rosas para mim sorrindo E a doce meiguice desse seu olhar Índia da pele morena Sua boca pequena Eu quero beijar Índia sangue tupi Tens o cheiro da flor Vem que eu quero lhe dar Todo o meu grande amor Quando eu for embora para bem distante E chegar a hora de lhe dizer adeus Fica nos meus braços só mais um instante Deixa os meus lábios se unirem aos seus Índia levarei saudade Da felicidade que você me deu Índia a sua imagem Sempre comigo vai Dentro do meu coração Flor do meu Paraguai.	India bella mezcla de diosa y pantera Doncella desnuda que habita el Guairá Arisca romanza curvó sus caderas Copiando un recodo de azul Paraná. A aninteko'ero, cacique oi'yro, nde aña chendivé SOLO De su tribu la flor Montarázguayakí Eva arisca de amor Del edén guaraní. SOLO Bravea en las sienes su orgullo de plumas Su lengua es salvaje, panal de eiruzú Collar de colmillos de tigres y pumas Enjoya a la musa de Ybytyruzú. Montaráz india manceba, de la raza virgen Eva guayakí. SOLO La silvestre mujer, Que la selva es su hogar También sabe querer También sabe soñar

A paixão, a sensualidade é um painel realizado com a predominância de metáforas e comparações que ligam mulher e natureza: "Negros como a noite que não tem luar/ Seus lábios de rosas/doce meiguice desse seu olhar/Flor do meu Paraguai". Para explicação do *logos*, além dos verbos no presente, há a descrição da índia que reporta o auditório para a intensidade do amor- "Índia a sua imagem/Sempre comigo vai". A imagem da mulher indígena indomável percorre o imaginário brasileiro desde o período romantista, personificada na obra Iracema de José de Alencar, onde a sedução do seu corpo desnudo provoca paixões, idealizada nas pinturas edílicas de José Maria de Medeiros 1884; Vitor Meireles 1886; "unindo o indianismo ao romance sentimental e ao erotismo por meio da imagem feminina, tornou-se característico da pintura brasileira durante toda a segunda metade do século." (MIGLIACCIO, 2000, p. 105)

Na versão em espanhol, a índia Guayakí, da região de Ybytyruzú, é mais agressiva e todo o contexto, que Maingueneau chama de cenografia (*apud* AMOSSY, 2005, p.78), ela utiliza para seduzir, transmutando-se em onça, jaguatirica tigre, porque, no pantanal, está em seu *habitat*. É o seu Éden. O poeta utiliza-se de argumentos lexicais para fortalecer o envolvimento que a "silvestre mujer" faz: "plumas, panal de eiruzú, collar de colmillos de tigres y pumas".

Em Chalana, de Almir Sater, a mulher pantaneira, igualmente à mestiça paraguaia, vai embora para bem longe, sem nenhuma lágrima, embora ferida. A chalana parece que, em pacto de tortura com a mulher, não desaparece de súbito. Vai devagar, morte lenta... Temos a mesma mulher pantaneira que usa da sua força pessoal para sair das situações. O estranho é que não revida com confronto físico ou com discussões inúteis, simplesmente toma a decisão. Essa postura é algo que tem presença na cultura pantaneira. Nada precisa ser explicado. Apenas é. Dessa mesma forma aparece na obra dos poetas, como em Manuel de Barros que teve sua explicação da concepção, olhando, quando menino, a cópula de uma égua. Sem cuidados, sem explicações pedagogicamente

armadas por educadores, a vida foi-lhe mostrada tal qual é. Tudo é concreto, objetivo, apenas existe. O *ethos* pode ser representado por *Héstia*, por mostrar o arquétipo de mulher centrada, de força interior, ponto de equilíbrio e referência que a faz permanecer firme frente à confusão, à paixão que a levaria ao desequilíbrio. Na sedução, continua como Afrodite. Quanto ao *logos,* existe um campo semântico demarcador da tortura armada – a melancolia: chalana, curva, longe, remanso, serenas, clima que fica mais triste ainda pelo próprio gênero musical, a guarânia. O *logos* e a tristeza da guarânia dão a exata impressão de momento/movimento prolongado e sucessivo, juntamente com as locuções verbais e verbos simples que trazem o aspecto frequentativo- "vai levando, se vai, se foi, vai sumindo".

Chalana
Almir Sater (s/data)

"Lá vai uma chalana
Bem longe se vai
Navegando no remanso
Do rio Paraguai
Oh! Chalana sem querer
Tu aumentas minha dor
Nessas águas tão serenas
Vai levando meu amor
Oh! Chalana sem querer
Tu aumentas minha dor
Nessas águas tão serenas
Vai levando meu amor
E assim ela se foi
Nem de mim se despediu
Oh chalana vai sumindo
Lá na curva do rio
E se ela vai magoada
Eu bem sei que tem razão
Fui ingrato
Eu feri o seu meigo coração
Oh! Chalana sem querer
Tu aumentas minha dor
Nessas águas tão serenas
Vai levando meu amor
Oh! Chalana sem querer
Tu aumentas minha dor
Nessas águas tão serenas
vai levando o meu amor[…]"

Chalana pode ser a personificação metafórica da própria amada que se esvai nas águas tão serenas do pantanal e quem leva o amor é a água.

Já atravessando o Estado de Mato Grosso do Sul, em direção a Mato Grosso, encontra-se a Mestiça de Renato Teixeira que é pantaneira- agente. Outra vez a situação em que o homem, embora também tome atitude, sofre toda a tensão do abandono. A mestiça pantaneira está em qualquer lugar, onde o rio a levar e isso caracteriza o seu ethos: a aventureira. A paixão ainda é a sensualidade que prende, faz sofrer. O poeta usa a linguagem popular como recurso que combina com a linha melódica e os versos curtos, dando a impressão de bilhete, um recado, o que torna a música mais leve e a melancolia vai ficando para trás.

"Se ocê vai pra Mato Grosso
Não deixe de me avisar
Eu quero mandar um recado
para minha mestiça,
que venha pra cá
Não sei por onde ela anda
Por favor, vá procurar
Procure em Aquidauana
em Porto Murtinho
e também Cuiabá

Se ocê vai pra Mato Grosso
Não deixe de me avisar
Que eu quero mandar um recado
para minha mestiça,
que venha pra cá
Já vai pra quatro semana
que eu mandei carta prá lá
Tô vendo que assim desse jeito
rebenta meu peito de tanto esperar
Não sei por onde ela anda
Por favor, vá procurar
Procure em Aquidauana
em Porto Murtinho
e também Cuiabá"

Chegamos em Cuiabá, Mato Grosso e encontramos o rasqueado, ritmo que é trânsito e mistura de índio, branco e negro. A mestiça vai mudando à medida que vai se aproximando do Centro Geodésico da América do Sul, como que, no meio do continente, encontrasse a alegria de ser: ser mestiça, mulher, pantaneira, América, Brasil, híbrida de "chapa-e-cruz".

Moreninha cuiabana Zuleica Arruda	**Casa de Bembém** Zuleica e Vera
"Um olhar que me fascina Traz essa cabocla, Essa menina, Com seu corpo, Seu queimado Cravo com canela temperado Vou tomar guaraná, Chupar caju, Comer banana, Passear com você, Doce moreninha cuiabana"	"Eu me orgulho de ser um cuiabano De chapa-e-cruz Confesso e não me engano Moro na pracinha, Perto da Prainha, Sento na porta Pra ver as moreninhas. Gosto de um amargo, Ventrecha de pacu, Mojica de pintado E bagre ensopado Danço um rasqueado Na casa de Bembém, Como bolo- de –arroz E de queijo também!"
! ▄Ă (domínio popular) "A lua quando vem saindo por detrás da montanha é uma solidão. Até parece uma coroa de prata, Coração da mulata Lá do meu sertão. Vem cá, morena, Sai na janela, Venha ver a lua Como está tão bela."	**a śĵ l'¤'nĂŇ¤ţ ℓśĵ ĂĢ¿ ¤ź▒** Roberto Lucialdo e Adonis "Não sei mais o que faço Pra ser o seu benzinho Você só me despreza, negando o seu carinho Eu vou fazer de tudo Pra ser o seu benzinho."

A moreninha cuiabana, na música popular, é plena de alegria e vida. Nas letras de Zuleica, Vera, Henrique, Roberto Lucialdo e Adonis, comida e meninas têm o mesmo gosto: gosto do prazer (Com seu corpo/Seu queimado/Cravo com canela temperado). Flagra-se novamente a visão aristotélica de ser por *si*. A felicidade não precisa ser explicada, porque tem a força de apenas ser. Um estar-de-bem consigo mesma, porque se integra a dois fatores: primeiro, à própria identidade cultural que, conforme Bourdieu (2004, p.112):

> "...a procura dos critérios "objetivos" de identidade "regional" ou "étnica" não deve fazer esquecer que, na prática social, esses critérios (por exemplo, a língua, o dialeto, o sotaque) são objetos de representações mentais, quer dizer, de atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e seus pressupostos, e de representações objetais, em coisas (emblemas, bandeiras, insígnias, etc) ou em atos, estratégias interessadas de manipulação simbólica que têm em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e de seus portadores."

Por isso, a mulher pantaneira está feliz; segundo, porque inserida no habitus de sua região – estar na janela, passear na pracinha. O *logos* foi criado pelas metáforas que ensinaram o respeito pelas coisas da terra que predominam sobre o homem. A descrição na música da Casa de Bembém reforça o habitus. A paixão aqui é pela própria cultura, pela construção cultural contra a qual ela não se rebela. Está simplesmente nela. Não há conflito, o que continua na música Nandaia.

Nandaia
Siriri de roda (2005)

"Nandaia, nandaia
Vamos nandaiá
Seu padre vigário
Venha meensinádançá
Põe esta perna
Se não servir esta
Põe esta outra
Pra senhora moça
Rodeia, rodeia, rodeia
Fica de joelho
Põe mão na cintura
Pra fazêmisura
Palma, palma, palma
Pé, pé pé[...]"

No livro Cultura e dança em Mato Grosso, organizado por Grando (2005, p.42), acadêmicas de Pedagogia, em um trabalho de guardar tesouros, copilaram da tradição local (Cáceres), a dança do Siriri. A mulher pantaneira está representada pela nandaia (jandaia em tupi), uma espécie de periquito barulhento e, parece, cheio de alegria. Aliás, esta é a paixão. A alegria é o que provoca o desequilíbrio, a irreverência que convoca um padre para dançar. Um estado de espírito que quebra posturas e convenções: "põe a mão na cintura" / "Pra fazêmisura"... Perna aqui, perna acolá, até com onomatopeia – "palma" -como argumento para o chamado irrecusável – figura de presença. Aí está o ethos da mulher pantaneira do centro da América. A felicidade é - no sentido aristotélico de ser necessário, essencial ou por si (MET.V,7,101 7 a 7). Para a Nandaia, ser é sentido, passa pela audição, tato... Abbagnano (2000) explica Aristóteles quando o filósofo grego ensina que o sentir é o sentir e conjugar esse ser/coisa com a dimensão maior da vida e isso extrapola a dimensão da inteligência. É o ser-todo. O logos provoca um efeito que é o movimento do cotidiano, mostrando perfeitamente a "enciclopédia" (ECO, 1986, p. 112) dos dançarinos: rodeia, palma, pé.

A lua (domínio popular)	**Meu coração é seu até o fim** Roberto Lucialdo e Adonis
"A lua quando vem saindo por detrás da montanha é uma solidão. Até parece uma coroa de prata, Coração da mulata Lá do meu sertão. Vem cá, morena, Sai na janela, Venha ver a lua Como está tão bela."	"Não sei mais o que faço Pra ser o seu benzinho Você só me despreza, negando o seu carinho Eu vou fazer de tudo Pra ser o seu benzinho."

Embora caminhando em terra firme, o estudioso da mulher pantaneira, por meio das canções da MPB, do chaco à baixada cuiabana, não tem a segurança que apresenta essa mestiça do/no Pantanal de terras alagadiças, enchentes que vão e que vêm. Apoiada na solidez das águas pantaneiras que sempre estiveram aqui e que condicionaram o modo de vida de sua gente, ela apresenta um *ethos* de Héstia/Afrodite/onça, (obra do João Sebastião) que a desculparia de uma acusação moderna de mulher-objeto ou que lhe possibilitaria a justificativa de que tudo na vida pantaneira é móvel e que a aceitação aparente camufla uma

rebeldia/liberdade de alma. O *pathos* é tudo aquilo que constitui a vida, principalmente o sexo, a beleza física e a liberdade de ser até céu e água. Aqueles que cantam a sua beleza o fazem não só com a agudeza dos ouvidos, mas sob a influência do Pantanal que, pela grandiosidade, determina. Um grande paradoxo, porque à medida que determina, é suficientemente grande para permitir o voo para deixar ser.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

AMOSSY, R. (Org.) **Imagens de si no discurso-a construção do ethos**, São Paulo: Contexto, 2005.

ARISTÓTELES, **Methafisica,** Ed. Ross, 1924.

_____**Arte retórica e arte poética**. São Paulo: Edições Ouro, [19--].

_____**Retórica das paixões**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
BARILLI, R. **Retórica.** Lisboa: Editorial Presença, 1979.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Trad. port. Fernando Tomaz, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CAMPOS, H. Ruptura dos gêneros na literatura latinoamericana. In **América Latina em sua literatura**. Coord. César F. Moreno. São Paulo: Perspectiva. 1979

CANCLINI, N.G. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 3. ed. São Paulo: Edusp. (1. ed. 1989) 2000.

CASCUDO, L. C. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. São Paulo: Global Editora, 2000.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Ed.Guanabara,1989.

GRANDO, B. S. (org.). **Cultura e dança em Mato Grosso**, Cáceres: UNEMAT Ed., 2005.

LAKOFF, -----; JOHNSON, M. **Metaphor we live by**. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.

LIMA, A. A. **Estudos Literários**, Rio de Janeiro: Aguiar,1966.

MAINGUENEAU, D. **Pragmática do discurso literário**, São Paulo:1996.

MAHER, T. M. In: SIGNORINI, I. **Língua(gem) e Identidade**, Campinas: Mercado de Letras,1998.

MIGLIACCIO, Luciano. **Mostra do Redescobrimento**: Arte do século XIX. São Paulo: Associação Brasil 500 anos Artes Visuais, 2000.



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

**NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR**

A POÉTICO-POLÍTICA DA SINFONIA DAS BUZINAS DE JORGE ANTUNES

Elina Padilha Fernandes
Licenciada em Educação Artística – Habilitação em Música –
UFMT; Mestranda em Estudos de Cultura Contemporânea –
ECCO/UFMT; professora da Rede Estadual de Ensino do Estado de Mato Grosso.
elinapfernandes@gmail.com

Teresinha Prada
Bacharel em Música pela Universidade Estadual Paulista –
UNESP; Mestre em Comunicação e Cultura pelo
Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina –
PROLAM e Doutora em História Cultural, ambos pela Universidade de São Paulo – USP;
Professora da graduação em Música e do
Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea
da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT.
teresinha.prada@gmail.com

RESUMO

Este trabalho tem como propósito observar a subjetividade de um momento histórico no Brasil – a Ditadura Militar – instalada a partir de um golpe militar no ano de 1964. Pretende-se observar e analisar essa subjetividade pelo prisma de uma relevante obra do compositor Jorge Antunes, a *Sinfonia das Buzinas*, e por sua militância política e artística empreendidas enquanto um inovador na linguagem musical. Concernente a essa análise, buscaremos constatar a sua atuação como artista e indivíduo que se expressa singularmente na sua relação com o mundo, nos seus enfrentamentos, ora na ação política ou artística, manifestada nessa obra vanguardística e pioneira.

Palavras-chave: Jorge Antunes; Música Experimental, Ditadura Militar; Subjetividade; Singularidade.

ABSTRACT

The propose of this work is to observe the subjectivity of a historical moment in Brazil - the Military Dictatorship - installed in the year 1964 by a military coup. It's our intention to observe and analyze this subjectivity through the prism of an important work by composer Jorge Antunes, *the Sinfonia das Buzinas (Horns Symphony),* and by his political activism and artistic undertaken while agent of an innovative musical language. As part this analysis, we seek to find its role as an artist and individual that expresses himself singularly in relation to the world, their confrontations whether in politics or artistic action, manifested in this avant-garde and pioneer work.

Keywords: Jorge Antunes; Experimental Music; Military Dictatorship; Subjectivity; Singularity.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é parte de uma pesquisa de Mestrado em andamento na área interdisciplinar em Estudos de Cultura Contemporânea do Instituto de Linguagens da Universidade Federal de Mato Grosso. Um dos objetivos do trabalho é trazer à tona a noção de subjetividade, como um dos conceitos do pensamento contemporâneo, identificando-a em uma importante obra do compositor Jorge Antunes, a *Sinfonia das Buzinas*, que no ano de 2014 completa 30 anos. Além de indicar o que em tal obra musical apresenta implicações políticas e sociais com o momento histórico da sociedade brasileira (início da abertura política), nossa pesquisa também identifica a questão da singularidade na obra do referido compositor.

Considerado o precursor da Música Eletroacústica no Brasil (MAUÉS, 1989, p.11), o maestro, compositor e violinista Jorge Antunes nasceu em 1942, na cidade do Rio de Janeiro. Estudou composição e regência na Escola Nacional de Música da Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro), além de Física na Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi), mostrando especial interesse na relação física da propagação do som e suas vertentes, inclusive chegou a construir geradores e equipamentos eletrônicos. Ainda atuou como discreto artista plástico, que eventualmente era convidado para expor suas obras em salões de arte aqui no Brasil (ANTUNES, 2009, p. 13).

De acordo com a página eletrônica *Sussurro Música*, Antunes dá início, em 1965, a pesquisas no domínio da correspondência entre os sons e as cores e compõe uma série de trabalhos a que dá o nome de "Cromoplastofonias", para orquestras, fitas magnéticas, luzes, usando também os sentidos do olfato, do paladar e do tato. Entre 1966 e 1968, foi professor de Música Eletroacústica no Instituto Villa-Lobos, ministrando aulas de composição e para onde transferiu seu laboratório, desenvolvendo uma técnica de composição que deu o nome de "Música Cromofônica" (Borges 2008, p. 15). É autor de mais de 200 composições, escritas para as mais diversas formações: orquestras, óperas, coro, solistas, música de câmara e música eletroacústica.

Durante o regime militar não pode difundir suas obras, pois estas tinham conotação política e de contestação, mesmo assim desenvolveu grande atividade cultural e política junto a movimentos populares e intelectuais de redemocratização no país. Duas importantes obras musicais nesse contexto político ganharam evidência: *Sinfonia das Buzinas* e o *Hino Nacional Alternativo*. Após grande pressão por parte do governo militar (BORGES, 2008, p. 16), se autoexilou na Argentina, ao receber uma bolsa de estudos para pós-graduação com duração de dois anos para estudar no consagrado Instituto Torcuatto Di Tella, em Buenos Aires, local em que teve seu primeiro contato com um laboratório profissional de Música Eletrônica, despertando no músico grande interesse; a partir desse contato ele produziu o primeiro LP brasileiro de música eletroacústica, além das composições como a *Cromorfonética*, para coro a capela.

Jorge Antunes recebeu outras bolsas de estudos, podendo, assim, prosseguir em seus trabalhos experimentais. Foi para o Instituto de Sonologia da Universidade de Utrecht, na Holanda, permanecendo no Instituut voor Sonologie até 1971 e, após isso, com custeio do governo francês, doutorou-se na Universidade de Sorbonne em Paris (ANTUNES, s/d, p.01). Antunes retorna ao Brasil em 1973, após cinco anos de estudos no exterior, a convite da Universidade de Brasília – UnB, instituição a qual atua até os dias atuais como professor do Departamento de Música, ministrando as disciplinas de Composição e Acústica Musical, além de dirigir o Laboratório de Música Eletroacústica. O compositor é membro vitalício da Academia Brasileira de Música, ocupando a Cadeira nº 22, também exerce o cargo de presidente da Sociedade Brasileira de Música Eletroacústica e Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Pesquisa – CNPq.

A partir da década de 1980, escreve importantes obras onde manifesta seu posicionamento político, alinhado com a esquerda marxista. Destacamos uma obra em especial, de 1984, quando compõe a *Sinfonia das Buzinas*, participando ativamente da campanha das "Diretas Já", movimento político-social o qual demandava instituir eleição direta para presidente da República no Brasil, que começava a sair da ditadura instituída em 1964.

Reconhecido nacional e internacionalmente como um revolucionário na música contemporânea brasileira, foi várias vezes homenageado e premiado por suas produção e reconhecido também por ter sido precursor da música eletrônica no Brasil.

A VOZ DO POVO EM UMA SINFONIA DE BUZINAS

A ditadura militar no Brasil permaneceu entre os anos de 1964 e 1985, período político caracterizado pela falta de democracia, cerceamento de direitos constitucionais, perseguição e censura a todos que de alguma forma apresentavam oposição ou resistência ao regime militar.

A censura imposta pelo regime buscou proibir ou inibir a livre circulação de ideias e opiniões, principalmente nas Artes, restringindo qualquer manifestação cultural ou científica.

> A música, o teatro e o cinema foram atividades constantemente vigiadas e, na maioria das vezes, esse processo era tratado como simples rotina policial. Instrumentos reguladores, como "leis de imprensa" e "classificações etárias", sempre estiveram presentes no cotidiano do brasileiro e largas parcelas da sociedade lhes conferiam legitimidade, pois acreditavam serem estes "normais". (CAROCHA, 2006, p. 15)

De acordo com REIS & ROLLEMBERG, as manifestações artísticas foram constantemente controladas, o regime promoveu um verdadeiro aniquilamento das pesquisas científicas e culturais dentro das universidades, vários intelectuais e artistas foram exilados, sindicalistas e líderes estudantis foram presos e muitos desapareceram, e em dezembro de 1968, o regime decretou o Ato Institucional nº 5, o AI-5, estabelecendo nas mãos do governo poderes quase absolutos por tempo indeterminado.

> A partir de então, a ditadura pôde dissolver a Câmara de Deputados e o Senado Federal, cassar mandatos parlamentares em todos os níveis, demitir, aposentar e cassar os direitos políticos de qualquer cidadão, suspender o habeas corpus, decretar o estado de sítio e confiscar bens. Além disso, o Poder Judiciário ficava expressamente proibido de apreciar a legalidade de decisões baseadas no Ato. Após o golpe de 1964, outro golpe, a radicalização da ditadura. (REIS & ROLEMBERG. s/d).

Com o decreto do AI-5, uma rigorosa política de censura é posta em execução; a imprensa, o cinema, o teatro, a música e movimentos sociais estudantis foram repreendidos.

> Centralizando e concentrando poderes, calando e reprimindo as oposições – ativas e potenciais – o Ato foi extremamente funcional para dar cobertura às políticas de modernização conservadora empreendidas pela ditadura ao longo dos anos 1970 e à tortura como política de Estado, que desempenhou importante papel no desmantelamento das organizações que propunham a luta armada para derrubar a ditadura. Merece reflexão o fato que o Ato Institucional, quando editado, não suscitou oposição significativa e só foi revogado pouco mais de dez anos depois por um outro governo da ditadura no começo de 1979. (REIS & ROLEMBERG, s/d).

Foi neste contexto que Jorge Antunes como professor da UnB registrou na história da política brasileira a sua atuante participação nos movimentos populares; durante o regime militar, idealizava que as suas ações pela luta da liberdade e pela justiça social estavam ligadas ao seu fazer artístico. Na campanha das "Diretas Já", nome como ficou conhecida a emenda constitucional do Deputado Federal Dante de Oliveira – PMDB/MT, prevendo eleições diretas para presidente da república, o compositor atuou proeminentemente nessa ação. A votação da emenda fora marcada para o dia 25 de abril, e um grande comício em Brasília foi programado paro o dia anterior, o qual não aconteceu, porque o então presidente, João Baptista Figueiredo decretou estado de sítio em Brasília.

Com a reprovação da emenda, outro comício foi organizado pela oposição, agora para o dia 1º de junho de 1984. Apesar das várias restrições impostas pelo regime, o maestro organizou a *Sinfonia das Diretas* (com letra de Tetê Catalão), o qual inconformado com a proibição do comício na véspera da votação escreveu em sua coluna no *Correio Braziliense* um protesto instigando um buzinaço, assim como na passagem bíblica das trombetas de Jericó, segundo o próprio Tetê Catalão.

> Tal ideia estimulou Jorge Antunes a reformular o moteto e criar uma sinfonia nada convencional, executada em 01 de junho seguinte com ampla repercussão na cidade. A obra futurista e proletária, intitulada *Sinfonia das Diretas*, requisitava uma orquestra de buzinas, um coral popular, um declamador e um conjunto musical com guitarra, piano e baixos elétricos, sax, bateria e percussão. O recrutamento dos universitários para compor o coral, atendido por cerca de 500 alunos, deu-se através de panfletagem na UnB, enquanto os motoristas foram "convocados" pela imprensa, que espalhou a intenção do compositor de tornar real o buzinaço proposto por Tetê Catalão. Boa parte dos universitários veio a ser distribuída por entre a multidão, na estreia da *Sinfonia*, a fim de "puxar o coro" geral, enquanto os carros passaram por uma catalogação das notas emitidas por suas buzinas, de modo a permitir a disposição da "orquestra" a partir dos acordes primários e derivados estabelecidos pelo compositor para o desenvolvimento do tema principal e das canções de protesto. (AMARAL, 2009. p. 79)

Com a ajuda de seus alunos da turma de Acústica e da Imprensa, o artista catalogou 177 buzinas, medindo as frequências de nota musical produzida por cada uma delas, e com estes dados foi criada a *Sinfonia das Buzinas*. Assim, no dia 1º de junho de 1984, num comício com mais de 30 mil pessoas e 177 "motoristas instrumentistas" apresentaram a Sinfonia com a ajuda de um coral, efeitos eletrônicos e instrumentos. A música de Jorge Antunes e poesia de Tetê Catalão ficaram conhecidas no Brasil inteiro, marcando um ato de opinião e oposição na história política e cultural de Brasília. Segue trecho onde o compositor descreve a peça musical:

> O tempo seria de uns 35 minutos. Era preciso dosá-los com seções curtas, de forma a não cansar o público. A estrutura da peça ficou em doze seções; 1- solo de buzinas com a melodia de três notas; 2- pedal da nota dó sustentando a melodia das três notas alternadamente cantada pelo coral no palanque e pelo povo na praça, seguida de cânon a duas vozes; 3- trama de buzinas com o mesmo acorde anterior, transladando da "linha" aos "pontos", justapondo-se às novas entradas do cânon cantado pelo coral e pelo povo e ainda à nuvem de sons eletrônicos; 4- resolução do acorde no baixo fá, que sustenta o coro falado em jogral; 5- embolada nordestina; 6- trama de buzinas; 7- resolução no modo de lá, que sustenta o canto do coral e do povo, com o cânon da melodia nº 2; 8- grande seção de improvisação de acordes de buzinas, de modo espacial, com a participação de todos os regentes (dado o tamanho do espaço para abrigar todos os automóveis, haviam sub-regentes distribuídos em vários cantos); 9- ambiência de sol maior que canaliza a execução do grande moteto Amanhã é a primeira manhã de um novo amanhã; 10- Hino Nacional Brasileiro; 11- inevitável intervenção apoteótica do público após o hino, com palmas, ovações e assobios; 12- decrescendo das palmas, provocado pelas gesticulações apropriadas do regente controlando a massa, para a declamação do poema Atestado de Óbvios feita sobre o último acorde em bocca chiusa pelo coral. (VALLE, 2003, p. 229)

Pelo que percebemos desta sua fala, a poética de Antunes não se dedica de fato ao tradicional jogo melodia-harmonia-ritmo, já por demais praticado outrora, mas por um uso frequente de realizações tímbricas, sonoridades pouco usuais, intervenções que beiram o teatral e a ampliação do papel do público ao nível do intérprete e tudo isso com o elo político-social.

Percebe-se a grande estrutura e organização de elementos necessários para a realização dessa obra. Antunes se apropria dos vários recursos sonoros disponíveis e os manipula naquele momento, tanto os previstos, como as vozes do coro sob seu comando e dos outros regentes e os improvisados, como a ovação e as palmas do público logo após o Hino Nacional. Tais recursos complementam-se e enriquecem a proposta inovadora da obra, que apesar do improviso, dos devires, possui o controle parcial do autor.

Essa utilização de elementos sonoros concretos conduziu a uma ufania, ampliando talvez o anseio das mudanças políticas e sociais que há tanto tempo eram esperadas, atingindo até uma epifania, à medida em que substancializa, que torna mais evidente o desejo, instituindo um sentimento de coesão a todos que ali estavam presentes. Antunes, podemos afirmar, deslocou a ideia do "buzinaço", a reconhecida forma de protesto ou comemoração de eventos, ao fazer desta atitude um elemento material de uma composição musical.

Em um artigo de Luis Turiba, no *Jornal de Brasília*, à época, traz um comentário que resume essa inovação estética vanguardística de Jorge Antunes: "Um lance de ousadia, de vanguarda. Um lance que colocou mais uma vez Brasília à frente, uma performance desequilibrante. Um lance digno do Brasil das diretas Já (...)" (TURIBA, 1984).

Sinfonia das Diretas foi como também ficou conhecida a Sinfonia das Buzinas; no encarte do CD do compositor encontramos essa descrição: *Sinfonia das Diretas – (Sinfonia das Buzinas) – Comício das Diretas Já, Brasília, 1984*. Esta não foi a primeira obra ativista do compositor, contudo, ela carrega argumentos políticos vivenciados naquele momento. Jorge Antunes evidencia especificamente nesta obra a sua visão artística e ideológica que surgem como posicionamento a fatos sociais e políticos atuais. A subjetividade desse período histórico se ajusta com sua postura no ativismo cultural e engajamento político inerente ao cidadão, intelectual e

artista – a sua também subjetividade portanto, porém, não fosse esse contexto social e histórico no Brasil provavelmente nunca teríamos uma sinfonia com características tão peculiar e revolucionária. Foi um "jogo", podemos afirmar, com o devir.

Liga-se a isto todo o processo de transformações sociais, políticas e artísticas, que surge desde a revolução de "Maio de 68" em Paris. Gritos de liberdade ecoaram por todos os continentes, eram tempos de guerras, literais como a do Vietnã, e outras no campo das ideias: a luta pelo feminismo, da liberação sexual e das drogas, o questionamento dos códigos morais, as lutas das chamadas minorias, o cenário de grandes ativistas políticos, alguns foram mortos, como Che Guevara e Martin Luther King, assassinados em 1967 e 1968, respectivamente, e uma crescente juventude inquieta e insatisfeita se juntava a movimentos insurgentes, políticos, culturais e/ou artísticos.

> O mês de maio de 1968 estabeleceu-se como símbolo de uma época, uma luta essencialmente contra a autoridade, a paterna, em particular, e o modelo de família vigente até então. Seu legado permitiu o nascimento de milhares de novos canais de expressão nas artes, de novas formas de contestação social e de novos tipos de relações humanas. Como nos grandes centros, alguns países da América Latina foram tomados pela efervescência inebriante de 1968, também fatídico para nós, brasileiros. Em dezembro foi promulgado o AI-5, que enterrou de vez o pouco que ainda restava de atividade democrática no País, jogando-nos num período de trevas, perseguições e censura durante quase duas décadas. (WOLFENSON, 2008, p. 01).

Em entrevista concedida à revista eletrônica *Germina – Revista de Literatura e Arte*, Antunes apresenta sua opinião sobre o papel do artista e a função da arte.

> Tenho convicção de que a vida imita a arte. Estou interessado na boa arte que, impregnada de técnicas retóricas persuasivas há de induzir bons comportamentos humanos ou no mínimo, boas reflexões pessoais (...). Condeno radicalmente os artistas que se enclausuram em uma torre de marfim. Todo artista tem que dar função social a sua produção e estar antenado nos problemas sociais e políticos de seu tempo (...). (GERMINA, 2006).

O engajamento político do maestro se reflete em suas obras, o que confirma sua convicção acima citada; vale ressaltar que esse engajamento político e social não se deu apenas no âmbito partidário, mas igualmente sendo uma militância do cotidiano, que se expressa na relação do artista com o mundo e evidenciado em suas obras.

A SUBJETIVIDADE CONTEMPORÂNEA

Os estudos antropológicos do mundo contemporâneo e seus teóricos enfrentam desafios e lançam cada vez mais estratégias para compreender o cotidiano que se confere nas modernas sociedades industriais, fenômenos culturais e sociais em constantes transformações.

> A subjetividade está em circulação nos conjuntos sociais de diferentes tamanhos: ela é essencialmente social, e assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares. O modo pelo qual os indivíduos vivem essa subjetividade oscila entre dois extremos: uma relação de alienação e opressão, na qual o indivíduo se submete à subjetividade tal como a recebe, ou uma relação de expressão e de criação, na qual o indivíduo se reapropria dos componentes da subjetividade, produzindo um processo que eu

> chamaria de singularização. (GUATARRI, ROLNIK, 1996, p. 33).

Pensar a subjetividade seria pensar na composição de elementos que cruzam – ou confrontam – com todo um conjunto de aspectos econômicos, culturais e políticos, onde os indivíduos de uma sociedade participam de um processo em constante transformação. Cada indivíduo estabelece a interação desses aspectos com a complexa relação que existe na sociedade e na sua transformação ao longo do tempo, como consequência de novos valores e das concessões ou proibições atribuídas às novas constituições sociais que poderão ser consolidadas quando refletidas e, assim, incorporadas.

> A compreensão do conceito de subjetividade perpassa pela ordem do social. Devemos também fazer referência a sua natureza polifônica, múltipla. Por isso, a análise dos processos subjetivos precisa considerar, necessariamente, a análise dos processos de produção social e material. Nesta mesma direção, afirma Rolnik (1993) "não há subjetividade sem uma cartografia cultural que lhe sirva de guia; e, reciprocamente, não há cultura sem um certo modo de subjetivação que funcione segundo seu perfil. A rigor, é impossível dissociar essas paisagens (p. 40). Para Guattari e Rolnik (1993), é evidente que um indivíduo sempre existe, mas apenas enquanto terminal; esse terminal individual se encontra na posição de consumidor de subjetividade. Sendo assim, podemos dizer que "a subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro do social" (SILVA & FRANCISCO, 2010, p.31).

A subjetividade, como tema de estudo, tem sido amplamente explorado há décadas por diferentes teóricos, correntes de pensamentos e diversas áreas do conhecimento, o qual não caberá aprofundar neste artigo, porém vale citar que "as diferentes abordagens que foram se delineando através dos tempos, desencadearam posturas políticas e éticas que transformaram, e continuam transformando, as relações humanas no cotidiano". (SOUZA, 2005, p.11).

> Deste modo, as condições contemporâneas demandam a atenção para rupturas importantes que temos experimentado no cotidiano das relações sociais, abrangendo transformações na ordem da percepção e da cognição, e nas formas de normativas que circulam entre nós. Estas transformações ampliam, para além da dimensão do conhecimento formalizado cientificamente na perspectiva positivista, a problematização dos fundamentos da criação, cultural e da produção da subjetividade no mundo contemporâneo. (SOUZA, 2005, p. 11).

Podemos verificar que essa sequência histórica de fatos, desde a Revolução de Maio de 68 em Paris, garantiu um conjunto de transformações que afetou o perfil da estrutura social e política em vários países, estabeleceu um marco na história mundial, as inovadoras e múltiplas temáticas de lutas sociais conformaram um espaço histórico que criou condições para a elaboração e produção de novas subjetividades. De acordo com AGUIAR (2008, p. 13), "uma série de lutas políticas e experiências sociais que têm em comum um profundo questionamento das condições presentes de vida", o que acaba por criar, como afirma o autor, "novos sujeitos históricos" e pensar sobre isso é teorizar, "é pensar como o sujeito se constitui como produto de um processo de subjetivação no entrecruzamento de poder e saber no corpo" (AGUIAR, 2008, p.22). Na mesma linha de pensamento, citamos GONZÁLEZ-REY [2003 apud SILVA & GARCIA (2011)]

> A noção de subjetividade é um sistema complexo e plurideterminado, afetado pelo próprio

> curso da sociedade e das pessoas que a constituem, dentro do contínuo movimento das redes de relação que caracterizam o desenvolvimento social. Neste movimento, produzem-se saberes acerca dos processos psíquicos, sistêmicos, dialógicos e dialéticos que reconhecem o ser humano como um indivíduo que, para o autor, tem uma capacidade de superar o imediato, dirigindo-se a realização de seus próprios projetos.

Ao analisar especificamente a obra *Sinfonia das Buzinas* do Maestro Jorge Antunes, percebemos que o ser criativo vibra precisamente com o contexto histórico, político e social daquele momento (Deleuze e Guattari diriam *dobra*), sua postura diante da realidade posta estabelece seu papel como indivíduo e como artista, ressaltando a sua singularidade, destacando-se como ativista e vanguardista, como ele mesmo descreve-se na entrevista concedida a Leonardo Martinelli, para a edição de junho da Revista *Concerto*, (junho de 2012) por ocasião de seu 70.º aniversário:

> Continuo de peito aberto, à frente, correndo riscos, enfrentando o adversário: o conservadorismo. Cada obra nova que faço nessa linha provoca observação de algum colega que não tem a mesma coragem e audácia que tenho. Sempre ouço: "Já pensei fazer algo assim, mas nunca tive coragem." Em minha agenda criativa e composicional não há prioridades. Cada obra é uma obra e, para cada uma, há uma motivação, um objetivo, um conteúdo, uma forma, uma estrutura, um conjunto de materiais. Meu catálogo não se compõe apenas de obras engajadas politicamente. Tenho várias obras que poderiam ser enquadradas na categoria "música pura". Sou movido por provocações e estímulos externos e internos. Os externos são, em geral, políticos e sociais. Os internos são a beleza pura, o afeto, as paixões, as cores, os sons e os sentimentos em geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contribuição do maestro, professor, físico, ativista e artista Jorge Antunes vai além do caráter político e artístico, ela garante a qualquer pessoa uma difusão de novas variantes e a profusão de novas leituras de fatos sociais e históricos não só do Brasil, como da América Latina.

Sua história, cremos, está ainda longe do fim, iniciada como um dos mais produtivos compositores de música eletroacústica no Brasil, além de ser seu precursor. Inovador e por que não um visionário otimista da arte, vanguardista e pioneiro nas pesquisas da música eletroacústica, teve coragem de disseminar novos conceitos e quebrar barreiras tradicionais da linguagem musical. Ao longo de seus estudos e carreira manteve uma postura política e esteticamente engajada, suas obras refletem contundentemente tal posição. Conhecer uma pequena parte de sua obra através deste artigo faz emergir a importância histórica que ele e sua produção representam.

Por isso, nesse artigo apontamos aspectos da subjetividade do momento histórico e da resultante singularidade desse grande compositor, maestro, ativista, professor e acima de tudo um sujeito de ação, que desde o início de suas atividades criativas indica sua predisposição para a vanguarda, apresentando novas linguagens e técnicas. Sua aptidão experimentalista e suas convicções políticas mostram em suas obras algo além do protesto político, sua contribuição no campo das artes ultrapassa gostos pessoais, seu trabalho é merecidamente reconhecido principalmente pela própria qualidade.

A ditatura militar no Brasil – período em que Antunes basicamente iniciou seu trabalho – tentou controlar a sociedade brasileira

com a mão-de-ferro usual desse modelo de governo. A queda do Muro de Berlim, a consequente transfiguração do bloco comunista, o chamado "fim das utopias" e o Capitalismo mundializado geraram as novas formas de controle, porém a tentativa de construção das subjetividades por meio de modelos podem esbarrar em indivíduos auto-referenciados, como Antunes.

Desde a ditadura brasileira, ele se mostrou uma voz contrária e persistente; mesmo depois da retomada da democracia que temos, continua a exercer criticamente um papel de artista-pesquisador e arte-ativista – veja-se por exemplo o uso que ele faz de suas páginas nas redes sociais, sempre comentando prontamente o que há de mais pulsante na problemática sociedade brasileira, os movimentos sociais, as atividades nas ruas (montagens de óperas), na comunidade universitária e na ala política em que atua.

Antunes nos parece ser um exemplo do que Guattari & Rolnik colocam como "singularização" e do conceito de "linha de fuga" no conjunto de obras de Guattari e Deleuze; um cidadão criativo e desejante (não o consumidor rotulado), algo para além do fabricado turbilhão de referências da subjetividade contemporânea.

Nesse artigo tentamos desdobrar os conceitos de subjetividade contemporânea, reforçando o período histórico de mudanças desde Maio de 68, a solidariedade das lutas latino-americanas, fatores estes que formaram o meio sociocultural de Antunes, porém sempre tendo em vista seu trabalho artístico inovador e politizado, a ponto de crermos na possibilidade de o apontarmos como um trabalho singular, uma linha de fuga no emaranhado de linhas social e economicamente construídas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Leonel A. *Maio de 68: Novas subjetividades micropolíticas e relações de poder.* Recôncavos, revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras, volume 2 (1). Disponível em <http://www.ufrb.edu.br/reconcavos/edicoes/n02/pdf/Leonel.pdf>. Acesso em 15 jan. 2014.

AMARAL, Carlos E. P. Bernardes. *Ativismo Sinfônico. O protesto político nas obras orquestrais de Jorge Antunes.* Funarte – Ministério da Cultura. Recife, 2009. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/153305755/Ativismo-sinfonico-O-protesto-politico-nas-obras-orquestrais-de-Jorge-Antunes#download>. Acesso em 15 jan. 2014.

ANTUNES, Jorge. *Maestro Jorge Antunes.* Disponível em: http://www.americasnet.com.br/antunes/index2.htm. Acesso em 15 jan. 2014.

BORGES, André Gilberto. *Jorge Antunes. Vida. Obra e fonte para pesquisa.* Dissertação de Pós-Graduação em Música. Universidade do Estado de Santa Catarina, 2008.

CAROCHA, M. L. A censura musical durante o regime militar (1964 – 1985). *História Questões & Debates,* volume 58, 2013. Disponível em: http://www.ojsc3sl.ufpr.br/ojslindex.php/historia/article/.../5584. Acesso em 19 jan. 2014.

GERMINA. Jorge Antunes Solo. *Revista de Literatura e Arte.* julho / agosto de 2006 - ano II - edição 8. Disponível em: http://www.germinaliteratura.com.br/musica_olgasolo_set2006.htm

GUATARRI, Felix e ROLNIK, Suely. **Micropolítica – Cartografias do Desejo**. Vozes. Petrópolis, 1996.

MARTINELLI, Leonardo. *Jorge Antunes*. **Concerto**, junho de 2013. Disponível em:< http://www.concerto.com.br/promo.asp?id=223>. Acesso em 17 jan. 2014.

MAUÉS, Igor Lintz. **Música Eletroacústica no Brasil**. Dissertação de Mestrado. Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 1989.

REIS, Daniel Arão e ROLLEMBERG, Denise. *Memórias Reveladas*. Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/campanha/censura-nas-manifestacoes-artisticas/index.htm>. Acesso em: 10 jan. 2014.

SILVA, Regina Coeli Araújo da; FRANCISCO, Ana Lúcia. Cultura, subjetividade e as organizações na contemporaneidade. **Rev. Mal-Estar Subj.**, Fortaleza , v. 10, n. 3, set. 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482010000300003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 18 jan. 2014.

SILVA, Jerto Cardoso da; GARCIA, Edna Linhares. Produção de subjetividade e construção do sujeito. **Barbaroi**, Santa Cruz do Sul , n. 35, dez. 2011. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-65782011000200013&lng=pt&nrm=iso>.Acesso em 18 jan.2014.

SOUZA, Solange Jobim (Org.). **Subjetividade em questão: a infância como crítica da cultura.** 2ª Ed. Rio de Janeiro. 7 Letras, 2005.

SUSSURRO. *Jorge Antunes.* Disponível em: <http://sussurro.musica.ufrj.br/abcde/a/antunesjorge/antunesjorge.htm>. Acesso em 17 jan. 2014.

TURIBA, Luís. Disponível em https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10201699864130056&set=a.3161674412472.2115455.1583683672&type=1&theater. Acesso em 07 jun. 2014.

VALLE, Gerson. Jorge Antunes, uma trajetória de arte e política. Brasília: Editora Sistrum, 2003.

WOLFENSON, Helena. *Maio de 1968.* Revista Brasileiro, 19 de jun 2008. Disponível em <http://www.revistabrasileiros.com.br/2008/06/19/maio-de-1968/#.Ut2Dg9JTvs1 > . Acesso em 16 jan. 2014.

UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE DA ECONOMIA IMATERIAL. RUMO À CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA AGENDA DE PESQUISA

Alain Herscovici
Universidade Federal do Espírito Santo, Departamento de Economia,
Programa de Pós-Graduação em Economia -
Doutor em Economia pelas Universidades de Paris I Panthéon-Sorbonne e de Amiens, França
alhersco.vix@terra.com.br

RESUMO

Este artigo tem um duplo objetivo: ele sintetiza e atualiza uma série de trabalhos que já escrevi a respeito da Economia da Cultura e da Informação e tenta indicar, a partir desses resultados, novos eixos de pesquisa. A hipótese central que norteia este trabalho é a seguinte: os elementos econômicos que eram considerados específicos aos bens culturais e imateriais, durante o fordismo, estão se generalizando para a maior parte das atividades econômicas, na fase do capitalismo imaterial. Definirei assim as principais características do capitalismo imaterial e, diante dos limites explicativos das análises oriundas dos principais paradigmas da Ciência Econômica, propõe- me em fornecer elementos de explicação alternativos.

Palavras-chave: Informação e Conhecimento. Capital intangível. Valor.

ABSTRACT

This paper has a dual purpose: it summarizes and updates a series of papers I have written about Cultural Economic and Information Economic, and tries to indicate, from these results, new research axes.The central hypothesis guiding this research is as follows: the economic elements that were considered specific to cultural and intangible assets during fordism, are becoming pervasive for most of the economic activities in the phase of immaterial capitalism. So, I will define the main characteristics of immaterial capitalism and from the explanatory limits of the analysis linked to the main paradigms of Economic Science, I will provide elements for an alternative explanation.

Keywords: Information and Knowledge. Intangible capital. Value.

INTRODUÇÃO

No prefácio da primeira edição inglesa da Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, Keynes faz a seguinte afirmação: "*The difficulty lies, not in the new ideas, but in escaping from the old ones, which ramify, (….) into every corner of our minds*". No presente trabalho, pretendo praticar um exercício mental deste tipo: esquecer as ideias antigas, inclusive as minhas, para tentar entender, a partir de uma nova perspectiva, os fundamentos da Economia Imaterial.

Nos últimos anos, uma quantidade crescente de artigos científicos trata da Economia Criativa (*Creative Economy*). Esses artigos [1] ressaltam a imaterialidade das diferentes atividades, seu peso crescente na Economia, sua dimensão qualitativa e individual; eles concebem este tipo de capital imaterial como a principal fonte de crescimento econômico. No entanto, as modalidades concretas a partir das quais esses mecanismos micro e macroeconômicos são implementadas não são especificadas, nem as insuficiências das teorias econômicas tradicionalmente utilizadas diante dessas modificações radicais. Por essas razões prefiro falar em economia imaterial, e mostrar porque, e em que medida, essas evoluções não podem ser explicadas a partir do instrumental fornecido pelas matrizes de referência, ou seja, a Economia Clássica, a Economia Neoclássica e a Economia Keynesiana. Diante desses limites explicativos, propõe-me em fornecer elementos para construir um paradigma adequado: neste, a Economia da Informação, da maneira como ela foi concebida por Stiglitz, representa uma contribuição essencial.

1)A hipótese central que norteia este trabalho é a seguinte: os elementos econômicos que eram considerados específicos aos bens culturais e imateriais, durante o fordismo, estão se generalizando para a maior parte das atividades econômicas, na fase do capitalismo imaterial. São esses mecanismos que pretendo descrever e estudar aqui.

Este artigo tem um duplo objetivo: ele sintetiza e atualiza uma série de trabalhos que já escrevi a respeito da Economia da Cultura e da Informação e tenta indicar, a partir desses resultados, novos eixos de pesquisa. Por esta razão, não retomarei aqui as diferentes análises e formalizações referentes a esses trabalhos anteriores, mas indicarei as referências utilizadas. [2] As diferentes análises da Cultura e da Comunicação privilegiaram o estudo das modalidades de industrialização dessas atividades:

i) A análise econômica sempre estudou de um ponto de vista micro e mesoeconômico, as especificidades da cultura e os limites dos processos de industrialização que lhes foram aplicados. De um ponto de vista macroeconômico, a Cultura faz parte das atividades com produtividade estagnantes, ou seja, improdutivas (Baumol, 1967): elas têm que ser financiadas a partir do valor criado no setor produtivo.

ii) A análise sociológica adota a mesma perspectiva histórica: a escola de Frankfurt, por exemplo, ressalta os efeitos "maléficos" dessas modalidades de industrialização. Isto é particularmente acentuado nas análises de Adorno (1987) e de Benjamin (1978). A partir de uma perspectiva semelhante, Habermas (1978) fala em propaganda "manipuladora", no que diz respeito ao espaço público que corresponde às mídias de massa. As redes eletrônicas e o desenvolvimento da internet, nas suas múltiplas dimensões técnica, sociológica e econômica, são vistas como processos de dessocialização (Wolton, 2000) e de economia improdutiva.

Pretendo mostrar que essas análises são *historicamente datadas*, ou seja, que as hipóteses implícitas e explícitas que elas utilizam e que os instrumentos que elas constroem correspondem a um período histórico específico, que podemos chamar de fordismo. Hoje, no período que corresponde ao pós-fordismo, essas categorias analíticas não são mais válidas. É preciso redefinir as hipóteses que correspondem ao pós-fordismo, e construir assim outros instrumentos analíticos para poder estudar a Cultura, a Informação e a Comunicação, assim como o conjunto das atividades econômicas.

2) O capitalismo possui, intrinsecamente, componentes imateriais e abstratos: a moeda e os Direitos de Propriedade.

2.1 A generalização da moeda como equivalente geral de uma determinada quantidade de trabalho abstrato representa uma dupla abstração, em relação às sociedades nas quais prevalecia o escambo. A mercadoria, da maneira como ela foi definida por Marx (1976, Livre I, Chapitre I), se valoriza no mercado a partir do momento que os trabalhos concretos foram transformados em determinada quantidade de trabalho socialmente necessário, ou seja, em uma determinada quantidade de trabalho *abstrato*. Para as mercadorias serem trocadas no mercado, é preciso expressá-las em uma unidade comum: o trabalho abstrato. Esta abstração da mercadoria provém do fato que o sistema de mercado faz abstração das especificidades do trabalho quando a troca se efetua.

A moeda, como equivalente geral, confere ao agente que a possui a capacidade de comprar uma determinada quantidade de trabalho abstrato [3]; segundo as palavras de Galvan, a moeda é uma abstração concreta (2001, p. 41) que os membros da coletividade utilizam cotidianamente.

Por outro lado, a forma preço tem uma autonomia em relação ao valor; Marx (1976, Livre III, chapitre XXXIX.) mostra que a moeda pode deixar de expressar o valor, ou seja, a quantidade de trabalho abstrato incorporado na mercadoria. Os trabalhos individuais se tornam sociais fora a forma mercadoria, a partir de sua troca no mercado. É possível falar em *intensificação deste processo de abstração/desmaterialização,* à medida que (a) boa parte da produção é constituída por serviços, atividades imateriais por natureza e (b) não há mais como avaliar (e medir) objetivamente o valor, a partir da quantidade de trabalho abstrato necessária para sua produção. O valor torna-se ainda mais abstrato, na medida em que ele não pode ser avaliado a partir de uma base "objetiva"; trata-se de uma determinação autoreferencial do valor (Orléan, 2011).

2.2 Um sistema de Direitos de Propriedade (DP) é também uma relação abstrata: independentemente da materialidade ou da imaterialidade do objeto sobre o qual ele se aplica, na tradição anglo-saxão, esse direitos são concebidos como um feixe (*bundle*) de direitos relativos à utilização de um determinado fator de produção (Alchiam, Demsetz, 1973, p. 17); o DP se relaciona diretamente com a utilização deste ativo e com as modalidades de apropriação dos retornos que esta utilização gera; o fato de ceder alguns desses direitos se traduz por uma modificação da natureza econômica dos bens e serviços (Ostrom, 2000). Nesta perspectiva, *são os direitos de propriedade que estão sendo trocados no mercado*: os bens e os serviços são apenas os suportes econômicos (materiais ou imateriais) desses direitos.

3) O plano de estudo será o seguinte: numa primeira parte, construirei uma periodização que diferencia os movimentos de industrialização e de desindustrialização da Cultura em relação ao fordismo e ao pós-fordismo. Numa segunda parte, mostrarei como essas evoluções implicam em modificações das modalidades concretas de produção de valor, e fornecerei uma definição do capitalismo "imaterial". Ressaltarei as implicações no que diz respeito à natureza econômica dos bens, às estratégias de mercado e aos modelos de crescimento.

I) AS EVOLUÇÕES HISTÓRICAS: UMA PROPOSTA DE PERIODIZAÇÃO

Retomarei e complementarei a periodização tradicional relativa às diferentes fases de mercantilização da Cultura (Herscovici, 1995). Os termos de Economia da representação e da repetição provêm do livro *Bruits*, de Jacques Attali (1977), e se relacionam mais especificamente com a música; no entanto, eles podem ser aplicados, sem modificações maiores, ao conjunto das produções culturais.

1) *As diferentes fases de industrialização da Cultura e da Informação*

1.1 *A economia da representação*

De um ponto de vista histórico, a economia da representação, que se relaciona com o período que vai da metade

do século XVIII até a metade do século XX, representa a primeira fase de mercantilização da cultura e dos bens simbólicos. No que diz respeito mais especificamente às Artes Cênicas e à Música, as características sociológicas e econômicas são as seguintes:

- O bem ou o serviço é totalmente individualizado: as produções artísticas e simbólicas são intrinsecamente ligadas a um autor e às especificidades de seu trabalho. De um ponto de vista sociológico, é o capital simbólico específico do autor (o *ready-made*, segundo a expressão de Bourdieu (1977) que explica o valor simbólico e, consequentemente, seu valor econômico).
- Contrariamente à época pré-capitalista, a validação social da obra é determinada a partir da validação econômica operada pelo mercado, ou seja, a partir da sanção de uma demanda "anônima".
- Esses bens simbólicos são bens econômicos: (a) eles são trocados em mercados específicos e (b) eles são objetos de Direitos de Propriedade que permitem auferir uma renda para os agentes que detêm esses direitos: criadores e editores. Não obstante, trata-se de bens específicos: eles não podem ser reproduzidos a partir de uma lógica industrial. Sua reprodução é limitada, e para cada "produção", a presença do artista intérprete é necessária. Em outras palavras, a industrialização dessas produções é, por natureza, limitada: não é possível implementar processos de substituição capital/trabalho, o que significa que não é possível diminuir substancialmente os custos de produção artísticos/intelectuais.

1.2 *A economia da repetição*

Este período, de 1950 a 1995, é caracterizado pela industrialização da Cultura e pela intensificação de sua mercantilização. A aplicação sistemática da tecnologia à reprodução e à retransmissão da imagem e do som permite minimizar diretamente os custos artísticos, a partir da reprodução industrial de uma matriz original, e maximizar as receitas a partir da ampliação das audiências assim alcançadas. O sistema de Direitos de Propriedade Intelectual é ampliado: aos direitos de representação é preciso acrescentar os direitos de reprodução.

É o apogeu da Cultura de massa: os produtos são voluntariamente "descomplexificados" para poder maximizar o público e as audiências (Herscovici, 1995), há uma queda dos preços de acesso e uma primazia da oferta em relação à demanda. No caso dos produtos culturais editados sobre um suporte material (livros, discos e CD), ou produzidos (concerto, teatro, Artes Cênicas, cinema), o consumo é individual e os bens são bens privados: bens escassos cujo acesso é condicionado ao pagamento de um preço.

Outros modelos [4] aparecem: a imprensa, o rádio e a televisão aberta. A impressa representa um modelo diferente, à medida que parte de suas receitas provém da venda de espaços publicitários, ou seja, da venda de audiência. O rádio e a televisão aberta vão utilizar este mesmo mecanismo; o desenvolvimento desses mercados intermediários (hoje chamados de *double sided markets*) permite diminuir, ou até anular, o custo de acesso suportado diretamente pelo consumidor final. Essas estratégias serão amplamente desenvolvidas e complexificadas na era digital.

No caso do rádio e da televisão, trata-se de bens públicos, no sentido definido por Samuelson (1954): não há exclusão nem rivalidade, o que obviamente, não é o caso da imprensa. Por outro lado, aparecem fortes complementaridades entre os bens editados e/ou produzidos e a imprensa, o rádio e a televisão.

A industrialização da Cultura teve os seguintes efeitos:

- Os bens culturais se tornam bens privados e, como tais, são validados a partir de sua rentabilização no mercado. Mas, por outro lado, eles se tornam bens públicos (o rádio e a televisão) ou bens mistos, no caso da imprensa.
- Uma diminuição substancial dos custos ligados ao trabalho artístico e/ou intelectual caracteriza este processo: o trabalho "morto" substitui, parcial e progressivamente, o trabalho vivo. O exemplo da música popular é significativo: o show ao vivo é parcialmente substituído pelo espetáculo mecânico (Herscovici, 1995).
- Não obstante, mesmo reproduzidos industrialmente e objetos de troca nos mercados, os bens culturais continuam apresentando

fortes especificidades econômicas: além desta lógica de industrialização, sua valorização no mercado é particularmente aleatória. Este caráter aleatório se explica pelo fato que seu valor econômico depende de seu valor simbólico, ou seja, que ele se valoriza a partir das especificidades do trabalho artístico e/ou intelectual aplicado na "fabricação" da matriz original.

- A concorrência se exerce principalmente fora dos preços, a partir de uma lógica ligada à acumulação simbólica realizada pelos produtores culturais no seio do campo de produção (Bourdieu, 1977); os bens e serviços se valorizam como bens específicos e únicos, mesmo sendo reproduzidos industrialmente.

Essas características permitem explicar o fato que, nesta economia, as receitas não se relacionam com os custos. [5] Nesta economia, não há um regulador que limita as variações dos preços, o que permite explicar o *caráter intrinsecamente especulativo desses mercados*. Ricardo (1982, p. 43 e 44) já afirmava, a respeito das obras de arte que:

> "Algumas mercadorias têm seu valor determinado somente pela escassez. (.....). Seu valor é totalmente independente da quantidade de trabalho originalmente necessária para produzi-los, e oscila com a modificação da riqueza e das preferências daqueles que desejam possuí-los".

A introdução da inovação tecnológica nas produções culturais gera uma dialética das mídias: as mídias que eram dominantes antes da introdução desta inovação têm que se reposicionar no sistema, em termos de audiências, de especificidades estéticas e de modalidades de financiamento; a música ao vivo em relação à música mecânica, o cinema em relação à televisão, a imprensa escrita e a impressa audiovisual, por exemplo. Não obstante, neste movimento, a introdução da inovação tecnológica não se traduz pelo desaparecimento de umas dessas mídias. O processo é diferente no que diz respeito à era digital; neste caso, em função das convergências tecnológicas, esta mídia pode desaparecer, conforme mostra o exemplo da indústria fonográfica.

É preciso notar que, durante este período, fora a cultura de fluxo (Rádio e Televisão) e a imprensa, a Cultura não assume nenhuma função na lógica de acumulação do capital: de um ponto de vista sociológico, o discurso artístico se fundamenta na denegação das práticas econômicas usuais (Bourdieu, op. cit.), ou seja, sobre a teoria da arte pela arte. De um ponto de vista econômico, o setor cultural é improdutivo e sua manutenção implica numa transferência crescente do valor criado no setor produtivo (Baumol, 1967, Herscovici, 2002).

2) *Desindustrialização e efeitos externos*

2.1 *A Economia da diferenciação*

A economia da diferenciação se explica a partir das características do capitalismo industrial oligopolista e monopolista. A concorrência entre as firmas tornou-se oligopolista, o que significa que os bens são altamente diferenciados: a concorrência se exerce fora dos preços, a partir da diferenciação dos produtos. As operações de comunicação dessas firmas se diversificam: além da publicidade relativa aos produtos, a qual tem por objetivo a diferenciação dos produtos, essas firmas desenvolvem uma comunicação institucional.

Paralelamente, certos produtos se complexificam, o que se traduz pela diversificação da qualidade dos produtos. Neste caso, o preço é um indicador imperfeito que não permite avaliar esta qualidade (Akerlof, 1970, Grossman and Stiglitz, 1976): a marca pode atuar como uma garantia de qualidade e compensar assim as falhas do sistema de preços.

Por outro lado, a globalização se traduz por uma nova estruturação do espaço mundial: os capitais cada vez mais internacionalizados serão investidos nos espaços geográficos que apresentam a maior taxa de retorno. Nesta economia-mundo, no sentido braudeliano, cria-se uma nova estruturação dos espaços: os segmentos mais dinâmicos se constituem em clubes, no seio dos

quais os capitais são investidos, e as inovações tecnológicas produzidas e apropriadas. Existe assim a necessidade de uma *dupla diferenciação*: a diferenciação dos bens, como parte das estratégias concorrenciais, e a diferenciação dos espaços geográficos, para atrair o capital internacional.

Esta economia da diferenciação se traduz pela *produção de externalidades*: os efeitos benéficos da marca, como símbolo de qualidade [6], e a construção de uma *imagem* do espaço geográfico, imagem esta que representa o espaço em relação ao exterior: megaoperações como Rio 92, por exemplo, são características deste tipo de estratégia.

As diferentes produções culturais, intrinsecamente, produzem fortes efeitos de diferenciação: assim, a partir dos diferentes mecanismos de financiamento, elas serão associadas a essas lógicas de diferenciação, tanto no que diz respeito aos bens industriais quanto aos espaços geográficos. Os diferentes atores privados e públicos produzem, a partir desta lógica de diferenciação, as externalidades que eles mesmos vão tentar internalizar.

Várias observações fazem-se necessárias:

i) Nesta fase, a Cultura assume diretamente uma função na lógica de acumulação do capital.

ii) Isto se traduz por *modificações importantes das formas concorrenciais*. Nessas, os efeitos externos cumprem um papel cada vez mais importante, e boa parte dos bens pode ser assimilada a bens públicos.

iii) O sistema de propriedade intelectual constitui um dos meios que permite internalizar as externalidades, por parte dos agentes que as produziram. Em certos casos, os custos necessários à implementação eficaz deste sistema de Direitos de Propriedade Intelectual (DPI) são proibitivos, e outros agentes se apropriam dessas externalidades (Herscovici, 2008 e 2013).

iv) A concorrência se implementa a partir das estratégias de internalização dessas externalidades (Herscovici, 2008). Essas modalidades de internalização podem igualmente ser ilegais, quando não respeita o sistema de DPI.

v) Finalmente, é importante ressaltar as modificações relativas à natureza das externalidades e dos mecanismos de internalização. Na tradição da Economia Pública (Pigou, 1932, Samuelson, 1954, Musgrave, 1959), as externalidades são essencialmente tecnológicas: elas não se manifestam no mercado, mas nas funções de utilidade dos agentes; neste caso, o Estado tem que intervir para implementar os mecanismos que permitem anular os efeitos negativos dessas externalidades: regulamentação ou compensação dos poluídos. O Estado, na sua vertente hegeliana, internaliza essas externalidades. Ao contrário, as externalidades próprias à Economia da diferenciação são *pecuniárias*: elas se manifestam diretamente no mercado, e os mecanismos de internalização são essencialmente o fato dos atores privados (Coase, 1960).

2.2 *A Economia de Google*

Esses mecanismos de produção e de internalização das externalidades vão se generalizar com o aparecimento e o desenvolvimento da economia digital. A complexificação do sistema de informação e de Comunicação próprio à economia digital se traduziu por um jogo complexo de produção de externalidades, por possibilidades de apropriação dessas e pelo desenvolvimento dos diferentes comportamentos de *free rider*.

O caso da indústria musical é significativo: por um lado, as firmas fonográficas não têm mais condições de enfrentar a concorrência representada pelos diferentes sistemas de compartilhamento dos arquivos digitais (*peer to peer*), e tentam impor, sem conseguir, um sistema de DPI ligado à era analógica e ao consumo individualizado dos consumidores. Por outro lado, os produtores de hardware e de sistemas operacionais, e os provedores de acesso têm interesse no desenvolvimento desses diferentes sistemas de *peer to peer*. Finalmente, os produtores de programas que permitem baixar gratuitamente (e ilegalmente, hoje) os arquivos musicais se beneficiam dos financiamentos dos produtores de hardware e de software. De uma maneira geral, os produtores de hard e de software e os provedores têm interesse em

desenvolver este tipo de plataforma; isto incita os consumidores a comprar o soft e o hardware, a aumentar a potencia dos materiais e dos programas, e a utilizar provedores com capacidade cada vez maior.

Por trás do debate atual a respeito da propriedade intelectual, aparecem interesses econômicos divergentes:

i) As firmas fonográficas invocam a manutenção das condições necessárias à criação musical a partir do respeito do sistema de DPI. Este argumento não é válido pelas seguintes razões:

(a) A distribuição da renda que provém dos direitos autorais é profundamente desigual. Já, nos anos 80, na França, por exemplo, mais de 80% dos autores não conseguem viver a partir de seus direitos autorais (Herscovici, 1995).

(b) A tecnologia digital se traduziu por uma redução muito importante dos custos de fabricação da matriz original, dos custos de estocagem e de distribuição. Hoje, este tipo de custos não representa mais uma barreira à entrada para os diferentes produtores culturais.

(c) O sistema se estrutura de tal maneira que aparecem outras fontes de financiamento da criação, tão importantes e menos desiguais: as companhias de telefonia móvel, por exemplo, financiam cada vez mais este tipo de produção. Elas têm interesse em criar efeitos de redes a partir do financiamento das produções musicais (Herscovici, 2008).

(d) As Artes Cênicas representam, novamente, uma fonte de financiamento importante para os criadores e intérpretes. A internet constitui o campo de produção no qual o artista vai acumular o capital simbólico, e o show ao vivo o segmento diretamente rentável.

ii) A concorrência consiste em se apropriar das diferentes externalidades geradas pela complexificação do sistema. É possível falar em *externalidades cruzadas* quando há convergências dos interesses econômicos dos agentes que produzem essas externalidades: o caso dos produtores de hard e de software, e das redes *peer to peer*. Existem, ao contrário, *desvio de externalidades* quando há conflito de interesse: os interesses conflitantes das firmas fonográficas, de um lado, e dos fabricantes de hard e do software, dos servidores e das redes *peer to peer*, do outro lado. Neste caso, as firmas fonográficas não têm mais condições de internalizar as externalidades que elas mesmas criaram (Herscovici, 2013).

iii) A criação de valor agregado se explica a partir desta dupla transformação: *(a) as externalidades tecnológicas são transformadas em externalidades pecuniárias e (b) as externalidades de demanda em externalidades de oferta.*

Nesta economia digital, a partir dos mecanismos econômicos próprios à economia das redes, a criação de valor está diretamente ligada à criação de efeitos de redes, ou seja, de *utilidade social*. Em termos econômicos, isto corresponde às externalidades de demanda, da maneira como elas foram definidas por Katz e Shapiro (1985): quanto maior a quantidade de usuários, maior a utilidade do serviço para cada usuário que faz parte da rede. Por outro lado, quanto maior esta utilidade social, maior o valor pelo qual a firma proprietária da rede pode negociar a venda de espaço para os anunciantes.

O paradoxo relativo ao debate sobre a propriedade intelectual é o seguinte: um sistema de propriedade intelectual privado baseado sobre o consumo individual dos consumidores limita a quantidade de consumidores/usuários, a partir de um sistema de exclusão pelos preços. Consequentemente, ele limita as modalidades de criação de valor no seio da cadeia.

3) *A redefinição dos conceitos*

3.1 *A historicidade do valor*

As modalidades concretas de criação de valor se modificaram, em relação a uma lógica predominantemente industrial; isto permite ressaltar a *historicidade dos conceitos de valor e de trabalho produtivo*.

O conceito marxista de mercadoria se relaciona com a criação de valor, e permite assim definir a dicotomia (estabelecida

pelo conjunto da economia clássica) entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo. A partir de tal perspectiva, as produções imateriais são improdutivas (o professor citado por Adam Smith) pelo fato delas não corresponderem à criação de valor, *em relação a uma forma historicamente determinada:* na Inglaterra do século XVIII, época na qual escreve Adam Smith, o valor é essencialmente criado na indústria, na produção de bens materiais.

O desenvolvimento das diferentes formas de capital intangível, e desta economia imaterial, se traduz por modificações radicais no que diz respeito às modalidades de criação do valor. No que concerne à Economia do Conhecimento, por exemplo, não é possível explicar o valor das patentes a partir das quantidades de trabalho "vivo" e "morto" necessárias à sua produção. De um ponto de vista antropológico (Levi-Strauss, 1987) e econômico (Nelson, 2003), a produção de conhecimento é essencialmente cumulativa: (a) a taxa de crescimento da produção de conhecimento depende do nível do estoque disponível hoje e (b) não é possível quantificar todo o trabalho necessário para produzir determinado conhecimento [7].

Por outro lado, boa parte das produções imateriais, assim como as produções culturais, se caracteriza pela ausência de relação entre os custos de produção e os preços, ou as receitas, ou seja, pelo caráter aleatório de sua valorização econômica. Em outras palavras, esta valorização não depende das quantidades de trabalho necessárias a sua produção. O trabalho socialmente necessário, ou trabalho social, não explica mais esta valorização.

É interessante observar que a teoria do valor subjetivo utilizada pela escola neoclássica também não permite explicar o valor dos bens e serviços: o fato que o valor esteja intrinsecamente ligado à utilidade social é incompatível com o individualismo metodológico, o qual considera as preferências dos agentes exógenas.

Finalmente, no âmbito de uma abordagem keynesiana, o valor de determinado capital depende das expectativas de retorno deste capital durante sua vida útil. [8] À medida que o retorno do capital imaterial é particularmente aleatório, é impossível determinar seu valor.

Esta incapacidade das teorias em explicarem e determinarem este valor se traduz por uma série de dificuldades que, até hoje, não foram superadas, no que concerne à medida dos diferentes agregados econômicos (Grilliches, 1994, Gordon, 2000).

3.2 *Os determinantes da taxa média de lucro*

Todas as escolas de pensamento, por razões diferentes, estabelecem uma correlação negativa entre a abundância de capital e a taxa de lucro. Esta relação já está presente na obra de Adam Smith (1980) e foi desenvolvida por Marx a respeito da tendência à queda da taxa de lucro (op. cit). Na Teoria Geral, Keynes estabelece este tipo de relação; no modelo de Solow (1956), a produtividade marginal do capital é decrescente; a taxa de lucro diminui quando a razão capital/trabalho aumenta.

A partir deste tipo de relação, é possível estabelecer a seguinte periodização: *a fase industrial se caracteriza pela abundância de capital intangível e pela escassez de capital tangível*. A fase pós-industrial apresenta as características contrárias: há abundância do capital tangível e escassez do capital intangível. Isto explica a tendência à queda da taxa de lucro (via produção de valor agregado) dos setores ligados à produção material, e a elevação dessas mesmas taxas no que diz respeito à produção imaterial (Herscovici, 2010).

Segundo a definição tradicional, o objeto da Ciência Econômica consiste em estudar a alocação de recursos escassos. Nesta perspectiva, a escassez é natural e permite definir os bens econômicos como os bens escassos. É a escassez natural que define os bens econômicos, e os direitos de propriedade que lhes são ligados. Na economia imaterial, trata-se de uma relação causal invertida; o sistema de direitos de propriedade intelectual cria a escassez necessária à obtenção do lucro. Nesta economia imaterial, é o direito de propriedade que cria a escassez[9], enquanto, na economia material, é a escassez que cria a propriedade intelectual[10].

3.3 *As novas formas de acumulação*

A economia do conhecimento distingue o conhecimento tácito e o conhecimento codificado: o primeiro é intrinsecamente ligado às especificidades do trabalho aplicado diretamente na produção para decodificar os diferentes conhecimentos codificados. Tendo em vista o grau de complexidade da informação que os trabalhadores têm que manipular, o conhecimento tácito à disposição dos trabalhadores e das diferentes instituições é um elemento importante de valorização do capital (Arrow, 2000, p. 90). O segundo é "desconectado" dessas especificidades.

É assim possível avançar a seguinte hipótese: *no capitalismo imaterial, o trabalho abstrato é substituído pelo conhecimento codificado, e o trabalho concreto pelo conhecimento tácito*. Por outro lado, a economia imaterial se caracteriza pelo fato de cada trabalhador manipular uma quantidade maior de conhecimento codificado. À medida que o capital imaterial é constituído por trabalho codificado, o fato de afirmar que cada trabalhado, em média, trata uma quantidade maior de informações significa que a *composição orgânica do capital imaterial*, medida pela relação entre o conhecimento codificado e tácito, aumentou.

II) ALGUNS QUESTIONAMENTOS TEÓRICOS: A REDEFINIÇÃO NECESSÁRIA DOS CONCEITOS E DAS FERRAMENTAS ANALÍTICAS

1) *O capitalismo imaterial: uma definição*

Historicamente, é preciso dissociar capitalismo e produção material ou, mais precisamente, capitalismo e produção industrial; segundo a análise de Braudel, no Renascimento, o capitalismo se desenvolve nas atividades ligadas ao comércio e à finança internacional, e não nas atividades ligadas à produção material (Braudel 1979, p. 268). É apenas no século XIX que o capitalismo se torna efetivamente industrial. Por outro lado, Braudel distingue dois tipos de economias (Braudel, 1985, p. 54): o primeiro se caracteriza pela troca transparente, local e descontinua. O segundo, ao contrário, pelas assimetrias de informação, pelo fato de funcionar em fluxo contínuo e de se relacionar com o comércio de longa distância.

No que diz respeito às atividades materiais, Braudel define três níveis nas sociedades (1979, p. 264; 1985, p. 23):

i) a vida material que é constituída pelas diferentes práticas sociais e regulada pelo valor de uso.

ii) A economia de mercado, na qual se efetuam as trocas, na base da transparência dessas relações, esta situação sendo próxima de uma situação concorrencial

iii) A economia capitalista que constitui a superestrutura, e que se relaciona com as trocas internacionais e com a possibilidade de obter taxa de lucro superiores à média, na base de informações assimétricas e da existência de posições dominantes.

Se a existência de uma economia de mercado é uma condição necessária para o desenvolvimento do capitalismo, ela não é uma condição suficiente. A partir de uma economia de mercado dinâmica, é preciso haver um desenvolvimento do terceiro nível, ou seja, da superestrutura propriamente capitalista. Assim, quando determinadas condições sociais, históricas e culturais não são verificadas, a superestrutura capitalista não consegue se desenvolver e se tornar o regulador da sociedade (1979, p. 289).

A análise de Braudel permite formular as seguintes observações: a lógica de mercado se constitui em um nível intermediário entre a vida material e o que ele define como capitalismo. Nesta perspectiva, o capitalismo se desenvolve quando ele consegue expandir a superestrutura, ou seja, quando ele consegue controlar as trocas de mercado e ampliar a lógica mercantil para o conjunto das atividades sociais. *A estrutura econômica resultante do sistema atual de DPI representa uma extensão da lógica capitalista para áreas sociais que pertenciam à vida material, no sentido definido por Braudel*.

As implicações são as seguintes:

i) O capitalismo não está diretamente ligado às atividades de produção material, ou seja, à produção de mercadorias, no sentido definido por Marx. Em outras palavras, *o capitalismo não é intrinsecamente industrial.*

ii) A teoria do valor trabalho, na sua versão ricardiana ou marxista, está diretamente ligada à fase industrial do capitalismo; na fase pré ou pós-industrial, ela não tem mais condições de explicar a produção e a distribuição do valor.

iii) Historicamente, o capitalismo pós-industrial é semelhante ao capitalismo pré-industrial: primazia das atividades altamente especulativas, internacionais e ligadas a finanças, controle do capitalismo especulativo sobre a economia de mercado e a produção material, e o fato de uma parte importante da produção escapar da lógica de mercado: todas as formas de produção ligadas à economia "solidária" e cooperativa que existem na economia digital.

iv) A fase atual do capitalismo pode ser definida a partir da existência do capital dinheiro que se valoriza a partir de uma lógica de apropriação privada; esta lógica não precisa estar diretamente ligada com a produção de mercadorias.

A concepção braudeliana permite afirmar que a fase atual do capitalismo se caracteriza pela extensão da moeda como equivalente geral. Trata-se de um sistema altamente capitalista à medida que (a) as atividades capitalistas dominaram a maior parte dos mercados, na base de uma informação assimétrica por natureza (b) a maior parte dos mercados deixa de ser concorrencial (c) no âmbito de uma lógica de globalização, as trocas são mundiais. Este capitalismo, na base de um sistema de DPI privado, se define a partir das modalidades de apropriação privada de um conhecimento produzido coletivamente.

O paradoxo é o seguinte: o desenvolvimento do capitalismo se explica pela extensão da lógica de mercado para áreas da produção social que, até hoje, não eram reguladas por lógicas mercantis. *Não obstante, este desenvolvimento se efetua fora a forma mercadoria*: por exemplo, numa perspectiva coasiana (Coase, 1960), existe um mercado no qual os direitos de poluição dos diferentes países são negociados.

2) *A modificação da natureza econômica dos bens*

2.1 *Os Bens públicos*

O desenvolvimento da era digital e das redes eletrônicas se traduziu por uma modificação da natureza econômica dos bens:

i) Na fase de industrialização, esses bens eram bens privados e bens sob tutela: bens privados pelo fato de serem trocados no mercado, e do consumo ser individual e depender diretamente de um preço de exclusão. No âmbito de uma lógica pigouviana, quando aparecem falhas de mercado, o Estado administra a produção e as modalidades de apropriação social desses bens, a partir de uma tutela. Esta tutela tem um duplo objetivo: (a) no âmbito de uma problemática ligada à doença dos custos de Baumol, financiar o déficit crescente provocado pela manutenção dessas atividades e (b) a partir de um jogo de subsídios (ou de taxas), aumentar (diminuir) o consumo desses bens pelo fato de diminuir (aumentar) o preço a ser pago pelo consumidor.

A dicotomia entre Estado e mercado é definida da seguinte maneira: os bens privados são trocados no mercado, enquanto os bens públicos são administrados pelos poderes públicos.

ii) As evoluções tecnológicas próprias à economia digital fazem com que os bens produzidos e distribuídos na rede tornem-se bens públicos, não excludentes e não rivais [11]. O paradoxo aparente se explica pelo fato desses bens serem produzidos e apropriados no âmbito de lógicas privadas, ou seja, de lógicas de mercado.

Os bens se tornaram complexos. Esta complexidade se manifesta do lado da oferta; as condições de apropriação não são totalmente controladas. Ela se manifesta igualmente do lado da demanda, à medida que a utilidade real só pode ser avaliada durante o consumo, e é o resultado da adequação entre os conhecimentos tácitos do consumidor e os conhecimentos codificados embutidos no bem. Este conceito de complexidade apresenta bastante semelhanças com o conceito de

especificidade dos ativos definido por Williamson (2002).
iii) Os bens e serviços tornam-se, igual e parcialmente, bens livres, pelo fato deles não serem mais escassos. A digitalização dos bens ligados à Cultura e à Informação destrói, parcial e progressivamente, esta escassez.

2.2 *Bens padrão e complexidade*

Implicitamente, a economia neoclássica se relaciona com *bens privados padrão*, os quais apresentam características particulares em relação à natureza do sistema de preços, à estrutura dos custos e à natureza dos Direitos de Propriedade.

A construção walrasiana parte da hipótese que os preços transmitem, gratuitamente, todas as informações necessárias para o consumidor. Esta hipótese é altamente contestável, e isto pelas seguintes razões:
(a) Isto só pode ser aplicado a bens homogêneos, cuja complexidade é obrigatoriamente limitada. De fato, conforme o mostrarei mais adiante, isto implica que os fatores de produção empregados sejam igualmente homogêneos.
(b) A Economia da Informação, da maneira como ele é concebida por Stiglitz (2003), mostra claramente que o sistema de preço fornece um sinal imperfeito (*noisy signal*). O risco moral e a seleção adversa ressaltam essas falhas do sistema de preços e permitem o desenvolvimento de comportamentos oportunistas (*free riding)* incompatíveis com o ótimo de Pareto.
(c) O sistema de preços não tem condições de fornecer informações confiáveis a respeito dos componentes qualitativos dos bens. Se isto se aplica a bens comuns (os carros de segunda mão, segundo Akerlof (1970)), este mecanismo é mais intensa quando se trata de bens de experiência. O postulado de homogeneidade não é verificado, e *existe uma incerteza forte no que diz respeito à qualidade*.

Um bem padrão se caracteriza igualmente pelo fato de seus custos marginais serem crescentes e os rendimentos de escala constantes; nessas condições, os produtores podem maximizar seu lucro, igualando custo e receita marginais. A partir do momento que os bens são indivisíveis, essas características não são verificadas: obrigatoriamente, os custos marginais não são crescentes, e os rendimentos de escala não são constantes, mas crescentes. É possível aplicar um sistema de DP eficiente às transações que se relacionam com esses bens padrão:
(a) Este sistema de DP é eficiente à medida que todas as modalidades de apropriação deste bem correspondem a um retorno para o produtor: *este bem padrão é perfeitamente divisível e não gera externalidades tecnológicas e/ou pecuniárias.*
(b) O sistema de DP é aplicável sem nenhum custo de transação (Barzel, 1997): (i) sua divisibilidade perfeita permite controlar todas suas modalidades de apropriação, e isto sem custos (ii) sua complexidade limitada é tal que o sistema de preços tem condições de fornecer informações completas e confiáveis (iii) a ausência de externalidades elimina a presença de comportamentos oportunistas.

Tendo em vista as especificidades econômicas dos bens imateriais, é possível concluir que a economia neoclássica não fornece os instrumentos adequados para estudar tais bens. Para a teoria neoclássica, a informação é assimilada a um bem padrão: os agentes compram informação até o custo marginal desta se igualar com sua receita (ou sua utilidade) marginal. As imperfeições da informação são assim integradas na matriz neoclássica. [12]Trata-se de uma concepção *unidimensional* da Informação: ela apresenta a mesma utilidade para os diferentes agentes, e é possível avaliar, ex-ante, esta utilidade.

Por outro lado, as análises neoclássicas partem da hipótese segundo a qual a informação é produzida em condições concorrenciais: custos marginais crescentes e rendimentos de escala constante, o que não é o caso (Grossman and Stiglitz, 1976). Os custos marginais são geralmente desprezíveis e os rendimentos de escala crescentes, conforme mostram todas as análises em termos de economia de redes.

Outras abordagens privilegiam o caráter multidimensional da informação (Arrow, 2000, Stiglitz, 2003): há uma utilidade

diferenciada da informação e não é possível determinar sua utilidade ex-ante. Isto é particularmente verificado quando se trata de bens de experiência.

Este conceito de complexidade é próximo àquele de *especificidade* dos ativos, no sentido definido por Williamson (2002): os contratos são incompletos e os custos de transação são positivos. Ao contrário, no que diz respeito aos bens padrão, os contratos são completos, os custos de transação nulos, e o sistema de DP plenamente eficiente, o que corresponde ao mecanismo de *self enforcement*.

2.3 *O ressurgimento do valor de uso: os bens de experiência*

Um bem de experiência se caracteriza pelo fato de sua utilidade só poder ser efetivamente conhecida durante o ato do consumo. Esses *bens são intrinsecamente heterogêneos*:

i) No caso dos bens de experiência, a informação se relaciona, simultaneamente, com os preços e com as qualidades. A quantidade de informação é menos importante quando esta se relaciona apenas com os diferentes preços, a qualidade sendo constante. A partir dos trabalhos de Grossman, Stiglitz e Salop (1976), é possível deduzir que as falhas do sistema de preços são ainda mais importantes quando a informação se relaciona, simultaneamente, com os preços e com as qualidades.

ii) O sistema de preço não fornece as informações que permitiriam maximizar a relação qualidade/preços. Assim, o consumidor não pode avaliar ex-ante, a utilidade do determinado bem. É preciso haver outros componentes para diminuir a incerteza relativa à avaliação destas utilidades: instituições, marcas (*brand-name*), *comunidades on line*, hoje, etc. *Esses componentes que se situam "fora" do mercado constituem os espaços sociais dentro dos quais se constrói a utilidade dos bens*. Esses espaços sociais cumprem o mesmo papel que os campos de produção na análise de Bourdieu (1977): é neles que se cria a utilidade social dos bens, ou seja, o capital simbólico necessário à valorização econômica ulterior. É neles que se formam as externalidades de demanda que serão internalizadas pelos diferentes produtores.

Esses espaços não são diretamente ligados a uma lógica mercantil; eles funcionam a partir de lógicas solidárias e cooperativas, no caso das diferentes comunidades *on line*, por exemplo. Contrariamente ao que afirmam certos discursos sociológicos ou antropológicos (Negri 2001), o desenvolvimento dessas formas não mercantis não pode ser interpretado como a destruição da lógica de mercado mas, ao contrário, como as formas institucionais que correspondem a essas novas modalidades de acumulação.

É assim possível afirmar que as especificidades econômicas e sociológicas das produções imateriais, e mais especificamente das produções culturais, se propagaram para a maior parte dos outros setores da economia.

3) *Heterogeneização dos bens e dos fatores de produção*

3.1 *O mecanismo de heterogeneização*

Está havendo uma heterogeneização dos diferentes componentes econômicos:

i) Do lado da demanda, o problema da avaliação dos componentes qualitativos e dos diferentes níveis de experiência dos consumidores, ressalta este caráter heterogêneo.

ii) Do lado da oferta, as diferentes formas de capital (e os diferentes bens) se valorizam a partir de suas especificidades. A partir das categorias construídas por Marx, isto significa que esses bens se valorizam a partir do trabalho concreto, e não do trabalho abstrato; consequentemente, esses bens não são mercadorias.

O sistema de Direitos de Propriedade Intelectual tem por objetivo proteger os trabalhos específicos e assegurar um retorno que corresponde à remuneração desses trabalhos; é por esta razão que o sistema de DP é mais complexo, e também menos eficiente, que aqueles aplicados na produção industrial; é por esta razão que os custos de transação relativos à implementação de tais direitos são muito mais elevados. No caso de bens padrão, o sistema de preços permite implementar, gratuitamente, e com uma eficiência total, o sistema de DP; no caso dos bens padrão, a remuneração do trabalho é assegurada a partir dos salários; trata-se da remuneração

de um trabalho homogêneo que produz bens "simples". No que diz respeito aos bens complexos, trata-se de uma economia rentista (Herscovici, Bolaño, 2005): trabalhos específicos são remunerados a partir das rendas de monopólio que o sistema de DP vigente permite auferir.

Por outro lado, o problema relativo à agregação de capitais altamente heterogêneos é o seguinte: é preciso expressar em uma mesma unidade esses capitais e esses trabalhos qualitativamente diferentes, ou seja, heterogêneos. A solução consiste em expressá-los em valor; no entanto, as abordagens tradicionais não têm condições de fornecer uma solução. Apesar de tentativas tímidas e limitadas para incorporar esses elementos qualitativos nos agregados [13], essas análises são incompletas e limitadas.

Quando há uma forte heterogeneizaçao dos fatores de produção (capital e trabalho), não faz sentido construir uma função de produção que tem a seguinte forma: Y = f (K, L), K sendo a quantidade de capital agregada e L a quantidade de trabalho. Em outros termos, é impossível agregar fatores de produção heterogêneos para deduzir o produto agregado. Não obstante, Baumol e Bowen (1966) utilizam tal procedimento quando eles analisam as Artes Cênicas, nos Estados Unidos. Eles constroem uma função de produção na qual a quantidade produzida depende da quantidade de trabalho utilizada (Y = f (L)). Se este procedimento permite realizar manipulações matemáticas, ele parte de pressupostos absurdos, de um ponto de vista sociológica e econômico: por natureza, nessas atividades, o trabalho e as produções resultantes são altamente diferenciados.

Da mesma maneira, o multiplicador keynesiano de investimento e de emprego só é explicativo quando ele se aplica a uma economia cujos fatores de produção são homogêneos. Nesta perspectiva, qualquer aumento da demanda não vai se traduzir pelo aumento da produção nem do volume de emprego, mas apenas pelo aumento das rendas auferidas por alguns produtores, aqueles que conseguiram acumular o capital simbólico. O mesmo tipo de observações se aplica nas modalidades concretas de cálculo da produtividade e, mais especificamente, da produtividade do trabalho. *Essas especificidades limitam o valor explicativo dos modelos de crescimento elaborados, obrigatoriamente, em nível macroeconômico.*

3.3 *Paradoxo de Solow versus crescimento endógeno?*

O paradoxo de Solow pode ser enunciado da seguinte maneira: os investimentos em Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) não se traduziram por um aumento das taxas de crescimento da produtividade do trabalho, nem por um aumento das taxas de crescimento do PIB. O modelo seminal de Solow (1956), na ausência de progresso técnico exógeno, leva as diferentes economias ao estado estacionário, com defasagens temporais. Isto se explica pelo fato da produtividade marginal do capital físico, ou seja, do capital tangível, ser decrescente.

Ao contrário, o modelo de crescimento endógeno de Romer (1990) mostra que o sistema produz, de maneira endógena, um crescimento econômico contínuo, e isto em função da produtividade marginal crescente do capital intangível; esta compensa a produtividade decrescente do capital tangível. Os resultados são totalmente diferentes daqueles apresentados por Solow: (a) existe um crescimento endógeno, o que significa que, em função do capital intangível, a taxa de crescimento é positiva (b) a produtividade crescente do capital intangível se explica a partir do caráter cumulativa da produção de conhecimento.

Apesar desses modelos apresentarem resultados contraditórios, eles utilizam um mesmo mecanismo: em nível agregado, o progresso técnico, seja ele exógeno o endógeno, se traduz por um aumento da produtividade do trabalho e, consequentemente, por um aumento do PIB per capita.

Os fatos estilizados desses vinte últimos anos ressaltam o contrário (Gordon 2000, Grilliches, 1994): apesar de uma intensificação do progresso técnico e de sua velocidade, está havendo uma diminuição das taxas de crescimento da produtividade do trabalho e do PIB per capita.

Podemos explicar esta ausência de correlação positiva a partir dos seguintes elementos: por um lado, existe uma imprecisão muito grande no que diz respeito aos instrumentos de medição utilizados pela contabilidade social; Grilliches (1974) avaliava o peso dos setores não mensuráveis a 70% do PIB nos Estados Unidos. Por outro lado, em função da socialização crescente da produção de conhecimento, é teoricamente impossível medir a produtividade unicamente ao nível setorial. Diante desses problemas, os dados empíricos hoje são altamente contestados e não permitem construir assim um critério de cientificidade para escolher entre esses modelos. *Esta ausência de correlação se explica principalmente pelo caráter heterogêneo dos bens e dos fatores de produção*; é apena a discussão teórica que tornará possível a escolha do modelo adequado.

OBSERVAÇÕES FINAIS

Em conclusão, é importante ressaltar os seguintes pontos: *as evoluções históricas mostram que as especificidades econômicas do setor cultural, especificidades essas que correspondiam às diferentes modalidades de industrialização da Cultura, se estenderam, hoje, para a maior parte das atividades econômicas*. Este capitalismo imaterial ligado às diferentes formas de capital intangível apresenta as mesmas características: valorização altamente aleatória, ausência de relação entre os custos e os preços, ausência de preços reguladores e dimensão especulativa. As "falhas" do sistema de preço de mercado tornam necessária a presença de fatores institucionais e de mecanismos de coordenação para os mercados poderem concretamente funcionar. Por outro lado, houve modificações importantes da natureza econômica dos bens, das estruturas de mercado e das formas de concorrência.

Finalmente, em função dessas observações preliminares, é preciso reavaliar o valor explicativo dos diferentes paradigmas econômicos, de suas hipóteses e dos modelos que eles permitem construir. Nesta perspectiva, a complexidade crescente dos bens, da maneira como eu defini este conceito, não é compatível com as matrizes teóricas oriundas da Economia Clássica, da Economia Neoclássica e mesmo do Keynesianismo: ao contrário, o paradigma ligado à Economia da Informação, como Stiglitz o define (2003), parece ser muito mais apropriado: ele incorpora esta compexidade e ressalta as falhas do modelo neoclássico diante deste tipo de economia (Herscovici, 2011(b)).

NOTAS

[1] Ver, por exemplo, Kloudova, 2008.

[2] A este respeito, da mesma maneira que vários economistas e sociólogos ressaltaram a existência de uma "fratura digital", e o fato dessas novas mídias serem, por natureza, excludentes. Hoje, à luz das evoluções recentes, voltei, em parte, sobre essas conclusões; esses erros de previsão se explicam a partir da falta de uma definição do modelo econômico estabilizado que caracteriza a economia digital, e das modificações relativas à natureza econômica desses bens.

[3] Trata-se da teoria do trabalho comandado de Adam Smith.

[4] Para uma análise detalhada desses modelos, ver Huet et ali (1978) e Herscovici (2008).

[5] Ver o conceito de paradoxo de Van Gogh (Herscovici, 2008).

[6] A marca pode ser concebida como um sinal de qualidade: se, por um lado, os produtos se tornam mais caros, devido a esses gastos em publicidade e propaganda, por outro, eles permitem diminuir, para os consumidores, os custos de busca (*search costs*) relativos a esta qualidade (Posner, 2005).

[7] É impossível, como o faz Sraffa (1960), identificar e quantificar os diferentes trabalhos datados. Por exemplo, é impossível quantificar todos os trabalhos necessários à produção de um programa informático, da invenção do sistema binário, cinco mil anos antes do Cristo, na Índia, até o trabalho dos engenheiros e dos programadores.

[8] O que Keynes (1980) define como a eficiência marginal do capital.

[9] Na Web, tecnológica e socialmente, existe uma abundância dos bens ligados à Cultura, à Informação e ao Conhecimento: são os diferentes sistemas de DPI privados que vão causar uma escassez relativa. O mesmo tipo de mecanismo pode ser observado no que concerne ao patenteamento dos processos biológicos e o sistema de DPI instituído pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual.

[10] Na teoria da renda diferencial de Ricardo (1982), a terra de melhor qualidade se torna objeto de propriedade privada quando ela se torna escassa: esta escassez das terras de melhor qualidade explica o aparecimento e o aumenta da renda da terra.

[11] A este respeito, ver as análises em termos de *commons* (Ostrom, 2000).

[12]A este respeito, ver Stigler (1961) e a teoria das expectativas racionais, por exemplo.

[13] Por exemplo, os preços hedônicos.

REFERÊNCIAS

Adorno Theodor W, A indústria cultural, 1987, *Comunicação e Indústria Cultural*, Gabriel Cohn org., São Paulo.

Alchian Armen A., Demsetz Harold, 1973, The Property Rights Paradigm*, the Journal of Economic History*, Vol. 3,n No 1, pp. 16-27.

Akerlof, G. (1970), "The Market for "Lemons": Qualitative Uncertainty and the Market Mechanism", *Quartely Journal of Economics*, Aug.1970, 89.

Attali, Jacques, 1977, *Bruits.Essai sur l´économie politique de la musique*, Presses Universitaires de France, paris.

Arrow, Keneth, 2000, L´économie de l´information: un exposé, in *Théorie de l´Information et des organisations,* Edité et présenté par Thierry Granger, Dunod, Paris.

Benjamin Walter, 1978, A Obra de Arte na Era de sua Reprodução, *Teoria da Cultura de Massa*, Luiz Costa Lima organizador, Paz e Terra, Rio de Janeiro.

Barzel Yoram, 1997, *Economic Analysis of Property Rights*, Cambridge University Press

Baumol W. 1967, "Macro-economics of unbalanced growth: the anatomy of urban crisis", *American Economic Review*, 6/1967.

Baumol W.J., Bowen W.G., 1966, *Performing Arts The Eeconomic Dilemna*, MIT Press, Cambridge.

Bourdieu, Pierre, 1977, La production de la croyance. Contribution à l´économie des biens symboliques, in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales, n. 13*, Editions de Minuit, Paris.

Braudel, Fernand, 1979, Civilisation matérielle, économie et capitalisme XVe-XVIIIème siècle. 2. Les jeux de l´échange, Armand Colin, Paris.

----------, 1985, *La dynamique du capitslisme*. Paris: Champs Flammarion.

Coase, Ronald H., 1960, The Problem of Social Cost, *Journal of Laws and Economics*

Galvan, Césare Guiseppe, 2001, *Moeda e Ciência. Ensaios sobre a teoria de Sohn-Rethel*, Centro de Esudos e Pesquisas Josué de Castro, Curso de Mestrado em Economia da Universidade Federal de Paraíba, Recife, 2001.

Gordon R., 2000, "Does the New Economy Measure up to the Great Innovations of the Past", *Journal of Economic Perspective*.

Griliches, Z., 1994. "Productivity, R&D, and the Data Constraint." *American Economic Review 84*, no. 1 (March): 1-23.

Grossman S.J. and Stiglitz J.E., 1976, "Information and Competitive Price system", *American Economic Review*, May 76, Vol.66 n.2

Habermas J. (1978), *Raison et légitimité. Problèmes de légitimation dans le capitalisme avancé*, Payot, Paris.

Herscovici, Alain, 1995, *Economia da Cultura e da Comunicação,* Fundação Ceciliano Abel de Almeida/UFES, Nov. 1995, Vitória.

----------, 2002, *Dinâmica Macroeconômica: uma interpretação a partir de Marx e de Keynes*. Vitória: Educ/Edufes.

----------, Information, qualité et prix : une analyse économique de l´internet et des réseaux d´échange d´archives. Congrès International *Online services ADIS/Université de Paris Sud*, Paris, décembre 2007.

----------, 2008, *Science économique et "paradoxe de Van Gogh": une contribution à l´analyse de l´économie numérique*, miméo, Vitória.

----------, 2010, *Progresso técnico, crescimento econômico e desindustrialização: a lógica kaldoriana revisitada à luz da "nova economia"*., apresentado no III Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira, FGV, São Paulo.

----------, 2011 (a), *Tragedy of Commons versus tragedy of anticommons? An analysis in term of Social Choices and Property Rights*.X Annual SERCI (Society for Economic Research on Copyright Issues) Congress (Bilbao-Spain.

----------, 2011 (b), *Imperfeições e assimetrias da Informação: a Economia da Informação de Stiglitz pode ser interpretada como um novo paradigma?* Mímeo, UFES/Vitória.

----------, 2013, Economia de redes, externalidades e estruturas de mercado: o conceito de concorrência qualitativa, *Revista Brasileira de Inovação, v. Vol12*, p. 87-125.

Herscovici A., Bolaño C. (2005), *A Crítica da Economia Política da Informação e do Conhecimento*, X Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de Economia Política, Campinas.

Huet, A.; Ion, J.; Miège, B.; Peron, R. 1978, *Capitalisme et industries culturelles*. Grenoble: PUG.

Katz M.L. and Shapiro C., "Network Externalities, Competition and Compatibility", in *American Economic Review*, Vol.75 n°3, 1985.

Keynes, John Maynard, 1990, , *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, Atlas, São Paulo.

Levi-Strauss C. (1987), *Race et Histoire*, Éditions Denoël, Paris.

Marx Karl, (1976) *Le Capital, Critique de l'économie politique*, Editions Sociales, Paris.

Musgrave, Richard. *Theory of Public Finance*. New York: McGraw Hill, 1959.

Negri A., Lazzarato M. (2001), *Trabalho imaterial*, DP&A Editora, Rio de Janeiro.

Nelson R., 2003, *Markets and the Scientific Commons,* WP, Columbia University.

Ostrom Elinor, 2000, *Private and Common Property Rights*, Workshop in Political Theory and Policy Analysis, Population and Environmental Change, Indiana University.

Pigou, A.C. (1932). The Economics of Welfare. London: Macmillan

Posner, Richard A., 2005, Intellectual Property : The Law and Economics Approach, *Journal of Economic Perspectives*-Volume 19, Number 2- Spring 2005- Pages 57-73.

Ricardo, David, 1982, *Princípios de Economia Política, 98, ppe Tributação*, Abril Cultural, São Paulo, 1982.

Romer, Paul, 1990, Endogenous Technological Change, The Journal of Political Economy, pp. S71-S102.

Salop, Steve, "Information and Monopolistic Competition", *American Economic Review*, Vol.66, n2, May 1976.

Samuelson Paul A., 1954, The pure Theory of Public Expenditure, *The Review of Economics and Satisitics*, Vol. 36, Issue 4, pp. 387-389

Smith, Adam, (1980), *Riqueza das Nações*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

Solow, Robert, 1956, "A contribution to the theory of economic growth", *Quartely Journl of Economics*, vol. 70, p 65-94.

Sraffa, P. 1960. *Production of Commodities by Means of Commodities*, Cambridge, Cambridge University Press.

Stigler, George, 1961, The Economics of Information *The Journal of Political Economy, Vol. 69, No. 3* (Jun., 1961), pp. 213-225 The University of Chicago Press.

Stiglitz Joseph E.,2003, Information and the Change in the Paradigm in Economics, Part 1, *American Economist*; Fall 2003, p.6-26.

Williamson, Oliver E, 2002, The Theory of the Firm as Governance Structure: From Choice to Contract, *Journal of Economic Prospective* – Volume 16, Number 3 - Summer 2002.

Wolton., Dominique, 2000, *Internet, et après?Une théorie critique des nouveaux medias*, Champs Flammarion, Paris.

O ICMS ECOLÓGICO COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA AMBIENTAL PARA O ESTADO DE MATO GROSSO

Pâmela Rodrigues Miranda
Mestre em Agronegócios e Desenvolvimento Regional,
Universidade Federal de Mato Grosso, Faculdade de Economia,
Professora do Instituto Federal de Mato Grosso
pammirandda@hotmail.com

Luiz Carlos dos Santos
Mestre em Administração Profissional, Organização, Gestão e Mudança,
Professora da Faculdade Católica Rainha da Paz
lulasantos@terra.com.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL NDIHR

INTRODUÇÃO

A exploração constante dos recursos naturais representa o cenário ambiental hoje existente. Como sabemos, o meio ambiente é fonte de vida para a humanidade, e é dele que provem todos os recursos necessários para a nossa sobrevivência. Sendo fundamental que os mesmos sejam utilizados de forma sustentável, evitando-se assim a degradação do meio ambiente. Neste contexto, surge a necessidade de criação de instrumentos capazes de reverter esse cenário, criando alternativas para um desenvolvimento economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente sustentável.

Assim, surge o ICMS ecológico, um instrumento que visa promover a conservação da biodiversidade e a preservação do meio ambiente. É o princípio protetor-recebedor, ou seja, o agente público ou privado recebe pela preservação de um bem natural. Portanto o ICMS ecológico tem o intuito de favorecer o agente envolvido, no caso os municípios, devido à preservação ambiental e a compensação financeira que é consequência de sua ação, estimulando assim, a sustentabilidade ambiental local.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Com a Revolução Industrial surgiram novas técnicas de produção e consumo que através das atividades humanas geram impactos negativos no meio ambiente. "Os anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial

foram marcados pela discussão a respeito do modelo de desenvolvimento e crescimento econômico predominante deste a Revolução Industrial" (CAMARGO, 2003, p. 65).

De acordo com May, Lustosa e Vinha (2003, p. 4), "com a Revolução Industrial, a capacidade da humanidade de intervir na natureza dá um novo salto colossal e que continua a aumentar sem cessar". Surgindo na década de 1980 o conceito de desenvolvimento sustentável, resultou de constantes debates em relação ao sistema de crescimento econômico existente na época. Esse novo modelo de crescimento econômico não se limitaria apenas à questão da degradação ambiental, mas visava também questões sociais, políticas e culturais. Sendo criado a partir do termo ecodesenvolvimento no início da década de 1970:

> Ele surgiu num contexto de controvérsia sobre as relações entre crescimento econômico e meio ambiente, exarcebada principalmente pela publicação do relatório Clube de Roma que pregava o crescimento zero como forma de evitar a catástrofe ambiental (May, Lustosa e Vinha 2003, p. 6).

"O ecodensevolvimento ganha importância, pois substitui o modelo de desenvolvimento existente relacionado à questão quantitativa, crescer ou não crescer, para a questão qualitativa do crescimento, tento como foco principal como crescer" (CAMARGO, 2003, p. 67). Para Cavalcanti, (2001, p. 33), o termo desenvolvimento sustentável ou ecodesenvolvimento "é o desenvolvimento que satisfaz às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades".

Dessa forma, para que haja desenvolvimento sustentável é necessário que a geração existente satisfaça suas necessidades de forma consciente, para que as gerações futuras também possam desfrutar de todos os recursos naturais necessários para também satisfazerem suas necessidades.

De acordo com Cavalcanti (2001), para que o desenvolvimento sustentável seja alcançado não é necessário que o crescimento econômico seja totalmente abandonado. É necessário que o crescimento e o desenvolvimento econômico existente sejam qualificados através da utilização dos recursos de forma eficaz e sustentável com o objetivo de preservar o meio ambiente. "Optar pela sustentabilidade quer dizer adotar uma orientação de se conservar mais capital natural para futuras gerações" (CAVALCANTI, 2001, p. 28).

O objetivo do desenvolvimento sustentável é encontrar um equilíbrio que satisfaça o crescimento econômico, sem que este degrade o meio ambiente na utilização dos recursos naturais que são necessários para o seu processo, ou seja, é encontrar um ponto de equilíbrio entre o crescimento econômico e a preservação dos recursos naturais. "É a gestão dos recursos planetários de forma que a qualidade e abundancia estejam asseguradas para as gerações futuras no longo prazo" (THOMAS *et al.* 2010, p. 24).

FALHAS DE MERCADO – EXTERNALIDADES

Os problemas ambientais não são capazes de se autorregularem, o mercado não consegue absorver esse problema e resolve-lo entre os agentes isoladamente. Isso ocorre por existem as chamadas falhas de mercado. Por que o mercado é incapaz de reagir à poluição ambiental, ou será que tem condições de fazê-lo? "A resposta mais imediata é que a poluição é uma falha de mercado que distorce o modelo clássico de mercado. [...] Entretanto, se a falha de mercado for identificada, os incentivos podem ser restaurados por meio de uma política ambiental" (THOMAS, *et al*. 2010, p. 65).

As falhas de mercado existem, por que o próprio mercado é ineficiente. Diante disto, podem-se considerar os problemas ambientais como falhas de mercado, sendo possível controlá-los através da teoria das externalidades. As mesmas são geradas através das ações dos agentes que não levam em consideração os

impactos dessas ações a outro grupo de agentes. Elas "surgem quando o consumo ou a produção de um bem gera efeitos adversos (ou benefícios) a outros consumidores/ou firmas, e estes não são compensados efetivamente no mercado, via o sistema de preços" (ALMEIDA, 1998, p. 27).

Segundo Avarte (*et al*. 2004), as externalidades são ações praticadas pelas empresas ou indivíduos que afetam positivamente ou negativamente, outro grupo de indivíduos ou empresas. Quando uma ação de um agente econômico afeta negativamente (prejuízos) outro, temos uma ação de externalidade negativa, ou seja, quando o custo social é maior ou igual ao custo privado, e externalidade positiva podemos definir quando a ação do agente econômico afeta positivamente (benefícios) outro agente. É quando o benefício social é maior que o benefício privado (AVARTE *et al*. 2004).

O problema do meio ambiente é um exemplo de externalidade negativa. Segundo Almeida (1998, p. 27), são necessárias duas condições para que isso ocorra:

1. A atividade de um agente poluidor causa uma perda de bem estar para outro;
2. Esta perda de bem-estar não é compensada (a vítima não recebe uma quantia equivalente em valor aos danos sofridos).

Esse tipo de externalidade ocorre porque o meio ambiente/recursos naturais é um bem público, onde nenhuma pessoa possui o direito de propriedade do meio ambiente. Sobre isso Almeida (1998, p. 27), relata: "Numa economia de livre mercado, como nenhum agente específico pode exigir direitos sobre o meio ambiente, este é um bem sem preço e não cabe qualquer compensação (monetária) pela sua danificação".

Diante disto, é necessária a intervenção do governo para poder internalizar as externalidades. Sobre isso Almeida (1998), conclui que para corrigir essa falha de mercado, mas especificamente as externalidades, é necessária a adoção de mecanismos de mercado/instrumentos econômicos que irão funcionar como incentivos econômicos, criando um "preço" da degradação ambiental, sendo está incorporada nos custos privados dos poluidores.

Uma vez reconhecida à falha do mercado/externalidade para evitar a degradação ambiental, o passo seguinte é escolher o meio mais eficaz e econômico, ou seja, um instrumento econômico que possua um custo mínimo para que os agentes poluidores levem em consideração os custos sociais da degradação ambiental praticados por eles, nos seus cálculos privados, corrigindo assim os prejuízos de suas ações (ALMEIDA, 1998).

Portanto, há a necessidade de criação de instrumentos que visem internalizar as externalidades ambientais, reduzindo assim a degradação ambiental e os custos gerados para a sociedade devido a essas falhas de mercado. Levando em consideração este contexto há necessidade de que o Governo venha a intervir nesse processo, na criação de instrumentos eficientes, que possam restringir as ações dos agentes econômicos.

O PAPEL DO GOVERNO NA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Devido à degradação do meio ambiente ser caracterizada como uma falha de mercado é necessário que o governo intervenha, criando mecanismos que visem à preservação do meio ambiente, garantindo para às gerações atuais e futuras um meio ambiente equilibrado. Segundo Cavalcanti (2001), o governo tem o papel de formular políticas que visem o desenvolvimento sustentável baseadas nos assuntos éticos em relação ao bem-estar das gerações atuais e futuras. O Brasil por ser um país em desenvolvimento "deve prestar mais atenção a princípios de adequada gestão de seus recursos naturais. Mais do que isso, o país tem de conceber formas de promover o bem-estar humano, sem aceitar que seu capital natural seja usado ou degradado como se valesse quase nada" (CAVALCANTI, 2001 p. 23).

Para se alcançar um desenvolvimento sustentável, é necessária a criação de políticas públicas eficientes, "políticas que

possam levar a uma melhoria real das condições de vida das pessoas pobres, sem perturbar funções ecossistêmicas essenciais" (CAVALCANTI, 2001, p. 25). Sobre isso, Almeida (1998, p. 39) enfatiza que sem a intervenção governamental, não há custos para o agente poluidor, que está gerando custos e prejuízos para outros agentes; ao agente poluidor não há custos por estar prejudicando outros agentes. Dessa forma, a intervenção governamental é essencial no gerenciamento desses custos, objeto de maximização do lucro dos agentes econômicos (agente poluidor), em seus custos privados.

Assim, a intervenção do governo para controlar as falhas de mercados se dá através de adoção de políticas ambientais. O governo deve adotar políticas que tenham como objetivo incluir os danos gerados pelos agentes econômicos em seus custos, ou beneficiar os setores que adotam medidas que reduzam a degradação ambiental, estimulando a sustentabilidade.

O ICMS ECOLÓGICO COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA AMBIENTAL

O ICMS ecológico foi criado com o objetivo de compensar financeiramente os municípios que tinham parte de suas atividades econômicas restritas em virtude da criação de áreas naturais protegidas, mas ao longo dos anos esse "instrumento legal transformou-se, na prática, numa poderosa ferramenta de incentivo à conservação da natureza nos municípios" (HEMPEL, 2007, p. 15).

Ribeiro (2008, p. 4), também expõe a origem do ICMS Ecológico, "No Brasil o ICMS Ecológico surgiu através da incumbência, prevista na CF/88, dos Estados protegerem e preservarem o meio ambiente, em consonância com a necessidade dos municípios de ampliarem suas receitas, debilitadas pela restrição do uso solo [...]".

O primeiro Estado no Brasil a adotar o ICMS ecológico foi o Paraná em 1991, pois alguns municípios do Estado sofriam limitações no desenvolvimento econômico devido a restrições na utilização de algumas áreas que possuíam mananciais de abastecimento de água para os municípios vizinhos. Hoje, vários estados já possuem o ICMS ecológico, o mesmo já foi implantado nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rondônia, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pernambuco, Acre, Amapá, Tocantins, Paraná, Rio de Janeiro, e Ceará, estando em discussão nos estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Pará, Paraíba, Santa Catarina, Sergipe e Rio Grande do Norte.

Hempel (2007), afirma que o ICMS ecológico possui duas funções essenciais: a função compensatória e a função incentivadora. A função compensatória visa beneficiar os municípios que possuem restrições de atividades em seus territórios decorrentes das unidades de conservação ou áreas com restrições de uso, o que limita os recursos advindo do ICMS, pois possuem menos atividades que geram a renda do ICMS tais como, comercio, indústria e serviços.

O ICMS ecológico pode ser considerado como um instrumento econômico que visa ampliar as condições para a preservação do meio ambiente, os municípios têm o direito de receber parte dos recursos financeiros arrecadados de impostos federais e estaduais, como por exemplo, o ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços que é um imposto estadual, onde parte da renda deste imposto é repassada para os municípios segundo leis estaduais.

A receita advinda do ICMS é dividida entre o Estado e municípios, onde 75% do total da arrecadação fica em poder do Estado e 25% para os municípios. Dessa forma, criou-se como um dos critérios para o repasse do ICMS, um mecanismo que reduz ou aumenta a participação dos municípios do total arrecadado, através de critérios para a preservação de unidades de conservação. Esse mecanismo visa recompensar financeiramente atividades econômicas que não degradem essas áreas, as unidades de conservação.

Para Ribeiro ([19--], p. 3) o ICMS ecológico é um instrumento que se refere ao princípio não poluidor-recebedor:

> a instauração desses programas nada mais é do que a aplicação do princípio não poluidor-recebedor, entendendo-se este como a situação em que o agente poluidor que deixa de poluir recebe um incentivo ou prêmio por essa atitude, diferenciando-se daqueles que ainda continuam a poluir o ambiente. Assim os limpos deixam de pagar os poluidores, caracterizando medida de justiça social e econômica (RIBEIRO, [19--], p. 3 *apud* UNIVAG, 2003, p. 101).

Pode-se definir o ICMS verde ou ecológico como um mecanismo que visa compensar financeiramente os municípios de acordo com as restrições ao uso do solo em áreas de mananciais, de preservação florestal e terras protegidas na forma de unidades de conservação ou terras indígenas. Os municípios recebem para preservar esses bem naturais.

O ICMS ecológico não se restringe apenas ao quesito ambiental, mas também visa à melhoria econômica dos municípios e ao incentivo para os municípios se dedicarem mais à gestão ambiental. O mesmo é um instrumento que visa estimular a preservação e proteção do meio ambiente local e, em contrapartida, oferece um benefício financeiro para os municípios devido às limitações do uso do solo que irão sofrer. Dessa forma, evita-se a perda do desenvolvimento econômico local, e há incentivo através das unidades de conservação de uso sustentável, a conservação da biodiversidade e a utilização de forma sustentável dos recursos naturais. Podendo assim ser considerado como um modelo de gestão ambiental entre os estados e municípios (ARRUDA, 2009).

De acordo com Arruda (2009, p. 33), "as experiências com o ICMS Ecológico têm demonstrado que se trata de uma medida positiva, principalmente em relação à conscientização sobre a conservação ambiental". Os municípios já conseguem perceber as unidades de conservação como uma oportunidade de gerar renda, e não como um empecilho ao desenvolvimento. A perspectiva de ampliar a receita advinda do ICMS Ecológico estimula os municípios a investir na conservação.

Observa-se que o ICMS Ecológico é instrumento econômico que possui a finalidade de tentar promover o desenvolvimento sustentável nos municípios, através das unidades de conservação e o incentivo financeiro que os municípios recebem por essa ação.

CUSTO DE OPORTUNIDADE

A teoria econômica procura evidenciar quais os custos embutidos a cada tomada de decisão do agente econômico. Diante disso, Vasconcellos (2002, p. 29) afirma que através da teoria econômica "procura-se mostrar que, dada à escassez de recursos, tudo tem um custo em economia, mesmo não envolvendo dispêndio financeiro", chamado de custo de oportunidade.

Sendo assim, Pindynk (2002) define o custo de oportunidade como "custos associados às oportunidades perdidas quando os recursos de uma empresa não são utilizados de forma que produza o maior valor possível". O custo de oportunidade é o grau de sacrifício que se faz ao tomar uma decisão em vez de outra, o quanto o agente irá perder ou ganhar ao tomar uma decisão que envolva duas ou mais variáveis.

> Todas as decisões econômicas apresentam certo custo de oportunidade, na medida em que representam escolha entre alternativas que se excluem mutuamente. O custo de oportunidade de uma decisão é definido como o valor da melhor alternativa que deixa de ser escolhida. Dessa forma, incorre-se em custo de oportunidade sempre que uma decisão é tomada sobre o uso de algum recurso disponível, (CLEMENTE; HEGACHI, 2000, p. 154).

É necessário quantificar quais os ganhos e quais as perdas nessa decisão. De acordo com o princípio do custo de oportunidade, "as alternativas de uso do meio ambiente deveriam ser ordenadas conforme o retorno social de cada uma. Então, a escolha da alternativa de maior retorno garantiria custo de oportunidade mínimo" (CLEMENTE; HEGACHI, 2000, p. 154).

Assim, quando se fala em destinar áreas de uma região para conservação ambiental deve se avaliar qual o custo inserido nessa tomada de decisão, ou seja, qual o custo de oportunidade em transformar essa área que poderia ser utilizada para alguma atividade produtiva, gerando emprego e renda para a região em uma área de conservação ambiental impedindo a criação de alguma atividade econômica nessa área, mas que irá gerar benefícios para o meio ambiente local e consequentemente um ambiente mais agradável para se viver.

ICMS – FONTE PRINCIPAL DA RECEITA DOS IMPOSTOS DO ESTADO

De acordo com o artigo 155 da Constituição da República Federativa do Brasil (1988), compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

- Impostos sobre Transmissão "causa mortis" e doação, de quaisquer bens ou direitos;
- Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transportes interestadual e intermunicipal e de comunicação;
- Imposto sobre propriedade de Veículos Automotores

O ICMS (Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e Comunicação) surgiu a partir do antigo ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias), onde o mesmo sofreu alterações devido a modificações na constituição de 1988. Diante dessas modificações o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias (ICM) passou a incorporar os serviços de transporte interestadual e intermunicipal de comunicação, passando a constituir o ICMS (HARADA, 2002). Sendo assim o ICMS é um imposto estadual que constitui grande fonte de renda para os municípios financiarem seus serviços.

De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil art.155, O ICMS incide sobre:

- Operações relativas à circulação de mercadorias, inclusive o fornecimento de alimentação e bebidas em bares, restaurantes e outros estabelecimentos similares;
- Prestações onerosas de serviços de comunicação, por qualquer meio, inclusive a geração, a emissão, a recepção, a transmissão, a retransmissão, a repetição e a ampliação de comunicação de qualquer natureza;
- Prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, por qualquer via, de pessoas, mercadorias ou valores;
- A entrada de mercadoria importada do exterior, por uma pessoa física ou jurídica, ainda quando se tratar de bem destinado a consumo ou produto permanente do estabelecimento;
- O serviço prestado no exterior ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior;

Não Incide sobre:

- Operações com livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão;
- Operações e prestações que destinem ao exterior mercadorias, inclusive produtos primários e produtos industrializados semielaborados, ou serviços;
- Operações interestaduais relativas à energia elétrica e petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, quando destinados à industrialização ou à comercialização;
- Operações com ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial.

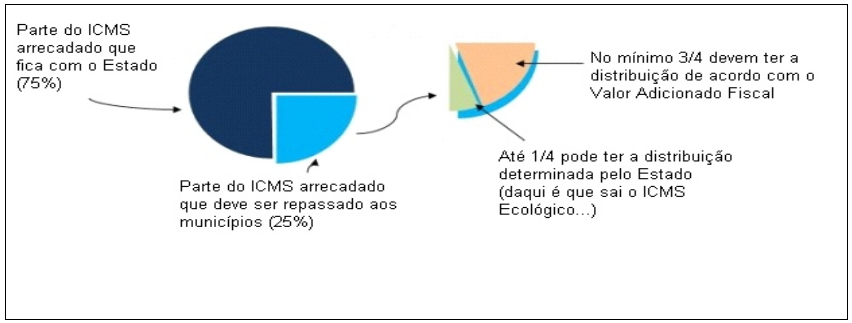
O ICMS é o principal imposto dentre os impostos estaduais, sendo de grande relevância na formação da receita do Estado, com a finalidade de suprir às necessidades administrativas, de investimentos e de pagamentos, financiamentos gerados, sendo de competência do Estado instituí-lo. Sendo também de grande importância para arrecadação de recursos para os municípios do Estado (RIBEIRO, 2008).

O ICMS é um "imposto indireto, de grande relevância, por ser o tributo que mais gera arrecadação para os Estados e Distrito Federal, além de ser responsável por parte significativa da receita tributária de muitos municípios brasileiros" (HEMPEL, 2007, p. 178). A Constituição Federativa do Brasil, artigo 158 especifica claramente a repartição do ICMS para os municípios. Pertencem aos municípios:

> Parágrafo IV vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.
> Parágrafo único. As parcelas de receita pertencentes aos Municípios, mencionadas no inciso IV, serão creditadas conforme os seguintes critérios:
> 1° § três quartos, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e nas Prestações de Serviços, realizadas em seus territórios.
> 2° § até um quarto, de acordo com o que dispuser lei estadual ou, no caso dos Territórios, lei federal (CONSTITUCIONAL FEDERAL, 1988).

Desta forma, a figura 3 demonstra a forma com que é distribuído o ICMS.

Figura 1 - Distribtuição conforme a Constituição Federal.



Fonte: Sema (2014).

A figura 1 demonstra que do total do ICMS arrecadado pelo Estado 75% fica com o mesmo e 25% é repassado para todos os municípios do estado. Sendo que esses 25% são divididos novamente em duas parcelas, uma de ¾ do valor (18,75%) segundo a arrecadação própria do município, ou seja, o valor adicionado que corresponde ao nível de atividade econômica do município, e a outra de ¼, (6,25%), cabendo ao estado delimitar os critérios para o repasse dessa porcentagem de acordo com as Leis Estaduais, podendo ser critérios, demográficos, geográficos, de saúde, educação, ambiental e outros.

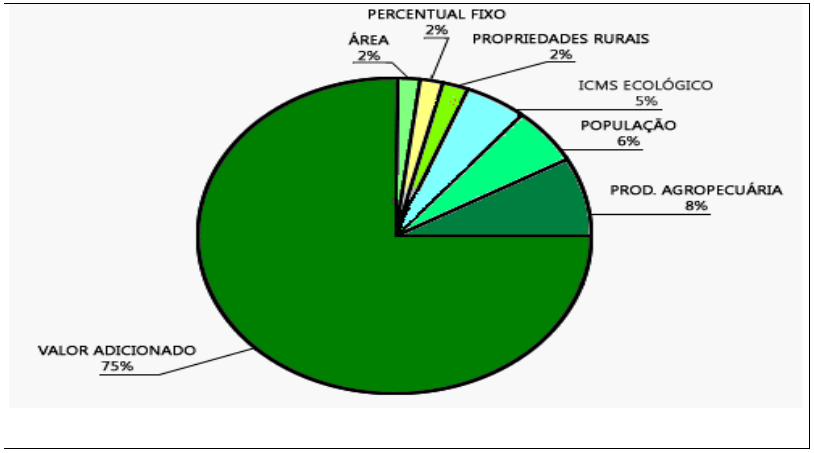
No entanto, o critério do valor adicionado faz com que os municípios ricos, que possuem maior atividade econômica tenham maior concentração de renda em relação aos municípios pobres, onde as atividades econômicas são pequenas. Sobre isso Rocco, afirma:

> A regra, no que se refere ao comprometimento dos ¾ dos recursos de acordo com o critério de valor adicionado se um município isoladamente é responsável por 10% da arrecadação do ICMS no Estado, ele terá direito de 10% do volume de recursos repassados "é concentradora de renda,

> pois prioriza o repasse dos recursos para os municípios mais ricos, o que faz aumentar sua concentração de riqueza e a distância entre municípios ricos e pobres" (ROCCO 2004, p. 27 apud HEMPEL, 2007, P. 183).

O ICMS ecológico é um critério ambiental no repasse do ICMS para os municípios e representa apenas um dos muitos itens que contribuem para que a arrecadação do imposto não seja benéfica somente para os municípios mais ricos, que geram um nível de atividade econômica elevada em relação aos municípios mais pobres.

Figura 2 - Exemplo hipotético dos critérios do repasse do ICMS.



Fonte: ICMS ecológico (2014).

A figura 2 representa um exemplo hipotético da distribuição do ICMS para os municípios, onde 75% do valor estão sendo repassados segundo as atividades econômicas ocorridas município, e os 25%, foram distribuídos nos critérios adotados pela Lei Estadual (área, percentual fixo, propriedades rurais, ICMS ecológico, população, propriedade agropecuária). Observa-se então, que o ICMS Ecológico surgiu através do critério ambiental como índice na repartição dos valores do ICMS a que os municípios têm direito.

O ICMS ECOLÓGICO NO ESTADO DE MATO GROSSO

Mato Grosso implantou o ICMS Ecológico no ano de 2000, sendo o sexto Estado a adotar este instrumento. O mesmo está fazendo a implementação de forma gradual, ou seja, num primeiro momento está sendo adotado apenas o critério quantitativo que leva em consideração as relações do tamanho em hectares (ha) e o fator de conservação das categorias das áreas protegidas contidas no município com a área (ha) do próprio município. Numa segunda etapa será adotado o critério qualitativo que visa à qualificação das unidades de conservação e os municípios que sofrerem, em suas unidades de conservação, graves danos ambientais sofrerão perdas no fator de conservação das mesmas, incluindo em perdas quanto ao repasse dos recursos (SEMA, 2014).

O ICMS ecológico foi implantado no Estado através da Lei Complementar Estadual nº 73, de 07 de dezembro de 2000 (modificada pela Lei Complementar Estadual nº 157 de 20.01.04) e regulamentado pelo Decreto nº 2758 de 16.07.01. Sendo a Secretaria de Estado de Meio Ambiente SEMA/MT responsável pela implantação e estabilização do ICMS Ecológico.

Diante disto, o Estado de Mato Grosso resolveu aplicar de acordo com a Lei Complementar Estadual nº 73/00 temas ambientais como um dos critérios para repasse dos seus 25% do ICMS, adotando assim o ICMS ecológico. De acordo com a Sema (2014), com a adoção do critério ambiental como índice de participação no repasse do recurso do ICMS para os municípios de Mato Grosso, a lei Complementar nº 073/00 inclui algumas normas para o cálculo desse repasse:

· Critério Unidades de Conservação/Territórios Indígenas

(UC/TI), pelo qual é distribuído 5% do ICMS pertencente aos municípios, a partir do primeiro ano de vigência;

· Critério Saneamento Ambiental, pelo qual serão distribuídos 2% do ICMS pertencentes aos municípios, a partir do terceiro exercício de sua vigência.

No entanto no dia 20 de janeiro de 2004, os critérios acima sofreram modificações através da lei Complementar n° 157 art.2°. De acordo com essa Lei o critério de Saneamento Básico fica extinto dos critérios de repasse do ICMS para os municípios, permanecendo o critério de unidades de Conservação/ territórios Indígenas – UC/TI

O Decreto Estadual N° 2.758, de 2001, art.1, § 1° define, as Unidades de Conservação como:

> espaço territorial, incluindo as águas jurisdicionais e seus componentes, com características naturais relevantes, de domínio público ou propriedade privada, legalmente instituída pelo Poder Público para a proteção da natureza, com objetivos e limites definidos e com regimes específicos de manejo e administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (SEMA, 2014).

Organizadas nas seguintes categorias de manejo: Reserva Biológica, Estação Ecológica, Parque, Monumento Natural, Refúgio da Vida Silvestre, Reserva Particular do Patrimônio Natural, Floresta Estadual, Reserva de Fauna, Terras Indígenas, Reserva Extrativista, Área de Relevante Interesse Ecológico, Área de Proteção Ambiental, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Estrada Parque e Área de Proteção ambiental (SEMA). Na lei Complementar N° 157, de 20 de Janeiro de 2004 art. 2, tendo em vista o que dispõe o art. 45 da Constituição Estadual, está descrito os cálculos de índice da participação dos municípios de Mato Grosso na arrecadação do ICMS, inclusive a porcentagem do ICMS ecológico:

Tabela 1 - Critérios e percentuais utilizados para rateio do ICMS a que os municípios têm direito no estado de mato Grosso – 2008

Critérios	Percentuais
Valor Adicionado	75,0%
Receita Tributaria Própria	4,0%
População	4,0%
Área do Município	1,0%
Coeficiente Social	11,0%
Unidade de Conservação/ Terra Indígena	5,0%

Fonte: Sema (2014).

De acordo com João (2004) apud Hampel (2007, p. 194) o "ICMS Ecológico no Mato Grosso beneficiou 78 municípios, mais da metade dos 139 existentes, logo no primeiro ano de implantação".

Através da adoção do ICMS Ecológico no Estado de Mato Grosso 78 (setenta e oito) municípios dos 141 (cento e quarenta e um) do estado foram beneficiados, no primeiro ano de implantação. Nos anos seguintes novos municípios foram adotando o sistema, em 2003 (Sorriso); em 2004 (Novo São Joaquim, Nova Canãa do Norte e Itiquira); em 2005 (Alto Paraguai, Nova Bandeirantes, Nova Maringá e Planalto da Serra) e em 2007, 86 (oitenta e seis) municípios implantaram o sistema, sendo beneficiados pelo mesmo.

Para alguns municípios o ICMS Ecológico é o principal critério de cálculo para composição dos Índices de Participação dos Municípios no ICMS, enquanto que para 55 (cinquenta e cinco) municípios, o ICMS não contribui atualmente quase nada em questão de recursos financeiros.

Tabela 2 - Contribuição do ICMS ecológico em porcentagem dos recursos proveniente do ICMS total repassado aos municípios.

Quantidade/ Municípios	Municípios	Porcentagem do ICMS Ecológico
18	Pedra Preta, Cláudia, Lucas do Rio Verde, Sinop, Sorriso, Itiquira, Nova Canaã do Norte, Jaciara, Várzea Grande, Campo Verde, Diamantino, Rondonópolis, Planalto da Serra, Alta Floresta, Água Boa, Cuiabá, Novo São Joaquim e Nova Xavantina	Menos de 1%
34	Nortelândia, Cáceres, Nova Bandeirantes, Barra do Bugres, Nova Maringá, Ribeirãozinho, Santa Rita do Trivelato, Bom Jesus do Araguaia, Alto Paraguai, Santo Antônio do Leverger, Alto Araguaia, Guiratinga, Alto Taquari, Campo Novo Parecis, Brasnorte, Porto Esperidião, Juara, Nossa Senhora do Livramento, Pontes e Lacerda, Poxoréo, Sapezal, Vila Bela da Santíssima Trindade, Barra do Garças, Confresa, Marcelândia, Santo Antônio do Leste, Nobres, Nova Ubiratã, Tangará da Serra, Canarana, Cocalinho, Guarantã do Norte, Ponte Branca, e Poconé	01 a 10%
12	Paranatinga, Barão de Melgaço, Matupá, Rosário Oeste, Colniza, Aripuanã, Chapada dos Guimarães, Nova Brasilândia, São Félix do Araguaia, Tesouro, São Jose do Xingu e General Carneiro	10,1 a 20%
8	Feliz Natal, Ribeirão Cascalheira, Luciara, Juina, Nova Lacerda, Querência, Cotriguaçu e Novo Mundo	20,1 a 30%
5	Santa Terezinha, Comodoro, Porto Estrela, Porto Alegre do Norte e Apiacás	30,1 a 40%
5	Peixoto de Azevedo, Campinápolis, Gaúcha do Norte, Rondolândia e Santa Cruz do Xingu	40,1 a 50%
2	Conquista D'oeste e Novo Santo Antônio	50,1 a 60%
2	Alto Boa Vista e Nova Nazaré	60,1 a 67%

Fonte: SEMA (2014).

Nota-se que para alguns municípios o ICMS ecológico não afeta quase em nada o repasse do ICMS, ou seja, o mesmo representa um índice muito baixo no que se refere à receita advinda da cota parte do ICMS. Mesmo assim, no período de 2002 a 2007 o ICMS ecológico distribuiu mais de 216 milhões de reais, para os municípios do estado de Mato Grosso que já o adotaram.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi a descritiva, que possui como característica apenas fazer uma análise descritiva do assunto a ser estudado, bem como suas propriedades ou relações existentes sobre o objeto de estudo, no nosso caso, o ICMS Ecológico.

Um dos métodos de procedimento a ser utilizado na pesquisa foi o método funcionalista. Este método foi utilizado para demonstrar que o ICMS ecológico pode ser uma alternativa viável para o desenvolvimento local sustentável, reduzindo o grau de degradação ambiental nos municípios.

A seguir serão analisados as técnicas e procedimentos que foram realizadas nas diversas fases da pesquisa através de instrumentos para a realização das mesmas.

1. **Levantamento Bibliográfico:** com o objetivo de dar consistência e embasamento teórico na pesquisa através de trabalhos científicos, documentos de órgãos públicos, revistas relacionados com o assunto da pesquisa;
2. **Pesquisa na internet:** pois é um instrumento de fácil acesso e que possuem dados e informações atualizadas de grande relevância para a pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se com o estudo, que o ICMS ecológico funciona como um instrumento de apoio para o desenvolvimento sustentável, pois, de acordo com a teoria, este não abrange somente a questão ambiental, mas possui como função, contribuir

com a dimensão social e econômica do Estado onde é implantado.

Observou-se também, que o mesmo é considerado um instrumento de captação de recurso financeiro, que tem por objetivo o financiamento das políticas públicas municipais com o intuito de almejar o bem estar da sociedade local, e não causa perdas econômicas para o Estado e municípios.

No entanto, é necessário analisar o custo de oportunidade em adotar áreas de preservação, para que não ocorram perdas econômicas, pois apesar do mesmo funcionar com uma fonte de recurso, talvez o impacto deste seja inferior, caso essas áreas tenham uma elevada capacidade de produção. Sendo necessário que essa análise, do custo de oportunidade, leve em consideração a questão ambiental, para que a mesma não seja anulada na análise.

Portanto o ICMS ecológico visa gerar recurso financeiro e contribuir para o meio ambiente, ou seja, como um instrumento de política ambiental para os estados e municípios.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luciana Togeira de Almeida. **Política Ambiental: Uma Análise Econômica.** 1ª. Ed. Campinas–SP; Editora Papirus, 1998.

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira.

ARRUDA, Victoria de Mello. **ICMS Ecológico Instrumento Econômico para a gestão Ambiental.** Dissertação de Especialização apresentado a Fundação Escola Superior de Ministério Público de Mato Grosso. Cuiabá: 2009.

AVARTE, Paulo Roberto *et al*. **Economia do Setor Público.** 8ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. **Desenvolvimento Sustentável: Dimensões e desafios.** 1ª Ed. Campinas–SP: Papirus, 2003.

CAVALCANTI, Clóvis. **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas.** 2ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CLEMENTE, Ademir & HIGACHI, Hermes Y. **Economia e Desenvolvimento Regional.** São Paulo: Atlas, 2000;

HARADA, Kiyoshi. **Direito Financeiro e Tributário.** 9ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HEMPEL, Wilca Barbosa. **ICMS Ecológico: Incentivo ao Crescimento Econômico Com Sustentabilidade Ambiental.** 1ª Ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2007.

ICMS ECOLÓGICO. **O ICMS Ecológico na Constituição Brasileira.** Disponível em: <http://www.icmsecologico.org.br/>. Acesso em: 20 de Junho de 2010.

MAY, Peter H.; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA; Valéria da. **Economia do Meio Ambiente: Teoria e Prática.** 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

PINDYCK, Robert. **Microeconomia** 5ª. Ed. São Paulo: Person Pretice Hall, 2002.

RIBEIRO, Vinicius Duarte. **ICMS Ecológico como Instrumento de Política Florestal.** 2008. Disponível em: <http://www.ciflorestas.com.br/arquivos/doc_icms_florestal_10484.pdf>. Acesso em: 22 de Junho de 2014.

SEMA – Secretaria do Estado de Meio Ambiente. **ICMS Ecológico Conservando a Biodiversidade Mato Grossense.** Disponível em: <http://www.sema.mt.gov.br/cuco/>. Acesso em: 20 de Junho de 2014.

SEMA – Secretaria do Estado de Meio Ambiente. **Relatório Sobre a Aplicação do ICMS Ecológico no Estado de Mato Grosso-Período 2002 a 2007**. Disponível em: <http://www.sema.mt.gov.br/cuco/>. Acesso em: 20 de Junho 2014.

THOMAS, Janete M. *et al*. **Economia Ambiental: fundamento, políticas e aplicações.** 1ª Ed. São Paulo: Cengoge Learning, 2006.

UNIVAG, Caderno de Publicações Univag: **Ambiente e Sociedade.** 1ª Ed. Várzea Grande: Univag – Centro Universitário, 2003.

VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval. **Economia Micro e Macro.** 3ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2002



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

**NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR**

(IN) EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DA COTONICULTURA NA REGIÃO DE CAMPO NOVO DO PARECIS

Álex Luna Prates
Economista (UFMT)
Mestrando em Agronegócios e Desenvolvimento Regional (UFMT)
alexprates_65@hotmail.com

Alexandre Magno de Melo Faria
Economista (UFMT), Doutor em Desenvolvimento Socioambiental (NAEA/UFPA)
Professor Adjunto IV da Faculdade de Economia da UFMT
dr.melofaria@gmail.com

RESUMO

O objetivo do artigo foi realizar a estimativa da eficiência energética da cotonicultura na região de Campo Novo do Parecis no período 2007-2011. O trabalho compreende os municípios mato-grossenses de Campo Novo do Parecis, Sapezal, Campos de Júlio, Brasnorte, São José do Rio Claro, Diamantino e Tangará da Serra. O referencial teórico utilizado se sustenta nas abordagens de Georgescu-Roegen e seus desdobramentos na linha da economia ecológica, argumentando que o processo econômico atrelado à revolução industrial é um grande gerador de entropia. A metodologia do trabalho se fundamentou nos fluxos de entrada e saída de energia, buscando estimar o balanço energético. A inserção de práticas de uso intensivo do solo, irrigação, monocultura, mutação genética de sementes e agroquímicos (fertilizantes e agrotóxicos), foram feitas sem observância de possíveis consequências. Os *inputs e outputs* são respectivamente, as entradas de energia responsáveis pelos insumos utilizados na análise, e o algodão colhido na forma de capulho. Com a divisão dos outputs pelos inputs obtêm-se o índice de eficiência energética. Em média nos quatro períodos analisados o índice de eficiência foi de 1,21. Os fatores observados indicam a dimensão de participação de cada insumo do sistema. O maior fornecedor de energia nesse sistema fica a cargo dos fertilizantes (54,5%) seguido pelos agrotóxicos (36,3%), juntos formando em torno de 90% de todos os *inputs* observados. Outros itens compõem os *inputs*, sendo os mais representativos o óleo diesel (5,3%), as sementes (2,3%), o maquinário (1%) e a mão de obra (0,4%). Pode-se observar o nível de entropia se elevando no agroecossistema cotonícola devido à tendência decrescente do índice de eficiência energética obtido. O sistema se mostra altamente dependente de energia oriunda de fonte industrial exógena e tendência de não se sustentar no médio-longo prazo.

Palavras-chave: cotonicultura, Campo Novo do Parecis, eficiência energética.

ABSTRACT

The objective was to achieve the estimated energetic efficiency of cotton crop in Campo Novo do Parecis region at 2007-2011. The work comprises data from the municipalities of Campo Novo do Parecis, Sapezal, Campos de Júlio Campos, Brasnorte, São José do Rio Claro, Diamantino and Tangara da Serra. The theoretical framework is based on the approaches of Georgescu-Roegen and its implications on the line of ecological economics, arguing that the economic process linked to the industrial revolution is a major generator of entropy. The methodology was based on the flows of energy, trying to estimate the energy balance. Entering practices intensive use of land, irrigation, monoculture, genetic mutation of seeds and agrochemicals (fertilizers and pesticides), were made without regard for possible consequences for environment. The inputs and outputs are respectively the energy inputs responsible for inputs used in the analysis, and the harvested cotton. By dividing outputs by the inputs we obtain the energy efficiency index. On average in the four periods analyzed the efficiency ratio was 1.21. The factors observed indicate the extent of participation of each input system. The largest supplier of energy in the system is the responsibility of fertilizers (54.5%) followed by pesticides (36.3%), together forming about 90% of all observed inputs. Other items composing the inputs being the most representative diesel oil (5.3%), seeds (2.3%), machinery (1%) and labor (0.4%). It can be observed the rising level of entropy in cotton crop due to a downward trend in energy efficiency index obtained. The system shows highly dependent on energy from exogenous industrial sources and tendency not sustain itself in the medium to long term.

Keywords: cotton crop, Campo Novo do Parecis, energetic efficiency.

INTRODUÇÃO

O consumo energético em sistemas de produção agrícola tem sido estudado como uma forma de identificar padrões de sustentabilidade (ALBUQUERQUE *et. al.*, 2007; BELTRÃO *et. al.*, 1993; CARVALHO *et.al.*, 2012; GAZZONI, FELICI e CORONATO, 2006; PIMENTEL *et.al.*, 1973; PIMENTEL e PATZEK, 2005; RAO *et.al.*, 1992; ROMERO, BUENO e ESPERANCINI, 2011; URQUIAGA, ALVES e BODDEY, 2004). Em geral, os sistemas produtivos muito intensivos apresentam altos *inputs* de energia conjugados com alta produtividade física e balanço energético negativo, enquanto que os sistemas de produção de subsistência ou menos intensivos tendem a ser mais positivos, com maior saída (*output)* do que entrada de energia (BOWMAN, 1980; HEITSCHMIDT, SHORT e GRINGS, 1996).

O balanço energético tem como objetivo identificar os fluxos de energia, registrando a entrada total, saída total e eficiência energética. Quantificam-se os insumos inseridos no processo produtivo que são transformados em unidades de energia. A estimativa dos balanços energéticos é uma importante ferramenta no monitoramento da agricultura, principalmente as fontes exauríveis de energia (BUENO, CAMPOS e CAMPOS, 2000; CAMPOS e CAMPOS, 2004), buscando perceber a capacidade de reprodução do sistema no longo prazo.

A avaliação da energia gerada nos processos agrícolas, independentemente se a produção seria utilizada para alimentação humana ou insumo industrial, permite verificar se o setor agrícola precisa de ajustamentos (CASTANHO FILHO e CHABARIBERY, 1983). A importância da análise do balanço energético é fornecer parâmetros necessários para mensurar, interpretar e subsidiar a tomada de decisões (COMITRE, 1993).

Em uma investigação seminal na produção de milho nos Estados Unidos, avaliando a relação (kcal produzida)/(kcal consumida), Pimentel et.al. (1973) verificaram um saldo de 3,7 na safra de 1945 contra 2,8 na safra de 1970. Embora a produtividade física da milhocultura tenha se expandido em aproximadamente 2,4 vezes,

entre as safras de 1945 e 1970, a média dos insumos energéticos utilizados elevou-se de 0,9 para 2,9 milhões de kcal por hectare (3,1 vezes).

A região de Campo Novo do Parecis se tornou estratégica no cenário mato-grossense pela força da agricultura presente naquele espaço. O predomínio de cultivos de soja, milho, algodão, arroz, cana-de-açúcar e pecuária, compõem a força motriz do cenário produtivo de Mato Grosso, bem como em Campo Novo do Parecis e região. A estrutura produtiva do estado é marcada pela existência de formas tradicionais e modernas de produção, prosperando a industrialização da agricultura1. Devido ao reordenamento do espaço agrícola, se encontram disseminadas no estado tanto a expansão das monoculturas, as quais são produzidas por grupos empresariais, quanto pequena produção familiar (DASSOW, 2010; MORENO, 2005).

A procura de soluções tecnológicas para a agricultura por produtores em busca de maior produtividade/lucratividade exclui etapas de análises de impactos ambientais que possam vir a ocorrer em detrimento às práticas adotadas no campo. A análise do balanço energético da cotonicultura na região de Campo Novo do Parecis pode identificar os pontos da estrutura a serem discutidos. Desta forma, o objetivo geral do trabalho é estimar a eficiência energética da cotonicultura da região de Campo Novo do Parecis. O trabalho contém três objetivos específicos, sendo o primeiro a caracterização da região em análise, dentro do cenário agrícola de Mato Grosso voltado para o cultivo do algodão. O segundo objetivo específico é realizar a estimativa do fluxo energético do sistema utilizado para o cultivo, *outputs/inputs* (saídas e entradas) e por fim, o terceiro é analisar os resultados encontrados, e comparar com outros resultados disponíveis na literatura.

ALGODÃO DE CAMPO NOVO DO PARECIS E REGIÃO

Em meados da década de 1960, chega ao Brasil um modelo de produção agrícola denominado "moderno" para atender os novos patamares de consumo que surgiam, forçando assim uma remodelagem do sistema tradicional de cultivo da terra (PEREIRA, 2007). A inserção de práticas de uso intensivo do solo, irrigação, monocultura, mutação genética de sementes e agroquímicos, foram feitas sem observância de possíveis consequências ao meio ambiente. Com a "revolução verde" se obteve um grande avanço na produtividade do campo, tornando o Brasil um grande ator no cenário agrícola mundial (FARIA 2003; FARIA 2012).

Na década de 1990 a cotonicultura inicia um processo de transformação estrutural, passando de uma escala baseada no minifúndio familiar para grandes propriedades rurais, processo facilitado pela crescente mecanização da produção. O apoio ao desenvolvimento do modelo era realizado por bancos e subsídios governamentais, dando impulsão à modernização da agricultura e trazendo consigo variadas mudanças no setor, dando destaque ao uso do agrotóxico e do fertilizante, com considerável aumento de sua utilização. Em Mato Grosso, a soja havia se estabelecido como cultura principal, mas buscava-se uma opção de rotação de cultura. A empresa Itamarati Norte, sediada em Campo Novo do Parecis, na figura de seu maior acionista Olacyr de Moraes, optou pelo cultivo do algodão por acreditar que a cultivar tinha grande potencial de acumulação de capital. Firmou-se em 1990 uma parceria da Itamarati Norte e a Embrapa, buscando selecionar cultivares de algodão adaptáveis às condições edafoclimáticas locais e à mecanização (FARIA 2012).

> A partir da segunda metade da década de 1990, houve uma forte reestruturação e a entrada de "empresários rurais" (capitalistas agrários) alterou o espaço produtivo deste ramo. Os pequenos e médios produtores da região tradicional (São Paulo, Paraná e alguns estados do Nordeste) abandonaram o setor e houve uma forte expansão da área de produção cotonícola por grandes e mega produtores, notadamente em regiões onde o relevo permitisse a disseminação do sistema de produção mecanizado em todas as fases do cultivo (FARIA 2012, p.21-22).

No cerrado mato-grossense, foi implantada a fase moderna do algodão com o desenvolvimento da primeira semente adaptada às condições regionais, a cultivar CNPA-ITA 90, através de pesquisas e experimentos. A produtividade apresentou-se satisfatória em relação aos elevados custos iniciais (ABRAPA, 2011; FARIA, 2012). Portanto, desde meados da década de 1990, em Campo Novo do Parecis e região o plantio de algodão é realizado totalmente de forma mecanizada adotando a forma semidireta. A estrutura do terreno é propícia à mecanização total do processo, desde o preparo do solo até a destruição de soqueiras.

> Esperava-se que a nova cultivar resolvesse o problema da produtividade da terra, elevando a produção de pluma por hectare a níveis compatíveis com a produtividade vigente nos principais espaços produtores. Substituindo trabalhadores por máquinas, a produtividade do trabalho poderia alcançar patamares compatíveis com a redução do valor por unidade de mercadoria produzida, garantindo capacidade de competir na esfera de circulação (FARIA, 2012, p.105).

A participação da região no cenário cotonícola mato-grossense ressalta a importância dos cuidados referentes às pragas que são recorrentes a cultura na região. A rotação de lavouras é uma das prática adotadas principalmente pela cultura da soja, de forma que são aproveitados nutrientes residuais do cultivo do algodão na área e redução de problemas fitossanitários. Ainda assim, algumas pragas que migram de uma cultura para outra, podem passar por um processo de mutação e se tornarem resistentes a alguns tipos de agrotóxicos em uso (FACUAL, 2006). Quanto mais esse processo se aprofunda, maior utilização de agroquímicos é necessária, elevando os custos e o aporte de energia ao sistema.

Como o cultivo do algodão por grandes empresário agrícolas em Mato Grosso ainda é considerado recente, a rentabilidade tem estimulado os agentes econômicos a fazer sucessivos plantios numa mesma área, gerando num médio/longo prazo perda de resistência do solo e da planta, diminuição da produtividade, tornando o custo de manutenção da lavoura mais oneroso. A necessidade da destruição das soqueiras do algodoeiro de forma mecanizada faz com que seja dificultado o plantio de forma direta, devido uma maior compactação do solo, dificultando assim a capacidade de absorção de água, abrindo o processo de erosão do solo (FACUAL, 2006). Quanto maior a perda de solo, maior a necessidade de recomposição de nutrientes com aplicação de fertilizantes, elevando os custos e a energia de entrada no sistema.

A Tabela 1 mostra a proporção entre as três culturas que ocupam a maior parte da área de lavoura de Mato Grosso. Observa-se o domínio da área utilizada para o plantio de soja com participação em média de 72% da área relacionada entre 2007 e 2011, contra média de 22% da área utilizada com plantação de milho e apenas 6% da área ocupada com algodão no mesmo período. No plantio de segunda safra, o milho e o algodão são concorrentes como opção de rotação com a soja. No período, somente a sojicultura apresentou ganhos expressivos em áreas de plantio, em aproximadamente um milhão de hectares entre 2007/2008 e 2010/2011.

Tabela 1. Comparativo de áreas plantadas (ha) e participação (%) das três principais culturas no estado de Mato Grosso entre 2007 e 2011.

Safra	Algodão		Milho		Soja		Total
	(ha)	%	(ha)	%	(ha)	%	(ha)
2007/08	541.800	6,7	1.834.600	22,8	5.675.000	70,5	8.051.400
2008/09	387.400	4,9	1.640.600	20,9	5.828.200	74,2	7.856.200
2009/10	428.100	5,0	1.990.100	23,0	6.224.500	72,0	8.642.700
2010/11	723.500	8,0	1.898.400	21,0	6.398.800	70,9	9.020.700

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados da CONAB (2012) e AMPA (2012).

A área de cotonicultura na região de Campo Novo do Parecis representou cerca de 32% da área total plantada de algodão em Mato Grosso no período entre 2007 e 2011, conforme Tabela 2. A importância da região no cultivo do algodão em Mato Grosso influencia o mercado nacional, já que o estado representa cerca de 50% da produção de algodão em todo o país. Desta forma, a área de produção de algodão da região de Campo Novo representa 16% da cotonicultura brasileira. A área plantada de algodão em Mato Grosso ocupou em média 520.217 hectares no período, cerca de 1% da área total do estado, de 90.345.457 hectares e aproximadamente 5% da área total utilizadas para lavoura em Mato Grosso, de 10.514.269 hectares (CONAB, 2012). Percebe-se que mesmo ocupando uma área relativamente reduzida de Mato Grosso, a manutenção de longo prazo desta cultura agrícola tem impactos econômicos relevantes ao nível local e nacional, visto a importância da produção de algodão naquele espaço.

Tabela 2. Área de algodão de Campo Novo dos Parecis e região e Mato Grosso: 2007 a 2011.

Safra	Campo Novo do Parecis e região (ha)	Mato Grosso (ha)	Participação da região no estado (%)
2007/08	171.323,10	541.800,40	31,62
2008/09	123.091,99	387.470,22	31,77
2009/10	141.696,68	428.100,23	33,10
2010/11	226.764,48	723.500,34	31,34

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de CONAB (2012) e AMPA (2012).

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Os conceitos de energia inseridos na economia foram feitos por Nicholas Georgescu-Roegen, considerado precursor da economia ecológica. A publicação de 1971 "The Entropy Law and the Economic Process" ligava a teoria econômica diretamente com a termodinâmica através da lei da entropia (segunda lei da termodinâmica). A abordagem que é realizada traz a ecologia para dentro do sistema econômico (CECHIN e VEIGA, 2010).

A energia que é utilizada para a produção dentro da economia é parte de um sistema fechado de energia presente no meio ambiente, energia esta que é organizada em diferentes níveis, de acordo com a sua utilização (GEORGESCU-ROEGEN, 2012). O papel da industrialização está em organizar esses níveis de energia, com a finalidade se obter um produto resultante da combinação de diversos insumos. A produção gera resíduos, estes resíduos constituem a perda de energia gerada pela cadeia (ou entropia), e para que haja nova produção nos mesmos patamares anteriores, é preciso a reparação da quantidade de energia presente na cadeia. A energia pode ser parcialmente reciclada pelo próprio sistema que gerou a entropia ou pode importar energia organizada de outros sistemas (CECHIN e VEIGA, 2010). A questão é que a Terra é um sistema fechado e o quantum de energia disponível é limitado, indicando que se há um balanço negativo em um sistema ele deve ser compensando com um balanço positivo de outro. No limite, se os balanços negativos se acumulam, não haveria sistema com balanço positivo para equilibrar toda a Biosfera. Desta forma, deve-se buscar minimizar a formação de entropia e de potencializar sistemas produtivos com balanço positivo.

Esses aspectos não eram considerados na abordagem convencional do processo produtivo. A economia era considerada sem a adição de efeitos causados pela ecologia e a deficiência gerada seria reparada pelo desenvolvimento tecnológico. Esse cenário segundo Cechin e Veiga (2010), traz consequências previsíveis, pois no momento em que se fizer necessário aumentar a produção, aumenta-se o capital, mas não se tem um número maior de fatores básicos de produção (elementos naturais), forma-se então uma barreira ao desenvolvimento, pois ignora os limites dos fatores naturais, em especial os energéticos.

A abordagem convencional da teoria econômica traz como substituível o recurso natural por semelhante manufaturado, tornando o bem ilimitado para uso. Para Georgescu-Roegen (2012), o único fator limitante do processo econômico é a natureza, considerando que o planeta Terra é um sistema fechado, e os recursos que são retirados do meio ambiente e transformados não podem ser reciclados totalmente, ou seja, parte da energia desprendida é dispersa de forma irreversível no meio ambiente. No ponto de escassez de tais recursos necessários para o sistema de produção, a economia passará por um processo necessariamente declinante por não se obter tais recursos necessários à manutenção dos patamares de produção. Antes de alcançar este ponto, poder-se-ia identificar os sistemas que precisam de ajustes e alterar o seu funcionamento considerando os limites biofísicos do planeta.

METODOLOGIA

Os dados de aplicação de insumos da cotonicultura da região de Campo Novo do Parecis foram fornecidos pela CONAB (2012) e AMPA (2012). Os dados de produção de algodão por município foram coletados no IBGE (2012). Os trabalhos de Rao *et.al*. (1992), Beltrão *et.al*. (1993), Romero, Bueno e Esperancini (2011), Albuquerque et. al. (2007a), Albuquerque *et. a*l. (2007b) e Carvalho *et.al*. (2012) foram utilizados em comparação com os resultados do presente trabalho.

Para obtenção dos *inputs* de energia foram considerados os índices calóricos constantes em Albuquerque et.al. (2007) das sementes de algodão, fertilizantes, inseticidas, herbicidas, fungicidas, mão de obra humana, consumo de diesel, dispêndio das máquinas movidas a motor (potência dividida em 100cv, 150cv, 160cv, 180cv e 225cv), abrangendo a totalidade das entradas de energia no sistema de cultivo. Em 20 de fevereiro de 2013 foi realizada uma entrevista com o Engenheiro Agrônomo Emílio Araújo Pereira, Técnico do IMA/MT (Instituto Mato-grossense de Algodão, braço técnico da Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão). As informações do agrônomo nortearam o entendimento da composição e inserção dos adjuvantes na mistura da calda de herbicidas, inseticidas e fungicidas.

Para a obtenção dos outputs de energia do cultivo, foi considerado o índice calórico do algodão colhido (composição do capulho do algodão com 36% de pluma, 58% caroço e 6% resíduos) de 2.436 kcal/Tonelada (CASTANHO FILHO e CHABARIBERY, 1983), desconsiderando a palhada, talos e folhas por não serem comercializáveis. Para o cálculo da eficiência energética foi utilizada a seguinte fórmula:

$$EE = \frac{OUT}{\sum_{i=1}^{8} IN}$$

onde,

EE = eficiência energética, em kcal;

OUT = saídas de energia da cotonicultura, em kcal;

$\sum_{i=1}^{8} \mathbf{IN}$ = somatório das *i* entradas de energia na cotonicultura, em kcal, dos oito insumos identificados.

Os *inputs* (**IN**) são as entradas de energia responsáveis pelos insumos utilizados na análise e os *outputs (***OUT***)* representam o algodão produzido, entre as safras de 2007/2008 e 2010/2011. A metodologia de análise da eficiência energética baseou-se nos trabalhos de Rao *et.al*. (1992), Schroll (1994), Romero, Bueno e Esperancini (2011), Facual (2006), Albuquerque *et. al*. (2007a), Albuquerque *et. al*. (2007b), Odum e Barrett (2008), Cechin e Veiga (2010) e Abrapa (2011). Os dados para a elaboração do balanço energético advêm de fontes secundárias, com o incremento de entrevista realizada com a finalidade de refinar o método de tratamento dos dados obtidos para a análise.

O coeficiente energético é uma importante ferramenta utilizada por vários pesquisadores como instrumento para estudos dos modelos que são adotados para a produção agrícola. A unidade de medida utilizada no trabalho foi quilocaloria (kcal) para se normalizar a mesma base de medida. Foi realizado somatório dos

valores energéticos de cada insumo utilizado no cultivo do algodão, que formam o coeficiente de entrada de energia no sistema. A distinção de cada insumo proporcionou que se observasse a participação de cada item e a possibilidade de destacar os fatores que causam maior impacto no contexto da cotonicultura.

O índice energético considerado como patamar de sustentabilidade da produção agrícola é dado por Schroll (1994). Schroll afirma que para cada unidade energética (kcal) que é inserida no sistema, é necessário que saiam duas unidades energéticas (kcal) para que o sistema produtivo seja considerado sustentável. A abordagem de Schroll indica uma relação de (**EE**) de no mínimo 2,00 para ser considerado um sistema sustentável do ponto de vista energético.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados da Tabela 3 demonstram o *quantum* de energia inserida no sistema cotonícola a partir da estrutura de aplicação de insumos. Foram necessários 7,5 milhões de kcal de energia por hectare para se produzir algodão dentro do paradigma tecnológico implantado na região. Como comparativo, Rao et.al. (1992) estimaram a necessidade de 10,4 milhões de kcal/hectare na cotonicultura de Hisar, no estado indiano de Haryana. Na cotonicultura de Nioaque/MS foram necessários 4,9 milhões de kcal/hectare e em Itaquiraí/MS foram 5,5 milhões de kcal/hectare, conforme Albuquerque *et.a*l. (2007a). Albuquerque *et.al.* (2007b) identificaram a necessidade de 13,4 milhões de kcal/hectare na cotonicultura de Naviraí/MS e de 19,0 milhões de kcal/hectare em Maracaju/MS. Romero, Bueno e Esperancini (2011) encontraram aporte de 12,3 milhões de kcal/hectare na cotonicultura de Leme/SP, além de uma inserção de 1,7 milhão de kcal/hectare na cotonicultura de San Juan, no Paraguai.

Percebe-se que a maior inserção de energia na cotonicultura da região de Campo Novo do Parecis encontra-se justamente na aplicação de fertilizantes e de inseticidas. O uso de fertilizantes está atrelado tanto à baixa composição de matéria orgânica no solo do Cerrado quanto a exaustão do solo pelas sucessivas safras. O uso de inseticidas refere-se à forte homogeneização do ambiente, com perda de complexidade biológica que favorece a proliferação de espécies que predam o algodoeiro. Em ambos os casos, os custos se elevam pela perda da *força produtiva da natureza*, que tencionam, mais ainda pela inserção crescente de energia exógena para equilibrar as contradições endógenas (FARIA e CAMPOS, 2012)

Além disso, percebe-se a reduzida necessidade de energia objetivada em trabalho humano, que apresenta a menor contribuição ao processo produtivo. Destaca-se que a cotonicultura se baseia mais em processos industriais e de fontes exógenas de energia do que em fontes endógenas à região, como o trabalho humano. No limite, a organização interna do processo de trabalho está mais atrelado a agentes econômicos forâneos do que ligações com o tecido social local.

Tabela 3. *Inputs* de energia da cotonicultura na região de Campo Novo do Parecis: 2007 a 2011.

Insumos	Unidade de medida	Quantidade utilizada	Kcal	Entrada de energia (kcal)
Mão-de-obra	dias/homem	64,8	500	32.400
Sementes	Quilo	42,0	4.200	176.400
Diesel	Litro	53,7	7.571	406.752
Maquinário	hora/máquina	7,7	4.322,7	82.149
Herbicida	Quilo	7,8	83.090	649.764
Inseticida	Quilo	27,9	74.300	2.069.924
Fungicida	Quilo	1,5	22.017	33.972
Fertilizante	Quilo	950,9	4.349	4.135.027
Total	-	-	-	**7.586.387**

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de CONAB (2012).

Na Tabela 4 estão apresentadas as participações relativas

de cada insumo na composição energética dos *inputs* da cotonicultura. As fontes renováveis de origem biológica representam apenas 2,76% do total das entradas de energia. Em destaque, as sementes compõem 2,33% e a força de trabalho humano apenas 0,43% do total. Chega a ser uma contradição que um sistema baseado na natureza utilize apenas 2,76% de suas fontes energéticas baseadas em fontes biológicas renováveis.

Em contraste, a cotonicultura depende mais de fontes fósseis, como o óleo diesel. Este ítem de insumo representa 5,36% das entradas de energia. Quanto mais se aprofunda os processos de mecanização, maior tende a ser a demanda deste insumo, que representa doze vezes mais *inputs* de energia do que a força de trabalho humana. Por fim, foi identificada uma grande dependência de insumos industriais, que representam 91,89% das fontes energéticas. Os fertilizantes representam 54,51%, os inseticidas 27,28% e os herbicidas outros 8,56%. Estes insumos representam o ápice da industrialização da agricultura (PEREIRA, 1995), pois buscam anular a formação de entropia no sistema. Os fertilizantes tentando contrarrestar a exaustão do solo e os inseticidas/herbicidas buscando controlar espécies predadoras ou competitivas. Quanto mais se desorganiza o sistema biofísico circundante, maiores serão os aportes externos de energia e maiores os custos de produção[2] (FARIA e CAMPOS, 2012).

Tabela 4. Participação dos inputs da cotonicultura na região de Campo Novo do Parecis: 2007-2011.

Insumos, Fonte	Entrada de energia (kcal)	%
Fonte Biológica	***208.800***	***2,76%***
Mão-de-obra	32.400	0,43%
Sementes	176.400	2,33%
Fonte Fóssil	***406.752***	***5,36%***
Diesel	406.752	5,36%
Fonte Industrial	***6.970.835***	***91,89%***
Maquinário	82.149	1,08%
Herbicida	649.764	8,56%
Inseticida	2.069.924	27,28%
Fungicida	33.972	0,45%
Fertilizante	4.135.027	54,51%
Total	**7.586.387**	**100%**

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de CONAB (2012).

Os dados da Tabela 5 demonstram o *quantum* de energia presente no sistema cotonícola após o processo de trabalho. A produtividade da cultura oscilou nas quatro safras analisadas, partindo de um output de 9,5 milhões de kcal/hectare em 2007/2008, passando por 9,9 milhões de kcal/hectare em 2008/2009, caindo a 8,5 milhões de kcal/hectare em 2009/2010 e chegando em 8,6 milhões de kcal/hectare na safra de 2010/2011. Como comparativo, Rao *et.al.* (1992) estimaram uma formação energética de 9,3 milhões de kcal/hectare na cotonicultura de Hisar, no estado indiano de Haryana. Na cotonicultura de Nioaque/MS foram gerados 5,4 milhões de kcal/hectare e em Itaquiraí/MS também foram 5,4 milhões de kcal/hectare, conforme Albuquerque *et.al*. (2007a). Albuquerque et.al. (2007b) identificaram a geração de 8,4 milhões de kcal/hectare na produção cotonícola de Naviraí/MS e de 8,0

milhões de kcal/hectare em Maracaju/MS. Romero, Bueno e Esperancini (2011) encontraram formação de 8,8 milhões de kcal/hectare na cotonicultura de Leme/SP, além de 5,2 milhões de kcal/hectare na cotonicultura de San Juan, no Paraguai.

Tabela 5. Produção de algodão e *outputs* de energia em Campo Novo do Parecis.

Safra	Produtividade (quilos)/hectare	Algodão (kcal)/quilo	Saída de energia (kcal)
2007/08	3.930	2.436	9.573.480
2008/09	4.065	2.436	9.902.340
2009/10	3.495	2.436	8.513.820
2010/11	3.540	2.436	8.623.440

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de CONAB (2012).

Com base na Tabela 6, observa-se o balanço energético da cotonicultura na região de Campo Novo do Parecis entre as safras de 2007/2008 e 2010/2011, com média de 1,21 no período[3]. O maior saldo ocorreu na safra 2008/2009, com uma eficiência energética positiva de 1,31, contra uma eficiência de 1,26 na safra 2007/2008. Percebe-se uma redução no balanço positivo nas safras seguintes, que reduziram a 1,12 em 2009/2010 e de 1,14 na safra de 2010/2011. Apesar de apresentar balanço decrescente em relação a 2008/2009 nas duas safras seguintes, não se pode afirmar estatisticamente em uma tendência de queda da eficiência energética. O que se pode afirmar é que os resultados estão abaixo do índice considerado sustentável (2,0 kcal de saída/entrada) por Schroll (1994). Com os *inputs* constantes nas quatro safras, o fator que está contribuindo com a redução do balanço energético é a contenção nas saídas de energia, em função da produtividade decrescente (conforme Tabela 5).

Tabela 6. Eficiência energética do sistema de cultivo em Campo Novo do Parecis: 2007 a 2011.

Safra	*Inputs*	*Outputs*	Eficiência energética (Kcal)
2007/08	7.586.387,18	9.573.480,00	1,26
2008/09	7.586.387,18	9.902.340,00	1,31
2009/10	7.586.387,18	8.513.820,00	1,12
2010/11	7.586.387,18	8.623.440,00	1,14

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de CONAB (2012).

A eficiência média da cotonicultura obtida nos quatro períodos analisados em Campo Novo do Parecis se assemelha com os resultados de Rao *et.al*. (1992), que analisaram a eficiência da produção de algodão em Hisar, no estado indiano de Haryana, com resultados de 0,89 de eficiência energética, descontando a formação de palhada. A irrigação consumiu cerca de 30% da energia de entrada, sendo que a mão de obra inseriu apenas 6% da energia no sistema produtivo indiano.

Beltrão *et.al*. (1993) constataram que a cotonicultura arbórea no Nordeste, com base em empreendimentos familiares, alcançou balanço energético positivo de 10,96. Tanto no algodoeiro arbóreo tradicional quanto no precoce, a eficiência energética é menor no primeiro ano do ciclo, com valores de 5,02 e 5,13 respectivamente. No algodoeiro arbóreo precoce a eficiência energética máxima ocorre no segundo e terceiro anos do ciclo, com média de 14,74. No algodoeiro arbóreo tradicional, de ciclo médio-longo, o balanço energético atingia 20,0 no quinto ano do ciclo, um dos maiores valores registrados na agricultura mundial à época. Percebe-se que o sistema cotonícola mato-grossense está em um patamar bastante baixo em relação à cotonicultura nordestina familiar da década de 1990.

Albuquerque *et.al*. (2007a) estimaram a eficiência energética da cotonicultura em sistema familiar nos municípios de Nioaque e

Itaquiraí, em Mato Grosso do Sul. Em Nioaque a eficiência foi de 1,10 e em Itaquiraí de 0,99, sendo a inserção de fertilizantes o principal insumo energético verificado. Albuquerque et. al. (2007b) avaliaram a eficiência energética da cotonicultura em Naviraí em Mato Grosso do Sul, com resultado negativo de 0,63. Os mesmos autores chegaram em uma eficiência energética de 0,42 na cotonicultura de Maracaju, em Mato Grosso do Sul. Para os autores, o uso intensivo de fertilizantes químicos comprometeu significativamente o saldo energético dos dois sistemas produtivos. A ctonicultura da região de Campo Novo do Parecis assemelha-se aos resultados encontrados em Mato Grosso do Sul.

Segundo o trabalho de Romero, Bueno e Esperancini (2011) em Leme, São Paulo, foi obtida uma eficiência energética de 0,71 na cotonicultura. No mesmo trabalho, os autores encontraram eficiência energética de 3,04 na cotonicultura de San Juan (Paraguai). A cotonicultura em Leme utiliza ampla mecanização, com maior utilização de óleo-diesel, inseticidas e fertilizantes. Na cotonicultura de San Juan, os insumos mais energéticos também são óleo-diesel e fertilizantes. Contudo, pode-se verificar grandes diferenças. O processo produtivo no Paraguai está mais próximo de um sistema familiar, enquanto no Brasil o processo produtivo se assemelha a um sistema típico de industrialização da agricultura. A participação energética da mão de obra em San Juan alcançou 4,88%, enquanto em leme foi de 0,25%.

Os resultados apresentados indicam sistemas heterogêneos em relação à eficiência energética. De acordo com o limite mínimo proposto por Scrholl (1994), apenas a cotonicultura nordestina da década de 1990 e a produção de algodão en San Juan no Paraguai apresentam-se patamar de sustentabilidade. Os demais sistemas precisariam de ajustes estruturais para manutenção de longo prazo. O maior responsável dos *inputs* de energia na cotonicultura na região de Campo Novo do Parecis fica a cargo dos agroquímicos utilizados.

Esse quadro indica a necessidade de refletir sobre o modelo produtivo estabelecido em Mato Grosso, com baixa alocação de trabalho e dependência exógena de energia, podendo potencializar tensões de médio e longo prazo que inviabilizem a produção regional em bases competitivas. O caos criativo (CASTELLS, 2000) que estruturou a cotonicultura atual em Mato Grosso, substituindo a antiga produção familiar pela atual baseada em empreendimentos capitalistas, precisa de ajustamentos e um *novo caos criativo* em direção a um processo mais próximo da sustentabilidade energética.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos em relação à cotonicultura na região de Campo Novo do Parecis apresentam uma eficiência energética em média de 1,21 no período 2007-2011, abaixo do que Schroll (1994) considera como índice tendencialmente sustentável de sistemas agrícolas de 2,00 kcal de saldo energético. Assim como a cotonicultura Mato Grosso do Sul apresentada por Albuquerque *et.al*. (2007a) e Albuquerque *et.al*. (2007b) se apresentam com índices abaixo da sustentabilidade. O trabalho apresentado por Romero, Bueno e Esperancini (2011) indica uma cotonicultura com balanço energético negativo em Leme, mas positivo em San Juan no Paraguai. Trabalhos mais antigos indicam produção com balanço positivo no Nordeste do Brasil (BELTRÃO *et.al.,* 1993) e negativo na Índia (RAO *et.al*., 1992).

Esse contraponto revela problemas estruturais no cultivo do algodão na região de Campo Novo do Parecis, que traz consigo uma grande dependência de insumos exógenos à região. Com o índice médio de 1,21 apresentado, caracteriza-se na cotonicultura local um nível de entropia que deve ser considerado nas decisões empresariais e de planejamento regional. Esse nível de desorganização endógena crescente pode impactar nos custos de produção da cotonicultura, conforme analisado por Faria e Campos (2012).

Os resultados obtidos mostram um sistema de cultivo insustentável e com necessidades de intervenção dos órgãos de plane-

jamento regional e do setor produtivo para que seja viabilizada a sua produção. A análise permite também a identificação da dependência de fertilizantes importados, sendo os maiores responsáveis pelos inputs energéticos do modelo cotonícola. Com a identificação dos principais fatores que causam a baixa eficiência energética do cultivo, permite-se a adoção de medidas de ajuste para manutenção de longo prazo das estruturas produtivas locais.

NOTAS

[1] Para detalhes do processo de industrialização da agricultura de Mato Grosso, ver Pereira (1995).

[2] A intensidade do uso do solo em culturas sequenciais como o algodão se mostra altamente dependente do uso de fertilizantes (NPK – nitrogênio, fósforo e potássio), e estes por sua vez são em grande parte importados de países como a Rússia, Israel, Marrocos e Ucrânia. Os dados do Ministério da Fazenda (2011) mostram que cerca de 62% dos fertilizantes utilizados no país são de origem exterior e apenas 38% são produzidos no Brasil. Mato Grosso é responsável pela maior parcela do consumo desses fertilizantes com aproximadamente 19% do que é comercializado do país. Este indicador mostra a fragilidade em que se encontra a cotonicultura na região de Campo Novo do Parecis pela dependência internacional em que se encontra. Uma variação brusca no mercado deste produto pode ocasionar baixa disponibilidade no mercado, uma vez que a exploração destes insumos exauríveis é restrita a alguns países.

[3]O cultivo da soja em Primavera do Leste, na região Sudeste de Mato Grosso, apresentou uma eficiência energética média de 1,01 no período de 2000 a 2010, conforme Carvalho et.al. (2012).

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE F.A.; BELTRÃO, N.E.M.; OLIVEIRA, J.M.C.; VALE, D.G.; SILVA, J.C.A.; CARTAXO, W.V. Balanço energético da cultura do algodão na pequena propriedade rural no cerrado de Mato Grosso do Sul. Uberlândia, ABRAPA, VI Congresso Brasileiro de Algodão, 2007a.

_____. Balanço energético de sistemas de produção de algodão no cerrado do Mato Grosso do Sul. Uberlândia, ABRAPA, VI Congresso Brasileiro de Algodão, 2007b.

ABRAPA (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE ALGODÃO). Algodão no cerrado do Brasil. FREIRE, E.C. (editor). Aparecida de Goiânia, Mundial Gráfica, 2011.

AMPA (ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS PRODUTORES DE ALGODÃO). Informações referente a área de plantio de algodão em Campo Novo dos Parecis e região, safras 2007-2011. Cuiabá, AMPA, 2012.

BELTRÃO, N.E. de M., AZEVEDO, D.M.P., NÓBREGA, L.B. da ; LACERDA, M.R.B. Estimativa da energia cultural na cotonicultura arbórea no nordeste brasileiro, comparando-se o mocó tradicional com o precoce. Campina Grande: Embrapa Algodão, 1993. (Boletim de Pesquisa, 29).

BOWMAN, J.C. Animais úteis ao homem. São Paulo: USP, 1980. (Coleção Temas de Biologia, 20).

BUENO, O.C.; CAMPOS, A.T.; CAMPOS, A.T. Balanço de energia e contabilização da radiação global: simulação e comparativo. In: AVANCES en Ingeniería Agrícola. Buenos Aires, Editorial Facultad de Agronomía, p.477-482, 2000.

CAMPOS, A.T.; CAMPOS, A.T. Balanços energéticos agropecuários: uma importante ferramenta como indicativo de sustentabilidade de agroecossistemas. Ciência Rural, Santa Maria, v.34, n.6, nov-dez, p.1977-1985, 2004.

CARVALHO, E. F. ; FARIA, A.M.M. ; DALLEMOLE, D. ; GOMES, V. M. . Estimativa dos Fluxos Energéticos da Produção de Soja em Primavera do Leste. Boletim da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, v. 29-31, p. 57-61, 2012.

CASTELLS, M. A Economia Informacional e o Processo de Globalização. In: A Sociedade em Rede. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTANHO FILHO, E.P.; CHABARIBERY, D. Perfil energético da agricultura paulista. Agricultura em São Paulo, São Paulo, v.30, tomos 1 e 2, p.63-115, 1983.

CECHIN, A.; VEIGA, J.E. Economia do Meio Ambiente: teoria e prática. Peter H. May (org.). Rio de Janeiro, Elsevier, 2010.

COMITRE, V. Avaliação energética e aspectos econômicos da filière soja na região de Ribeirão Preto-SP. 1993. 152f. Tese (Mestrado em Engenharia Agrícola/Planejamento Agropecuário) - Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas.

CONAB (COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO). Dados referentes a produtividade e área de plantada de algodão, soja, milho em Mato Grosso, 2007-2011. Fornecido em mídia pela GECUP/CONAB, em 30 de março de 2012.

DASSOW, C. Crescimento Econômico Municipal em Mato Grosso: uma análise de auto correlação espacial. 130f. Dissertação (Mestrado, em Agronegócio e Desenvolvimento Regional), Cuiabá, UFMT, 2010.

FARIA, A.M.M. A Expansão da Cotonicultura em Mato Grosso na Década de 1990: um caso paradigmático de desenvolvimento endógeno. 143f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido), Belém, UFPA/NAEA, 2003.

_____. Destramando o tecido do desenvolvimento. Cuiabá, EdUFMT, 2012.

FARIA, A.M.M.; CAMPOS, I. Custos Ecológicos: dilemas da cotonicultura em Mato Grosso. Revista Iberoamericana de Economía Ecológica, v. 19, p. 42-53, 2012.

FACUAL (FUNDO DE APOIO À CULTURA DO ALGODÃO). Algodão: pesquisas e resultados para o campo/ Fundo de apoio à cultura do algodão (editor); Edina Moresco (organizador). Cuiabá, FACUAL, 2006.

GAZZONI, D.L., FELICI, H.N.P.; CORONATO, R.M.S. Balanço energético das culturas de soja e girassol para produção de biodiesel. [S.l.: s.n.], 2006.

GEORGESCU-ROEGEN, N. O decrescimento: entropia, ecologia, economia. São Paulo, Editora Senac São Paulo, 2012.

HEITSCHMIDT, R.K.; SHORT, R.E.; GRINGS, E.E. Ecosystems, sustainability, and animal agriculture. Journal of Animal Science, v. 74, p. 1395-1405, 1996.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – LSPA. Mauro André Ratzsch de Andreazzi. Rio de Janeiro, IBGE, 2012.

_____. IBGE CIDADES: Campo Novo do Parecis. Disponível em: http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=510263&search=matogrosso | campo-novo-do-parecis. Acessado em: 10/10/2014.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Panorama do mercado de fertilizantes. Brasília, Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE, 2011.

MORENO, G. Políticas e Estratégias de Ocupação. In: MORENO, G., HIGA, T.C.S. Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente. Cuiabá, Entrelinhas, 2005.

ODUM, E. P.; BARRET, G. W. Fundamentos de Ecologia. São Paulo, Cengage Learning, 2008.

PEREIRA, B.D. Industrialização da Agricultura de Mato Grosso. Cuiabá, EdUFMT, 1995.

_____. Mato Grosso: principais eixos viários e a modernização da agricultura. Cuiabá, EdUFMT, 2007.

PIMENTEL, D.; HURD, L.D.; BELLOTTI, A.C.; FORSTER, M.J.; OKA, I.N.; SHOLES, O.D.; WHITMAN, R.J. Food production and the energy crises. Science, New Series, N.Y. (USA), v.182, n.4111, p.443-449, nov.2, 1973.

PIMENTEL, D.; PATZEK, T.W. Ethanol production using corn, switchgrass, and wood; biodiesel
production using soybean and sunflower. Natural Resources Research, v.14, n.1, p.65-76, 2005.

RAO, A.R.; NEHRA, D.S.; SINGH, D.P.; KAIRON, M.S. Energetics of cotton agronomy. Energy, vol.17, n.5, pp.493-497, 1992.

ROMERO, M.G.C., BUENO, O.C.; ESPERANCINI, M.S.T. Análise energética e econômica da cultura de algodão em sistemas agrícolas familiares. Revista Energia na Agricultura, Botucatu, v.26, n.3, p.98-117, 2011.

SCHROLL, H. Energy-flow and ecological sustainability in Danish agriculture. Agriculture, Ecosystems and Environment, v.5, p.301-310, 1994.

URQUIAGA, S., ALVES, B.J.R.; BODDEY, R.M. Produção de biocombustíveis: a questão do balanço energético. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE MAMONA, 1., 2006, Sergipe. Anais... Campina Grande, Embrapa Algodão, 2006.



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

ANÁLISE DOS EFEITOS DA PRODUÇÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO CENTRO-OESTE E SUDESTE DO BRASIL

Michele Jackeline Andressa Rosa
Universidade Estadual de Mato Grosso,
Mestre em Agronegócio e Desenvolvimento Regional pela
Universidade Federal de Mato Grosso, professora substituta da
faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, UNEMAT
mimiandressa@hotmail.com.

Arturo Alejandro Zavala Zavala
Universidade Federal de Mato Grosso, doutor em Estatística – USP,
professor adjunto e diretor adjunto da Faculdade de Economia - Campus UFMT
arturoz@ufmt.br

RESUMO

Este artigo teve como objetivo analisar os efeitos da produção da lavoura de cana-de-açúcar, sobre a produção agrícola das regiões Centro-Oeste e Sudeste do Brasil, no período de 2001 a 2012, utilizando como instrumentos de análise o modelo de decomposição Shift-Share que permite decompor as fontes de crescimento nos efeitos área, rendimento, outros efeitos, a fim de encontrar os fatores responsáveis pelo crescimento ou queda da produção. As alterações na área cultivada por sua vez foram subdivididas em efeito escala e substituição das culturas analisadas. Os dados utilizados foram do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, da pesquisa da Produção Agrícola Municipal das lavouras temporárias e permanentes. As culturas selecionadas foram arroz, algodão, cana-de-açúcar, café, feijão, mandioca, milho e soja, sendo esta as principais culturas brasileiras. Os resultados obtidos demonstraram que a expansão da lavoura de cana-de-açúcar, cresceu sobre as lavouras de culturas alimentares, ou seja, principalmente pela substituição por terras de outras culturas menos rentáveis.

Palavras-chave: Setor Sucroalcooleiro; Produção Agrícola; Modernização.

ABSTRACT

This article aims to analyze the effects of crop production of cane sugar, on the agricultural production of the regions Midwest and Southeast of Brazil, in the period 2001-2012, using as tools for analyzing the Shift-Share Model Decomposition which allows to decompose the sources of growth in the effects area, yield, other effects, in order to find the factors responsible for the increase or decrease in production. Changes in cultivated area in turn were subdivided into scale effect and substitution of crops analyzed. The data used were from the Brazilian Institute of Geography and Statistics, research Municipal Agricultural Production of temporary and permanent crops. The selected crops were crops of rice, cotton, sugar cane, coffee, beans, cassava, maize and soybeans, this being the main Brazilian crops. The results showed that the expansion of cultivation of sugar cane, grown on plantations of food crops, ie mainly by substituting the lands of other less profitable crops.

Keywords: Ethanol; Agricultural Production; Modernization.

INTRODUÇÃO

Os biocombustíveis têm ganhado notoriedade dentro do território nacional, e têm grande expressividade internacional. Devido à discussão que se faz atualmente sobre as fontes renováveis, juntamente com a questão ambiental, o etanol e o biodiesel tornaram-se um aliado "forte" a esta luta, visto que os dois não agridem o meio ambiente.

Atualmente o Brasil vem sendo o maior produtor mundial de bicombustíveis, principalmente de etanol de cana-de-açúcar, desde que o Governo Brasileiro lançou o programa Proálcool, com o seu fortalecimento nos anos 1990, oferecendo suporte ao setor, através da combinação de regulação de mercados e incentivos fiscais, sendo também considerado como potencial concorrente no setor, visto que tem um baixo custo na produção (MELO e LIMA, 2009).

Com a descoberta de fontes renováveis como uma alternativa de fontes energéticas que não agridem o meio ambiente há alguns fatores econômicos que influenciam na tomada de decisão no uso deste recurso, como o alto preço do petróleo e a oferta de combustíveis fósseis (MELO e LIMA, 2009).

Andrade e Veríssimo (2011) ainda ressaltam que o etanol passou a ser observado como uma alternativa viável para diminuir a dependência da economia brasileira com relação aos combustíveis fósseis (fontes energéticas não renováveis), associado à discussão sobre os problemas ambientais. Diante disso, estudos em torno da reestruturação energética vêm ganhando espaço dentro do cenário brasileiro, bem como no internacional.

Diversos estudos foram desenvolvidos sobre as regras de formação de preços do etanol e suas correlações e relações de causalidade com diversas outras variáveis do setor sucroalcooleiro e do setor petrolífero, recentemente estudos vem também procurando mensurar impactos econômicos e sociais associados à expansão dos biocombustíveis em relação às culturas alimentares.

A escolha do tema deve-se à crescente preocupação com os problemas relacionados à expansão das monoculturas para a produção de bioenergia, sendo que a produção de biocombustíveis tem seus efeitos benéficos e maléficos nas questões econômicas, ambientais e socias.

Os impactos benéficos gerados pela expansão dos biocombustíveis, podem se destacar por ser uma fonte renovável, que contribui para preservação do meio ambiente, reduz a dependência de fontes de origem fóssil; ganho de competitividade no setor sucroalcooleiro mundial; aumento de emprego; aumentos da possibilidade no desenvolvimento local e utilização de tecnologia totalmente nacional (ORTEGA FILHO, 2003).

Porém, os malefícios do crescimento deste setor são: concentração de terra e renda nas mãos de latifundiários; pressão sobre

o aumento do preço da terra; expansão da monocultura destinada para a produção de biocombustíveis, afetando a produção e preço de culturas alimentares dentre outros; problemas ambientais com a expansão das plantações de cana-de-açúcar, como perda de nutrientes do solo, erosão, desmatamentos, etc. (ANDRADE e VERISSIMO, 2011).

O desenvolvimento desta e de novas pesquisas, auxiliarão na implantação de políticas de longo prazo, e na criação de mecanismos de estímulos em novas áreas e na geração de tecnologia para aumento da produtividade dos alimentos, para que ocorra o equilíbrio na produção de matéria-prima destinada à produção de biocombustíveis e para produção de alimentos, pois a produção de biocombustíveis e segurança alimentar, têm sido amplamente discutidas no Brasil e no mundo, sendo que a expansão da produção de etanol tem aspectos positivos com relação às questões ambientais, econômicas e geopolíticas e também efeito inverso, sendo que à expansão do cultivo de cana-de-açúcar para a produção do etanol, ocasiona o aumento do preço do açúcar e dos alimentos. Considerando todos esses aspectos, tem-se o seguinte problema: Quais os efeitos da produção da cana-de-açúcar sobre a produção agrícola das regiões Sudeste e Centro-Oeste do Brasil?

Como hipótese principal do estudo, pressupõe que a expansão da lavoura de cana-de-açúcar vem crescendo sobre as lavouras de produtos agrícolas, reduzindo a produção destas culturas.

O objetivo deste estudo é analisar os efeitos da produção da lavoura de cana-de-açúcar sobre a produção agrícola das regiões Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, no período de 2001 a 2012. Especificamente, identificar as regiões produtoras do setor sucroalcooleiro, quantidade produzida e a área plantada no Brasil, e por fim verificar os efeitos da expansão da monocultura da cana-de-açúcar, sobre a produção das demais culturas, buscado aferir as mudanças ocorridas na composição da produção agrícola das regiões Centro-Oeste e Sudeste do Brasil.

Este trabalho está dividido em quatro seções. Após esta introdução, a segunda seção evidencia a base teórica que norteia o desenvolvimento desta pesquisa, a terceira seção contém a metodologia, com os métodos da pesquisa, por fim na quarta seção mostra os principais resultados e discussões da pesquisa, diante da hipótese base da pesquisa e dos objetivos.

REVISÃO DE LITERATURA

Esta seção apresenta discussão a partir de diversos autores que tratam sobre o tema da pesquisa. Contemplando as definições e conceitos básicos do papel da agricultura na economia e seu processo de modernização.

MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

A pesquisa de Hayami e Ruttan (1971) demostrou a importância dos ganhos de produtividade total de fatores, como fonte de crescimento para a agricultura, colocando-a como uma ferramenta de desenvolvimento que deve vir acompanhada do uso de tecnologia, gerando assim o aumento da produtividade agrícola, que é uma forma de estimular o desenvolvimento, não só da agricultura, mas também de vários setores da economia, gerando assim excedente de produção agrícola.

Entender o processo de modernização, ou seja, de mudança econômica, social e política, em que as estruturas tradicionais de produção são supridas por meio de produção mais desenvolvida, é de extrema relevância. Assim, este processo visa realocar os fatores de produção de maneira que a produtividade seja elevada. No entanto, a modernização da agricultura segue o padrão capitalista e "tende a criar o que é conhecido como a 'industrialização da agricultura" (BITTENCOURT, GOMES, CAMPOS, 2012, p.4).

Assim, Timmer (1988) afirma que o processo de transformação agrícola aumenta a produtividade agrícola por trabalhador. Este aumento da produtividade cria um excedente, que pode ser

aproveitado diretamente, através da tributação e fator de fluxos, ou indiretamente, através da intervenção do governo em termos de comércio rural-urbano. Este excedente pode ser utilizado para desenvolver o não-agrícola, e este tem sido o foco da maioria dos modelos dual da economia de desenvolvimento.

O processo de modernização da agricultura brasileira deu-se a partir da década de 1960, quando o Estado passou a incentivar o desenvolvimento do setor, mediante estímulos para o aumento da produtividade. Portanto, o desenvolvimento agrícola no Brasil está diretamente vinculado às políticas agrícolas, que deram uma direção ao resto da economia.

O setor agrícola brasileiro desempenha papel de extrema relevância para a economia, pois esta influencia diretamente no saldo da balança comercial, alcançando o superávit, bem como a geração de emprego e as atividades ligadas à agricultura tiveram grande produção, tornando a economia mais dinâmica. Portanto, o desenvolvimento da agroindústria brasileira veio por contribuir com duas funções na economia: primeiro a de gerar divisas mediante a exportação de produto e, segundo, está aumentando o mercado interno para bens industriais (LUCENA, 2000).

Consequente, desde a década de 1950, onde a área cultivada da produção teve um aumento considerável, o crescimento da produção agrícola no Brasil começou a expandir-se, mas foi na década seguinte, com o uso da máquina, fertilizantes, adubos, dentre outros, o incremento na produção foi maior, ou seja, a agricultura passou a operar com alta produtividade. Essa incorporação da tecnologia à agricultura, tendo mudança da base técnica, passou a ser conhecida como modernização da agricultura brasileira (BALSAN, 2006).

Assim, foi na década de 1950 que se iniciou o processo de modernização da agricultura, com importações de meio de produção mais avançados, mais foi na década de 1960 que este processo se concretizou nas regiões Sul e Sudeste do Brasil e se expandiu para outras regiões especialmente a partir da década de 1970 (TEIXEIRA, 2005).

Segundo Teixeira (2005) este processo de modificação da economia brasileira, não se deu de maneira uniforme, ou seja, não chegou a todos os produtores e proprietários, eliminados os menos favorecidos. Dessa forma, os grandes proprietários foram mais beneficiados e alguns segmentos de produção, contribuíram para fortalecer as monoculturas mais exportadas. Além disso, tendo um aumento dos impactos ambientais no campo, intensos desmatamentos e o uso de produtos tóxicos.

Mas também este processo de modernização do campo contribuiu para a expansão e aumento da produtividade do Brasil, agregando novas regiões a economia nacional e aumentando a exportação de produtos agrícolas.

PRODUÇÃO DO SETOR SUCROALCOOLEIRO

A produção do etanol no Brasil ocorre desde 1920, mas só ganhou expressividade na década de 1970 com a crise do petróleo, que de certo modo contribuiu decisivamente para o desenvolvimento do setor, aqui no Brasil, e foi fortemente regulado pelo governo federal, a fim de garantir o substituto da gasolina e diminuir a dependência externa, visto que o preço do petróleo teve aumento significativo (ANDRADE e VERISSIMO, 2011).

Relativamente aos preços, quem os administrava era o governo que tinha o papel de regular o setor. Portanto, a partir da década de 1970 o governo criara medidas de regulação e manutenção dos preços. Todavia, como se sabe atualmente o preço tanto do açúcar quanto do etanol depende da oferta e da demanda, interna e externa, dos dois produtos, visto que há flexibilidade de produção nesse setor (BARBOSA, 2011).

Assim, pode-se afirmar que até a década de 1970 o governo brasileiro atuou fortemente para a regulamentação do preço do setor, com mecanismos de intervenção, tais como: administração de preços, controle na entrada de novas unidades industriais, controle total da produção e exportação, e não permitia a entrada de capital estrangeiro. Vale ressaltar que toda a cana-de-açúcar

era destinada a produção de açúcar, e o álcool era um subproduto do açúcar, ou seja, não havia ainda uma indústria formada e formalizada para este produto, existiam apenas algumas destilarias em anexas às usinas (ALVES, 2002).

Sabe-se também que ao longo da história brasileira, o álcool era tratado como um subproduto da cana-de-açúcar, e que somente conquistou o mercado na crise de petróleo, devido aos altos preços, e foi uma saída encontrada para suprir a demanda interna e não criar dependência externa do petróleo.

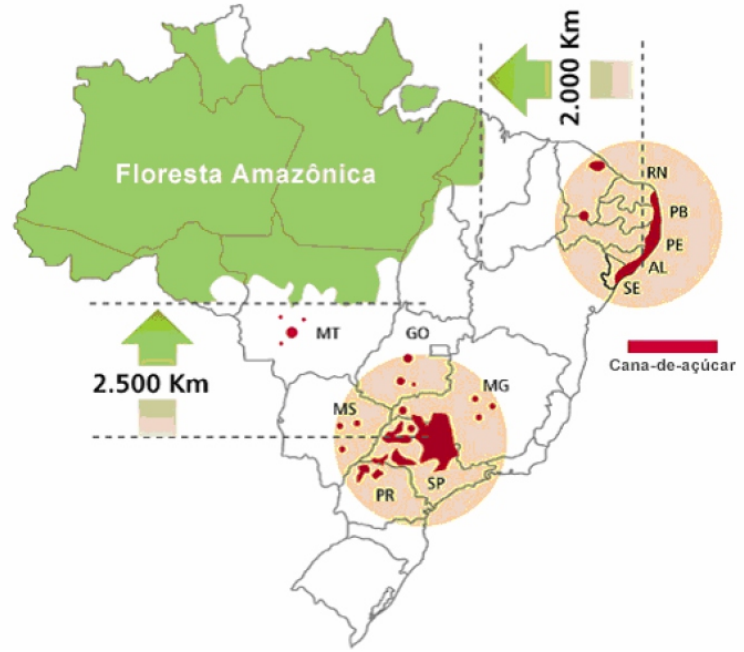
Dessa forma, o governo julgou necessário tomar medidas para que se concretizasse essa redução de dependência. Em 1975 foi instituído o Programa Nacional do Álcool – Proálcool que tinha como objetivo o fomento à produção e utilização de álcool anidro a partir da cana-de-açúcar para mistura à gasolina, dentro dos diversos programas adotados este teve maior êxito (SILVA, 2009). Isso provocou a diminuição da dependência externa do petróleo, onde de, estimulo ao crescimento das vendas de veículos movidos a álcool, cerca de 92% de veículos vendidos no ano de 1985, mas nos anos seguintes ocorreu declínio das vendas, devido à queda do preço do petróleo. No entanto, este setor ganhou novo impulso em 2003, quando entraram no mercado os veículos de motores *flex fuel*.

Com a criação do PROALCOOL, a produção de etanol ganhou mais notoriedade, tanto no cenário nacional como internacional. Assim, a produção de bioetanol da cana-de-açúcar é considerada a mais competitiva do mundo, uma vez que são utilizados diversos tipos de inovações no setor e a característica do solo brasileiro tem favorecido a produção, devido a abundância de recursos naturais como água, a disponibilidade de grandes quantidades de dióxido de carbono, a topografia favorável e a existência de solos férteis" (LUZARDO e ALVES, 2012).

Atualmente o Brasil, atua em uma posição de destaque, sendo responsável por cerca de 37,0% da produção mundial de cana-de-açúcar, seguido pela Índia 16,5%, China 6,6% e Tailândia 4,1% (FAO e CONAB, 2012).

O setor sucroalcooleiro é dividido em duas regiões como mostra a figura 1 às regiões em vermelho, a região norte-nordeste (Estados do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco de Alagoas e de Sergipe) que é responsável pela safra de setembro a março, e a região Centro-Sul (apresenta plantações em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Goiás, São Paulo e Paraná) que é responsável pela safra de maio a dezembro.

Figura 1 – Localização de área de produção de cana-de-açúcar no Brasil



Fonte: Única (2013).

Ambas têm estratégias diferentes para produzir e também a produtividade. A região centro-sul é a que apresenta menor valor no custo (mundialmente) de produção do açúcar (BARBOSA, 2011).

Em termos de produção como de área plantada de cana-de-açúcar a região Centro-Sul assume uma importância destacada, tendo uma participação 88,23% do total da produção nacional de cana na safra de 2011/2012.

Na safra de 2012/2013 teve um aumento tendo um percentual de 90,54% sendo que o Estado de São Paulo foi o maior produtor tanto no âmbito da Região Centro-Sul como no âmbito nacional com 62,1% de participação na safra de 2012/2013, enquanto a região Norte-Nordeste representou 11,77% na safra de 2011/2012, logo na safra de 2012/2013 teve uma participação de 9,46% tendo uma queda com relação à safra anterior de 2,32% da produção nacional (MAPA, 2014).

METODOLOGIA

DADOS

O presente trabalho tem como foco as regiões Sudeste e Centro-Oeste Brasil, pois estas regiões possuem os principais estados produtores da cultura cana-de-açúcar, com objetivo de analisar os efeitos da produção de cana-de-açúcar sobre a produção agrícola do Brasil, onde foi utilizado o método *shift-share*, que possibilita investigar as fontes de crescimento da produção, mediante a decomposição deste crescimento: os efeitos áreas, rendimentos, outros efeitos. Para analisar a variação das áreas das lavouras, utilizou-se método de decomposição do efeito área, este efeito se decompõe em duas partes: efeito escala e efeito substituição.

Os dados utilizados na pesquisa serão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da pesquisa da Produção Agrícola Municipal (PAM) das lavouras temporárias e permanentes das regiões Sudeste e Centro Oeste do Brasil.

A seleção das culturas foi baseada no valor da produção brasileira dos principais produtos de 2012, de acordo com IBGE. Desta forma as culturas utilizadas foram: arroz, algodão, cana-de-açúcar, café, feijão, mandioca, milho e soja no período de 2001 a 2012.

Os dados coletados são referentes à área plantada por hectare, à quantidade produzida foi mensurada em tonelada e rendimento médio da produção ou produtividade média do cultivo de cada cultura, medido em quilogramas por hectare.

MÉTODO SHIFT-SHARE

De acordo com Haddad e Andrade (1989), o método Shift-Share ou diferencial-estrutural é utilizado para descrever o crescimento econômico de uma região em termos de sua estrutura produtiva, ou seja, decompor a variação observada na produção entre o período-base "b"e o período final "f", a fim de encontrar a diferença entre os fatores que seriam os responsáveis pelo crescimento (ou queda) da produção.

Desse modo, esse modelo não é uma teoria explicativa do crescimento regional, mas um método de análise para identificar os componentes de crescimento, utilizado por diversos autores que estudam a agricultura brasileira.

O método *Shift-Share* ou diferencial-estrutural se decompõe em três componentes que são:

a) Efeito-área: indica que a variação na produção ocorre em virtude da mudança na área cultivada, e demais efeitos permanecem constantes no tempo. Assim, um aumento na produção é atribuído à incorporação de novas áreas, o que indica o uso extensivo do solo.

O efeito área se decompõe em duas partes: **efeito escala e efeito substituição**, que analisam a variação das áreas de lavouras, onde se pressupõe que a área cultivada com determinada cultura,

num determinado período, dentro do sistema de produção. Modelo desenvolvido por Zockum (1978) e utilizado por Gomes (1990) e Santos et al. (2000).

Para a decomposição do efeito área em efeito escala (EE) consiste no resultado da variação da área cultivada com determinada atividade, entre dois períodos de tempo, mantida a sua participação relativa no sistema.

O efeito substituição (ES) aponta a variação da participação de cada cultura dentro do sistema. Esse efeito pode ser negativo, ou seja, quando no período analisado a cultura estudada foi substituída por outra(s) do sistema (queda da partição), ou positivo, quando no período analisado a participação do produto eleva-se, indicando que a cultura considerada substituiu outra(s) cultura(s) dentro do sistema (aumento da participação).

b) Efeito-rendimento: mede a variação na produção, explicada exclusivamente pelas mudanças na produtividade. A variação no rendimento pode refletir mudanças tecnológicas, pela adoção de insumos modernos, novas técnicas de produção e maior capacitação do capital humano.

c) Outros efeitos: este efeito mostra as variações da quantidade de forma residual, ou seja, variações que não foram analisadas. As variações na produção que são decorrentes das mudanças na estrutura produtiva, isto é, alterações na proporção da área total utilizada para o plantio da cultura estudada, se mantidos constantes o rendimento e a área total cultivada. Para que as culturas menos rentáveis sejam substituídas pelas que apresentem maior produtividade por unidade de área.

VARIÁVEIS UTILIZADAS E DESCRIÇÃO MATEMÁTICA DO MÉTODO

Descreve-se neste item a formulação matemática do modelo Shift-Share utilizada no presente estudo. A descrição do modelo matemático segue os procedimentos adotados por Igreja et al. (1983) e foram adaptados para este estudo.

As culturas estudadas são representadas por "c", e varia de 1 a n, com c assumindo os valores {1, 2, 3, 4;...;8}, representando respectivamente as culturas de arroz, algodão, cana-de-açúcar, café, feijão, mandioca, milho e soja, para a regiões Sudeste e Centro-oeste do Brasil e o período inicial é denominado "b", o período final denominado "f" e o subíndice "m" indica número de Estados de cada região brasileiras produtoras das culturas analisadas, variando de 1 a j, todos os dados foram calculados em planilhas do programa Microsoft Excel 2013.

As variáveis utilizadas são, portanto:

Q_{cb} = quantidade da cultura produzida na m-ésima região do Brasil no período inicial (b);

Q_{cf} = quantidade da cultura produzida na m-ésima região do Brasil no período final (f);

A_{cb} = área total da cultura (dimensão do sistema de produção) cultivada na m-ésimo Estado da região do Brasil, no período inicial, em hectares;

A_{cf} = área total da cultura (dimensão do sistema de produção) cultivada na m-ésimo Estado da região do Brasil, no período final, em hectares;

A_{cmb} = área total da cultura cultivada na m-ésima região, no período inicial (b), em hectares;

A_{cmf} = área total da cultura cultivada na m-ésima região, no período final (f), em hectares;

R_{cmb} = rendimento por hectare da cultura na m-ésimo Estado da região do Brasil, no período inicial;

R_{cmf} = rendimento por hectare da cultura na m-ésimo Estado da região do Brasil, no período final;

λ_{cmb} = participação da área da cultura cultivada na m-ésimo Estado da região e área total da cultura cultivadas na m-ésima região (AT_{cmi} / AT_{ci}), no período inicial;

λ_{cmb} = participação da área da cultura cultivada na m-ésimo Estado da região e área total da cultura cultivada na m-ésima região do Brasil (AT_{cm} / AT_{cmi}), no período final;

β = é o coeficiente que mede a modificação na área total cultivada da cultura (A) com todas as culturas consideradas na análise (dimensão de sistema) entre os períodos "b" (inicial) e "f" (final), (A_{cf} / A_{cb}).

A quantidade produzida da c-ésima cultura no ano inicial "b" pode ser dada pela seguinte expressão:

$$Q_{cb} = \sum_{m=1}^{j} \lambda_{cmb} . A_{cb} . R_{cmb} \qquad (1)$$

enquanto a quantidade produzida da c-ésima cultura na m-ésima região do Brasil no período final (f) é expressa por:

$$Q_{cf} = \sum_{m=1}^{j} \lambda_{cmf} . A_{cf} . R_{cmf} \qquad (2)$$

Na determinação dos componentes responsáveis pelo crescimento (redução) da produção da cultura na região "m" ($Q_{cf} - Q_{cb}$) são definidas duas novas equações a partir da equação (1) e (2).

Em que:

A primeira delas é a equação (3), se no período considerando houver apenas alteração da área total cultivada da cultura na m-ésima região do Brasil no período final Q_{cf}^{*} será representada por:

$$Q_{cf}^{*} = \uparrow_{m=1}^{j} \lambda_{cmb} . A_{cf} . R_{cmb} \qquad (3)$$

Assim, segue-se equivalentemente que a diferença $Q_{cf}^{*} - Q_{cb}$ representa a parcela de crescimento (redução) da produção, que pode ser atribuída ao aumento (redução) da área cultivada.

A segunda equação definida a partir da (1) e (2) é a equação (4). Nesta, tanto a área A_{cf} quanto o rendimento R_{cmf} são definidos para o período final "f".

$$Q_{cf}^{**} = \uparrow_{m=1}^{j} \lambda_{cmb} . A_{cf} . R_{cmf} \qquad (4)$$

Onde:

Efeito-área (EA) = $Q_{cf}^{*} - Q_{cb}$, variação total na quantidade produzida entre os períodos "b" e "f" quando somente a área se altera;

Efeito Rendimento (ER) = $Q_{cf}^{**} - Q_{cf}^{*}$, variação total na quantidade produzida entre os períodos "b" e "f" quando somente o rendimento se altera;

Efeito Outros (EO) = $Q_{cf} - Q_{cf}^{**}$, variação total na quantidade produzida entre os períodos "b" e "f" quando somente os outros efeitos se alteram;

Os resultados também podem ser apresentados na forma de percentual, sendo expressa individualmente como uma percentagem da mudança total na produção, onde foi utilizada a metodologia proposta por Igreja et al (1987), sendo também utilizada por Yokoyama (1988), Cardoso (1995), Moreira (1996), Alves (2000), entre outros.

Dessa forma, tem-se que encontrar os membros que representam a diferença no volume de produção obtida entre o período inicial "b" e o período final "f":

$$Q_{cf} - Q_{cb} = (Q_{cf}^{*} - Q_{cb}) + (Q_{cf}^{**} - Q_{cf}^{*}) + (Q_{cf} - Q_{cf}^{**}) \qquad (5)$$

Em seguida, divide-se toda a expressão (5) por ($Q_{cf} - Q_{cb}$), multiplicando por:

$$\alpha = \left(\sqrt[\Delta]{\frac{Q_{cf}}{Q_{cb}}} - 1 \right) .100 \qquad (6)$$

Em que (α) taxa anual média variação da produção da região da cultura "c" em porcentagem e (Δ) raiz n-ésima é a variação de tempo entre o período inicial "b" e o período final "f". Obtendo-se, a seguinte expressão:

$$\alpha = \frac{(Q^{*}_{cf} - Q_{cb})}{(Q_{cf} - Q_{cb})}\alpha + \frac{(Q^{**}_{cf} - Q^{*}_{cf})}{(Q_{cf} - Q_{cb})}\alpha + \frac{(Q_{cf} - Q^{**}_{cf})}{(Q_{cf} - Q_{cb})}\alpha \qquad (7)$$

Na qual:

$\frac{(Q^{*}_{cf} - Q_{cb})}{(Q_{cf} - Q_{cb})}\alpha$ é efeito área (EA), expresso em porcentagem;

$\frac{(Q^{**}_{cf} - Q^{*}_{cf})}{(Q_{cf} - Q_{cb})}\alpha$ é efeito rendimento (ER), expresso em porcentagem;

$\frac{(Q_{cf} - Q^{**}_{cf})}{(Q_{cf} - Q_{cb})}\alpha$ é efeito outros efeitos (EO), expresso em porcentagem.

Em que:

$$\alpha = EA\% + ER\% + EO\% \qquad (8)$$

EFEITO ESCALA E EFEITO SUBSTITUIÇÃO

As variações na área cultivada de uma cultura específica, em uma determinada Região podem estar relacionadas à expansão da produção do conjunto de culturas através da incorporação de novas áreas, ou podem resultar da substituição (ganhos ou perdas) de área entre as culturas. Para analisar as mudanças na composição agrícola, utiliza-se o modelo desenvolvido por Zockum (1978) e utilizado por Gomes (1990) e Santos *et al*. (2000), o qual pressupõe que a área cultivada com determinada cultura num determinado período, dentro do sistema de produção, pode ser alterada devido aos efeitos escala e substituição.

Para a decomposição do efeito área em efeito escala (EE) consiste no resultado da variação da área cultivada com determinada atividade, entre dois períodos de tempo, mantida a sua participação relativa no sistema, ou seja, mantendo constante a participação.

O efeito substituição (ES) mostra a variação da participação de cada cultura dentro do sistema. Esse efeito pode ser negativo, ou seja, quando no período analisado a cultura estudada foi substituída por outra(s) cultura(s) do sistema (queda da partição), ou positivo, quando no período analisado a participação do produto elevase, indicando que a cultura considerada substituiu outra(s) cultura(s) dentro do sistema (aumento da participação).

Dessa forma, a variação na área ocupada pela cultura, em cada sistema de produção (ou m-ésima região), pode ser assim definida:

$$A_{cf} - A_{cb} \qquad (9)$$

O que pode ser decomposto nos efeitos escala e substituição, medidos em hectares:

$$EE = \beta A_{cb} - A_{cb} \qquad (10)$$

$$ES = A_{cf} - \beta A_{cb} \qquad (11)$$

Ou seja:

$$A_{cf} - A_{cb} = (\beta A_{cb} - A_{cb}) + (A_{cf} - \beta A_{cb}) \qquad (12)$$

Assim, os efeitos escalas e substituição são obtidos da decomposição da variação da área cultivada com cultura dentro do sistema (ou da m-ésima região).

Esses efeitos também podem ser apresentados em porcentagem, seguindo os mesmos procedimentos da transformação anteriormente demonstrada.

Desta forma, o objetivo da análise do efeito substituição de culturas é examinar se a monocultura da cana-de-açúcar está provocando o deslocamento físico de culturas alimentares. O efeito escala é uma análise complementar, para saber a intensidade do crescimento da cultura da cana sobre as demais culturas. Os demais efeitos (área, rendimento e outros efeitos), possibilita investigar as fontes de crescimento da produção de cada cultura analisada no estudo.

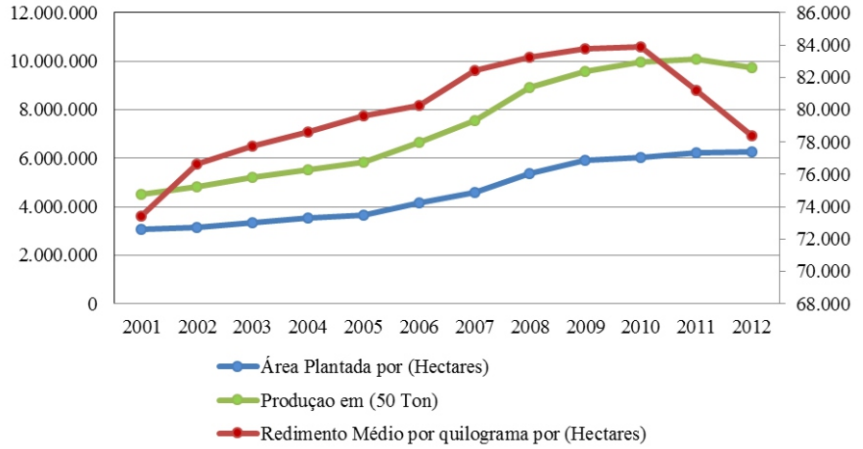
RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir serão demonstrados e analisados os resultados obtidos no estudo proposto, apresentando quais são perante a avaliação realizada. Para isto, a seção será dividida em duas subseções, a primeira subseção trata-se da decomposição do *Shift-Share* das principais culturas da região Sudeste do Brasil, e da segunda seção trata da região Centro-Oeste do Brasil.

DECOMPOSIÇÃO SHIFT-SHARE DA REGIÃO SUDESTE

A evolução da produção, da produtividade e da área plantada da cana-de-açúcar na região Sudeste do Brasil, durante o período de 2001 a 2012, pode ser observado no gráfico 1.

Gráfico 1 - A evolução da produção, da produtividade e da área plantada da cana-de-açúcar na região Sudeste do Brasil, durante o período de 2001 a 2012



Fonte: IBGE, elaborado pela autora.

Nessa, pode-se constatar a tendência ascendente das séries, quando considerado todo o período analisado, essa cultura vem se expandindo desde a implementação do Proálcool, com exceção na década de oitenta, quando sua produção manteve-se estagnada. No entanto, é a partir do ano de 2001 que essa produção passou a se elevar, mais do que o dobrando no restante do período.

Desse modo, no período de 2001 a 2012, a produção de cana de açúcar na região Sudeste cresceu a uma taxa média de 8% ao ano, elevando a quantidade produzida de 225 para 504 milhões de tonelada no ano de 2011, tendo um decréscimo no

volume da produção para 487 milhões de tonelada no ano de 2012, abaixo do recorde registrado no ano anterior devido a problemas climáticos como seca e geada.

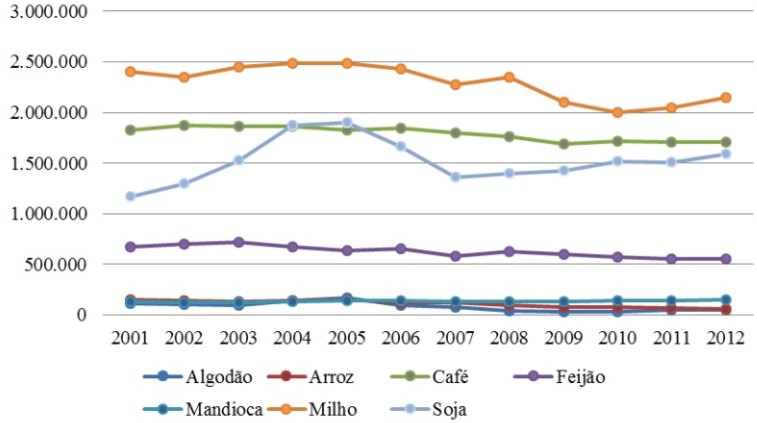
Pode-se verificar que a área plantada da cana-de-açúcar no Sudeste brasileiro acompanhou o crescimento da quantidade produzida na região, ocorrendo uma maior elevação após anos 2003, onde o valor da área colhida passa de 3,3 milhões de hectares em 2003 para mais de 6,2 milhões de hectares, em 2012, este setor ganhou novo impulso em 2003 devido a entrada dos veículos de motores *flex fuel* no mercado, onde pode evidencia também a grande retomada de projetos e investimentos no setor sucroalcooleiro

Com relação ao rendimento médio da produção nessa região, ao longo dos anos de 2001 a 2012, apresentou um crescimento menor quando comparado ao da produção e da área plantada, a partir do ano de 2001, houve uma elevação do rendimento médio da produção, devido ao recebimento de grandes investimentos internos e externos, ampliação tecnológica da agroindústria canavieira.

A agricultura do Sudeste também é relevante na produção de outras culturas com, milho, café, soja, feijão entre outras, como mostra o gráfico 2, a evolução da área plantada total das outras culturas analisadas, na Região no período de 2001 a 2012.

Observa-se que, no período considerado a área plantada de arroz, algodão e mandioca apresentaram uma redução na área cultivada da Região, enquanto o algodão em 2001 representa 12% da sua participação, em 2007 registrando uma grande redução, e continuou até 2012, com 3% na área cultivada da Região.

Gráfico 2 - Evolução da Área Plantada Total das outras principais culturas da região Sudeste



Fonte: IBGE, elaborado pela autora.

Conforme o IBGE (2013) a produção nacional de algodão herbáceo (em caroço) foi de 4 969 064 toneladas em 2012, sinalizando uma redução de 2,0% frente ao ano de 2011. Devido às condições climáticas, que não favoreceram o desenvolvimento da cultura nos Estados de Goiás, Bahia e Minas Gerais, elas sofreram retrações na sua produção de 20,5%, 17,2% e 9,9%, respectivamente.

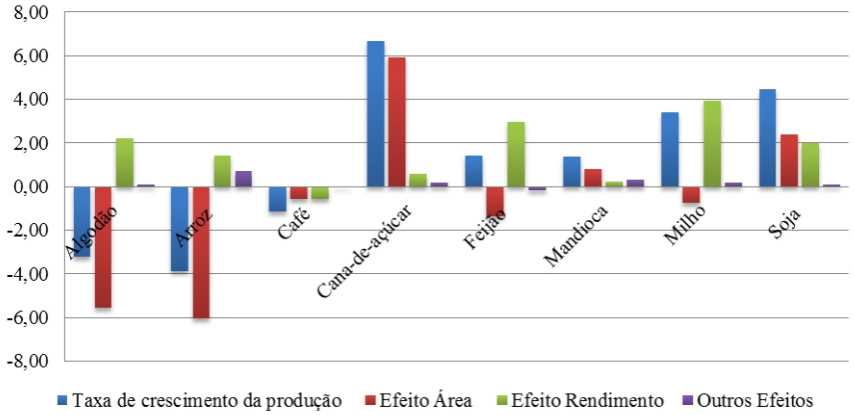
As culturas do arroz e da mandioca também perderam seu espaço na participação da área cultivada, nos anos de 2001 e 2012, o feijão foi de 5% para 3%, não apresentou uma regularidade entre o período, oscilando sua participação.

Com relação área destinada ao cultivo da cana-de-açúcar observou-se um crescimento positivo e expressivo em todo período estudado apresentando em 2012, 6.246.586 hectares destinados ao plantio da cana, 2.149.542 hectares para milho, 1.711.332 hectares para café, e 1.591.069 hectares para o cultivo de milho.

Utilizado o modelo de decomposição *shift-share*, foi possível observar os fatores que mais impactam na variação da produção das culturas analisadas no período de 2001 a 2012, como se ilustra no gráfico 3.

Pode-se verificar que as culturas com maiores aumentos na quantidade produzida, cana, soja e mandioca, tiveram como principal responsável por este aumento o efeito área, sendo que para o caso da cana observou-se o valor do efeito área de 5,91% e para a soja 2,39%, e para mandioca 0,82%. Desta forma, estas culturas obtiveram acréscimo na produção, em grande parte, devido ao aumento de suas áreas plantadas, em decorrência de um grande crescimento extensivo.

Gráfico 3 – Variação da produção e resultados da decomposição Shift-Share para principais culturas da região Sudeste do Brasil, no período de 2001-2012.



Fonte: IBGE, elaborado pela autora.

No caso da redução na produção de milho, o efeito área é negativo, já com relação ao os efeitos rendimento e outros efeitos nessa cultura foram positivos, assim a redução da área plantada de milho foi mais relevante no decréscimo da produção.

Verifica-se o efeito-área negativo para algodão -5,54%, arroz -6,03% e feijão 1,36%, estes dois últimos que compõem a base alimentar brasileira, além de terem perdido espaço na área cultivada para outras culturas, sofreram também, por conta de questões climáticas, inclusive a cultura do algodão.

Somente a cultura do café teve um efeito do rendimento negativo -0,56 %, ao contrário das outras culturas analisadas, que apresentaram um efeito positivo, a maior produtividade foi, em parte, responsável pelo aumento da produção dessas culturas. A produção das culturas de cana, soja e milho, teve uma taxa média anual, entre 2001 e 2012 mais elevada, de 6,69%, de 4,47% e 3,40% respectivamente, e seus respectivos rendimentos foram de 0,60%, de 2,39% e de 3,96% caracterizando-as como culturas com perfil produtivo intensivo.

Desse modo, o efeito área foi relevante para explicar o bom desempenho da cana, ou seja, a produção da cana na região Sudeste expandiu-se através da substituição de outras culturas menos rentáveis e principalmente as culturas alimentares pela exploração de novas áreas.

Em contra partida, observa-se uma redução da área plantada das culturas alimentares, não havendo, na mesma proporção ganhos da produtividade capazes de, no mínimo, estabilizar está variação da produção. Desta forma, as culturas voltadas para exportações ocupam áreas de grande extensão, o que não acontece com as culturas destinadas para a alimentação no mercado interno, pois a atividade de arroz, feijão, mandioca é realizada em propriedade de até 300 hectares (IBGE, 2009).

Para uma análise mais completa, utilizou-se a metodologia dos efeitos escala e substituição, para verificar, a proporção e a direção das variações das áreas plantadas das culturas. Através dos efeitos substituição, mostram-se culturas substituídoras e substituídas. As culturas de soja e cana tiveram os maiores efeitos substituição, foram as culturas substituídoras, dentre as principais culturas analisadas entre os anos de 2001 e 2012, apresentado na tabela 1.

Tabela 1 - Decomposição da Variação da área plantada, resultado dos efeitos escala e substituição das principais culturas da região Sudeste do Brasil 2001-2012.

Cultura	Variação da área Plantada 2001-2012 (ha)	Efeito Escala (ha)	Efeito Substituição (ha)
Algodão	-60.770	34.161	-94.931
Arroz	-84.841	45.947	-130.788
Café	-115.640	573.500	-689.140
Cana	3.175.452	964.052	2.211.400
Feijão	-117.498	210.351	-327.849
Mandioca	14.368	42.484	-28.116
Milho	-250.839	753.497	-1.004.336
Soja	428.651	364.892	63.759

Fonte: IBGE, elaborado pela autora.

A tabela 1 mostra que, as culturas que obtiveram a maior variação positiva na área plantada, entre os anos de 2001 e 2012, foram: cana-de-açúcar 3.175.452 hectares, mandioca 14.368 hectares e a soja 428.651 hectares. Por outro lado, as culturas alimentares de arroz, feijão, milho exibiu uma redução nas suas áreas plantadas.

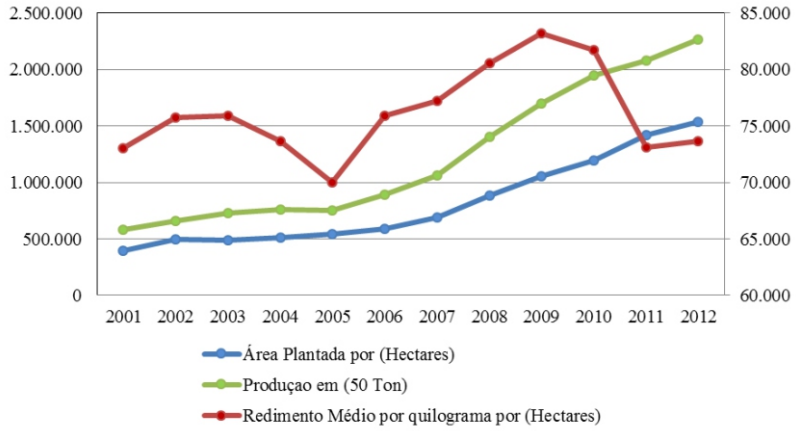
Observa-se também, que todas as culturas apresentaram efeitos substituição negativos, significando que as áreas plantadas de culturas alimentares, foram substituídas pelas culturas da cana-de-açúcar e da soja, que foram as únicas culturas que apresentaram efeito positivo no efeito-substituição de 2.211.400 hectares e de 63.759 hectares.

DECOMPOSIÇÃO SHIFT-SHARE DA REGIÃO CENTRO-OESTE

No gráfico 4 onde nota-se a evolução da produção, da produtividade e da área plantada da cana-de-açúcar, no período de 2001 a 2012 nessa Região.Observar que a evolução da área plantada da cana-de-açúcar e da quantidade produzida na região Centro-Oeste acompanhou o mesmo comportamento da região Sudeste, porém em menor proporção, dado que essa última, em média, revelou uma produção e uma área plantada 8,5 vezes maiores que os valores dessas variáveis na região Centro-Oeste.

Nos anos de 2005 a 2009, pode-se observar uma expansão na quantidade produzida e da área plantada da cana-de-açúcar Centro-Oeste do Brasil. Esta elevação na produção deu-se devido à caracterização dessa região como a nova fronteira da cana. Com relação à evolução da produtividade, a região Centro-Oeste, mostrou-se mais instável que a da região Sudeste, podendo destacar os anos de 2005, 2011 e 2012 como os de menor rendimento da produção na região Centro-Oeste, no período analisado. Essa instabilidade da produtividade da cana na região Centro-Oeste é devida, principalmente, ao processo de adaptação dessa cultura às novas condições climáticas e de produção da região.

Gráfico 4 - A evolução da produção, da produtividade e da área plantada da cana-de-açúcar na região Centro Oeste do Brasil, no período de 2001 a 2012.



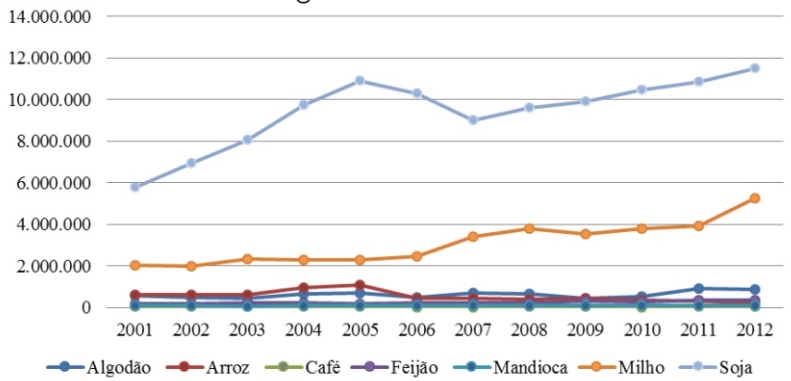
Fonte: IBGE, elaborado pela autora.

De acordo com MAPA (2012) a distribuição das usinas por regiões em 2009 e 2012 em percentuais, observando que a queda na quantidade de usinas ocorreu com maior intensidade no Sudeste em benefício da região Centro-Oeste. Em 2009 a região Sudeste apresentava 60% das usinas, já em 2012 foi para 56% tendo uma diminuição. Logo o Centro-Oeste teve um aumento de 3% nas usinas, de 13% para 16%, o Nordeste de 18% para 19%. As demais regiões não alteraram suas participações.

No gráfico 5, onde nota-se a evolução da área plantada das demais culturas analisadas, no período de 2001 a 2012 nessa Região.

As culturas que se destacaram na área cultivada foram as culturas de algodão, com uma participação de 62%, depois vêm a cultura da soja com 46% e a do milho com 35%, ocorrendo um aumento na participação da cultura da cana nos anos de 2001 a 2012 de 8% para 16% na área cultivada da região. Com isto, ocorreu uma diminuição da área cultivada pela cultura alimentar do arroz que, em 2001 apresentava 20% para área plantada, enquanto no ano de 2012 tem uma participação de 9%, já a cultura alimentar do feijão teve um aumento na sua participação de 5% para 11%.

Gráfico 5 - Evolução da Área Plantada das principais culturas da região Centro-Oeste



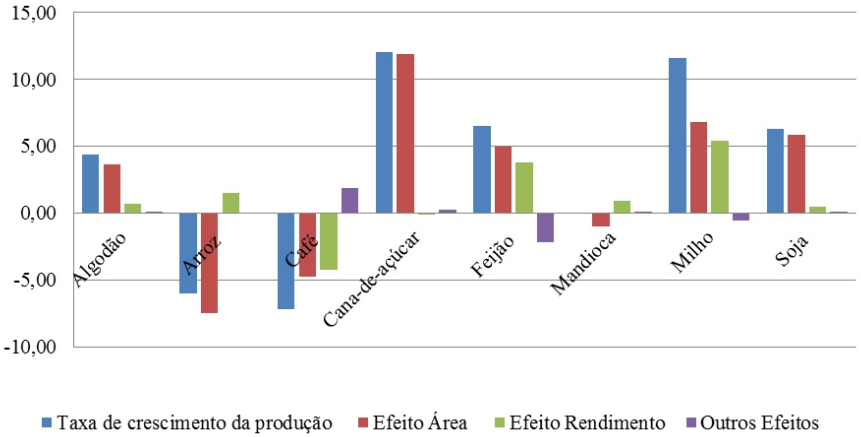
Fonte: IBGE, elaborado pela autora.

O crescimento das culturas consiste em dois componentes: o estrutural, que está ligado à composição setorial das atividades da região, e o diferencial, relacionado à localização. Através desses efeitos pode-se explicar a variação da produção. O efeito-área indica mudanças na produção, provenientes de alterações na área cultivada de outra, o efeito-rendimento mensura a variação na produção, decorrente da mutação da produtividade (a alteração no rendimento pode refletir mudanças tecnológicas pela adoção de novos insumos, técnicas de produção e melhoria do capital humano) e o efeito localização geográfica reflete as alterações observadas na produção advindas das vantagens locacionais, ou seja, decorrentes da mudança na localização da cultura.

O gráfico 6 mostra a variação da produção e a decomposição de *shift-share* da região Centro-Oeste das culturas analisadas, no período de 2001/2012, onde o efeito área foi o que mais impactou no comportamento da produção de cana, soja, milho, algodão e feijão, seguindo pelo efeito rendimento.

As culturas de cana-de-açúcar, milho, soja e feijão apresentaram taxas de crescimento médias da produção de 12,04% da cana e do milho, 6,33% do feijão e 6,55% da soja respectivamente. O aumento nas quantidades produzidas destas culturas foi decorrente, na maior parte, do aumento na área cultivada, dado que seus respectivos efeitos área foram de 11,91% da cana, 6,79% do milho, 5,82% da soja e 4,98% do feijão. Desta forma, conclui-se que, no período de 2001 até 2012, o padrão de crescimento das lavouras de cana, milho, soja e feijão foram baseados na expansão territorial.

Gráfico 6 - Variação da produção e resultados da decomposição Shift-Share para principais culturas da região Centro-Oeste do Brasil, no período de 2001-2012.



Fonte: IBGE, elaborado pela autora.

As culturas de arroz e café apresentaram uma taxa de crescimento médias negativa, no período de 2001 até 2012. A redução na produção destas culturas foi originada pelo decréscimo nas suas áreas plantadas de -7,19% e -6,19%.

A Tabela 2 apresenta os dados referentes às variações de área plantada das culturas e os condicionantes destas variações, expressos pela decomposição do efeito-área em efeito-escala e efeito-substituição, entre 2001 e 2012 e subperíodo de 2001 e 2004.

Tabela 2 - Decomposição da Variação da área plantada, resultado dos efeitos escala e substituição das principais culturas da região Centro-Oeste do Brasil 2001-2012 e 2001-2004.

Cultura	Variação da área Plantada 2001-2012 (ha)	Efeito Escala (ha)	Efeito Substituição (ha)
Algodão	316.578	598.090	-281.512
Arroz	-404.947	651.781	-1.056.728
Café	-20.090	54.083	-74.173
Cana	1.142.137	415.433	726.704
Feijão	166.145	201.316	-35.171
Mandioca	-10.470	88.708	-99.178
Milho	3.225.386	2.128.304	1.097.082
Soja	5.759.569	6.036.593	-277.024

Fonte: IBGE, elaborado pela autora.

Observa-se, que no período de 2001 a 2012 as áreas mais reduzidas foram as de arroz -404.947 hectares e as das culturas de mandioca -10.470 hectares. Esta redução foi decorrente da utilização destas áreas para o cultivo de outras culturas, visto que, seus respectivos efeitos-substituição foram de -1.056.728 hectares, -99.178 hectares e -143.110 hectares.

As culturas de cana-de-açúcar e soja registraram elevação significativa nas suas áreas plantadas, com expansão de 1.142.137 hectares e 5.759.569 hectares, respectivamente. O principal responsável pelo crescimento destas áreas foi o uso de terras antes utilizadas para outros fins. As culturas do milho e da cana foram as mais substituídoras no período, apresentando um efeito-substituição de 1.097.082 hectares e 726.704 hectares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisados os efeitos da produção da lavoura de cana-de-açúcar, para geração de energia, sobre a produção de culturas

alimentares nas regiões Centro-Oeste e Sudeste do Brasil, no período de 2001 a 2012, através da decomposição do modelo *Shift-share* e dos efeitos-escala e substituição, verificou-se que os efeitos da expansão da monocultura de cana-de-açúcar, destinada à produção de etanol, está tomado espaço das culturas alimentares destas regiões, baseado no maior uso do insumo terra, ou seja, assumindo um padrão de crescimento extensivo.

Na região Sudeste brasileira, o efeito-área revelou um grande aumento da área cultivada de cana-de-açúcar, seguido pelas culturas da cana, soja e milho. Com relação às demais culturas tiveram diminuição sendo substituída, principalmente pela cultura da cana. Durante todo o período analisado a cana-de-açúcar sempre apresentou efeito-área elevado em relação às demais culturas.

Verificou-se que a cultura da cana foi a que mais substituiu as outras culturas, sendo que seus feitos substituição foram todos positivos. As culturas que foram mais afetadas com a expansão destas lavouras foram as culturas alimentares de arroz e feijão, que tiveram uma variação negativa nas áreas plantadas durante todos o período considerado.

Na região Centro-oeste as cultura que mais se destacaram em área cultivada foram as culturas da soja, milho, seguida pela cultura de algodão e cana-de-açúcar. Através da decomposição "*shift-share*" verificou-se que o crescimento na produção das culturas de milho, soja e feijão decorreu da expansão das suas respectivas áreas plantadas, por outro lado, as vantagens locacionais das regiões produtoras de feijão foram os municípios responsáveis pelo crescimento na produção desta cultura. Nota-se também que, a cana-de-açúcar também apresentou crescimento na produção, influenciada, na maior parte, pela expansão de área cultivada, apresentando uma taxa de crescimento média positiva, porém muito inferior à observada na região Sudeste, que se constitui o principal produtor desta cultura.

Na análise da relação entre os efeitos-substituição das culturas analisadas, foi verificada uma relação significativa da substituição entre milho, soja, cana e algodão sobre as culturas alimentares.

A cultura da soja também teve um aumento na sua área de cultivo nas regiões analisadas. Na região Centro-Oeste a cultura teve mais expansão na área cultivada, seguida da cultura do milho.

Com relação ao fator produtividade pode-se concluir que a região Sudeste apresentou uma maior estabilidade do rendimento médio na produção da cana de açúcar, enquanto a região Centro-Oeste, por se caracterizar como a nova fronteira da cana, passou por uma fase de adaptação da cultura às novas condições climáticas e de produção da região, demonstrando alguns anos de forte queda, mas, nos últimos anos, apresentando níveis de produtividade próximos aos do Sudeste. Pode se observar que o efeito que mais impactou no crescimento das culturas destas regiões foi o efeito-área, seguido pelo efeito-rendimento e outros efeitos.

Portanto, o resultado desta pesquisa, auxiliara na implantação de políticas de longo prazo e na criação de mecanismos de estímulos em novas área e geração de tecnologia para aumento da produtividade dos alimentos, para que ocorra equilíbrio na produção de matéria-prima destinada à produção de biocombustíveis e à produção de alimentos, pois a produção de biocombustíveis e a segurança alimentar tem sido amplamente discutida no Brasil e no mundo.

O estudo apresenta limitações, tendo em vista que foram apenas analisados os efeitos da produção da cana-de-açúcar sobre alguns produtos agrícolas, sendo que há outras culturas e componentes importantes na concorrência destas produções. É necessário que estudos posteriores analisem outros produtos de fontes de biocombustíveis.

REFERÊNCIAS

ALVES, L.R.A. **Fontes de crescimento das principais culturas do Estado do Paraná (1981-1999).** Toledo, 2000. 77p. Monografia (Graduação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

ALVES, L.R.A. **Transmissão de preços entre produtos do setor sucroalcooleiro do Estado de São Paulo.** Piracicaba, 2002. 107p. Dissertação (M.S.) – Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo.

ANDRADE, D. C.; VERISSIMO, M. P. **Produção de etanol no Brasil no período 1980-2008: uma análise baseada na modelagem VAR.** Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/eventos/forumbnb2011/docs/2011_producao_de_etanol.pdf>. Acessado em: 10/12/2012.

BALSAN, R. **Impactos Decorrentes da Modernização da Agricultura Brasileira.** Campo Território: Revista de geografia agrária, Vol. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006.

BARBOSA, A. S. A **concorrência entre a produção de etanol e a produção de alimentos no estado do Rio Grande do Sul.** São Leopoldo, 2011. 94p. Dissertação (M.S.) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

BITTENCOURT, G. M. GOMES, M. F. M. CAMPOS, A. C. Fontes de Crescimento da Produção de Cana-De-Açúcar no Sudeste e Centro-Oeste do Brasil. In: X Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 2012, Recife - PE. **Anais** do X Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 2012.

CONAB. **Companhia Nacional de Abastecimento.** Disponível em <http://www.conab.gov.br/conabweb/>. Acesso em: 10/08/2012.

FAO. Food and Agriculture Organization of the Unted Nations. **Statistical databases:** FAOSTAT – agriculture. Disponível em < http://faostat.fao.org/>. Acesso em: 10/08/2012.

GOMES, M. F. M. (1990). **Efeitos da expansão da produção de soja em duas regiões do Brasil.** Viçosa: Tese Doutorado em Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa.

HADDAD, P. R. & ANDRADE, T. A. (1989)."Método de análise diferencial-estrutural". In: HADDAD, P. R. (Org.). **Economia regional**: teorias e métodos de análise. Fortaleza: BNB/ETENE, p. 249-286.

HAYAMI, Y.; RUTTAN, V. **Desenvolvimento agrícola: teoria e experiências internacionais**. Brasília: Embrapa, 1988. 583p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM).** Disponível em<: www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 28/09/2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM).** Disponível em<: www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 28/02/2013.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção agrícola municipal**. Disponível em: < http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 06/10/2013.

IGREJA, A.C.M. **Evolução da pecuária bovina de corte no Estado de São Paulo no período 1969-84.** Piracicaba, 1987. 197p. Dissertação (Mestrado) - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo.

IGREJA, Abel Ciro Minniti *et al*. (1983). **"Análise quantitativa do desempenho da agricultura paulista, 1966-77."** Agricultura em São Paulo 7 (1): 117-157.

LUCENA, R. B. **O papel da Agricultura no Desenvolvimento Econômico Brasileiro 1980/1988.** 2000. 156p. Dissertação (M.S). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

LUZARDO, I. C. F.; ALVES, J. da S. **Análise da Transmissão de Preços entre os Mercados de Etanol em Alagoas e Pernambuco.** Disponível em: <http://linkpe.com.br/enpecon/artigos/AN%C1LISE%20DA%20TRANSMISS%C3O%20DE%20PRE%C7OS%20ENTRE%20OS%20MERCADOS%20DE%20ETANOL%20EM%20ALAGOAS%20E%20PERNAMBUCO.pdf>Acessado em: 09/01/2013.

MAPA - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Relação das unidades produtoras cadastradas no Departamento da Cana-de-açúcar e Agronergia**. [Tabela]. 22 out. 2012. Sistema de Acompanhamento da Produção Canavieira. Departamento de Cana-de-açúcar e agroenergia. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Desenvolvimento_Sustentavel/Agroenergia/Orientacoes_Tecnicas/Usinas%20e%20Destilarias%20Cadastradas/DADOS_PRODUTORES_22-10-2012.pdf>. Acesso em: 15/01/2013.

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Desenvolvimento_Sustentavel/Agroenergia/estatisticas/producao/JANEIRO_2014/07_%20prod_cana_acucar_etanol(2).pdf>. Acesso em: 10/03/2014.

MELO, A. de S.; LIMA, R. C. **Biocombustíveis e culturas alimentares: Um estudo da relação de causalidade entre os preços do açúcar e do etanol no Brasil.** In: CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47., 2009, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Sober, 2009.

MOREIRA, C. G. (1996). **Fontes de crescimento das principais culturas do Rio Grande do Norte, 1981-92.** Piracicaba: Dissertação de Mestrado em Economia Aplicada, Escola Superior de Agricultura Luiz Queiroz, Universidade de São Paulo.

ORTEGA Filho, S., 2003 **O Potencial da Agroindústria Canavieira do Brasil.** Disponível em: <http://www.fcf.usp.br/Departamentos/FBT/HP_Professores/Penna/EstudoDirigido/Agroinustria_Canavieira.pdf.> Acesso: fevereiro de 2013.

SANTOS, F. A.; FARIA, R. A.; TEIXEIRA, E. C. **"Fatores associados à mudança da composição agrícola em duas regiões agrícolas em Minas Gerais."** *In:* 38. Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, *Anais***...** Rio de Janeiro, jul. 2000. CD-ROM.

SILVA, M. V. G. **Previsão de preços de etanol nos mercados doméstico e Internacional.** Rio de Janeiro, 2009. 113p. Dissertação (M.S.) - Faculdades Ibmec.

TEIXEIRA, J. C. Modernização da Agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, v. 2, n. 2, set 2005. 21-42p.

TIMMER, P. C. **The process of agricultural transformation. In**. Handbook of Development Economics, Volume I, Edited by H. Cheneo and T.N. Srinivasa, Elsevier Science Publishers B.V., 1988.

UNICA. **União da Agroindústria Canavieira de São Paulo**. Disponível em <http://www.unica.com.br/>. Acesso em: 10/01/2013.

YOKOYAMA, L. P. **O crescimento da produção e modernização das lavouras em Goiás no período 1975-1984.** Piracicaba, 1988. 109p. Dissertação (Mestrado) - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo.

ZOCKUN, M. H. G. P. (1978). **A expansão da soja no Brasil: alguns aspectos de produção.** São Paulo: Dissertação de Mestrado em Economia, Universidade de São Paulo.

UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

ARBORIZAÇÃO DE RUAS E REDE DE ÁGUA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Suíse Monteiro Leon Bordest
Geógrafa - Professora Doutora do PPG em Geografia / UFMT
bordest@uol.com.br

Gian Pietro Benevento
Engenheiro Sanitarista Ambiental -
Mestrando do PPG em Recursos Hídricos / UFMT

RESUMO

A arborização em vias públicas, logradouros, praças e parques das cidades modernas é uma necessidade para a vida das pessoas que nelas vivem. O artigo visa refletir sobre a necessidade de compreensão na interação entre arborização, rede de água e calçada pública para a boa convivência entre as mesmas. O relato de uma prática a ser evitada é apresentado em 10 fotos e tem o propósito de exemplificar problemas decorrentes de arborização urbana realizada de maneira incorreta.

Palavras-chave: Arborização de ruas. Rede de água. Calçada. Bairro. Cuiabá-MT.

ABSTRACT

The afforestation on public roads, public parks, squares and parks of modern cities is a necessity of life for people who live in them. The article aims to reflect on the need for understanding the interaction between afforestation, water supply and public sidewalk for a good relationship between them. The account of a practice to be avoided is shown in photos 10 and aims to illustrate issues arising from urban trees held incorrectly.

Keywords: Afforestation. Water network. Sidewalk. Street. Neighborhood. Cuiabá-MT.

INTRODUÇÃO

A arborização em vias públicas, logradouros, praças e parques das cidades modernas é uma necessidade para a vida das pessoas que nelas vivem.

A organização Mundial da Saúde da ONU estabelece limites para a relação "números de habitantes por m² de área verde", cujo valor na maioria das cidades brasileiras está abaixo do limite exigido. As plantas transformam o gás carbônico do ar em oxigênio através do processo de fotossíntese; colaboram para abafar o ruído produzido pelo trânsito e pelas pessoas; proporcionam refúgio e alimento à fauna urbana, indispensáveis para manter o equilíbrio biológico; contribuem decisivamente para absorver a água das chuvas das cidades, cada vez mais impermeabilizadas, e cooperam na diminuição da temperatura e embelezam as cidades.

Nas cidades das regiões tropicais, como o Brasil, essa necessidade é mais urgente. A presença de áreas verdes contribui para amenizar a alta temperatura do verão, minorar as consequências da *evapotranspiração* das plantas, bem como pelo sombreamento que proporcionam nos passeios e calçadas das vias públicas.

Conforme Santos (2006), entende-se por arborização pública toda vegetação localizada em vias e logradouros públicos com qualidade ornamental, amenizadora climática, purificadora do ar, amortizadora da poluição sonora e atrativa para a fauna local.

Este artigo apresenta o relato de uma experiência que objetiva refletir sobre interação entre arborização, rede de água e calçada pública, buscando contribuir com o planejamento urbano local. Desse modo, o estudo realizado em uma rua do bairro Jardim das Américas, na cidade de Cuiabá-MT, reforça a ideia da necessidade de um olhar abrangente sobre arborização de calçadas em vias públicas e oferece informações minimamente necessárias para compatibilizar a convivência.

PLANEJAMENTO INTEGRADO ENTRE REDE DE ÁGUA E ARBORIZAÇÃO DE RUAS

Considerando que normalmente o planejamento das redes de saneamento é realizado antes da implantação das demais benfeitorias, inclusive arborização, faz-se necessário que nesta fase seja prevista a localização correta das árvores, de pequeno e médio porte, nas calçadas, evitando transtornos futuros entre os equipamentos urbanos.

A escolha da espécie adequada envolve uma série de fatores específicos, como insolação, vento, embelezamento, pragas, forma e resistência das folhas e das flores, frutos, tamanho e forma de copa, sistema radicular e ausência de princípio tóxico ou alérgico. Não é recomendável o plantio de árvores frutíferas comerciais nas vias públicas, porém, é desejável o plantio de frutíferas silvestres, pois atraem e alimentam os pássaros.

Nos diversos municípios brasileiros, conforme ensinam as normas de arborização, dentre elas as normas para arborização pública de Porto Alegre (1992), o planejamento de arborização de vias públicas proporciona inúmeros benefícios: melhoram a qualidade do ar, através da troca gasosa e retenção de partículas sólidas; absorvem ruídos e são agentes antipoluidores; oferecem sombra e amenizam temperaturas altas; oferecem abrigo e alimentação à fauna; embelezam a paisagem com sua forma, flores e frutos; transmitem sensação de calma e conforto aos seres humanos, entre outros.

Entretanto, apesar de inequívocas benfeitorias trazidas pelas árvores, se elas forem plantadas em locais inadequados, podem trazer prejuízos a toda sociedade, como por exemplo, interferências na iluminação pública e na rede de saneamento público de água e esgoto. Tais problemas ocorrem também quando as árvores são de grande porte, devido as suas extensas raízes, que podem danificar as redes subterrâneas.

ESTUDO DE CASO NA RUA PARAMARIBO NO BAIRRO JARDIM DAS AMÉRICAS

A inserção da Rua Paramaribo no contexto urbano de Cuiabá levou-nos a buscar o apoio teórico dos autores: Lefbvre (1975); Seabra (2000) e Seabra, mimeo), lembrando que diversas dimensões interpenetram o urbano.

Parafraseando Lefebvre (1975), lembramos que o bairro não existe enquanto unidade isolada e autônoma. É a noção de centralidade que o constrói, tornando possível a cidade e suas subdivisões. Assim, o bairro não pode ser pensado desvinculado da cidade, ideia compartilhada por Seabra (mimeo, p. 2): "A todos quantos vivam a qualquer distância do centro mas, se reconheçam nele, pertence à cidade".

Ainda, de acordo com Seabra (2000, p. 11),

> [...] torna-se, portanto, necessário compreender qual é o estatuto do bairro na história urbana e porque tanto se evoca o bairro. Afinal, é preciso não deixar margem às ontologias e nem às nostalgias. Impõe-se compreender a historicidade do bairro.

Jardim das Américas é considerado um bairro nobre da cidade de Cuiabá, tem um dos metros quadrados mais caros da cidade. Localiza-se na região administrativa Leste da Capital do estado de Mato Grosso, inserido na Região Metropolitana de Cuiabá, entre dois grandes eixos de mobilidade urbana da capital: as avenidas Fernando Correa da Costa e Miguel Sutil. O bairro surgiu na década de 1970, época em que se iniciaram as grandes transformações urbanas no Estado. Um dos fatores importantes a se destacar na gênese do bairro Três Américas foi a instalação da Universidade Federal de Mato Grosso, que oportunizou a expansão da cidade na direção do Distrito do Coxipó. A seguir, uma dinamização da economia local propiciou novas oportunidades de uso do solo à população ali residente, detentora de médio a elevado padrão de vida. As transformações resultantes das ocupações no espaço físico do bairro vêm ocasionando a devastação da vegetação original, que sofreu expressiva redução desde seu começo, há quatro décadas.

Na sua origem, o bairro possuía um código de posturas que orientava o uso do território, cujos itens foram sendo modificados no decorrer dos anos, e se afastando da proposta original. As inumeráveis críticas acerca da urbanização do bairro Jardim das Américas, mostrando os descaminhos decorrentes da questionável humanização desse espaço, não tem conseguido frear a avidez pelo lucro mediato dos empresários nos investimentos imobiliários, com finalidade comercial e empresarial.

Constata-se que, atualmente, formam-se grupos com perspectivas diferentes sobre o bairro: os que residem desde a década de 1970 e onde construíram suas residências, e os novos grupos que chegaram posteriormente, e aí instalaram seus empreendimentos comerciais e empresariais.

Numa retrospectiva da década de 1960, quando o Bairro em tela inexistia, a área era recoberta de cerrado e vegetação ciliar que acompanhava os canais de drenagem, particularmente do córrego Barbado (BORDEST, 1996), à época pontilhado de chácaras, com muito verde e águas límpidas. Mais tarde, com a expansão da cidade, surgiu o bairro Jardim das Américas agregando tonalidades de contemporaneidade (supermercados, *shopping centers*, galerias, centros de saúde, prédios de apartamentos e escritórios, capela religiosa, hemocentros, espaços de lazer etc.).

O bairro Jardim das Américas, projetado e constituído de três etapas, surgiu com finalidade estritamente residencial, com restrito espaço comercial em sua primeira etapa. Entretanto, esse perfil foi mudando ao longo dos anos, com o surgimento de grupos com perspectivas mercadológicas. Atualmente, cada grupo tem leituras simbólicas e necessidades materiais diferentes em relação ao território urbano. Assim, os residentes pensam diferentemente daqueles que querem o bairro empresarial. Desse modo, instala-se a

ideia de rompimento e não de cooperação entre os grupos, que nos coloca diante da situação: ou se ouve o que os moradores mais antigos do bairro têm a dizer e a ensinar, ou resigna-se a assistir seu desaparecimento enquanto bairro primordialmente residencial. De outro, casas térreas estão sucumbindo aos edifícios de muitos andares, o que demonstra uma diversidade arquitetônica. Mas, além desse problema conjuntural, o que se percebe é que a cultura e os costumes acumulados na relação com o meio natural começam a desaparecer e o meio ambiente passa a sofrer as consequências do desaparecimento da vegetação primária, com a canalização de canais fluviais, aterramento de canais pluviais e embaciados de nascentes, entre outros. Atualmente, esses problemas se multiplicaram com a efetivação das construções voltadas para a mobilidade urbana derivadas das ações que envolveram a Copa de 2014, que teve a cidade de Cuiabá como uma das sedes.

Inumeráveis são os conflitos que afligem o bairro, mas, como inicialmente referenciado, ressalta-se neste artigo apenas a questão arborização x rede x calçadas, com a intenção de esclarecer e refletir sobre o problema.

FOCO DA EXPERIÊNCIA: INTERAÇÃO ENTRE ARBORIZAÇÃO, REDE DE ÁGUA E CALÇADA PÚBLICA

A interação entre arborização, rede de água e calçada pública constitui o foco da experiência deste relato, que tem o propósito de chamar a atenção para essa importante relação que frequentemente ocasiona problemas nas cidades.

A experiência aqui demonstrada, através de uma sequência de fotos, ocorreu na Rua Paramaribo, localizada na segunda Etapa do Bairro Jardim das Américas. O problema foi motivado por um vazamento na calçada pública da referida rua, entre as casas de nº. 175 e nº 157, no ano de 2010. O registro do fato está primeiramente expresso nas fotos de números 1 a 10, seguido de breve comentário sobre a investigação técnica do vazamento oferecida por funcionários da Companhia de Saneamento da Capital (Sanecap) e da explanação, aos moradores, do Engenheiro Sanitarista Gian Benevento sobre o vazamento motivado pelo avanço do crescimento das raízes da árvore da espécie "oiti" no subsolo. Nota-se que a urgência na solução do problema motivou a falta de indumentária adequada aos trabalhadores.

Foto 1– Funcionário da Sanecap detectando o vazamento



Fonte: Suíse Bordest, 2010

Foto 2 – Explicação do Eng. Sanitarista Gian sobre o vazamento



Fonte: Suíse Bordest, 2010

Foto 3 – Pá escavadeira perfurando o solo na calçada



Fonte: Suíse Bordest, 2010

Foto 4 – Aprofundando a cova para atingir o cano de água



Fonte: Suíse Bordest, 2010

Foto 5- Retirando a mistura de saibro, água e raízes.



Fonte: Suíse Bordest, 2010

Foto 6 – Ampliando a fenda para observar as condições do encanamento



Fonte: Suíse Bordest, 2010

Foto 7 – Trator, pá carregadeira retirando raízes e entulho



Fonte: Suíse Bordest, 2010

Foto 8 – Grande quantidade de raízes no subsolo.



Fonte: Suíse Bordest, 2010

Foto 9- Emaranhado de raízes, saibro e vazamento no cano de água



Fonte: Suíse Bordest, 2010

Foto 10 – Explanação do Eng. Sanitarista Gian sobre o problema



Fonte: Suíse Bordest, 2010

O elenco das fotos sintetiza o problema do vazamento de água potável, motivado pelo crescimento das raízes da espécie "oiti", que provocou danos ao patrimônio público, a exemplo de uso de caminhão, trator, pá escavadeira para furar o solo; desperdício de tempo dos funcionários da Sanecap e de aparelhamento para a demolição da calçada e retirada do saibro, da água e do emaranhado de raízes em profundidade, problemas que servem de exemplo para serem vistos com outros olhares.

Como a área focalizada se insere em um ambiente geográfico caracterizado por duas estações bem definidas, a chuvosa, seguida de longo período de estiagem; posicionada em relevo levemente ondulado nos interflúvios de duas bacias de drenagem dos córregos Barbado e Gambá; apresentando solo raso e argiloso sobre filitos introduzidos por filões de quartzo; e resquícios de vegetação de cerrado, sugere-se, que, para a arborização de ruas no bairro Jardim das Américas sejam dadas preferências às espécies de vegetação propícias ao tipo de solo e demais circunstâncias ambientais. Isso está a merecer olhar mais cuidadoso dos órgãos responsáveis pela arborização urbana.

IMPORTÂNCIA DA ARBORIZAÇÃO URBANA

No exemplo apresentado sobre o vazamento, a situação conflituosa entre arborização e rede sanitária poderia ter sido evitada, caso houvesse mais interação entre gerenciadores de obras públicas e comunidade, por meio de esclarecimento e orientação à população quanto à observância do plantio de espécies vegetais, como por exemplo, repassando aos munícipes os procedimentos estabelecidos, no *Manual de arborização e poda (s/d)*, organizado pela equipe técnica Rede de Energia Elétrica - Rede Cemat, e do *Manual de vias públicas: Calçadas*, de autoria de Santos (2006), dentre outras publicações. De outro lado, deve-se levar em conta a necessidade de maior interesse dos moradores em buscar conhecimento sobre o processo de arborização.

A reflexão sobre arborização urbana nos remete ao sentimento topofílico de Y- Fu-Tuan (1983), quanto ao amor pela natureza do ponto de vista da percepção, atitude e valor. Para o mesmo autor, experienciar é aprender; significa atuar sobre o dado e criar a partir dele.

Experienciar é também aprender a melhor convivência na relação rede de água e arborização de calçadas e ruas nas cidades.

Parodiando Shakespeare, indagamos: O que é a Rua, senão o povo? Sim, o Povo é a Rua.

Para Tuan (1983, p.189) "[...] a rua onde se mora é parte da experiência íntima de cada um". Os moradores da Rua Paramaribo reconhecem, entre si, estreita relação de afinidade com fortes laços de vizinhança, particularmente entre aqueles que, desde o início da década de oitenta, para lá mudaram e contribuem com suas experiências de vida na trajetória do bairro.

A reflexão sobre a arborização urbana na Rua Paramaribo mostrou que a arborização na calçada pública faz parte de um contexto, devendo ser preocupação tanto do poder público como dos moradores, quanto ao *benefício das árvores* – pois, estas auxiliam na redução da poluição atmosférica e sonora e diminuem a velocidade dos ventos e proporcionam refúgio e alimento para os animais da fauna urbana. Melhoram as condições do solo, retém a poeira e ainda influenciam na regularização do microclima e das chuvas. Proporcionam diminuição da temperatura e deixam as cidades mais bonitas. Por isso, a arborização em vias públicas é uma necessidade para todos os seres vivos. *Ao prejuízo advindo de uma arborização inadequada* – porque, apesar de todos os benefícios, se as árvores forem plantadas com espécies e em locais inadequados, podem trazer prejuízos à sociedade, como interferência na iluminação pública e na rede de saneamento e esgoto. *À manutenção das árvores* – pois exige que as mudas sejam regadas todos os dias com bastante água, protegidas com estacas, fertilizadas com adubo orgânico e, pelo menos uma vez ao ano, seja realizada a poda dos galhos para crescimento rápido e para evitar o ataque de

insetos e fungos. *A observância à Legislação sobre arborização e poda urbana* - estampada na Lei de Gerenciamento Urbano de Cuiabá – Lei Complementar nº 004, de 24 de dezembro de 1992, que reza: *é proibido pintar, caiar, fixar faixas, cartazes e anúncios nas árvores localizadas nas calçadas, praças e canteiros centrais; a poda, o corte, derrubada, remoção ou sacrifício de árvores situadas em locais públicos só pode ser realizado com autorização de órgão competente; qualquer ato que cause a destruição parcial ou total das árvores que compõem a arborização urbana constitui infração, punível civil e administrativamente. Á observância à Lei de crimes Ambientais – Lei n. 9.605*, de 12 de fevereiro de 1998: *Quem destrói danifica, lesa ou maltrata as árvores localizadas em áreas públicas ou em propriedades privadas alheias responde criminalmente pelo ato, podendo ser aplicado pena de detenção e multa.*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo exploratório, com o propósito de chamar a atenção para a relação rede de água e arborização de ruas, partiu do entendimento que uma análise pontual, que considere a situação da arborização em áreas urbanas pode ser de fundamental importância para um planejamento condizente com a realidade e necessidade dos residentes, pois a arborização nas áreas urbanas exerce um importante papel na manutenção da qualidade ambiental.

Ponderou que a urbanização intensificada no Bairro Jardim das Américas, a partir da década de 1990, trouxe consigo consequências positivas, mas também negativas, como o desmatamento, a poluição do ar, das águas, a impermeabilização do solo, aterramento de nascentes, aumento dos processos de desbarrancamentos das margens dos canais de drenagem, assoreamentos, diminuição da vegetação natural, alterações no microclima urbano, dentre outros.

O relato da experiência, focalizando a relação entre arborização e rede de água numa das calçadas do Bairro Jardim das Américas, evidenciou a necessidade de planejamento urbano integrado por parte do poder público e maior conhecimento dos moradores sobre o processo correto de intervenção urbana, para evitar prejuízos materiais ao erário público e à população em geral.

Um olhar atento sobre o tema reforça o reconhecimento que, para construir uma comunidade com sustentabilidade social, mesmo em tempo de grandes transformações urbanas, como aconteceu em Cuiabá, em 2014, deve-se cumprir com as obrigações de cidadania, para que o nosso tempo seja lembrado pela alegre celebração da vida.

A manutenção da arborização nas calçadas justifica a possibilidade de propiciar qualidade ambiental à população nas cidades, uma vez que interfere diretamente na qualidade de vida dos seres, através de diferentes funções socioambientais, estéticas e educativas que desempenha, ao amenizar as consequências negativas da urbanização.

REFERÊNCIAS

BORDEST, S. M. L. *A bacia do Córrego Barbado. Cuiabá, Mato Grosso* (1993-1996). Cuiabá: Print, 2003.

LEFEBVRE, H. *De lo Rural a ló urbano*. Barcelona: Península, 1975.

CEMAT. *Manual de arborização e poda*. Cuiabá: Publicidade & Marketing. www. asem.com. br. (s/d).

SANTOS, A. B. *Manual de vias públicas*: Calçadas - o que estabelece o Código de Posturas do Município de Cuiabá, MT. Cuiabá: Entrelinhas, 2006.

SEABRA, O. C. de L. Memória, cidade e paisagem. São Paulo, (mimeo) 5p. s/d.

SEABRA, O. C. de L. Urbanização: bairro e vida de bairro. *Travessia-Revista do Migrante*. n. 38, ano XIII, São Paulo: Centro de Estudos Migratórios. 2000, p. 11-17.

TUAN, Y-Fu. *Espaço e Lugar*: a perspectiva da experiência. Tradução de Lívia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

**NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR**

ADENSAMENTO FLORESTAL: UMA ALTERNATIVA DE REPERCUSSÃO DA ATRATIVIDADE TURÍSTICA NA ILHA Bela - MATO GROSSO

Débora Moreira Mello
Bacharel em Turismo pela Universidade Estadual de Mato Grosso – Campus de Nova Xavantina (UNEMAT) e Mestre em Geografia, pelo Programa de Pós- Graduação em Geografia, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)
deboramello32@hotmail.com

José Carlos Nunes
Bacharel em Turismo pela Universidade Estadual de Mato Grosso – C ampus de Nova Xavantina (UNEMAT)
carlosnunes.turis@hotmail.com

RESUMO

Com o advento da Revolução Industrial, baseado num modelo capitalista e consumista, o resultado foi caos ambiental em todo planeta. A partir disso, com a revolução industrial no mundo, houve um grande crescimento econômico no Brasil, mas com isso vieram agregados problemas, o alarmante efeito estufa. O caos que o planeta vem sofrendo e as grandes variações climáticas são consequências da má utilização dos recursos naturais, algo imposto pelo desenvolvimento, que é fonte do capitalismo, assim, para os estudiosos dessa temática, a educação ambiental passa a ser compreendida como processo contínuo, onde os sujeitos sociais e suas comunidades se voltem de forma consciente para seu meio ambiente e adquiram novo saberes e práticas, valores que os permitem agir individual e coletivamente e resolver as questões ambientais presentes e futuros. Nestes termos, o estudo tem como finalidade sensibilizar a comunidade do Município de Nova Xavantina, levando-os a exercer ativamente papéis fundamentais para a preservação e conservação da natureza, seja através do plantio de mudas com espécies já existentes no bioma cerrado formando, dessa forma, uma preocupação ecológica e buscando a melhoria para a qualidade de vida da geração atual e futura. E, se propõe ainda, com a presente pesquisa estudar

um sistema capaz de equilibrar as emissões de gases causadores das mudanças climáticas por meio do sequestro de carbono vocacionado para as realidades sociais e naturais da Ilha Bela, em Nova Xavantina-MT.

Palavras-chave: Turismo. Educação Ambiental. Efeito Estufa.

ABSTRACT

With the advent of the Industrial Revolution, based on a capitalist and consumerist model, the result was environmental havoc across the planet. From this, with the industrial revolution in the world, there was a great economic growth in Brazil, but it came aggregates problems, alarming greenhouse. The chaos that the planet is suffering and major climate changes are consequences of the misuse of natural resources, something imposed by the development, which is the source of capitalism, so for students of this subject, environmental education shall be understood as a continuous process where social subjects and their communities back consciously to their environment and acquire new knowledge and practices, values that enable them to act individually and collectively to solve environmental issues and present and future. Accordingly, the study aims, to raise awareness and sensitize the community of the City of New Xavantina, leading them to actively engage in key roles for the preservation and conservation of nature, either by planting seedlings with existing species in cerrado forming thus an ecological concern and seeking to improve the quality of life of current and future generations. And, if it proposes to present research to study a system capable of balancing the causes of climate change through carbon sequestration devoted to the social and natural realities of Bela Island, New Xavantina-MT emissions.

Keywords: Tourism. Environmental Education. Greenhouse.

INTRODUÇÃO

O turismo é um dos fatores mais importantes no crescimento econômico de um país, a exploração do setor turístico tem suporte para garantir o crescimento socioeconômico de uma dada região, dessa forma, o turismo busca conduzir a geração de trabalho e renda e desperta o interesse de administradores públicos e de comunidades que buscam o empreendedorismo nesta atividade para o desenvolvimento local. Ainda, vale ressalvar que o turismo é capaz de produzir um respeitável impacto na economia local e passa a ser um meio de redistribuição de renda, de captar divisas, em gerar novos empregos, incrementar outros setores econômicos, aumentar a arrecadação fiscal, promover o desenvolvimento regional e motivar novos investimentos com benefícios sociais e naturais.

Neste contexto, o fato do turismo e outras indústrias necessitarem de condições adequadas para elaborar empreendimentos e favorecer uma melhoria na qualidade dos espaços de lazer e turismo é inquestionável, porém, isso só deve ocorrer se houver conservação dos recursos naturais existentes. Assim sendo, este estudo é relevante com a questão em pauta, pois segundo Dias (2003, p. 94), se as áreas de conservação não sofressem inúmeros impactos na obtenção do uso, possivelmente não existiriam as alterações do clima que também decorrem das intensas intervenções humanas.

Nos dias de hoje existe uma grande preocupação com os efeitos do acúmulo de carbono na atmosfera e de como se poderá reverter este processo. A recuperação de áreas degradadas e projetos paisagísticos urbanos e rurais utilizando espécies arbóreas que tenham maiores taxas de retenção de carbono é um investimento conveniente para quem pretende desenvolver esta técnica, ou seja, a fixação de carbono. Assim, enfatizo que o contexto deste estudo, tem como finalidade informar e sensibilizar a comunidade do Município de Nova Xavantina, levando-os a exercerem ativamente papéis fundamentais para a preservação e conservação da

natureza, seja através do plantio de mudas com espécies já existentes no bioma cerrado formando e, de uma constate preocupação ecológica, visando melhoria para a qualidade de vida da geração atual e futura, da região.

Todavia, o recurso natural aqui pesquisado, quando conservado, beneficiará a comunidade xavantinense como opção de lazer, além de contribuir diretamente para minimização do efeito estufa e doenças respiratórias causadas pelo alto nível de dióxido de carbono (CO2) exposto na atmosfera e também pelos altos índices de destruição do meio ambiente ocasionado pela urbanização.

De acordo com variados estudos sobre o assunto, há na atualidade, uma real preocupação com o excesso de carbono na atmosfera e, também, inúmero propostas para uma reversão desta situação, uma delas é o reflorestamento com algumas espécies arbóreas com alta capacidade de retenção do carbono. Acredita-se que esta venha a ser uma saída simples e de baixo custo.

Esta pesquisa tem como objetivo estudar um sistema capaz de compensar as emissões de gases causadores das mudanças climáticas por meio do sequestro de carbono, vocacionado para as realidades sociais e naturais da Ilha Bela em Nova Xavantina-MT. Mais especificamente buscou-se inventariar as principais espécies florestais locais, calcular o custo do reflorestamento e o impacto gerado em termo de sequestro de carbono e sensibilizar a comunidade de Nova Xavantina sobre os problemas ligados ao meio ambiente através de uma Cartilha Informativa.

Para melhor entender o desenvolvimento do trabalho científico é importante colocar que a pesquisa foi estruturada em quatro etapas sendo que: a primeira aborda a reflexão teórica sobre turismo, educação ambiental, unidades de conservação e efeito estufa; já na segunda etapa foram apresentadas, metodologia, ferramentas e materiais utilizados na coleta dos dados; na terceira etapa foram descritos em forma de textos e gráficos estatísticos os resultados obtidos na coleta de dados. A quarta etapa foi à finalização da pesquisa apresentando em texto todos os pontos-chave com sugestões que oferecem melhorias de iniciação de práticas para redução de CO2 na atmosfera e conservação dos recursos naturais.

TURISMO E MEIO AMBIENTE

FATORES ATENUANTES

TURISMO E DESENVOLVIMENTO

Turismo pode ser definido, como relata GOELDNER, 2002, como "um fenômeno de relações originado da interação de turistas, empresas, governos locais e comunidade anfitriã, no processo de atrair e receber turistas e outros visitantes".

Complementando, as relações e fronteiras que o turismo aproxima desencadeiam um fenômeno histórico sem precedentes, originárias das invenções mais notáveis da sociedade moderna. Trata-se da criação da sociedade de consumo que, a partir da importância do lazer na sociedade atual passa a comercializar o turismo como um novo produto.

Já para Molina e Rodriguez (2001) o turismo pode ser definido como um conjunto das relações e de fenômenos produzidos pelo deslocamento e permanência de pessoas fora de seu lugar de domicílio, desde que tais deslocamentos e permanências não sejam motivados por uma atividade lucrativa, permanente ou temporária.

O conjunto de relações acima colocadas pelos autores se dá pela necessidade do refúgio e do *stress* adquirido na rotina do dia-a-dia, e pela interação e expansão do turismo provocado por grupos de turistas específicos, que por sua vez, buscam uma forma de lazer e descontração com finalidade de alforriar os últimos acontecimentos. Dessa forma, o turismo é um segmento que vem crescendo, com finalidade de superar as expectativas apresentadas pelos turistas.

A partir dessas definições de turismo, BISSOLI, 2002 sugere que para ter desenvolvimento e sucesso no turismo tem que ser planejado o setor, que é um processo que analisa as atividades turísticas de um determinado espaço geográfico, diagnosticando seu desenvolvimento e fixando um modelo de atuação mediante o estabelecimento de metas, objetivos, estratégias e diretrizes com os quais se pretende impulsionar, coordenar e integrar o turismo ao conjunto macroeconômico em que está inserido.

A atividade turística vem ganhando espaço na economia mundial e contribuindo com o desenvolvimento de muitas nações. No entanto, exploradores do setor e prestadores de serviços estão deixando a desejar na elaboração de planejamentos específicos para o mercado, focalizando somente no retorno financeiro que o setor oferece. É preciso que haja uma consciência ambientalista visando à importância do planejamento no desenvolvimento da indústria do turismo[1], formando meios alternativos na redução dos impactos ambientais causados pelos engenhos turísticos [2].

Entretanto, SWARBROOKE, 2000 afirma que "muitos analistas veem a indústria do turismo como a vilã no melodrama do turismo sustentável". No entanto, a vertente exposta como alternativa das reduções de impactos ambientais causados pelas indústrias é a sustentabilidade e para que esta alternativa se concretize é necessário que haja uma consciência ambientalista voltada para o planejamento do setor turístico no meio natural.

Como relata GOELDNER, 2002 é importante o planejamento no desenvolvimento turístico. À medida que o turismo avança no século XXI, os empreendimentos deverão fazer do meio ambiente, uma prioridade. Por ser o maior setor do mundo, o meio ambiente está assumindo um lugar central no desenvolvimento turístico. O turismo não é apenas uma força econômica, mas, também, um fator importante na sustentabilidade da natureza.

O meio ambiente é o núcleo do produto turístico, dessa forma, o turismo tem poder de conservação e preservação de culturas e histórias, além de estabelecer limites sustentáveis de utilização e proteção dos atrativos naturais. Mas também, pode causar destruição se não for planejado e implantado de maneira apropriada, destruindo a vegetação, gerando superpopulação, e contribuindo para o acúmulo de lixo das trilhas, poluindo as praias, causando excesso de construções, eliminando espaços abertos, criando problemas como deficiência de infraestrutura básica, e ignorando as necessidades e a estrutura da comunidade receptora, e assim mesmo uma indústria sem chaminés está contribuindo para o grande caos que enfrentamos em nosso planeta, o chamado "Efeito Estufa".

No entanto, empresários dos setores industriais e segmentos turísticos idealizam que os impactos ambientais relacionados com um empreendimento do setor turístico não são relevantes como alto impacto ao meio ambiente. Nesse sentido, ficariam mais bem caracterizados os impactos de maior grau nos atrativos naturais às indústrias que poluem, e assim, jogam dejetos de produtos contaminados nos rios e mares, emitem gases de suas chaminés, neste caso diferente da indústria e gases lançados pelo turismo.

É necessário ressaltar também a importância do planejamento em áreas naturais e salientar sobre a estruturação de cada atrativo GOELDNER, 2002. Já Dias (2003, p. 100) afirma que "empresas privadas podem atuar em investimento turístico e em setores de infraestrutura. Mas está reservado ao poder público o papel de regulador e/ou provedor de serviços públicos indispensáveis ao turismo".

A relação sociedade-natureza constrói meios legais e diferenciados na apropriação dos recursos naturais com fins turísticos na construção de um eficiente atrativo no meio natural.É preciso que em cada localidade a ser desenvolvido, o turismo, defina que tipo de modalidade turística e suas características e atrativos a serem explorados que se enquadram com o potencial turístico da região. Esse tipo de informação é necessário para que o visitante "turista" tenha conhecimento e saiba quais tipos de turismo a cidade oferece, obtendo assim, um eficiente planejamento para a localidade receptora LOPES, 2008. No desenvolvimento turístico de um determinado local tem que haver a participação efetiva dos órgãos do

setor público que podem fazer muito no sentido de tornar o turismo sustentável.

Dessa forma, como relata (SWARBROOKE 2000, p. 3), "aparentemente, a maioria dos analistas acredita que o setor público tem papel principal a ser desempenhado no desenvolvimento de forma mais sustentável de turismo".

Entretanto, o turismo é um setor que pode criar formas e alternativas para desenvolver o setor econômico de um local, mas para esse desenvolvimento acontecer deve ter investimentos, tanto do poder público, quanto do privado.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O histórico de cobertura do estado de Mato Grosso está sob o domínio do Bioma Cerrado, que é o segundo maior bioma do País, abrangendo cerca de 23% do território nacional (BRASIL, 2002). Durante as décadas de 1970 e 1980 houve um rápido deslocamento da fronteira agrícola, com base em desmatamentos, queimadas, e também com o crescimento não planejado das áreas urbanas. Restando apenas 20% de área em estado conservado (Ambiente Brasil, 2008).

A preocupação é grande com o Bioma Cerrado, por ser hoje o bioma mais ameaçado de destruição, comparado com os demais. Estudos indicam que o Cerrado deverá desaparecer até 2030, pois a taxa anual de desmatamento no bioma é de 1,5%, ou 3 milhões de ha/ano (MARGIT, 2006).

Diante desse quadro, é de grande importância a obtenção de uma relação harmoniosa entre sociedade e natureza. Sendo claro a necessidade de mudar o comportamento ser humano em relação à natureza para que haja reflexos positivos junto à qualidade de vida de todos (Idem).

Medina (1997), afirma que o aprofundamento dos processos educativos ambientais é uma condição para uma nova racionalidade ambiental, a qual possibilita modalidades de relações entre a sociedade e a natureza, entre o conhecimento científico e as intervenções técnicas no mundo, nas relações entre os grupos sociais diversos e entre os diferentes países num novo modelo ético, centrado no respeito e no direito à vida em todos os aspectos.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, no documento Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999), a Educação Ambiental é: "Um processo permanente, no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação que os tornam aptos a agir - individual e coletivamente - e resolver problemas ambientais presentes e futuros".

A Educação Ambiental (E.A) foi mencionada na Conferência do Meio Ambiente, em Estocolmo-Suíça, 1972, como elemento crítico e principal para combater a crise ambiental no mundo. O congresso Internacional de Educação Ambiental vem, realizando conferências há mais de 20 anos (1977), fazendo recomendações para que a mesma fosse disseminada amplamente na sociedade, só agora, ela está sendo considerada com seriedade no processo educacional de crianças e adolescentes (PEDRINI, 1997).

O Brasil teve sua Política Nacional de Educação Ambiental aprovada em 1999, o projeto de lei tramitou no Congresso por seis anos. Essa Política irá afetar todos os níveis do ensino formal. Fora das instituições educacionais, com o apoio do governo, serão criados mecanismos, para que a sociedade seja sensibilizada e incentivada a participar na defesa da qualidade do meio ambiente. Até que tudo isto seja feito, de fato, e aplicado na prática, às empresas que utilizam os recursos naturais na prestação de serviço precisam adotar ações educativas visando atingir os seus objetivos ambientais (Idem).

É importante salientar que a maioria das empresas que trabalham com esses recursos relata ter adotado programas de educação ambiental que tem como o objetivo a redução dos impactos ambientais causados e provenientes de ações ligadas às indústrias que utilizam dos recursos naturais na prestação de serviço

e sensibilizar seus colaboradores para participar das iniciativas ambientais implantadas (Idem).

Como exposto pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT, NBR ISO-14001 (2007, p.8), impacto ambiental é: "qualquer modificação do meio ambiente, adversa ou benéfica, que resulte no todo ou em parte, das atividades, produtos ou serviços de uma organização".

Considerando que a maioria dos enfoques relacionados ao meio ambiente deve ser dado ao impacto ambiental negativo, ao considerar essa afirmação entende-se que as atividades, produtos e serviços relacionados com o segmento da indústria do turismo, também podem causar modificações negativas ao meio ambiente.

Assim, o turismo é um setor que utiliza dos recursos naturais como uma fonte de matéria-prima, como também são utilizados por qualquer outro tipo de empresa e todos os indivíduos que dela necessitam a exploração desses recursos hídricos e florestais, por exemplo, que representam significativo impacto ambiental. Dessa forma, a vertente que o turismo é um setor que degrada o meio ambiente se confirma, mas não justifica que o mesmo é responsável pela grande estufa que o planeta Terra está tornando.

Ao mencionar que os impactos ambientais produzidos pelo lixo, degradação do solo e assoreamento no leito dos recursos hídricos implica que é gerado nos locais que concentram os equipamentos e produtos de uso diário que agridem o meio ambiente.

No turismo uns dos maiores problemas enfrentados e uma das maiores contribuições para o efeito estufa é o caso do lixo produzido por pessoas insensíveis à causa ambiental. Dessa forma, não dimensiona o tamanho do caos irreversível que estão colaborando de forma direta, assim acontece frequentemente na atualidade. De acordo com a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES (BRASIL, 1999), o Brasil gera 90 mil toneladas de lixo por dia e 59% das cidades não possuem destino final para os resíduos que, em 76% dos casos, é feita a céu aberto, causando sérios problemas ambientais que põem em perigo a saúde da população, dos turistas que visitam o local.

Em virtude, dos objetivos reguladores do uso do meio ambiente que está exposto em lei, foi criado também o Código Florestal Brasileiro, estabelecido pela Lei 4.771/65 de 15 de setembro de 1965, e atualizado em 06/01/2001. Para melhor entender o trabalho pesquisado está regulamentado pela lei 4.771/65.

Complementando, assim a visitação pública está sujeita á condições e restrições estabelecidas no plano de manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração e às previstas em regulamento próprio (COSTA, 2002). Corroborando com texto, a Ilha Bela está obrigatoriamente inserida em Área de Proteção Permanente (APP) de acordo com o Código Florestal Brasileiro – Lei N° 4.771/1965 e outras leis vigentes, referindo-se a respeito da conservação e preservação, uso, proteção e fiscalização. Mas, conforme estudado a Ilha não é delimitada como Unidade de Conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, (BRITO 2000).

Assim, em conformidade com o artigo 2° da lei N°4.771 do código florestal brasileiro, foram também consideradas áreas de preservação permanente as florestas e demais formas de vegetação natural situada ao longo do rio ou de outro qualquer curso d'água. A resolução N° 303 do CONAMA, define os limites para os cursos d'água, a qual estabelece um faixa marginal cuja largura mínima será de trinta metros para o curso d'água com menos de dez metros de largura; cinquenta metros, para curso d'água com dez a cinquenta metros de largura (Idem).

É importante destacar que nessas áreas não se pode retirar a cobertura vegetal original, para permitir assim, o exercício pleno de suas funções ambientais (RIBEIRO *et al,* 2005).

As Áreas de Preservação Permanente - APPs são ecossistemas que possuem relevante interesse para o equilíbrio do meio ambiente. Devido a isso, houve a necessidade de se criar condicionantes que visassem à criação, à preservação e à proteção dessas áreas ao entorno dos reservatórios artificiais. A Resolução CONAMA

302/2002 vem solucionar esta preocupação implantando parâmetros, limites e as definições para dimensionamento das APPs e o regime de uso do entorno do reservatório, demonstrando, ainda, a influência da participação da opinião pública, do comitê de bacia e do órgão ambiental competente nas decisões a serem tomadas quanto à implantação de reservatórios artificiais.

As áreas de preservação permanente foram criadas para proteger o ambiente natural, o que significa que não são áreas apropriadas para alteração de uso da terra. Assim, essas áreas devem estar cobertas com a vegetação natural. A cobertura natural dessas áreas irá atenuar o efeito erosivo e a lixiviação dos solos, contribuindo também para a regularização do fluxo hídrico (COSTA *et al*, 1996).

Barcelos *et al* (1995) chamam atenção para o fato de que, as Áreas de Preservação Permanente - (APP) demanda atenção especial porque está voltada para a preservação da qualidade das águas, vegetação e fauna, bem como para a dissipação de energia erosiva. Com isto, pode-se afirmar que as Áreas de Preservação Permanente devem ser mantidas em suas características originais, reconhecidas como indispensáveis para a manutenção das bacias hidrográficas, e por consequência, da vida humana e seu desenvolvimento. A importância em conhecer melhor sobre quais condições encontra-se as Áreas de Preservação Permanente diz-se respeito a subsídios informacionais que auxiliará em tomada de decisões políticas/técnicas de caráter ambiental por parte dos poderes públicos bem como da sociedade.

O monitoramento das áreas de preservação permanente tem sido um grande desafio sob o aspecto técnico e econômico, pois os critérios de delimitação com base na topografia exigem o envolvimento de pessoas especializadas e de informações detalhadas a unidade espacial em análise (NASCIMENTO *et al,* 2005).

Embora a legislação ambiental brasileira seja considerada bastante ampla, alguns fatores têm contribuído para torná-la pouco ágil, dentre esses, destaca-se a deficiência em meios e materiais para apurar com vigor as agressões ao meio ambiente. (YAMAMOTO, 2007).

EFEITO ESTUFA

O turismo foi durante muito tempo considerado uma atividade econômica limpa, não poluente, geradora de amplo leque de oportunidades e de empresas que não lançam fumaça na atmosfera, como as fábricas características da revolução industrial, sendo, portanto, tratada nesta pesquisa, como "indústria". Embora esse cenário tenha se alterado nos anos recentes, com os diversos estudos do impacto provocado pelo turismo nas comunidades e ecossistemas, há muita contribuição potencial e efetiva do turismo para o gerenciamento do meio ambiente (DIAS, 2003). Dessa forma, o turismo tem o comprometimento em auxiliar as demais indústrias poluidoras na redução dos impactos causadores do efeito estufa.

O efeito estufa é um processo natural, sendo responsável pelo aumento da temperatura na Terra que não seria possível na ausência de Gases Efeito Estufa. Se não existissem os gases causadores do efeito estufa, a temperatura na superfície da Terra poderia equivaler em média cerca de 34ºC mais fria do que é hoje (LEGGET, 1992).

O caos que o planeta vem sofrendo e as grandes variações climáticas é consequência da má utilização dos recursos naturais, algo imposto pelo desenvolvimento, que é fonte do capitalismo. Muitos latifundiários apropriam-se de grandes propriedades e implantam o sistema próprio de desmatamento para utilização do solo na agricultura e agropecuária, ignorando assim, a legislação ambiental.

De acordo com Legget (1992, p. 346), "o termo desmatamento refere-se à destruição da cobertura florestal através de derrubadas destinadas a vários tipos de exploração (fazendas de criação de gado, agricultura de pequeno proprietário de terra, planejada ou espontânea e cultivo de produtos primários)."

Devido à capacidade de alterar o espaço a sua volta, a presença do homem causa certo impacto na natureza distinguindo-os dos outros animais. As alterações do clima são acontecimentos que ocorrem desde sempre, e estas alterações são resultados de

intensas intervenções humanas sobre o meio natural com repercussões no clima e que refletem uma escala regional e global (CORREIA, 2007).

Um dos piores problemas enfrentados decorrentes das ações humanas tem a sua contribuição significativa em função das elevadas emissões de CO2 (dióxido de carboro) além, de outros gases, devido, principalmente, ao uso intensivo dos combustíveis fósseis, práticas e tipos de agricultura, áreas imensas para uso de pastagens, desmatamentos e queimadas (FREITAS, 2007). Como consequência, ocorre atualmente um notável aumento nas temperaturas, desencadeando uma série de problemas ao planeta.

De acordo com especialistas ambientais, esse aumento da concentração de gás carbônico pode resultar em mudanças permanentes no clima acarretando profundas modificações nas condições da vida na Terra. Assim, tem-se um consenso mundial de que estratégias devem ser estudadas e empregadas para redução da concentração do CO2 atmosférico, na tentativa de reduzir o risco de eventuais catástrofes mundiais (SOARES e OLIVEIRA, 2002).

Para melhor entendimento sobre o efeito estufa, cientistas e estudiosos de todo planeta vem pesquisando, realizando conferências internacionais e buscando a melhor proposta apostando em reverter o conjunto de alternativas que possivelmente poderá contribuir com a estagnação das turbinas alimentadoras do efeito estufa.

Em 1997 ocorreu a Conferência de Kyoto, em que o conceito de Sequestro de Carbono foi consagrado, com a finalidade de conter e reverter o acúmulo de CO2 na atmosfera (BRASIL, 1999).
Para melhor entender o aquecimento da Terra (MACEDO, 2001, p. 26), Sequestro de Carbono "é todo carbono que é capturado e mantido pela vegetação, durante o processo respiratório de fotossíntese. Sua finalidade é conter e reverter o acúmulo de CO2 na atmosfera visando à diminuição do efeito estufa".

Os resultados do efeito Sequestro de Carbono podem ser quantificados através da estimativa da biomassa da planta acima e abaixo do solo, do cálculo de carbono estocado nos produtos madeireiros e pela quantidade de CO2 absorvido no processo de fotossíntese (BRASIL, 1999).

Segundo Paixão et al. (2006), o Brasil poderá assumir uma posição privilegiada em relação aos países que buscam reverter o processo das variações e mudanças climáticas globais, tanto do ponto de vista das reduções de emissões quanto do sequestro de carbono, uma vez que poucos países possuem condições climáticas e tecnológicas apropriadas para a produção florestal como o Brasil.

Um dos mecanismos encontrados para suavizar e minimizar os impactos causados pela grande emissão e alto nível de concentração de CO2 é o reflorestamento, que por sua vez é feito por indução direta do homem em áreas não florestadas, trazendo uma série de benefícios, como proteção da superfície do solo e bacias hidrográficas, maior biodiversidade, aumento do conforto térmico, produção de oxigênio, e mais recentemente evidenciada, a retenção do carbono na atmosfera (SCARPINELLA, 2002).

Nesse sentido, a árvore mais usada na absorção do dióxido de carbono na atmosfera tem sido o *Eucalyptus globulus* (Eucalipto) e *Merkusllpinus Pinus* (Pinus) por possuírem um crescimento rápido, o que significa que estas espécies arbóreas são capazes de reter altas taxas de carbono (REMADE, 2007).

Outra espécie que vem sendo pesquisada é o jatobá, que apresenta uma grande capacidade de reter o carbono estocado na atmosfera, algo que é muito significativo, cujo crescimento parece se acelerar em ambientes ricos de CO2 (GIACOMINI, 2000). Acredita-se que o jatobá, por ser uma árvore extremamente adaptada aos ecossistemas brasileiros e presente em praticamente todas as latitudes e biomas do território nacional, pode ser um bom candidato a desempenhar o papel de "faxineiro do ar" (RADIOBRÁS, 2002). De acordo com Vale e Felfili (2005), uma espécie arbórea tipicamente nativa do Cerrado que poderá desempenhar bem esse papel seria a Gomeira, por também possuir uma capacidade alta de acumulação de carbono.

É importante ratificar que para suavizar e auxiliar na redução dos impactos ambientais causados pelas indústrias e pelo mau uso dos recursos naturais foi criado também um novo conceito, o Mercado de Créditos de Carbono, que por sua vez, colocado em prática terá uma grande contribuição para que não haja aumento na emissão de CO2 na atmosfera.

> Os créditos são bônus cotados em dólar que podem ser negociados entre as empresas. O conceito é simples: cada país tem uma cota de poluição que é repartido entre suas empresas. Quem poluir abaixo de sua cota pode vender as porções não usadas. Uma tonelada de CO2 equivale a um crédito de carbono. Outros gases GEEs também podem ser convertidos em créditos através do conceito de Carbono Equivalente. O conceito dos créditos de carbono é usar as armas do capitalismo atribuindo um valor financeiro a poluição (MOLION, 2003, p. 8).

Dando continuidade, o caos que o planeta sofre na atualidade é causado pelas mudanças climáticas. Dessa forma, efeito estufa, mudanças climáticas é apenas terminologia que apontam que o Planeta Terra irá sofrer diversificadas variações em seu comportamento, Dias (2003, p. 95) relata que

> a temperatura da Terra tem aumentado nos últimos anos devido ao aumento dos gases que provocam o efeito estufa na atmosfera, que retém o calor do sol. Um dos mais importantes desses gases é o CO2 (gás carbônico), que é eliminado principalmente pela queima dos combustíveis fósseis, tais como: óleo diesel, gasolina, carvão, e quando há ocorrência de queimadas provocada pela destruição das florestas e matas [...] e o tráfego aéreo, que é um dos maiores causadores do efeito estufa.

Dessa forma, com a alta arrecadação financeira dos governos e importação de recursos viabiliza uma melhor qualidade de vida para sociedade possibilitando, assim uma ampliação no custo de vida de cada família, no entanto, por abordar uma sociedade consumidora que efetivamente está contribuindo de forma significativa com a concentração de substâncias tóxicas na atmosfera por se tratar do alto consumo de produtos e serviços responsável pela estufa que está sendo construída.

MATERIAIS E MÉTODOS

CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

O presente trabalho foi realizado no Município de Nova Xavantina (Figura 1), que foi colonizado na década de 1940, com a expedição Roncador-Xingu, que tinha duas frentes; uma, em busca da barra do Rio das Mortes, descendo o Rio Araguaia; e a outra partiu da cidade de Barra do Garças abrindo uma trilha em direção ao que é hoje o Município (D'ERI, 2002).

Figura 1 - Foto aérea do Município de Nova Xavantina - MT



Fonte: Google Earth, 2010.

Porém, somente com a abertura da BR-158 o vilarejo começou a desenvolver-se, hoje denominado Nova Xavantina (FERREIRA, 2002). A mesma está localizada no Centro-Leste do Estado do Mato Grosso, aproximadamente 650 km da capital, Cuiabá; e 550 km da

capital do Estado de Goiás, Goiânia. A população estimada é de 18. 670 habitantes numa área de 5.575.25 km2 dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, (2008), considerando que as principais atividades econômicas desenvolvidas na região são: a agricultura com produção de (soja, milho) e pecuária de corte.

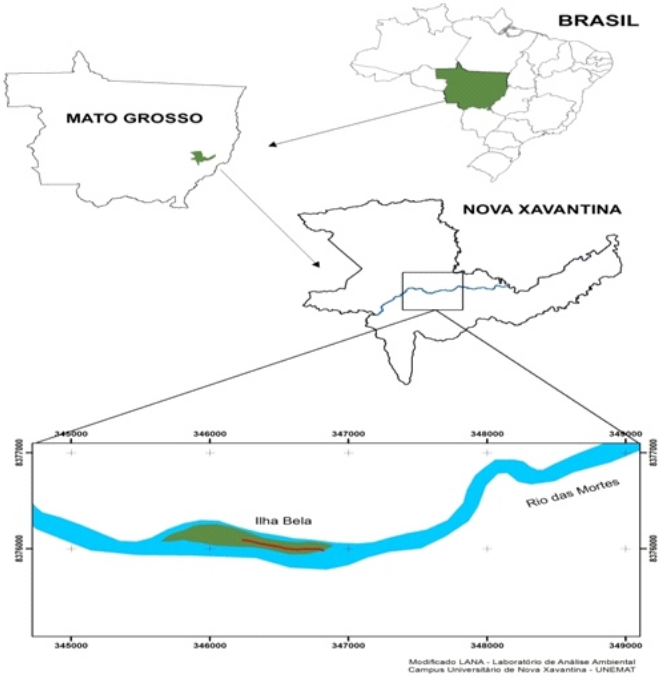
Nova Xavantina possui o clima tropical bem definido tipo savana com duas estações conspícuas, inverno seco, de maio a setembro e verão chuvoso no decorrer do restante dos meses, a vegetação dominante é o cerrado com características de campos, várzeas e florestas, o município tem como divisa os municípios de Água Boa ao Norte, Barra do Garças ao Sul, Campinápolis, Novo São Joaquim à Oeste e Araguaiana à Leste (MARIMON, 1998).

Segundo Marimon (1998), o município encontra-se entre as coordenadas 9° 59'e 17° 00' S, e 50° 30'e 54° 00' W. A altitude é de aproximadamente 250m, sendo que na região da Serra Azul e Roncador há pontos que chegam a 630m de altitude. A temperatura média anual é de 24,4°C, com máximas mensais de 27,9°C e mínimas de 14,7°C, e a precipitação pluviométrica atingem mínima 1.450 e máxima 1.600 mm (NIMER, 1989).

ÁREA DE ESTUDO

A área de estudo desta pesquisa, a Ilha Bela, está localizada no Município de Nova Xavantina-MT, aproximadamente 10 km do perímetro urbano, sentido Oeste do município, possui uma área de 42.426m2, sendo esta pública com latitudes de aproximadamente 14° 41' 35"S e longitude 52° 25' 72" O (Figura 2). O acesso ao público é livre, com período de alta temporada de junho a novembro. O meio de acesso ao atrativo se dá por via não pavimentada.

Figura 2 – Mapa de localização da Ilha Bela em Nova Xavantina - MT



Fonte: Laboratório de Análise Ambiental - UNEMAT, 2010.

Os meios de transportes mais utilizados para o acesso à ilha são de veículos automotores de passeio (carro e motocicleta). Para a travessia até o atrativo é preciso cruzar uma ponte pênsil, destinada somente a pedestres (MEDANHA, 2009).

Em contextualização, a ilha não possui limite diário de pessoas transitando, por se tratar da não existência de controle de visitantes, denominando este limite de capacidade de carga. Para

tanto, é importante salientar sobre o estado de conservação da área, de acordo com o Código Florestal Brasileiro Lei nº 4.771/65. O recurso natural mencionado está inserido em Área de proteção permanente. O código insere nesta categoria as florestas e demais formas de vegetação natural situada ao longo dos rios ou de outro qualquer curso d'água; e ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água, naturais ou artificiais.

O recurso natural apresenta-se como atrativo turístico por dispor de infraestrutura de apoio ao visitante. Fazem parte dessa infraestrutura: 03 (três) chalés para aluguel, sendo que as diárias são faturadas por cada 24 horas. A ilha também conta com serviços de bar, cozinha, além de disponibilizar mesas e cadeiras de madeira.

Contudo, a vegetação apresenta lugares com sinais de degradação, e na ilha ainda existe criação de animais domésticos e até a presença de plantas exóticas. No entanto, foram constatados resíduos sólidos (lixo) no decorrer da trilha e nos locais onde existem os chalés e residências, principalmente nas margens, locais frequentados por grande número de visitantes.

Embora todo o território esteja apropriado com infraestrutura básica para atender a demanda turística do local, pode-se afirmar que, além das instalações fixadas, a maior extensão da área é utilizada no desenvolvimento do ecoturismo e implantação de trilhas (PERES, 2009). A Ilha é um produto importante para o desenvolvimento turístico do município, mas de imediato, deve-se iniciar um trabalho de recuperação e conservação dos recursos naturais que no passado (não muito distante) foram degradados pelos turistas que ali frequentaram.

A ilha é rodeada pelo Rio das Mortes, que se torna um importante produto a ser desfrutado. No entanto é preciso que haja o reflorestamento e assim, com a recuperação das áreas degradadas pelo turismo e um futuro planejamento no ambiente, o seqüestro do CO2 exposto na atmosfera é uma alternativa que viabiliza a qualidade do ar no receptivo turístico e assim, contribui com a redução de gases estufas no planeta.

A partir disso, há um potencial na área favorável para o desenvolvimento turístico do local, sendo que a ilha possui locais apropriados para banho, pesca esportiva e, principalmente, a prática do ecoturismo em quase toda sua área. As trilhas foram construídas pelo proprietário que, por sua vez, entende que o ecoturismo pode tornar uma das principais atividades da ilha.

Os atrativos citados serão aproveitados em benefício da atividade turística, visando uma consciência ambientalista. Dessa forma, a visitação pública está sujeita às condições e restrições estabelecidas no plano de manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração e às previstas em regulamento próprio (COSTA, 2002).

METODOLOGIA APLICADA

A pesquisa realizada tem a finalidade de abordar a problemática da área de estudo e sanar, com alternativas eficientes, os problemas. Dessa forma, é de suma importância a utilização de técnicas específicas na coleta de dados, assim o trabalho iniciou com o estudo exploratório que, por sua vez, Cervo e Bervian (1978, p. 51), afirmam, neste âmbito, "destina-se ao levantamento do material necessário para a investigação. De acordo com o tipo de pesquisa, ter-se-á que reunir instrumentos, aparelhos, materiais diversos ou documentos. Estes últimos constituem a matéria-prima da pesquisa bibliográfica".

Complementando para consumação de trabalhos científicos, é importante a realização de pesquisas bibliográficas. Para tanto, Medeiros (2003, p. 48) afirma que "[...] significa o levantamento da bibliografia ao assunto que deseja estudar [...]". O mesmo autor diz que a pesquisa bibliográfica "é aquela que busca levantar dados de livros e revistas científicas de relevante interesse para a pesquisa que será realizada. Seu objetivo é colocar o autor da nova pesquisa diante de informações sobre o assunto de seu interesse".

Num segundo momento, após ser realizada a pesquisa bibliográfica, a próxima etapa foi à pesquisa de campo, aplicando

a técnica de observação sistemática. Para Martins e Teóphilo (2007, p. 84) "a observação sistemática é uma técnica de coleta de informações, dados e evidências que utiliza os sentidos para obtenção de determinados aspectos da realidade". A técnica mencionada foi realizada na área de estudo com objetivo de obter dados precisos e seguros.

A pesquisa de campo é

> frequentemente, empregada em investigações que procuram avaliar a eficácia de um conjunto de processos para auxiliar a sociedade; e busca controlar a influência de obstáculos no meio social, que podem interferir na relação entre as variáveis independentes e dependentes (FACHIN, 2003, p. 134).

Nesta fase, é importante enfatizar que, o fato de caracterizar a observação como sistemática, foi fundamental a aplicação de um roteiro que possibilitasse a análise das informações obtidas. A aplicação desse roteiro tem como objetivo identificar os impactos ambientais e as espécies arbóreas da Ilha Bela, a fim de esclarecer os impactos existentes e direcionar soluções que minimizasse os mesmos.

Para calcular o custo do reflorestamento e o impacto gerado em termos de sequestro de carbono foi realizada a identificação da área degradada e o estabelecimento de valores ao grau do impacto.

Por último, o objetivo de sensibilizar a comunidade de Nova Xavantina sobre os problemas ligados ao meio ambiente através de apostila educativa.

INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

A pesquisa realizada possui característica qualitativa e quantitativa conforme o próprio nome indica "qualidade" e "quantidade", afirmam Martins e Theóphilo (2007, p. 138) quando referem que,

> Empregar dados quantitativos como centro do processo de análise de um problema, sendo que esse método não procura enumerar ou medir unidades ou categorias homogêneas. As pesquisas que utilizam esse método possuem maior facilidade em descrever ou quantificar determinada hipótese ou problema.

Dando continuidade aos métodos de coleta dos dados, foi aplicado também formulário estruturado com questões abertas e fechadas, assim as perguntas foram respondidas pelo pesquisador através da técnica de observação sistemática. Para Martins (2005, p.88), "o formulário é um roteiro de perguntas enunciadas pelo investigador e preenchidas por ele com a resposta do pesquisador".

Sendo que as questões abertas, no que se refere ao formulário aplicado, estabelecem assim, relações entre pesquisador e ambiente de estudo que compõem o grupo de obtenção de dados. Complementando essa abordagem de relações, Rea e Parker (2002, p. 44), afirmam que, "[...] em contraste, as perguntas abertas não possuem categorias prefixadas de respostas e dão ao entrevistado ampla liberdade para respondê-las".

Portanto, após o término das etapas que acaba de ser realizado, o pesquisador transformou os dados coletados em informações que serão descritas e tabuladas na próxima etapa da pesquisa.

RESULTADO E DISCUSSÃO

A VISITA TÉCNICA NA ILHA BELA

Nos dias 13,14 e 15 de abril de 2010, foi realizada uma visita técnica na Ilha Bela, a fim de obter uma familiarização com a área de estudo e fazer a pesquisa referente ao tema abordado.

Para uma melhor compreensão, a vegetação predominante na Ilha Bela é típica do Bioma Cerrado, o qual está localizado na

região central do país ocupando aproximadamente 23% do território brasileiro, sendo uma área de 2.000.000 km2 que abrange os estados de Goiás, Tocantins e o Distrito Federal, parte dos estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Piauí, Rondônia e São Paulo. A vegetação do Bioma Cerrado apresenta fisionomias de formações florestais, savânicas e campestres.

As formações florestais do Cerrado possuem tipos de vegetação com domínio de espécies arbóreas e formação de dossel[3]. As matas ciliares e de galerias são fisionomias que agregam os cursos d'água, que podem incidir em solos bem ou mal drenados, já a mata seca e o cerradão acontecem nos interflúfios, em solos bem drenados.

A mata de galeria tem dois subtipos: não inundável e inundável. A mata seca possui três: Sempre Verde, Semidecídua e Decídua. O cerradão pode ser classificado como mesotrófico (solo fértil) e distrófico (solo pobre) (SANO et al, 1998).

Já as formações savânicas do cerrado possuem quatros tipos fitofisionômicos: o Cerrado sentido restrito, o Parque do cerrado, o Palmeiral e a Vereda. O Cerrado sentido restrito caracteriza-se pelo aspecto dos estratos arbóreos, e arbustivos herbáceos definidos, com as árvores distribuídas aleatoriamente sobre o terreno em diferentes densidades. No Parque de Cerrado a paisagem das árvores se restringe em locais únicos do terreno. O Palmeiral ocorre tanto em áreas bem drenadas quanto em áreas mal drenadas. Já a Vereda caracteriza pela presença de uma única espécie de palmeira e é rodeada por um estrato arbustivo-herbáceo característico (SANO et al, 1998).

As formações campestres do Cerrado possuem três tipos fito-fisionômicos: Campo Sujo, Campo Limpo, Campo Rupestre. Campo sujo caracteriza-se por arbustos e subarbustos entressachado no estrato herbáceo. O campo rupestre tem uma aparência ao campo sujo, diferenciando pelo substrato, e pelo afloramento de rochas e pela formação florísticas que inclui diverso endemismo. Já no campo limpo a presença de arbustos e subarbustos é inexistente (SANO et al, 1998).

PRINCIPAIS ESPÉCIES ARBÓREAS DA ILHA

De posse dos dados coletados, a etapa seguinte foi análise dos dados obtidos, e em seguida iniciou-se a discussão dos mesmos.

Com a utilização das técnicas adotadas (observação sistemática e estudo exploratório), pelo pesquisador no estudo de campo realizado, foi descoberto que a Ilha Bela em Nova Xavantina-MT, é uma área de APP que, irregularmente, foi apropriada pelo atual usuário e sendo utilizada pelo suposto, como afirma o Código Florestal Brasileiro, Lei 4.771/65 de 15 de setembro de 1965 e atualizado em 06/01/2001, que dispõe sobre os bens da união, no primeiro artigo, alíneas "C" e "D" assim delineiam:

> c) os terrenos marginais de rios e as ilhas nestes situadas, na faixa de fronteira do território nacional e nas zonas onde se faça sentir a influência das marés;
> d) as ilhas situadas nos mares territoriais ou não, se por qualquer titulo legitimo não pertencerem aos Estados, Municípios ou particulares [...].

Em continuidade, o estudo objetivou, inicialmente, catalogar as principais espécies arbóreas da área para um futuro reflorestamento das áreas degradadas e assim, todas as espécies catalogadas são de característica da vegetação do bioma cerrado. Na pesquisa de observação sistemática foram constatados também que a vegetação possui um dossel aproximado de 15 metros de altura, com árvores como: *Anadenanthera macrocarpa* (angico), *Hymenaea stigonocarpa* (jatobá), que através da pesquisa fica claro como uma das principais espécies da ilha. Também existem espécies como a *Tabebuia alba* (ipê), *Hirtella glandulosa Spreng* (bosta de rato), que é a segunda espécie mais importante. Ainda foram constatadas espécies como *Erioteca pubescens* (paineira do cerrado), *Lafoensia glyptocarpal* (merindiba ou fruto de veado), *Bowdichia virgilioides* (sucupira-do-cerrado), *Sclerolobium paniculatum* (carvoeiro), *Emmotum nitens* (sobre), *Inga sessilis* (ingá de

macaco), *Dalbergia nigra* (jacarandá), *Enterolobium schomburgkii* (timburi), *Cecropia hololeuca* (embaúba), *Orbignya speciosa* (babaçu), *Aspidosperma macrocarpon* (guatanbú), *Rellinia sylvatica* (araticum), *Dipteryx alata* (baru), *Curatella americana* (caju bravo), *Caryocar brasiliense* (pequi), *Dinizia excelsa* (angelin), *Annona cariacea* (araticum), *Duguetia lanceolata* (pindaiva), *Tapira guianensin* (jobo), *Xylopia emarginata* (pindaíba), *Tabebuia áurea* (para-tudo) e *Piper aduncum* (pimenta de macaco) considerada como uma das principais espécies mais importante do bioma, sendo esta uma espécie comum do cerradão.

Ainda nesta pesquisa foi confirmada a existência de espécies emergentes como: jatobá, merindiba e pimenta de macaco representando assim, a maior parte das espécies arbóreas da ilha classificadas como emergentes por estar acima da cobertura folhear da vegetação (dossel) e, abaixo, estão às herbáceas arbustivas que são: *Bromélia balansae mez* (gravata) e nega mina. A cobertura arbórea encontrada na área de pesquisa está entre 70 a 90%, com espécies lenhosas que têm cascas lisas, troncos eretos, ausência de epífitas e presença de lianas.

Esta pesquisa objetivou estudar um sistema capaz de equilibrar as emissões de gases causadores das mudanças climáticas no planeta, por meio do sequestro de carbono, assim ficou claro que o jatobá pode ser uma das principais árvores utilizadas no reflorestamento da área de estudo. Entretanto, é evidente a afirmação de Giacomini (2000), quando comenta que o jatobá apresenta uma grande capacidade de reter o carbono estocado na atmosfera, algo que é muito significativo, cujo crescimento parece se acelerar em ambientes ricos em CO2.

IMPACTOS NA ILHA BELA

Os impactos encontrados na ilha é algo proveniente do mau uso dos recursos naturais. Porém, tanto o gestor, como seu ajudante, não possuem conhecimento amplo sobre o meio ambiente e educação ambiental. Já em relação aos impactos afirmaram que estão procurando solucioná-los através do reflorestamento.

Neste caso, a área estudada apresenta em muitos lugares sinais evidentes de degradação. Complementando, este fato se confirma porque, no passado existiam queimadas, criação de animais (cabras) que necessitavam de uma área de pastagem (**Figura 3**), grande número de visitantes que favoreceram a compactação do solo, pois não existem normas específicas que regulamentassem o controle de visitantes. No entanto, foram contribuindo com acúmulo de lixo na ilha (**Figura 4**), e na redução de espécies arbóreas através das queimadas e extração de madeiras (**Figura 5**) que é uma das principais formas de contribuir com o efeito estufa, e ainda, eliminação de áreas florestais para concretização de infraestrutura do local.

Figura 3 - Área de pastagem na Ilha Bela, Nova Xavantina – MT



Fonte: Nunes, (2010).

Figura 4 - Extração de madeira na Ilha Bela, Nova Xavantina – MT



Fonte: Nunes (2010).

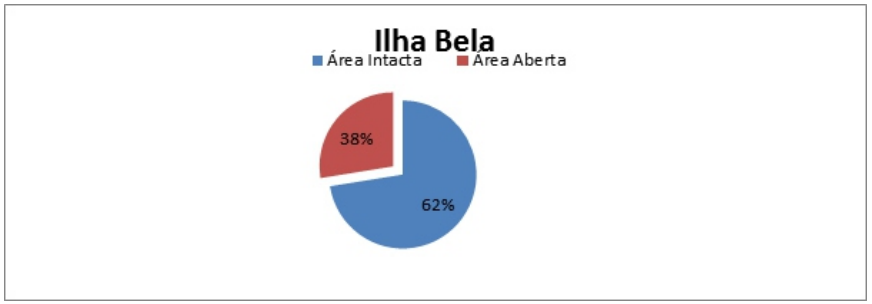
Figura 5 - Exposição de lixo na Ilha Bela, Nova Xavantina-MT



Fonte: Nunes (2010).

Como ilustrado, as evidências de impactos na ilha é intenso, o que torna complexo o trabalho de recuperação das áreas degradadas. Em pesquisa e análise dos dados obtidos pode-se afirmar que cerca de 16.120 m2 de uma área total de 42.426m2, apresenta a necessidade de reflorestamento de imediato (Figura 6).

Figura 6 - Área aberta na Ilha Bela, Nova Xavantina-MT



Fonte: Nunes (2010).

Analisando o grau de área aberta em m2 na ilha (Ilustração 06), verifica-se que a intensidade de impactos existentes é algo preocupante. Entretanto, somente com trabalho de conservação e reflorestamento do local se torna viável a contribuição de atenuar a quantidade de CO2 na atmosfera. Para que atinja esta meta de estabilização, existem várias possibilidades, mas somente um curso óbvio de ação.

Afirma Legget (1992, p. 93), sobre o exposto,

> Transformar a biosfera em um meio de dissipação, através do reflorestamento. O carbono retirado da atmosfera pelo plantio de árvores e de outras formas de vegetação poderia contrabalançar as emissões remanescentes associadas à energia. Para fins de exemplificação, supõe-se que o reflorestamento compensaria inteiramente a descarga de carbono na atmosfera, descarga

> essa que resultaria do desmatamento, segundo a projeção sem alterações, e que seria de cerca de 1,65 Pg. (1.650 milhões de toneladas métricas) de carbono por ano [...] as estimativas do nível de florestamento necessário para gerar esse grau de absorção de carbono variam em um fator de dois ou mais, dependendo das premissas adotadas quanto a produtividade por unidade de área.

Ao estabelecer valores a um grau de impactos, é possível mensurar o custo de um projeto de recuperação de vegetação. O mesmo abarca, aproximadamente, uma estimativa de R$10 mil reais por hectare com 1.667 mudas, ou seja, R$ 6 por muda (COVALATO, 2007).

No entanto, na área pesquisada foi registrada cerca de 16.120,00 m2 que necessitam de um projeto de recuperação, colocando em hectares (ha), isso representa 1.61ha de um total de 4.24 hectares, nível considerado muito alto. Dando continuidade será necessária cerca de 16.100,00 dezesseis mil e cem reais para reflorestar a mesma área com 2.684,00 mil mudas. Assim, com a aplicação de um projeto desse nível na Ilha Bela-MT, o planeta terá ao longo de 37 anos 509.960,00 kg CO2 a menos, ou analisando, um hectare (ou 10 mil metros quadrados) pode em 30 anos absorver cerca de 80 toneladas de CO2(tCO2). Um hectare pode reincorporar cerca de 2,7 tCO2 ao longo de um ano ou, de uma forma simplificada, as emissões anuais de um habitante (COVALATO, 2007).

Plantar árvores é, sem dúvida, muito importante, mas é apenas uma contribuição para a solução do problema de emissão de carbono, ficando muito longe de ser uma solução. De acordo com o mesmo autor (2007, p. 183). "uma árvore pode acumular 190 quilos de CO2 no decorrer de seus 37 anos de crescimento. É um longo tempo de espera para compensar uma emissão realizada em um curto espaço de tempo".

O autor considera ainda que uma pessoas emita na atmosfera cerca de 2,8 toneladas de CO2 por ano, o que equivaleria à quantidade contida em, aproximadamente, 14 árvores (Idem).

Para melhor embasar o conteúdo, a tabela abaixo representa as espécies arbóreas que melhor contribuem com o assunto em discussão.

Quadro 01 - Absorção de CO2 por árvores nativas.

Atividade	Unidade	Fator
Absorção		
Árvores	kg CO_2 / árvore crescida	2000
Matas nativas recompostas em áreas degradadas	kg CO_2 / hectare	80000
Matas nativas recompostas em áreas degradadas	kg CO_2 / hectare.ano	2667

Fonte: (1) WRI (2006) Safe Climate for Business.

Como apresentado, as espécies arbóreas recompostas em áreas degradas tem uma alta taxa de absorção de CO2, isso se dá através da adaptação das espécies no bioma.

SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL

Com a realização desta pesquisa é possível demonstrar à sociedade, em especial a comunidade xavantinense, que é importante a sensibilização ambiental, pois ela possui um papel importantíssimo junto todas as faixas etárias com o objetivo de conscientizar e alterar hábitos e procedimentos enraizados, sendo uma ferramenta ativa para as mudanças comportamentais relativas ao meio ambiente. A sensibilização ambiental procura atingir uma predisposição da população para uma mudança de atitudes que refletirá no futuro.

Mudar atitude requer ética, apresentando os meios da mudança que conduzam à melhor atitude, ao comportamento adequado perante o ambiente, surgindo da consciência de cada

cidadão cada vez mais premente de que é necessário modificar os comportamentos humanos frente às características dos espaços naturais e entrelaçados com o meio ambiente, restaurando-lhes o equilíbrio necessário. Dessa forma, a sociedade Xavantinense deve abraçar a causa relacionada com as questões ambientais existente no município e mudar essa vertente desconfortável, dessa forma estará havendo contribuição para construção de um novo planeta menos vitimado pelas ações do homem.

Em matéria de educação, promoção e sensibilização ambiental no município de Nova Xavantina, os principais objetivos estão coerentes com o desenvolvimento de projetos como: Rio lindo rio limpo, Palestras de Educação Ambiental, campanhas que visem aumentar o grau de consciência ambiental da população, alargando a participação da comunidade local na educação ambiental, e assim dinamizando projetos escolares para a formação ambiental e de demonstração da sustentabilidade ambiental, fomentar boas práticas ambientais nos serviços municipais, entidades públicas e privadas.

Nos últimos anos no Brasil tem-se desenvolvido uma série de projetos que visam pôr em prática os objetivos definidos, nomeadamente, como os projetos de Educação Ambiental nas Escolas – tratam-se de projetos contrários as queimadas, ações importantes que envolvem a participação de jovens, com objetivo de sensibilizar e motivar os próprios moradores a monitorarem e participarem na gestão ambiental do seu próprio bairro e da sua própria rua.

Com o trabalho desenvolvido acredita-se que a Educação Ambiental seja um vetor de conscientização em todas as escolas do município, que os gestores assumam um caráter interdisciplinar, pretendendo-se um maior dinamismo em atividades relacionadas aos espaços verdes, ecologia urbana, água, ar, energia, respeito animal, eco-consumo e higiene, segurança alimentar e biodiversidade e principalmente às áreas de preservação permanente.

As atividades de educação e sensibilização ambiental devem estar presentes em todas as épocas do ano e nas férias letivas, proporcionando aos munícipes mais jovens a ocupação dos seus tempos livres de uma forma útil, dinâmica, lúdica e didática, em matéria de higiene e proteção do ambiente urbano e rural como exemplo, as Ilhas, áreas de conservação, parques e em atividades centradas na limpeza, manutenção das praias, vegetação, assim como na elevação de comportamentos patrióticos.

Dando continuidade à promoção de boas práticas ambientais, é fundamental que permaneçam programas de TV que revelam a conscientização ambiental em todo país, sendo uma ferramenta fundamental para a transmissão de informação a determinados grupos-alvo da população.

Portanto, a promoção e a divulgação de programas de educação ambiental, organizados pelo poder público, que pouco tem feito por esta questão, seja através de exposições e comemorações dos dias dedicados ao Ambiente, Floresta, Água, Animais, entre outros, tem possibilitado uma forma de partilhar experiências com um público mais abrangente, principalmente nas escolas públicas do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A visão da sociedade nos últimos anos, em relação à proteção ambiental mudou de perfil, uma vez que o turismo passa a ser uma atividade interligada com o meio ambiente. Sabe-se que nas últimas décadas houve uma importante mudança na visão ecológica, frente aos atos praticados contra o meio ambiente. A consciência de que esses recursos naturais são finitos, e que, se não houver mudanças dos hábitos consumistas, baseados no estilo de vida capitalista, estaremos fadados a viver num planeta repleto de atos desrespeitosos aos recursos naturais.

Contudo, constatou-se que na Ilha Bela os atos de desrespeito ao meio ambiente são evidentes como: queimadas, extração de madeiras, criação de animais, lixo, uma grande quantidade de resíduos sólidos, e ausência de um estudo de capacidade de carga. Dessa forma, é importante ressaltar que o reflorestamento, alta absorção de CO2 pela vegetação adaptada ao ambiente e inserida na ilha seria uma alternativa para reduzir os gases contidos

na atmosfera e propiciar uma melhoria na qualidade do ar aos visitantes e seu entorno, fomentando o turismo local com menor índice de impactos.

Acredita-se que através desta pesquisa o proprietário e a comunidade local se sensibilizem com as questões ligadas ao meio ambiente, levando-os a exercer atividades essenciais para a sobrevivência do planeta.

Ao tomar consciência de que o desenvolvimento do turismo na ilha necessita de um reflorestamento imediato para conservação do meio ambiente, espera-se mobilizar a comunidade local, poder público e a própria Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, a desempenhar estudos de capacidade de carga e reflorestamento com obtenção de mudas através do viveiro da universidade, possibilitando, assim, uma política de restrições e normas a favor de uma participação mais ativa sobre a conservação do recurso. Dessa forma, compreende que a participação da comunidade ocorra de forma significativa mostrando-se positiva principalmente às crianças e jovens, tornando, assim, a visão ambientalista das pessoas mais desenvolvida e aguçada, para que no futuro o meio ambiente venha a ser preservado e presenciado pelas gerações futuras.

A partir deste estudo é possível ressaltar a importância da conservação do recurso natural do município que, por sua vez, poderá ser uma alternativa para o desenvolvimento socioeconômico de Nova Xavantina. O caminho alternativo sugerido para atingir os objetivos propostos nesta pesquisa inicia-se a partir da conservação dos recursos naturais.

Portanto, a Ilha Bela é um atrativo natural no município, formada por belezas cênicas que está aberto a planejamentos de desenvolvimento turístico que preveem as ações e impactos futuros, considerando que a mesma está em uma Unidade de Conservação e necessita de planejamentos que antecedam impactos irreversíveis.

NOTAS

[1] Indústria do Turismo – O Turismo como Indústria.

[2] Engenhos Turísticos- Desenvolvimento da Indústria do Turismo

[3] Dossel- Formação da cobertura folhear da Vegetação.

REFERÊNCIAS

BARCELOS, J. H.; CARVALHO, P. F. de; MAURO, C. A. **Ocupação do Leito Maior do Ribeirão Claro por Habitações**. Revista Sociedade e Natureza, Uberlândia, v. 7, n. 13 e 14, p. 123-128, 1995.

BISSOLI, M. Â. M. A. **Planejamento turístico municipal com suporte em sistema de informação**. São Paulo: Futura, 2002.

BRASIL. **CÓDIGO FLORESTAL**, Lei nº. 4.771 de 15 de setembro de 1965 alterada pela lei nº. 7.803 de 18 de julho de 1987 e pela medida provisória nº. 1.605-30 de 19 de novembro de 1998 e a Legislação Ambiental Brasileira sobre Águas – Lei Federal nº. 9.433 de 8 de janeiro
de 1997

BRASIL, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/default.php. 2008> Acesso em: 13 ago. 2008.

BRASIL, **Ministério do meio ambiente e Amazônia legal**. *Resolução CONAMA 10/88*, Brasília, 1988.

BRASIL, **Mudanças climáticas**. 2002. Disponível em: <http://ambientes.ambientebrasil.com.br/mudancas_climaticas.html> Acesso em: 28 Out. 2000.

BRASIL, M. M.A. 1999. **Biodiversidade brasileira, avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade nos biomas brasileiros**. Brasília, 404 p.

BRITO M. C. W de. **Unidades de conservação, intenções e resultados**. São Paulo: Fapesp, 2000.

CERVO, A. L, e BERVIAN, P.A, **Metodologia científica**. São Paulo: Câmara Brasileira de Livros, 1978.

CONAMA, Resolução n° 303, de 20 de março de 2002. **Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente**.

CORREIA, A. C. P. **Floresta, ciclo do carbono e alterações climáticas**. Disponível em: <http://www.naturlink.pt/canais/Artigo.asp?iArtigo=2049&iLingua=1> Acesso em: 04 jun 2007.

COSTA, Patrícia Côrtes. **Unidades de conservação:** matéria prima do ecoturismo. São Paulo: Aleph, 2002.

COSTA, T. C. C.; SOUZA, M. G.; BRITES R. S. **Delimitação e caracterização de áreas de preservação permanente por meio de um Sistema de Informações Geográficas (SIG)**. Revista Árvore, Viçosa-MG, v.20, n.1, p. 129-135, abri. 1996.

COVALATO, R. A. **Desenvolvimento de compósito constituído de resíduos de madeira e resina uréia formaldeído com cura incentivada por microondas**. São Caetano do Sul, 2007. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Processos Químicos e Bioquímico) Escola de Engenharia de Mauá do centro Universitário do Instituto Mauá de Tecnologia. São Caetano do Sul, 2007. Disponível em: http://www.maua.br/biblioteca/dissertacoes-linha-pesquisa/id/5. Acesso em: 22 abr. 2010.

D'ERI, D. **Nova Xavantina, suas gente, suas histórias**. Multicor, Barra do Garças. 2002.

DIAS, Reinaldo. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.

EMBRATUR. **A indústria do turismo no Brasil**: perfil e tendências. São Paulo. Enbratur, 1996.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. São Paulo: Saraiva 2003.

FERREIRA, J. C. V. **Mato Grosso e seus municípios**. Cuiabá: buriti, 2002.

FREITAS, M. K. **Mudanças climáticas e o papel das cidades nas políticas públicas**. Disponível em: <http://www.carbonobrasil.com/news.*htm*?id=180615&section=2> Acesso em: 04 Jun. 2007.

GIACOMINI, R. A et al. **Estudo Fitoquímico do Extrato Hexânico do Epicarpo de Hymenaea stigonocarpa (Jatobá do Cerrado)**. Rio de Janeiro, 2000. Monografia (Estudo Fitoquímico do Extrato Hexânico do Epicarpo) Universidade Estadual do Norte Fluminense, Centro de Ciência e Tecnologia. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em : <http://sec.sbq.org.br/cdrom/29ra/resumos/T1927-2.pdf > Acesso em: 06 jul. 2007.

GOELDNER, C. R. et al. **Turismo, princípios, práticas e filosofias**. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

LEGGET, J. A**quecimento global: o relatório de greenpeace**. Rio de Janeiro; editora da fundação Getúlio Vargas, 1992.

LOPES, A. L. A. **Análise do potencial turístico municipal de Conceição do Araguaia – PA. Nova Xavantina – MT**. 2008. 24 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo) – Universidade do Estado de Mato Grosso, Nova Xavantina.

MACÊDO, M. A. A. **Alternativas para a introdução de iniciativas ambientais no segmento hoteleiro. Fortaleza, 2001. Monografia (Tecnologias ambientais nas Indústrias)** Universidade Federal da Bahia- UFBA, Bahia, Salvador. Disponível em: <http://www.teclim.ufba.br/site/material_online/monografias/mono_maria_a_de_a_macedo.pdf) Acesso em: 27 fev. de 2001.

MARGIT, A. **2030: O ano final do Cerrado. 2006. Disponível em: <http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./florestal/index.html&conteudo=./florestal/artigos/2030_cerrado.html > Acesso em: 10 jun. 2007.**

MARIMON, B.S., MARIMON JR, B.H., VARELLA, R.F. **Fitossociologia de uma área de Cerrado de encosta em Nova Xavantina**, Mato Grosso. Boletim Herbário Ezechias Paulo Heringer, Brasília, v. 3 p.82-101, 1998.

MARTINS, G. A; TEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MEDINA, N. M; SANTOS, E. C. **Educação Ambiental: uma metodologia participativa de formação**. Petrópolis; Vozes, 2003.

MEDANHA, R. M de C. **Turismo de naturezza em Nova Xavantina: um circuito de ilhas no Rio das Mortes**. 2009. 122 f. Monografia (Bacharelado em Turismo) – Departamento de Turismo. Universidade do Estado de Mato Grosso, Nova Xavantina.

MEDEIROS, J. B. **Redação cientifica: a prática de fechamentos, resumo, resenhas**. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MOLINA, S; RODRÍGUEZ, S. **Planejamento integral**. Bauru: Edusc, 2001.

MOLION, L. C. B. **Desmistificando o Aquecimento Global**. Maceió, 2003. Monografia sobre (Aquecimento Global) Instituto de Ciências Atmosféricas, Universidade Federal de Alagoas Cidade Universitária - Maceió, Alagoas. Disponível em: http://mepr.org.br/midia/documentos/textos/molion_desmistificando_o_%20aquecimento_global.pdf. Acesso em: 26 de fev. de 2010.

NASCIMENTO, M. C et al. **Delimitação automática de ares de preservação permanente APP) e identificação de conflito de uso da terra na bacia hidrográfica do rio Alegre**. In: Anais XII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Goiânia. Anais... Goiânia: INPE, abri. 2005. p. 2289 – 2296.

NIMER, E. **Climatologia do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1989. 180p.

OLIVEIRA, S. L. **Tratado de metodologia cientifica: projetos de pesquisas**, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira Thomson Learming, 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO-OMT. Introdução ao turismo. São Paulo: Roca, 2001.

PAIXAO, F. A et al. **Quantificação do estoque de carbono e avaliação econômica de diferentes alternativas de manejo em um plantio de eucalipto**. Revista Árvore, Viçosa, v. 30, n. 3, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-67622006000300011&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 02 jun. 2007.

PEDRINI, A. G. **Educação ambiental; reflexões e práticas contemporâneas**. Petrópolis: Vozes, 1997.

PERES, W. T. M. M. M. **Trilhas Interpletativas na Ilha Bela, em Nova Xavantina – MT: Um olhar para o desenvolvimento da atividade**

turística. 2009. 133 f. Monografia (Bacharelado em Turismo) – Departamento de Turismo. Universidade do Estado de Mato Grosso, Nova Xavantina.

RADIOBRÁS. **O jatobá é um bom sequestrador de carbono**. 2002. Disponível em: http://www.radiobras.gov.br/ct/2002/materia_111002_4.htm. Acesso em: 08 jun. 2007.

REA, L M e PARKER, R A. **Metodologia de pesquisa**: do planejamento à execução. São Paulo: Pioneira, 2002.

REMADE. **Carbono**. 2007. Disponível em: <http://www.remade.com.br/pt/noticia.php?num=3207> Acesso em: 04 jun. 2007.

RIBEIRO, C. A. A. S et al. **Delimitação automática de áreas de preservação permanente em topos de morros e em linhas de cumeada**: Metodologia e estudo de caso. In: Seminário de atualização em Sensoriamento Remoto e Sistemas de Informações Geográficas aplicadas à Engenharia Florestal, 5, 2005, Curitiba, Paraná. Anais, 7 – 18p.

SANO, S. M et al. **Cerrado**: ambiente e flora. Planatina: Embrapa, 1998.

SCARPINELLA, G. D. **Reflorestamento no Brasil e Protocolo de Kioto**. (Dissertação de mestrado). Programa interunidades de Pós-Graduação em energia da universidade de São Paulo, 2002. Disponível em: <http://www.iee.usp.br/biblioteca/producao/2002/Teses/Disserta%E7%E3o_Scarpinella.pdf>Acesso em: 03 Jun. 2007.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável**: meio ambiente e economia. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2000.

VALE, A. T.; FELFILI, J. M. **Dry biomass distribution in a Cerrado sensu stricto site in Brazil central**. Revista Árvore, Viçosa, v. 29, n. 5, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100 - 67622005000500001&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 10 Jun. 2007.

YAMAMOTO, N Y. **Mapeamento do uso conflitante da terra nas áreas de Preservação Permanente na microbacia hidrográfica do córrego do esgoto, Nova Xavantina-MT**. 2007.53f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Biológicas) – Universidade do Estado de Mato Grosso, Nova Xavantina, 2007.